Pedido de Serviço - 2480965

FORMULÁRIO UTILIZADO PARA PEDIDO DE EMPENHO ESTIMATIVO, PAGAMENTO DE SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA, PAGAMENTO DE SERVIÇOS DE PESSOA JURÍDICA, REEMBOLSO E OUTROS.

CENTRO DE CUSTO:
1104

ÓRGÃO / UNIDADE:
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA

NOME DO PROJETO:
WENDELL PEREIRA DA SILVA

DESCRIÇÃO DO(S) SERVIÇO(S) SOLICITADO(S):
Contratação de serviços de condução de veículos oficiais, para atuarem na UFJ, com objetivo de oferecer apoio logístico para o desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas das unidades/órgãos desta instituição.

Segue a descrição dos postos:

13 Postos de Motoristas Executivos - 44h
Hora Extra 50% - 4.000h anual
Hora Extra 100% - 2.000h anual
Ad. noturno - 1000h anual
Diária sem pernoite anual - 1.000
Diária com pernoite anual - 1.000

Documento assinado eletronicamente por **Wendell Pereira Da Silva**, **Presidente da Comissão**, em 10/11/2021, às 17:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2480965** e o código CRC **B88238D8**.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - REGIONAL JATAÍ

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA - MATERIAL

Setor Requisitante (Unidade/Setor/Departamento):

Departamento de Logística - DLOG/UFJ

Responsável pela Demanda:

Wendell Pereira da Silva

E-mail e Telefone de Contato:

E-mail: wendell.pereira@ufj.edu.br

Contato: (64) 3606-8209 e (64) 98410-5200

Objeto:

Contratação de empresa para prestação de serviços, com dedicação exclusiva para condução de veículos oficiais, na Universidade Federal de Jataí-UFJ

Justificativa da necessidade da aquisição, considerando o Planejamento Estratégico, se for o caso:

Finalidade do serviço: Trata-se à presente licitação da escolha da proposta mais vantajosa para prestação de serviços de motoristas, com dedicação exclusiva, para condução de veículos oficiais, na Universidade Federal de Jataí-UFJ.

- Benefícios gerados com a execução do serviço: Visa atender a necessidade de manter o fornecimento contínuo de serviço de motorista da frota de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí, garantindo um nível de atendimento eficaz.

- Importância da execução do serviço para o desenvolvimento das atividades do setor:
Os serviços objeto da presente licitação são de extrema importância para o desenvolvimento das atividades administrativas e acadêmicas das diversas unidades/órgãos desta instituição e da comunidade acadêmica em geral. A contratação do serviço acima descrito torna-se necessária devida a grande demanda das tarefas relacionadas ao cargo, haja vista a expansão das instalações da Universidade Federal de Jataí-UFJ. Tratando-se, pois, de serviço imprescindível para o cumprimento das atividades institucionais, buscando não comprometer a qualidade e a eficiência do atendimento aos usuários, bem como a presteza dos serviços acadêmicos e administrativos.

- Justificar a contratação dos serviços neste momento (oportunidade):
A contratação do serviço de mão de obra de motorista é de fundamental importância, tendo em vista a necessidade de transporte de convidados, autoridades, colaboradores, servidores dentre outros, para atendimento das mais variadas ações

demandadas da UFJ. Tendo em vista a finalização do contrato vigente 23/2017, que hoje é celebrado entre a UFG e a Guardiã Administração e Serviços Ltda, a celebração de novo contrato é necessária para evitar interrupção dos serviços prestados.

Quantidade a ser adquirida:

13 Postos de Motoristas Executivos - 44h
Hora Extra 50% - 4.000h anual
Hora Extra 100% - 2.000h anual
Ad. noturno - 1000h anual
Diária sem pernoite anual - 1.000
Diária com pernoite anual - 1.000

Previsão da data de recebimento do objeto:

01/04/2022

Indicação do(s) membro(s) para compor a equipe de planejamento e, se necessário, do responsável pela fiscalização da aquisição (deverão ser informados nome, e-mail, matrícula Siape e telefone institucional de cada membro):

FISCAL DO CONTRATO:

Wendell Pereira da Silva

E-mail: wendell.pereira@ufj.edu.br

SIAPE: 2081788

Fone: (64) 98410-5200

MEMBROS DO PLANEJAMENTO:

Israenir Teixeira de Assis
E-mail: israenir@ufj.edu.br
SIAPE: 2189504
Fone: (64) 99606-6919

Massoiacy Pereira Marques
E-mail: massoiacy@ufj.edu.br
SIAPE: 2563487
Fone: (64) 99989-1239

Caio Floriano Zanirato
E-mail: caio.zanirato@ufj.edu.br
SIAPE: 1145006
Fone: (64) 98101-2285

As Requisições do SIPAC que porventura fizerem parte deste processo serão peças integrantes da formalização da demanda juntamente com este DFD, sendo, portanto, imprescindíveis para a análise da viabilidade da contratação.

Este documento deverá ser assinado - no SEI - pelo responsável pela formalização da demanda.

Documento assinado eletronicamente por **Wendell Pereira Da Silva**, **Presidente da Comissão**, em 10/11/2021, às 17:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2480975** e o código CRC **22BCECDA**.

Referência: Processo nº 23070.060433/2021-29 SEI nº 2480975

Indicação/Designação de Membro da Equipe - 2481036

INDICAÇÃO/DESIGNAÇÃO DE MEMBRO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO:

Órgão Gerador/Emissor:
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA - DLOG

Designar/Indicar:
Designar

Nome:
WENDELL PEREIRA DA SILVA

Cargo:
ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO

Matrícula SIAPE:
2081788

Finalidade:
FISCAL DO CONTRATO

Observações:
-

Documento assinado eletronicamente por **Wendell Pereira Da Silva**, **Presidente da Comissão**, em 10/11/2021, às 17:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2481036** e o código CRC **8EC7E156**.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - REGIONAL JATAÍ

SOLICITAÇÃO

Ao Pró-Reitor de Administração e Finanças da UFJ

Dyomar Toledo Lopes

Solicito análise e **APROVAÇÃO** do Documento de Formalização de Demanda (DFD) feito pela Unidade Demandante: Departamento de Logística **2480975** , onde foi demonstrado as quantidades aproximadas para nova Contratação de **Serviços de Motoristas**, em substituição ao Contrato atual nº 23/2017 com **vencimento dia 31 de março de 2022.**

Por se tratar de um Termo de Contrato de Serviço com Dedicação Exclusiva de Mão de Obra (D.E.M.O.), é necessário que, caso autorize a continuidade do planejamento da contratação, indique os recursos orçamentários para contratação e se o mesmo está previsto no PAC (Plano Anual de Contratações) em seu sistema PGC (Planejamento e Gerenciamento de Contratações).

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente por **Wendell Pereira Da Silva**, **Assistente em Administração**, em 14/12/2021, às 10:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2572328** e o código CRC **EB1E6EAF**.

Referência: Processo nº 23070.060433/2021-29 SEI nº 2572328

PLANEJAMNETO E GERENCIAMENTO DE CONTRATAÇÕES

Órgão: 026453 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAI

UASG: 156678 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAI

Relatório de Itens do Plano Anual **2021**

Arquivo gerado em: 22/04/2021 15:37:05

Filtros utilizados: Nenhum filtro foi utilizado.

Nº Item	Tipo de item	Subitem	Código do item	Descrição	Quantidade estimada	Despesa informada é somente para vincular aos aspectos/necessidades orçamentárias	Valor unitário estimado (R$)	Valor total estimado (R$)	Valor orçamentário estimado para o exercício (R$)	Participação de recursos externos	Ação orçamentária	Grupo de Despesa	Renovação de contrato	Dependência de outro item	Item Vinculado	Grau de prioridade	Data desejada	Situação do item
84	Materiais e Serviços	CONTINUADO	4316	LOCACAO DE IMOVEL	12	Não	4.800,00	57.600,00	-	Não	20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	Custeio	NÃO	NÃO	Não Possui	Média	01/02/2021	Incluído no PAC
85	Materiais e Serviços	CONTINUADO	25194	SERVICO ESPECIALIZADO DE LIMPEZA	12	Não	103.194,23	1.238.330,76	-	Não	20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	Custeio	NÃO	NÃO	Não Possui	Média	01/06/2021	Incluído no PAC
86	Materiais e Serviços	CONTINUADO	15210	CANTINA BAR LANCHONETE REFEICAO RAPIDA RESTAURANTE	12	Não	206.093,33	2.473.119,96	-	Não	20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	Custeio	NÃO	NÃO	Não Possui	Média	01/02/2021	Incluído no PAC
87	Materiais e Serviços	CONTINUADO	26611	OUTSOURCING DE IMPRESSAO - PAGINAS A4 - POLICROMATICO - DENTRO DA FRANQUIA SEM PAPEL	12	Não	20.000,00	240.000,00	-	Não	20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	Custeio	SIM	NÃO	Não Possui	Média	01/02/2021	Incluído no PAC
88	Materiais e Serviços	CONTINUADO	5380	PRESTACAO DE SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO	12	Não	350.000,00	4.200.000,00	-	Não	20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	Custeio	NÃO	NÃO	Não Possui	Média	01/02/2021	Incluído no PAC
89	Materiais e Serviços	CONTINUADO	24015	SERVICO DE VIGILANCIA ARMADA	12	Não	212.589,90	2.551.078,80	-	Não	20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	Custeio	NÃO	NÃO	Não Possui	Alta	01/02/2021	Incluído no PAC
90	Materiais e Serviços	CONTINUADO	1627	MANUTENCAO REFORMA PREDIAL	12	Não	88.333,25	1.059.999,00	-	Não	20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	Custeio	NÃO	NÃO	Não Possui	Média	01/02/2021	Incluído no PAC
91	Materiais e Serviços	CONTINUADO	24325	PRESTACAO DE SERVICO DE JARDINAGEM - OUTROS SERVICOS - OUTRAPRODUTIVIDADE	12	Não	69.706,10	836.473,20	-	Não	20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	Custeio	NÃO	NÃO	Não Possui	Média	01/02/2021	Incluído no PAC
92	Materiais e Serviços	CONTINUADO	15008	PRESTACAO DE SERVICOS DE MOTORISTA	12	Não	50.000,00	600.000,00	-	Não	20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	Custeio	NÃO	NÃO	Não Possui	Alta	01/02/2021	Incluído no PAC
93	Materiais e Serviços	CONTINUADO	8729	PRESTACAO DE SERVICOS DE PORTARIA RECEPCAO	12	Não	112.833,25	1.353.999,00	-	Não	20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	Custeio	NÃO	NÃO	Não Possui	Alta	01/02/2021	Incluído no PAC
94	Materiais e Serviços	CONTINUADO	26344	ACESSO A INTERNET MOVEL (BANDA LARGA)	12	Não	1.045,18	12.542,16	-	Não	20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	Custeio	NÃO	NÃO	Não Possui	Alta	01/02/2021	Incluído no PAC
95	Materiais e Serviços	CONTINUADO	26344	ACESSO A INTERNET MOVEL (BANDA LARGA)	12	Não	1.045,11	12.541,32	-	Não	20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	Custeio	NÃO	NÃO	Não Possui	Alta	01/02/2021	Incluído no PAC
96	Materiais e Serviços	PRAZO INDETERMINADO	9946	RESERVA EM HOTEIS NACIONAIS E INTERNACIONAIS	1	Não	60.000,00	60.000,00	-	Não	20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	Custeio	NÃO	NÃO	Não Possui	Média	01/02/2021	Incluído no PAC
97	Materiais e Serviços	PRAZO INDETERMINADO	3417	DESINSETIZACAO DESRATIZACAO DEDETIZACAO	1	Não	100.000,00	100.000,00	-	Não	20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	Custeio	NÃO	NÃO	Não Possui	Média	01/02/2021	Incluído no PAC
98	Materiais e Serviços	PRAZO INDETERMINADO	19380	COLETA TRATAMENTO LIXO - HOSPITALAR	1	Não	20.000,00	20.000,00	-	Não	20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	Custeio	NÃO	NÃO	Não Possui	Média	01/02/2021	Incluído no PAC
99	Materiais e Serviços	PRAZO INDETERMINADO	14591	PROMOCAO DE EVENTO	1	Não	220.000,00	220.000,00	-	Não	20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	Custeio	NÃO	NÃO	Não Possui	Média	01/02/2021	Incluído no PAC
100	Materiais e Serviços	PRAZO INDETERMINADO	17353	SERVICOS GRAFICOS - POLICROMIA	1	Não	30.000,00	30.000,00	-	Não	20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	Custeio	NÃO	NÃO	Não Possui	Média	01/02/2021	Incluído no PAC
101	Materiais e Serviços	PRAZO INDETERMINADO	2771	AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS LIMPEZA	1	Não	4.000,00	4.000,00	-	Não	20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	Custeio	NÃO	NÃO	Não Possui	Média	01/02/2021	Incluído no PAC
102	Materiais e Serviços	CONTINUADO	2771	AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS LIMPEZA	1	Não	59.760,36	59.760,36	-	Não	20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	Custeio	NÃO	NÃO	Não Possui	Média	01/02/2021	Incluído no PAC
103	Materiais e Serviços	PRAZO INDETERMINADO	16535	COMUNICACAO - ASSINATURA VALOR ADICIONADO	1	Não	18.000,00	18.000,00	-	Não	20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	Custeio	NÃO	NÃO	Não Possui	Média	01/02/2021	Incluído no PAC
104	Materiais e Serviços	CONTINUADO	4286	COMUNICACAO POR CORREIO	1	Não	7.000,00	7.000,00	-	Não	20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	Custeio	NÃO	NÃO	Não Possui	Média	01/02/2021	Incluído no PAC
105	Materiais e Serviços	CONTINUADO	25518	ADMINISTRACAO GERENCIAMENTO-MANUTENCAO VEICULO AUTOMOTIVO	1	Não	50.000,00	50.000,00	-	Não	20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	Custeio	NÃO	NÃO	Não Possui	Média	01/02/2021	Incluído no PAC
106	Materiais e Serviços	PRAZO INDETERMINADO	25194	SERVICO ESPECIALIZADO DE LIMPEZA	1	Não	60.000,00	60.000,00	-	Não	20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	Custeio	NÃO	NÃO	Não Possui	Média	02/02/2021	Incluído no PAC
107	Materiais e Serviços	PRAZO INDETERMINADO	21784	ESTUDO, AVALIACAO, PROJETO - IMOVEIS	1	Não	30.000,00	30.000,00	-	Não	20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	Custeio	NÃO	NÃO	Não Possui	Média	01/02/2021	Incluído no PAC
108	TIC	SERVIÇOS DE TIC	27502	CESSAO TEMPORARIA DE DIREITOS SOBRE PROGRAMAS DE COMPUTADOR LOCACAO DE SOFTWARE	1	Não	1.000.000,00	1.000.000,00	-	Não	20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	Custeio	NÃO	NÃO	Não Possui	Média	01/04/2021	Incluído no PAC
109	TIC	SERVIÇOS DE TIC	13684	ESTUDOS E PROJETOS DE INSTALACAO DE REDE COMUNICACAO LOCAL	1	Não	500.000,00	500.000,00	-	Não	20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	Custeio	NÃO	NÃO	Não Possui	Média	01/04/2021	Incluído no PAC
110	Materiais e Serviços	CONTINUADO	3557	INSTALACAO MANUTENCAO - ELEVADORES, ESCADAS ROLANTES, MONTA - CARGAS PLATAFORMA ESCADAS	1	Não	60.000,00	60.000,00	-	Não	20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	Custeio	NÃO	NÃO	Não Possui	Alta	01/02/2021	Incluído no PAC

Nº Item	Tipo de item	Subitem	Código do item	Descrição	Quantidade estimada	Despesa informada é somente para vincular aos aspectos/necessidades orçamentárias	Valor unitário estimado (R$)	Valor total estimado (R$)	Valor orçamentário estimado para o exercício (R$)	Participação de recursos externos	Ação orçamentária	Grupo de Despesa	Renovação de contrato	Dependência de outro item	Item Vinculado	Grau de prioridade	Data desejada	Situação do item
111	Materiais e Serviços	PRAZO INDETERMINADO	16314	INSTALACAO MANUTENCAO REPARO - EQUIPAMENTO LABORATORIO	1	Não	60.000,00	60.000,00	-	Não	20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	Custeio	NÃO	NÃO	Não Possui	Média	01/03/2021	Incluído no PAC
112	Materiais e Serviços	PRAZO INDETERMINADO	906	SEGURO GARANTIA	1	Não	40.000,00	40.000,00	-	Não	20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	Custeio	NÃO	NÃO	Não Possui	Média	01/02/2021	Incluído no PAC
113	Materiais e Serviços	CONTINUADO	16748	DISTRIBUICAO ENTREGA DE CONTA - LUZ, TELEFONE, AGUA, GAS	12	Não	35.000,00	420.000,00	-	Não	20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	Custeio	NÃO	NÃO	Não Possui	Média	01/02/2021	Incluído no PAC
114	Materiais e Serviços	CONTINUADO	16748	DISTRIBUICAO ENTREGA DE CONTA - LUZ, TELEFONE, AGUA, GAS	12	Não	200.000,00	2.400.000,00	-	Não	20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	Custeio	NÃO	NÃO	Não Possui	Alta	01/02/2021	Incluído no PAC
115	Materiais e Serviços	PRAZO INDETERMINADO	2879	MANUTENCAO DE LINHAS DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA	1	Não	599.801,97	599.801,97	-	Não	20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	Custeio	NÃO	NÃO	Não Possui	Média	01/03/2021	Incluído no PAC
116	Materiais e Serviços	-	1627	MANUTENCAO REFORMA PREDIAL	1	Não	3.061.367,38	3.061.367,38	-	Não	20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	Custeio	NÃO	NÃO	Não Possui	Média	01/04/2021	Incluído no PAC
117	Materiais e Serviços	PRAZO INDETERMINADO	25763	FORNECIMENTO PASSAGEM RODOVIARIA	1	Não	50.000,00	50.000,00	-	Não	20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	Custeio	NÃO	NÃO	Não Possui	Média	01/03/2021	Incluído no PAC
118	Materiais e Serviços	PRAZO INDETERMINADO	25828	CONTRATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	1	Não	250.000,00	250.000,00	-	Não	20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	Custeio	NÃO	NÃO	Não Possui	Média	01/02/2021	Incluído no PAC
119	Materiais e Serviços	PRAZO INDETERMINADO	12637	TRADUCAO INTERPRETACAO SIMULTANEA CONSECUTIVA	1	Não	35.000,00	35.000,00	-	Não	20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	Custeio	NÃO	NÃO	Não Possui	Média	01/02/2021	Incluído no PAC

Total: 36 item(s)
Valor total dos itens: **R$ 23.770.613,91**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - REGIONAL JATAÍ

AUTORIZAÇÃO

Ao Departamento de Gestão de Contratos da UFJ

Autorizo o pedido do Departamento de Logística (Unidade Demandante) feito pelo DFD (Documento de Formalização de Demanda) 2480975 para contratação de Serviços de Motoristas para a UFJ. A despesa esta prevista no Planejamento e Gerenciamento de Contratações - PGC/2021(Item - 92 2572409).

Informo que os créditos orçamentários estão previstos

PROGRAMA	5013 20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
ESFERA	1 - Fiscal
PTRES	170646
FONTE	8100000000
NDD	339037-01
CENTRO DE CUSTOS	110417 - Coordenação de Transportes - Jataí
PI	M0000G0100N
UGR	156809
Valor estimado	R$ 6.402.628,32 (para período de 12 meses)

Documento assinado eletronicamente por **Dyomar Toledo Lopes**, **Coordenador Administrativo**, em 20/12/2021, às 17:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2572418** e o código CRC **DD434B0F**.

Referência: Processo nº 23070.060433/2021-29 SEI nº 2572418

Indicação/Designação de Membro da Equipe - 2587514

INDICAÇÃO/DESIGNAÇÃO DE MEMBRO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO:

Órgão Gerador/Emissor:
Diretoria de Gestão de Contratos de Serviços

Designar/Indicar:
Indicar

Nome:
Massoiacy Pereira Marques

Cargo:
Administrador

Matrícula SIAPE:
2563487

Finalidade:
Membro da Equipe de Planejamento do Contrato de Serviços de Motorista

Observações:
-

Documento assinado eletronicamente por **Carlos Portilho Assis Cabral**, **Administrador**, em 20/12/2021, às 15:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2587514** e o código CRC **1F19F20B**.

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2021/2022

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: GO000452/2021
DATA DE REGISTRO NO MTE: 22/06/2021
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR030600/2021
NÚMERO DO PROCESSO: 14021.174153/2021-91
DATA DO PROTOCOLO: 18/06/2021

Confira a autenticidade no endereço http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSP RODOV NO EST GO , CNPJ n. 01.089.689/0001-35, neste ato representado(a) por seu ;

E

SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE CARGAS E LOGISTICA DO ESTADO DE GOIAS, CNPJ n. 02.220.036/0001-06, neste ato representado(a) por seu ;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de junho de 2021 a 31 de maio de 2022 e a data-base da categoria em 01º de junho.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Trabalhadores em Transportes Rodoviários**, com abrangência territorial em **GO**.

Salários, Reajustes e Pagamento

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL

As partes de forma expressa e para o período de vigência desta Convenção, se ajustam no sentido de que todos os empregados abrangidos pela presente não receberão, a partir de 1º de junho de 2021, salários inferiores a:

PISO SALARIAL:

Motoristas Executivos: _____ R$ 1.980,00

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE

A partir de 1º de junho de 2021, todos os empregados abrangidos pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, terão seus salários reajustados em 6,6% (seis virgula seis por cento) sobre os salários de 1º de maio de 2020.

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

CLÁUSULA QUINTA - ADIANTAMENTO SALARIAL

As Empresas se obrigam a conceder, até o dia 20 de cada mês, adiantamento salarial não inferior a 40% (quarenta por cento) do salário a todos os empregados.

CLÁUSULA SEXTA - COMPROVANTES DE PAGAMENTOS

As empresas fornecerão a seus empregados comprovantes de pagamentos e descontos efetuados, discriminando o salário, horas extras, comissões, gratificações, ajuda de custo, prêmios de viagem, descanso semanal remunerado, adicional de periculosidade e outros valores recebidos.

Descontos Salariais

CLÁUSULA SÉTIMA - SERVIÇO MÉDICO/ODONTOLÓGICO E SEST/SENAT

As empresas descontarão em folha de pagamento, os valores referentes a serviço médico-odontológico, bem como as taxas devidas ao SEST/SENAT pelos empregados, quando autorizadas por escrito. E encaminhados pelos mesmos às empresas até o último dia útil do mês em que ocorreu a despesa.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

13º Salário

CLÁUSULA OITAVA - 13° SALÁRIO/FÉRIAS

Será facultado ao empregado receber o equivalente a 50% (cinquenta por cento) de seu 13° salário, na mesma data em que receber o pagamento de suas férias.

Adicional de Hora-Extra

CLÁUSULA NONA - HORA EXTRA

As empresas pagarão em folha de pagamento as horas extras que realmente forem prestadas, de conformidade com a Lei 13.103/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA - SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO HABITUAL

Fica assegurada a integração da média do serviço extraordinário, prestado nos últimos 06 meses no pagamento do 13° salário, férias, repousos semanais remunerados e nos depósitos do **FGTS.**

Adicional de Tempo de Serviço

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PRÊMIO POR TEMPO DE SERVIÇO

Para cada dois anos de efetivo serviço completado na respectiva Empresa, esta concederá mensalmente ao seu empregado o equivalente a 1,5% (um e meio por cento) do salário base mensal, fixando-se seu teto ao valor equivalente ao maior salário normativo constante, desta convenção, à título de Prêmio por Tempo de Serviço. Será devido a partir do mês seguinte ao que o empregado tiver completado 01 (um) biênio de serviço prestado efetivamente na Empresa.

Parágrafo Único: O presente benefício não tem natureza salarial, não se incorporando nem

repercutindo sobre quaisquer outras verbas e tem natureza transitória de duração pelo prazo desta Convenção.

Auxílio Morte/Funeral

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - AUXÍLIO FUNERAL

No caso de falecimento do seu empregado, as empresas concederão um Auxílio Funeral no valor equivalente a R$ 1.857,30 (Um mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e trinta centavos), corrigidos pela inflação indicada pelo Governo, na data do falecimento, ao dependente do falecido, habilitado em documento expedido pelo INSS, de acordo com o parágrafo único do artigo 2° do Decreto 85.845, de 26/03/1981. Ficam isentas de pagamento, deste auxílio, as empresas que mantiverem Seguros de Vida para seus empregados.

Outros Auxílios

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DIÁRIA E TICKET

As empresas pagarão aos motoristas que estiverem viajando a seu serviço, cujo raio de ação seja superior a 100 (cem) quilômetros, uma diária indivisível no valor equivalente a R$220,00 (duzentos e vinte reais) para almoço, jantar e pernoite respectivamente. Se o raio de ação for menor que 100 (cem) quilômetros pagarão o ticket refeição/alimentação quando este for obrigado a chegar na empresa após já ter cumprido a sua jornada diária de 8 horas, será pago o valor de R$72,00 (setenta e dois reais) para almoço e jantar, respectivamente.

Parágrafo Primeiro: Além das diárias/ticket refeição/alimentação previstos no caput desta Cláusula, as Empresas fornecerão aos motoristas abrangidos pela presente Convenção, a partir de 01/06/2021, em decorrência de adesão ao PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, na forma da lei e desta Convenção e por intermédio do "Sistema de **"TICKET-REFEIÇÃO/ALIMENTAÇÃO"**, um valor equivalente a R$20,00 (vinte reais), por dia efetivamente trabalhado, inclusive aos sábados, independentemente de ter recebido diária ou não.

Parágrafo Segundo: A Contribuição do empregado para a utilização do **VALE**, objeto desta cláusula, será de 5% (cinco por cento) do referido benefício mensal, o qual será descontado na folha de pagamento do mês anterior (por exemplo: VALE de fevereiro fornecido na data de pagamento referente a janeiro).

Parágrafo Terceiro: O ticket refeição/alimentação deverá ser pago até o 5º (quinto) dia útil do mês.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PAGAMENTO DA RESCISÃO CONTRATUAL

O pagamento das parcelas constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação deverá ser efetuado nos seguintes prazos:
a) até o primeiro dia útil imediato ao término do contrato; ou
b) até o décimo dia útil, contado da data da notificação da demissão, quando da ausência do cumprimento do aviso prévio, indenização do mesmo ou dispensa de seu cumprimento.

Parágrafo Único: A inobservância do disposto nesta Cláusula sujeitará a Empresa infratora ao pagamento da multa a favor do empregado, em valor equivalente ao seu último salário, devidamente corrigido pelos índices oficiais, salvo quando, comprovadamente, o trabalhador der causa à mora.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PEDIDO DE DEMISSÃO

No pedido de demissão, com indenização do AVISO PRÉVIO por parte do empregado, os dias correspondentes integrar-se-ão para todos os efeitos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - HOMOLOGAÇÃO DE RESCISÃO

Objetivando proporcionar maior segurança jurídica ao empregado e ao empregador, as rescisões dos contratos de trabalho dos empregados, abrangidos pela presente Convenção Coletiva de trabalho poderão ser homologadas de forma facultativa no SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTE RODOVIÁRIO NO ESTADO DE GOIÁS, devendo a empresa apresentar a Entidade Sindical todos os documentos exigidos pelas Instruções Normativas do Ministério do Trabalho e Emprego.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento das verbas rescisórias, a homologação do TRCT, bem como a entrega das guias do Seguro Desemprego, e os demais documentos para o saque do FGTS, deverão atender ao prazo legal, sob pena de pagamento pelo empregador

da multa estabelecida no §8º do artigo 477 da CLT. O pagamento das verbas rescisórias poderá ser em dinheiro, cheque visado ou administrativo, depósito bancário, transferência ou ordem de pagamento em nome do empregado, desde que o valor correspondente esteja comprovadamente disponível para saque no ato da homologação. Em se tratando de empregado menor de idade ou não alfabetizado, o pagamento somente poderá ser em espécie.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Será cobrado da empresa o valor de R$ 100,00 (cem reais) para cada rescisão contratual do empregado. Que será revertido à Entidade Sindical para custeio do benefício da segurança jurídica proporcionada aos interessados na assistência rescisória.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Atribuições da Função/Desvio de Função

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - MOTORISTA OPERACIONAL

O Motorista Operacional passa a fazer parte da Convenção Coletiva de Trabalho aplicada aos motoristas executivos que trabalham nas empresas que prestam serviços em Instituições, Ibama, Inmetro, com abrangência territorial em Goiás.

Parágrafo Primeiro: O motorista operacional terá as atribuições de manusear todos os equipamentos e instrumentos necessários para execução dos serviços, quais sejam, conduzir a viatura juntamente com o técnico até o local da execução dos serviços, carregar e descarregar os equipamentos e padrões de trabalho, dar suporte ao técnico e/ou fiscal metrológico nas ações de metrologia, qualidade e/ou da avaliação de conformidade.

Paragráfo Segundo: Para o exercício do labor na função de Motorista Operacional, o piso salarial será de R$ 1.980,00 (um mil, novecentos e oitenta reais) + 30% de adicional de periculosidade, calculado sobre o piso, se for constatado através de laudo pericial e necessidade, mais os demais benefícios previstos na CCT.

Estabilidade Mãe

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DISPENSA DA GESTANTE

É vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até 05 meses após o parto.

Estabilidade Acidentados/Portadores Doença Profissional

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - ESTABILIDADE PROVISÓRIA

As empresas concederão uma estabilidade provisória de 12 (doze) meses aos seus empregados quando estes retornarem ao trabalho, depois de gozo de auxílio doença por motivo de acidente de trabalho, desde que o empregado esteja capacitado para exercer sua função.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Prorrogação/Redução de Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA - JORNADA DE TRABALHO

Ficam as Empresas autorizadas a acrescentarem 48 (quarenta e oito) minutos complementares à jornada diária normal de trabalho, observadas as normas previstas na Lei 13.103/2015, de segunda a sexta-feira, desde que compensados com a dispensa do trabalho aos sábados, na forma do Art. 59 da CLT e Art. 7°, XIII, da CF.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - INTERVALO INTRA-JORNADA

O intervalo intra-jornada normal de 2 (duas) horas para alimentação e repouso do empregado em viagem sujeita a horário, poderá ser alongado em mais 3 (três) horas, na forma do artigo 71 da CLT, com observação o que dispõe a Lei 13.103/2015.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Uniforme

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - UNIFORMES

As empresas ficarão obrigadas a fornecer gratuitamente dois uniformes por ano aos seus empregados abrangidos por esta Convenção quando o uso dos mesmos for obrigatório, os quais deverão ser devolvidos quando da rescisão de Contrato de Trabalho. Na hipótese de rescisão de Contrato de Trabalho sem a devolução prevista acima, faculta-se à Empresa a retenção do equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor da aquisição daqueles uniformes.

Manutenção de Máquinas e Equipamentos

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - MULTAS E IRREGULARIDADES NO VEÍCULO

Correrão por conta das Empresas todos os gastos efetuados pelos motoristas com o veículo durante a viagem, referentes a conserto de pneus, molas, multas por irregularidades no veículo ou nos documentos e outras despesas neste sentido, desde que não sejam causados por culpa dos motoristas, fato este devidamente comprovado.

CIPA – composição, eleição, atribuições, garantias aos cipeiros

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - CIPA - COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES

As empresas que ainda não constituíram Comissão Interna de Prevenção de Acidente(CIPA) , na forma prevista no artigo 163 a 165 da CLT e NR5 da **Portaria** GM n.º **3.214**, de 08 de junho de 1978, publicada no DOU de 06/07/78, providenciarão a constituição a partir da vigência da presente Convenção Coletiva do Trabalho.

Parágrafo Único: As empresas se comprometem a comunicar ao Sindicato Suscitante, com trinta dias de antecedência, a convocação de eleições para escolha dos representantes de empregados nas Comissões de Prevenção de Acidentes - CIPA.

Aceitação de Atestados Médicos

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - ATESTADO MÉDICO/ODONTOLÓGICO

As empresas se comprometem a aceitar o **ATESTADO MÉDICO** ou **ODONTOLÓGICO**, este quando se tratar de extração, fornecido pelo Sindicato, para fim de justificar faltas ao serviço, excetuando-se aqueles que possuam serviços próprios, desde que assegurem ao

empregado o repouso necessário.

Outras Normas de Proteção ao Acidentado ou Doente

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - AFASTAMENTO POR DOENÇA

Fica assegurada a complementação de salário pelas Empresas, até o valor do salário, ao trabalhador afastado por motivo de doença, durante o prazo de 06 (seis) meses.

Relações Sindicais

Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - AVISOS NO LOCAL DE TRABALHO

As empresas permitirão que sejam, através do Departamento Pessoal, afixados no local de trabalho AVISOS ou qualquer orientação que não tenham caráter político, da parte do Sindicato suscitante aos empregados.

Acesso a Informações da Empresa

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

Por decisão unânime da Assembleia Geral Extraordinária da categoria econômica, as empresas representadas pelo Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas do Estado de Goiás, ficam obrigadas ao pagamento de uma Taxa ASSISTENCIAL/NEGOCIAL PATRONAL igual a R$ 1.600,00 (um mil seiscentos e vinte reais), dividida em 02 (duas) parcelas iguais, em favor do Sindicato Patronal necessária à instalação e/ou manutenção de atividades sindicais previstas no Diploma Consolidado (CLT) e Constituição Federal, que se responsabiliza, integralmente pela cobrança, devoluções e multas que por ventura venham

ocorrer.

PARÁGRAFO UNICO - A referida taxa deverá ser recolhida em guia própria fornecida pelo Sindicato Patronal, nos meses de julho e agosto de 2021, devendo ser recolhida a primeira parcela correspondente a R$ 800,00 (oitocentos reais), até o dia 30 de julho de 2021 e a segunda parcela de igual valor, e até o dia 31 de Agosto de 2021. A falta desses recolhimentos, nos prazos assinalados, implicará na aplicação da multa de 10% nos primeiros 30 (trinta) dias, com adicional de 2% (dois por cento) por mês subsequente, além dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, após a devida correção do valor pela TR, independentemente de despesas judiciais decorrentes de cobrança judicial que por ventura venha a ser intentada pelo Sindicato patronal, necessária à cobrança ora estipulada.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL LABORAL

Não haverá desconto.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - MENSALIDADE SINDICAL

As empresas se comprometem, desde que devidamente autorizadas pelos empregados e associados do Sindicato, a descontarem na forma de pagamento dos mesmos as mensalidades sociais devidas ao Sindicato, de acordo com o disposto no Artigo **545 da CLT.**

Disposições Gerais

Aplicação do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - ABRANGÊNCIA ESPECÍFICA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho **aplica-se aos Motoristas Executivos que trabalham nas empresas que prestam serviços em Instituições, Autarquias, Tribunais, Ibama, Inmetro, Bancos Oficiais, bem como, Bancos e Empresas Privadas, com abrangência territorial em Goiás.**

Outras Disposições

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - ASSINATURA DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

Assinam a presente Convenção as partes representadas.

Goiânia-Go, 15 de Junho de 2020.

ADEDIMAR GONCALVES FERREIRA
Presidente
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSP RODOV NO EST GO

ADEMAR PEREIRA DO ESPIRITO SANTO
Presidente
SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE CARGAS E LOGISTICA DO ESTADO DE GOIAS

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço http://www.mte.gov.br.

UFJ

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DIRETORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS

Consolidação das Pesquisas de Preços

Jataí, 14 de dezembro de 2021

Em atendimento à IN nº 73/2020, encaminha-se a consolidação dos dados da pesquisa de preços feitos por esta Diretoria de Gestão de Contratos de Serviços/PROAD/UFJ.

1. Requisições a que se aplicam

Referente ao Documento de Formalização de Demanda 2480975 , do processo **23070.060433/2021-29**, onde foi solicitado início de processo de contratação/planejamento de contrato de serviço de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí.

2. Identificação do Agente Responsável pela cotação (Art. 3º, inciso I, IN 73/2020)

Massoiacy Pereira Marques e Wendell Pereira da Silva

3. Caracterização das fontes consultadas (Art. 3º, inciso II, e Art. 5º, IN 73/2020)

Foi utilizada a pesquisa de preços na internet pelo Google Shopping. Também foram enviados solicitação de orçamento via email para seguintes empresa: servmedgo@hotmail.com ; laboralmedocupa@gmail.com ; metra.financeiro1@gmail.com ; obtendo resposta apenas da empresa Metra.
Para verificar se os preços praticados estão próximos aos praticados em outras instituições, foi utilizado o contrato atual dos mesmos serviços da UFJ como parâmetro, também foi pesquisado outros contratos da UFG que tem os mesmos postos, além de contratos de outras instituições.

4. Justificativa para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inexequíveis, inconsistentes e excessivamente elevados (Art. 3º, inciso V, e Art. 6º, § 2º, IN 73/2020)

No caso de contratos D.E.M.O. (Dedicação exclusiva de Mão de Obra) o fator principal de valores é a CCT da categoria. Verificamos que a Planilha de Custos e Formação de

Preços elaborada com valores estimativos se mantém com valores próximos ao do contrato atual e de outras instituições. No caso dos uniformes foram mantidos os preços de menor valor das pesquisas, excluindo valores baixos ou altos demais, considerados inexequíveis.

5. Listagem dos fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas (Art. 5º, § 2º, inciso III, IN 73/2020)

Não se aplica.

6. Caso não tenha sido identificado nenhum preço no Painel de Preços ou contratações similares de outros entes públicos, justifica-se (Art. 5º, § 1º, IN 73/2020)

Não foi utilizado o painel de preços, pois os itens pesquisados como camisa, calça, cinto, é melhor fazer a pesquisa no Google Shopping. No caso dos salários, foi pesquisado na CCT da categoria de motoristas.

7. Itens em que não foi possível a pesquisa de ao menos 03 (três) preços, justifica-se (Art. 6º, § 4º, IN 73/2020)

Não se aplica.

Massoiacy Pereira Marques
Departamento de Gestão de Contratos de Serviços

Wendell Pereira da Silva
Departamento de Logística - UFJ

Pró-reitora de Administração e Finanças
email: gestaocontratos.jatai@ufg.br
Contato: 64-3606-8395 (Whatsapp)
Universidade Federal de Jataí

Calça tipo jeans; nas cores cinza, preto ou azul marinho.

Todas Imagens Maps Shopping Mais

Centro, Jataí - GO

Classificar por: Relevância

Preço

- Até R$ 50
- R$ 50 – R$ 90
- R$ 90 – R$ 150
- Acima de R$ 150

R$ Mín – R$ Máx

Cor

Estilo

- Jeans
- Legging
- Jogger
- Calças sociais

Tipo de tamanho

- Convencional
- Plus Size

Tamanho da cintura

1½	1	2	2½
3	4	3½	5
6	4½	7	8
5½	9	10	6½
11	12	7½	13
14	8½	15	16
9½	17	18	10½
19	20	11½	21
22	12½	23	24
13½	25	26	14½
27	28	15½	29
30	16½	31	32
17½	33	34	18½
35	36	19½	38
40	20½	42	44
21½	46	48	22½
50	52	23½	54
56	24½	58	60
25½	26½	27½	28½
29½	30½	PPP	PP
31½	P	M	32½
G	GG	33½	XGG
1XG	34½	2XG	3XG
35½	4XG	5XG	36½
37	6XG	U	37½
38½	39	39½	40½
41	41½	42½	43

Anúncios · Ver Calça tipo jeans; nas cores cinza, preto ou azul marinho.


PROMOÇÃO

Calça Jeans Forum Skinny Igor Azul-Marinho - Azul…

R$ 179,99 ~~R$ 28…~~

Dafiti


PROMOÇÃO

Calça Jeans Forum Slim Alexandre Azul-Marinho - Az…

R$ 194,99 ~~R$ 34…~~

Dafiti


PROMOÇÃO

Calça Jeans Forum Reta Lisa Azul-Marinho - Azul…

R$ 164,99 ~~R$ 27…~~

Dafiti


PROMOÇÃO

Calça Jeans Forum Slim Johann Azul-Marinho - Azul…

R$ 219,99 ~~R$ 36…~~

Dafiti



Kit 2 Calças Jeans Estilo Work Estilo Basic County Ref…

R$ 125,80

Mercado Livre

Frete grátis



Calça Jeans Ecxo Estonada Masculina -…

R$ 49,99

Netshoes


REDUÇÃ

Calça Via Qu Mascu

R$ 45,

Zattini

Custav

Sobre esta página



Calças Masculina Sarja Jeans Slim Fit Lycra Elastano Cores Outras

Mais opções

R$ 52,90

Mercado Livre



Calça Jeans Pentagono Iv Masculino Azul Escuro - Azul - Masculino - Dafiti

Mais opções

R$ 68,90

Dafiti



Calça Jeans Pentagono Iv Masculino Azul Escuro - Kanui

Mais opções

R$ 68,90

Kanui



Calça Slim Jeans | Masculino | Marfinno | Azul Escuro | 48

Mais opções

R$ 139,90

Renner



Calça Jeans Masculina Tradicional Com Elastano - Oliveira, Preto, 42

Mais opções

R$ 39,90

Magazine Luiza



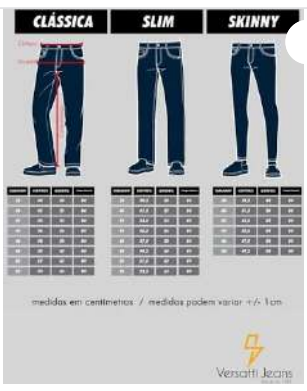
Calças Jeans compridas Masculinas Moda Casual Solto Reto Plus Size, Cinza / 44

Mais opções

R$ 249,00

Amocompra

Entrega gratuita



Calça Jeans Versatti Masculina Classica Premium Original Azul Fez - Azul Marinho ...

R$ 79,90

Dafiti



Calça Jeans Super Skinny Pentagono III Masculino Azul Escuro - Azul - Masculino ...

Mais opções

R$ 68,90

Dafiti

Calça Jeans Masculina Tradicional Com Elastano - Oliveira, Preto, 48

Mais opções

R$ 39,90

Magazine Luiza

Calça Jeans Skinny Via Quatro Lisa Masculina, Azul escuro, 40

Mais opções

R$ 50,99

Netshoes

Comparar preços de 2 lojas

PROMOÇÃO

Calça Sarja Alleppo Jeans Azul Marinho - Azul Marinho - Masculino - Dafiti

Mais opções

R$ 79,99 ~~R$ 199,00~~

Dafiti

Calça Jeans Masculina Reta all-match, Azul Escuro / 40

Mais opções

R$ 259,00

Amocompra

Entrega gratuita

43½ 44½ 45 45½
46½ 47 47½ 48½
49 49½ PPP/PP
PP/P P/M M/G
G/GG

Departamento
- [ ] Masculino
- [ ] Feminino

Mais

Marca
- [ ] Colcci
- [ ] Forum Snowboards
- [ ] Calvin Klein
- [ ] Malwee
- [ ] Levi's
- [ ] Chic Me
- [ ] Floryday

Comprimento entrepernas

27 28 29 30
31 32 33 34
35 36 37 38
39 40
Extra curto
Curto Normal
Longo
Extra longo

Condição
- [ ] Itens novos
- [ ] Itens usados

Frete
- [ ] Frete grátis

Vendedor
- [ ] Dafiti
- [ ] Kanui
- [ ] Magazine Luiza
- [ ] Netshoes
- [ ] Zattini

Mais

Calça Jeans Pentagono Vi Masculino Azul Escuro - Azul - Masculino - Dafiti
Mais opções
R$ 68,90
Dafiti

Calça Jeans Ogochi Essencial Azul Jeans Escuro Original
R$ 187,94
Mercado Livre
Entrega gratuita

Calça Jeans Color Masculina Slim Azul Marinho
Mais opções
R$ 99,90
Riachuelo

Calça Masculina Basica Jeans Escuro Polo Wear Azul
Mais opções
R$ 59,90
Mercado Livre
Entrega gratuita

Calça Jeans Super Skinny Pentagono Iv Masculino Azul Escuro - Kanui
Mais opções
R$ 68,90
Kanui

Calça Reta em Jeans | Masculino | Marfinno | Cinza | 40
Mais opções
R$ 119,90
Renner

Calça Jeans Super Skinny Pentagono II Masculino Azul Escuro - Luxx Fashion, Azul ...
Mais opções
R$ 69,90
Netshoes
Comparar preços de 2 lojas

Calça Jeans Masculina Tradicional Com Elastano - Oliveira, Preto, 50
Mais opções
R$ 39,90
Magazine Luiza

Kit 3 Calça Jeans Masculina Tradicional Com Elastano - Oliveira, Preto, 38
Mais opções
R$ 115,00
Magazine Luiza

Calça Reta Jeans Azul Escuro
Mais opções
R$ 99,99
C&A

Calça Jeans Ecxo Estonada Masculina - Masculino - Azul Escuro
Mais opções
R$ 44,99
Zattini

Calça Jeans Super Skinny Pentagono II Masculino Azul Escuro - Jeans - Masculino ...
Mais opções
R$ 59,90
Dafiti

Calça Jeans Super Skinny Pentagono I Masculino Azul Escuro - Azul - Masculino ...
Mais opções
R$ 68,90
Dafiti

PROMOÇÃO
Calça Masculina Jeans Escuro Polo Wear 50386 - Azul Marinho - 42
R$ 87,99 ~~R$ 99,99~~
Casas Bahia

Calça Jeans Hurley Slim Pespontos Azul-Marinho - Kanui
R$ 159,99
Dafiti
Comparar preços de 2 lojas

Calça Jeans Super Skinny Pentagono III Masculino Azul Escuro - Kanui
Mais opções
R$ 68,90
Kanui

Calça Jeans Super Skinny Pentagono Iv Masculino Azul Escuro - Azul - Masculino ...
Mais opções
R$ 68,90
Dafiti

Calça Jeans Taco Straight Básica Escura Azul Escuro
Mais opções
R$ 109,90
Taco

Calça Jeans Pentagono Masculino Azul Claro - Jeans - Masculino - Dafiti Brasil
Mais opções
R$ 69,90
Dafiti

Calça Jeans Pentagono Masculino Azul Escuro - Jeans - Masculino - Dafiti Brasil
Mais opções
R$ 59,90
Dafiti

Calça Jeans Masculina Slim Azul Escuro
Mais opções
R$ 89,99
C&A

Calça Lost Denim Basics - Masculino - Azul Escuro
R$ 287,90
Netshoes

Calça Jeans Reta Masculina Revanche Germano Azul - 40 - Azul Marinho
R$ 199,99
Modas Multimarcas
Entrega de R$ 20,00

Calça Jeans Super Skinny Pentagono I Masculino Azul Escuro - Kanui
Mais opções
R$ 68,90
Kanui

Calça Jeans Ecxo Estonada Masculina - Masculino - Azul Escuro
Mais opções
R$ 49,99
Netshoes

Calça Masculina Arbítrio Skinny Azul Jeans - Azul Marinho - Masculino - Dafiti
R$ 117,90
Dafiti

PROMOÇÃO
Calça Jeans Masculina Azul Escuro Jeans Escuro - Jeans - 44
R$ 49,99 ~~R$ 79,99~~
Lojas Markem

Calça Jeans Delavê I Masculino Azul Claro - Azul - Masculino - Dafiti
Mais opções
R$ 68,90
Dafiti

Calça Jeans Moletom Masculina Slim Azul Marinho 38
R$ 79,99
Lojas Torra

Calça Jeans Super Skinny Pentagono III Masculino Azul Escuro - Luxx Fashion, Azul ...
Mais opções
R$ 59,90
Magazine Luiza

Calça Jeans Delavê III Masculino Azul Claro - Azul - Masculino - Dafiti
Mais opções
R$ 68,90
Dafiti

Calça Jeans Masculina Reta Azul Escuro 40
Mais opções
R$ 59,99
Lojas Torra

Calça Jeans Masculina de Lyocell Cintura Alta Solta Negócio elástica, Azul Escuro ...
Mais opções
R$ 249,00
Amocompra
Entrega gratuita

Calça Jeans Masculina Sem Lycra - Kaeru - Azul Marinho - 40
Mais opções
R$ 55,19
Extra.com.br

Calça Jeans Pentagono VIII Masculino Azul Escuro - Azul - Masculino - Dafiti
Mais opções
R$ 68,90
Dafiti

Calça Jeans Delavê Iv Masculino Azul Claro - Azul - Masculino - Dafiti
Mais opções
R$ 68,90
Dafiti

Calça Jeans Aleatory Slim Pespontos Azul-Marinho - Azul Marinho - Masculino ...
Mais opções
R$ 129,99
Dafiti

Calça Jeans Masculina Básica Reta Azul Escuro 42
R$ 79,99
Lojas Torra

Calça Jeans Super Skinny Pentagono II Masculino Azul Escuro - Kanui
Mais opções
R$ 59,90
Kanui

Calça Jeans Masculina Skinny Marmorizada Azul Escuro 40
R$ 69,99
Lojas Torra

Calça Jeans Pentagono Masculino Azul Escuro - Kanui
Mais opções
R$ 59,90
Kanui

Calça Jeans Color Slim Azul Marinho
Mais opções
R$ 99,90
Riachuelo

Calça Jeans Masculina Skinny Azul Escuro
Mais opções
R$ 119,99
C&A

Calça Jeans Slim Ellus Black Sand Masculina - Masculino - Azul Escuro
R$ 287,99
Zattini

Calça Jeans Azul Escuro Básica Skinny
R$ 279,00
Damyller
Entrega de R$ 0,01

Calça Jeans Cool Fit Dark Blue M.officer Azul - Kanui
R$ 198,90
Kanui

Calça Jeans Pentagono Masculino Azul Claro - Kanui
Mais opções
R$ 69,90
Kanui

Calça Jeans Premium Skinny Brut OFFERT Azul Marinho - Azul Marinho - Masculino ...
R$ 99,90
Dafiti

Filtrar por Marca

Colcci | Forum Snowboards | Calvin Klein | Malwee | Levi's | Chic Me | Floryday

Filtrar por Departamento

Anexo Pesquisa de Preço - Calça Jeans (2587631) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 27

Masculino

Feminino

Anúncios · Ver Calça tipo jeans; nas cores cinza, preto ou azul marinho.

	PROMOÇÃO	PROMOÇÃO	PROMOÇÃO	PROMOÇÃO		
3391 Calca Jeans Masculina 15446	Calça Jeans Forum Slim Alexandre Azul-Marinho - Az…	Calça Jeans Forum Skinny Igor Azul-Marinho - Azul…	Calça Jeans Forum Reta Lisa Azul-Marinho - Azul…	Calça Jeans Forum Slim Johann Azul-Marinho - Azul…	Calça Jeans Lacoste Slim Pespontos Azul-…	Calça Sarja J Lycra E
R$ 109,90	**R$ 194,99** ~~R$ 34…~~	**R$ 179,99** ~~R$ 28…~~	**R$ 164,99** ~~R$ 27…~~	**R$ 219,99** ~~R$ 36…~~	**R$ 259,99**	**R$ 52,**
Dani e Dante	Dafiti	Dafiti	Dafiti	Dafiti	Dafiti	Mercad

Anúncio · www.liveoficial.com.br/

Legging é na LIVE - Hit nas Academias

Conheça a Nova Coleção. Leggings Fitness com Qualidade e Muito Estilo. Várias Estampas.
Compre On-line e Parcele em até 10x no Cartão. Entrega Rápida. Envio para Todo Brasil!
Parcele em até 10x. Troca Estendida. Receba em Casa. Entrega Rápida e Segura.
Mais Vendidos · Lançamentos Moda Praia · Kits LIVE! · Lançamentos Moda Fitness

Anúncio · www.netshoes.com.br/calça/cinza

Calça Cinza - Black Friday Netshoes

Black Friday Netshoes Com Até 80% Off. A Conexão Com o Esporte Tá On. **Calça Cinza**
Você Encontra na Netshoes c/ Descontos Especiais. Em Até 10X S/Juros. Entrega Garantida.
Frete Grátis* Serviços: Entrega Expressa, Parcele Em Até 10x, Frete Grátis*.
2 Produtos Por R$ 99,99 · Leve 3 Pelo Preço de 2 · Outlet Netshoes

camis social 100% algodão

Todas Imagens Maps Shopping Mais SafeSearch ativado

Limpar todos os filtros

Jataí - GO

Preço

- Até R$ 70
- R$ 70 – R$ 100
- R$ 100 – R$ 200
- Acima de R$ 200

R$ Mín – R$ Máx

Cor

Estilo Limpar

- Camisete
- Camisas e blusas
- Camiseta

Estilo da manga

- Manga longa
- Manga curta

Departamento

- Masculino
- Feminino
- Infantil
- Meninos
- Meninas

Tamanho

0	000	2	1
3	4	5	6
7	8	10	9
12	11	14	13
16	15	18	17
20	22	24	26
28	30	32	34
36	38	40	42
44	46	48	50
52	54	56	58

Camisete

Você quis dizer: ***camisa*** social 100% algodão

Anúncios · Ver camis social 100% algodão



Camisa Masculina Squares Relax French - Branco -...

R$ 226,90

Shop2Gether



Camisa Casual Manga Longa Lisa Em Algodão...

R$ 299,90

Vila Romana



Camisa Manga Longa Social Em Algodão Azul Clar...

R$ 299,90

Aramis



Camisa Manga Longa Social Xadrez | Masculin...

R$ 59,90

Renner



Camisa S Masculin Pano Mar

R$ 69,90

Amazon.

Anexo Pesquisa de Preço - Camisa Social (2587640) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 29

camis social 100% algodão

PPP/PP PP/P

P/M M/G G/GG

U PPP PP P

M G GG XGG

1XG 2XG 3XG 4XG

Marca

- Ralph Lauren
- Milano Italy
- Dudalina
- Reserva
- Lacoste
- Abercrombie & Fitch
- Tommy Hilfiger

Condição

- Itens novos
- Itens usados

Frete

- Frete grátis

Vendedor

- Casas Bahia
- Dommen
- Magazine Luiza
- Mercado Livre
- Zattini

Mais



Camisa Social 100% Algodão (slim Fit) Própria

R$ 68,61
Mercado Livre



Kit 3 Camisa Social Masculina Manga Longa 100% Algodão Própria

R$ 170,35
Mercado Livre
Entrega gratuita



Camisa Social Teodoro Work 10 % Algodão 50 Fios Masculina - Masculino ...

Mais opções

R$ 79,99
Zattini



Camisa Social Manga Longa Slim Confidencial Azul Marinho - Azul Marinho ...

Mais opções de estilo

R$ 89,00
Dafiti



Camisa Social Manga Longa Slim Fit 100% Algodão Confortavel ONTREND

Mais opções

R$ 63,11
Mercado Livre



Camisa Social Manga Longa 100% Algodão Samys

R$ 68,00
Mercado Livre



Kit 3 Camisa Social Manga Longa 100% Algodão Diversas Cores Própria

R$ 173,25
Mercado Livre
Entrega gratuita

PROMOÇÃO



Camisa 100% Algodão (6)

R$ 99,90 ~~R$ 109,90~~
Charleville Camisaria
Entrega gratuita



Kit 3 Camisa Social Manga Long Slim Fit de Algodão Própria

R$ 165,00
Mercado Livre
Entrega gratuita

Anexo Pesquisa de Preço - Camisa Social (2587640) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 30

camis social 100% algodão



Camisa Social Masculina 100% Algodão Com Bolso Classica 1564 Amil

Mais opções

R$ 97,02
Mercado Livre
Entrega gratuita



Camisa Social LBL Não Amassa 1672 Marinho - Azul Marinho - Masculino - Algodão ...

R$ 92,00
Dafiti



Camisa Social Manga Longa Slim Fit 100% Algodão Premium ONTREND

Mais opções

R$ 63,11
Mercado Livre



Camisa Social Masculina Slim Fit Manga Curta Algodão Própria

R$ 58,80
Mercado Livre



Camisa Social Masculina Slim Teodoro Camuflado 100 % Algodão - Bege - Masculino ...

Mais opções

R$ 89,00
Dafiti



Kit 3 Camisa Social Slim Fit Algodão Luxo - Pronta Entrega Propria

R$ 136,74
Mercado Livre
Entrega gratuita



Camisa Social Manga Longa Slim Fit - 100% Algodão Própria

R$ 66,53
Mercado Livre



Kit 3 Camisa Social Manga Longa 100% Algodão - Slim Fit Própria

R$ 187,85
Mercado Livre
Entrega gratuita



Camisa Social Slim Fit Manga Longa de Algodão Própria

R$ 59,00
Mercado Livre

Anexo Pesquisa de Preço - Camisa Social (2587640) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 31

camis social 100% algodão



Camisa Social Masculina Branca Slim Fit Squad 100% Algodão Camisaria J Silver

R$ 65,00
Mercado Livre



Camisa Social Stamp Premium Fio 60 (1)

R$ 89,90 ~~R$ 99,90~~
Charleville Camisaria
Entrega gratuita



Camisa Social Algodão Slim Fit - Azul Marinho

Mais opções

R$ 99,90
Riachuelo



Camisa Social Manga Longa 100% Algodão Lisa - Ontrend, Prata, GG

Mais opções

R$ 78,90
Mercado Livre



Camisa Social Azul Claro Masculina Manga Longa de Algodão

R$ 114,00
Dommen
Entrega de R$ 5,00



Camisa Social Masculina Slim 100% Algodão Festas e Balada Kelvy's Camisas

R$ 89,90
Mercado Livre
Entrega gratuita



Camisa Pinpoint 100% Algodão Azul (5)

R$ 119,90
Charleville Camisaria
Entrega gratuita



Camisa Social Masculina Slim - Masculino - Grafite

R$ 125,90
Zattini



Camisa Social LBL Não Amassa 1672 Preto - Preto - Masculino - Algodão - Dafiti

Mais opções

R$ 92,00
Dafiti

Anexo Pesquisa de Preço - Camisa Social (2587640) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 32

camis social 100% algodão



Camisa Social Slim colarinho Italiano Branco 100% Algodão Manduria

R$ 99,90
Mercado Livre
Entrega gratuita



Camisa Social Manga Longa Slim Algodão Nobre Passa Fácil. Azul Claro P

Mais opções

R$ 124,99
Netshoes

Comparar preços de 5 ou mais lojas



Camisa Social Manga Longa 100% Algodão Slim Fit Confortavel ONTREND

R$ 63,11
Mercado Livre



Camisa Masculina 100% Algodão, Camisa Social Casual Com Botões

R$ 61,59
AliExpress.com
Entrega gratuita



Camisa Pinpoint 100% Algodão Lilas (7)

R$ 89,90
Charleville Camisaria
Entrega gratuita



Camisa Slim Masculina Slim Algodão Fio 40 Cinza 039 0487 02

R$ 79,00
Camisaria Fascynios



Camisa Social Masculina Tradicional Algodão Fio 40 Cinza 015 08181 01

R$ 99,00
Camisaria Fascynios



Camisa Social Preto Manga Longa Tecido Algodão Original MX72

R$ 79,54
Mercado Livre
Entrega gratuita



Camisa Social Masculina Slim MirehLider Azul Royal - Azul - Masculino - Algodão ...

R$ 59,90
Dafiti

Anexo Pesquisa de Preço - Camisa Social (2587640) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 33

camis social 100% algodão



Camisa Social Masculina Branca Balada Slim 100% Algodão Kelvy's Camisas

R$ 105,90
Mercado Livre
Entrega gratuita



Camisa Social Breda 100% Algodão M/L Bordô/Marinho Plus Size

Mais opções

R$ 178,10
Mercado Livre
Entrega gratuita



Camisa Social Masculina Tradicional Preto 002 Kit 07944 06

R$ 59,00
Camisaria Fascynios



Camisa Social Marrom Masculina Manga Longa de Algodão

R$ 114,00
Dommen
Entrega de R$ 5,00



Camisa Social Masculina Tradicional Algodão Fio 40 Creme 310 08182 01

R$ 99,00
Camisaria Fascynios



Camisa Social Masculina Teodo Tradicional Algodão Casual - Masculino - Branco

Mais opções

R$ 127,90
Netshoes



Linda Camisa Social Masculina Verde 100%Algodão DML Modas

R$ 89,00
Mercado Livre
Entrega gratuita



Camisa Social Xadrez Aveludada em Algodão - Branco Com Azul Claro - G

Mais opções

R$ 209,90
Use Dali - Relógios e Acessórios
Entrega gratuita



Camisa Social Masculina Tradicional Listrada Preto f07600a Camisa Social ...

R$ 99,00
Camisaria Fascynios

Filtrar por Marca

Anexo Pesquisa de Preço - Camisa Social (2587640) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 34

camis social 100% algodão


Ralph Lauren


Milano Italy


Dudalina


Reserva


Lacoste


Abercrombie Fitch

Filtrar por Estilo da manga


Manga longa


Manga curta

Anúncios · Ver camis social 100% algodão


Camisa Ralph Lauren Masculina Custom Fit...
R$ 194,90
Gareth


Camisa Ralph Lauren Masculina Custom Fit Oxfor...
R$ 189,99
Secret Outlet


Camisa Armani Exchange Masculina Cotton...
R$ 169,99
Dixen


Camisa Manga Longa Havaianas Linho
R$ 199,99
Havaianas


Camisa C
Manga Lo
Em Algoc
R$ 299,9(
Vila Rom

Google camisa tipo polo

Todas Imagens Maps Shopping Mais

Jataí, GO

Classificar por: Relevância

Mostrar apenas
- [ ] Promoção

Preço
- ◯ Até R$ 35
- ◯ R$ 35 – R$ 60
- ◯ R$ 60 – R$ 100
- ◯ Acima de R$ 100

R$ Mín – R$ Máx

Cor

Material
- [ ] Algodão 100%
- [ ] Jersey
- [ ] Poliéster
- [ ] Malha
- [ ] Algodão misto
- [ ] Algodão orgânico

Estilo da manga
- [ ] Manga curta
- [ ] Manga longa

Departamento
- [ ] Masculino
- [ ] Feminino
- [ ] Infantil
- [ ] Meninos

Tamanho

2	1	4	3
6	5	8	7
10	9	12	14
32	34	36	38
40	42	44	46
48	50	52	54
5XG	6XG	PPP/PP	
PP/P	P/M	M/G	
G/GG	U	PPP	
PP	P	M	G
GG	XGG	2XG	3XG
4XG			

Gola
- [ ] Com colarinho
- [ ] Gola V
- [ ] Gola careca
- [ ] Gola rolê

Estampa
- [ ] Camuflagem
- [ ] Listras
- [ ] Floral
- [ ] Xadrez

Marca
- [ ] Aleatory
- [ ] adidas
- [ ] Lacoste
- [ ] Ralph Lauren
- [ ] Nike
- [ ] The North Face

Anúncios · Ver camisa tipo polo



Polo masculina de Tênis Dry 500, azul-marinho, GG
R$ 89,99
Decathlon



Kit 5 Camisa Polo Masculina Original Algodão -…
R$ 132,00
Netshoes



KIT 5 Camisas Polo Piquet Masculina Azul Marinho
R$ 160,90
Loja Mirante



Kit com 6 Camisas Gola Polo Masculina Origin…
R$ 144,42 ~~R$ 16…~~
Magazine Luiza



Kit 5 Camisas Polo Masculina Lisa Factory 42
R$ 179,90
Amazon.com.br - …
Frete grátis



POLO GOLFE 500 MASCULINA Polo grey heather mw …
R$ 69,99
Decathlon



Ca… Mascu… Arteng…
R$ 54,
Decath…

Sobre esta página



Camisa Polo Preta Intelbras P
R$ 35,90
Intelbras
Entrega de R$ 0,00



Camiseta Basica Gola Polo Feminino Para Uniforme Manga Curta Variedades comercio
R$ 36,96
Mercado Livre
Entrega de R$ 0,00



Camisa Gola Polo Feminina Baby Look Camiseta Atacado Varejo Variedades comercio
R$ 36,31
Mercado Livre
Entrega de R$ 0,00



Camisa Polo Masculina Básica Com Bolso Frontal Hering
Mais opções
R$ 62,99
Magazine Luiza
Entrega de R$ 0,00
Comparar preços de 5 ou mais lojas



Camisa Tipo Polo
R$ 38,00
Suzan Uniformes
Entrega de R$ 0,00



Camisa Polo Masculina Cotton Black
R$ 99,90
Happy Fashion
Entrega de R$ 0,00



Gola Polo Masculina 3D - M - Azul Marinho
Mais opções
R$ 75,99
Davy Jones
Entrega de R$ 0,00



Camisetas Gola Polo Original Aproveite O Preço Estilo Rei Tom Sobre Tom
R$ 24,90
Shopee
Entrega de R$ 0,00



Camisa Polo Masculina Vira Lata Malha Piquet Cor Vermelha
5,0 1
Mais opções
R$ 39,90
Netshoes
Entrega de R$ 0,00
Comparar preços de 10 ou mais lojas



Camisa Polo Masculina Promoção - Cinza-G
Mais opções de estilo
R$ 74,99
Kaher modas
Entrega de R$ 0,00



Camiseta Masculina Polo com Bordado Cinza - Exco
R$ 39,99
Posthaus
Entrega de R$ 0,00



Camisa Polo Nike Sportswear Masculina
4,6 328
Mais opções
R$ 219,99
Nike - Loja Oficial
Entrega de R$ 0,00
Comparar preços de 5 ou mais lojas

Google camisa tipo polo

Avaliação do produto

4 ou mais

Mais

Condição

- Itens novos
- Itens usados

Frete

- Frete grátis

Vendedor

- Aleatory Store
- Dafiti
- Enjoei.com
- Loja Mirante
- Mercado Livre
- Meu Estilo
- Netshoes

Mais



Camisa Polo Masculina Bento

R$ 99,90
Happy Fashion
Entrega de R$ 0,00



Lotes de Roupa Camisas Camisetas Polo Feminina Manga Curta Lofter

Mais opções de tamanho

R$ 54,91
Mercado Livre
Entrega de R$ 0,00



Camisa Polo Pionner Camp, Preto / G

R$ 99,90
Loja Hilow
Entrega de R$ 0,00



Kit 4 Camisetas Casual e Esporte Polo Estilo Rei Escolhas Suas Cores Estilo Rei ...

R$ 100,00
Shopee
Entrega de R$ 0,00



Camisa Polo Masculina

R$ 21,99
Pedido mín.: R$ 100
Betice Moda Infantil
Entrega de R$ 0,00



Kit 3 Camisa Gola Polo Pronta Entrega Importada Camiseta

R$ 139,00
Mercado Livre
Entrega gratuita



Camisa Polo Starter Manga Curta Piquet Estampada Cinza Mescla

R$ 59,99
Urbane
Entrega de R$ 0,00

Comparar preços de 4 lojas



Camisa Polo Aramis Reta Frisos Grafite - Kanui

Mais opções

R$ 124,99
Dafiti
Entrega de R$ 0,00

Comparar preços de 2 lojas



Kit 3 Camisa Polo Combat

R$ 149,90
Tática Shop
Entrega de R$ 0,00



3 Camisa Gola Polo Camiseta Masculina -

R$ 139,00
Mercado Livre
Entrega gratuita



Camisas Polo Estilo Rei Direto Da Fabrica Super Oferta Estilo Rei Tom Sobre Tom

R$ 24,90
Shopee
Entrega de R$ 0,00



Camisa Polo Feminina Cor- Preta - Uniblu

R$ 47,00
Uniblu Uniformes
Entrega de R$ 0,00



Camisa Masculina Polo

Mais opções

R$ 46,90
Demorgan Uniformes
Entrega de R$ 0,00

Comparar preços de 5 ou mais lojas



Camisa Polo Com Bolso em Piquet G 100% Algodão Masculina STN Original

R$ 29,99
Americanas.com
Entrega de R$ 0,00



Camisa Polo Premium Baumgarten Azul Tipo Jeans Ultra-Confort - M

R$ 160,27
Liloca Store
Entrega de R$ 0,00



Camiseta Polo Logo Green

R$ 99,95
BAW Clothing
Entrega de R$ 0,00

Google camisa tipo polo



Camiseta Basica Masculina Gola Polo Preta P - Tb Wear

R$ 33,37
Magazine Luiza
Entrega de R$ 0,00



Camisa Polo Masculina Carlos

R$ 99,90
Happy Fashion
Entrega de R$ 0,00



Camisa Polo P.A. Azul Marinho

R$ 36,90
Loja Mirante
Entrega de R$ 0,00



Camiseta Blusa Camisa Gola Polo Masculina Piquet Flero

R$ 37,90
Mercado Livre
Entrega de R$ 0,00



Tipo Animal ocasional Camiseta Polo - Menino,13-14Y

R$ 63,95
SHEIN
Entrega de R$ 39,90



Camisas Polo Manga curta, Preto / XXL

Mais opções

R$ 230,00
Eu Bem vestido
Entrega gratuita



Camisa Pólo Adulto - Tecito Piquet (cores Sob Consulta)

R$ 42,00
Elo7
Entrega de R$ 0,00



Kit 3 Camisas Polo Original Da Estilo Rei

Mais opções

R$ 80,90
Mercado Livre
Entrega gratuita

Camisa Polo Malwee Friso Masculina - Masculino - Branco

5,0 2

Mais opções

R$ 99,90
Zattini
Entrega de R$ 0,00

Comparar preços de 2 lojas



Camiseta Abercrombie & Fitch Masculina | Camiseta Estilo Polo Abercrombie | Moda ...

R$ 79,69
Enjoei.com
Entrega de R$ 0,00



Camisa Polo Cinza Escuro / P

R$ 59,90
Kelvy's Camisas
Entrega de R$ 25,00



Camisa Polo Giraffe, Branco / M

Mais opções

R$ 139,50
Loja Hilow
Entrega de R$ 0,00



Camisa Polo Masculina David

R$ 99,90
Happy Fashion
Entrega de R$ 0,00



Pólo Infantil Masculina 51018 6751 (Marinho, Camiseta Polo, 10)

R$ 24,68
atacadoinfantil.com
Entrega de R$ 0,00



Camisa Polo Lisa Com Bolso G1 Ao G4 Obeso Homens Manga Curta Estilo de roupas

R$ 44,99
Mercado Livre
Entrega de R$ 0,00



Camisa Polo Canelada Club Tennis Adidas

5,0 1

Mais opções

R$ 154,99
Kanui
Entrega de R$ 0,00

Comparar preços de 5 ou mais lojas

Google camisa tipo polo



Camisa Polo Premium Branca - Polo Match, Branco, GG

R$ 37,10 ~~R$ 39,90~~
Submarino
Entrega de R$ 0,00

Comparar preços de 5 ou mais lojas



Camisa Polo Piquet Básica Regular em Algodão Hering

Mais opções

R$ 62,99
Casas Bahia
Entrega de R$ 0,00

Comparar preços de 5 ou mais lojas



Camisa Polo Aleatory Lisa Mescla Verde-Verde-M

R$ 199,00
Aleatory Store
Entrega de R$ 0,00



Camisa Polo Hering

Mais opções

R$ 69,99
Hering
Entrega de R$ 0,00

Comparar preços de 10 ou mais lojas



Camisa Camiseta Masculina Gola Polo Piquet Plus Size G1 A G4 Estilo de roupas

R$ 44,99
Mercado Livre
Entrega de R$ 0,00



Camisa Polo Giraffe Tradicional, Verde / M

Mais opções

R$ 127,00
Loja Hilow
Entrega de R$ 0,00



Kit 3 Camisa Polo Original Modelo Slim Preço Direto Da Fabrica Estilo Rei

R$ 72,90
Shopee
Entrega de R$ 0,00



Camisa Polo Básica - Verde

R$ 49,90
Riachuelo
Entrega de R$ 0,00



Camisa Polo Masculina Ziiip Po007

R$ 78,90
Mercado Livre
Entrega de R$ 0,00



Kit 4 Camisa Gola Polo Masculina Atacado e Revenda - Imp, GG

R$ 97,60
Magazine Luiza
Entrega de R$ 0,00

Comparar preços de 2 lojas



Camisa Polo Tipo Militar Verde Camuflada Free Army - Original P Verde Exercito

R$ 129,90
Camisas Masculinas
Entrega de R$ 9,90



Camisa Polo Feminina Cor- Azul Marinho - Uniblu

R$ 47,00
Uniblu Uniformes
Entrega de R$ 0,00



Camisa Polo Ecko Piquet Especial Vinho

R$ 56,99
Allianz Parque Shop
Entrega de R$ 0,00

Comparar preços de 5 ou mais lojas



Super 3 Camisas Polo Classica Original Da Estilo Rei

R$ 80,90
Mercado Livre
Entrega gratuita



Camisa Polo Masculino Manga Curta Padrão Bordado Cor sólido, Verde / PP

R$ 99,00
Amocompra
Entrega de R$ 29,00



Camisa Polo Adidas Masculina Club

4,8 5

Mais opções

R$ 149,99
Centauro.com.br
Entrega gratuita

Comparar preços de 5 ou mais lojas

Filtrar por departamento

camisa tipo polo


Masculino


Feminino


Infantil


Meninos

Talvez você goste


Manga curta


Algodão 100%

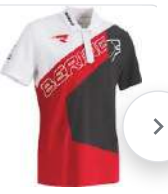

Com colarinho


Manga longa


Poliéster


Ralph Lauren


Algodão misto


Jersey

Anúncios · Ver camisa tipo polo

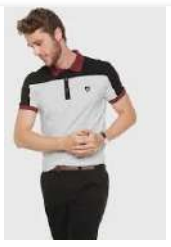

KIT 5 Camisas Polo Piquet Masculina Cinza Chumbo
R$ 160,90
Loja Mirante


Kit 5 Camisas Polo Masculina Lisa Factory 42
R$ 179,90
Amazon.com.br - …
Frete grátis


Kit 3 camisas gola polo masculina lisa Factory 42
R$ 117,90
Amazon.com.br - …


3630 Camisa Polo 26055
R$ 59,90
Dani e Dante


Camisa Polo Do Pai Selo Gelo Estilo Casual Estampa …
R$ 149,00
Amocompra


Camisa Polo Mr Kitsch Reta Recortes Branca …
R$ 69,99
Dafiti


Ca… Mascu… Tecido
R$ 189
Netsho…

Anúncio · www.riachuelo.com.br/

Viva a Moda - Camisa masculina polo

Camisa Masculina **Polo** em até 10x Sem Juros*, com Preço Baixo e Entrega Rápida. Confira! O melhor da moda masculina. **Camisas** Básicas, **Polo** e muito mais. Compre Online! Moda Masculina. Bermudas Sociais. **Camisa Polo** Masculina. Tipos: Moda Feminina, Infantil.

Cinto vestuário masculino modelo social ou esporte fino, em couro de

Todas Imagens Maps Shopping Mais

Centro, Jataí - GO

Classificar por: Relevância

Preço
- Até R$ 30
- R$ 30 – R$ 60
- R$ 60 – R$ 100
- Acima de R$ 100

R$ Mín – R$ Máx

Cor

Categoria
- Sapatos sociais masculi…
- Mocassins

Frete
- Frete grátis

Vendedor
- Magazine Luiza
- Mercado Livre
- Netshoes
- Pontofrio.com
- Zattini

Mais

Anúncios · Ver Cinto vestuário masculino modelo social ou esporte fino, em couro de primeira linha, cor preta



Kit 2 Cinto Social em Couro e Fivela Preto/Marrom -…

R$ 109,90

Dafiti



Cinto Largo Masculino Social Em Couro Mega…

R$ 21,40

Mercado Livre



Cinto Masculino em couro dupla face UP S-48…

R$ 79,90

Dafiti



Kit 2 Cintos Social em Couro Marrom / Preto - Preto -…

R$ 89,90

Dafiti



Cinto Masculino em Couro Fóssil Caramelo com…

R$ 79,99

FKV Calçados



Kit Sapato Esporte Fino Perfurado Nobuck San…

R$ 156,66

Difranca Calçados



Cinto Unisse… Fivela …

R$ 27,…

Amazo…

Sobre esta página



Cinto Masculino Esporte Fino Social Couro Fivela Automática Julio Almeida

R$ 19,95

Mercado Livre



Cinto Largo Masculino Social em Couro Mega Fash

Mais opções

R$ 21,40

Mercado Livre



Cinto Social Masculino Fivela Automática Com Couro Legitimo ZF

R$ 19,50

Mercado Livre



Cinto Social Masculino em Couro Legitimo Fivela Automática Fashion Griff

R$ 26,45

Mercado Livre



Cinto Masculino Social Casual Esporte Fino Couro Legítimo. Zokt

R$ 46,50

Mercado Livre



Cintos masculinos Esporte Fino Social Casual Couro Legitimo Golden Sheep

R$ 49,50

Mercado Livre



Cinto Masculino de Couro Diversos Modelos Super 24h Diversas Marcas

Mais opções

R$ 74,90

Mercado Livre



Cinto Masculino Social Executivo Couro Legítimo Fivela Metálica automática, RS03 ...

Mais opções

R$ 104,75

Loja New Sunset

Entrega gratuita



Cinto Casual Masculino Fivela 2 Pinos Couro Legítimo Ajuste Gs

R$ 75,08

Mercado Livre



Cinto Masculino Lona Premium Listrada C/ Couro 4cm L45 Ck Sscintos

Mais opções de estilo

R$ 27,30

Mercado Livre



Cinto de Couro Luxo Masculino de Fivela Automática CKMN, CKMN-13 / 120cm

Mais opções

R$ 127,00

Compreinhome

Entrega gratuita



Cinto Catraca Social Masculino Moda Couro Fivela Automatica

R$ 22,90

Americanas.com

Anexo Pesquisa de Preço - cinto (2587653) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 41

Cinto Camisa Social Elástico Couro Ajuste Calça Blazer Power
Não Informado

R$ 69,90
Mercado Livre

Sapato Social Esporte Fino Couro Legitimo Kit Com Cinto Gowell
Mais opções

R$ 169,49
Mercado Livre
Entrega gratuita

Cinto Masculino Casual Social de Couro Genuíno Top Brand Jeep Zero, HKDP Black / 90cm
Mais opções

R$ 123,75
Loja New Sunset
Entrega gratuita

Kit Sapato Esporte Fino Perfurado Nobuck San Lorenzo 1011 Marinho - Carteira em ...

R$ 156,66
Difranca Calçados

Kit Com Cinto Sapato Social Esporte Fino Couro Legitimo Gowell
Mais opções

R$ 169,49
Mercado Livre
Entrega gratuita

Cinto Elástico Masculino Sport Casual Com Design Listrado Fonte
Mais opções de estilo

R$ 29,00
Mercado Livre

Cinto Social Masculino Fivela Automática em Couro Legitimo Zf

R$ 15,55
Mercado Livre

Kit Com Cinto Sapato Social Esporte Fino Couro Luxo Gowell
Mais opções

R$ 169,49
Mercado Livre
Entrega gratuita

Cinto Esporte Fino em Couro Trabalhado Preto 100
Mais opções

R$ 169,90
casaprado.com.br

Sapato Social Esporte Fino Kit Com Relogio Carteira Cinto Go Well Shoes
Mais opções

R$ 179,90
Mercado Livre
Entrega gratuita

Kit 2 Cinto Social em Couro e Fivela Preto/Marrom - Marrom/multicolorido/preto ...

R$ 109,90
Dafiti

PROMOÇÃO

Sapato Social Masculino Esporte Fino Casual 100% Couro Legít Pisasoft
Mais opções

R$ 88,62 ~~R$ 120,90~~
Mercado Livre
Entrega gratuita

Cinto Masculino Jaguar Social Executivo Couro Legítimo Fivela Metálica automática ...
Mais opções

R$ 118,85
Loja New Sunset
Entrega gratuita

Sapato Social Esporte Fino Kit Com Carteira Cinto Relógio Go Well Shoes
Mais opções

R$ 179,90
Mercado Livre
Entrega gratuita

Terno Executivo Slim Corte Italiano de Luxo (calça e Blazer) 7 Cores - Shopping ...

R$ 139,90
Magazine Luiza

Cinto Social Masculino Fivela

R$ 19,99
Americanas.com

Anexo Pesquisa de Preço - cinto (2587653) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 42

PROMOÇÃO

Sapato Social Masculino Esporte Fino Casual Couro Legítimo : Pisasoft

Mais opções

R$ 116,91 ~~R$ 129,90~~
Mercado Livre
Entrega gratuita

Kit Sapato Social Esporte Fino Com Carteira Cinto Relógio Go Well Shoes

Mais opções

R$ 179,90
Mercado Livre
Entrega gratuita

Cinto de Couro Masculino Esporte Fino Carmelo Shoes Carmellos Shoes

R$ 72,42
Mercado Livre

Cinto Masculino Esporte Lona Acabamento em Couro - Preto - Masculino - Dafiti

Mais opções

R$ 74,90
Dafiti

Calca Masculina Skinny Social Esporte Fino C/ Lycra Elastano Stanzani Modas

R$ 142,90
Mercado Livre
Entrega gratuita

Terno Social Gam Style Gam Preto - Preto - Masculino - Dafiti

R$ 298,90
Dafiti

Sapato Social de Couro Original Gofer Linha Sport Fino

Mais opções

R$ 198,00
Mercado Livre
Entrega gratuita

Sapato Social Masculino Esporte Fino Preto Com Carteira e Cinto Go Well Shoes, 43

Mais opções

R$ 170,91
Magazine Luiza

Cinto Social Masculino Adulto Catraca

R$ 25,90
Americanas.com

Cinto Masculino Social Fivela Ônix em Couro - Caramelo - Masculino - Dafiti

R$ 89,90
Dafiti

Sapato Oxford Masculino Esporte Fino Luxo Social Mr Try Shoes

R$ 52,99
Mercado Livre

Cinto Masculino Fino Com Furinhos | Masculino | Viko | Marrom | G

Mais opções

R$ 39,90
Renner

Sapato Social Masculino Esporte Fino Preto Com Brindes Carteira e Cinto Go Well ...

Mais opções

R$ 179,90
Dafiti

Kit Sapato Esporte Fino Perfurado Siroco San Lorenzo 1071 Preto - Carteira Em ...

R$ 151,91
Difranca Calçados

Sapato Social Masculino Esporte Fino Marrom Com Carteira e Cinto Go Well Shoes, 42

Mais opções

R$ 170,91
Magazine Luiza

Kit 2 Cintos Social em Couro Marrom / Preto - Preto - Masculino - Dafiti

R$ 89,90
Dafiti

Cinto Masculino Sport Vegetalle Stonado 4019 - Masculino - Cinza **R$ 48,00** Netshoes	PROMOÇÃO Calça Sport Fino Masculina Premium Envio Imediato SPACE_FASHION **R$ 67,96** ~~R$ 77,23~~ Mercado Livre	Kit Cinto Esporte Fino Couro + Carteira Carmelo Shoes Masculino - Masculino - Preto **R$ 136,90** Netshoes	Sapato Social Masculino Esporte Fino Go Well Shoes Preto, 43 Mais opções **R$ 161,41** Magazine Luiza
Sapato Social Sport Fino Couro Legítimo Conforto Fivela Metal BR2 - Masculino - Café Mais opções **R$ 89,90** Netshoes	Sapato Casual Sport Fino Elegante Couro Natural Masculino WalkVersat Mais opções **R$ 208,00** Mercado Livre Entrega gratuita	Kit Sapato Social Couro Sport Fino Fivela Café + Cinto Social - Kanui Mais opções **R$ 109,90** Kanui	Cinto Esporte Fino de Gorgurão **R$ 59,90** Americanas.com
Sapato Masculino Social Esporte Fino +Cinto de Brinde Ranster Mais opções **R$ 194,60** Mercado Livre Entrega gratuita	Kit 2 Pç Amil Cinto Cor 2 e Calça Sarja Esporte Fino Slim Cordoba Preto - Preto ... Mais opções **R$ 230,00** Dafiti	Sapato Casual Couro 100% Natural Masculino Esporte Fino WalkVersat Mais opções **R$ 208,00** Mercado Livre Entrega gratuita	Kit Sapato Esporte Fino Siroco San Lorenzo 1103 Cappuccino - Carteira Em Couro ... **R$ 151,91** Difranca Calçados
Sapato Social Masculino Esporte Fino Preto Com Brindes Carteira e Cinto Go Well ... Mais opções **R$ 179,90** Kanui	Kit Sapato Esporte Fino Nobuck San Lorenzo 1103 Marinho - Carteira Em Couro ... **R$ 151,91** Difranca Calçados	Sapato Social Masculino Esporte Fino Preto Com Brindes Carteira e Cinto Go Well ... Mais opções **R$ 199,90** Zattini	Bota Social Masculino Sport Fino Casual em Couro BR2 Footwear Preto, 42 **R$ 89,90** Magazine Luiza

Anúncios · Ver Cinto vestuário masculino modelo social ou esporte fino, em couro de primeira linha, cor preta

Anexo Pesquisa de Preço - cinto (2587653) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 44

Cinto Social Masculino Fivela Automática Em…
R$ 15,55
Mercado Livre

CINTO CADARÇO SOBRETINTO
R$ 161,00
Reserva

CINTO MASCULINO FIVELA DE MET…
R$ 65,99
Luz Camila

Kit Sapato Esporte Fino Perfurado Siroco San Loren…
R$ 151,91
Difranca Calçados

Cinto Masculino Ferracini De Couro Marron Original
R$ 78,89
Mercado Livre

Cinto Masculino Couro Calvin Klein Dupla Face Tam …
R$ 126,00
Mercado Livre
Frete grátis

Cinto… Social
R$ 19,
Lojas T

Anúncio · lista.mercadolivre.com.br/

Cinto Masculino Fino | MercadoLivre

Várias Marcas e Tendências da Moda em até 12x sem Juros. Confira! As TOP Marcas e Melhores Preços Para Você Ficar na Moda. Sapatos. Primavera Verão. Compra Garantida. Moda Praia. Tênis Esportivos. Moda Primavera Verão. Tipos: Calçados, Roupas, Bolsas.
Frete Grátis Acima R$79* · Kit Cueca até R$50 · Moda Plus Size até R$199 · Óculos

Anexo Pesquisa de Preço - cinto (2587653) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 45

Crachá em PVC contendo foto, nome da empresa, descrição do cargo, com protetor de crachá rígido com jacaré/regulador bolinha

Todas Imagens Maps Shopping Mais

Centro, Jataí - GO

Classificar por: Relevância

Preço

- Até R$ 60
- R$ 60 – R$ 150
- R$ 150 – R$ 400
- Acima de R$ 400

R$ Mín – R$ Máx

Categoria

- Porta-crachás
- Protetores de gesso

Frete

- Frete grátis

Vendedor

- Americanas.com
- Elo7
- Mercado Livre
- Shoptime
- Submarino

Mais

Anúncios ·

Ver Crachá em PVC contendo foto, nome da empresa, descrição do cargo, com protetor de crachá rígido com jacaré/regulador bolinha



Crachá + Cordão Personalizado + Porta Crachá + Arte Grátis PERSONALIZADO - MARCA DA EMPRESA

R$ 35,99

Mercado Livre



JUNKAI 50 peças de protetor de cartão CDC 10 x 7,6 cm, porta-cartões de identificação com nome e crachá, capa de plástico de vinil…

R$ 108,49

Amazon.com.br - Seller



Crachá Personalizado Pvc Plástico Rígido 5x8cm 50 Unidades Giftus

R$ 129,90

Mercado Livre

Frete grátis

Sobre esta página



Crachá em Pvc Original Com Foto 54x86, Impressão Frente/verso

R$ 7,90

Visual PVC

Entrega de R$ 19,00



Crachá Pvc funcionário Foto + Presilha Jacaré + Arte Grátis

R$ 24,50

Elo7



Protetor Para Cracha Pvc Hor 6x9 Presilha Jacare Metal C/25 Encaplast

R$ 47,70

Mercado Livre



Crachá de Identificação em Pvc Personalizado

R$ 5,90

i9 Automação Comercial



Crachá de Identificação em Pvc Personalizado

R$ 5,90

Loja Automação Comercial



Protetor Para Cracha Pvc Vertical 6x9 Presilha Jacare C/25 Encaplast

R$ 47,70

Mercado Livre



Crachá + Cordão Personalizado + Porta Crachá + Arte Grátis

R$ 38,50

Elo7



Crachá de Identificação Vertical Com Protetor e Jacaré -10un Persona

R$ 159,90

Mercado Livre

Entrega gratuita



Crachá em Pvc - Frente e Verso

R$ 16,00

Elo7



Crachá Personalizado Pvc Rígido Com Foto 5,5x8,5cm 10 Unid Giftus

R$ 47,00

Mercado Livre



Crachá (1 Un.) Arte Grátis Frente e Verso Colorido

R$ 6,45

Bsb Crachás

Entrega de R$ 19,80



Crachá Personalizado Pvc Rígido Com Foto 5x8cm 25 Unidades Giftus

R$ 78,00

Mercado Livre



Crachá Pvc funcionário Foto + Presilha Jacaré + Arte Grátis

R$ 24,99
Elo7



Crachá Pvc Frente e Verso + Presilha Jacaré - 10 Unid Crachá em Pvc

R$ 180,00
Mercado Livre
Entrega gratuita



Protetor Para Cracha Pvc Hor 6x9 Presilha Jacare Metal C/100 Encaplast

R$ 161,14
Mercado Livre
Entrega gratuita



Protetor Pvc P/cracha Vert 9x12 Cordão Silicone Jacare C/100 Encaplast

R$ 368,14
Mercado Livre
Entrega gratuita



Protetor Pvc P/cracha Hor 6x9 Cordão Poliester Jacare C/100 Encaplast

R$ 225,34
Mercado Livre
Entrega gratuita



Protetor Pvc P/cracha Hor 8x11 Presilha Jacare Metal C/100 Encaplast

R$ 207,14
Mercado Livre
Entrega gratuita



Protetor Pvc P/cracha Vert 10x15 Cordão Silicone Jacare C/100 Encaplast

R$ 368,14
Mercado Livre
Entrega gratuita



Protetor Pvc P/cracha Vert 9x12 Presilha Jacare Metal C/100 Encaplast

R$ 233,14
Mercado Livre
Entrega gratuita



Protetor Para Cracha Pvc Vertical 6x9 Presilha Jacare C/100 Encaplast

R$ 161,14
Mercado Livre
Entrega gratuita



Protetor Para Cracha Pvc Hor 6x9 Presilha Jacare Metal C/100 Encaplast

R$ 161,14
Mercado Livre
Entrega gratuita



Crachá + Cordão Personalizado + Porta Crachá + Arte Grátis

R$ 38,96
Elo7



Protetor Pvc P/cracha Hor 8x11 Cordão Poliester Jacare C/100

R$ 247,28
Elo7



Protetor Pvc P/cracha Hor 8x11 Cordão Poliester Jacare C/100 Encaplast

R$ 262,14
Mercado Livre
Entrega gratuita



Protetor Para Cracha Vert 10x15 Presilha Jacare Metal C/100 Encaplast

R$ 233,14
Mercado Livre
Entrega gratuita



Protetor Pvc P/cracha Hor 8x11 Presilha Jacare Metal C/100 Encaplast

R$ 207,14
Mercado Livre
Entrega gratuita



Protetor Para Cracha Pvc Hor 6x9 Presilha Jacare Metal C/100

R$ 141,02
Elo7

Anexo Pesquisa de Preço - Crachá de PVC (2587662) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 47



Protetor Pvc P/cracha Hor 8x11 Cordão Poliester Jacare C/100 Encaplast

R$ 262,14
Mercado Livre
Entrega gratuita



Cordão Para Cracha Com Protetor Rígido Vertical Azul C/100

R$ 199,10
Elo7



Crachá + Cordão Personalizado + Porta Crachá + Arte Grátis

R$ 38,97
Elo7



Protetor Pvc P/cracha Vert 9x12 Cordão Poliester Jacare 100 Encaplast

R$ 282,94
Mercado Livre
Entrega gratuita



Protetor Para Cracha Pvc Hor 6x9 Presilha Jacare Metal C/25 Encaplast

R$ 47,70
Mercado Livre



Porta Crachá Rígido Horizontal Cores

R$ 1,10
Printer Card Shop



Protetor Pvc P/cracha Vert 9x12 Presilha Jacare Metal C/25 Encaplast

R$ 69,30
Mercado Livre



Protetor Para Cracha Pvc Vertical 6x9 Presilha Jacare C/25 Encaplast

R$ 161,14
Mercado Livre
Entrega gratuita



Crachá + Cordão Personalizado + Porta Crachá + Arte Grátis

R$ 38,99
Elo7



Protetor Pvc P/cracha Hor 6x9 Cordão Poliester Jacare C/100 Encaplast

R$ 225,34
Mercado Livre
Entrega gratuita



Protetor Pvc P/cracha Hor 8x11 Presilha Jacare Metal C/25 Encaplast

R$ 61,50
Mercado Livre



Cartões de Exposição PP, porta-cartão, Identificação e nome, pessoal, negócios ...

R$ 3,32
AliExpress.com
Entrega gratuita



Protetor de Crachá Preto Universal C 100un

R$ 48,82
Loja Mares Comercial
Entrega gratuita



Crachá + Cordão Personalizado + Porta Crachá + Arte Grátis

R$ 38,99
Elo7



Protetor Para Cracha Pvc Vertical 6x9 Presilha Jacare C/25 Encaplast

R$ 47,70
Mercado Livre



Crachá Personalizado em Pvc

R$ 77,60
Elo7

Anexo Pesquisa de Preço - Crachá de PVC (2587662) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 48



Crachá + Cordão Personalizado + Porta Crachá + Arte Grátis

R$ 37,99
Elo7



Crachás PVC, Personalizado Colorido Frente E Verso

R$ 12,50
GO Automação



5 - Crachá Pvc + 12- Cordão Personalizado + Arte Grátis

R$ 98,00
Elo7



Protetor Pvc P/cracha Hor 8x11 C/cordão Silicone Jacare 100 Encaplast

R$ 342,14
Mercado Livre
Entrega gratuita



Protetor Pvc P/cracha Hor 8x11 Presilha Jacare Metal C/25 Encaplast

R$ 61,50
Mercado Livre



Protetor Pvc P/cracha Hor 8x11 C/cordão Silicone Jacare 100 Encaplast

R$ 342,14
Mercado Livre
Entrega gratuita



Protetor Para Cracha Pvc Hor 6x9 Presilha Jacare Metal C/25

R$ 42,31
Elo7



Protetor de Crachá Verde Bandeira Universal C 100un

R$ 48,82
Loja Mares Comercial
Entrega gratuita



Cracha (com Presilha) Presilha Fixa 7x10 Cm. C/50

Mais opções de estilo

R$ 53,60
Kalunga

Comparar preços de 10 ou mais lojas



Protetor Para Cracha Pvc Vertical 6x9 Presilha Jacare C/100

R$ 203,28
Elo7



Protetor Para Cracha Vert 10x15 Presilha Jacare Metal C/25 Encaplast

R$ 69,30
Mercado Livre



Porta Crachá Preto Sólido Universal Marpax 100un

Mais opções de estilo

R$ 106,85
Mercado Livre
Entrega gratuita

Comparar preços de 5 ou mais lojas



Protetor Para Cracha Pvc Hor 6x9 Cordão Silicone Jacare 100u Encaplast

R$ 296,14
Mercado Livre
Entrega gratuita



Crachá Plástico Vertical Para Cartão de Identificação Com Cordão

R$ 10,50
Shopee



Protetor Cracha Pvc Vertical 6x9 Cordão Silicone Jacare 100 Encaplast

R$ 296,14
Mercado Livre
Entrega gratuita



Protetor Cracha Pvc Vertical 6x9 Cordão Silicone Jacare 100 Encaplast

R$ 296,14
Mercado Livre
Entrega gratuita

Anúncios ·

Ver Crachá em PVC contendo foto, nome da empresa, descrição do cargo, com protetor de crachá rígido com jacaré/regulador bolinha



Protetor Pvc P/cracha Hor 8x11 Presilha Jacare…
R$ 207,14
Mercado Livre
Frete grátis



Protetor Para Cracha Pvc Hor 6x9 Presilha Jacare…
R$ 161,14
Mercado Livre
Frete grátis



200 Crachás Pvc Foto Funcionario + Presilha Jacaré…
R$ 1.499,90
Mercado Livre
Frete grátis



Crachá Pvc Cordão Personalizado Porta Crachá + A…
R$ 38,97
Mercado Livre



Crachá Funcionário Foto + Presilha Jacaré + Arte Grá…
R$ 24,95
Mercado Livre



25 Crachá Pvc Foto Funcionario + Presilha…
R$ 268,90
Mercado Livre
Frete grátis

Anúncio · www.rapidocard.com.br/crachasempvc

Crachá de Identificação - PVC - Personalizados e de Qualidade

Confecção de **crachás** de identificação. **Empresas**, Eventos, Alunos e mais. Conheça. Melhor preço do Brasil. Entrega Rápida. Impressão não desgasta. Alta quallidade. Tipos: **Crachá**, Cartão Fidelidade, Smart Card, Carteira de Estudante, Cartão em **PVC**.

Anúncio · www.impressaodecrachas.com.br/impressora/datacard

Impressora de Crachá Datacard - Datacard Entrust DS3 Duplex

Pronta Entrega, Treinamento, Kit Inicial, Software de **Crachas**, Garantia Fabrica. Produtos Originais! Temos Suporte após Compra. Melhor Suporte pós venda. Distribuidor Oficial. Confira nossas opções. Melhores produtos! Ribbons Datacard. Produtos orignais.
Ribbons Datacard SD360 · Ribbons de Várias Marcas · Ribbon Datacard CD800

Anúncio · lista.mercadolivre.com.br/impressao/promoção

Crachas De PVC em Oferta - Entrega em Até 48h*

Crachas De **PVC** no Mercado Livre com Preços Incríveis e 12x Sem Juros. Aproveite! Compre **Crachas** De **PVC** no Mercado Livre e Receba em até 48h. Veja Condições. Compre e Receba em 48h* Frete Grátis Acima R$79* Compra Garantida. Pague com PIX.

sapatenis social masculino

Todas | Imagens | Maps | Shopping | Mais | SafeSearch ativado

Limpar todos os filtros

Jataí - GO

Social › Sapatênis

Anúncios · Ver sapatenis social masculino



SAPATO ESPORTE FINO MASCULINO SANDRO...

R$ 187,90

Sandro Moscoloni



Sapatênis Masculino Sandro Moscoloni Celtics...

R$ 189,90

Amazon.com.br - ...

Frete grátis



Sapatênis em Couro Legítimo ELT Mogno - 31006...

R$ 139,90

Elite dos Pés



Sapatênis Denim Scott Conhaque/Tabaco...

R$ 239,90

Democrata



SAPATO ESPORTE SHOES P

R$ 169,99

Di Gaspi

Preço

- Até R$ 150
- R$ 150 – R$ 300
- Acima de R$ 300

R$ Mín – R$ Máx

Cor

Estilo de Calçado Limpar

- [ ] Social
- [ ] Casual
- [ ] Esportivo

Tipo

- [ ] Sapatos
- [ ] Bota
- [ ] Chinelo ou sandália

Silhueta

- [ ] Oxford
- [ ] Loafer

Marca

- [ ] Sandro Moscoloni
- [ ] Reserva
- [ ] Laroche
- [ ] Mr. Cat
- [ ] Freeway
- [ ] Louis Vuitton
- [ ] West Coast

Departamento

- [ ] Masculino
- [ ] Infantil

Mais

Estilo do bico

- [ ] Arredondado
- [ ] Fino

Tamanho

Anexo Pesquisa de Preço - Sapatenis (2587665) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 51

sapatenis social masculino

5	6	7	8
16	9	17	18
10	19	20	11
21	22	12	23
24	13	25	26
14	27	28	15
29	30	PP	31
P	32	M	33
G	34	GG	35
36	XGG	37	38
39	40	41	42
43	44	45	46
47	48	49	50

Largura

Estreita | Padrão | Larga

Recursos

- [ ] Sapatênis
- [ ] Mocassim

Avaliação do produto

- ◯ 4 ou mais

Mais

Frete

- [ ] Frete grátis

Vendedor

- [ ] Magazine Luiza
- [ ] Mercado Livre
- [ ] Passarela
- [ ] Pegada
- [ ] Zattini

Mais



Kit Sapato Social Masculino Oxford Sapato Casual + Carteira Form's

Mais opções

R$ 78,99

Mercado Livre



Sapato Social Masculino Esporte Fino Go Well Shoes Preto - Preto - Masculino ...

Mais opções

R$ 159,90

Dafiti



Sapato Social Masculino Macio Dia A Dia Moderno Versátil - Masculino - Marrom

Mais opções

R$ 57,90

Zattini



Sapato Social Oxford Form's Brasil - Masculino - Preto

Mais opções

R$ 79,90

Netshoes



Sapato Casual Social Masculino Brogue Premium Confort Capuccino - Marrom ...

Mais opções

R$ 149,90

Dafiti



Sapato Social Trivalle Couro Lisc Solado Borracha

R$ 136,86

Americanas.com



Sapato Social Masculino Casual Sport Fino Oxford Confortável Neway

Mais opções

R$ 119,49

Mercado Livre

Entrega gratuita



Sapato Social Masculino Bico Redondo Com Cadarço Oneself Marrom

Mais opções

R$ 137,99 ~~R$ 149,99~~

C&A



Sapato Social Oxford Form's Masculino - Masculino - Preto

Mais opções

R$ 89,90

Zattini

Anexo Pesquisa de Preço - Sapatenis (2587665) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 52

sapatenis social masculino



Sapato Casual Social Masculino Brogue Premium Confort Capuccino - Marrom ...

Mais opções

R$ 149,90
Dafiti



Sapato Casual Loafer Masculino Couro Palmilha Espumada - Masculino - Preto

Mais opções

R$ 189,90
Netshoes



Sapato Conforto Social Sapatofran Masculino - Masculino - Preto

Mais opções

R$ 79,90
Zattini



Sapato Social Venetto Thor Confort Masculino - Masculino - Azul

Mais opções

R$ 89,90
Zattini



Sapatênis Sport Fino Masculino Tênis Social Relógio Original Neway

Mais opções

R$ 78,49
Mercado Livre



Sapato Social Form's Oxford - Masculino - Preto

Mais opções

R$ 99,90
Netshoes



Sapato Casual Social Masculino Brogue Premium Confort Preto - Preto - Masculino ...

Mais opções

R$ 149,90
Dafiti



Sapato Social Esporte Scotch Shoes Preto 39

R$ 169,99
Di Gaspi
Entrega de R$ 34,00



Sapato Casual Social Masculino Premium Conforto Preto - Kanu

R$ 149,90
Kanui

Anexo Pesquisa de Preço - Sapatenis (2587665) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 53

sapatenis social masculino



Sapato Social Masculino DB Now DUBUY 807OD Preto - Preto - Masculino - Sintético ...

Mais opções

R$ 44,99

Dafiti



Sapato Social Oxford Form's Preto - Preto - Masculino - Dafiti

Mais opções

R$ 99,90

Dafiti



Sapato Social Masculino Oxford Form's + Cinto Preto - Preto - Masculino - Dafiti

R$ 99,90 ~~R$ 164,90~~

Dafiti



Sapato Social HShoes Couro Bico Redondo Cadarço Masculino - Masculino - Caramelo

Mais opções

R$ 159,90

Zattini



Sapato Casual Social Masculino Premium Conforto Preto - Preto - Masculino - Dafiti

Mais opções

R$ 149,90

Dafiti



50% Off Sapato Social Masculir Adulto Infantil Original!!! Form's

Mais opções

R$ 74,24

Mercado Livre



Sapato Social Ortopédico Com Palmilha Gel Lançamento Promoçã Notorian' Shop

Mais opções

R$ 67,90

Mercado Livre



Sapato Social Pegada Masculino em Couro Navy 125601-09 43

R$ 170,90

Pegada

Comparar preços de 2 lojas



Sapato Casual Couro Stefanello 8600 Marrom - Avalon, 38

Mais opções

R$ 285,88

Magazine Luiza

Anexo Pesquisa de Preço - Sapatenis (2587665) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 54

sapatenis social masculino



Sapato Social Masculino Comfort Moderno de Amarrar Bertelli

R$ 78,50
Mercado Livre



Sapato Social Couro Pegada Bico Redondo - Masculino - Azul

Mais opções

R$ 170,90
Pegada

Comparar preços de 3 lojas



Sapato Social Masculino Oxford Original Form's !!

Mais opções

R$ 71,24 ~~R$ 74,99~~
Mercado Livre



Sapato Social Masculino Eventos York Couro Stefanello Estilo

Mais opções

R$ 127,71
Mercado Livre
Entrega gratuita



Sapato Derby Masculino Couro Legítimo Preto Forro de cour... Badplay

Mais opções

R$ 181,90
Mercado Livre
Entrega gratuita



Sapato Casual Loafer Masculino Couro Palmilha Espumada - Masculino - Preto

Mais opções

R$ 189,90
Zattini



Sapato Masculino Comfort Anti Impacto Social Pipper em Couro Com Solado ...

Mais opções

R$ 169,00
Magazine Luiza

PROMOÇÃO



Sapato Social Masculino Esporte Fino Go Well Shoes Preto

R$ 152,91 ~~R$ 169,90~~
Americanas.com



50% Off Sapato Social Masculino Adulto Infantil Original!!! Form's

R$ 74,24
Mercado Livre

Anexo Pesquisa de Preço - Sapatenis (2587665) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 55

sapatenis social masculino



Sapato Social Pegada Masculino em Couro Navy 125106-05

R$ 199,90
Mercado Livre
Entrega gratuita

Comparar preços de 2 lojas



Sapato Social Masculino Sintético Classic Solado Confort Café - Masculino - Marrom

R$ 82,90
Netshoes



Sapato Social BR2 Footwear Couro Cano Médio Macio Masculino - Masculino - Marron

Mais opções

R$ 99,90
Zattini



Sapato Social Oxford Masculino Original Form's Envio Imediato!!! Form's Brasil

Mais opções

R$ 78,20
Mercado Livre

REDUÇÃO NO PREÇO



Kit Sapato Social Masculino Thor Confort Venetto

Mais opções

R$ 149,90 · Custava R$ 199,90
Magazine Luiza



Sapato Social Oxford Masculino Casual Classico Confortável Form's

Mais opções

R$ 109,90
Mercado Livre
Entrega gratuita



Sapato Social Masculino Rebento Preto - Preto - Masculino - Sintético - Dafiti

Mais opções

R$ 99,90
Dafiti



Sapato Esporte Scoth Shoes Corona Caramelo 43

Mais opções

R$ 149,99
Di Gaspi
Entrega de R$ 30,00

PROMOÇÃO



Sapato Social Conforto Sapatofran Sem Cadarço + Relógio + Cinto + Carteira

Mais opções

R$ 123,16 ~~R$ 144,90~~
Americanas.com

Anexo Pesquisa de Preço - Sapatenis (2587665) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 56

sapatenis social masculino



Arredondado



Fino



Oxford



Loafer

Anúncios · Ver sapatenis social masculino



SAPATO SOCIAL MASCULINO CONFORTO...

R$ 187,90

Sandro Moscoloni



SAPATO ESPORTE FINO MASCULINO SANDRO...

R$ 187,90

Sandro Moscoloni



TENIS MASCULINO OVERSIZED SANDRO...

R$ 99,90

Sandro Moscoloni



Sapatênis em Couro Legítimo ELT Preto - 31006 Preto

R$ 139,90

Elite dos Pés



SAPATO ESPORTE SHOES P

R$ 169,99

Di Gaspi

1 2 3 4 5 6 Mais

Brasil | **75800, Jataí - GO** - Do seu endereço IP - Atualizar local

Ajuda Enviar feedback Privacidade Termos Informações para comerciantes Denunciar uma violação

Anexo Pesquisa de Preço - Sapatenis (2587665) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 57

meia

Todas Imagens Maps Shopping Mais SafeSearch ativado

Jataí - GO

Mostrar apenas
- [ ] Disponíveis nas prox…

Preço
- ○ Até R$ 25
- ○ R$ 25 – R$ 40
- ○ R$ 40 – R$ 60
- ○ Acima de R$ 60

R$ Mín – R$ Máx

Cor

Estilo
- [ ] Crew
- [ ] Soquete
- [ ] Invisível

Departamento
- [ ] Masculino
- [ ] Feminino
- [ ] Unissex
- [ ] Infantil
- [ ] Meninos
- [ ] Meninas

Marca
- [ ] PUMA
- [ ] Nike
- [ ] adidas
- [ ] Happy Socks
- [ ] Calzedonia
- [ ] BAW
- [ ] Gonew

Tamanho

1	2	3	4
5	6	7	8
16	9	17	18
10	19	20	11
21	22	12	23

Anúncios · Ver meia



Kit 10 Meias Invisível Algodão, Mash, Masculino
R$ 49,90
Amazon.com.br - …



Kit com 12 Pares de Meias Part. B de Algodão Esportiva...
R$ 29,90
Netshoes



5 pares de meias chinesas com estampa de...
R$ 49,90
SHEIN



Meia Cano alto Estampa Divertida Paracetaloka
R$ 39,99
holdup.com.br



kit de 3 m
alto bob
molusco
R$ 38,99
C&A

Anexo Pesquisa de Preço - Meia (2587670) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 58

meia

14	27	28	15
29	30	PP	31
P	32	M	33
G	34	GG	35
XGG	36	37	38
39	40	41	42
43	44	45	46
47	48	49	50

Recursos

- [ ] Esportiva

Avaliação do produto

- ◯ 4 ou mais

Mais

Frete

- [ ] Frete grátis

Vendedor

- [ ] Casas Bahia
- [ ] Centauro.com.br
- [ ] Magazine Luiza
- [ ] Mercado Livre
- [ ] Pontofrio.com

Mais



Meia Cano Longo Divertida Estampa Planetas | Masculino | Viko | Preto | U

R$ 15,90
Renner



Kit 12 Pares Meia Soquete Cano Baixo Algodão Preta - Preto - Masculino - Algodão ...

R$ 34,90
Dafiti



Kit Meia Bruck Store Cano Long Sport Masculina Sport 12 Pares Masculino ...

Mais opções de estilo

R$ 49,90
Netshoes



Meia Masculina Cano Alto Estampada Quadriculada Branca

R$ 15,99
C&A



Meia Diverdita Cano Longo Marge Simpsons | Masculino | Simpsons | Rosa | U

R$ 15,90
Renner



Meia Cano Curto Lupo 6 Pares - Unissex - Branco+Preto

Mais opções

R$ 59,99
Netshoes



Meia Soquete Kit 12 Pares Cano Baixo Algodão Colors - Preto - Feminino - Algodão ...

R$ 35,90
Dafiti



Meia Cano Longo Estampa lula Molusco | Masculino | Bob Esponja | Azul | U

R$ 15,90
Renner



Kit Meia Cano Médio Lupo - 3 Pares

4,7 140

Mais opções

R$ 37,90
Lupo Oficial

Comparar preços de 3 lojas

Anexo Pesquisa de Preço - Meia (2587670) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 59

meia



Kit Meia Lupo Sport Sem Cano Pacote Com 9 Pares - Unissex - Branco+Preto

R$ 69,99
Netshoes



Meia Divertida Cano Longo Krusty Simpsons | Masculino | Simpsons | Azul | U

R$ 15,90
Renner



5 Pares de Meias Chinesas Com Estampa de caracteres,one-size

R$ 49,90
SHEIN
Entrega de R$ 39,90



Kit 10 Pares Meia Lupo Cano Curto Masculina Atacado

R$ 66,19
Americanas.com

PROMOÇÃO



Meia Masculina Cano Alto Tal Pai Tal Filho Divertida Darth Vader Star Wars ...

R$ 9,99 ~~R$ 12,99~~
C&A



Kit 12 Pares Meia Soquete Masculina Cano Curto Atacado Preço - Had, Sortida, Único

Mais opções de estilo

R$ 35,19
Mercado Livre

Comparar preços de 2 lojas



Kit 12 Pares Meia Unisex Invisível Trifil T06227

Mais opções

R$ 19,99
Dafiti

Comparar preços de 4 lojas



Meia Cano Longo Estampa Bob Esponja | Masculino | Bob Esponja | Azul | U

R$ 15,90
Renner

PROMOÇÃO



Kit 12 Pares Meia Cano Alto Algodão Preta - Kanui

R$ 35,90 ~~R$ 49,90~~
Kanui

Anexo Pesquisa de Preço - Meia (2587670) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 60

meia



Meia Cano Alto Estampa Divertida Sullivan

R$ 39,99
holdup.com.br



Kit de 3 Meias Masculinas Cano Alto Os Simpsons Multicor

R$ 34,99 ~~R$ 39,99~~
C&A



Meia Cano Alto Estampa Divertida Paracetaloka

R$ 39,99
holdup.com.br



Meia Divertidas Cano Alto desenhos Academia Skate Cross

R$ 37,99
Mercado Livre



Meia Masculina Carnaval Cano Alto Divertida Bart Simpson Estampada Cinza Mescla ...

R$ 12,99
C&A



Meia Cano Alto Estampa Divertida Van Gogh

R$ 39,90
holdup.com.br



Kit Com 6 Pares de Meia Masculina Cano Longo Importweb

R$ 22,90
Mercado Livre



Meias de Trilha Arpenaz 100 Quechua Cano Alto X2 *ARPENAZ 100 High Gre

Mais opções

R$ 39,99
Decathlon



Meias Masculina Kit 12 Pares Cano Alto Muito Barato Colors!! Meias Cano Alto Sport

R$ 28,12
Mercado Livre

Anexo Pesquisa de Preço - Meia (2587670) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 61

meia



Kit 12 Pares Meias Soquete Algodão Masculino Sport Nice Cotton

R$ 37,99
Mercado Livre



Meia Masculina Cano Alto Esporte Designer Mescla - Cinza - Masculino - Algodão ...

R$ 9,99
Dafiti



Kit 3 Pares Meia Puma

4,3 3
Mais opções

R$ 24,90
Centauro.com.br

Comparar preços de 3 lojas



Kit 6 Pares Meia Masculina Soquete Cano Curto Preço Atacado Had

R$ 20,61
Mercado Livre



PROMOÇÃO

Meia Cano Alto Bicolor Baw Clothing Multicor

R$ 16,99 ~~R$ 19,99~~
C&A



PROMOÇÃO

Kit de 3 Meias Masculinas Cano Alto Looney Tunes Multicor

R$ 31,99 ~~R$ 39,99~~
C&A



Kit Meia Lupo Sport Cano Curto 3 Pares

4,8 7
Mais opções

R$ 37,90
Lupo Oficial

Comparar preços de 5 ou mais lojas



Meia Tropics

R$ 27,93
BAW Clothing



Meia Esportiva Antiderrapante Tipo Trusox - Entrega Imediata

R$ 36,30
Mercado Livre

Anexo Pesquisa de Preço - Meia (2587670) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 62

meia



Meias Masculina - Cano Longo - Sport - Preta E Cinza - Kit 12 Pares

R$ 37,90
Americanas.com



Kit 9 Pares de Meias Puma Logo Masculino

R$ 69,90
Netshoes

Comparar preços de 2 lojas



Meia Gonew Cano Alto Pacote C/ 3 Pares - Preto

Mais opções

R$ 11,99
Netshoes

Comparar preços de 2 lojas



Meia Adidas Cano Médio C/ 6 Pares - Branco

4,8 55

Mais opções

R$ 69,99
Centauro.com.br

Comparar preços de 4 lojas



Kit Meias 10 - Hupi

R$ 128,70
HUPI

PROMOÇÃO



Kit 12 Pares Meia Part.B Soquete Cano Baixo Algodão Branca - Branco - Feminino ...

R$ 39,90 ~~R$ 49,90~~
Dafiti



Meia de Corrida Comfort Invisible Kalenji - Branco - 41-44

Mais opções

R$ 12,99
Decathlon

Comparar preços de 4 lojas



Kit Com 6 Meias Masculinas Básicas | Masculino | Accessories Men | Branco | U

R$ 35,90
Renner



Meia Cano Longo Estampa Arco Íris | Feminino | Accessories | Preto | 34/39

R$ 15,90
Renner

Anexo Pesquisa de Preço - Meia (2587670) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 63

meia


PUMA


Nike


adidas


Happy Socks


Calzedonia


BAW

Filtrar por preço


Até R$ 30


R$ 30 – R$ 45


R$ 45 – R$ 70


Acima de R$ 70

Anúncios · Ver meia


Deus abençoe o rolê Meias Divertidas e...
R$ 39,90
Meias Fun


Meia Esportiva Norden Old School Preto e Amarelo...
R$ 29,90
Norden Meias


Snoopy e Charlie Brown Meias Divertidas e...
R$ 39,90
Meias Fun


Meia Caneladas Com Lã e Cashmere - Cinza...
R$ 29,90
Calzedonia


Kit 10 Par Esportiva Sortido 3
R$ 69,90
Mash

1 2 3 4 5 Mais

Brasil | **75800, Jataí - GO** - Do seu endereço IP - Atualizar local

Ajuda Enviar feedback Privacidade Termos Informações para comerciantes Denunciar uma violação

Anexo Pesquisa de Preço - Meia (2587670) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 64

Google kit 100 máscara facial descartável cirúrgica tripla proteção azul

Todas Imagens Maps Shopping Mais

Centro, Jataí - GO

Classificar por: Relevância

Mostrar apenas
- [ ] Promoção

Preço
- ◯ Até R$ 15
- ◯ R$ 15 – R$ 35
- ◯ R$ 35 – R$ 80
- ◯ Acima de R$ 80

R$ Mín – R$ Máx

Categoria
- ◯ Segurança pessoal
- ◯ Ferramentas e acessóri…
- ◯ Respiradores e máscar…
- ◯ Máscaras de fantasia
- ◯ Bolsas e acessórios

Mais

Avaliação do produto
- ◯ 4 ou mais

Mais

Vendedor
- [ ] Americanas.com
- [ ] Casas Bahia
- [ ] Extra.com.br
- [ ] Magazine Luiza
- [ ] Pontofrio.com
- [ ] Shoptime
- [ ] Submarino

Mais

Anúncios · Ver kit 100 máscara facial descartável cirúrgica tripla proteção azul



Kit 100 Máscara Facial Descartável Cirúrgica Tripla…
R$ 28,79
Americanas.com



Kit 150 Máscara Facial Descartável Cirúrgica Tripla…
R$ 38,16
Americanas.com
Custava R$ 50,99



Máscara descartável tripla 300 unidades Az…
R$ 63,48
Americanas.com
Custava R$ 126,00



Máscara Descartável Tripla com 100 Unidade…
R$ 24,80 ~~R$ 30,00~~
Magazine Luiza



Máscara Facial BYD Descartável Tripla Selada KIT…
R$ 50,30
Amazon.com.br - …



200 Máscaras Cirúrgica Tripla Azul Com Antiviral (48…
R$ 65,69
Americanas.com



Kit 2…
Facial
Cirúrgi…
R$ 53,…
Americ…

Sobre esta página

Kit 100 Máscara Facial Descartável Cirúrgica Tripla Proteção Azul
R$ 26,99
Americanas.com
Entrega de R$ 0,00



Mascara Descartável Tripla com Elástico Azul 50un AZULMED
R$ 12,00
Magazine Luiza
Entrega de R$ 0,00



Máscaras Azul Neve kit c 100un Cirúrgica Tripla Descartável Caixa com 50 Unidades
R$ 58,99
Americanas.com
Entrega de R$ 0,00



Máscaras Biotex Azul kit 50 unid. Descartável Cirúrgica Tripla
R$ 19,90
Extra.com.br
Entrega de R$ 0,00



Mascara Descartável Tripla Azul 50 Unidades
R$ 19,32
Americanas.com
Entrega de R$ 0,00



Máscara Descartável Azul Tripla azulmed Caixa Com 50 Unidades
R$ 20,46 ~~R$ 22,00~~
Americanas.com
Entrega de R$ 0,00



Máscara Descartável De Proteção Facial Tripla Caixa Com 100 Peças Azul
R$ 30,90
Shopee
Entrega de R$ 0,00



Máscara Descartável Cirúrgica Azul Tripla Camada Caixa 50un
R$ 15,90
Americanas.com
Entrega de R$ 0,00



Kit 2 Caixas Mascara Descartáveis Tripla Azul Meltblow 100un Fort Health
R$ 46,84
Hipermix
Entrega de R$ 0,00



Máscara Descartável azul Tripla com Filtro sms - 100 unidades
R$ 51,52
Americanas.com
Entrega de R$ 0,00



Máscara Descartável byd de Proteção Facial Tripla Azul 50 Pçs
R$ 40,50 ~~R$ 45,00~~
Shoptime
Entrega de R$ 0,00



KIT 50 unidades máscara descartável De Proteção Facial Tripla AZUL - Azul
R$ 24,90
Pontofrio.com
Entrega de R$ 0,00



Máscara Descartável Azul Cirúrgica Tripla Com Elástico 50 Unidades

R$ 22,41
Americanas.com
Entrega de R$ 0,00



Máscara Tripla com Filtro - Arabesco Azul

R$ 89,00
NC Produtos Descartáveis
Entrega gratuita



Mascara Descartável Tripla Proteção BIOTEX (Azul) 50 UN

R$ 19,90
Magazine Luiza
Entrega de R$ 0,00



Máscara Descartável De Proteção Facial Tripla Cx C/ 50 Pçs Azul FACE face akh

R$ 22,00
Shopee
Entrega de R$ 0,00



Kit de Máscaras Tripla Cirúrgica Azul Com Clipe Nasal - 50 Unidades

R$ 14,19
Magazine Luiza
Entrega de R$ 0,00



Kit 50 Máscara Facial Descartável Cirúrgica Tripla Proteção Azul

R$ 79,90
Americanas.com
Entrega de R$ 0,00



Kit Com 20 Máscaras Azul Protetora Descartável Tripla Material 3 Cadamas TNT ...

R$ 2,99
Shopee
Entrega de R$ 0,00



100 Unid. Máscaras Biotex Azul cirurgica descartável tripla

R$ 38,90
Extra.com.br
Entrega de R$ 0,00



Máscaras Neve Azul kit 100un Descartável Cirúrgica Tripla - Caixa com 50 Unidades

R$ 58,99
Americanas.com
Entrega de R$ 0,00



Kit 200 Máscara Facial Descartável Cirúrgica Tripla Proteção Azul

R$ 199,90
Americanas.com
Entrega de R$ 0,00



Máscara Cirúrgica Descartável Tripla Camada Azul Soft - caixa com 50 unidades

R$ 15,20
Shoptime
Entrega de R$ 0,00



Máscara Cirúrgica Tripla Descartável 100 Unidades - Azul - Protector

Mais opções de estilo

R$ 33,60
Magazine Luiza
Entrega de R$ 0,00



Máscara Descartável Tripla Camada Azul Kit Com 50 Unidades

R$ 50,00
Casas Bahia
Entrega de R$ 0,00

Comparar preços de 2 lojas



kit 100 Máscara Tripla Descartável Azul

R$ 65,99
MadeiraMadeira
Entrega de R$ 0,00



100 Máscaras Cirúrgica Tripla Azul Com Antiviral (48 Horas de Duração) - Descartável

R$ 39,99
Americanas.com
Entrega de R$ 0,00



Máscara Descartável Tripla com 100 Unidades Azul

R$ 25,00
Shopee
Entrega de R$ 0,00



Máscara Tripla com Filtro - Azul - Elástico Neon

R$ 49,00
NC Produtos Descartáveis
Entrega gratuita



Máscara Descartável Tripla Camada Clipe Azul 50 uni.

R$ 19,99
Elo7
Entrega de R$ 0,00



Máscara Descartável Azul Royal com Elástico Color Destak com 50 Unidades

R$ 37,91
Destak Sul Descartáveis
Entrega de R$ 0,00



Máscara Descartável De Proteção Facial Tripla Cx C/ 50 Pçs - Azul

R$ 49,90
Ismafer Ferramentas
Entrega de R$ 0,00



Máscara Descartável Tripla Camada Azul azulmed Caixa com 50 Unidades

R$ 22,54
Americanas.com
Entrega de R$ 0,00



Mascara tripla descartavel adulto pack 10 - Massar, Azul, UNIC

R$ 14,90
Magazine Luiza
Entrega de R$ 0,00



Mascara Descartável Tripla Clips Elastico Caixa Com 50 Und - Azul

R$ 21,60 ~~R$ 24,00~~
Submarino
Entrega de R$ 0,00

Comparar preços de 5 ou mais lojas



Mascara Descartável Tripla Proteção Infantil (Varias Estampas) 50 UN - Inova ...

R$ 19,90
Magazine Luiza
Entrega de R$ 0,00



Mascara Descartável Tripla com Clipe Nasal 50un Azul

R$ 16,65
Americanas.com
Entrega de R$ 0,00



Máscara Tripla Cirúrgica Descartável Azul Ft Mask C/100

R$ 21,90
Sinete Cirurgica
Entrega de R$ 0,00

Comparar preços de 4 lojas



Máscara Tripla Cirúrgica Azul Descartável Caixa Com 50 Unidades

R$ 29,00
PreveOeste
Entrega de R$ 30,00



Máscara Descartável De Proteção Facial Tripla Cx C/ 100 Pçs Azul/Branca AILEDA

R$ 21,99
Shopee
Entrega de R$ 0,00



Máscara Descartável Cirúrgica Azul Tripla Camada Caixa 50un - Spo brasil

R$ 15,90
Magazine Luiza
Entrega de R$ 0,00



Mascara Cirúrgica Descartável Tripla Supermedy Azul 100 mascaras

R$ 36,66
Americanas.com
Entrega de R$ 0,00



Máscara Descartável Tripla Proteção Facial 150 Unidades Azul - Chn

R$ 36,00
Magazine Luiza
Entrega de R$ 0,00



Máscara Cirúrgica Tripla Azul 100 Unidades

R$ 78,97
Americanas.com
Entrega de R$ 0,00



Máscara Descartável De Proteção Facial Tripla Azul

R$ 32,99
MadeiraMadeira
Entrega de R$ 0,00



Kit Com 10 Caixas Mascara Descartavel Cirurgica Tripla Azul Claro C/50 Und Cada ...

Mais opções de estilo

R$ 230,00
Pontofrio.com
Entrega de R$ 0,00

Comparar preços de 3 lojas



100 Máscaras Azul Neve Cirúrgica Tripla - 50 Unidades

R$ 58,99
Magazine Luiza
Entrega de R$ 0,00



Mascara Cirurgica Tripla Descartavel 50 und Azul

R$ 26,91
Americanas.com
Entrega de R$ 0,00



Máscara Descartável Granmask Tripla Camada Azul com Elástico | Kit com três unidades

R$ 39,45
Extra.com.br
Entrega de R$ 0,00



Kit 50 Máscaras Descartáveis Adulto Tripla Camada Cor Azul

R$ 29,25
Americanas.com
Entrega de R$ 0,00



Máscara Descartável Tripla Proteção Facial 200 Unidades Azul - CHN

R$ 42,00
Magazine Luiza
Entrega de R$ 0,00



Máscara Infantil Tripla com Filtro - Savana - Azul 100 Un

R$ 89,00
NC Produtos Descartáveis
Entrega gratuita



Mascara Descartável Tripla Com Elastico Azul - C/50

Mais opções de estilo

R$ 19,90
PraCarro
Entrega de R$ 0,00

Comparar preços de 10 ou mais lojas

PROMOÇÃO



100 Mascaras azul Biotex cirúrgica antiviral descartável tripla

R$ 50,39 ~~R$ 55,99~~
Submarino
Entrega de R$ 0,00

PROMOÇÃO



50 Máscara Descartável Azul Tripla TNT Elástico Clip Nasal

R$ 22,41 ~~R$ 24,90~~
Americanas.com
Entrega de R$ 0,00



Kit 50un Máscara De Proteção Adulto Descartável Azul Tripla c clip Nasal ...

R$ 11,20
Magazine Luiza
Entrega de R$ 0,00



50 Máscaras Azul Neve cirurgica descartável tripla

R$ 29,99
Magazine Luiza
Entrega de R$ 0,00

REDUÇÃO NO PREÇO



Máscara Cirúrgica Descartável Tripla Azul 100 Unidades

R$ 39,99 · Custava R$ 77,90
Pontofrio.com
Entrega de R$ 0,00



Kit 200 mascaras tripla azul com filtro

R$ 129,90
Americanas.com
Entrega de R$ 0,00



Máscara Descartável Tripla De Proteção Facial Tripla 50 Unidades Azul - Chn

R$ 12,00
Magazine Luiza
Entrega de R$ 0,00

Anúncios · Ver kit 100 máscara facial descartável cirúrgica tripla proteção azul

Anexo Pesquisa de Preço - Kit máscara (2587684) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 68



Kit 100 Máscara Facial Descartável Cirúrgica Tripla…

R$ 29,99

Americanas.com



Kit 200 Máscara Facial Descartável Cirúrgica Tripla…

R$ 149,90

Americanas.com



PROMOÇÃO

Máscara descartável tripla 300 unidades Az…

R$ 115,92 ~~R$ 12…~~

Americanas.com



REDUÇÃO NO PREÇO

100 Mascaras descartaveis cirurgica tripla sm…

R$ 18,00

Americanas.com

Custava R$ 79,90



Máscaras triplas Azul Kit 100 unidades com…

R$ 26,68

Americanas.com



Kit 100 Máscara Facial Descartável Cirúrgica Tripla…

R$ 26,91

Submarino



Kit 10… Facial Cirúrgi…

R$ 29,…

Shoptim

1 2 3 4 5 6 7 8 Mais

Brasil

Ajuda Enviar feedback Privacidade Termos Informações para comerciantes Denunciar uma violação

Anexo Pesquisa de Preço - Kit máscara (2587684) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 69

Google kit com 3 alcool gel 500ml

Todas Imagens Maps Shopping Mais

Centro, Jataí - GO

Classificar por: Relevância

Mostrar apenas
- [ ] Promoção

Preço
- ◯ Até R$ 25
- ◯ R$ 25 – R$ 50
- ◯ R$ 50 – R$ 100
- ◯ Acima de R$ 100

R$ Mín – R$ Máx

Tipo
- [ ] Gel
- [ ] Spray

Marca
- [ ] Giovanna Baby
- [ ] Start Química
- [ ] Rexona
- [ ] Lola Cosmetics
- [ ] Muriel
- [ ] Protex
- [ ] Fiorucci

Avaliação do produto
- ◯ 4 ou mais

Mais

Vendedor
- [ ] Americanas.com
- [ ] Casas Bahia
- [ ] Magazine Luiza
- [ ] Mercado Livre
- [ ] Pão de Açúcar
- [ ] Pontofrio.com
- [ ] Shoptime

Mais

Anúncios · Ver kit com 3 alcool gel 500ml



Kit com 3 Álcool gel 70% (INPM) de 500ml - Indagel

R$ 19,90

Loja do Estetoscó…



Álcool Gel - Antisséptico - Caixa com 12 x 500ml -…

R$ 65,43

Suprevida



PROMOÇÃO

Asseptgel Álcool 70% Etílico Gel 440g (kit C/03)

R$ 38,76 ~~R$ 40,80~~

Americanas.com



12x Álcool Gel 70% Antisséptico Higienizador 500 …

R$ 90,00

Mercado Livre



Álcool Gel Rexona Higienizante para as Mãos com…

R$ 95,96

Casas Bahia



Álcool Gel 420 Gramas - Antisséptico -…

R$ 7,20

Magazine Luiza

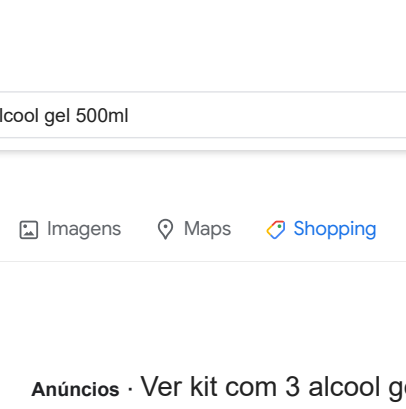


Álcool Kit com 450gr -

R$ 64,

Super

Sobre esta página



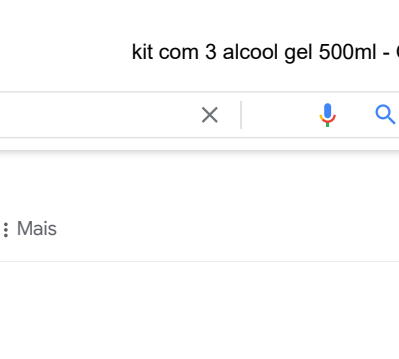
Kit com 3 unidades de Álcool em Gel 70%, 500ml Cada

Gel

R$ 25,30

Americanas.com

Entrega de R$ 0,00



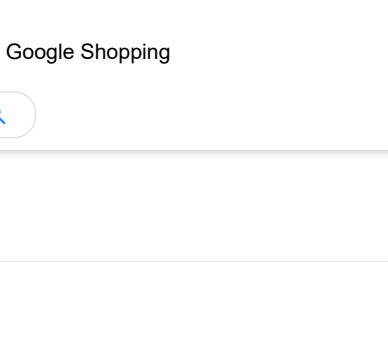
Kit Com 3 Álcool Gel 70% Antisséptico - 500ml - Petlab Home, 500ml

Gel

R$ 45,63

Magazine Luiza

Entrega de R$ 0,00



Kit Álcool em Gel 70% Eco Sept Higienizador de Mãos 3 X 500ml

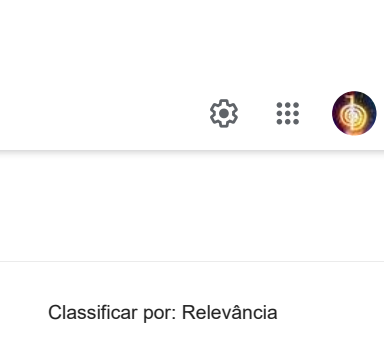
Gel

R$ 57,00

Submarino

Entrega de R$ 0,00

Comparar preços de 2 lojas



Kit Com 3 Álcool em Gel 70° Total Protect 500ml Elimina 99% das Bactérias

Gel

Mais opções de tamanho

R$ 43,80

Shoptime

Entrega de R$ 0,00

Comparar preços de 5 ou mais lojas



Kit Com 3 Álcool Líquido + 3 Álcool Gel 70% Antisséptico - 500ml

Gel

R$ 88,56

Magazine Luiza

Entrega de R$ 0,00



Kit 3 Álcool em Gel 70% Antisséptico 500ml Com Hidratação

Gel

R$ 19,44

Shopee

Entrega de R$ 0,00



Kit 3 Unids de Álcool em Gel Antisséptico Pump Clivê 500 Ml Softys

Gel · Refil

R$ 58,10

Mercado Livre

Entrega de R$ 0,00



Kit com 3 potes de 500ml de Álcool 70% Gel

Gel

R$ 39,00

Americanas.com

Entrega de R$ 0,00



Álcool Gel 70% Antisséptico Kit 3 Doctor'S C, 500ml

Gel

R$ 59,90

Magazine Luiza

Entrega de R$ 0,00



Álcool em Gel 70% Antisséptico Higienizador de Mãos C/ Hidratante 500ml – Kit 3 Unid

Gel

R$ 39,99

Casas Bahia

Entrega de R$ 0,00

Comparar preços de 5 ou mais lojas



Kit Com 3 Alcool Gel 70° % 500ml Antisséptico Lib Anvisa Mundo Verde Cosméticos

Gel

R$ 44,90

Mercado Livre

Entrega de R$ 0,00



PROMOÇÃO

Kit 3 Alcool em Gel 70 Higienizador Para Mãos 500ml

Gel

R$ 44,91 ~~R$ 49,90~~

Pontofrio.com

Entrega de R$ 0,00

Comparar preços de 3 lojas

Anexo Pesquisa de Preço - Kit Alcool Gel (2587692) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 70

Google kit com 3 alcool gel 500ml



Kit 3 Litros Álcool em Gel 70% Harina 6 un. de 500ml Validade Longa 03/2023

R$ 39,99
Americanas.com
Entrega de R$ 0,00



Kit com 3 Álcool gel 70% (INPM) de 500ml - Indagel
Gel

R$ 19,90
Loja do Estetoscópio
Entrega de R$ 0,00



Kit Álcool em Gel 70% 500ML Herbíssimo com 3 unidades, 500ml
Gel

R$ 26,90
Magazine Luiza
Entrega de R$ 0,00



Kit 3 Alcool Gel 70% 500ml

R$ 71,63
Americanas.com
Entrega de R$ 0,00



Kit 12 Alcool Gel Ouribel 500 Ml
Gel

R$ 199,00
Mercado Livre
Entrega gratuita



Kit 3 Unids de Álcool em Gel Antisséptico Pump Clivê 500 ML - Softys, 500ml
Gel

R$ 56,90
Magazine Luiza
Entrega de R$ 0,00



Álcool Gel 70% Antisséptico para Mãos 500 ML Kit com 3 Unidades ORBI
Gel

R$ 31,00
Casas Bahia
Entrega de R$ 0,00



Kit 3 Frascos Para Álcool Gel 500 Ml +3 Álcool Gel 500 Ml

R$ 120,42 ~~R$ 133,80~~
Extra.com.br
Entrega de R$ 0,00



KIT 3 Álcool Gel 70 INPM 500ml com Aloe vera Refil Asseptmax Bio instinto, 500ml
Gel · Refil

R$ 56,91
Magazine Luiza
Entrega de R$ 0,00



KIT C/3 Álcool Em Gel 70% Higienizador C/ Carbopol- 500ml
Gel

R$ 43,80
Americanas.com
Entrega de R$ 0,00



Álcool Gel 70% Higienizador De Mãos 500ml (Kit C/ 3 Uni) Depimaxx
Gel

R$ 49,90
Shopee
Entrega de R$ 0,00



Kit C/3 Álcool em Gel 70% Higienizador C/ Carbopol- 500ml - Protect, 500ml
Gel

R$ 172,80
Pontofrio.com
Entrega de R$ 0,00

Comparar preços de 5 ou mais lojas



álcool Gel Antisséptico Com Essência Kit Com 3 Unidades
Gel

R$ 19,90
Aromas e Luz
Entrega de R$ 0,00



Kit 3 Frascos Para Álcool Gel 500 Ml + 3 Álcool Gel 500 Ml
Gel

R$ 133,80
Carrefour
Entrega de R$ 0,00



Kit c/ 3 Álcool em Gel Giovanna Baby Classic - 500 ml, 500ml
Gel

R$ 48,00
Magazine Luiza
Entrega de R$ 0,00



Kit com 3 Álcool em Gel Antisséptico 70° inpm Fersol 500ml
Gel

R$ 55,50
Americanas.com
Entrega de R$ 0,00

Google kit com 3 alcool gel 500ml



Kit 3 Alcool Higienizador 70% de Mãos Antisseptico 500ml
Gel

R$ 42,93
Magazine Luiza
Entrega de R$ 0,00



Kit com 3 Álcool em Gel 70° Total Protect Total Arte 500ml Elimina 99% das Bactérias
Gel

R$ 37,50
Extra.com.br
Entrega de R$ 0,00



Kit 3 Álcool Gel 70% 500ml Antisseptico Para Mãos Petlab
Gel

R$ 52,27
Submarino
Entrega de R$ 0,00

Comparar preços de 4 lojas



Kit Gel Antisséptico Hi Clean Extrato de Algodão 500ml - 3 Un, 500ml
Gel

R$ 67,23 ~~R$ 74,70~~
Magazine Luiza
Entrega de R$ 0,00



Kit com 10 unidades Álcool Em Gel 70% Frasco 500Ml - Higienizador De Mãos - Essencial
Gel

R$ 142,40
Loja Estética
Entrega de R$ 0,00



Kit com 3 - Álcool em Gel Higienizante Giovanna Baby Classic 500ml, 500ml
Gel

R$ 59,50
Magazine Luiza
Entrega de R$ 0,00



Alcool Gel 70° % Antisséptico Bactericida 500ml (kit C/3) Montenegro

R$ 74,96
Mercado Livre
Entrega de R$ 0,00



Álcool em Gel 70 - Drako - Kit 3 x 500ml

R$ 56,90
Americanas.com
Entrega de R$ 0,00



Kit 3 Álcool Gel Higienizador de Mãos com Aloe Vera Vision - 500 ML Vision
Gel

R$ 40,70
Shopee
Entrega de R$ 0,00



Kit Com 10 Álcool Em Gel 70% Frasco 500Ml Gel Higienizador De Mãos - Essencial
Gel

R$ 142,41
Bcmed Equipamentos
Entrega de R$ 0,00



Kit Gel Antisséptico Hi Clean Extrato de Algodão 500ml - 3 Un
Gel

R$ 67,23
Americanas.com
Entrega de R$ 0,00



Kit 3 Alcool Em Gel 70 Higienizador Para Mãos 500Ml
Gel

R$ 47,90
Carrefour
Entrega de R$ 0,00



Álcool 70 líquido 500 ml Kit 1 com borrifador e 3 refis - Drako - Higienização de ...
Gel · Refil

R$ 55,80
Submarino
Entrega de R$ 0,00



Kit 3 Unids de Álcool em Gel Antisséptico Pump Clivê 500 ML
Gel

R$ 62,30
Pão de Açúcar
Entrega de R$ 0,00



Kit Gel Antisséptico Hi Clean Extrato De Algodão 500ml 3 Un
Gel

R$ 74,90
Mercado Livre
Entrega de R$ 0,00



Kit 3 Frascos Para Álcool Gel 500 Ml +3 Álcool Gel 500 Ml - JSN

R$ 93,66 ~~R$ 133,80~~
Casas Bahia
Entrega de R$ 0,00

Comparar preços de 3 lojas

Anexo Pesquisa de Preço - Kit Álcool Gel (2587692) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 72

Google kit com 3 alcool gel 500ml



Álcool Gel Antibactericida 70% New Beauty Kit 3 unidades de 500ml - New Beauy Pro ...

R$ 42,23
Magazine Luiza
Entrega de R$ 0,00



Kit 3 Álcool em Gel 70% New Wirescare Higienizador Mão 500ml

Gel

R$ 40,00
Americanas.com
Entrega de R$ 0,00

Comparar preços de 2 lojas



Kit 3 Unids De Álcool Em Gel Antisséptico Pump Clivê 500 Ml

Gel

R$ 59,20
Carrefour
Entrega de R$ 0,00



Kit com 2 Frascos De Álcool Em Gel 70% 500ml Com Válvula Pump Dourada 3XA

Gel

R$ 32,00
Shopee
Entrega de R$ 0,00



KIT ÁLCOOL EM GEL (6 de 500ml + 3 de 5Litros) Álcool Care Gel Alcoólico ...

Gel

R$ 410,99
Magazine Luiza
Entrega de R$ 0,00



Kit alcool gel giovanna baby 500ml - 3 unidades, 500ml

Gel

R$ 75,00
Magazine Luiza
Entrega de R$ 0,00



Kit 3 Und Álcool Gel Higienizante Giovanna Baby Rosa 500ml, 500ml

Gel

Mais opções

R$ 78,96
Magazine Luiza
Entrega de R$ 0,00



Álcool Gel Pequeno Kit 3

Gel

R$ 64,82
General Clean
Entrega de R$ 0,00



Álcool Gel Para As Mãos 70% 500ml Com Extrato de Aloe Vera - Kit c/ 12 Un

Gel

R$ 39,00
Americanas.com
Entrega de R$ 0,00

PROMOÇÃO



Kit Gel Antisséptico Hi Clean Extrato de Frutas Citricas 500ml - 3 Un, 500ml

Gel

R$ 65,70 ~~R$ 74,70~~
Magazine Luiza
Entrega de R$ 0,00



Kit Gel Antisséptico Hi Clean Extrato de Rosas 500ml - 3 Un

Gel

R$ 74,90
Novo Mundo
Entrega de R$ 0,00



Kit Com 25 Álcool Em Gel 70% Frasco 500Ml Gel Higienizador De Mãos - Essencial

Gel

R$ 356,01
Bcmed Equipamentos
Entrega de R$ 0,00



Kit Com 3 Álcool Gel 70% Ação Bactericida Antimicrobiana Prot

Gel

R$ 42,00
Leroy Merlin
Entrega de R$ 0,00

Comparar preços de 2 lojas



Kit 3 Frascos Para Álcool Gel 500 Ml +3 Álcool Gel 500 Ml - Jsn

R$ 195,14
Magazine Luiza
Entrega de R$ 0,00



Álcool Gel Higienizante 500ml Classic - Giovanna Baby

Gel

Mais opções de tamanho

R$ 20,99
Farmácias Pague Menos
Entrega de R$ 0,00

Comparar preços de 10 ou mais lojas



Álcool Gel 70% Antisséptico Zap Higienizador de Mãos - 500ml

Gel

R$ 8,97
Dot Cosméticos desde 2004
Entrega de R$ 12,00

Filtrar por tipo

Google kit com 3 alcool gel 500ml


Gel


Spray

Filtrar por marca


Giovanna Baby


Start Química


Rexona


Muriel


Lola Cosmetics


Protex


Fiorucci

Anúncios · Ver kit com 3 alcool gel 500ml


Álcool Gel Rexona Higienizante para as Mãos com…
R$ 95,96
Casas Bahia


Alcool Gel 70 Asseptgel Antibacteriano 42…
R$ 155,16
Mercado Livre
Frete grátis


Kit c/ 3 Álcool em Gel Giovanna Baby Classic - 500 ml,…
R$ 48,00
Magazine Luiza


Caixa Com 10 Alcool Gel 70° % Antisséptico…
R$ 68,39
Mercado Livre


Álcool Gel Asseptgel Cristal Aloe Vera Start…
R$ 49,00
Magazine Luiza


Kit com 3 Álcool GEL 70% antisséptico - 500…
R$ 45,63
Magazine Luiza


Gel A… Asseptg… Válvula…
R$ 89,
Mercad…
Frete g…

Anúncio · lista.mercadolivre.com.br/álcool_gel/promoção

Alcool Gel 500ml em Oferta - Frete Grátis a Partir de R$79*

O Melhor em **Alcool Gel 500ml**, **Álcool Gel**, Farmacia e Beleza e Cuidado Pessoal no Mercado Livre. Compre **Alcool Gel 500ml** no Mercado Livre com Frete Grátis a partir de R$79. Veja Condições. Compra Garantida. Frete Grátis Acima R$79*.

Anexo Pesquisa de Preço - Kit Alcool Gel (2587692) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 74

UFJ

ELOISA RODRIGUES ALVES <eloisa_all@ufj.edu.br>

Solicitação de Orçamento - Universidade Federal de Jataí

4 mensagens

ELOISA RODRIGUES ALVES <eloisa_all@ufj.edu.br>
Para: servmedgo@hotmail.com, "laboralmedocupa@gmail.com" <laboralmedocupa@gmail.com>, "metra.financeiro1@gmail.com" <metra.financeiro1@gmail.com>

Prazado(a),

Segue em anexo solicitação de orçamento com a finalidade de composição de valores para pregão eletrônico de contratação de empresa terceirizada, para prestação de serviços de condução de veícul
Federal de Jataí.
Desde já, agradeço a atenção e havendo qualquer dúvida entrar em contato no número abaixo indicado:

Tel. DGCS (Diretoria de Gestão de Contratos de Serviços): (64) 3606-8395
Cel. Massoiacy Pereira Marques: (64) 9.9989-1239

Atenciosamente.

--

UFJ
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ

Eloísa Rodrigues Alves
Bolsista
Pró-Reitoria de Administração e Finanças
Departamento de Gestão de Contratos e Serviços

Universidade Federal de Jataí
http://portalufj.jatai.ufg.br

SOLICITAÇÃO D EORÇAMENTO - UFJ - exames.docx
46K

METRA FINANCEIRO <metra.financeiro1@gmail.com> 8 de dezembro de 2021 11:13
Para: ELOISA RODRIGUES ALVES <eloisa_all@ufj.edu.br>

Bom dia

Segue anexo valores de exames conforme solicitado

Att

Adriele Rodrigues

METRA
Medicina e Segurança do Trabalho

Equipe de atendimento Jatai
Adriele Rodrigues

(64) 3631-8256 Jatai

(64) 99298-4908 Cel

Rua Castro Alves Nº 826
Centro Jataí, Nosso site
https://metramedicina.com/

[Texto das mensagens anteriores oculto]

VALORES EXAMES.pdf
404K

ELOISA RODRIGUES ALVES <eloisa_all@ufj.edu.br> 8 de dezembro de 2021 14:03
Para: METRA FINANCEIRO <metra.financeiro1@gmail.com>

Obrigada, tanto pelo o orçamento, quanto pela atenção.
[Texto das mensagens anteriores oculto]

METRA FINANCEIRO <metra.financeiro1@gmail.com> 9 de dezembro de 2021 16:51
Para: ELOISA RODRIGUES ALVES <eloisa_all@ufj.edu.br>

Disponha.

METRA
Medicina e Segurança do Trabalho

Equipe de atendimento Jatai
Adriele Rodrigues

(64) 3631-8256 Jatai

(64) 99298-4908 Cel

Rua Castro Alves Nº 826
Centro Jataí, Nosso site
https://metramedicina.com/

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Anexo e-mail Orçamentos (2587733) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 75



METRA MEDICINA E SEGURANÇA NO TRABALHO
Rua Castro Alves 826 Centro Jataí-Go
P LUANA SANTOS ME
28.586.312/0001-48

ORÇAMENTO

EXAMES	VALOR
AVALIAÇAO OFTALMOLÓGICA	R$ 450,00
AVALIAÇAO PSICOLÓGICA	R$ 150,00
TOXICOLÓGICO	R$ 220,00
AUDIOMETRIA OCUPACIONAL	R$ 20,00

ANEXO VI

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR

A verificação do resultado da prestação do serviço será realizada com base nos itens constantes da Tabela de Itens Avaliados. Para tanto, os preços estabelecidos no Contrato para a realização dos serviços, se referem à execução com a máxima qualidade. A execução que atinja os objetivos dos serviços contratados sem a máxima qualidade importará pagamento proporcional ao realizado.

Tais ajustes visam a assegurar ao CONTRATANTE e à CONTRATADA o recebimento dos serviços, mesmo diante de eventuais falhas em sua execução.

No período mensal o Fiscal do Contrato avaliará constantemente os serviços prestados, visando evitar a perda no nível de qualidade, promovendo o registro das ocorrências verificadas, e adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, podendo, inclusive, intervir para corrigir ou aplicar sanções quando verificar desconformidade contínua na prestação do serviço.

O Fiscal do contrato preencherá as ocorrências na Tabela de Itens Avaliados, a qual apresentará o percentual a ser descontado do faturamento. A Tabela de Itens Avaliados", deverá ser apresentada ao CONTRATADO até o dia o dia 07 (sete) de cada mês seguinte, que conterá, no mínimo:

-Número do PAD contratual que deu origem ao contrato;
-Número do Contrato;
-Partes contratuais;
-Síntese do objeto;
-Relação de falhas; e
-Fator percentual de recebimento e remuneração dos serviços.

A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, podendo compreender a mensuração dos seguintes aspectos:

-Resultados alcançados em relação ao Contratado, verificação dos prazos de execução e qualidade demandada;
-Recursos humanos empregados em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
-Adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
-Cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato;

Após a apresentação à CONTRATADA das anotações que compõem o IMR - Índice de Medição de Resultados, com possíveis ocorrências e descontos, se houver, a mesma poderá apresentar justificativa do serviço com menor nível de conformidade no prazo de 5 (cinco) dias após do recebimento, sendo que neste caso só será aceita caso comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis.

Havendo impugnação ao relatório apresentado, o CONTRATANTE avaliará o mesmo, podendo promover diligências, ou apresentar a avaliação final da impugnação com indicação do efetivo valor devido.

Caso a avaliação da impugnação não seja concluída até o dia 10º (décimo) dia útil do mês de sua apresentação, considerar-se-á, para efeito de emissão da Nota Fiscal para pagamento, o valor apontado originalmente pelo CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal contendo os valores apontados pelo CONTRATANTE, conforme item anterior, entre o 10º (décimo) e 15º (décimo quinto) dia útil do mês seguinte ao trabalhado.

Caso o resultado da avaliação da impugnação, posteriormente obtido, contemple ajuste de valor em favor da CONTRATADA, esta poderá emitir Nota Fiscal complementar e apresentar ao CONTRATANTE, para pagamento das diferenças.

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

Contrato nº	Processo Contratual nº:
Empresa Contratada:	Processo Financeiro nº:

Período de Avaliação: ***MÊS/ANO***						
ITEM	**META A CUMPRIR**	**MEDIÇÃO**	**INCIDÊNCIA**	**GRAU**	**OCORRÊNCIAS**	**TOTAL A DESCONTAR**
1	A empresa deverá garantir que os profissionais apresentem-se de maneira asseada, com uniformes limpos e completos, portando o crachá de identificação.	Por meio de constatação do gestor/fiscal do contrato.	Por ocorrência	1	0	0,00%
2	Os profissionais deverão realizar o correto preenchimento dos documentos afetos aos serviços desempenhados, como diários de bordo, requisições de manutenção, lista de checagem dos veículos, ou ainda em casos de sinistros, realizar o registro da ocorrência	Por meio de constatação do gestor/fiscal do contrato, ou por informação realizada pelos usuários	Por ocorrência	1	0	0,00%
3	A empresa deverá orientar seus profissionais a planejar suas atividades, traçando rotas previamente, entrando em contato com as áreas afetas de origem e destino, garantindo maior eficiência nos transportes.	Por meio de constatação do gestor/fiscal do contrato, ou por informação realizada pelos usuários	Por ocorrência	2	0	0,00%
4	A empresa deverá efetuar o depósito dos valores das diárias, com a antecedência solicitado em contrato, a fim de garantir que os funcionários possuam os recursos para custeio de alimentação e hospedagem	Por meio de constatação do gestor/fiscal do contrato.	Por ocorrência	2	0	0,00%
5	A empresa deverá manter o quantitativo de postos descritos em contrato, garantindo que, em caso de faltas, licenças, afastamentos ou férias exista a cobertura de tais afastamentos, salvo se houver entendimento entre a Administração e a Contratada para a não reposição, havendo apenas o desconto do período não reposto	Por meio de constatação do gestor/fiscal do contrato.	Por ocorrência	2	0	0,00%
6	A empresa deverá garantir a melhor qualidade possível de seus atendimentos, orientando para que os profissionais sejam pró-ativos, pontuais em seus atendimentos, tratando os usuários com urbanidade, primando pelo respeito, cortesia, educação e presteza.	Por meio de constatação do gestor/fiscal do contrato, ou por informação realizada pelos usuários	Por ocorrência	3	0	0,00%
7	A empresa deverá orientar seus profissionais a manter o zelo com todo o patrimônio colocado à disposição para o serviço, tanto com a inspeção periódica dos veículos oficiais, quanto os recursos transportados com o acondicionamento adequado das cargas	Por meio de constatação do gestor/fiscal do contrato, ou por informação realizada pelos usuários	Por ocorrência	3	0	0,00%
8	A empresa deverá cumprir as solicitações e determinações da fiscalização/gestão, no que diz respeito às questões contratuais, de forma a respondê-las e/ou solucioná-las no menor tempo possível.	Por meio de constatação do gestor/fiscal do contrato.	Por ocorrência	3	0	0,00%
TOTAL A DESCONTAR DA NOTA FISCAL						**0,00%**

VALOR DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	**R$ 0,00**
VALOR A DESCONTAR	**R$ 0,00**
VALOR A SER FATURADO	**R$ 0,00**

As ocorrências apuradas deverão ser anotadas na Tabela de Itens Avaliados, na coluna “Ocorrências”.

A depender do grau de cada infração, poderão ser descontados os seguintes percentuais:

GRAU	PERCENTUAL	INCIDÊNCIA
1	0,25% - Por ocorrência	Valor do Documento fiscal
2	0,50% - Por ocorrência	Valor do Documento fiscal
3	1,00% - Por ocorrência	Valor do Documento fiscal

Se o percentual a ser descontado das ocorrências no mês for superior à 20% ou, quando houver 03 (três) apontamentos, consecutivos ou intermitentes, para o mesmo item no período de 12 (doze) meses, além do desconto, poderá ser aberto processo administrativo visando a aplicação das sanções previstas em contrato.

ANEXO IV

TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº ...../2022, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ E A EMPRESA……...

A Universidade Federal de Jataí, com sede na Rodovia BR-364, N° 3800 - KM 192, na cidade de Jataí (GO), inscrita no CNPJ sob o nº 35.840.659/0001-30, neste ato representada pelo Reitor Pró Tempore, Prof. Dr. Américo Nunes da Silveira Neto, portador do CPF: 538.895.926-00, nomeado pela Portaria nº 2.121, de 10 de dezembro de 2019, do Ministério da Educação – MEC , publicada no *DOU* de 11 de dezembro de 2020, portador da matrícula funcional nº 1542118, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº ...../20...., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços continuados de para prestação de **serviços de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí**, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

Grupo	Item	Discriminação	Quantidade	Valor por funcionário	Valor total mensal	Valor total período 30 meses
1	1	Motoristas executivos 44 hs	13	R$ 5.271,50	R$ 68.530,67	R$ 24
	2	Diária sem pernoite	1000	R$ 72,00	R$ 72.000,00	
	3	Diária com pernoite	1000	R$ 220,00	R$ 220.000,00	
	4	Hora Suplementar 50%	2000	R$ 29,17	R$ 58.340,00	
	5	Hora Suplementar 100%	1000	R$ 38,90	R$ 38.900,00	
	6	Hora Suplementar noturna 50%	800	R$ 40,01	R$ 80.020,00	
	7	Hora Suplementar noturna 100%	800	R$ 53,35	R$ 53.350,00	
Valor Global Total de Referência						

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de ...../...../..... e encerramento em ...../...../....., *podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP n.º 05/2017, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:*

2.1.1. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.4. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.5. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.6. Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

2.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de R$ ..... (.....), perfazendo o valor total de R$ ..... (....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

~~5.1.~~ O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO.

6.1. As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência, anexo do Edital.

8. CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no

art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e precedidos de autorização da autoridade competente, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório, bem como à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

11.5. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto n.º 9.507, de 2018).

11.6. Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho (art. 64 a 66 da IN SEGES/MP n.º 05/2017).

11.7. Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item anterior, a CONTRATANTE reterá:

11.7.1. a garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela CONTRATADA, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

11.7.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

11.8. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

11.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

11.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

11.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei n.º 8.666, de 1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

11.10. O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto n.º 9.507, de 2018.

11.11. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES**

11.12. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MP nº 05, de 2017.

12.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

15.1. É eleito o **Foro de Jataí** para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado eletronicamente, que, depois de lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.

AUTORIZAÇÃO COMPLEMENTAR AO CONTRATO N° XXXX

_____ (*identificação do licitante*), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr. _____ (*nome do representante*), portador da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, **AUTORIZA** o(a) ***(Nome do Órgão ou Entidade promotora da licitação)***, para os fins do Anexo VII-B da Instrução Normativa n° 05, de 26/05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e dos dispositivos correspondentes do Edital do Pregão n. XXX/20XX:

1) que sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores alocados a qualquer tempo na execução do contrato acima mencionado os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas, previdenciárias e fundiárias devidas, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

2) que sejam provisionados valores para o pagamento dos trabalhadores alocados na execução do contrato e depositados em conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, e aberta em nome da empresa ***(indicar o nome da empresa)*** junto a instituição bancária oficial, cuja movimentação dependerá de autorização prévia da(o) ***(Nome do Órgão ou Entidade promotora da licitação)***, que também terá permanente autorização para acessar e conhecer os respectivos saldos e extratos, independentemente de qualquer intervenção da titular da conta.

3) que a CONTRATANTE utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a CONTRATADA não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual.

....., ... de..... de 20.....

_____

(assinatura do representante legal do licitante)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO

GERENCIAMENTO DE RISCOS

RISCO 1 - DEFINIÇÃO INCORRETA DA PRODUTIVIDADE		
Probabilidade	( ) Baixa (x) Média ( ) Alta	
Impacto	( ) Baixa (x) Média ( ) Alta	
Id	**Dano**	
1	Subutilização ou sobrecarga de atividades sobre a mão de obra empregada	
Id	**Ação Preventiva**	**Responsável**
1.	Levantamento dos documentos oficiais que contenham as atividades, bem como os históricos dos contratos anteriores.	Equipe de planejamento
Id.	**Ação de Contingência**	**Responsável**
1.1	Na ausência dos documentos citados na ação preventiva, providenciar o levantamento por meio de ação da unidade técnica competente ou, caso inviável, realizar contratação específica para atender a demanda.	Gestor e Fiscais
1.2	Realizar acréscimo ou supressão no contrato, conforme previsto na legislação vigente.	Gestor e Fiscais

RISCO 2 - LIMITAÇÕES NO LEVANTAMENTO DE MERCADO		
Probabilidade	( ) Baixa (x) Média ( ) Alta	
Impacto	( ) Baixa (x) Média ( ) Alta	
Id	**Dano**	
1	Visão restrita da solução das atividades, devido aos entraves para interação com o mercado público e privado.	
Id	**Ação Preventiva**	**Responsável**
1.	Estabelecer parcerias com entes públicos, ou com a iniciativa privada, que executam as mesmas atividades para troca de experiência.	Gestor e Fiscais
Id.	**Ação de Contingência**	**Responsável**
1.1	Buscar informações sobre o mercado com base em estudos, obras literárias, entre outras.	Equipe de planejamento

RISCO 3 - ESTUDO PRELIMINAR INSUFICIENTE PARA SUBSIDIAR A ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA		
Probabilidade	( ) Baixa (x) Média ( ) Alta	
Impacto	( ) Baixa ( ) Média (x) Alta	
Id	**Dano**	
1	Reflexos negativos na fase de contratação e gestão do contrato	
Id	**Ação Preventiva**	**Responsável**
1.	Levantar os dados necessários com ênfase em ações preventivas das experiências anteriores.	Equipe de planejamento
Id.	**Ação de Contingência**	**Responsável**
1.1	Realizar adequações no Termo de Referência antes de publicar o instrumento convocatório.	Secretaria de Infraestrutura
1.2.	Destacar as fraquezas que não foram resolvidas e propor ações possíveis durante a gestão do contrato.	Equipe de Planejamento

RISCO 4 - TERMO DE REFERÊNCIA COM INFORMAÇÕES INCOMPLETAS		
Probabilidade	( ) Baixa (x) Média ( ) Alta	
Impacto	( ) Baixa (x) Média ( ) Alta	
Id	**Dano**	
1.1	Erros no dimensionamento das propostas	
1.2	Prejuízo na gestão e fiscalização do contrato	
1.3	Impugnação ao Edital	
Id	**Ação Preventiva**	**Responsável**
1.	Os membros da equipe de planejamento e demais interessados deverão revisar todo o conteúdo elaborado antes da publicação.	Equipe de planejamento

Id.	Ação de Contingência	Responsável
1.1	Prestar esclarecimentos aos licitantes quando questionado como forma de orientar a correta elaboração da proposta.	Pregoeiro
1.2	Prever cláusula para tratar casos omissos no termo de referência que remete aos normativos que fundamentam o procedimento.	Equipe de Planejamento
1.3	Republicação do edital em caso de necessidade de alteração das informações que impactem no valor publicado.	Pregoeiro/Secretaria de Infraestrutura

RISCO 5 - NÃO ATENTAR ÀS NOVAS REGRAS DA IN 14.133/2021 NA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA		
Probabilidade	( ) Baixa (x) Média ( ) Alta	
Impacto	( ) Baixa (x) Média ( ) Alta	
Id	**Dano**	
1	Termo de referência incompleto e/ou em desacordo com a nova norma.	
Id	**Ação Preventiva**	**Responsável**
1.1	Realizar leitura do normativo.	Equipe de planejamento
1.2	Adotar *check list*	
1.3	Capacitar a equipe de planejamento sobre a IN 14.133/2021 - SLTI.	
Id.	**Ação de Contingência**	**Responsável**
1.1	A depender da fase, promover os ajustes cabíveis.	Equipe de planejamento
1.2	Avaliar os impactos decorrentes do risco e deliberar sobre a viabilidade de renovação do contrato se couber.	Secretaria de Infraestrutura /Pregoeiro

RISCO 6 - LICITAÇÃO DESERTA		
Probabilidade	(x) Baixa ( ) Média ( ) Alta	
Impacto	( ) Baixa ( ) Média (x) Alta	
Id	**Dano**	
1	Atraso no trâmite processual	
Id	**Ação Preventiva**	**Responsável**
1.	Definir somente as especificações necessárias para a caracterização do objeto, evitando afastar o interesse dos participantes.	Equipe de planejamento
Id.	**Ação de Contingência**	**Responsável**
1.1	Reavaliar as especificações estabelecidas na fase de planejamento e republicar o edital.	Equipe de planejamento/ Secretaria de Infraestrutura
1.2	Fazer contrato emergencial ou prorrogação excepcional, caso a exiguidade de prazo na republicação.	Pregoeiro/ Gestor do contrato

RISCO 7 - IMPUGNAÇÃO		
Probabilidade	( ) Baixa (X) Média ( ) Alta	
Impacto	( ) Baixa (X) Média ( ) Alta	
Id	**Dano**	
1	Atraso no trâmite processual devido a possibilidade de suspensão ou correção da licitação	
Id	**Ação Preventiva**	**Responsável**
1.1	Estabelecer critérios fundamentados no edital e seus anexos.	Equipe de planejamento
1.2	Avaliar contratações semelhantes para evitar ocorrências de impugnações.	PREGOEIRO
Id.	**Ação de Contingência**	**Responsável**
1.1	Correção e republicação do edital.	Equipe de planejamento/ Secretaria de Infraestrutura/Pregoeiro

RISCO 8 - DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTAS E INABILITAÇÃO DO FORNECEDOR		
Probabilidade	( ) Baixa (X) Média ( ) Alta	
Impacto	( ) Baixa ( ) Média (x) Alta	
Id	**Dano**	
1	Empresa desclassificada recorrer e acarretar atraso ao processo.	
Id	**Ação Preventiva**	**Responsável**

1.1	Definir de forma clara os critérios para apresentação/cadastro de propostas e dos documentos de habilitação.	PREGOEIRO
1.2	Responder a pedidos de esclarecimentos disponibilizando a todos via sistema.	
1.3	Fundamentar no sistema, objetivamente, os motivos da desclassificação/inabilitação.	
Id.	**Ação de Contingência**	**Responsável**
1.1	Responder ao recurso fundamentadamente, garantindo a continuidade do processo.	Equipe de planejamento Pregoeiro/Secretaria de Infraestrutura/ Reitoria

RISCO 9 - ABANDONO DE SESSÃO PELO VENCEDOR DA FASE LANCES		
Probabilidade	(x) Baixa ( ) Média ( ) Alta	
Impacto	( ) Baixa ( ) Média (x) Alta	
Id	**Dano**	
1	Prejuízo ao erário.	
Id	**Ação Preventiva**	**Responsável**
1.1	Estabelecer de forma clara as penalidades referente a conduta.	Pregoeiro/ Reitoria
Id.	**Ação de Contingência**	**Responsável**
1.1	Desclassificar a proposta de forma fundamentada e instaurar processo administrativo para aplicação de penalidade à empresa.	Pregoeiro/ Reitoria

RISCO 10 - DESCUMPRIMENTO DA CONTRATADA DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E FGTS		
Probabilidade	( ) Baixa (x) Média ( ) Alta	
Impacto	( ) Baixa ( ) Média (x) Alta	
Id	**Dano**	
1.1	Prejuízo aos trabalhadores.	
1.2	Possibilidade de propositura de ação judicial, em que a Administração figure no polo.	
Id	**Ação Preventiva**	**Responsável**
1.1	Adoção da conta-depósito vinculada.	Equipe de planejamento Fiscais
1.2	Estabelecer no edital critérios que atribuam a contratada a responsabilidade de arcar com todos os encargos sociais e trabalhistas.	
1.3	Efetiva gestão e fiscalização do contrato.	
Id.	**Ação de Contingência**	**Responsável**
1.1	Concessão de prazo para regularização das obrigações contratuais e legais, sob pena de rescisão contratual.	Gestão e Fiscalização do Contrato

RISCO 11 - EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS EM DESACORDO COM O CONTRATO		
Probabilidade	( ) Baixa ( ) Média (X) Alta	
Impacto	( ) Baixa ( ) Média (x) Alta	
Id	**Dano**	
1	Prejuízo ao erário, responsabilização subsidiária da Administração	
Id	**Ação Preventiva**	**Responsável**
1.1	Realizar avaliações periódicas dos serviços: adotar indicadores de níveis de desempenho, conforme IMR. Exigir, mensalmente, comprovação da quitação das obrigações trabalhistas e sociais.	Fiscalização do contrato
Id.	**Ação de Contingência**	**Responsável**
1.1	Execução de garantia e IMR - Instrumento de Medição de Resultado	Gestão do Contrato

RISCO 12 - AUSÊNCIA DE GARANTIAS DE EXECUÇÃO CONTRATUAL		
Probabilidade	( ) Baixa ( ) Média (X) Alta	
Impacto	( ) Baixa ( ) Média (x) Alta	
Id	**Dano**	
1	Prejuízo ao Erário	
Id	**Ação Preventiva**	**Responsável**
1.1	Exigir, como condição para início dos serviços, garantias de execução contratual para cobertura de despesa pelo inadimplemento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e prejuízos a terceiros.	Coordenação de Licitação

Id.	**Ação de Contingência**	**Responsável**
1.1	Apuração de Penalidade	Diretoria de Gestão de Contratos

Estudo Técnico Preliminar

1 - INFORMAÇÕES BÁSICAS

Número do processo: 23070.060433/2021-29

2 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A Universidade Federal de Jataí - UFJ - é uma instituição federal de ensino superior e pesquisa, constituída como autarquia educacional de regime especial e vinculada ao Ministério da Educação. Trata-se de uma instituição de ensino, pesquisa e extensão com diversas atividades administrativas, de ensino, de pesquisa, aulas práticas, gestão de patrimônio, viagens e outras atividades afins.

Nesta ocasião, de acordo com o planejamento de Compras e Contratações manifesta-se a necessidade de realização de processo licitatório para a contratação do serviço de direção veicular, para promover o transporte terrestre de servidores, alunos, materiais e/ou equipamentos durante a realização das atividades acadêmicas e administrativas da instituição, utilizando-se dos veículos da frota oficial.

A contratação se faz necessária mediante o disposto no Decreto n° 2.271/1997, que previu a possibilidade de execução indireta de atividades consideradas acessórias pelas instituições federais:

> "Art. 1º No âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional poderão ser objeto de execução indireta as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade.
>
> § 1º As atividades de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações serão, de preferência, objeto de execução indireta.
>
> § 2º Não poderão ser objeto de execução indireta as atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.".

Para suprir a lacuna provocada pela Lei nº 9.632, de 7 de maio de 1998, que dispôs sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, ao extinguir o cargo de motorista do Plano de Carreira das instituições federais

de ensino, mostra-se necessária a instrução de processo para atendimento da demanda supracitada.

Sendo assim, faz-se necessário a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra, de prestação de serviços de condutor de veículos oficiais (motoristas) para atender as demandas desta universidade.

3 - ÁREA REQUISITANTE

Área Requisitante	Responsável
Departamento de Logística - DLOG/UFJ	WENDELL PEREIRA DA SILVA

4 DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 A contratação discorre de serviço essencial, que deve ser executado de forma contínua. De acordo com o artigo 15 da Instrução Normativa nº 05, de 25 de maio de 2017, os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.Os serviços deverão ser prestados, cumprindo-se todas as normas legais, bem como às determinações emanadas do fiscal do contrato;

4.2. Os veículos deverão ser conduzidos com zelo e cautela necessários à prevenção de incidentes de qualquer natureza, devendo ser observado todas as normas legais de trânsito;

4.3 A contratada somente poderá iniciar os serviços, quando autorizados por escrito pelo órgão contratante, utilizando-se apenas os veículos oficiais da UFJ;

4.4 As Fichas de Requisições de Veículos devem ser apresentadas quando do embarque, devidamente assinadas, carimbadas pelo demandante e preenchidas com a indicação da rota;

4.5. A contratada deverá preencher formulário próprio para controle de tráfego, indicando a rota executada e qualquer desvio frente à rota determinada pelo Departamento de Logística;

4.6 Sob nenhum pretexto os veículos poderão exceder os limites de velocidade e peso determinados por lei;

4.7 Os veículos só poderão ser utilizados exclusivamente em serviço e serão de uso exclusivo da UFJ;

4.8 Os motoristas deverão portar habitualmente Carteiras de Habilitação sempre atualizadas;

4.9 Ao término do serviço os veículos deverão ser recolhidos à garagem da Contratante ou local determinado pela mesma;

4.10 O motorista deverá estacionar o veículo em local apropriado resguardando-o de furtos ou roubos, assim como dos perigos mecânicos e ameaças climáticas;

4.11 O motorista em serviço, sob nenhuma hipótese, poderá abandonar o veículo;

4.12 Na ocorrência de acidente com o veículo, o motorista deverá solicitar perícia e, após a liberação, se for o caso, solicitar à Contratada a remoção do veículo para a garagem ou para a oficina indicada para o conserto;

4.13 A Contratada será responsável por providenciar o Boletim de Ocorrência/laudo pericial feito pelo órgão competente;

4.14 Os motoristas deverão ter conhecimento das principais vias públicas das cidades onde estão situadas as unidades da UFJ;

4.15 O uso do cinto de segurança é obrigatório para os motoristas e passageiros;

4.16 O veículo, sob responsabilidade do motorista, deverá ser mantido em perfeitas condições de uso e funcionamento, e quaisquer defeitos e ou avarias nele detectados deverão ser comunicados à fiscalização do contrato e à empresa Contratada;

4.17 Em caso de necessidade de pernoite(s), os serviços deverão ser solicitados com antecedência mínima de 01 (um) dia útil:

4.18 O motorista à data da viagem deverá portar numerário suficiente para arcar com as despesas de alimentação, hospedagem e outras necessárias e de acordo com a legislação vigente.

4.19 Os serviços serão solicitados mediante o preenchimento da Ficha de Requisição de Veículo e/ou através de sistemas e APP utilizado pela contratante para sua gestão;

4.20 As Fichas de Requisição de Veículo serão entregues ao motorista, no ato do embarque do usuário, devidamente assinadas e carimbadas pelos servidores credenciados, preenchidos todos os campos e rubricadas pelo servidor/usuário;

4.21 As anotações de quilometragem deverão ser feitas pelo motorista, sendo conferidas e atestadas pelo usuário, no momento do embarque e desembarque;

4.22 Os servidores deverão estar disponíveis nas unidades da UFJ, no mínimo 15 (quinze) minutos antes do horário fixado para o início da execução dos serviços, para a verificação das condições de segurança, combustível, limpeza e conservação dos veículos;

4.23 Os postos de trabalho dos motoristas serão compostos por 01 (um) profissional por posto, para cada veículo.

4.24 O local de apresentação dos motoristas serão as unidades :

Unidade	**Endereço**
Jataí/GO	UFJ órgãos/unidades: Campus Jatobá - Cidade Universitária, BR 364, Km 195, n.º 3800 - CEP 75801-615 Campus Riachuelo - Rua Riachuelo, CP 03 - CEP 75804-068.

4.24.1 Os locais de apresentação dos veículos poderão ser alterados em decorrência de eventual mudança de sede da UFJ.

4.25 Os motoristas vinculados ao contrato deverão observar as disposições contidas no art. 235-B da Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012.

4.26 Caso haja necessidade, na eventual prestação de serviços cuja duração exceda a jornada de trabalho dos motoristas, serão contadas como horas extras;

4.27 Os motoristas com os veículos oficiais da UFJ poderão fazer viagens

intermunicipais e interestaduais.

4.28 Deverá ser firmado entre o órgão/entidade e a contratada um Instrumento de Medição de Resultado (IMR), a fim de balizar a execução dos serviços dentro dos padrões de qualidade acordados, inclusive a forma de faturamento de atividades que podem ser executadas de maneira simultânea;

4.29 Os itinerários e os horários pré-determinados somente poderão ser alterados de comum acordo com o órgão contratante e sempre que for necessário, em decorrência de obras e/ou impedimentos temporários e/ou mudanças no sentido de tráfego.

4.30 A contratação do serviço será realizada através de empresa especializada em serviços de condução de veículos oficiais;

4.31 O contrato será de 30 meses, prorrogável até o limite de 60 meses, conforme artigo 57 da lei 8.666/93;

4.32 A contratada deverá realizar treinamento relativo à condução com sensibilização dos condutores para a redução do consumo de combustível e das emissões de gases poluentes e educação ambiental.

4.33 A contratada deverá preencher os requisitos abaixo referentes aos condutores dos veículos (motoristas):

1. Para execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar profissionais pertencentes à seguinte categoria de ocupação, conforme o Código Brasileiro de Ocupações **(CBO) 7823/7824** – Motoristas executivos e motoristas de veículos de pequeno e médio porte; e Motorista de ônibus urbanos, metropolitanos e Rodoviários;

2. O motorista e o veículo deverão estar devidamente habilitados pelos órgãos competentes, segundo as normas e leis de trânsito, regulamentadas pelo DENATRAN e DETRAN;

3. Diariamente, o motorista deverá assumir o veículo devidamente uniformizado e com aparência pessoal adequada;

4 Conduzir veículos oficiais de propriedade da UFJ, destinadas à condução de pessoas, transporte de materiais, de cargas, documentos, nas seguintes ocasiões: Deslocamentos de autoridades, servidores, alunos ou quaisquer outras pessoas que estejam a serviço da UFJ, devidamente autorizadas; Entrega e retirada de materiais diversos, cargas, documentos e pequenas encomendas, exclusivamente a serviço oficial; Transporte dos veículos para os postos de abastecimento, oficinas mecânicas e seguradoras; Transporte de alunos em viagens de cunho acadêmico ou esportivo;

5 Manter o veículo sob sua responsabilidade em perfeito estado e satisfatórias condições de funcionamento, comunicando ao Setor responsável da instituição CONTRATANTE, qualquer irregularidade;

6 - Comunicar ocorrências de fatos e avarias relacionadas com o veículo sob sua responsabilidade;

7 - Manter o veículo convenientemente abastecido e lubrificado;

8 - Solicitar a todos os passageiros a Ficha de Requisição de Veículo devidamente preenchida, assinada e carimbada(quando necessário);

9 - Ser pontual no atendimento às solicitações de saída para executar as tarefas que lhe forem atribuídas; Permanecer nos postos de serviço, durante a jornada de trabalho, à disposição da instituição CONTRATANTE e atender as tarefas solicitadas pelo setor responsável pelos serviços de transporte/logística;

10 - Vistoriar os veículos oficiais, verificando o estado geral de segurança do veículo a ele confiado, devendo diariamente inspecionar os componentes que impliquem em segurança, tais como: pneus, nível de combustível, óleo do motor, água e óleo do cárter, freios e parte elétrica, dentre outros, para certificar-se de suas condições de funcionamento, além de conduzi-lo para lavagem, oficina e abastecimento, quando necessário;

11 - Responsabilizar-se pela guarda e uso adequado do cartão de abastecimento, encaminhando imediatamente após o abastecimento o cupom ou nota fiscal ao setor responsável pelos serviços de transporte;

12 - Obedecer às normas emanadas pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, na condução do veículo oficial;

13 - Não prestar informações sobre endereço, hábitos e costumes dos passageiros transportados; Não ingerir bebidas alcoólicas, em hipótese alguma, quando em serviço;

14 - Utilizar e solicitar aos passageiros o uso do cinto de segurança;

15 - Não iniciar conversações com os passageiros (somente quando solicitado) e, zelar pela segurança dos mesmos;

16 - Não fumar ao conduzir os veículos;

17 - Respeitar os limites de velocidade das vias públicas, áreas internas, externas e de estacionamento dos campi da UFJ e de outros órgãos;

18 - Não atender e nem falar ao celular ao conduzir os veículos;

19 - Não desobedecer às determinações do Setor de Logística da UFJ;

20 - Caso o funcionário da contratada necessite permanecer nas dependências da CONTRATANTE por algum motivo particular, após o término da sua jornada de trabalho, deverá fazê-lo sem o uniforme da contratada;

21. A jornada de trabalho dos motoristas serão de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e a Contratada deverá efetuar a contratação dos profissionais de forma regular, obedecendo à legislação trabalhista e previdenciária vigente, bem como os acordos, convenções ou dissídios coletivos das categorias profissionais;

22. Em jornadas diuturnas , o motorista deverá repassar ao seu subsequente todas as informações recebidas, bem como comunicar eventuais ocorrências incomuns observadas.

23. Os motoristas contratados deverão possuir, no mínimo, Carteira Nacional de Habilitação(CNH) categoria “D” somente em casos excepcionais e com autorização por escrito da Reitoria poderá ser contratado motorista com CNH inferior à categoria acima descrita, de acordo com a lei de trânsito.

24. Tempo mínimo de 1 (ano) ano de experiência na respectiva categoria, devidamente comprovada na CTPS.

25. Os motoristas deverão possuir ensino médio completo e curso de primeiros socorros, direção defensiva e relações humanas ou serem matriculados em tais cursos imediatamente à assinatura do contrato, sendo obrigatória, nesse caso, a apresentação dos certificados de conclusão no prazo estabelecido no instrumento convocatório;

26. Atestado médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições inerentes às atividades a serem desempenhadas;

27. Atestado de antecedentes criminais dos últimos 5 (cinco) anos na localidade em que residam das Justiças Federal e Estadual/Distrital;

28. Requisitos mínimos dos motoristas:

a) certificado de ensino fundamental completo;

b) 21 anos de idade;

c) Experiência de 1 (um) ano na função;

d) Carteira "D" com direção defensiva, exceto em casos excepcionais e com autorização por escrito da Reitoria, poderá ser contratado motorista com CNH inferior à categoria descrita, de acordo com a lei de trânsito;

e)Possuir curso de primeiros socorros, direção defensiva e transporte de passageiros ou serem matriculados em tais cursos imediatamente após assinatura do contrato, sendo obrigatória, nesse caso, a apresentação dos certificados de conclusão ao fiscal do contrato no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias do início da execução dos serviços;

f)Atestado médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições inerentes às atividades a serem desempenhadas;

g) Atestado de antecedentes criminais dos últimos 5 (cinco) anos na localidade em que residiram das Justiças Federal e Estadual/Distrital;

h) Exame toxicológico;

i) Ter noções de combate a incêndios, boas maneiras, atendimento ao público, relacionamento interpessoal e mecânica automobilística básica;

j) Ser pontual e assíduo ao trabalho;

k) Ter conhecimento da região geográfica em que vai atuar (Estado de Goiás e demais estados brasileiros).

l) Desembaraço e boas maneiras no trato com o público interno e externo.

m) Competências Comportamentais:

n) Senso de responsabilidade;

o) Cooperação;

p) Adaptabilidade;

q) Dinamismo;

r) Iniciativa;

s) Bom Relacionamento Interpessoal e para trabalhar em equipe;

t) Organização;

.

29. Os serviços deverão ser executados pelos motoristas, conforme rol exemplificativo das tarefas discriminadas abaixo:

a) Agir com ética;

b) Manter-se atualizado;

c) Zelar pelo material transportado;
d) Zelar pela segurança dos ocupantes do veículo;
e) Agir com criatividade;
f) Demonstrar cortesia;
g) Cumprir horários e escalas de trabalho;
h) Demonstrar capacidade visual espacial;
i) Tratar os passageiros com polidez
j) Trabalhar sob pressão;
k) Respeitar leis de trânsito;
l) Dirigir defensivamente;
m) Manter-se calmo;
n) Demonstrar noções básicas de mecânica de veículos.
o) Trabalhar em equipe;

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

Considerando diferentes fontes, bem como analisando-se contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração, além do próprio histórico de contratação dos serviços de apoio administrativo, pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, sustentado nas informações apresentadas neste instrumento, seja pelo número de empresas contratadas ou pela quantidade de empregados alocados na execução dos serviços, mostra-se comprovada a capacidade do mercado fornecedor em atender satisfatoriamente e sem objeções às necessidades demandadas pela UFJ.

Consistindo basicamente na alocação de mão de obra por parte da empresa contratada para a execução dos serviços, ressalta-se que as contratações pretendidas não possuem exigências ou especificidades complexas que dificultem os fornecedores a recrutar e posteriormente contratar as pessoas que irão desenvolver as atividades, salientando que a solução apresentada e descrita no item seguinte é a vista como a forma de contratação mais usual e já sedimentada nas instituições públicas.

6 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Para atendimento da demanda em questão, a solução proposta é a realização de processo licitatório amplo na modalidade Pregão (Lei n° 10.520/02), no formato eletrônico (Decreto n° 10.024/19), para contratação do serviço continuado de direção veicular com mão de obra exclusiva para condução dos veículos integrantes da frota oficial da UFJ.

O certame deverá possibilitar a ampla concorrência entre os fornecedores interessados, desde que atendam os requisitos mínimos de habilitação e do objeto, a se fazerem constantes no Edital e Termo de Referência.

6.1 - Objeto

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra, de prestação de serviços continuados de condução de veículos oficiais (motorista) para atender as necessidades da Universidade Federal de Jataí, conforme quantidades, especificações, obrigações e características mencionadas neste processo.

6.2 Modalidade de Contratação

A modalidade de aquisição a ser utilizada neste processo deverá ser o Pregão Eletrônico, a presente contratação adotará como regime de execução o PREÇO GLOBAL.

7 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Os quantitativos dos itens foram inicialmente definidos mediante realização de levantamento junto à instituição, baseado nos quantitativos do contrato atualmente vigente.

Desta forma, a quantidade total de itens a serem contratados encontram-se detalhados na tabela abaixo:

Grupo	Item	Discriminação	Qtde	Valor por funcionário	Valor total mensal	Valor total período 30 meses
1	1	Motoristas executivos 44 hs	13	R$ 5.271,50	R$ 69.624,367	R$ 2.088.730,80
	2	Diaria sem pernoite anual	1000	R$ 72,00	R$ 6.000,00	R$ 2.160.000,00
	3	Diária com pernoite	1000	R$ 220,00	R$ 18.333,33	R$ 6.600.000,00
	4	Hora Suplementar 50%	2000	R$ 29,17	R$ 4.861,66	R$ 1.750.200,00
	5	Hora Suplementar 100%	1000	R$ 38,90	R$ 3.241,66	R$ 1.167.000,00
	6	Hora Suplementar noturna 50%	800	R$ 40,01	R$ 2.667,33	R$ 960.240,00
	7	Hora Suplementar noturna 100%	800	R$ 53,35	R$ 3.556,66	R$ 1.280.400,00
Valor Global Total de Referência						**R$ 16.006.570,80**

8 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

No âmbito das aquisições públicas, a pesquisa de preços possui como uma das principais finalidades, estimar o custo do objeto para fins de análise quanto à existência de recursos orçamentários suficientes para o pagamento da despesa com a contratação e servir de parâmetro objetivo para julgamento das ofertas apresentadas quando da aceitação das propostas.

O inciso V do art. 15. da Lei 8.666 de 1993 apresenta a necessidade de que as compras, sempre que possível, deverão balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública.

Fundamenta-se ainda na Instrução Normativa nº 73 de 5 de agosto de 2020, que dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, bem como na jurisprudência do Tribunal de Contas da União sobre o tema.

Com base nos normativos supracitados, para os itens de fardamento e seguro de vida, integrantes da planilha de custos da contratação, buscou-se obter os preços praticados em contratações similares de outros entes públicos através da ferramenta Painel de Preços. Foi dada a preferência por certames realizados em órgãos e entidades da esfera federal, localizados na região Centro Oeste, visando obter valores condizentes com a realidade local, minimizando as distorções. Foram considerados também apenas os valores obtidos através da realização de certames na modalidade pregão eletrônico, desconsiderando-se valores obtidos em processos de dispensa de licitação.

Foram encontrados pelo menos 5 (cinco) valores válidos, dos quais foram desconsiderados os valores máximos e mínimos. Dos valores restantes, foi calculada a média aritmética, valores estes que foram informados na planilha para compor, juntamente com o salário base e demais benefícios estabelecidos na Convenção Coletiva da categoria, o valor máximo da contratação a ser aceito pela Administração

No que se refere especificamente aos valores a serem pagos sob a forma de salário e diárias, a base de cálculo foram os valores unitários definidos pela convenção coletiva da categoria (CCT, GO000452/2021, respectivamente nas Cláusulas Terceira e Décima Terceira)

Valor global para 30 meses estimado da contratação de **R$ 16.006.570,80 (dezesseis milhões, seis mil, quinhentos e setenta reais e oitenta centavos)**

9 - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Buscando-se o aumento da competitividade, sendo tecnicamente possível e inexistindo prejuízo à economia de escala ou ao conjunto da contratação, as disputas licitatórias devem ser divididas em parcelas ou itens (adjudicação por itens), gerando certames autônomos, mesmo que em um mesmo edital, de forma a beneficiar o aumento da competitividade.

Assim já prevê a Súmula n° 247 do Tribunal de Contas da União, que estabeleceu que “é obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade”.

Ocorre que, conforme a própria súmula supracitada, o raciocínio de parcelamento ou adjudicação por itens não deve ser levado a termos absolutos, pois a divisão da pretensão contratual, em alguns casos, pode prejudicar a economia de escala e gerar outros custos relacionados aos diversos contratos, além de potencializar riscos e dificuldades na gestão de uma pluralidade de contratos autônomos para atendimento da mesma pretensão contratual.

O próprio TCU já entendeu em algumas ocasiões que seria legítima a reunião de elementos de mesma característica, quando a adjudicação de itens isolados onerar “o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, colocando em risco a economia de escala e a celeridade processual”, o que pode comprometer a seleção da proposta mais vantajosa (Acórdão 5301/2013-TCU-Segunda Câmara).

De qualquer forma, a decisão sobre a aglutinação, ou não, de itens envolve contornos técnicos específicos. É possível que o órgão contratante identifique a necessidade de reunião e tome essa decisão, de forma justificada, fundamentando-a em ponderações econômicas e gerenciais, como ganhos de economia de escala ou mesmo gerenciamento contratual.

Porém, analisando mais atentamente a contratação em questão, é notório que os itens demandados guardam entre si uma relação de dependência operacional, pois o pagamento de diárias, sejam elas integrais ou parciais, está diretamente relacionado ao vínculo contratual do servidor terceirizado. Portanto, não seria adequado permitir a adjudicação dos itens isoladamente, pois possibilitaria que eventualmente o licitante que fornecesse a mão de obra fosse distinto daquele que efetuaria o pagamento das diárias.

Diante do exposto, o certame em apreço deverá ser estruturado em um único grupo que contemplará os 7 itens a serem contratados (valor mensal do posto, diárias integrais e

diárias parciais, Hora suplementar de 100%, Hora suplementar de 50%, Hora suplementar noturna de 100 % e Hora suplementar noturna de 50%), sem a necessidade da distribuição em lotes. Recomenda-se, portanto, a utilização do critério de adjudicação do objeto por grupo.

10 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E OU INTERDEPENDENTES

São consideradas contratações correlatas, as quais a UFJ deve se atentar para a efetiva vigência contratual dos mesmos durante a execução dos serviços ora contratados, para sua adequada prestação:

- ☐ Serviço de gestão/gerenciamento de frota - Manutenção veicular, de maquinários e equipamentos (leve, preventiva e corretiva) com o fornecimento de peças e acessórios;
- ☐ Serviço de gestão/gerenciamento de frota - Fornecimento de combustíveis;
- ☐ Serviço de seguro veicular e assistência.

11 - ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

Conforme o Planejamento estratégico da UFJ traz a necessidade de manter uma infraestrutura adequada para operacionalização dos serviços desta instituição, justificamos a solicitação dessa contratação pela necessidade de atender as demandas administrativas, de ensino, pesquisa e extensão.

12 - RESULTADOS PRETENDIDOS

A prestação de serviços de condução de veículos, por profissional devidamente habilitado, englobando o transporte de servidores e alunos em atividades administrativas, aulas práticas e pesquisas, assim como materiais, documentos e deslocamentos no município de Jataí e demais estados que se fizerem necessários, observados os detalhamentos técnicos e operacionais, constantes neste Estudo Técnico, pelo período de 30 (trinta) meses sendo prorrogáveis até o limite de 60(sessenta) meses.

Com a futura contratação, espera-se manter o funcionamento dos serviços prestados e atividades realizadas pela UFJ, para que não haja interrupção do fazer institucional, apoiado no ensino, pesquisa e extensão.

Em termos econômicos, é evidente que o tipo de serviço objeto da contratação é vantajoso e economicamente viável, pois a instituição atualmente já dispõe de contratos para suprir tal demanda, nos mesmos moldes aqui descritos. O propósito da nova contratação é a substituição dos contratos existentes por novos, visando uma melhor fiscalização e controle

dos serviços prestados, além do atendimento dos prazos estabelecidos com base no inciso II, Art. 57 da Lei n° 8.666/1993.

Além disso, espera-se que com a contratação sejam alcançados os seguintes resultados:

- Suporte na realização das atividades acadêmicas e administrativas;
- Rapidez no atendimento à demanda dos serviços;
- Garantir uma boa prestação de serviços, sempre embasados nos princípios de eficiência e sustentabilidade;
- Eficiência com a redução do custo administrativo em função da redução da fragmentação de processos licitatórios;
- Padronização das descrições, requisitos e valores dos cargos, assim como dos parâmetros de gestão e fiscalização contratual;
- Atendimento a todos os preceitos legais.

13 - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

A partir desta etapa, o processo será encaminhado para aprovação do ordenador de despesa do Termo de Referências e providências pertinentes ao encaminhamento para a fase externa do processo licitatório.

14 - POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Os materiais a serem fornecidos deverão ser produzidos, armazenados e transportados de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SLTI/MPOG, no que couber;
Os licitantes deverão apresentar Declaração de Sustentabilidade Ambiental, na forma do modelo constante no Edital.

15 - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Após todas as considerações registradas nos itens anteriores, a Equipe de Planejamento aponta como viável a contratação considerando a essencialidade da demanda, a natureza comum dos itens, a manifesta suficiência de fornecedores no mercado, o alinhamento com o Planejamento Estratégico da UFJ como um todo, e pelo fato da solução apontada revelar-se calcada nos normativos que regem a matéria, resguardando assim a imprescindível legalidade e o interesse público

16 - RESPONSÁVEIS

WENDELL PEREIRA DA SILVA
Fiscal do Contrato

MASSOIACY PEREIRA MARQUES
MEMBRO DO PLANEJAMENTO

CARLOS PORTILHO ASSIS CABRAL
MEMBRO DO PLANEJAMENTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ
PRÓ REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DIRETORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 23070.060433/2021-29

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMUM DE FORMA CONTINUADA. PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2021

1. **DO OBJETO**

1.1 A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa terceirizada, para prestação de **serviços de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí (UFJ)**, conforme especificações e exigências descritas neste Termo de Referência e seus anexos.

Grupo	Item	Discriminação	Quantidade	Valor por funcionário	Valor total mensal	Valor total período 30 meses
1	1	Motoristas executivos 44 hs	13	R$ 5.271,50	R$ 69.624,36	R$ 2.088.730,80
	2	Diária sem pernoite	1000	R$ 72,00	R$ 6.000,00	R$ 2.160.000,00
	3	Diária com pernoite	1000	R$ 220,00	R$ 18.333,33	R$ 6.600.000,00
	4	Hora Suplementar 50%	2000	R$ 29,17	R$ 4.861,66	R$ 1.750.200,00
	5	Hora Suplementar 100%	1000	R$ 38,90	R$ 3.241,66	R$ 1.167.000,00
	6	Hora Suplementar noturna 50%	800	R$ 40,01	R$ 2.667,33	R$ 960.240,00
	7	Hora Suplementar noturna 100%	800	R$ 53,35	R$ 3.556,66	R$ 1.280.400,00
Valor Global Total de Referência						R$ 16.006.570,80

1.2 O objeto da licitação tem a natureza de **SERVIÇO COMUM DE FORMA CONTINUADA COM**

DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA.

1.3 Os quantitativos e os respectivos códigos dos itens são discriminados na tabela acima.

1. 4 A presente contratação adotará como regime de execução o **PREÇO GLOBAL (30 MESES)**.

1. 5 O prazo de vigência do contrato é de 3**0 (trinta)** meses prorrogável até o limite de **60(sessenta)** meses, conforme preceito da Lei 8.666/93.

1. 6 Link para planilha que deverá ser utilizada para proposta da contratada - planilha de custos e formação de preços: https://docs.google.com/spreadsheets/d/1Evuyfpvii0bXplKK6Dbw1nQFlKrHDBd8/edit#gid=1613694006

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 A contratação dos serviços decorre da inexistência de cargos e/ou funções específicas à execução das atividades relacionadas no objeto deste termo..

2.3 Em um número atualizado a UFJ conta hoje com uma frota de 30 veículos, entre veículos de passeio, veículos utilitários, ônibus, micro-ônibus e vans, considerando que não temos motorista em nosso quadro de servidores, faz-se necessário a contratação de empresa que preste este serviço. Diversas são as atividades que demandam este tipo de serviço tais como: viagens a congressos, aulas práticas, seminários, pesquisa de campo, coleta de dados, e entregas de materiais nas diversas unidades acadêmicas e administrativas da UFJ, deslocamentos de autoridades administrativas do campus de Jataí para reuniões em outras Universidades, entre outras.

2.4 Desta forma, e diante do acima exposto, e ainda, considerando que as atividades atribuídas ao serviço a ser contratado não encontram no Plano de Cargos e Salários da Administração Pública Federal as atribuições correlatas, obriga-se esta Instituição a recorrer à contratação de empresa especializada na prestação de serviços, através de procedimento licitatório, objetivando atender às suas necessidades.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1 A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação do serviço de forma indireta e contínua, de serviço terceirizado de apoio administrativo, abrangendo postos de motorista executivo com dedicação exclusiva de mão-de-obra.

3.2. Diante das justificativas apresentadas no item 2 deste Termo de Referência, resta à Administração realizar a contratação, visando a continuidade e aperfeiçoamento da prestação dos serviços.

3.3. Os serviços possuem caráter de natureza contínua, considerados auxiliares e imprescindíveis para subsidiar o pleno desempenho das atribuições típicas que, caso sejam interrompidos, comprometerão a celeridade e a continuidade da atividade laboral, haja vista a necessidade de deslocamento de membros e servidores para tal mister.

3.4. O motorista de veículo prestará serviço na Universidade Federal de Jataí, porém, poderá se deslocar para outras localidades, dentro do estado de Goiás e outros estados, conforme as necessidades da Contratante e de acordo com os procedimentos adotados neste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1 Trata-se de serviço comum, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto n° 9.507, de 21 de setembro de

2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3 O serviço a ser contratado enquadra-se na classificação de serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555 e do Decreto nº 10.024/2019, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

4.4 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

5.1 A contratação discorre de serviço essencial, que deve ser executado de forma contínua. De acordo com o artigo 15 da Instrução Normativa nº 05, de 25 de maio de 2017, os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.Os serviços deverão ser prestados, cumprindo-se todas as normas legais, bem como às determinações emanadas do fiscal do contrato.

5.2. Os veículos deverão ser conduzidos com zelo e cautela necessários à prevenção de incidentes de qualquer natureza, devendo ser observado todas as normas legais de trânsito;

5.3 A contratada somente poderá iniciar os serviços, quando autorizados por escrito pelo órgão contratante, utilizando-se apenas os veículos oficiais da UFJ.

5.4 As Fichas de Requisições de Veículos devem ser apresentadas quando do embarque, devidamente assinadas, carimbadas pelo demandante e preenchidas com a indicação da rota;

5.5. A contratada deverá preencher formulário próprio para controle de tráfego, indicando a rota executada e qualquer desvio frente à rota determinada pelo Departamento de Logística;

5.6 Sob nenhum pretexto os veículos poderão exceder os limites de velocidade e peso determinados por lei;

5.7 Os veículos só poderão ser utilizados exclusivamente em serviço e serão de uso exclusivo da UFJ;

5.8 Os motoristas deverão portar habitualmente Carteiras de Habilitação sempre atualizadas;

5.9 Ao término do serviço os veículos deverão ser recolhidos à garagem da Contratante ou local determinado pela mesma;

5.10 O motorista deverá estacionar o veículo em local apropriado resguardando-o de furtos ou roubos, assim como dos perigos mecânicos e ameaças climáticas;

5.11 O motorista em serviço, sob nenhuma hipótese, poderá abandonar o veículo;

5.12 Na ocorrência de acidente com o veículo, o motorista deverá solicitar perícia e, após a liberação, se for o caso, solicitar à Contratada a remoção do veículo para a garagem ou para a oficina indicada para o conserto;

5.13 A Contratada será responsável por providenciar o Boletim de Ocorrência/laudo pericial feito pelo órgão competente;

5.14 Os motoristas deverão ter conhecimento das principais vias públicas das cidades onde estão situadas as unidades da UFJ;

5.15 O uso do cinto de segurança é obrigatório para os motoristas e passageiros;

5.16 O veículo, sob responsabilidade do motorista, deverá ser mantido em perfeitas condições de uso e funcionamento, e quaisquer defeitos e ou avarias nele detectados deverão ser comunicados à fiscalização do contrato e à empresa Contratada;

5.17 Em caso de necessidade de pernoite(s), os serviços deverão ser solicitados com antecedência mínima de 01 (um) dia útil:

5.18 O motorista à data da viagem deverá portar numerário suficiente para arcar com as despesas de alimentação, hospedagem e outras necessárias e de acordo com a legislação vigente.

5.19 Os serviços serão solicitados mediante o preenchimento da Ficha de Requisição de Veículo e/ou através de sistemas e APP utilizado pela contratante para sua gestão;

5.20 As Fichas de Requisição de Veículo serão entregues ao motorista, no ato do embarque do usuário,

devidamente assinadas e carimbadas pelos servidores credenciados, preenchidos todos os campos e rubricadas pelo servidor/usuário;

5.21 As anotações de quilometragem deverão ser feitas pelo motorista, sendo conferidas e atestadas pelo usuário, no momento do embarque e desembarque;

5.22 Os servidores deverão estar disponíveis nas unidades da UFJ, no mínimo 15 (quinze) minutos antes do horário fixado para o início da execução dos serviços, para a verificação das condições de segurança, combustível, limpeza e conservação dos veículos;

5.23 Os postos de trabalho dos motoristas serão compostos por 01 (um) profissional por posto, para cada veículo.

5.24 O local de apresentação dos motoristas serão as unidades :

Unidade	**Endereço**
Jataí/GO	UFJ órgãos/unidades: Campus Jatobá - Cidade Universitária, BR 364, Km 195, n.º 3800 - CEP 75801-615 Campus Riachuelo - Rua Riachuelo, CP 03 - CEP 75804-068.

5.24.1 Os locais de apresentação dos veículos poderão ser alterados em decorrência de eventual mudança de sede da UFJ.

5.25 Os motoristas vinculados ao contrato deverão observar as disposições contidas no art. 235-B da Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012.

5.26 Caso haja necessidade, na eventual prestação de serviços cuja duração exceda a jornada de trabalho dos motoristas, serão contadas como horas extras;

5.27 Os motoristas com os veículos oficiais da UFJ poderão fazer viagens intermunicipais e interestaduais.

5.28 Deverá ser firmado entre o órgão/entidade e a contratada um Instrumento de Medição de Resultado (IMR), a fim de balizar a execução dos serviços dentro dos padrões de qualidade acordados, inclusive a forma de faturamento de atividades que podem ser executadas de maneira simultânea;

5.29 Os itinerários e os horários pré-determinados somente poderão ser alterados de comum acordo com o órgão contratante e sempre que for necessário, em decorrência de obras e/ou impedimentos temporários e/ou mudanças no sentido de tráfego.

5.30 A contratação do serviço será realizada através de empresa especializada em serviços de condução de veículos oficiais;

5.31 O contrato será de 30 meses, prorrogável até o limite de 60 meses, conforme artigo 57 da lei 8.666/93;

5.32 A contratada deverá realizar treinamento relativo à condução com sensibilização dos condutores para a redução do consumo de combustível e das emissões de gases poluentes e educação ambiental.

5.33 A contratada deverá preencher os requisitos abaixo referentes aos condutores dos veículos (motoristas):

1. Para execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar profissionais pertencentes à seguinte categoria de ocupação, conforme o Código Brasileiro de Ocupações **(CBO) 7823/7824** – Motoristas executivos e motoristas de veículos de pequeno e médio porte; e Motorista de ônibus urbanos, metropolitanos e Rodoviários;

2. O motorista e o veículo deverão estar devidamente habilitados pelos órgãos competentes, segundo as normas e leis de trânsito, regulamentadas pelo DENATRAN e DETRAN;

3. Diariamente, o motorista deverá assumir o veículo devidamente uniformizado e com aparência pessoal adequada;

4 Conduzir veículos oficiais de propriedade da UFJ, destinadas à condução de pessoas, transporte de materiais, de cargas, documentos, nas seguintes ocasiões: Deslocamentos de autoridades, servidores, alunos ou quaisquer outras pessoas que estejam a serviço da UFJ, devidamente autorizadas; Entrega e retirada de materiais diversos, cargas, documentos e pequenas encomendas, exclusivamente a serviço oficial; Transporte dos veículos para os postos de abastecimento, oficinas mecânicas e seguradoras; Transporte de alunos em viagens de cunho acadêmico ou esportivo;

5 Manter o veículo sob sua responsabilidade em perfeito estado e satisfatórias condições de funcionamento, comunicando ao Setor responsável da instituição CONTRATANTE, qualquer irregularidade;

6 - Comunicar ocorrências de fatos e avarias relacionadas com o veículo sob sua responsabilidade;

7 - Manter o veículo convenientemente abastecido e lubrificado;

8 - Solicitar a todos os passageiros a Ficha de Requisição de Veículo devidamente preenchida, assinada e carimbada(quando necessário);

9 - Ser pontual no atendimento às solicitações de saída para executar as tarefas que lhe forem atribuídas; Permanecer nos postos de serviço, durante a jornada de trabalho, à disposição da instituição CONTRATANTE e atender as tarefas solicitadas pelo setor responsável pelos serviços de transporte/logística;

10 - Vistoriar os veículos oficiais, verificando o estado geral de segurança do veículo a ele confiado, devendo diariamente inspecionar os componentes que impliquem em segurança, tais como: pneus, nível de combustível, óleo do motor, água e óleo do cárter, freios e parte elétrica, dentre outros, para certificar-se de suas condições de funcionamento, além de conduzi-lo para lavagem, oficina e abastecimento, quando necessário;

11 - Responsabilizar-se pela guarda e uso adequado do cartão de abastecimento, encaminhando imediatamente após o abastecimento o cupom ou nota fiscal ao setor responsável pelos serviços de transporte;

12 - Obedecer às normas emanadas pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, na condução do veículo oficial;

13 - Não prestar informações sobre endereço, hábitos e costumes dos passageiros transportados; Não ingerir bebidas alcoólicas, em hipótese alguma, quando em serviço;

14 - Utilizar e solicitar aos passageiros o uso do cinto de segurança;

15 - Não iniciar conversações com os passageiros (somente quando solicitado) e, zelar pela segurança dos mesmos;

16 - Não fumar ao conduzir os veículos;

17 - Respeitar os limites de velocidade das vias públicas, áreas internas, externas e de estacionamento dos campi da UFJ e de outros órgãos;

18 - Não atender e nem falar ao celular ao conduzir os veículos;

19 - Não desobedecer às determinações do Setor de Logística da UFJ;

20 - Caso o funcionário da contratada necessite permanecer nas dependências da CONTRATANTE por algum motivo particular, após o término da sua jornada de trabalho, deverá fazê-lo sem o uniforme da contratada;

21. A jornada de trabalho dos motoristas serão de **44 (quarenta e quatro)** horas semanais e a Contratada deverá efetuar a contratação dos profissionais de forma regular, obedecendo à legislação trabalhista e previdenciária vigente, bem como os acordos, convenções ou dissídios coletivos das categorias profissionais;

22. Em jornadas diuturnas , o motorista deverá repassar ao seu subsequente todas as informações recebidas,

bem como comunicar eventuais ocorrências incomuns observadas.

23. Os motoristas contratados deverão possuir, no mínimo, Carteira Nacional de Habilitação(CNH) categoria "D" somente em casos excepcionais e com autorização por escrito da Reitoria poderá ser contratado motorista com CNH inferior à categoria acima descrita, de acordo com a lei de trânsito.

24. Tempo mínimo de 1 (ano) ano de experiência na respectiva categoria, devidamente comprovada na CTPS.

25. Os motoristas deverão possuir ensino fundamental completo e curso de primeiros socorros, direção defensiva e relações humanas ou serem matriculados em tais cursos imediatamente à assinatura do contrato, sendo obrigatória, nesse caso, a apresentação dos certificados de conclusão no prazo estabelecido no instrumento convocatório;

26. Atestado médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições inerentes às atividades a serem desempenhadas;

27. Atestado de antecedentes criminais dos últimos 5 (cinco) anos na localidade em que residam das Justiças Federal e Estadual/Distrital;

28. Requisitos mínimos dos motoristas:

a) certificado de ensino fundamental completo;

b) 21 anos de idade;

c) Experiência de 1 (um) ano na função;

d) Carteira "D" com direção defensiva, exceto em casos excepcionais e com autorização por escrito da Reitoria, poderá ser contratado motorista com CNH inferior à categoria descrita, de acordo com a lei de trânsito;

e)Possuir curso de primeiros socorros, direção defensiva e transporte de passageiros ou serem matriculados em tais cursos imediatamente após assinatura do contrato, sendo obrigatória, nesse caso, a apresentação dos certificados de conclusão ao fiscal do contrato no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias do início da execução dos serviços;

f)Atestado médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições inerentes às atividades a serem desempenhadas;

g) Atestado de antecedentes criminais dos últimos 5 (cinco) anos na localidade em que residiram das Justiças Federal e Estadual/Distrital;

h) Exame toxicológico;

i) Ter noções de combate a incêndios, boas maneiras, atendimento ao público, relacionamento interpessoal e mecânica automobilística básica;

j) Ser pontual e assíduo ao trabalho;

k) Ter conhecimento da região geográfica em que vai atuar (Estado de Goiás e demais estados brasileiros).

l) Desembaraço e boas maneiras no trato com o público interno e externo.

m) Competências Comportamentais:

n) Senso de responsabilidade;

o) Cooperação;

p) Adaptabilidade;

q) Dinamismo;

r) Iniciativa;

s) Bom Relacionamento Interpessoal e para trabalhar em equipe;

t) Organização;

.

29. Os serviços deverão ser executados pelos motoristas, conforme rol exemplificativo das tarefas discriminadas abaixo:

a) Agir com ética;

b) Manter-se atualizado;

c) Zelar pelo material transportado;

d) Zelar pela segurança dos ocupantes do veículo;
e) Agir com criatividade;
f) Demonstrar cortesia;
g) Cumprir horários e escalas de trabalho;
h) Demonstrar capacidade visual espacial;
i) Tratar os passageiros com polidez
j) Trabalhar sob pressão;
k) Respeitar leis de trânsito;
l) Dirigir defensivamente;
m) Manter-se calmo;
n) Demonstrar noções básicas de mecânica de veículos.
o) Trabalhar em equipe;

6. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

6.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

6.2 Para a execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.3 Os veículos poderão fazer deslocamentos intermunicipais e interestaduais, devendo o valor da diária ser pago ao motorista (hospedagem e alimentação, se for o caso) pela Contratada, antes da viagem, e ressarcido pela UFJ por ocasião da fatura mensal.

6.4. As **despesas com pedágios e estacionamento** (quando em viagem), deverão ser efetuadas pela CONTRATADA, utilizando o modelo "sem parar", na formatação sem custo mensal disponibilizado por várias empresas prestadoras deste serviço. O valor pago dos pedágios e estacionamento serão pagos pela CONTRATANTE posteriormente. Os custos desta despesa com o "sem parar" **deverão estar previstos na planilha de custo e formação de preço**, apresentada pela CONTRATADA, fazendo parte do item: outros custos. A empresa CONTRATADA deverá solicitar a lista de veículos que poderão utilizar os pedágios e estacionamentos para poder fazer o seu cadastro e fornecer a identificação automática para cada veículo a partir de adesivos especiais, que serão colados no para-brisa dos veículos.

6.5 Os serviços serão prestados no horário entre as 07:30 e as 17:30 horas, de forma escalonada, em jornada diária de 8h (oito horas), de segunda a sexta-feira, com intervalo de 01 (uma) hora para almoço, podendo, eventualmente, ser antecipado ou prorrogado;

6.6 Os serviços deverão obedecer aos horários estabelecidos, podendo a Contratante alterá-los a qualquer tempo, de acordo com suas necessidades, inclusive para atendimento de demandas aos sábados, domingos, feriados e horários fora do expediente normal, excepcionalmente, quando necessário, em suas dependências ou fora delas, em exclusiva execução do objeto do serviço.

6.7 Quando convocados para execução de serviços adicionais, inclusive sábados (após as 12:00), domingos e feriados, serão contados como horas extras.

6.8 O endereço da unidade a ser atendida consta no item 5.24 deste Termo de Referência.

6.9 Os serviços deverão ser executados por pessoal profissionalmente capacitado, que desenvolverão as tarefas abaixo discriminadas e terão sua execução acompanhada e fiscalizada por servidor previamente designado pela Contratante, que anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

6.10 Para a execução dos serviços objeto do presente Termo de Referência, os funcionários da contratada deverão desempenhar todas as atividades inerentes a função:

6.11 Seguir as normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente;

6.12 estar atento às condições de segurança do veículo;

6.13 conduzir o veículo com perícia, prudência, zelo e com observância aos princípios de direção defensiva;

6.14 respeitar a legislação de trânsito e, em especial, as normas relativas ao tempo de direção e de descanso;

6.15 zelar pela carga transportada e pelo veículo;

6.16 colocar-se à disposição dos órgãos públicos de fiscalização na via pública;

7. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:**

7.1 Atores que participarão da gestão do contrato:

Função	Formação	Atribuições
Gestor do Contrato - Titular e Substituto	Amplo conhecimento em coordenação das atividades administrativas e setorial	Coordenação das atividades relacionadas à fiscalização administrativos pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção de contratos dentre outros;
Fiscal Administrativo - Titular e substituto	Conhecimento administrativo sobre o serviço	Acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos contratos de prestação de serviços quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;
Fiscal Setorial - Titular e substituto	Conhecimento do objeto da contratação.	Acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade;.
Fiscalização do usuário	Conhecimento do objeto da contratação	Utilização dos serviço prestados pela contratada, como usuário (passageiros)

7.2 O mecanismo de comunicação entre a UFJ e a CONTRATADA deverá ocorrer, predominantemente, por meio de registro documental, admitindo-se o encaminhamento destes via correio eletrônico, desde que apensados aos registros da gestão as devidas comprovações de recebimento;

7.3 A medição dos serviços será feita pela Fiscalização Técnica, que a encaminhará para a Fiscalização Administrativa para providenciar a conferência da documentação pertinente, segundo a IN SEGES/MP n° 05/2017. Em ato contínuo, o Gestor do Contrato encaminhará o termo circunstanciado de recebimento dos serviços, demonstrando os valores correspondentes às atividades desenvolvidas e sua efetividade, autorizando a emissão da nota fiscal pela CONTRATADA.

7.4 O mecanismo de comunicação entre a UFJ e a CONTRATADA deverá ocorrer predominantemente por meio do **Sistema Comprasnet Contratos e Comprasnet Mobile**, por meio de registro de ocorrências preferencialmente por meio documental (ofícios) ou nos formatos disponíveis pelo sistema oficial federal de Gestão e Fiscalização de Contratos: Comprasnet Contratos. Serão admitidos o encaminhamento destes documentos concomitantemente via correio eletrônico, desde que apensados aos registros da gestão as devidas comprovações de recebimento, **preferencialmente feitas no SEI da UFJ** e seus processos eletrônicos.

7.5 O canal de comunicação entre a UFJ e a CONTRATADA, para assuntos relacionados à gestão e fiscalização contratual, ocorrerá preferencialmente através da figura do PREPOSTO. O preposto é o representante da CONTRATADA junto à UFJ. O preposto poderá ser contatado mesmo fora do horário de expediente. Em caso de imprevistos o preposto deverá prestar auxílio aos motoristas,sem que com isso ocorra qualquer ônus extra para a UFJ.

7.5.1 A Contratada deve capacitar o Preposto para atender as necessidades do contrato, através de treinamento específico. A apresentação do **certificado de conclusão de curso será necessário para comprovação**.

7.6 A CONTRATADA deverá ser cadastrada no Comprasnet Contratos para que possa responder os Registros de Ocorrência via sistema Comprasnet contratos, comprasnet mobile ou via SEI.

7.7 A medição será feita através de formulário, o qual acompanhará a nota fiscal de serviços, demonstrando os valores correspondentes às atividades desenvolvidas e sua efetividade. O IMR poderá ser feito via formulário comum, caso ainda não tenha sido feito no Comprasnet Contratos, após a sua criação no sistema.

7.8 O Fiscal do Contrato deverá entregar relatório mensal de fiscalização, realizado pelo Comprasnet Contratos.

7.9 O Fiscal do Contrato deverá abrir processo de pagamento no SEI, de acordo com orientação do Departamento de Contabilidade e Finanças da UFJ.

7.10 O Fiscal deverá apresentar **Certificado de Conclusão de Curso de Gestão e Fiscalização de Contratos** do ENAP/EVG (Escola Virtual GOV) para que o mesmo seja inserido ao processo.

7.11 O resultado da apuração da pontuação e respectiva aplicação da advertência ou do percentual da glosa serão comunicados pelo FISCAL DO CONTRATO, por meio de notificação formal, com o respectivo preenchimento do **IMR , Instrumento de Medição de Resultados**, à CONTRATADA, que terá 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento da comunicação, para contestar, caso queira.

7.12 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela CONTRATANTE, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador (por motivo ocorrência de caso fortuito ou de força maior).

7.13 Caso não seja aceita a justificativa, o FISCAL DO CONTRATO realizará a advertência ou a glosa correspondente nas faturas vincendas.

8. **INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

8.1 O início da prestação dos serviços acontecerá a partir da assinatura do contrato previsto para 01/04/2022.

8.2. As diárias de viagem serão pagas aos motoristas que efetivamente prestarem serviços ao órgão contratante fora do município de Jataí, por dia de deslocamento, para fazer face às despesas de alimentação e estadia nas condições estabelecidas no instrumento convocatório. O valor da diária não será alvo de disputa e não poderá ser inferior ao estimado pela Administração, devendo ser paga conforme comprovação efetuada pela Empresa contratada.

8.3. O pagamento das despesas de diárias será efetuado sob demanda, e o reembolso, inclusive relacionado a estacionamentos (em viagem), deverá ser requerido pela CONTRATADA por ocasião do pagamento mensal. O pernoite do motorista terceirizado será pago, sob demanda, conforme comprovação efetuada pela Empresa e limitado ao valor de R$ 220,00 cada pernoite.

8.4 As diárias de viagens que eventualmente ultrapassem as quantidades estimadas por mês, serão compensadas com as não utilizadas durante o ano;

8.5 Custos com pedágios, balsas e estacionamentos serão pagos pela CONTRATADA e ressarcidos posteriormente pela UFJ, desde que comprovado e de acordo com a necessidade de serviço e com valores compatíveis com a realidade de mercado;

8.6 Haverá deslocamento máximo de 8h por dia, devendo o motorista efetuar pausa para intervalo de almoço, café e descanso conforme a necessidade, admitindo-se a extensão da jornada, ou condução em horário noturno, em casos excepcionais.

8.6.1 - Quando da viagem de longa distância e realizada em dupla de motoristas, cada condutor não poderá exceder a 4 horas dirigindo ininterruptamente, ou seja, a cada 4 horas de condução deverá o mesmo repassar a condução ao outro condutor enquanto descansará por igual período;

8.7 No intuito de auxiliar na prevenção de contaminações do vírus, tendo em vista a pandemia do COVID-19 (Coronavírus), a CONTRATADA deverá fornecer bimestralmente 3 (três) frascos de 500 ml de álcool gel e 1 (um) kit de máscaras descartáveis contendo 100 unidades para proteção das vias respiratórias;

8.8 Não poderão ser incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

8.9 As **despesas com pedágios e estacionamento** (quando em viagem), deverão ser efetuadas pela CONTRATADA, utilizando o modelo "sem parar", na formatação sem custo mensal disponibilizado por várias empresas prestadoras deste serviço. O valor pago dos pedágios e estacionamento serão pagos pela CONTRATANTE posteriormente. Os custos desta despesa com o "sem parar" **deverão estar previstos na planilha de custo e formação de preço**, apresentada pela CONTRATADA, fazendo parte do item: outros custos. A empresa CONTRATADA deverá solicitar a lista de veículos que poderão utilizar os pedágios e estacionamentos para poder fazer o seu cadastro e fornecer a identificação automática para cada veículo a partir de adesivos especiais, que serão colados no para-brisa dos veículos.

8.10 Responsabilizar-se por quaisquer multas de trânsito, ambientais, tarifas rodoviárias , quando for o caso, durante a execução do contrato.

9. **UNIFORMES**

9.1. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

9.2. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

9.2.1.Fornecer 02 (dois) conjuntos de **uniformes** completos de **10 (dez) em 10 (dez) meses.**

9.2.2.Os uniformes deverão ser repostos/substituídos a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam às condições mínimas de apresentação;

9.2.3.O conjunto de uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário;

9.2.4 Camisa estilo social; em tecido 100% algodão; gola com intertela; mangas longas; nas cores claras e neutras.

9.2.5 Camisa tipo "polo"; manga curta; com no mínimo 50% de algodão; na cor azul marinho; e com a logomarca da empresa.

9.2.6 Calça tipo jeans; nas cores cinza, preto ou azul marinho.

9.2.7 Crachá em PVC contendo foto, nome da empresa, descrição do cargo, com protetor de crachá rígido com jacaré/regulador bolinha

9.2.8 Meias cano alto longo sport algodão - kit com 12 pares (preto, branco ou cinza)

9.2.9 Sapatos - Tipo social de cor preta ou marrom, estilo moderno, ou sapatênis sport fino marrom ou preto

9.2.10 kit com 3 frascos de álcool gel de 500 ml

9.2.11 Cinto vestuário masculino modelo social ou esporte fino, em couro de primeira linha, cor preta

9.2.12 As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade e de acordo com as condições climáticas do local onde o serviço será prestado.

9.2.13 O uniforme deverá conter a identificação da empresa contratada.

9.2.14 No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

9.2.15 Além do uniforme, todos os funcionários da Contratada deverão portar crachá do tipo credencial contendo: identificação da empresa, nome e foto do funcionário, juntamente com a inscrição “A serviço da UFJ”.

9.2.16 Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

9.2.17 o conjunto de uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário;

Descrição do ítem	Unidade de Fornecimento	Quantidade
Calça masculina, material: Jeans, tamanho: variado, cor: azul, preta ou cinza.	unidade	2
Camisa tipo "polo"; manga curta; com no mínimo 50% de algodão; na cor azul marinho; e com a logomarca da empresa.	unidade	3
Camisa estilo social; em tecido 100% algodão; gola com intertela; mangas longas; nas cores claras e neutras.	unidade	1

Sapato masculino, tipo: social ou esporte fino, material: couro, cor: preta	par	1
Cinto vestuário - Cinto masculino, modelo social ou esporte fino, em couro de 1a linha, cor preta, tamanho a ser fornecido 80, 85, 90, 95, 100, 110 cm, largura 3,5 cm (aproximadamente), fivela de metal prata, tipo regulável.	unidade	2
Meias cano alto longo sport algodão - (preto, branco ou cinza)	par	12
Crachá em PVC, contendo: foto recente, nome da empresa Contratada, descrição do cargo e, em destaque e	unidade	1

10. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

10.4. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

10.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

10.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

10.7. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

10.7.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

10.7.2.Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

10.7.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

10.7.4. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens

10.8. Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:

10.8.1. A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

10.8.2 O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;

10.8.3. O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

10.9. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.

10.10. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do

contrato;

10.11. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

10.12. Cientificar o órgão de representação judicial da UFJ para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

10.13. Arquivar, entre outros documentos, projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

10.14. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.15. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentam condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

11. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

11.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.3 Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração.

11.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.5 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em

conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.6 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7° do Decreto n° 7.203, de 2010;

11.7 Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

11.8 Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

11.9 As empresas contratadas que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços, conforme alínea "g" do item 10.1 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017:

11.9.1 relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

11.9.2 Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

11.9.3 exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;

11.9.4 declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;

11.9.5 Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

11.10 Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.

11.11 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

11.12 Substituir, no prazo de 2 (duas) horas, em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;

11.13 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio

Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

11.13.1 Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

11.14 Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

11.15 Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

11.15.1 Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

11.16 Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

11.17 Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

11.18 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;

11.19 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

11.20 Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

11.20.1 viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

11.20.2 viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

11.20.3 oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

11.21 Manter preposto, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato;

11.22 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

11.23 Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante;

11.23.1 A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

11.23.2 Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

11.23.2.1 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela contratante para acompanhar o pagamento das respectivas verbas.

11.24 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.25 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.26 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.27 Não beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;

11.28 Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

11.28.1 Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

11.29 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.30 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

11.31 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.

11.32 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.33 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

11.34 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

11.35 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.36 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes deste Termo de Referência.

11.37 A contratada, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, deve proceder às anotações e registros pertinentes a todos os empregados que atuarem nos serviços, assumindo exclusivamente todas as obrigações advindas de eventuais demandas judiciais ajuizadas em qualquer juízo que versarem sobre pleitos trabalhistas e/ou previdenciários propostos por empregados ou terceiros que alegarem vínculo com a contratada.

11.38 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

11.39 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

11.40 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

11.41 É obrigação da contratada a administração de situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente.

11.42 A contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

11.43 A Contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, conforme orientações do art. 6º da IN n° 01/2010 (Compras Sustentáveis).

11.44 Observar as normas relativas à segurança da viagem e ao conforto dos passageiros,bem como cumprir a legislação de trânsito e de tráfego rodoviário.

11.45 Realizar manutenção preventiva na periodicidade recomendada pela boa técnica e de acordo com as especificações do fabricante, mantendo os veículos em perfeitas condições de segurança, limpeza e higiene.

11.46 Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando ao contratante os motoristas com funções legalmente registradas em suas carteiras de trabalho, com experiência mínima definida

neste Termo de Referência. (condições de tempo de direção ou condução de veículos por motoristas profissionais estão disciplinadas no art. 67-A da Lei nº 9.503, de 1997, sem prejuízo da legislação trabalhista aplicada à matéria.)

11.47 Não permitir que qualquer motorista se apresente ao serviço com sinais de embriaguez ou sob efeito de substância tóxica.

11.48 Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato.

11.49 Providenciar treinamentos e reciclagem necessários para garantir a execução dos trabalhos dentro dos níveis de qualidade desejados.

11.50 Efetuar a substituição do motorista, de imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra).

11.51 Comunicar ao contratante, quando da transferência e/ou retirada e substituição de motoristas dos itinerários ou dos serviços.

11.52 Manter controle de frequência/pontualidade de seus empregados.

11.53 Fornecer uniformes e complementos adequados para o desenvolvimento das atividades, submetendo-os previamente à aprovação do contratante, sem ônus para seus empregados.

11.54 Fornecer vale-refeição/vale-alimentação aos seus empregados e demais benefícios previstos em Acordos ou Convenção Coletiva da categoria.

11.55 Assegurar que todo empregado que cometer falta disciplinar qualificada como de natureza grave não deverá ser mantido em serviço.

11.56 Atender, de imediato, às solicitações do contratante quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços.

11.57 Comunicar ao contratante toda vez que ocorrer afastamento, substituição ou inclusão de qualquer componente da equipe que esteja prestando serviços ao contratante. No caso de substituição ou inclusão, a contratante anexará os respectivos currículos, ficando a cargo do contratante aceitá-los ou não.

11.58 Apresentar ao contratante, quando exigido, comprovantes de pagamento de salários, a quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos seus empregados que estejam ou tenham estado a serviço do contratante, por força do contrato.

11.59 Assumir todas as despesas decorrentes de danos materiais causados aos veículos ou bens de terceiros, bem como danos pessoais aos seus ocupantes ou a terceiros, de sua responsabilidade.

11.60 Responsabilizar-se civil e criminalmente pelos danos causados ao contratante ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato.

11.61 Responsabilizar-se por quaisquer multas de trânsito, ambientais, tarifas rodoviárias e hidroviárias, quando for o caso, durante a execução do contrato.

11.62 Disponibilizar empregados em quantidades necessárias para garantir a prestação dos serviços nos horários contratados, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.

11.63 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação/qualificação na fase de licitação.

11.64 Não transportar passageiros em pé ou no colo, salvo para prestação de socorro em caso de acidente ou avaria.

11.65 Prestar os esclarecimentos desejados, bem como comunicar ao contratante, por meio de líder ou diretamente, quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços.

11.66 Manter programa interno de autofiscalização da correta manutenção da frota, quanto à emissão de fumaça preta, especialmente para os veículos a óleo diesel que integrem a frota da UFJ. Os motoristas contratados devem sempre avisar ao Diretor de Logística da UFJ sobre a detecção de possíveis defeitos que podem ser sanados preventivamente.

11.67 Em caso de acidente com veículo de propriedade da UFJ, além das pertinentes providências legais imediatas, deverão ser adotados os seguintes procedimentos:

a) Quando houver vítima, prestar-lhe socorro imediato, levando-a, se necessário, ao hospital mais próximo do local do acidente;
b) Se o estado da vítima desaconselhar sua movimentação, chamar imediatamente o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Corpo de Bombeiros ou outra instituição responsável pela prestação de socorro em acidentes de trânsito;
c) c) Comunicar o fato, o mais rápido possível, ao fiscal do Contrato e ao Diretor/Coordenador do Departamento de Logística;
d) Caso ele próprio não precise de atendimento médico, permanecer no local e arrolar, se possível, duas testemunhas;
e) Em caso de fuga de outro envolvido, identificar as características do veículo, principalmente o número da placa;
f) Não retirar o veículo acidentado do local sem prévia autorização do preposto da empresa, salvo se houver determinação legal em contrário ou de autoridade policial.

11.68 Nos casos de ocorrência de acidente, a empresa CONTRATADA deverá:

a) Orientar seus empregados para não fazer acordo, sob hipótese alguma, com a outra parte envolvida no acidente;
b) Obter o Boletim de Ocorrência Policial junto à Delegacia de Polícia;
c) Encaminhar à fiscalização do campus CONTRATANTE, o mais breve possível, cópia do Boletim de Ocorrência Policial, acompanhado de relatório completo e minucioso do fato;
d) Apurar as causas, efeitos e responsabilidades, ainda que do acidente resultem unicamente danos materiais;
e) Adotar as providências necessárias para imediato conserto do veículo, caso o acidente tenha sido ocasionado por dolo ou culpa do seu motorista;
e) Quando a responsabilidade pelo acidente for de terceiros, fornecer à Reitoria e ao Departamento de Logística da UFJ todos os subsídios para acioná-los, com vistas ao ressarcimento das despesas decorrentes.

11.69 Quando houver infração de trânsito praticada por seus empregados na condução dos veículos do UFJ, a instituição deverá observar o seguinte:

a) As multas serão encaminhadas à Contratada, que deverá providenciar o pagamento até a data dos respectivos vencimentos, comprovando a quitação junto ao Departamento de Logística, no prazo de até 10 (dez) dias;
b) O atraso no pagamento das multas, bem como a falta de comprovação do pagamento no prazo indicado no item anterior, sujeitará a empresa licitante vencedora à multa moratória, calculada à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, dos respectivos valores da fatura mensal;
c) A empresa Contratada deverá comunicar as ocorrências relativas às infrações de Trânsito ao setor de Contratos, para fins de registro;

d) No caso em que um mesmo motorista for reincidente no cometimento de infrações de trânsito ou dependendo da gravidade da falta, a UFJ poderá solicitar sua substituição à Contratada, sem qualquer ônus adicional.

11.70 - Capacitar o Preposto para atender as necessidades do contrato, através de treinamento específico. A apresentação de certificado de conclusão de curso será necessária para comprovação.

12. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

12.2. Entende-se como subcontratação a contratação de motoristas terceirizados, ou seja, motoristas de quadro de pessoal de outras empresas para compor o objeto licitatório.

13. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

14.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações, previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

14.3 O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, de acordo com as seguintes disposições:

1 – Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

2 – Fiscalização Técnica:é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;

3 – Fiscalização Administrativa:é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

4 – Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade; e

5 - Fiscalização pelo Público Usuário: é o acompanhamento da execução contratual por pesquisa de satisfação

junto ao usuário, com o objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços, os recursos materiais e os procedimentos utilizados pela contratada, quando for o caso, ou outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto.

14.4 Quando a contratação exigir fiscalização setorial, o órgão ou entidade deverá designar representantes nesses locais para atuarem como fiscais setoriais.

14.5 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

14.6 A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

14.7 Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

a) no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

a.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

a.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA; e

a.3. exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.

b) entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

b.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

b.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

b.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

b.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

c) entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:

c.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;

c.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;

c.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

c.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

c.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

d) entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

d.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

d.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

d.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

d.4. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

14.8 A CONTRATANTE deverá analisar a documentação solicitada na alínea "d" acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

14.9 No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

14.10 Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no subitem 14.7 acima deverão ser apresentados.

14.11 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

14.12 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.

14.13 O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

14.14 A CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

14.15 Além das disposições acima citadas, a fiscalização administrativa observará, ainda, as seguintes

diretrizes:

14.15.1 Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):

a) Será elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;

b) Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela CONTRATADA e pelo empregado;

c) O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;

d) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);

e) Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a CONTRATADA;

f) Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

g) No primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

g.1. relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

g.2. CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela contratada;

g.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

g.4. declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

14.15.2 Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura):

a) Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;

b) Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;

c) Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;

d) Deverá ser exigida, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 66-A da Lei nº 8.666, de 1993.

14.15.3 Fiscalização diária:

a) Devem ser evitadas ordens diretas da CONTRATANTE dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto.

b) Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da CONTRATADA.

c) Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.

14.16 Cabe, ainda, à fiscalização do contrato, verificar se a CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita à estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.

14.16.1 O gestor deverá verificar a necessidade de se proceder à repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da contratada.

14.17 A CONTRATANTE deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.

14.17.1 Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados.

14.18 A CONTRATADA deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pela CONTRATANTE quaisquer dos seguintes documentos:

a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;

b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a CONTRATANTE;

c) cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; e

d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.

14.19 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, conforme modelo previsto no Anexo I, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.20 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

14.21 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.22 O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados.

14.23 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.24 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

14.25 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

14.26 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

14.27 O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

14.28 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

14.29 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.30 O representante da CONTRATANTE deverá promover o **registro das ocorrências** verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.31 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, **ensejará a aplicação de sanções administrativas**, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.32 Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

14.32.1 Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

14.32.2 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

14.32.3 Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da contratada.

14.33 O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

14.34 A fiscalização de que trata este tópico não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.35 As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

14.36 A fiscalização de que trata este Termo de Referência não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. **DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

15.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do **recebimento definitivo dos serviços**, nos termos abaixo.

15.2 No prazo de até **5 (cinco) dias corridos** do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar

toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

15.3 O **recebimento provisório** será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

15.3.1 A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

15.3.1.1 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

15.3.1.2 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

15.3.1.3 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

15.3.1.4 Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento mensal, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato;

15.3.2 No prazo de até **15 (quinze) dias corridos** a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

15.3.2.1 quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

15.3.2.2 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

15.3.2.2.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

15.4 No prazo de até **10 (dez) dias corridos** a partir do **recebimento provisório** dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo às seguintes diretrizes:

15.4.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

15.4.2 **Emitir Termo Circunstanciado** para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

15.4.3 Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, ou instrumento substituto.

15.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das

responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei n° 10.406, de 2002).

15.6 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

16. **DO PAGAMENTO**

16.1 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30(trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

16.2 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

16.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.4 **O setor competente para proceder o pagamento** deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

1. **o prazo de validade;**
2. **a data da emissão;**
3. **os dados do contrato e do órgão contratante;**
4. **o período de prestação dos serviços;**
5. **o valor a pagar; e**
6. **eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.**

16.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, **o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação**, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

16.6 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, **será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada**, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.6.1 não produziu os resultados acordados;

16.6.2 deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.6.3 deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.8 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

16.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

16.10 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.12 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.13.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

16.14 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

16.15 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

16.16 A parcela mensal a ser paga a título de aviso prévio trabalhado e indenizado corresponderá, no primeiro ano de contratação, ao percentual originalmente fixado na planilha de preços.

16.16.1 Não tendo havido a incidência de custos com aviso prévio trabalhado e indenizado, a prorrogação contratual seguinte deverá prever o pagamento do percentual máximo equivalente a 03 (três) dias a mais por ano de serviço, até o limite compatível com o prazo total de vigência contratual.

16.16.2 A adequação de pagamento de que trata o subitem anterior deverá ser prevista em termo aditivo.

16.16.3 Caso tenha ocorrido a incidência parcial ou total dos custos com aviso prévio trabalhado e/ou indenizado no primeiro ano de contratação, **tais rubricas deverão ser mantidas na planilha** de forma complementar/proporcional, devendo o órgão contratante esclarecer a metodologia de cálculo adotada.

16.17 A Contratante providenciará o desconto na fatura a ser paga do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados da Contratada que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987.

16.18 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX) I = (6/100) I = 00016438
365 TX = Percentual da taxa anual = 6%

17. **DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA**

17.1 Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas neste Termo de Referência.

17.2 A futura Contratada deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis**.**

17.2.1 Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

17.3 A CONTRATADA autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.

17.4 A Contratante provisionará os valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da Contratada, que serão depositados pela em Conta-Depósito Vinculada, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação e utilizada exclusivamente para crédito das rubricas retidas.

17.5 Os valores provisionados somente serão liberados nas seguintes condições:

17.5.1 parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;

17.5.2 parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;

17.5.3 parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, às férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato; e

17.5.4 ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

17.6 O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação

dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

17.6.1 13º (décimo terceiro) salário;

17.6.2 Férias e um terço constitucional de férias;

17.6.3 Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

17.6.4 Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

17.7 Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no item 14 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

17.8 O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira.

17.9 Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

17.10 Os valores referentes às provisões mencionadas neste termo de referência que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

17.11 Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

17.12 A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade Contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

17.12.1 Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

17.12.2 Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

17.12.3 A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

17.12.4 A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas;

17.13 O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MP n. 5/2017.

18. **DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO (REPACTUAÇÃO)**

18.1 Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado no Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto n° 9.507, de 2018, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MP n° 5, de 2017.

18.2 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

18.3 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

18.3.1 Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

18.3.2 Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

18.3.3 Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constantes do Edital.

18.4 Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

18.5 O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

18.6 Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

18.7 Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

18.7.1 da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

18.7.2 do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

18.7.3 do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

18.8 Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

18.9 Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

18.10 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

18.11 A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

18.12 Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

18.13 Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos **custos sujeitos à variação dos preços de mercado** (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento **IPCA**,com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

R = V (I – Iº) / Iº, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

18.13.1 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.13.2 Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.13.3 Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.13.4 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

18.13.5 Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a CONTRATANTE verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

18.14 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

18.14.1 a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

18.14.2 em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

18.14.3 em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

18.15 Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

18.16 A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

18.17 O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

18.18 As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

18.19 O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

19. **GARANTIA DA EXECUÇÃO**

19.1 O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

19.2 No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

19.2.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

19.2.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

19.3 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

19.4 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

19.4.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

19.4.2 prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do

contrato;

19.4.3 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

19.4.4 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

19.5 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

19.6 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

19.7 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

19.8 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

19.9 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

19.10 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

19.11 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

19.12 Será considerada extinta a garantia:

19.12.1 com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

19.12.2 no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2"do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

19.13 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

19.14 A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste TR.

19.15 A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.

19.15.1 Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho

19.16 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

20. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

20.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

20.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

20.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.3 falhar ou fraudar na execução do contrato;

20.1.4 comportar-se de modo inidôneo; ou

20.1.5 cometer fraude fiscal.

20.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

20.2.1 **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

20.2.2 **Multa de**:

20.2.2.1 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

20.2.2.2 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

20.2.2.3 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

201.2.2.4 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

20.2.2.5 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

20.2.2.6 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

20.2.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.2.4 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

20.2.4.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 22.1 deste Termo de Referência

20.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.3 As sanções previstas nos subitens 20.2.1, 20.2.3, 20.2.4 e 20.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.4 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**GRAU**
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por	03

	empregado e por dia;	
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

20.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

20.5.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.5.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.5.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20.7 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

20.7.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15(quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.8 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.9 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.10 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

20.11 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.12 O processamento do **PAR** não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21. **CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

21.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

21.2 Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

21.3 Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

21.3.1 O licitante deverá apresentar planilha de formação de preços de mão de obra (Anexo IA) conforme modelos fornecidos pela UFJ.

21.4 O critério de aceitabilidade de preços será o valor global de **R$ 16.006.570,80** (dezesseis milhões, seis mil, quinhentos e setenta reais e oitenta centavos), **total para 30 meses de contrato**.

21.5 O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

21.6 As regras de desempate entre propostas são discriminadas no edital.

22. **ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**

22.1 O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens (2 a 7) são discriminados na tabela acima, caracterizam-se por serem somente números estimativos das quantidades dos serviços, baseados em contratos anteriores, e não terão a obrigatoriedade de terem a totalidade das quantidades de serem utilizadas, podendo serem executadas a critério das necessidades da Universidade Federal de Jataí.

22.2 Tal valor foi obtido conforme disciplina a INSTRUÇÃO NORMATIVA ME/SEGES Nº 73, DE 5 DE AGOSTO DE 2020 utilizando-se os parâmetros previstos no Art. 5º.

23. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

23.1 Considerando o disposto no art. 7º, § 2º, inciso III, da Lei nº 8.666/1993, existe a previsão de créditos orçamentários no PL 28/2020-CN, Lei Orçamentária Anual – Exercício de 2021, consignados no PTRES 170646, Fonte 81000000000 , Natureza de Despesa 339037-01, no valor de **R$ 6.402.628,32** (seis milhões, quatrocentos e dois mil, seiscentos e vinte e oito reais e trinta e dois centavos) **previstos para 12 meses**.

Jataí, 20 de dezembro de 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - ESTIMATIVA UFJ

Serviços de Motorista

PROAD - DGCS

PAD:	**XXX/2021**
Licitação Nº:	
Data Proposta:	

NOME DA EMPRESA

CNPJ

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	MONTANTE A		MONTANTE A	MONTANTE B							MONTANTE B	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCROS (Vide Aba)	VALOR UNITÁRIO MENSAL (A+B+CITL)
		SALÁRIO	ENCARGOS SOCIAIS (Vide Aba)		AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO		VALE TRANSPORTE		INSUMOS (Vide Aba Insumos)	BENEFÍCIO SOCIAL ODONTOL.	SEGURO DE VIDA	FUNDO ASSISTENCIAL		
					Valor Unitário	Desc. PAT	Valor Unitário	Quant. Diária						
			76,48%		R$ 20,00	5,00%				R$ 18,00	R$ 38,50			28,81%	
1	Motorista - Apoio Administrativo - CBO 7823 - 44 hrs *	**R$ 1.980,00**	1.514,35	3.494,35	399,00		0,00		188,05	18,00	38,50	19,80	663,35	1.198,02	**R$ 5.355,72**

Convenção ou Acordo Coletivo utilizado:	**SINDICATO DOS TRABALHADORES RODV NO EST GO**
Vigência:	**01/06/2021 a 31/05/2022**
Vigência Cláusulas 3ª (piso), 4ª (correção) e 14ª (Tícket Refeição):	**01/06/2021 a 31/05/2022**

Resumo Contratual

Período Contratual

		Valor Unitário Mensal	Quantidade de Postos	Valor Mensal	Período (Meses)	Soma por Posto
1	Motorista - Apoio Administrativo - CBO 7823 - 44 hrs *	**R$ 5.355,72**	13	69.624,36	30	R$ 2.088.730,80
				R$ 69.624,36		**R$ 2.088.730,80**

Observações

Encargos Sociais: Percentual máximo de 76,48% e contratação diferente de Trabalho Temporário, conforme planilha de "Encargos".
Dias úteis: 21: [(365 / 7) X 5 - 9] / 12 = 20,98 (Acórdão TCU nº 1904/07 Plenário).
Auxílio Alimentação: Cláusula Décima Quinta. Cálculo: [(21 X V.U.) - 10 % do PAT]
Auxílio Transporte: { [V.T. X (Quant. Diária X 21)] - 6% da Remuneração }
Benefício Social Odontológico: Cláusula Décima Sétima.
Auxílio Morte / Funeral: Cláusual Décima Oitava da CCT orignal. Será pago no caso de ocorrência.
Seguro de Vida: Cláusula Décima Nona da CCT original.
Fundo Assistencial: Cláusula Trigésima Nona da CCT. Cálculo: (1% X Remuneração).
CITL: Preencher aba CITL (Custos Indiretos, Tributos e Lucros).
Valor do Posto Unitário Mensal: Montante A + Montante B + CITL.

CÉLULAS A PREENCHER

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - ESTIMATIVA UFJ

Serviços de Motorista

PROAD - DGCS

NOME DA EMPRESA

CNPJ

Optante pela desoneração da folha de pagamento? (Lei 12.546/2011)		Sim
	x	Não

ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

SUBMÓDULO 1 - Encargos Previdenciários e FGTS

	%	FUNDAMENTO LEGAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO
INSS	20,00	Art. 22, inciso I, da Lei 8.212/91.	20% sobre a remuneração.
SESI / SESC	1,50	Art. 30 da Lei 8.036/90.	1,5% sobre a remuneração.
INCRA	0,20	Art. 1º, inciso I, do Decreto Lei nº 1.146/70.	0,2% sobre a remuneração.
SENAI / SENAC	1,00	Decreto nº 2.318/86.	1% sobre a remuneração
Salário Educação	2,50	Art. 3º, inciso I, do Decreto nº 87.043/82; art. 15, de Lei nº 9424/96;	2,5% sobre a remuneração.
SEBRAE	0,60	Art. 8º da Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90.	0,6% sobre a remuneração.
RAT 3 FAP 2,0000 RAT	6,00	Art. 22, inciso II, alíneas "b" e "c" da Lei 8.212/91; Decreto nº 6042/	RAT (1%, 2% ou 3%) multiplicado pelo FAP (de 50 a 100%)
FGTS	8,00	Art. 15 da Lei. 8036/90 e art 7º, inciso III, da Constituição Federal d	8% sobre a remuneração.
Total do SUBMÓDULO 1:	**39,80**	**%**	

SUBMÓDULO 2 - 13º Salário e Adicional de Férias

	%	FUNDAMENTO LEGAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO
Adicional de Férias	2,78	A Constituição Federal no Art. 7º inciso XVII, dispõe que é direito do	((1 / 3) / 12) x 100 = 2,78%
13º Salário	8,33	A constituição Federal no Art. 7º inciso XIII, prevê o décimo terceiro	1/12 x 100 = 8,33%
Subtotal	**11,11**		
1 sobre subtotal 2	4,42	**SUBMÓDULO 1** sobre o 13º Salário e Adicional de Férias.	B23 X B29
Total do SUBMÓDULO 2:	**15,53**	**%**	

SUBMÓDULO 3 - Afastamento Maternidade

	%	FUNDAMENTO LEGAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO
Afastamento Maternidade	0,03	Custeado Integralmente pela Previdência. Tem reflexos em férias, 1	(1,416% X 10% X 6/12) X (8,33% + 8,33% + 2,78% + 20% + 8%) = 0,03%
1 sobre subtotal 3	0,01	**SUBMÓDULO 1** sobre o Afastamento Maternidade.	B23 X B35
Total do SUBMÓDULO 3:	**0,04**	**%**	

SUBMÓDULO 4 - Provisão para Rescisão

	%	FUNDAMENTO LEGAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO
Aviso Prévio Indenizado	0,42	Trata-se de valor devido ao empregado no caso de o empregador r	((1/12) X 0,05) X 100 = 0,42%
FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,03	Súmula nº 305/TST e Acórdão TCU 2.217/2010 - Plenário.	B41 X 8%
Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,01		B41 X 8% X 40%
Aviso Prévio Trabalhado	1,94	Refere-se à indenização de sete dias corridos devida ao empregad	((7 / 30) / 12) X 100 = 1,94%
1 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,77	**SUBMÓDULO 1** sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	B23 X B44
Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,06		B44 X 8% X 40%
Multa do FGTS sobre Rescisão sem Justa Causa	3,44	Multa de 40% sobre a soma dos depósitos do FGTS, no caso de rescisão sem justa causa. Considerando que 10% dos empregados pedem contas, essa penalidade recai sobre os 90% remanescentes. Considerando o pagamento da multa para os valores depositados relativos a salários, férias e 13º salário.	Cálculo: 0,08 X 0,4 X 0,9 X [1 + 1/12 + 1/12 + (1/3 X 1/12)] = 3,44%
Total do SUBMÓDULO 4:	**6,68**	**%**	

SUBMÓDULO 5 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

	%	FUNDAMENTO LEGAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO
Férias	8,33	Afastamento de 30 dias, sem prejuízo da remuneração, após cada	1/12 X 100 = 8,33%
Ausência por Doença	1,66	Esta parcela refere-se aos dias em que o empregado fica doente e	(5,96 / 30) / 12 X 100 = 1,66%
Licença Paternidade	0,02	Criada pelo art. 7º, inciso XIX da CF, combinado com o art. 10, § 1º	((5 / 30) / 12) X 0,015 X 100 = 0,02%
Faltas Legais	0,28	Lei 6367/76 e o art. 473 da CLT elencam as motivações de falta de	((1 / 30) / 12) X 100 = 0,28%
Ausência por Acidente de Trabalho	0,03	O artigo 27 do Decreto nº 89.312, de 23/01/84, obriga o empregado	((15 / 30) / 12) X 0,0078 X 100 = 0,03%
Subtotal	**10,32**		
1 sobre o subtotal 5	4,11	**SUBMÓDULO 1** sobre o Custo de Repos. do Profiss. Ausente.	B23 X B57
Total do SUBMÓDULO 5:	**14,43**	**%**	

RESUMO DO MÓDULO - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

1. Encargos Previdenciários e FGTS	**39,80**
2. 13º Salário e Adicional de Férias	**15,53**
3. Afastamento Maternidade	**0,04**
4. Provisão para Rescisão	**6,68**
5. Custo de Reposição do Profissional Ausente	**14,43**
Total dos Encargos Sociais e Trabalhistas	**76,48** %

CÉLULAS A PREENCHER

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - ESTIMATIVA UFJ

Serviços de Motorista

NOME DA EMPRESA
CNPJ

CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

Item	Percentual
Custo Indireto (CI) - Taxa de administração	**3,00%**
Lucro antes do Imposto de Renda (L)	**6,79%**
PIS - (T)	**1,65%**
COFINS - (T)	**7,60%**
ISS - (T)	**4,00%**
INSS (CPRB) * (T)	

* Preencher somente se a empresa for optante pela desoneração da folha de pagamento (Lei 12546/2011; Item 6.5.1 do Acórdão nº 1212/2014-TCU).

TOTAL	**28,81%**

Memória de cálculo:

% CITL = ((1 + CI) / (1 - T - L)) - 1

CÉLULAS A PREENCHER

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - ESTIMATIVA UFJ

Serviços de Motorista

PROAD - DGCS

NOME DA EMPRESA
CNPJ

INSUMOS

Uniforme

Núcleo de Análise e Pesquisa de Mercado

Item	Descrição	Quantidade por Posto	Periodicidade (Meses)	Valor Unitário	Soma Mensal por Posto	Preço 1	Preço 2	Preço 3	Preço Médio
1	Camisa estilo social; em tecido 100% algodão; gola com intertela; mangas longas; nas cores claras e neutras.	1	10	103,26	10,33	99,90	119,90	89,99	103,26
2	Camisa tipo "polo"; manga curta; com no mínimo 50% de algodão; na cor azul marinho; e com a logomarca da empresa.	3	10	49,96	14,99	39,99	49,90	59,99	49,96
3	Calça tipo jeans; nas cores cinza, preto ou azul marinho.	2	10	111,64	22,33	159,99	69,95	104,99	111,64
4	Crachá em PVC contendo foto, nome da empresa, descrição do cargo, com protetor de crachá rígido com jacaré/regulador bolinha	1	10	37,82	3,78	35,99	38,50	38,96	37,82
5	Meias cano alto longo sport algodão - kit com 12 pares (preto, branco ou cinza)	1	10	31,90	3,19	29,90	35,90	29,90	31,90
6	Sapatos - Tipo social de cor preta ou marrom, estilo moderno, ou sapatênis sport fino marrom ou preto	1	10	79,30	7,93	79,49	79,90	78,50	79,30
7	kit com 3 frascos de álcool gel de 500 ml	1	2	32,96	16,48	19,90	39,00	39,99	32,96
8	kit com 100 máscaras descartáveis cirurgica tripla proteção azul	1	2	38,18	19,09	28,79	46,84	38,90	38,18
9	Cinto vestuário masculino modelo social ou esporte fino, em couro de primeira linha, cor preta	2	10	29,63	5,93	19,99	29,00	39,90	29,63

Exames Médicos

Núcleo de Análise e Pesquisa de Mercado

Item	Descrição	Quantidade	Periodicidade	Valor Unitário	Soma Mensal	Preço 1	Preço 2	Preço 3	Preço Médio
1	Exames de saúde (oftalmológico, auditivo, psicológico e toxicológico) com laudo atestando que o profissional está apto para o desempenho das funções de motoristas.	3	30	840,00	84,00	840,00			840,00

Total de Insumos Mensal por Posto: **188,05**

CÉLULAS A PREENCHER

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - ESTIMATIVA UFJ
Serviços de Motorista
PROAD - DGCS
NOME DA EMPRESA
CNPJ

HORA EXTRA

ITEM	POSTO DE TRABALHO	CARGA HOR. SEMANAL
1	Motorista - Apoio Administrativo - CBO 7823 - 44 hrs *	**44**

HORA SUPLEMENTAR 50%

ITEM	POSTO DE TRABALHO	SALÁRIO	HORA SALÁRIO COM 50% DE ACRÉSCIMO	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	ENCARGOS SOCIAIS	MONTANTE A	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	VALOR DA HORA SUPLEMENTAR 50%
				20,00%	39,80%		28,81%	
1	Motorista - Apoio Administrativo - CBO 7823 - 44 hrs *	R$ 1.980,00	13,50	2,70	6,45	22,65	6,53	**R$ 29,17**

HORA SUPLEMENTAR 100%

ITEM	POSTO DE TRABALHO	SALÁRIO	HORA SALÁRIO COM 100% DE ACRÉSCIMO	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	ENCARGOS SOCIAIS	MONTANTE A	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	VALOR DA HORA SUPLEMENTAR 100%
				20,00%	39,80%		28,81%	
1	Motorista - Apoio Administrativo - CBO 7823 - 44 hrs *	R$ 1.980,00	18,00	3,60	8,60	30,20	8,70	**R$ 38,90**

HORA SUPLEMENTAR NOTURNA 50%

ITEM	POSTO DE TRABALHO	SALÁRIO	HORA SALÁRIO NOTURNA COM 50% DE ACRÉSCIMO	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	ENCARGOS SOCIAIS	MONTANTE A	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	VALOR DA HORA SUPLEMENTAR NOTURNA 50%
				20,00%	39,80%		28,81%	
1	Motorista - Apoio Administrativo - CBO 7823 - 44 hrs *	R$ 1.980,00	18,51	3,70	8,84	31,06	8,95	**R$ 40,01**

HORA SUPLEMENTAR NOTURNA 100%

ITEM	POSTO DE TRABALHO	SALÁRIO	HORA SALÁRIO NOTURNA COM 100% DE ACRÉSCIMO	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	ENCARGOS SOCIAIS	MONTANTE A	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	VALOR DA HORA SUPLEMENTAR NOTURNA 100%
				20,00%	39,80%		28,81%	
1	Motorista - Apoio Administrativo - CBO 7823 - 44 hrs *	R$ 1.980,00	24,69	4,94	11,79	41,41	11,93	**R$ 53,35**

AUXÍLIOS DECORRENTES DE JORNADA SUPLEMENTAR

AUXÍLIO TRANSPORTE

ITEM	POSTO DE TRABALHO	POR DIA	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	AUXÍLIO TRANSPORTE SUPLEMENTAR
			28,81%	
1	Motorista - Apoio Administrativo - CBO 7823 - 44 hrs *	R$ 0,00	0,00	**R$ 0,00**

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

POR DIA	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	VALE ALIMENTAÇÃO SUPLEMENTAR
	28,81%	
R$ 20,00	5,76	**R$ 25,76**

Observações

Encargos Sociais: Percentual máximo de 39,80%
Hora Salário Noturna: 20% sobre a hora reduzida 52,5 min.
Auxílio Transporte: Valor diário (VT X 2).
Auxílio Alimentação: Valor diário.
Descanso Semanal Remunerado: Incluído o DSR de 20% sobre o valor da hora suplementar. Conf. Art. 73 do Decreto Lei 5452/43 - CLT.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS UFJ

PROAD - DGCS

QUADRO RESUMO

TIPO DE SERVIÇO	VALOR INDIVIDUAL	QUANTIDADE	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL PERÍODO 10 MESES	VALOR TOTAL PERÍODO 30 MESES
MOTORISTA	5.355,72	13	R$ 69.624,36	R$ 696.243,60	R$ 2.088.730,80
SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS - DIÁRIAS SEM PERNOITE	72,00	1000	R$ 72.000,00	R$ 720.000,00	R$ 2.160.000,00
SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS - DIÁRIAS COM PERNOITE	220,00	1000	R$ 220.000,00	R$ 2.200.000,00	R$ 6.600.000,00
SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS - HORA EXTRA 50%	29,17	2.000	R$ 58.340,00	R$ 583.400,00	R$ 1.750.200,00
SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS - HORA EXTRA 100%	38,90	1.000	R$ 38.900,00	R$ 389.000,00	R$ 1.167.000,00
SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS - HORA EXTRA NOTURNA 50%	40,01	800	R$ 32.008,00	R$ 320.080,00	R$ 960.240,00
SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS - HORA EXTRA NOTURNA 100%	53,35	800	R$ 42.680,00	R$ 426.800,00	R$ 1.280.400,00
		TOTAL GERAL	**R$ 533.552,36**	**R$ 5.335.523,60**	**R$ 16.006.570,80**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - REGIONAL JATAÍ

SOLICITAÇÃO

Ao Pró-Reitor de Administração e Finanças

Dyomar Toledo Lopes

Encaminho a minuta do Termo de Referência 2587899 para análise e aprovação. Se aprovada, solicito encaminhar para a Diretoria de Compras para continuidade dos tramites licitatórios.

Documento assinado eletronicamente por **Massoiacy Pereira Marques**, **Administrador**, em 20/12/2021, às 16:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2587959** e o código CRC **0D1F2AC0**.

Referência: Processo nº 23070.060433/2021-29 SEI nº 2587959

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - REGIONAL JATAÍ

AUTORIZAÇÃO

A Diretoria de Compras

Considerando a solicitação da Diretoria de Gestão de Contratos de Serviços/PROAD 2587959, analisamos e aprovamos a Minuta do Termo de Referência 2587899.

Sendo assim, solicitamos a continuidade dos tramites licitatórios deste processo.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente por **Dyomar Toledo Lopes**, **Coordenador Administrativo**, em 20/12/2021, às 17:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2587970** e o código CRC **9EAA0F73**.

Referência: Processo nº 23070.060433/2021-29 SEI nº 2587970

Designação de equipe de apoio e pregoeiro - 2714714

DESIGNAÇÃO DE MEMBRO DE EQUIPE DE APOIO OU PREGOEIRO

Órgão Gerador/Emissor:
DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - PROAD/UFJ

DESIGNA PARA:
Equipe de Apoio

Nome:
SILVIANY DA SILVA COUTINHO GUIMARAES

Cargo:
Assistente de Administração

Matrícula SIAPE:
2065896

Finalidade:
ATUAR COMO EQUIPE DE APOIO NO PE-02/2022.

Observações:
-

Documento assinado eletronicamente por **Rafael Nogueira De Freitas Koch**, **Diretor**, em 22/02/2022, às 14:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2714714** e o código CRC **F8D26CF6**.

Designação de equipe de apoio e pregoeiro - 2714721

DESIGNAÇÃO DE MEMBRO DE EQUIPE DE APOIO OU PREGOEIRO

Órgão Gerador/Emissor:
DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - PROAD/UFJ

DESIGNA PARA:
Equipe de Apoio

Nome:
LERUAMA PENA LEAL

Cargo:
Assistente de Administração

Matrícula SIAPE:
2362501

Finalidade:
ATUAR COMO EQUIPE DE APOIO NO PE-02/2022.

Observações:
-

Documento assinado eletronicamente por **Rafael Nogueira De Freitas Koch**, **Diretor**, em 22/02/2022, às 14:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2714721** e o código CRC **2AFAEECC**.

Designação de equipe de apoio e pregoeiro - 2714730

DESIGNAÇÃO DE MEMBRO DE EQUIPE DE APOIO OU PREGOEIRO

Órgão Gerador/Emissor:
DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - PROAD/UFJ

DESIGNA PARA:
pregoeiro

Nome:
RAFAEL NOGUEIRA DE FREITAS KOCH

Cargo:
Administrador

Matrícula SIAPE:
1548108

Finalidade:
ATUAR COMO PREGOEIRO NO PE-02/2022.

Observações:
-

Documento assinado eletronicamente por **Rafael Nogueira De Freitas Koch**, **Diretor**, em 22/02/2022, às 14:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2714730** e o código CRC **1253EBD9**.

PORTARIA N.º 180/2020, DE 11 DE MARÇO DE 2020.

Designa Pregoeiros da Universidade Federal de Jataí.

O REITOR PRO TEMPORE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAI, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 11, § 1º da Lei nº 13.635, de 20 de março de 2018, bem como na Portaria nº 2.121, de 10 de dezembro de 2019, do Ministério da Educação – MEC, conforme disposto na Portaria n.º 001/2020/UFJ, de 14/01/2020 tendo em vista o disposto na Lei no 8.666/93, e no Processo nº 23070.012727/2020-63, resolve:

I – Designar **LERUAMA PENA LEAL**, Matrícula nº 2362501/SIAPE, Assistente de Administração, **NAASSON LEMOS DE SOUSA**, Matrícula nº 1977472/SIAPE, Assistente de Administração, **RAFAEL NOGUEIRA DE FREITAS KOCH**, Matrícula nº 1548108/SIAPE, Administrador, **SILVIANY DA SILVA COUTINHO GUIMARAES**, Matrícula nº 2065896/SIAPE, Assistente de Administração, todos lotados na Coordenação de Administração da Regional Jataí, para atuarem como Pregoeiros da Universidade Federal de Jataí, por prazo indeterminado.

Jataí, 11 de março de 2020.

Prof. Dr. Américo Nunes da Silveira Neto
Reitor *Pro Tempore* da Universidade Federal de Jataí
Portaria MEC no 2.121, de 10/12/2019

PORTARIA 180/2020 - PREGOEIRO (2714734) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 153

PORTARIA N.º 181/2020, DE 11 DE MARÇO DE 2020.

Designa Equipe de Apoio aos Pregoeiros da Universidade Federal de Jataí.

O REITOR PRO TEMPORE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAI, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 11, § 1º da Lei nº 13.635, de 20 de março de 2018, bem como na Portaria nº 2.121, de 10 de dezembro de 2019, do Ministério da Educação – MEC, conforme disposto na Portaria n.º 001/2020/UFJ, de 14/01/2020, tendo em vista o disposto na Lei no 8.666/93, e no Processo nº 23070.012727/2020-63, resolve:

I – Designar **LERUAMA PENA LEAL**, Matrícula nº 2362501/SIAPE, Assistente de Administração, **NAASSON LEMOS DE SOUSA**, Matrícula nº 1977472/SIAPE, Assistente de Administração, **RAFAEL NOGUEIRA DE FREITAS KOCH**, Matrícula nº 1548108/SIAPE, Administrador, **SILVIANY DA SILVA COUTINHO GUIMARAES**, Matrícula nº 2065896/SIAPE, Assistente de Administração, todos lotados na Coordenação de Administração da Regional Jataí, para atuarem como Equipe de Apoio aos Pregoeiros da Universidade Federal de Jataí, por prazo indeterminado.

Jataí, 11 de março de 2020.



Prof. Dr. Américo Nunes da Silveira Neto
Reitor *Pro Tempore* da Universidade Federal de Jataí
Portaria MEC no 2.121, de 10/12/2019

PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2022

(Processo Administrativo n.° 23070.060433/2021-29)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Universidade Federal de Jataí, por meio da sua equipe de pregoeiros e equipe de apoio designada pela PORTARIA N.º 180/2020, DE 11 DE MARÇO DE 2020 e PORTARIA N.º 181/2020, DE 11 DE MARÇO DE 2020 respectivamente, sediada à Rua Riachuelo, 1530, Setor Samuel Graham, Jataí/GO, Cep: 75.804-068, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **menor preço do grupo**, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por global, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão:

Horário:

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1 DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa terceirizada, para prestação de serviços de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí (UFJ)**,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será realizada em grupo único, formados por 7 itens, conforme tabela constante neste Edital e Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

Grupo	Item	Discriminação	Quantidade	Valor por funcionário	Valor total mensal	Valor total período 30 meses
1	1	Motoristas executivos 44 hs	13	R$ 5.271,50	R$ 69.624,36	R$ 2.088.730,80
	2	Diária sem pernoite	1000	R$ 72,00	R$ 6.000,00	R$ 2.160.000,00
	3	Diária com pernoite	1000	R$ 220,00	R$ 18.333,33	R$ 6.600.000,00
	4	Hora Suplementar 50%	2000	R$ 29,17	R$ 4.861,66	R$ 1.750.200,00
	5	Hora Suplementar 100%	1000	R$ 38,90	R$ 3.241,66	R$ 1.167.000,00
	6	Hora Suplementar noturna 50%	800	R$ 40,01	R$ 2.667,33	R$ 960.240,00
	7	Hora Suplementar noturna 100%	800	R$ 53,35	R$ 3.556,66	R$ 1.280.400,00

Valor Global Total de Referência	R$ 16.006.570,80

1.3 O critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL do grupo, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3.1 Em que pese o critério de julgamento ser pelo **Menor Valor global do Grupo**, a licitante vencedora deverá apresentar proposta atualizada, inclusive para todos os itens pertencentes ao grupo, considerando os valores máximos de referência constantes deste instrumento convocatório.

2 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 156678

Fonte: 8100000000

Programa de Trabalho: 170646

Elemento de Despesa: 339037-01

PI: M0000G0100N

3 DO CREDENCIAMENTO

3.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio 1322EA-B-8482bdafd6d2www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.6 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4 DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.2 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema

4.3 Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2 que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.4 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.3.5 que estejam sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, ou concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, observado o disposto no item 9.10.1.1 deste Edital;

4.3.6 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.3.7 organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.4 Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

4.4.1 detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

4.4.2 de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.5 Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010);

4.6 Nos termos do art. 7° do Decreto n° 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.7 Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.7.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.7.2 nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.7.3 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7.4 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.7.5 que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.7.6 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.7.7 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

4.7.8 que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.7.9 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.7.10 que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.8 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a

sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

5.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 valor total do item;

6.2 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, incluindo-se, dentre outras, as seguintes informações:

6.2.1 A indicação dos sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO;

6.2.2 A quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual;

6.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

6.5 A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1° do artigo 57 da Lei n° 8.666, de 1993.

6.6 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2° da IN SEGES/MP n.5/2017.

6.7 A proposta apresentada deverá contemplar o valor total dos custos da contratação,

inclusive aqueles estimados para as ocorrências de fatos geradores.

6.8 A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.8.1 cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

6.8.2 cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

6.9 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

6.10 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.11 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

6.12 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.13 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.14 O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa dias) dias,** a contar da data de sua apresentação.

6.15 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.16 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato

7 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.3 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.4 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.5 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.6 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.7 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.8 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.9 O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

7.10 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.11 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.12 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$ 200,00 (duzentos reais).

7.13 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.14 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.15 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.16 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.17 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.18 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.19 Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

7.20 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.21 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.22 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.23 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.24 O critério de julgamento adotado será o menor preço global, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.25 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.26 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.27 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.28 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.29 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou

não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.30 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.31 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.32 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

7.33 prestados por empresas brasileiras;

7.34 prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.35 prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.36 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.37 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.38 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.39 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.40 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2 A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua

proposta final, conforme anexo deste Edital.

8.3 A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

8.4 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, que:

8.4.1 não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

8.4.2 contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.4.3 não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

8.4.4 apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), percentual de desconto inferior ao mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.5 Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

8.5.1 for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.5.2 apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

8.6 A fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, bem como para a contagem da anualidade prevista no art. 3º, §1º da Lei n. 10.192/2001, informa-se que foram utilizadas as seguintes convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração.

8.6.1 CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2021/2022 NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: GO000452/2021.

8.6.2 SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSP RODOV NO EST GO, CNPJ n° 01.089.689/0001-35,

8.6.3 SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE CARGAS E LOGÍSTICA DO ESTADO DE GOIAS, CNPJ n. 02.220.036/0001-06

8.7 O(s) sindicato(s) indicado(s) nos subitens acima não são de utilização obrigatória pelos licitantes (Acórdão TCU nº 369/2012), mas sempre se exigirá o cumprimento das convenções coletivas adotadas por cada licitante/contratante.

8.8 É vedado à proponente incluir na Planilha de Custos e Formação de Preços:

8.8.1 item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 9º, parágrafo único, incisos I a III, do Decreto n.º 9.507/2018, e art. 6º da IN SEGES/MP n.º 5, de 2017);

8.8.2 item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública (art. 6º, parágrafo único, da IN SEGES/MP n.º 5/2017);

8.8.3 rubricas que prevejam o custeio de despesas com treinamento, reciclagem e capacitação ou congêneres, pois tais parcelas já são cobertas pelas despesas administrativas (Acórdão TCU nº 2.746/2015 – Plenário);

8.8.4 rubrica denominada “reserva técnica”, exceto se houver justificativa, na proposta, que indique, claramente e por meio de memória de cálculo, o que está sendo custeado, de modo a haver a comprovação da não cobertura do valor, direta ou indiretamente, por outra rubrica da planilha (Acórdãos TCU nº 2.746/2015 – Plenário, nº 64/2010 - 2ª Câmara e nº 953/2016 – Plenário);

8.8.5 rubrica para pagamento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL (Súmula TCU nº 254/2010);

8.8.6 rubrica denominada “verba” ou “verba provisional”, pois o item não está vinculado a qualquer contraprestação mensurável (Acórdãos TCU nº 1.949/2007 – Plenário e nº 6.439/2011 – 1ª Câmara).

8.9 A inclusão na proposta de item de custo vedado não acarretará a desclassificação do licitante, devendo o pregoeiro determinar que os respectivos custos sejam excluídos da Planilha, adotando, se for o caso, as providências do art. 47, *caput*, do Decreto n.º 10.024, de 2019.

8.10 Na hipótese de contratação com a previsão de itens de custos vedados, tais valores serão glosados e os itens serão excluídos da Planilha, garantidas ampla defesa e contraditório.

8.11 A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

8.12 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3° do artigo 43 da Lei n° 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.13 Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

8.14 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a

exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.15 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.16 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.18 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

8.19 Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

8.20 O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;

8.21 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

8.22 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.23 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.24 O Pregoeiro deverá verificar se a proposta apresenta o valor total dos custos da contratação, inclusive aqueles estimados para as ocorrências de fatos geradores.

8.25 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.26 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.27 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.28 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.29 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9 DA HABILITAÇÃO

9.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

9.2 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/)

9.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.4 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.5 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.6 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.7 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.8 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.9 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.10 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP

nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.11 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.12 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.13 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, sob pena de inabilitação.

9.14 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.15 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.16 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.17 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.18 Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.19 Habilitação jurídica:

9.20 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.21 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.22 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.23 decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.24 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.25 Regularidade fiscal e trabalhista:

9.26 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.27 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.28 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.29 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.30 prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.31 prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.32 caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.33 Qualificação Econômico-Financeira:

9.34 certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.35 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.36 balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.37 no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.38 é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

9.39 comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.40 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

9.41 As empresas deverão ainda complementar a comprovação da qualificação econômico-financeira por meio de:

9.41.1 Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação ou item pertinente, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis já exigíveis na forma da lei;

9.41.2 Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contáveis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

9.41.3 Comprovação, por meio de declaração, da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do **ANEXO IV**, de que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura deste Pregão, não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante, podendo este ser atualizado na forma já disciplinada neste Edital;

9.41.4 a declaração de que trata a subcondição acima deverá estar acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social,

9.41.5 quando houver divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, entre a declaração aqui tratada e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), deverão ser apresentadas, concomitantemente, as devidas justificativas.

9.42 Qualificação Técnica:

9.43 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.44 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

9.45 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

9.45.1 Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.46 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.47 Na contratação de serviços continuados com mais de 40 (quarenta) postos, o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados.

9.48 Quando o número de postos de trabalho a ser contratado for igual ou inferior a 40 (quarenta), o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) em número de postos equivalentes ao da contratação, conforme exigido na alínea c2 do item 10.6 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.49 Para a comprovação do número mínimo de postos exigido, será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado, nos termos do item 10.7 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.50 O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, que conhece as condições locais para execução do objeto, ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho,

assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

9.51 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.52 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.53 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.54 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.55 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.56 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.57 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.58 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.59 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **24 (vinte e quatro) horas,** a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1 ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e

as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2 apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este instrumento convocatório.

10.1.3 conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.4 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.5 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.6 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.7 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.8 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11 DOS RECURSOS

11.1 O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.3 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.4 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.5 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes

assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.6 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

12.2 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.3 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.4 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.5 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.6 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1 O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

14.2 No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

14.2.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

14.2.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a

rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

14.3 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

14.4 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

14.4.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

14.4.2 prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

14.4.3 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

14.4.4 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

14.5 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

14.6 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

14.7 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

14.8 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

14.9 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

14.10 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

14.11 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

14.12 Será considerada extinta a garantia:

14.12.1 com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

14.12.2 no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2"do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

14.13 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

14.14 A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste TR.

14.15 A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.

14.15.1 Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho

14.16 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

15 DO TERMO DE CONTRATO

15.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2 O adjudicatário terá o prazo de **48 (quarenta e oito) horas úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.3 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de **48 (quarenta e oito) horas úteis**, a contar da data de seu recebimento.

15.4 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.5 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.6 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

15.7 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.8 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

15.9 O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) meses prorrogável até o limite de 60 (sessenta) meses conforme previsão no instrumento contratual.

15.10 Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas

indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.11 Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

15.12 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.13 Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

15.14 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

16 DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

16.1 Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado no Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto n° 9.507, de 2018, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MP n° 5, de 2017.

16.2 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

16.3 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

16.3.1 Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

16.3.2 Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

16.3.3 Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constantes do Edital.

16.4 Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última

repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

16.5 O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

16.6 Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

16.7 Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

16.7.1 da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

16.7.2 do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

16.7.3 do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

16.8 Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

16.9 Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

16.10 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

16.11 A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

16.12 Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

16.13 Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos **custos sujeitos à variação dos preços de mercado** (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento **IPCA**,com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

R = V (I – Iº) / Iº, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

16.13.1 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

16.13.2 Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

16.13.3 Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

16.13.4 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

16.13.5 Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a CONTRATANTE verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

16.14 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

16.14.1 a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

16.14.2 em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

16.14.3 em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

16.15 Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

16.16 A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

16.17 O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

16.18 As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

16.19 O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

17 DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do **recebimento definitivo dos serviços**, nos termos abaixo.

17.2 No prazo de até **5 (cinco) dias corridos** do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

17.3 O **recebimento provisório** será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.3.1 A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

17.3.1.1 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

17.3.1.2 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.3.1.3 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.3.1.4 Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento mensal, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato;

17.3.2 No prazo de até **15 (quinze) dias corridos** a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.3.2.1 quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.3.2.2 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

17.3.2.2.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo

anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.4 No prazo de até **10 (dez) dias corridos** a partir do **recebimento provisório** dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo às seguintes diretrizes:

17.4.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.4.2 **Emitir Termo Circunstanciado** para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.4.3 Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, ou instrumento substituto.

17.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei n° 10.406, de 2002).

17.6 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17.7 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.8 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações, previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

17.9 O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, de acordo com as seguintes disposições:

17.9.1 Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

17.9.2 Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de

desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;

17.9.3 Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

17.9.4 Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade; e

17.9.5 Fiscalização pelo Público Usuário: é o acompanhamento da execução contratual por pesquisa de satisfação junto ao usuário, com o objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços, os recursos materiais e os procedimentos utilizados pela contratada, quando for o caso, ou outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto.

17.10 Quando a contratação exigir fiscalização setorial, o órgão ou entidade deverá designar representantes nesses locais para atuarem como fiscais setoriais.

17.11 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

17.12 A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

17.13 Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

a) no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

a.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

a.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA; e

a.3. exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.

b) entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

b.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

b.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e

Municipal do domicílio ou sede do contratado;

b.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

b.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

c) entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:

c.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;

c.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;

c.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

c.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

c.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

d) entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

d.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

d.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais; d.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

d.4. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

17.14 A CONTRATANTE deverá analisar a documentação solicitada na alínea “d” acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

17.15 No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

17.16 Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no subitem 14.7 acima deverão ser apresentados.

17.17 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

17.18 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.

17.19 O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

17.20 A CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

17.21 Além das disposições acima citadas, a fiscalização administrativa observará, ainda, as seguintes diretrizes:

17.21.1 Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):

a) Será elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;

b) Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela CONTRATADA e pelo empregado;

c) O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;

d) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);

e) Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a CONTRATADA;

f) Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

g) No primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

g.1. relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

g.2. CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela contratada;

g.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

g.4. declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

17.21.2 Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura):

a) Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;

b) Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;

c) Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;

d) Deverá ser exigida, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 66-A da Lei nº 8.666, de 1993.

17.21.3 Fiscalização diária:

a) Devem ser evitadas ordens diretas da CONTRATANTE dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto.

b) Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da CONTRATADA.

c) Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.

17.22 Cabe, ainda, à fiscalização do contrato, verificar se a CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita à estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.

17.22.1 O gestor deverá verificar a necessidade de se proceder à repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da contratada.

17.23 A CONTRATANTE deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.

17.23.1 Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados.

17.24 A CONTRATADA deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pela CONTRATANTE quaisquer dos seguintes documentos:

a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;

b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a CONTRATANTE;

c) cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; e

d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.

17.25 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, conforme modelo previsto no Anexo I, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.26 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

17.27 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

17.28 O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados.

17.29 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

17.30 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível

de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

17.31 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

17.32 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

17.33 O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

17.34 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

17.35 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.36 O representante da CONTRATANTE deverá promover o **registro das ocorrências** verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.37 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, **ensejará a aplicação de sanções administrativas**, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.38 Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

17.38.1 Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

17.38.2 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

17.38.3 Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da contratada.

17.39 O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

17.40 A fiscalização de que trata este tópico não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na

ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.41 As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

17.42 A fiscalização de que trata este Termo de Referência não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

18 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

18.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

18.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

18.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

18.4 Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

18.5 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

18.6 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

18.7 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

18.7.1 Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

18.7.2 Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

18.7.3 Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

18.7.4 Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens

18.8 Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:

18.8.1 A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

18.8.2 O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que

efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;

18.8.3 O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

18.9 Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.

18.10 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

18.11 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

18.12 Cientificar o órgão de representação judicial da UFJ para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

18.13 Arquivar, entre outros documentos, projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

18.14 Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.15 Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentam condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

19 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

19.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

19.3 Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração.

19.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

19.5 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

19.6 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7° do Decreto n° 7.203, de 2010;

19.7 Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

19.8 Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

19.9 As empresas contratadas que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços, conforme alínea "g" do item 10.1 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017:

19.9.1 relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

19.9.2 Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

19.9.3 exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;

19.9.4 declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;

19.9.5 Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

19.10 Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.

19.11 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

c) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

19.12 Substituir, no prazo de 2 (duas) horas, em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;

19.13 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

19.13.1 Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos

relacionados ao exercício da atividade.

19.14 Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

19.15 Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

19.15.1 Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

19.16 Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

19.17 Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

19.18 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;

19.19 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

19.20 Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

19.20.1 viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

19.20.2 viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

19.20.3 oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

19.21 Manter preposto, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato;

19.22 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

19.23 Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das

obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante;

19.23.1 A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

19.23.2 Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

19.23.2.1 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela contratante para acompanhar o pagamento das respectivas verbas.

19.24 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

19.25 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

19.26 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

19.27 Não beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;

19.28 Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

19.28.1 Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

19.29 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

19.30 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

19.31 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.

19.32 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

19.33 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

19.34 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

19.35 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

19.36 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes deste Termo de Referência.

19.37 A contratada, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, deve proceder às anotações e registros pertinentes a todos os empregados que atuarem nos serviços, assumindo exclusivamente todas as obrigações advindas de eventuais demandas judiciais ajuizadas em qualquer juízo que versarem sobre pleitos trabalhistas e/ou previdenciários propostos por empregados ou terceiros que alegarem vínculo com a contratada.

19.38 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

19.39 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

19.40 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

19.41 É obrigação da contratada a administração de situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente.

19.42 A contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

19.43 A Contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, conforme orientações do art. 6º da IN n° 01/2010 (Compras Sustentáveis).

19.44 Observar as normas relativas à segurança da viagem e ao conforto dos passageiros,bem como cumprir a legislação de trânsito e de tráfego rodoviário.

19.45 Realizar manutenção preventiva na periodicidade recomendada pela boa técnica e de acordo com as especificações do fabricante, mantendo os veículos em perfeitas condições de segurança, limpeza e higiene.

19.46 Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando ao contratante os motoristas com funções legalmente registradas em suas carteiras de trabalho, com experiência mínima definida neste Termo de Referência. (condições de tempo de direção ou condução de veículos por motoristas profissionais estão disciplinadas no art. 67-A da Lei nº 9.503, de 1997, sem prejuízo da legislação trabalhista aplicada à matéria.)

19.47 Não permitir que qualquer motorista se apresente ao serviço com sinais de embriaguez ou sob efeito de substância tóxica.

19.48 Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato.

19.49 Providenciar treinamentos e reciclagem necessários para garantir a execução dos trabalhos dentro dos níveis de qualidade desejados.

19.50 Efetuar a substituição do motorista, de imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra).

19.51 Comunicar ao contratante, quando da transferência e/ou retirada e substituição de motoristas dos itinerários ou dos serviços.

19.52 Manter controle de frequência/pontualidade de seus empregados.

19.53 Fornecer uniformes e complementos adequados para o desenvolvimento das atividades, submetendo-os previamente à aprovação do contratante, sem ônus para seus empregados.

19.54 Fornecer vale-refeição/vale-alimentação aos seus empregados e demais benefícios previstos em Acordos ou Convenção Coletiva da categoria.

19.55 Assegurar que todo empregado que cometer falta disciplinar qualificada como de natureza grave não deverá ser mantido em serviço.

19.56 Atender, de imediato, às solicitações do contratante quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços.

19.57 Comunicar ao contratante toda vez que ocorrer afastamento, substituição ou inclusão de qualquer componente da equipe que esteja prestando serviços ao contratante. No caso de substituição ou inclusão, a contratante anexará os respectivos currículos, ficando a cargo do contratante aceitá-los ou não.

19.58 Apresentar ao contratante, quando exigido, comprovantes de pagamento de salários, a quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos seus empregados que estejam ou tenham estado a serviço do contratante, por força do contrato.

19.59 Assumir todas as despesas decorrentes de danos materiais causados aos veículos ou bens de terceiros, bem como danos pessoais aos seus ocupantes ou a terceiros, de sua responsabilidade.

19.60 Responsabilizar-se civil e criminalmente pelos danos causados ao contratante ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato.

19.61 Responsabilizar-se por quaisquer multas de trânsito, ambientais, tarifas rodoviárias e hidroviárias, quando for o caso, durante a execução do contrato.

19.62 Disponibilizar empregados em quantidades necessárias para garantir a prestação dos serviços nos horários contratados, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.

19.63 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação/qualificação na fase de licitação.

19.64 Não transportar passageiros em pé ou no colo, salvo para prestação de socorro em caso de acidente ou avaria.

19.65 Prestar os esclarecimentos desejados, bem como comunicar ao contratante, por meio de líder ou diretamente, quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços.

19.66 Manter programa interno de autofiscalização da correta manutenção da frota, quanto à emissão de fumaça preta, especialmente para os veículos a óleo diesel que integrem a frota da UFJ. Os motoristas contratados devem sempre avisar ao Diretor de Logística da UFJ sobre a detecção de possíveis defeitos que podem ser sanados preventivamente.

19.67 Em caso de acidente com veículo de propriedade da UFJ, além das pertinentes providências legais imediatas, deverão ser adotados os seguintes procedimentos:

19.68 Quando houver vítima, prestar-lhe socorro imediato, levando-a, se necessário, ao hospital mais próximo do local do acidente;

19.69 Se o estado da vítima desaconselhar sua movimentação, chamar imediatamente o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Corpo de Bombeiros ou outra instituição responsável pela prestação de socorro em acidentes de trânsito;

a) Comunicar o fato, o mais rápido possível, ao fiscal do Contrato e ao Diretor/Coordenador do Departamento de Logística;

b) Caso ele próprio não precise de atendimento médico, permanecer no local e arrolar, se possível, duas testemunhas;

c) Em caso de fuga de outro envolvido, identificar as características do veículo, principalmente o número da placa;

d) Não retirar o veículo acidentado do local sem prévia autorização do preposto da empresa, salvo se houver determinação legal em contrário ou de autoridade policial.

19.70 Nos casos de ocorrência de acidente, a empresa CONTRATADA deverá:

a) Orientar seus empregados para não fazer acordo, sob hipótese alguma, com a outra parte envolvida no acidente;

b) Obter o Boletim de Ocorrência Policial junto à Delegacia de Polícia;

c) Encaminhar à fiscalização do campus CONTRATANTE, o mais breve possível, cópia do Boletim de Ocorrência Policial, acompanhado de relatório completo e minucioso do fato;

d) Apurar as causas, efeitos e responsabilidades, ainda que do acidente resultem unicamente danos materiais;

e) Adotar as providências necessárias para imediato conserto do veículo, caso o acidente tenha sido ocasionado por dolo ou culpa do seu motorista;

f) Quando a responsabilidade pelo acidente for de terceiros, fornecer à Reitoria e ao Departamento de Logística da UFJ todos os subsídios para acioná-los, com vistas ao ressarcimento das despesas decorrentes.

19.71 Quando houver infração de trânsito praticada por seus empregados na condução dos veículos do UFJ, a instituição deverá observar o seguinte:

a) As multas serão encaminhadas à Contratada, que deverá providenciar o pagamento até a data dos respectivos vencimentos, comprovando a quitação junto ao Departamento de Logística, no prazo de até 10 (dez) dias;

b) O atraso no pagamento das multas, bem como a falta de comprovação do pagamento no prazo indicado no item anterior, sujeitará a empresa licitante vencedora à multa moratória, calculada à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, dos respectivos valores da fatura mensal;

c) A empresa Contratada deverá comunicar as ocorrências relativas às infrações de Trânsito ao setor de Contratos, para fins de registro;

d) No caso em que um mesmo motorista for reincidente no cometimento de infrações de trânsito ou dependendo da gravidade da falta, a UFJ poderá solicitar sua substituição à Contratada, sem qualquer ônus adicional.

19.72 Capacitar o Preposto para atender as necessidades do contrato, através de treinamento específico. A apresentação de certificado de conclusão de curso será necessária para comprovação.

20 DO PAGAMENTO

20.1 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30(trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

20.2 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

20.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

20.4 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

20.5 **O setor competente para proceder o pagamento** deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;

b) a data da emissão;

c) os dados do contrato e do órgão contratante;

d) o período de prestação dos serviços;

e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

20.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, **o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação**, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

20.7 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, **será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada**, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

20.8 não produziu os resultados acordados;

20.9 deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

20.10 deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

20.11 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

20.12 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

20.13 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

20.14 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

20.15 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

20.16 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

20.17 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

20.18 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

20.19 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

20.20 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

20.21 A parcela mensal a ser paga a título de aviso prévio trabalhado e indenizado corresponderá, no primeiro ano de contratação, ao percentual originalmente fixado na planilha de preços.

20.21.1 Não tendo havido a incidência de custos com aviso prévio trabalhado e indenizado, a prorrogação contratual seguinte deverá prever o pagamento do percentual máximo equivalente a 03 (três) dias a mais por ano de serviço, até o limite compatível com o prazo total de vigência contratual.

20.21.2 A adequação de pagamento de que trata o subitem anterior deverá ser prevista em termo aditivo.

20.21.3 Caso tenha ocorrido a incidência parcial ou total dos custos com aviso prévio trabalhado e/ou indenizado no primeiro ano de contratação, **tais rubricas deverão ser mantidas na planilha** de forma complementar/proporcional, devendo o órgão contratante esclarecer a metodologia de cálculo adotada.

20.22 A Contratante providenciará o desconto na fatura a ser paga do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados da Contratada que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987.

20.23 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX) I = (6/100) I = 00016438

365 TX = Percentual da taxa anual = 6%

21 DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA— BLOQUEADA PARA MOVIMENTAÇÃO

21.1 Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas neste Termo de Referência.

21.2 A futura Contratada deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis**.**

21.2.1 Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

21.2.2 A CONTRATADA autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.

21.2.3 A Contratante provisionará os valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da Contratada, que serão depositados pela em Conta-Depósito Vinculada, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação e utilizada exclusivamente para crédito das rubricas retidas.

21.3 Os valores provisionados somente serão liberados nas seguintes condições:

21.3.1 parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;

21.3.2 parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;

21.3.3 parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, às férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato; e

21.3.4 ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

21.4 O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

21.4.1 13º (décimo terceiro) salário;

21.4.2 Férias e um terço constitucional de férias;

21.4.3 Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

21.4.4 Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

21.5 Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no item 14 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

21.6 O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira.

21.7 Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

21.8 Os valores referentes às provisões mencionadas neste termo de referência que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

21.9 Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

21.10 A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade Contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

21.10.1 Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

21.10.2 Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

21.10.3 A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

21.10.4 A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas;

21.11 O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MP n. 5/2017.

22 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

22.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

22.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

22.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

22.1.3 falhar ou fraudar na execução do contrato;

22.1.4 comportar-se de modo inidôneo; ou

22.1.5 cometer fraude fiscal.

22.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

22.2.1 **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

22.2.2 **Multa de**:

22.2.2.1 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

22.2.2.2 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

22.2.2.3 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

22.2.2.4 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

22.2.2.5 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

22.2.2.6 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

22.2.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

22.2.4 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

22.2.4.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 22.1 deste Termo de Referência

22.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

22.3 As sanções previstas nos subitens 22.2.1, 22.2.3, 22.2.4 e 22.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

22.4 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**GRAU**
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01

7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

22.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

22.5.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

22.5.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

22.5.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

22.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

22.7 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

22.7.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15(quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

22.8 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

22.9 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22.10 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração

pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

22.11 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

22.12 O processamento do **PAR** não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

22.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

23 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

23.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

23.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail *licitacao@ufj.edu.br*

23.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

23.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

23.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

23.6 O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

23.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

23.8 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

23.9 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

24 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

24.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja

comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

24.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

24.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.11 É eleito o Foro da comarca de Jataí (GO) para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei nº 8.666/93.

24.12 O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos www.comprasgovernamentais.com.br e www.compras.jatai.ufg.br e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua Riachuelo, 1530 – Setor Samuel Graham – Jatai/GO – CEP: 75.804 – 020, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

24.13 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- ANEXO I - Termo de Referência;
- ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;
- ANEXO III – Modelo de autorização para a utilização da garantia e de pagamento direto (conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017);
- ANEXO IV – Modelo de declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública;
- ANEXO VIII – Modelo de Instrumento de Medição de Resultado - IMR Anexo

V-B da IN SEGES/MP N.5/2017.

Jataí (GO), 22 de fevereiro de 2022.

_____

Rafael Nogueira de Freitas Koch
Diretor de Compras e Licitações
Pró-Reitoria de Administração e Finanças
Universidade Federal de Jataí
http://compras.jatai.ufg.br

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2022

(Processo Administrativo n.° 23070.060433/2021-29)

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMUM DE FORMA CONTINUADA. PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2021

1. **DO OBJETO**

1.1 A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa terceirizada, para prestação de **serviços de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí (UFJ)**, conforme especificações e exigências descritas neste Termo de Referência e seus anexos.

Grupo	Item	Discriminação	Quantidade	Valor por funcionário	Valor total mensal	Valor total período 30 meses
1	1	Motoristas executivos 44 hs	13	R$ 5.271,50	R$ 69.624,36	R$ 2.088.730,80
	2	Diária sem pernoite	1.000	R$ 72,00	R$ 6.000,00	R$ 2.160.000,00
	3	Diária com pernoite	1.000	R$ 220,00	R$ 18.333,33	R$ 6.600.000,00
	4	Hora Suplementar 50%	2.000	R$ 29,17	R$ 4.861,66	R$ 1.750.200,00
	5	Hora Suplementar 100%	1.000	R$ 38,90	R$ 3.241,66	R$ 1.167.000,00
	6	Hora Suplementar noturna 50%	800	R$ 40,01	R$ 2.667,33	R$ 960.240,00
	7	Hora Suplementar noturna 100%	800	R$ 53,35	R$ 3.556,66	R$ 1.280.400,00
Valor Global Total de Referência						R$ 16.006.570,80

1.2 O objeto da licitação tem a natureza de **SERVIÇO COMUM DE FORMA CONTINUADA COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA**.

1.3 Os quantitativos e os respectivos códigos dos itens são discriminados na tabela acima.

1. 4 A presente contratação adotará como regime de execução o **PREÇO GLOBAL (30 MESES)**.

1. 5 O prazo de vigência do contrato é de 3**0 (trinta)** meses prorrogável até o limite de **60(sessenta)** meses, conforme preceito da Lei 8.666/93.

1. 6 Link para planilha que deverá ser utilizada para proposta da contratada - planilha de custos e formação de preços: https://docs.google.com/spreadsheets/d/1Evuyfpvii0bXplKK6Dbw1nQFlKrHDBd8/edit#gid=1613694006

2. **JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 A contratação dos serviços decorre da inexistência de cargos e/ou funções específicas à execução das atividades relacionadas no objeto deste termo..

2.3 Em um número atualizado a UFJ conta hoje com uma frota de 30 veículos, entre veículos de passeio,

veículos utilitários, ônibus, micro-ônibus e vans, considerando que não temos motorista em nosso quadro de servidores, faz-se necessário a contratação de empresa que preste este serviço. Diversas são as atividades que demandam este tipo de serviço tais como: viagens a congressos, aulas práticas, seminários, pesquisa de campo, coleta de dados, e entregas de materiais nas diversas unidades acadêmicas e administrativas da UFJ, deslocamentos de autoridades administrativas do campus de Jataí para reuniões em outras Universidades, entre outras.

2.4 Desta forma, e diante do acima exposto, e ainda, considerando que as atividades atribuídas ao serviço a ser contratado não encontram no Plano de Cargos e Salários da Administração Pública Federal as atribuições correlatas, obriga-se esta Instituição a recorrer à contratação de empresa especializada na prestação de serviços, através de procedimento licitatório, objetivando atender às suas necessidades.

3. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:**

3.1 A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação do serviço de forma indireta e contínua, de serviço terceirizado de apoio administrativo, abrangendo postos de motorista executivo com dedicação exclusiva de mão-de-obra.

3.2. Diante das justificativas apresentadas no item 2 deste Termo de Referência, resta à Administração realizar a contratação, visando a continuidade e aperfeiçoamento da prestação dos serviços.

3.3. Os serviços possuem caráter de natureza contínua, considerados auxiliares e imprescindíveis para subsidiar o pleno desempenho das atribuições típicas que, caso sejam interrompidos, comprometerão a celeridade e a continuidade da atividade laboral, haja vista a necessidade de deslocamento de membros e servidores para tal mister.

3.4. O motorista de veículo prestará serviço na Universidade Federal de Jataí, porém, poderá se deslocar para outras localidades, dentro do estado de Goiás e outros estados, conforme as necessidades da Contratante e de acordo com os procedimentos adotados neste Termo de Referência.

4. **DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

4.1 Trata-se de serviço comum, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto n° 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3 O serviço a ser contratado enquadra-se na classificação de serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555 e do Decreto nº 10.024/2019, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

4.4 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

5.1 A contratação discorre de serviço essencial, que deve ser executado de forma contínua. De acordo com o artigo 15 da Instrução Normativa nº 05, de 25 de maio de 2017, os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa

comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.Os serviços deverão ser prestados, cumprindo-se todas as normas legais, bem como às determinações emanadas do fiscal do contrato.

5.2. Os veículos deverão ser conduzidos com zelo e cautela necessários à prevenção de incidentes de qualquer natureza, devendo ser observado todas as normas legais de trânsito;

5.3 A contratada somente poderá iniciar os serviços, quando autorizados por escrito pelo órgão contratante, utilizando-se apenas os veículos oficiais da UFJ.

5.4 As Fichas de Requisições de Veículos devem ser apresentadas quando do embarque, devidamente assinadas, carimbadas pelo demandante e preenchidas com a indicação da rota;

5.5. A contratada deverá preencher formulário próprio para controle de tráfego, indicando a rota executada e qualquer desvio frente à rota determinada pelo Departamento de Logística;

5.6 Sob nenhum pretexto os veículos poderão exceder os limites de velocidade e peso determinados por lei;

5.7 Os veículos só poderão ser utilizados exclusivamente em serviço e serão de uso exclusivo da UFJ;

5.8 Os motoristas deverão portar habitualmente Carteiras de Habilitação sempre atualizadas;

5.9 Ao término do serviço os veículos deverão ser recolhidos à garagem da Contratante ou local determinado pela mesma;

5.10 O motorista deverá estacionar o veículo em local apropriado resguardando-o de furtos ou roubos, assim como dos perigos mecânicos e ameaças climáticas;

5.11 O motorista em serviço, sob nenhuma hipótese, poderá abandonar o veículo;

5.12 Na ocorrência de acidente com o veículo, o motorista deverá solicitar perícia e, após a liberação, se for o caso, solicitar à Contratada a remoção do veículo para a garagem ou para a oficina indicada para o conserto;

5.13 A Contratada será responsável por providenciar o Boletim de Ocorrência/laudo pericial feito pelo órgão competente;

5.14 Os motoristas deverão ter conhecimento das principais vias públicas das cidades onde estão situadas as unidades da UFJ;

5.15 O uso do cinto de segurança é obrigatório para os motoristas e passageiros;

5.16 O veículo, sob responsabilidade do motorista, deverá ser mantido em perfeitas condições de uso e funcionamento, e quaisquer defeitos e ou avarias nele detectados deverão ser comunicados à fiscalização do contrato e à empresa Contratada;

5.17 Em caso de necessidade de pernoite(s), os serviços deverão ser solicitados com antecedência mínima de 01 (um) dia útil:

5.18 O motorista à data da viagem deverá portar numerário suficiente para arcar com as despesas de alimentação, hospedagem e outras necessárias e de acordo com a legislação vigente.

5.19 Os serviços serão solicitados mediante o preenchimento da Ficha de Requisição de Veículo e/ou através de sistemas e APP utilizado pela contratante para sua gestão;

5.20 As Fichas de Requisição de Veículo serão entregues ao motorista, no ato do embarque do usuário, devidamente assinadas e carimbadas pelos servidores credenciados, preenchidos todos os campos e rubricadas pelo servidor/usuário;

5.21 As anotações de quilometragem deverão ser feitas pelo motorista, sendo conferidas e atestadas pelo usuário, no momento do embarque e desembarque;

5.22 Os servidores deverão estar disponíveis nas unidades da UFJ, no mínimo 15 (quinze) minutos antes do horário fixado para o início da execução dos serviços, para a verificação das condições de segurança, combustível, limpeza e conservação dos veículos;

5.23 Os postos de trabalho dos motoristas serão compostos por 01 (um) profissional por posto, para cada veículo.

5.24 O local de apresentação dos motoristas serão as unidades :

Unidade	Endereço
Jataí/GO	UFJ órgãos/unidades: Campus Jatobá - Cidade Universitária, BR 364, Km 195, n.º 3800 - CEP 75801-615 Campus Riachuelo - Rua Riachuelo, CP 03 - CEP 75804-068.

5.24.1 Os locais de apresentação dos veículos poderão ser alterados em decorrência de eventual mudança de sede da UFJ.

5.25 Os motoristas vinculados ao contrato deverão observar as disposições contidas no art. 235-B da Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012.

5.26 Caso haja necessidade, na eventual prestação de serviços cuja duração exceda a jornada de trabalho dos motoristas, serão contadas como horas extras;

5.27 Os motoristas com os veículos oficiais da UFJ poderão fazer viagens intermunicipais e interestaduais.

5.28 Deverá ser firmado entre o órgão/entidade e a contratada um Instrumento de Medição de Resultado (IMR), a fim de balizar a execução dos serviços dentro dos padrões de qualidade acordados, inclusive a forma de faturamento de atividades que podem ser executadas de maneira simultânea;

5.29 Os itinerários e os horários pré-determinados somente poderão ser alterados de comum acordo com o órgão contratante e sempre que for necessário, em decorrência de obras e/ou impedimentos temporários e/ ou mudanças no sentido de tráfego.

5.30 A contratação do serviço será realizada através de empresa especializada em serviços de condução de veículos oficiais;

5.31 O contrato será de 30 meses, prorrogável até o limite de 60 meses, conforme artigo 57 da lei 8.666/93;

5.32 A contratada deverá realizar treinamento relativo à condução com sensibilização dos condutores para a redução do consumo de combustível e das emissões de gases poluentes e educação ambiental.

5.33 A contratada deverá preencher os requisitos abaixo referentes aos condutores dos veículos (motoristas):

1. Para execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar profissionais pertencentes à seguinte categoria de ocupação, conforme o Código Brasileiro de Ocupações **(CBO) 7823/7824** – Motoristas executivos e motoristas de veículos de pequeno e médio porte; e Motorista de ônibus urbanos, metropolitanos e Rodoviários;

2. O motorista e o veículo deverão estar devidamente habilitados pelos órgãos competentes, segundo as normas e leis de trânsito, regulamentadas pelo DENATRAN e DETRAN;

3. Diariamente, o motorista deverá assumir o veículo devidamente uniformizado e com aparência pessoal adequada;

4 Conduzir veículos oficiais de propriedade da UFJ, destinadas à condução de pessoas, transporte de materiais, de cargas, documentos, nas seguintes ocasiões: Deslocamentos de autoridades, servidores,

alunos ou quaisquer outras pessoas que estejam a serviço da UFJ, devidamente autorizadas; Entrega e retirada de materiais diversos, cargas, documentos e pequenas encomendas, exclusivamente a serviço oficial; Transporte dos veículos para os postos de abastecimento, oficinas mecânicas e seguradoras; Transporte de alunos em viagens de cunho acadêmico ou esportivo;

5 Manter o veículo sob sua responsabilidade em perfeito estado e satisfatórias condições de funcionamento, comunicando ao Setor responsável da instituição CONTRATANTE, qualquer irregularidade;

6 - Comunicar ocorrências de fatos e avarias relacionadas com o veículo sob sua responsabilidade;

7 - Manter o veículo convenientemente abastecido e lubrificado;

8 - Solicitar a todos os passageiros a Ficha de Requisição de Veículo devidamente preenchida, assinada e carimbada(quando necessário);

9 - Ser pontual no atendimento às solicitações de saída para executar as tarefas que lhe forem atribuídas; Permanecer nos postos de serviço, durante a jornada de trabalho, à disposição da instituição CONTRATANTE e atender as tarefas solicitadas pelo setor responsável pelos serviços de transporte/logística;

10 - Vistoriar os veículos oficiais, verificando o estado geral de segurança do veículo a ele confiado, devendo diariamente inspecionar os componentes que impliquem em segurança, tais como: pneus, nível de combustível, óleo do motor, água e óleo do cárter, freios e parte elétrica, dentre outros, para certificar-se de suas condições de funcionamento, além de conduzi-lo para lavagem, oficina e abastecimento, quando necessário;

11 - Responsabilizar-se pela guarda e uso adequado do cartão de abastecimento, encaminhando imediatamente após o abastecimento o cupom ou nota fiscal ao setor responsável pelos serviços de transporte;

12 - Obedecer às normas emanadas pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, na condução do veículo oficial;

13 - Não prestar informações sobre endereço, hábitos e costumes dos passageiros transportados; Não ingerir bebidas alcoólicas, em hipótese alguma, quando em serviço;

14 - Utilizar e solicitar aos passageiros o uso do cinto de segurança;

15 - Não iniciar conversações com os passageiros (somente quando solicitado) e, zelar pela segurança dos mesmos;

16 - Não fumar ao conduzir os veículos;

17 - Respeitar os limites de velocidade das vias públicas, áreas internas, externas e de estacionamento dos campi da UFJ e de outros órgãos;

18 - Não atender e nem falar ao celular ao conduzir os veículos;

19 - Não desobedecer às determinações do Setor de Logística da UFJ;

20 - Caso o funcionário da contratada necessite permanecer nas dependências da CONTRATANTE por algum motivo particular, após o término da sua jornada de trabalho, deverá fazê-lo sem o uniforme da contratada;

21. A jornada de trabalho dos motoristas serão de **44 (quarenta e quatro)** horas semanais e a Contratada deverá efetuar a contratação dos profissionais de forma regular, obedecendo à legislação trabalhista e previdenciária vigente, bem como os acordos, convenções ou dissídios coletivos das categorias profissionais;

22. Em jornadas diuturnas , o motorista deverá repassar ao seu subsequente todas as informações recebidas, bem como comunicar eventuais ocorrências incomuns observadas.

23. Os motoristas contratados deverão possuir, no mínimo, Carteira Nacional de Habilitação(CNH) categoria “D” somente em casos excepcionais e com autorização por escrito da Reitoria poderá ser contratado motorista com CNH inferior à categoria acima descrita, de acordo com a lei de trânsito.

24. Tempo mínimo de 1 (ano) ano de experiência na respectiva categoria, devidamente comprovada na CTPS.

25. Os motoristas deverão possuir ensino fundamental completo e curso de primeiros socorros, direção defensiva e relações humanas ou serem matriculados em tais cursos imediatamente à assinatura do contrato, sendo obrigatória, nesse caso, a apresentação dos certificados de conclusão no prazo estabelecido no instrumento convocatório;

26. Atestado médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições inerentes às atividades a serem desempenhadas;

27. Atestado de antecedentes criminais dos últimos 5 (cinco) anos na localidade em que residam das Justiças Federal e Estadual/Distrital;

28. Requisitos mínimos dos motoristas:

a) certificado de ensino fundamental completo;

b) 21 anos de idade;

c) Experiência de 1 (um) ano na função;

d) Carteira “D” com direção defensiva, exceto em casos excepcionais e com autorização por escrito da Reitoria, poderá ser contratado motorista com CNH inferior à categoria descrita, de acordo com a lei de trânsito;

e)Possuir curso de primeiros socorros, direção defensiva e transporte de passageiros ou serem matriculados em tais cursos imediatamente após assinatura do contrato, sendo obrigatória, nesse caso, a apresentação dos certificados de conclusão ao fiscal do contrato no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias do início da execução dos serviços;

f)Atestado médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições inerentes às atividades a serem desempenhadas;

g) Atestado de antecedentes criminais dos últimos 5 (cinco) anos na localidade em que residiram das Justiças Federal e Estadual/Distrital;

h) Exame toxicológico;

i) Ter noções de combate a incêndios, boas maneiras, atendimento ao público, relacionamento interpessoal e mecânica automobilística básica;

j) Ser pontual e assíduo ao trabalho;

k) Ter conhecimento da região geográfica em que vai atuar (Estado de Goiás e demais estados brasileiros).

l) Desembaraço e boas maneiras no trato com o público interno e externo.

m) Competências Comportamentais:

n) Senso de responsabilidade;

o) Cooperação;

p) Adaptabilidade;

q) Dinamismo;

r) Iniciativa;

s) Bom Relacionamento Interpessoal e para trabalhar em equipe;

t) Organização;

29. Os serviços deverão ser executados pelos motoristas, conforme rol exemplificativo das tarefas discriminadas abaixo:

a) Agir com ética;

b) Manter-se atualizado;

c) Zelar pelo material transportado;

d) Zelar pela segurança dos ocupantes do veículo;

e) Agir com criatividade;

f) Demonstrar cortesia;

g) Cumprir horários e escalas de trabalho;

h) Demonstrar capacidade visual espacial;

i) Tratar os passageiros com polidez

j) Trabalhar sob pressão;

k) Respeitar leis de trânsito;

l) Dirigir defensivamente;

m) Manter-se calmo;

n) Demonstrar noções básicas de mecânica de veículos.

o) Trabalhar em equipe;

6. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

6.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

6.2 Para a execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.3 Os veículos poderão fazer deslocamentos intermunicipais e interestaduais, devendo o valor da diária ser pago ao motorista (hospedagem e alimentação, se for o caso) pela Contratada, antes da viagem, e ressarcido pela UFJ por ocasião da fatura mensal.

6.4. As **despesas com pedágios e estacionamento** (quando em viagem), deverão ser efetuadas pela CONTRATADA, utilizando o modelo “sem parar”, na formatação sem custo mensal disponibilizado por várias empresas prestadoras deste serviço. O valor pago dos pedágios e estacionamento serão pagos pela CONTRATANTE posteriormente. Os custos desta despesa com o “sem parar” **deverão estar previstos na planilha de custo e formação de preço**, apresentada pela CONTRATADA, fazendo parte do item: outros custos. A empresa CONTRATADA deverá solicitar a lista de veículos que poderão utilizar os pedágios e estacionamentos para poder fazer o seu cadastro e fornecer a identificação automática para cada veículo a partir de adesivos especiais, que serão colados no para-brisa dos veículos.

6.5 Os serviços serão prestados no horário entre as 07:30 e as 17:30 horas, de forma escalonada, em jornada diária de 8h (oito horas), de segunda a sexta-feira, com intervalo de 01 (uma) hora para almoço, podendo, eventualmente, ser antecipado ou prorrogado;

6.6 Os serviços deverão obedecer aos horários estabelecidos, podendo a Contratante alterá-los a qualquer

tempo, de acordo com suas necessidades, inclusive para atendimento de demandas aos sábados, domingos, feriados e horários fora do expediente normal, excepcionalmente, quando necessário, em suas dependências ou fora delas, em exclusiva execução do objeto do serviço.

6.7 Quando convocados para execução de serviços adicionais, inclusive sábados (após as 12:00), domingos e feriados, serão contados como horas extras.

6.8 O endereço da unidade a ser atendida consta no item 5.24 deste Termo de Referência.

6.9 Os serviços deverão ser executados por pessoal profissionalmente capacitado, que desenvolverão as tarefas abaixo discriminadas e terão sua execução acompanhada e fiscalizada por servidor previamente designado pela Contratante, que anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

6.10 Para a execução dos serviços objeto do presente Termo de Referência, os funcionários da contratada deverão desempenhar todas as atividades inerentes a função:

6.11 Seguir as normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente;

6.12 estar atento às condições de segurança do veículo;

6.13 conduzir o veículo com perícia, prudência, zelo e com observância aos princípios de direção defensiva;

6.14 respeitar a legislação de trânsito e, em especial, as normas relativas ao tempo de direção e de descanso;

6.15 zelar pela carga transportada e pelo veículo;

6.16 colocar-se à disposição dos órgãos públicos de fiscalização na via pública;

7. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:**

7.1 Atores que participarão da gestão do contrato:

Função	Formação	Atribuições
Gestor do Contrato - Titular e Substituto	Amplo conhecimento em coordenação das atividades administrativas e setorial	Coordenação das atividades relacionadas à fiscalização administrativos pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção de contratos dentre outros;
Fiscal Administrativo - Titular e substituto	Conhecimento administrativo sobre o serviço	Acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos contratos de prestação de serviços quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;
Fiscal Setorial - Titular e substituto	Conhecimento do objeto da contratação.	Acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade;.
Fiscalização do	Conhecimento do	Utilização dos serviço prestados pela contratada, como

usuário	objeto da contratação	usuário (passageiros)

7.2 O mecanismo de comunicação entre a UFJ e a CONTRATADA deverá ocorrer, predominantemente, por meio de registro documental, admitindo-se o encaminhamento destes via correio eletrônico, desde que apensados aos registros da gestão as devidas comprovações de recebimento;

7.3 A medição dos serviços será feita pela Fiscalização Técnica, que a encaminhará para a Fiscalização Administrativa para providenciar a conferência da documentação pertinente, segundo a IN SEGES/MP n° 05/2017. Em ato contínuo, o Gestor do Contrato encaminhará o termo circunstanciado de recebimento dos serviços, demonstrando os valores correspondentes às atividades desenvolvidas e sua efetividade, autorizando a emissão da nota fiscal pela CONTRATADA.

7.4 O mecanismo de comunicação entre a UFJ e a CONTRATADA deverá ocorrer predominantemente por meio do **Sistema Comprasnet Contratos e Comprasnet Mobile**, por meio de registro de ocorrências preferencialmente por meio documental (ofícios) ou nos formatos disponíveis pelo sistema oficial federal de Gestão e Fiscalização de Contratos: Comprasnet Contratos. Serão admitidos o encaminhamento destes documentos concomitantemente via correio eletrônico, desde que apensados aos registros da gestão as devidas comprovações de recebimento, **preferencialmente feitas no SEI da UF**J e seus processos eletrônicos.

7.5 O canal de comunicação entre a UFJ e a CONTRATADA, para assuntos relacionados à gestão e fiscalização contratual, ocorrerá preferencialmente através da figura do PREPOSTO. O preposto é o representante da CONTRATADA junto à UFJ. O preposto poderá ser contatado mesmo fora do horário de expediente. Em caso de imprevistos o preposto deverá prestar auxílio aos motoristas,sem que com isso ocorra qualquer ônus extra para a UFJ.

7.5.1 A Contratada deve capacitar o Preposto para atender as necessidades do contrato, através de treinamento específico. A apresentação do **certificado de conclusão de curso será necessário para comprovação**.

7.6 A CONTRATADA deverá ser cadastrada no Comprasnet Contratos para que possa responder os Registros de Ocorrência via sistema Comprasnet contratos, comprasnet mobile ou via SEI.

7.7 A medição será feita através de formulário, o qual acompanhará a nota fiscal de serviços, demonstrando os valores correspondentes às atividades desenvolvidas e sua efetividade. O IMR poderá ser feito via formulário comum, caso ainda não tenha sido feito no Comprasnet Contratos, após a sua criação no sistema.

7.8 O Fiscal do Contrato deverá entregar relatório mensal de fiscalização, realizado pelo Comprasnet Contratos.

7.9 O Fiscal do Contrato deverá abrir processo de pagamento no SEI, de acordo com orientação do Departamento de Contabilidade e Finanças da UFJ.

7.10 O Fiscal deverá apresentar **Certificado de Conclusão de Curso de Gestão e Fiscalização de Contratos** do ENAP/EVG (Escola Virtual GOV) para que o mesmo seja inserido ao processo.

7.11 O resultado da apuração da pontuação e respectiva aplicação da advertência ou do percentual da glosa serão comunicados pelo FISCAL DO CONTRATO, por meio de notificação formal, com o respectivo preenchimento do **IMR , Instrumento de Medição de Resultados**, à CONTRATADA, que terá 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento da comunicação, para contestar, caso queira.

7.12 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela CONTRATANTE, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador (por motivo ocorrência de caso fortuito ou de força maior).

7.13 Caso não seja aceita a justificativa, o FISCAL DO CONTRATO realizará a advertência ou a glosa correspondente nas faturas vincendas.

8. **INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

8.1 O início da prestação dos serviços acontecerá a partir da assinatura do contrato previsto para 01/04/2022.

8.2. As diárias de viagem serão pagas aos motoristas que efetivamente prestarem serviços ao órgão contratante fora do município de Jataí, por dia de deslocamento, para fazer face às despesas de alimentação e estadia nas condições estabelecidas no instrumento convocatório. O valor da diária não será alvo de disputa e não poderá ser inferior ao estimado pela Administração, devendo ser paga conforme comprovação efetuada pela Empresa contratada.

8.3. O pagamento das despesas de diárias será efetuado sob demanda, e o reembolso, inclusive relacionado a estacionamentos (em viagem), deverá ser requerido pela CONTRATADA por ocasião do pagamento mensal. O pernoite do motorista terceirizado será pago, sob demanda, conforme comprovação efetuada pela Empresa e limitado ao valor de R$ 220,00 cada pernoite.

8.4 As diárias de viagens que eventualmente ultrapassem as quantidades estimadas por mês, serão compensadas com as não utilizadas durante o ano;

8.5 Custos com pedágios, balsas e estacionamentos serão pagos pela CONTRATADA e ressarcidos posteriormente pela UFJ, desde que comprovado e de acordo com a necessidade de serviço e com valores compatíveis com a realidade de mercado;

8.6 Haverá deslocamento máximo de 8h por dia, devendo o motorista efetuar pausa para intervalo de almoço, café e descanso conforme a necessidade, admitindo-se a extensão da jornada, ou condução em horário noturno, em casos excepcionais.

8.6.1 - Quando da viagem de longa distância e realizada em dupla de motoristas, cada condutor não poderá exceder a 4 horas dirigindo ininterruptamente, ou seja, a cada 4 horas de condução deverá o mesmo repassar a condução ao outro condutor enquanto descansará por igual período;

8.7 No intuito de auxiliar na prevenção de contaminações do vírus, tendo em vista a pandemia do COVID-19 (Coronavírus), a CONTRATADA deverá fornecer bimestralmente 3 (três) frascos de 500 ml de álcool gel e 1 (um) kit de máscaras descartáveis contendo 100 unidades para proteção das vias respiratórias;

8.8 Não poderão ser incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

8.9 As **despesas com pedágios e estacionamento** (quando em viagem), deverão ser efetuadas pela CONTRATADA, utilizando o modelo “sem parar”, na formatação sem custo mensal disponibilizado por várias empresas prestadoras deste serviço. O valor pago dos pedágios e estacionamento serão pagos pela CONTRATANTE posteriormente. Os custos desta despesa com o “sem parar” **deverão estar previstos na planilha de custo e formação de preço**, apresentada pela CONTRATADA, fazendo parte do item: outros custos. A empresa CONTRATADA deverá solicitar a lista de veículos que poderão utilizar os pedágios e estacionamentos para poder fazer o seu cadastro e fornecer a identificação automática para cada veículo a partir de adesivos especiais, que serão colados no para-brisa dos veículos.

8.10 Responsabilizar-se por quaisquer multas de trânsito, ambientais, tarifas rodoviárias , quando for o caso, durante a execução do contrato.

9. **UNIFORMES**

9.1. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

9.2. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

9.2.1.Fornecer 02 (dois) conjuntos de **uniformes** completos de **10 (dez) em 10 (dez) meses.**

9.2.2.Os uniformes deverão ser repostos/substituídos a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam às condições mínimas de apresentação;

9.2.3.O conjunto de uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário;

9.2.4 Camisa estilo social; em tecido 100% algodão; gola com intertela; mangas longas; nas cores claras e neutras.

9.2.5 Camisa tipo "polo"; manga curta; com no mínimo 50% de algodão; na cor azul marinho; e com a logomarca da empresa.

9.2.6 Calça tipo jeans; nas cores cinza, preto ou azul marinho.

9.2.7 Crachá em PVC contendo foto, nome da empresa, descrição do cargo, com protetor de crachá rígido com jacaré/regulador bolinha

9.2.8 Meias cano alto longo sport algodão - kit com 12 pares (preto, branco ou cinza)

9.2.9 Sapatos - Tipo social de cor preta ou marrom, estilo moderno, ou sapatênis sport fino marrom ou preto

9.2.10 kit com 3 frascos de álcool gel de 500 ml

9.2.11 Cinto vestuário masculino modelo social ou esporte fino, em couro de primeira linha, cor preta

9.2.12 As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade e de acordo com as condições climáticas do local onde o serviço será prestado.

9.2.13 O uniforme deverá conter a identificação da empresa contratada.

9.2.14 No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

9.2.15 Além do uniforme, todos os funcionários da Contratada deverão portar crachá do tipo credencial contendo: identificação da empresa, nome e foto do funcionário, juntamente com a inscrição “A serviço da UFJ”.

9.2.16 Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

9.2.17 o conjunto de uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário;

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	QTDE
Calça masculina, material: Jeans, tamanho: variado, cor: azul, preta ou cinza.	unidade	2
Camisa tipo "polo"; manga curta; com no mínimo 50% de algodão; na	unidade	3

cor azul marinho; e com a logomarca da empresa.		
Camisa estilo social; em tecido 100% algodão; gola com intertela; mangas longas; nas cores claras e neutras.	unidade	1
Sapato masculino, tipo: social ou esporte fino, material: couro, cor: preta	par	1
Cinto vestuário - Cinto masculino, modelo social ou esporte fino, em couro de 1a linha, cor preta, tamanho a ser fornecido 80, 85, 90, 95, 100, 110 cm, largura 3,5 cm (aproximadamente), fivela de metal prata, tipo regulável.	unidade	2
Meias cano alto longo sport algodão - (preto, branco ou cinza)	par	12
Crachá em PVC, contendo: foto recente, nome da empresa Contratada, descrição do cargo e, em destaque e	unidade	1

10. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

10.4. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

10.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

10.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

10.7. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

10.7.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

10.7.2.Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

10.7.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

10.7.4. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens

10.8. Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias

e para com o FGTS, especialmente:

10.8.1. A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

10.8.2 O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;

10.8.3. O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

10.9. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.

10.10. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

10.11. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

10.12. Cientificar o órgão de representação judicial da UFJ para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

10.13. Arquivar, entre outros documentos, projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

10.14. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.15. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentam condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

11. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

11.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.3 Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração.

11.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.5 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.6 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7° do Decreto n° 7.203, de 2010;

11.7 Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de

crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

11.8 Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

11.9 As empresas contratadas que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços, conforme alínea "g" do item 10.1 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017:

11.9.1 relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

11.9.2 Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

11.9.3 exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;

11.9.4 declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;

11.9.5 Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

11.10 Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.

11.11 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

11.12 Substituir, no prazo de 2 (duas) horas, em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;

11.13 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

11.13.1 Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

11.14 Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

11.15 Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

11.15.1 Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

11.16 Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

11.17 Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

11.18 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;

11.19 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

11.20 Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

11.20.1 viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

11.20.2 viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

11.20.3 oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

11.21 Manter preposto, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato;

11.22 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

11.23 Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante;

11.23.1 A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada,

sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

11.23.2 Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

11.23.2.1 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela contratante para acompanhar o pagamento das respectivas verbas.

11.24 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.25 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.26 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.27 Não beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;

11.28 Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

11.28.1 Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

11.29 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.30 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

11.31 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.

11.32 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.33 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

11.34 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

11.35 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.36 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes deste Termo de Referência.

11.37 A contratada, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, deve proceder às anotações e registros pertinentes a todos os empregados que atuarem nos serviços, assumindo exclusivamente todas as obrigações advindas de eventuais demandas judiciais ajuizadas em qualquer juízo que versarem sobre pleitos trabalhistas e/ou previdenciários propostos por empregados ou terceiros que alegarem vínculo com a contratada.

11.38 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

11.39 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

11.40 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

11.41 É obrigação da contratada a administração de situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente.

11.42 A contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

11.43 A Contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, conforme orientações do art. 6º da IN n° 01/2010 (Compras Sustentáveis).

11.44 Observar as normas relativas à segurança da viagem e ao conforto dos passageiros,bem como cumprir a legislação de trânsito e de tráfego rodoviário.

11.45 Realizar manutenção preventiva na periodicidade recomendada pela boa técnica e de acordo com as especificações do fabricante, mantendo os veículos em perfeitas condições de segurança, limpeza e higiene.

11.46 Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando ao contratante os motoristas com funções legalmente registradas em suas carteiras de trabalho, com experiência mínima definida neste Termo de Referência. (condições de tempo de direção ou condução de veículos por motoristas profissionais estão disciplinadas no art. 67-A da Lei nº 9.503, de 1997, sem prejuízo da legislação trabalhista aplicada à matéria.)

11.47 Não permitir que qualquer motorista se apresente ao serviço com sinais de embriaguez ou sob efeito de substância tóxica.

11.48 Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato.

11.49 Providenciar treinamentos e reciclagem necessários para garantir a execução dos trabalhos dentro dos níveis de qualidade desejados.

11.50 Efetuar a substituição do motorista, de imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra).

11.51 Comunicar ao contratante, quando da transferência e/ou retirada e substituição de motoristas dos itinerários ou dos serviços.

11.52 Manter controle de frequência/pontualidade de seus empregados.

11.53 Fornecer uniformes e complementos adequados para o desenvolvimento das atividades, submetendo-os previamente à aprovação do contratante, sem ônus para seus empregados.

11.54 Fornecer vale-refeição/vale-alimentação aos seus empregados e demais benefícios previstos em Acordos ou Convenção Coletiva da categoria.

11.55 Assegurar que todo empregado que cometer falta disciplinar qualificada como de natureza grave não deverá ser mantido em serviço.

11.56 Atender, de imediato, às solicitações do contratante quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços.

11.57 Comunicar ao contratante toda vez que ocorrer afastamento, substituição ou inclusão de qualquer componente da equipe que esteja prestando serviços ao contratante. No caso de substituição ou inclusão, a contratante anexará os respectivos currículos, ficando a cargo do contratante aceitá-los ou não.

11.58 Apresentar ao contratante, quando exigido, comprovantes de pagamento de salários, a quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos seus empregados que estejam ou tenham estado a serviço do contratante, por força do contrato.

11.59 Assumir todas as despesas decorrentes de danos materiais causados aos veículos ou bens de terceiros, bem como danos pessoais aos seus ocupantes ou a terceiros, de sua responsabilidade.

11.60 Responsabilizar-se civil e criminalmente pelos danos causados ao contratante ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato.

11.61 Responsabilizar-se por quaisquer multas de trânsito, ambientais, tarifas rodoviárias e hidroviárias, quando for o caso, durante a execução do contrato.

11.62 Disponibilizar empregados em quantidades necessárias para garantir a prestação dos serviços nos horários contratados, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.

11.63 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação/qualificação na fase de licitação.

11.64 Não transportar passageiros em pé ou no colo, salvo para prestação de socorro em caso de acidente ou avaria.

11.65 Prestar os esclarecimentos desejados, bem como comunicar ao contratante, por meio de líder ou diretamente, quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços.

11.66 Manter programa interno de autofiscalização da correta manutenção da frota, quanto à emissão de fumaça preta, especialmente para os veículos a óleo diesel que integrem a frota da UFJ. Os motoristas contratados devem sempre avisar ao Diretor de Logística da UFJ sobre a detecção de possíveis defeitos que podem ser sanados preventivamente.

11.67 Em caso de acidente com veículo de propriedade da UFJ, além das pertinentes providências legais imediatas, deverão ser adotados os seguintes procedimentos:

a) Quando houver vítima, prestar-lhe socorro imediato, levando-a, se necessário, ao hospital mais próximo do local do acidente;

b) Se o estado da vítima desaconselhar sua movimentação, chamar imediatamente o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Corpo de Bombeiros ou outra instituição responsável pela prestação de socorro em acidentes de trânsito;

c) Comunicar o fato, o mais rápido possível, ao fiscal do Contrato e ao Diretor/Coordenador do Departamento de Logística;

d) Caso ele próprio não precise de atendimento médico, permanecer no local e arrolar, se possível, duas testemunhas;

e) Em caso de fuga de outro envolvido, identificar as características do veículo, principalmente o número da placa;

f) Não retirar o veículo acidentado do local sem prévia autorização do preposto da empresa, salvo se houver determinação legal em contrário ou de autoridade policial.

11.68 Nos casos de ocorrência de acidente, a empresa CONTRATADA deverá:

a) Orientar seus empregados para não fazer acordo, sob hipótese alguma, com a outra parte envolvida no acidente;

b) Obter o Boletim de Ocorrência Policial junto à Delegacia de Polícia;

c) Encaminhar à fiscalização do campus CONTRATANTE, o mais breve possível, cópia do Boletim de Ocorrência Policial, acompanhado de relatório completo e minucioso do fato;

d) Apurar as causas, efeitos e responsabilidades, ainda que do acidente resultem unicamente danos materiais;

e) Adotar as providências necessárias para imediato conserto do veículo, caso o acidente tenha sido ocasionado por dolo ou culpa do seu motorista;

e) Quando a responsabilidade pelo acidente for de terceiros, fornecer à Reitoria e ao Departamento de Logística da UFJ todos os subsídios para acioná-los, com vistas ao ressarcimento das despesas decorrentes.

11.69 Quando houver infração de trânsito praticada por seus empregados na condução dos veículos do UFJ, a instituição deverá observar o seguinte:

a) As multas serão encaminhadas à Contratada, que deverá providenciar o pagamento até a data dos respectivos vencimentos, comprovando a quitação junto ao Departamento de Logística, no prazo de até 10 (dez) dias;

b) O atraso no pagamento das multas, bem como a falta de comprovação do pagamento no prazo indicado no item anterior, sujeitará a empresa licitante vencedora à multa moratória, calculada à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, dos respectivos valores da fatura mensal;

c) A empresa Contratada deverá comunicar as ocorrências relativas às infrações de Trânsito ao setor de Contratos, para fins de registro;

d) No caso em que um mesmo motorista for reincidente no cometimento de infrações de trânsito ou dependendo da gravidade da falta, a UFJ poderá solicitar sua substituição à Contratada, sem qualquer ônus adicional.

11.70 - Capacitar o Preposto para atender as necessidades do contrato, através de treinamento específico. A apresentação de certificado de conclusão de curso será necessária para comprovação.

12. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

12.2. Entende-se como subcontratação a contratação de motoristas terceirizados, ou seja, motoristas de quadro de pessoal de outras empresas para compor o objeto licitatório.

13. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que

sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

14.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações, previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

14.3 O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, de acordo com as seguintes disposições:

1 – Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

2 – Fiscalização Técnica:é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;

3 – Fiscalização Administrativa:é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

4 – Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade; e

5 - Fiscalização pelo Público Usuário: é o acompanhamento da execução contratual por pesquisa de satisfação junto ao usuário, com o objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços, os recursos materiais e os procedimentos utilizados pela contratada, quando for o caso, ou outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto.

14.4 Quando a contratação exigir fiscalização setorial, o órgão ou entidade deverá designar representantes nesses locais para atuarem como fiscais setoriais.

14.5 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

14.6 A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

14.7 Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

a) no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

a.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

a.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA; e

a.3. exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.

b) entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

b.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

b.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

b.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

b.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

c) entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:

c.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;

c.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;

c.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

c.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

c.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

d) entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

d.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

d.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
d.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

d.4. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

14.8 A CONTRATANTE deverá analisar a documentação solicitada na alínea “d” acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

14.9 No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

14.10 Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no subitem 14.7 acima deverão ser apresentados.

14.11 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

14.12 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.

14.13 O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

14.14 A CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

14.15 Além das disposições acima citadas, a fiscalização administrativa observará, ainda, as seguintes diretrizes:

14.15.1 Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):

a) Será elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;

b) Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela CONTRATADA e pelo empregado;

c) O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;

d) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);

e) Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a CONTRATADA;

f) Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

g) No primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

g.1. relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

g.2. CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela contratada;

g.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

g.4. declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

14.15.2 Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura):

a) Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;

b) Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;

c) Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;

d) Deverá ser exigida, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 66-A da Lei nº 8.666, de 1993.

14.15.3 Fiscalização diária:

a) Devem ser evitadas ordens diretas da CONTRATANTE dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto.

b) Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da CONTRATADA.

c) Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.

14.16 Cabe, ainda, à fiscalização do contrato, verificar se a CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita à estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.

14.16.1 O gestor deverá verificar a necessidade de se proceder à repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da contratada.

14.17 A CONTRATANTE deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.

14.17.1 Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados.

14.18 A CONTRATADA deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pela CONTRATANTE quaisquer dos seguintes documentos:

a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;

b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a CONTRATANTE;

c) cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; e

d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.

14.19 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, conforme modelo previsto no Anexo I, ou outro instrumento

substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.20 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

14.21 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.22 O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados.

14.23 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.24 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

14.25 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

14.26 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

14.27 O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

14.28 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

14.29 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.30 O representante da CONTRATANTE deverá promover o **registro das ocorrências** verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.31 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, **ensejará a aplicação de sanções administrativas**, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.32 Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja

regularizada.

14.32.1 Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

14.32.2 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

14.32.3 Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da contratada.

14.33 O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

14.34 A fiscalização de que trata este tópico não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.35 As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

14.36 A fiscalização de que trata este Termo de Referência não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. **DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

15.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do **recebimento definitivo dos serviços**, nos termos abaixo.

15.2 No prazo de até **5 (cinco) dias corridos** do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

15.3 O **recebimento provisório** será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

15.3.1 A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

15.3.1.1 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

15.3.1.2 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento

Provisório.

15.3.1.3 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

15.3.1.4 Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento mensal, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato;

15.3.2 No prazo de até **15 (quinze) dias corridos** a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

15.3.2.1 quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

15.3.2.2 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

15.3.2.2.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

15.4 No prazo de até **10 (dez) dias corridos** a partir do **recebimento provisório** dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo às seguintes diretrizes:

15.4.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

15.4.2 **Emitir Termo Circunstanciado** para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

15.4.3 Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, ou instrumento substituto.

15.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei n° 10.406, de 2002).

15.6 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

16. **DO PAGAMENTO**

16.1 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30(trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

16.2 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

16.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido

Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.4 **O setor competente para proceder o pagamento** deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

1. o prazo de validade;

2. a data da emissão;

3. os dados do contrato e do órgão contratante;

4. o período de prestação dos serviços;

5. o valor a pagar; e

6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, **o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação**, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

16.6 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, **será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada**, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.6.1 não produziu os resultados acordados;

16.6.2 deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.6.3 deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.8 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

16.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

16.10 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.12 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se

decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.13.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

16.14 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

16.15 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

16.16 A parcela mensal a ser paga a título de aviso prévio trabalhado e indenizado corresponderá, no primeiro ano de contratação, ao percentual originalmente fixado na planilha de preços.

16.16.1 Não tendo havido a incidência de custos com aviso prévio trabalhado e indenizado, a prorrogação contratual seguinte deverá prever o pagamento do percentual máximo equivalente a 03 (três) dias a mais por ano de serviço, até o limite compatível com o prazo total de vigência contratual.

16.16.2 A adequação de pagamento de que trata o subitem anterior deverá ser prevista em termo aditivo.

16.16.3 Caso tenha ocorrido a incidência parcial ou total dos custos com aviso prévio trabalhado e/ou indenizado no primeiro ano de contratação, **tais rubricas deverão ser mantidas na planilha** de forma complementar/proporcional, devendo o órgão contratante esclarecer a metodologia de cálculo adotada.

16.17 A Contratante providenciará o desconto na fatura a ser paga do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados da Contratada que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987.

16.18 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX) I = (6/100) I = 00016438

365 TX = Percentual da taxa anual = 6%

17. **DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA**

17.1 Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas neste Termo de Referência.

17.2 A futura Contratada deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS,

quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis**.**

17.2.1 Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

17.3 A CONTRATADA autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.

17.4 A Contratante provisionará os valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da Contratada, que serão depositados pela em Conta-Depósito Vinculada, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação e utilizada exclusivamente para crédito das rubricas retidas.

17.5 Os valores provisionados somente serão liberados nas seguintes condições:

17.5.1 parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;

17.5.2 parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;

17.5.3 parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, às férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato; e

17.5.4 ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

17.6 O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

17.6.1 13º (décimo terceiro) salário;

17.6.2 Férias e um terço constitucional de férias;

17.6.3 Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

17.6.4 Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

17.7 Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no item 14 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

17.8 O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira.

17.9 Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

17.10 Os valores referentes às provisões mencionadas neste termo de referência que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

17.11 Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

17.12 A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade Contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

17.12.1 Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

17.12.2 Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

17.12.3 A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.
17.12.4 A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas;

17.13 O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MP n. 5/2017.

18. **DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO (REPACTUAÇÃO)**

18.1 Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado no Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto n° 9.507, de 2018, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MP n° 5, de 2017.

18.2 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

18.3 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

18.3.1 Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

18.3.2 Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

18.3.3 Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão

de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constantes do Edital.

18.4 Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

18.5 O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

18.6 Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

18.7 Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

18.7.1 da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

18.7.2 do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

18.7.3 do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

18.8 Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

18.9 Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

18.10 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

18.11 A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

18.12 Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

18.13 Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos **custos sujeitos à variação dos preços de mercado** (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento **IPCA**,com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

R = V (I – Iº) / Iº, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

18.13.1 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.13.2 Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.13.3 Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.13.4 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

18.13.5 Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a CONTRATANTE verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

18.14 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

18.14.1 a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

18.14.2 em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

18.14.3 em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

18.15 Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

18.16 A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

18.17 O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

18.18 As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

18.19 O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

19. **GARANTIA DA EXECUÇÃO**

19.1 O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

19.2 No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

19.2.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

19.2.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

19.3 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

19.4 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

19.4.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

19.4.2 prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

19.4.3 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

19.4.4 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

19.5 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

19.6 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

19.7 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

19.8 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

19.9 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

19.10 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

19.11 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

19.12 Será considerada extinta a garantia:

19.12.1 com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias

depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

19.12.2 no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2"do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

19.13 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

19.14 A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste TR.

19.15 A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.

19.15.1 Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho

19.16 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

20. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

20.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

20.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

20.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.3 falhar ou fraudar na execução do contrato;

20.1.4 comportar-se de modo inidôneo; ou

20.1.5 cometer fraude fiscal.

20.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

20.2.1 **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

20.2.2 **Multa de**:

20.2.2.1 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

20.2.2.2 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da

obrigação assumida;

20.2.2.3 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

201.2.2.4 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

20.2.2.5 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

20.2.2.6 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

20.2.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.2.4 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

20.2.4.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 22.1 deste Termo de Referência

20.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.3 As sanções previstas nos subitens 20.2.1, 20.2.3, 20.2.4 e 20.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.4 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**GRAU**
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

20.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

20.5.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.5.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.5.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20.7 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

20.7.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15(quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.8 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.9 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.10 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

20.11 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.12 O processamento do **PAR** não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21. **CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

21.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

21.2 Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

21.3 Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

21.3.1 O licitante deverá apresentar planilha de formação de preços de mão de obra (Anexo IA) conforme modelos fornecidos pela UFJ.

21.4 O critério de aceitabilidade de preços será o valor global de **R$ 16.006.570,80** (dezesseis milhões, seis mil, quinhentos e setenta reais e oitenta centavos), **total para 30 meses de contrato**.

21.5 O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

21.6 As regras de desempate entre propostas são discriminadas no edital.

22. **ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**

22.1 O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens (2 a 7) são discriminados na tabela acima, caracterizam-se por serem somente números

estimativos das quantidades dos serviços, baseados em contratos anteriores, e não terão a obrigatoriedade de terem a totalidade das quantidades de serem utilizadas, podendo serem executadas a critério das necessidades da Universidade Federal de Jataí.

22.2 Tal valor foi obtido conforme disciplina a INSTRUÇÃO NORMATIVA ME/SEGES Nº 73, DE 5 DE AGOSTO DE 2020 utilizando-se os parâmetros previstos no Art. 5º.

23. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

23.1 Considerando o disposto no art. 7º, § 2º, inciso III, da Lei nº 8.666/1993, existe a previsão de créditos orçamentários no PL 28/2020-CN, Lei Orçamentária Anual – Exercício de 2021, consignados no PTRES 170646, Fonte 81000000000 , Natureza de Despesa 339037-01, no valor de **R$ 6.402.628,32** (seis milhões, quatrocentos e dois mil, seiscentos e vinte e oito reais e trinta e dois centavos) **previstos para 12 meses**.

Jataí, 20 de dezembro de 2021.

_____
Wendell Pereira da Silva
Membro Equipe de Planejamento
Fiscal de Contrato

_____
Massoiacy Pereira Marques
Membro Equipe de Planejamento
Gestor de Contrato

ANEXO II – TERMO DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2022

(Processo Administrativo n.° 23070.060433/2021-29)

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 2/2022, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ E A EMPRESA……...

A Universidade Federal de Jataí, com sede na Rodovia BR-364, N° 3800 - KM 192, na cidade de Jataí (GO), inscrita no CNPJ sob o nº 35.840.659/0001-30, neste ato representada pelo Reitor Pró Tempore, Prof. Dr. Américo Nunes da Silveira Neto, portador do CPF: 538.895.926-00, nomeado pela Portaria nº 2.121, de 10 de dezembro de 2019, do Ministério da Educação – MEC , publicada no *DOU* de 11 de dezembro de 2020, portador da matrícula funcional nº 1542118, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 2/2022, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços continuados de para prestação de **serviços de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí**, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2 Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3 Objeto da contratação:

Grupo	Item	Discriminação	Quantidade	Valor por funcionário	Valor total mensal	Valor total período 30 meses
1	1	Motoristas executivos 44 hs	13	R$ 5.271,50	R$ 69.624,36	R$ 2.088.730,80
	2	Diária sem pernoite	1.000	R$ 72,00	R$ 6.000,00	R$ 2.160.000,00
	3	Diária com pernoite	1.000	R$ 220,00	R$ 18.333,33	R$ 6.600.000,00
	4	Hora Suplementar 50%	2.000	R$ 29,17	R$ 4.861,66	R$ 1.750.200,00

	5	Hora Suplementar 100%	1.000	R$ 38,90	R$ 3.241,66	R$ 1.167.000,00
	6	Hora Suplementar noturna 50%	800	R$ 40,01	R$ 2.667,33	R$ 960.240,00
	7	Hora Suplementar noturna 100%	800	R$ 53,35	R$ 3.556,66	R$ 1.280.400,00
Valor Global Total de Referência						R$ 16.006.570,80

2 CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1 Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2 Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.3 Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.4 Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.5 Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.6 Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.7 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3 CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1 O valor mensal da contratação é de R$ ..... (.....), perfazendo o valor total de R$ ..... (....).

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4 CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 156678

Fonte: 8100000000

Programa de Trabalho: 170646

Elemento de Despesa: 339037-01

PI: M0000G0100N

4.2 No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício

financeiro.

5 CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30(trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.2 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

5.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.4 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.5 **O setor competente para proceder o pagamento** deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;

b) a data da emissão;

c) os dados do contrato e do órgão contratante;

d) o período de prestação dos serviços;

e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, **o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação**, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

5.7 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, **será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada**, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

5.8 não produziu os resultados acordados;

5.9 deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

5.10 deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

5.11 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.12 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.13 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério

da contratante.

5.14 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.15 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.16 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.17 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.18 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

5.19 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

5.20 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

5.21 A parcela mensal a ser paga a título de aviso prévio trabalhado e indenizado corresponderá, no primeiro ano de contratação, ao percentual originalmente fixado na planilha de preços.

5.21.1 Não tendo havido a incidência de custos com aviso prévio trabalhado e indenizado, a prorrogação contratual seguinte deverá prever o pagamento do percentual máximo equivalente a 03 (três) dias a mais por ano de serviço, até o limite compatível com o prazo total de vigência contratual.

5.21.2 A adequação de pagamento de que trata o subitem anterior deverá ser prevista em termo aditivo.

5.21.3 Caso tenha ocorrido a incidência parcial ou total dos custos com aviso prévio trabalhado e/ou indenizado no primeiro ano de contratação, **tais rubricas deverão ser mantidas na planilha** de forma complementar/proporcional, devendo o órgão contratante esclarecer a metodologia de cálculo adotada.

5.22 A Contratante providenciará o desconto na fatura a ser paga do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados da Contratada que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987.

5.23 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX) I = (6/100) I = 00016438
365
TX = Percentual da taxa anual = 6%

6 CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO.

6.1 Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado no Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto n° 9.507, de 2018, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MP n° 5, de 2017.

6.2 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

6.3 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

6.3.1 Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

6.3.2 Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

6.3.3 Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constantes do Edital.

6.4 Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

6.5 O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

6.6 Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

6.7 Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

6.7.1 da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

6.7.2 do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

6.7.3 do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

6.8 Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

6.9 Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

6.10 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

6.11 A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

6.12 Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

6.13 Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos **custos sujeitos à variação dos preços de mercado** (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento **IPCA**,com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

R = V (I – Iº) / Iº, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

6.13.1 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.13.2 Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será,

obrigatoriamente, o definitivo.

6.13.3 Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.13.4 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

6.13.5 Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a CONTRATANTE verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

6.14 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

6.14.1 a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

6.14.2 em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

6.14.3 em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

6.15 Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

6.16 A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

6.17 O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

6.18 As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

6.19 O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7 CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1 O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

7.2 No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

7.2.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a

aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

7.2.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

7.3 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

7.4 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

7.4.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

7.4.2 prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

7.4.3 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

7.4.4 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

7.5 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

7.6 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

7.7 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

7.8 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

7.9 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

7.10 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

7.11 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

7.12 Será considerada extinta a garantia:

7.12.1 com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

7.12.2 no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2"do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

7.13 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante

com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

7.14 A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste TR.

7.15 A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.

7.15.1 Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho

7.16 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

8 CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do **recebimento definitivo dos serviços**, nos termos abaixo.

8.2 No prazo de até **5 (cinco) dias corridos** do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

8.3 O **recebimento provisório** será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

8.3.1 A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

8.3.1.1 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.3.1.2 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.3.1.3 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.3.1.4 Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento mensal, o

fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato;

8.3.2 No prazo de até **15 (quinze) dias corridos** a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

8.3.2.1 quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.3.2.2 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.3.2.2.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

8.4 No prazo de até **10 (dez) dias corridos** a partir do **recebimento provisório** dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo às seguintes diretrizes:

8.4.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

8.4.2 **Emitir Termo Circunstanciado** para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.4.3 Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, ou instrumento substituto.

8.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei n° 10.406, de 2002).

8.6 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

8.7 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.8 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações, previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à

instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

8.9 O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, de acordo com as seguintes disposições:

8.9.1 Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

8.9.2 Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;

8.9.3 Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

8.9.4 Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade; e

8.9.5 Fiscalização pelo Público Usuário: é o acompanhamento da execução contratual por pesquisa de satisfação junto ao usuário, com o objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços, os recursos materiais e os procedimentos utilizados pela contratada, quando for o caso, ou outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto.

8.10 Quando a contratação exigir fiscalização setorial, o órgão ou entidade deverá designar representantes nesses locais para atuarem como fiscais setoriais.

8.11 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

8.12 A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

8.13 Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

a) no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

a.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas

Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

a.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA; e

a.3. exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.

b) entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

b.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

b.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

b.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

b.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

c) entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:

c.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;

c.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;

c.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

c.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

c.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

d) entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

d.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

d.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais; d.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

d.4. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

8.14 A CONTRATANTE deverá analisar a documentação solicitada na alínea “d” acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

8.15 No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

8.16 Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no subitem 14.7 acima deverão ser apresentados.

8.17 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

8.18 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.

8.19 O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

8.20 A CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

8.21 Além das disposições acima citadas, a fiscalização administrativa observará, ainda, as seguintes diretrizes:

8.21.1 Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):

a) Será elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;

b) Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela CONTRATADA e pelo empregado;

c) O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;

d) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);

e) Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a CONTRATADA;

f) Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

g) No primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

g.1. relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

g.2. CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela contratada;

g.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

g.4. declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

8.21.2 Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura):

a) Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento)

sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;

b) Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;

c) Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;

d) Deverá ser exigida, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 66-A da Lei nº 8.666, de 1993.

8.21.3 Fiscalização diária:

a) Devem ser evitadas ordens diretas da CONTRATANTE dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto.

b) Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da CONTRATADA.

c) Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.

8.22 Cabe, ainda, à fiscalização do contrato, verificar se a CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita à estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.

8.22.1 O gestor deverá verificar a necessidade de se proceder à repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da contratada.

8.23 A CONTRATANTE deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.

8.23.1 Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados.

8.24 A CONTRATADA deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pela CONTRATANTE quaisquer dos seguintes documentos:

a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;

b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a CONTRATANTE;

c) cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; e

d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.

8.25 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, conforme modelo previsto no Anexo I, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.26 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.27 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

8.28 O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados.

8.29 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

8.30 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

8.31 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

8.32 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

8.33 O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

8.34 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

8.35 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.36 O representante da CONTRATANTE deverá promover o **registro das ocorrências** verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.37 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, **ensejará a aplicação de sanções administrativas**, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.38 Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

8.38.1 Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

8.38.2 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

8.38.3 Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da contratada.

8.39 O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

8.40 A fiscalização de que trata este tópico não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.41 As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

8.42 A fiscalização de que trata este Termo de Referência não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9 CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

9.4 Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

9.5 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

9.6 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.7 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

9.7.1 Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-

se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

9.7.2 Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

9.7.3 Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

9.7.4 Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens

9.8 Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:

9.8.1 A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

9.8.2 O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;

9.8.3 O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

9.9 Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.

9.10 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

9.11 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

9.12 Cientificar o órgão de representação judicial da UFJ para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

9.13 Arquivar, entre outros documentos, projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

9.14 Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

9.15 Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentam condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

10 CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

10.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.3 Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração.

10.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.5 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.6 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7° do Decreto n° 7.203, de 2010;

10.7 Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

10.8 Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

10.9 As empresas contratadas que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços, conforme alínea "g" do item 10.1 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017:

10.9.1 relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

10.9.2 Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

10.9.3 exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;

10.9.4 declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;

10.9.5 Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

10.10 Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.

10.11 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

10.11.1 prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

10.11.2 certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

10.11.3 certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

10.11.4 Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

10.12 Substituir, no prazo de 2 (duas) horas, em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;

10.13 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

10.13.1 Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

10.14 Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

10.15 Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

10.15.1 Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

10.16 Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

10.17 Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

10.18 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;

10.19 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

10.20 Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes,

adotando, entre outras, as seguintes medidas:

10.20.1 viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

10.20.2 viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

10.20.3 oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

10.21 Manter preposto, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato;

10.22 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

10.23 Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante;

10.23.1 A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

10.23.2 Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

10.23.2.1 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela contratante para acompanhar o pagamento das respectivas verbas.

10.24 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.25 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.26 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.27 Não beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;

10.28 Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

10.28.1 Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de

vedação.

10.29 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.30 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.31 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.

10.32 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.33 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

10.34 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

10.35 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.36 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes deste Termo de Referência.

10.37 A contratada, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, deve proceder às anotações e registros pertinentes a todos os empregados que atuarem nos serviços, assumindo exclusivamente todas as obrigações advindas de eventuais demandas judiciais ajuizadas em qualquer juízo que versarem sobre pleitos trabalhistas e/ou previdenciários propostos por empregados ou terceiros que alegarem vínculo com a contratada.

10.38 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

10.39 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

10.40 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

10.41 É obrigação da contratada a administração de situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente.

10.42 A contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

10.43 A Contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, conforme orientações do art. 6º da IN n° 01/2010 (Compras Sustentáveis).

10.44 Observar as normas relativas à segurança da viagem e ao conforto dos passageiros,bem como cumprir a legislação de trânsito e de tráfego rodoviário.

10.45 Realizar manutenção preventiva na periodicidade recomendada pela boa técnica e de acordo com as especificações do fabricante, mantendo os veículos em perfeitas condições de segurança, limpeza e higiene.

10.46 Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando ao contratante os motoristas com funções legalmente registradas em suas carteiras de trabalho, com experiência mínima definida neste Termo de Referência. (condições de tempo de direção ou condução de veículos por motoristas profissionais estão disciplinadas no art. 67-A da Lei nº 9.503, de 1997, sem prejuízo da legislação trabalhista aplicada à matéria.)

10.47 Não permitir que qualquer motorista se apresente ao serviço com sinais de embriaguez ou sob efeito de substância tóxica.

10.48 Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato.

10.49 Providenciar treinamentos e reciclagem necessários para garantir a execução dos trabalhos dentro dos níveis de qualidade desejados.

10.50 Efetuar a substituição do motorista, de imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra).

10.51 Comunicar ao contratante, quando da transferência e/ou retirada e substituição de motoristas dos itinerários ou dos serviços.

10.52 Manter controle de frequência/pontualidade de seus empregados.

10.53 Fornecer uniformes e complementos adequados para o desenvolvimento das atividades, submetendo-os previamente à aprovação do contratante, sem ônus para seus empregados.

10.54 Fornecer vale-refeição/vale-alimentação aos seus empregados e demais benefícios previstos em Acordos ou Convenção Coletiva da categoria.

10.55 Assegurar que todo empregado que cometer falta disciplinar qualificada como de natureza grave não deverá ser mantido em serviço.

10.56 Atender, de imediato, às solicitações do contratante quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços.

10.57 Comunicar ao contratante toda vez que ocorrer afastamento, substituição ou inclusão de qualquer componente da equipe que esteja prestando serviços ao contratante. No caso de substituição ou inclusão, a contratante anexará os respectivos currículos, ficando a cargo do contratante aceitá-los ou não.

10.58 Apresentar ao contratante, quando exigido, comprovantes de pagamento de salários, a quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos seus empregados que estejam ou tenham estado a serviço do contratante, por força do contrato.

10.59 Assumir todas as despesas decorrentes de danos materiais causados aos veículos ou bens de terceiros, bem como danos pessoais aos seus ocupantes ou a terceiros, de sua responsabilidade.

10.60 Responsabilizar-se civil e criminalmente pelos danos causados ao contratante ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato.

10.61 Responsabilizar-se por quaisquer multas de trânsito, ambientais, tarifas rodoviárias e hidroviárias, quando for o caso, durante a execução do contrato.

10.62 Disponibilizar empregados em quantidades necessárias para garantir a prestação dos serviços

nos horários contratados, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.

10.63 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação/qualificação na fase de licitação.

10.64 Não transportar passageiros em pé ou no colo, salvo para prestação de socorro em caso de acidente ou avaria.

10.65 Prestar os esclarecimentos desejados, bem como comunicar ao contratante, por meio de líder ou diretamente, quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços.

10.66 Manter programa interno de autofiscalização da correta manutenção da frota, quanto à emissão de fumaça preta, especialmente para os veículos a óleo diesel que integrem a frota da UFJ. Os motoristas contratados devem sempre avisar ao Diretor de Logística da UFJ sobre a detecção de possíveis defeitos que podem ser sanados preventivamente.

10.67 Em caso de acidente com veículo de propriedade da UFJ, além das pertinentes providências legais imediatas, deverão ser adotados os seguintes procedimentos:

10.68 Quando houver vítima, prestar-lhe socorro imediato, levando-a, se necessário, ao hospital mais próximo do local do acidente;

10.69 Se o estado da vítima desaconselhar sua movimentação, chamar imediatamente o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Corpo de Bombeiros ou outra instituição responsável pela prestação de socorro em acidentes de trânsito;

10.69.1 Comunicar o fato, o mais rápido possível, ao fiscal do Contrato e ao Diretor/Coordenador do Departamento de Logística;

10.69.2 Caso ele próprio não precise de atendimento médico, permanecer no local e arrolar, se possível, duas testemunhas;

10.69.3 Em caso de fuga de outro envolvido, identificar as características do veículo, principalmente o número da placa;

10.69.4 Não retirar o veículo acidentado do local sem prévia autorização do preposto da empresa, salvo se houver determinação legal em contrário ou de autoridade policial.

10.70 Nos casos de ocorrência de acidente, a empresa CONTRATADA deverá:

10.70.1 Orientar seus empregados para não fazer acordo, sob hipótese alguma, com a outra parte envolvida no acidente;

10.70.2 Obter o Boletim de Ocorrência Policial junto à Delegacia de Polícia;

10.70.3 Encaminhar à fiscalização do campus CONTRATANTE, o mais breve possível, cópia do Boletim de Ocorrência Policial, acompanhado de relatório completo e minucioso do fato;

10.70.4 Apurar as causas, efeitos e responsabilidades, ainda que do acidente resultem unicamente danos materiais;

10.70.5 Adotar as providências necessárias para imediato conserto do veículo, caso o acidente tenha sido ocasionado por dolo ou culpa do seu motorista;

10.70.6 Quando a responsabilidade pelo acidente for de terceiros, fornecer à Reitoria e ao Departamento de Logística da UFJ todos os subsídios para acioná-los, com vistas ao ressarcimento das despesas decorrentes.

10.71 Quando houver infração de trânsito praticada por seus empregados na condução dos veículos

do UFJ, a instituição deverá observar o seguinte:

10.71.1 As multas serão encaminhadas à Contratada, que deverá providenciar o pagamento até a data dos respectivos vencimentos, comprovando a quitação junto ao Departamento de Logística, no prazo de até 10 (dez) dias;

10.71.2 O atraso no pagamento das multas, bem como a falta de comprovação do pagamento no prazo indicado no item anterior, sujeitará a empresa licitante vencedora à multa moratória, calculada à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, dos respectivos valores da fatura mensal;

10.71.3 A empresa Contratada deverá comunicar as ocorrências relativas às infrações de Trânsito ao setor de Contratos, para fins de registro;

10.71.4 No caso em que um mesmo motorista for reincidente no cometimento de infrações de trânsito ou dependendo da gravidade da falta, a UFJ poderá solicitar sua substituição à Contratada, sem qualquer ônus adicional.

10.72 Capacitar o Preposto para atender as necessidades do contrato, através de treinamento específico. A apresentação de certificado de conclusão de curso será necessária para comprovação.

11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

11.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

11.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

11.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

11.1.3 falhar ou fraudar na execução do contrato;

11.1.4 comportar-se de modo inidôneo; ou

11.1.5 cometer fraude fiscal.

11.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

11.2.1 **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

11.2.2 **Multa de**:

11.2.2.1 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

11.2.2.2 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

11.2.2.3 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

11.2.2.4 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme

detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

11.2.2.5 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

11.2.2.6 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

11.2.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

11.2.4 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

11.2.4.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 22.1 deste Termo de Referência

11.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

11.3 As sanções previstas nos subitens 22.2.1, 22.2.3, 22.2.4 e 22.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

11.4 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**GRAU**
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por	05

	ocorrência;	
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

11.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

11.5.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.5.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

11.5.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

11.7 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

11.7.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15(quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

11.9 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.10 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

11.11 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

11.12 O processamento do **PAR** não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2 amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e precedidos de autorização da

autoridade competente, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório, bem como à prévia e ampla defesa.

12.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3 Indenizações e multas.

12.5 O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto n.º 9.507, de 2018).

12.6 Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho (art. 64 a 66 da IN SEGES/MP n.º 05/2017).

12.7 Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item anterior, a CONTRATANTE reterá:

12.7.1 a garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela CONTRATADA, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

12.7.2 os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

12.8 Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

12.9 O CONTRATANTE poderá ainda:

12.9.1 nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.9.2 nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei n.º 8.666, de 1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

12.10 O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto n.º 9.507, de 2018.

13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

13.1 É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993,

bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MP nº 05, de 2017.

14.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

17.1 É eleito o Foro da comarca de Jataí (GO) para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado eletronicamente, que, depois de lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2022

(Processo Administrativo n.° 23070.060433/2021-29)

ANEXO III – MODELO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DA GARANTIA E DE PAGAMENTO DIRETO

_____ (*identificação do licitante*), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr. _____ (*nome do representante*), portador da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, **AUTORIZA** o(a) ***(Nome do Órgão ou Entidade promotora da licitação)***, para os fins do Anexo VII-B da Instrução Normativa n° 05, de 26/05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e dos dispositivos correspondentes do Edital do Pregão n. XXX/20XX:

1) que sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores alocados a qualquer tempo na execução do contrato acima mencionado os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas, previdenciárias e fundiárias devidas, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

2) que sejam provisionados valores para o pagamento dos trabalhadores alocados na execução do contrato e depositados em conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, e aberta em nome da empresa ***(indicar o nome da empresa)*** junto a instituição bancária oficial, cuja movimentação dependerá de autorização prévia da(o) ***(Nome do Órgão ou Entidade promotora da licitação)***, que também terá permanente autorização para acessar e conhecer os respectivos saldos e extratos, independentemente de qualquer intervenção da titular da conta.

3) que a CONTRATANTE utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a CONTRATADA não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual.

....., ... de..... de 20.....

_____

(assinatura do representante legal do licitante)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2022
(Processo Administrativo n.° 23070.060433/2021-29)

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaro que a empresa_____, inscrita no CNPJ (MF) no_____, inscrição estadual no _____, estabelecida em_____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública:

Nome do Órgão/Empresa	Vigência do Contrato	Valor total do Contrato*
Valor total dos Contratos		R$_____
Local e data Assinatura e carimbo do emissor		

Observação:

Nota 1: Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.
Nota 2: *Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.

FÓRMULA EXEMPLIFICATIVA, PARA FINS DE ATENDIMENTO AO DISPOSTO NOS ITENS "D.1" E “D.2" DA ALÍNEA "D" DO SUBITEM 11.1. DO ITEM 11 DO ANEXO VII-A, DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA

- A Declaração de Compromissos Assumidos deve informar que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pela licitante não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante.

Fórmula de cálculo:

$$\frac{\text{Valor do Patrimônio Líquido} \times 12}{\text{Valor Total dos Contratos*}}$$

Observação:

Nota 1: Esse resultado deverá ser superior a 1 (um).
Nota 2: considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado*.

- Caso a diferença entre a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a declaração apresentada seja maior que 10% (dez por cento) positivo ou negativo em relação à receita bruta, o licitante deverá apresentar justificativas.

Fórmula de cálculo:

$$\frac{(\text{Valor da receita bruta} - \text{Valor total dos contratos}) \times 100}{\text{Valor da receita bruta}}$$

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2022
(Processo Administrativo n.° 23070.060433/2021-29)

ANEXO V – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR

A verificação do resultado da prestação do serviço será realizada com base nos itens constantes da Tabela de Itens Avaliados. Para tanto, os preços estabelecidos no Contrato para a realização dos serviços, se referem à execução com a máxima qualidade. A execução que atinja os objetivos dos serviços contratados sem a máxima qualidade importará pagamento proporcional ao realizado.

Tais ajustes visam a assegurar ao CONTRATANTE e à CONTRATADA o recebimento dos serviços, mesmo diante de eventuais falhas em sua execução.

No período mensal o Fiscal do Contrato avaliará constantemente os serviços prestados, visando evitar a perda no nível de qualidade, promovendo o registro das ocorrências verificadas, e adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, podendo, inclusive, intervir para corrigir ou aplicar sanções quando verificar desconformidade contínua na prestação do serviço.

O Fiscal do contrato preencherá as ocorrências na Tabela de Itens Avaliados, a qual apresentará o percentual a ser descontado do faturamento. A Tabela de Itens Avaliados", deverá ser apresentada ao CONTRATADO até o dia 07 (sete) de cada mês seguinte, que conterá, no mínimo:

-Número do PAD contratual que deu origem ao contrato;
-Número do Contrato;
-Partes contratuais;
-Síntese do objeto;
-Relação de falhas; e
-Fator percentual de recebimento e remuneração dos serviços.

A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, podendo compreender a mensuração dos seguintes aspectos:

-Resultados alcançados em relação ao Contratado, verificação dos prazos de execução e qualidade demandada;
-Recursos humanos empregados em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
-Adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
-Cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato;

Após a apresentação à CONTRATADA das anotações que compõem o IMR - Índice de Medição de Resultados, com possíveis ocorrências e descontos, se houver, a mesma poderá apresentar justificativa do serviço com menor nível de conformidade no prazo de 5 (cinco) dias após do recebimento, sendo que neste caso só será aceita caso comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis.

Havendo impugnação ao relatório apresentado, o CONTRATANTE avaliará o mesmo, podendo promover diligências, ou apresentar a avaliação final da impugnação com indicação do efetivo valor devido.

Caso a avaliação da impugnação não seja concluída até o dia 10º (décimo) dia útil do mês de sua apresentação, considerar-se-á, para efeito de emissão da Nota Fiscal para pagamento, o valor apontado originalmente pelo CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal contendo os valores apontados pelo CONTRATANTE, conforme item anterior, entre o 10º (décimo) e 15º (décimo quinto) dia útil do mês seguinte ao trabalhado.

Caso o resultado da avaliação da impugnação, posteriormente obtido, contemple ajuste de valor em favor da CONTRATADA, esta poderá emitir Nota Fiscal complementar e apresentar ao CONTRATANTE, para pagamento das diferenças.

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

Contrato nº	Processo Contratual nº:
Empresa Contratada:	Processo Financeiro nº:

Período de Avaliação: MÉS/ANO

ITEM	META A CUMPRIR	MEDIÇÃO	INCIDÊNCIA	GRAU	OCORRÊNCIAS	TOTAL A DESCONTAR
1	A empresa deverá garantir que os profissionais apresentem-se de maneira asseada, com uniformes limpos e completos, portando o crachá de identificação.	Por meio de constatação do gestor/fiscal do contrato.	Por ocorrência	1	0	0,00%
2	Os profissionais deverão realizar o correto preenchimento dos documentos afetos aos serviços desempenhados, como diários de bordo, requisições de manutenção, lista de checagem dos veículos, ou ainda em casos de sinistros, realizar o registro da ocorrência	Por meio de constatação do gestor/fiscal do contrato, ou por informação realizada pelos usuários	Por ocorrência	1	0	0,00%
3	A empresa deverá orientar seus profissionais a planejar suas atividades, traçando rotas previamente, entrando em contato com as áreas afetas de origem e destino, garantindo maior eficiência nos transportes.	Por meio de constatação do gestor/fiscal do contrato, ou por informação realizada pelos usuários	Por ocorrência	2	0	0,00%
4	A empresa deverá efetuar o depósito dos valores das diárias, com a antecedência solicitado em contrato, a fim de garantir que os funcionários possuam os recursos para custeio de alimentação e hospedagem	Por meio de constatação do gestor/fiscal do contrato.	Por ocorrência	2	0	0,00%
5	A empresa deverá manter o quantitativo de postos descritos em contrato, garantindo que, em caso de faltas, licenças, afastamentos ou férias exista a cobertura de tais afastamentos, salvo se houver entendimento entre a Administração e a Contratada para a não reposição, havendo apenas o desconto do período não reposto	Por meio de constatação do gestor/fiscal do contrato.	Por ocorrência	2	0	0,00%
6	A empresa deverá garantir a melhor qualidade possível de seus atendimentos, orientando para que os profissionais sejam pró-ativos, pontuais em seus	Por meio de constatação do gestor/fiscal do	Por ocorrência	3	0	0,00%

	atendimentos, tratando os usuários com urbanidade, primando pelo respeito, cortesia, educação e presteza.	contrato, ou por informação realizada pelos usuários				
7	A empresa deverá orientar seus profissionais a manter o zelo com todo o patrimônio colocado à disposição para o serviço, tanto com a inspeção periódica dos veículos oficiais, quanto os recursos transportados com o acondicionamento adequado das cargas	Por meio de constatação do gestor/fiscal do contrato, ou por informação realizada pelos usuários	Por ocorrência	3	0	0,00%
8	A empresa deverá cumprir as solicitações e determinações da fiscalização/gestão, no que diz respeito às questões contratuais, de forma a respondê-las e/ou solucioná-las no menor tempo possível.	Por meio de constatação do gestor/fiscal do contrato.	Por ocorrência	3	0	0,00%
TOTAL A DESCONTAR DA NOTA FISCAL						**0,00%**
VALOR DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO						**R$ 0,00**
VALOR A DESCONTAR						**R$ 0,00**
VALOR A SER FATURADO						**R$ 0,00**

As ocorrências apuradas deverão ser anotadas na Tabela de Itens Avaliados, na coluna “Ocorrências”.

A depender do grau de cada infração, poderão ser descontados os seguintes percentuais:

GRAU	PERCENTUAL	INCIDÊNCIA
1	0,25% - Por ocorrência	Valor do Documento fiscal
2	0,50% - Por ocorrência	Valor do Documento fiscal
3	1,00% - Por ocorrência	Valor do Documento fiscal

Se o percentual a ser descontado das ocorrências no mês for superior à 20% ou, quando houver 03 (três) apontamentos, consecutivos ou intermitentes, para o mesmo item no período de 12 (doze) meses, além do desconto, poderá ser aberto processo administrativo visando a aplicação das sanções previstas em contrato.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - REGIONAL JATAÍ

LISTA DE VERIFICAÇÃO

1. Houve abertura de processo administrativo devidamente autuado e numerado, quando processo físico, ou registrado quando processo eletrônico, nos termos da ON-AGU nº 2/2009?	S
2. Consta o documento de formalização da demanda, elaborado pelo setor requisitante do serviço, nos termos do modelo do Anexo II, IN SEGES 05/2017?	S
2.1. A contratação NÃO incide nas hipóteses vedadas pelo art. 9º da IN SEGES 05/2017?	S
2.2 Há manifestação sobre a observância do alinhamento com o Plano Estratégico do órgão ou entidade, quando houver? (art. 1º, inc. III, IN SEGES 05/2017)	S
2.3. Da solicitação/requisição constam os itens do inciso I do art. 21 da IN/SEGES 5/2017?	S
2.4. O objeto requisitado está contemplado no Plano Anual de Contratações, de acordo com a IN SEGES nº 1/2019?	S
3. Foi instituída Equipe de Planejamento da Contratação pela autoridade competente do setor de licitação? (art. 21, inc. III, IN/SEGES 5/2017)	S
4. Foi elaborado e juntado ao processo os Estudos Preliminares, conforme as diretrizes constantes da IN SEGES/MP nº 40/2020? (art. 20, art. 24 da IN SEGES/MP nº 5/2017 e IN SEGES/ME nº 40/2020)	S
4.1. Os estudos desenvolvidos atenderam a todas as exigências do art. 7º da IN SEGES 40/2020?	S
4.2. A não previsão, nos estudos preliminares, de qualquer dos conteúdos do art. 7º da IN SEGES/ME nº 40/2020 foi devidamente justificada no próprio documento? (art. 7º, §2º, da IN SEGES/ME nº 40/2020)	N/A
4.3. Consta a aprovação do Estudo Técnico Preliminar pela autoridade competente? (art. 14, inciso II, do Decreto n.º 10.024/19)	S
5. Foi elaborado e junto aos autos o Mapa de Riscos previsto no art. 26, §1º, incisos I e II, de acordo com o modelo do anexo IV da IN/SEGES 5/2017? (arts. 20 e 26 da IN/SEGES 5/2017)	S

5.1. O mapa confeccionado atende às exigências do art. 25 da IN/SEGES 5/2017?	S
5.2. No caso de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra foi contemplado, no mapa de riscos, o risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS da contratada? (art. 18, §1º, IN/SEGES 5/2017)	N/A
5.2.1. Optou-se por uma das formas de controle interno previstas no §1º do art. 18 da IN/SEGES 5/2017 (conta-depósito vinculada ou pagamento pelo fato gerador)?	S
5.2.2. Justificou a opção na forma do §2º do mesmo artigo 18?	S
6. O Termo de Referência ou Projeto Básico elaborado pelo setor requisitante baseou-se nos Estudos Técnicos Preliminares, Gerenciamento de Riscos e Diretrizes constantes do Anexo V, da IN 5/2017? (art. 3º, XI do Decreto 10.024/19, art. 27 e 28, §2º, IN/SEGES 05/2017)	S
6.1. Foram utilizados os modelos de minutas padronizadas de Termo de Referência da Advocacia-Geral da União, observadas as diretrizes dispostas no Anexo V da IN/SEGES 05/2017?	S
6.1.1. Foram justificadas e destacadas visualmente, no processo, eventuais alterações ou não utilização do modelo de termo de referência da AGU?	S
7. Foram observadas as orientações dos Cadernos de Logística expedidos pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, no que couber? (art. 29, IN/SEGES 05/2017)	N/A
8. Houve consulta ao “Guia Nacional de Licitações Sustentáveis”, da CGU/AGU, com manifestação sobre práticas e/ou critérios de sustentabilidade economicamente viáveis adotados na contratação? (IN SLTI/MP nº 1/2010, art. 5º)	N/A
9. Consta a aprovação do termo de referência ou do projeto básico pela autoridade competente? (art. 14, II, do Decreto 10.024/19; art. 7º, §2º, I da Lei 8.666/93)	S
10. Constam estimativas detalhadas dos preços, com ampla pesquisa de mercado nos termos das Instruções Normativas SLTI/MP nº 5/2014 ou SEGES/ME nº 73/2020 (art. 3º, III, da Lei nº 10.520/02, art. 3º, XI, “a”, “2” do Decreto 10.024/19 e arts. 15, III, 43, IV da Lei nº 8.666/93, art. 7º, inc. V e VI da IN SEGES/ME nº 40/2020, e art. 30, inc. X, da IN/SEGES nº 5/2017)?	S
10.1 Consta manifestação da área técnica com análise dos preços obtidos na pesquisa (art. 2º, §§ 1º a 6º da IN 5, de 2014)?	S
10.2 No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, consta planilha de formação de preços nos termos do subitem 2.9, “b” do Anexo V da IN SEGES/MP nº 5/2017?	N/A

11. Tratando-se de atividade de custeio, foi observado o art. 3º do Decreto 10.193 c/c art. 3º da Portaria MP nº 249/2012?	S
12. Consta indicação do recurso orçamentário próprio para a despesa e da respectiva rubrica, caso não seja SRP? (art. 8º, IV, do Decreto 10.024/19 e arts. 7º, § 2º, III, 14 e 38, caput, da Lei 8.666/93)	S
12.1. Se for o caso, consta a estimativa do impacto orçamentário financeiro da despesa prevista no art. 16, inc. I da LC 101/2000 e a declaração prevista no art. 16, II do mesmo diploma na hipótese da despesa incidir no caput do art. 16? (ON/AGU 52/2014)	N/A
13. Foram utilizados os modelos padronizados de instrumentos contratuais da Advocacia-Geral União? (Art. 34 da IN SEGES/MP nº 5/2017).	S
13.1. Eventuais alterações nos modelos ou sua não utilização foram devidamente justificadas no processo?	S
14. Houve justificativa do enquadramento ou não do objeto como sendo serviço comum? (ON AGU nº 54/2014)	S
14.1 Sendo enquadrado o objeto como serviço comum, foi adotado o pregão? (art. 1º da Lei 10.520/02; art. 1º do Decreto 10.024/2019)	S
15. Sendo adotado o pregão, a autoridade competente designou o pregoeiro e a respectiva equipe de apoio? (art. 3º, IV, §§1º e 2º da Lei 10.520/02, art. 8º, VI do Decreto 10.024/19)	S
15.1. No caso de realizada a licitação por pregão presencial, consta a justificativa válida quanto à inviabilidade de utilizar-se o formato eletrônico? (art. 1º, §4º do Decreto 10.024/2019)	N/A
16. Sendo adotada modalidade de licitação diversa do pregão, consta designação da Comissão de Licitação? (art. 38, III, da Lei 8.666/93)	N/A
17. Há autorização da autoridade competente permitindo o início do procedimento licitatório? (art. 38, caput, da Lei 8.666/93 e art. 8º, V do Decreto nº 10.024/19)	S
18. Há minuta de edital? (art. 4º, III, da Lei 10.520/02, art. 8º, VII do Decreto nº 10.024/19 e art. 40 da Lei 8.666/93)	S
18.1. Foram utilizados os modelos padronizados de instrumentos convocatórios da Advocacia-Geral União? (Art. 34 da IN SEGES/MP nº 5/2017).	S
18.1.1. Eventuais alterações nos modelos ou a não utilização, foram devidamente justificadas no processo?	S
18.2. A minuta de contrato ou de instrumento assemelhado constitui anexo à minuta do edital? (art. 40, §2º, III, da Lei 8.666/93)	S

18.3. Tratando-se de modalidade diversa do pregão, o orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários está anexo ao edital? (art. 40 , §2º, II, da Lei 8.666/93)	N/A
19. Os responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos foram devidamente identificados no processo? (art. 21, VI, da IN CONJUNTA MP/CGU 01/2016)	S

Documento assinado eletronicamente por **Rafael Nogueira De Freitas Koch**, **Diretor**, em 22/02/2022, às 15:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2714787** e o código CRC **287BF217**.

Referência: Processo nº 23070.060433/2021-29 SEI nº 2714787

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - REGIONAL JATAÍ

DECLARAÇÃO

DECLARO que foram utilizados no p.p os modelos de minutas padronizados de Termos de Referência e dos instrumentos convocatórios da Advocacia-Geral União, bem como que eventuais alterações nos modelos ou a não utilização, foram devidamente justificadas no processo.

Rafael Nogueira de Freitas Koch
Diretor de Compras e Licitações - DCL/UFJ

Documento assinado eletronicamente por **Rafael Nogueira De Freitas Koch**, **Diretor**, em 22/02/2022, às 15:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2714804** e o código CRC **58ED95EC**.

Referência: Processo nº 23070.060433/2021-29 SEI nº 2714804

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - REGIONAL JATAÍ

DESPACHO

À Procuradoria Federal,

Encaminhamos o p.p. a esta Douta Procuradoria Federal para análise e parecer jurídico do presente Instrumento Convocatório (2714765), com posterior retorno ao Gabinete da Reitoria desta Universidade Federal de Jataí para o devido acatamento e demais providências.

Rafael Nogueira de Freitas Koch
Diretor de Compras e Licitações - DCL/UFJ

Documento assinado eletronicamente por **Rafael Nogueira De Freitas Koch**, **Diretor**, em 22/02/2022, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2714817** e o código CRC **8E45FEF4**.

Referência: Processo nº 23070.060433/2021-29 SEI nº 2714817

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CONSULTIVO

PARECER n. 00116/2022/CONS/PFUFG/PGF/AGU

NUP: 23070.060433/2021-29
INTERESSADOS: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAI
ASSUNTOS: EDITAL

EMENTA:LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. SERVIÇOS CONTÍNUOS. DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA. MOTORISTA CATEGORIA "D". CONTRATAÇÃO. MINUTA DE EDITAL E ANEXOS. ANÁLISE. POSSIBILIDADE. RECOMENDAÇÕES.

Magnífico Reitor,

I - RELATÓRIO.

1. Trata-se de Processo Administrativo encaminhado a esta Procuradoria Federal, nos termos do art. 11 da Lei Complementar n.º 73, de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União)c/c o parágrafo único do art. 38 da Lei n.º 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) no qual a UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ-UFJ requer a análise jurídica acerca da legalidade do procedimento aberto com o objetivo de realizar licitação, na modalidade pregão eletrônico, tipo menor preço global, sem participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno, visando a proposta mais vantajosa para a contratação de pessoa jurídica especializada da prestação, com dedicação exclusiva de mão de obra, de serviços de Motorista Categoria "D", no atendimento das demandas da IFE's, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e em seus Anexos.
2. O Processo foi instruído com os seguintes documentos:

Pedido de Serviço COAD-REJ 2480965 Documento de Formalização de Demanda - Material COAD-REJ 2480975 Indicação/Designação de Membro da Equipe COAD-REJ 2481036 Solicitação COAD-REJ 2572328 Relatório Previsão da despesa no PGC 2021 (2572409) Autorização COAD-REJ 2572418 Indicação/Designação de Membro da Equipe COAD-REJ 2587514 Convenção Coletiva de Trabalho (2587583) Consulta Consolidada das Pesquisas de Preços - In 73 (2587603) Anexo Pesquisa de Preço - Calça Jeans (2587631) Anexo Pesquisa de Preço - Camisa Social (2587640) Anexo Pesquisa de Preço - Camisa Tipo Polo (2587647) Anexo Pesquisa de Preço - cinto (2587653) Anexo Pesquisa de Preço - Crachá de PVC (2587662) Anexo Pesquisa de Preço - Sapatenis (2587665) Anexo Pesquisa de Preço - Meia (2587670) Anexo Pesquisa de Preço - Kit máscara (2587684) Anexo Pesquisa de Preço - Kit Álcool Gel (2587692) Anexo e-mail Orçamentos (2587733) Anexo orçamento exame medico periódico (2587742) Anexo Instrumento de Medição de Resultado (2587767) Termo de Contrato (2587779) Anexo Gerenciamento de Risco (2587793) Estudo Preliminar ETP (2587893) Minuta do Termo de Referência (2587899) Planilha de Custos - Motoristas (2587958) Solicitação COAD-REJ 2587959 Autorização COAD-REJ 2587970 Designação de equipe de apoio e pregoeiro COAD-REJ 2714714 Designação de equipe de apoio e

pregoeiro COAD-REJ 2714721 Designação de equipe de apoio e pregoeiro COAD-REJ 2714730 PORTARIA 180/2020 - PREGOEIRO (2714734) PORTARIA 181/2020 - EQUIPE DE APOIO (2714735) Edital - PE 02/2022 (2714765) Lista de Verificação COAD-REJ 2714787 Declaração COAD-REJ 2714804 Despacho COAD-REJ 2714817

3. É a síntese dos autos.

II - ANÁLISE JURÍDICA.

4. Impõe a Carta Magna do Brasil, que no exercício de suas atividades, a "...administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência." (**CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 37, *caput***)

5. **HELY LOPES MEIRELLES**, um dos maiores doutrinadores do direito administrativo, ensina que "A legalidade, como princípio de administração (CF, art. 37, caput) significa que o administrador público está, em toda sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso. A eficácia de toda atividade administrativa está condicionada ao atendimento da lei e do Direito. É o que diz o inc. I do parágrafo único do art. 2º da Lei 9.784/99. Com isso fica evidente que, além da atuação conforme a lei, a legalidade significa, igualmente, a observância dos princípios administrativos. Na administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. A lei para o particular significa "pode fazer assim"; para o administrador público significa "deve fazer assim". As leis administrativas são, normalmente, de ordem pública e seus preceitos não podem ser descumpridos, nem mesmo por acordo ou vontade conjunta de seus aplicadores e destinatários, uma vez que contêm verdadeiros poderes-deveres, irrelegáveis pelos agentes públicos. Por outras palavras, a natureza da função pública e a finalidade do Estado impedem que seus agentes deixem de exercitar os poderes e de cumprir os deveres que a lei lhes impõe." (**MEIRELLES**, Hely Lopes, *in* Direito Administrativo Brasileiro, 35ª ed. Atualizada, Malheiros Editores, São Paulo, 2009, pág. 89).

6. O Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, publicado no Diário Oficial da União de 24 de setembro de 2018, ao dispor sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União estabelece:

> *"Art. 1º - Este Decreto dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.*
>
> *Art. 2º - Ato do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão estabelecerá os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta mediante contratação.*
>
> *Art. 3º - **Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços**:*
>
> *I - **que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle**;*
>
> *II - **que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias**;*
>
> *III - **que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e***
>
> *IV - **que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.***
>
> *§ 1º - Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do **caput** poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.*
>
> *§ 2º - Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de fiscalização e consentimento relacionados ao exercício do poder de polícia não serão objeto de execução indireta.*

.....

*Art. 5º - **É vedada a contratação, por órgão ou entidade de que trata o art. 1º, de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção que tenham relação de parentesco com**:*

*I - **detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou pela contratação; ou***

***II - autoridade hierarquicamente superior no âmbito de cada órgão ou entidade**.*

*Art. 6º - **Para a execução indireta de serviços, no âmbito dos órgãos e das entidades de que trata o art. 1º, as contratações deverão ser precedidas de planejamento e o objeto será definido de forma precisa no instrumento convocatório, no projeto básico ou no termo de referência e no contrato como exclusivamente de prestação de serviços**.*

*Parágrafo único. **Os instrumentos convocatórios e os contratos de que trata o caput poderão prever padrões de aceitabilidade e nível de desempenho para aferição da qualidade esperada na prestação dos serviços, com previsão de adequação de pagamento em decorrência do resultado**.*

*Art. 7º - **É vedada a inclusão de disposições nos instrumentos convocatórios que permitam**:*

*I - **a indexação de preços por índices gerais, nas hipóteses de alocação de mão de obra**;*

*II - **a caracterização do objeto como fornecimento de mão de obra**;*

*III - **a previsão de reembolso de salários pela contratante**; e*

*IV - **a pessoalidade e a subordinação direta dos empregados da contratada aos gestores da contratante.***

*Art. 8º **- Os contratos de que trata este decreto conterão cláusulas que**:*

*I - **exijam da contratada declaração de responsabilidade exclusiva sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;***

*II - **exijam a indicação de preposto da contratada para representá-la na execução do contrato;***

*III - **estabeleçam que o pagamento mensal pela contratante ocorrerá após a comprovação do pagamento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS pela contratada relativas aos empregados que tenham participado da execução dos serviços contratados**;*

*IV - **estabeleçam a possibilidade de rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e a aplicação das penalidades cabíveis, na hipótese de não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS**;*

*V - **prevejam, com vistas à garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra**:*

*a) **que os valores destinados ao pagamento de férias, décimo terceiro salário, ausências legais e verbas rescisórias dos empregados da contratada que participarem da execução dos serviços contratados serão efetuados pela contratante à contratada somente na ocorrência do fato gerador; ou***

*b) **que os valores destinados ao pagamento das férias, décimo terceiro salário e verbas rescisórias dos empregados da contratada que participarem da execução dos serviços contratados serão depositados pela contratante em conta vinculada específica, aberta em nome da contratada, e com movimentação autorizada pela contratante**;*

*VI - **exijam a prestação de garantia, inclusive para pagamento de obrigações de natureza trabalhista, previdenciária e para com o FGTS, em valor correspondente a cinco por cento do valor do contrato, limitada ao equivalente a dois meses do custo da folha de pagamento dos empregados da contratada que venham a participar da execução dos serviços contratados, com prazo de validade de até noventa dias, contado da data de encerramento do contrato; e***

*VII - **prevejam a verificação pela contratante, do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da contratada que participarem da execução dos serviços contratados, em especial, quanto:***

*a) **ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário**;*

*b) **à concessão de férias remuneradas e ao pagamento do respectivo adicional**;*

*c) **à concessão do auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido**;*

*d) **aos depósitos do FGTS; e***

*e) **ao pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato**.*

*§ 1º - **Na hipótese de não ser apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS de que trata o inciso VII do caput deste artigo, a contratante comunicará o fato à contratada e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação esteja regularizada**.*

*§ 2º - **Na hipótese prevista no § 1º e em não havendo quitação das obrigações por parte da contratada, no prazo de até quinze dias, a contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços contratados**.*

*§ 3º - **O sindicato representante da categoria do trabalhador deve ser notificado pela contratante para acompanhar o pagamento das verbas referidas nos § 1º e § 2º.***

*§ 4º - **O pagamento das obrigações de que trata o § 2º, caso ocorra, não configura vínculo empregatício ou implica a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da contratada**.*

*Art. 9º - **Os contratos de prestação de serviços continuados que envolvam disponibilização de pessoal da contratada de forma prolongada ou contínua para consecução do objeto contratual exigirão**:*

*I - **apresentação pela contratada do quantitativo de empregados vinculados à execução do objeto do contrato de prestação de serviços, a lista de identificação destes empregados e respectivos salários;***

*II - **o cumprimento das obrigações estabelecidas em acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato**; e*

*III - **a relação de benefícios a serem concedidos pela contratada a seus empregados, que conterá, no mínimo, o auxílio-transporte e o auxílio-alimentação, quando esses forem concedidos pela contratante**.*

*Parágrafo único. **A administração pública não se vincula às disposições estabelecidas em acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho que tratem de**:*

*I - **pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou nos resultados da empresa contratada**;*

*II - **matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários; e***

*III - **preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade**.*

Art. 10 - A gestão e a fiscalização da execução dos contratos compreendem o conjunto de ações que objetivam:

I - aferir o cumprimento dos resultados estabelecidos pela contratada;

II - verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas; e

III - prestar apoio à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, reajuste, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, aplicação de sanções, extinção dos contratos, entre outras, com vistas a assegurar o cumprimento das cláusulas do contrato a solução de problemas relacionados ao objeto.

Art. 11 - A gestão e a fiscalização de que trata o art. 10 competem ao gestor da execução dos contratos, auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário e, se necessário, poderá ter o auxílio de terceiro ou de empresa especializada, desde que justificada a necessidade de assistência especializada.

*Art. 12 - **Será admitida a repactuação de preços dos serviços continuados sob regime de mão de obra exclusiva, com vistas à adequação ao preço de mercado, desde que**:*

*I - **seja observado o interregno mínimo de um ano das datas dos orçamentos para os quais a proposta se referir; e***

*II - **seja demonstrada de forma analítica a variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada.***

*Art. 13 - **O reajuste em sentido estrito, espécie de reajuste nos contratos de serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra, consiste na aplicação de índice de correção monetária estabelecido no contrato, que retratará a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais**.*

*§ 1º - **É admitida a estipulação de reajuste em sentido estrito nos contratos de prazo de duração igual ou superior a um ano, desde que não haja regime de dedicação exclusiva de mão de obra**.*

*§ 2º - **Nas hipóteses em que o valor dos contratos de serviços continuados seja preponderantemente formado pelos custos dos insumos, poderá ser adotado o reajuste de que trata este artigo**.*

.....

Art. 15 - O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão expedirá normas complementares ao cumprimento do disposto neste Decreto." (grifou e destacou-se)

7. A Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 28 de dezembro de 2018, que estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no art. 2º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, prevê:

*Art. 1º - **No âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os seguintes serviços**:*

I - alimentação;

II - armazenamento;

III - atividades técnicas auxiliares de arquivo e biblioteconomia;

IV - atividades técnicas auxiliares de laboratório;

V - carregamento e descarregamento de materiais e equipamentos;

VI - comunicação social, incluindo jornalismo, publicidade, relações públicas e cerimonial, diagramação, design gráfico, webdesign, edição, editoração e atividades afins;

VII - conservação e jardinagem;

VIII - copeiragem;

IX - cultivo, extração ou exploração rural, agrícola ou agropecuária;

X - elaboração de projetos de arquitetura e engenharia e acompanhamento de execução de obras;

XI - geomensuração;

XII - georeferenciamento;

XIII - instalação, operação e manutenção de máquinas e equipamentos, incluindo os de captação, tratamento e transmissão de áudio, vídeo e imagens;

XIV - limpeza;

XV - manutenção de prédios e instalações, incluindo montagem, desmontagem, manutenção, recuperação e pequenas produções de bens móveis;

XVI - mensageria;

XVII - monitoria de atividades de visitação e de interação com público em parques, museus e demais órgãos e entidades da Administração Pública federal;

XVIII - recepção, incluindo recepcionistas com habilidade de se comunicar na Linguagem Brasileira de Sinais - Libras;

XIX - reprografia, plotagem, digitalização e atividades afins;

XX - secretariado, incluindo o secretariado executivo;

XXI - segurança, vigilância patrimonial e brigada de incêndio;

XXII - serviços de escritório e atividades auxiliares de apoio à gestão de documentação, incluindo manuseio, digitação ou digitalização de documentos e a tramitação de processos em meios físicos ou eletrônicos (sistemas de protocolo eletrônico);

XXIII - serviços de tecnologia da informação e prestação de serviços de informação;

XXIV - teleatendimento;

XXV - telecomunicações;

XXVI - tradução, inclusive tradução e interpretação de Língua Brasileira de Sinais (Libras);

XXVII - degravação;

*XXVIII - **transportes**;*

XXIX - tratamento de animais;

XXX - visitação domiciliar e comunitária para execução de atividades relacionadas a programas e projetos públicos, em áreas urbanas ou rurais;

XXXI - monitoria de inclusão e acessibilidade; e

XXXII - certificação de produtos e serviços, respeitado o contido no art. 3º, § 2º do Decreto nº 9.507, de 2018.

Parágrafo único. Outras atividades que não estejam contempladas na presente lista poderão ser passíveis de execução indireta, desde que atendidas as vedações constantes no Decreto nº 9.507, de 2018.

Art. 2º - Cabe ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão expedir normas complementares ao cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 3º - Fica revogada a Portaria nº 409, de 21 de dezembro de 2016." (grifou e destacou-se)

8. A Portaria 443/2018, do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, acima reproduzida, complementa o disposto no Decreto nº 9.507/2018, trazendo o rol das atividades passíveis de serem executadas por via indireta, inclusive outras atividades que não estejam nela relacionadas, desde que atendidas às vedações contidas no referido Decreto.

9. Desse modo, o ordenamento jurídico deve fornecer as diretrizes para a instrução do procedimento e a elaboração do edital de licitação e do contrato pertinente à execução de obras e serviços, com destaque inicial para o disposto no Decreto e na Portaria citados anteriormente, que, ao disporem sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, esclarecem sobre as atividades passíveis de execução indireta; a vedação da contratação por parte da Administração Pública de pessoa jurídica em que tenha administrador ou sócio, com poder diretivo e que tenham parentesco entre si e as autoridades públicas;**a contratação deve ser antecedidas de planejamento; o objeto deverá conter a sua definição de forma precisa no edital, no projeto básico ou no termo de referência, bem assim, no contrato como, exclusivamente, de prestação de serviços; a** vedação de inclusão no **Edital** de itens que admitem a indexação de preços por índices gerais, nos casos de alocação de mão de obra; a caracterização do objeto como mão de obra; a previsão de reembolso de salário pela Administração contratante; a vedação quanto a pessoalidade e subordinação direta dos empregados da contratada aos gestores da Administração contratante; obrigatoriedade de constar no **Contrato** cláusulas que é exclusiva responsabilidade da contratada a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do ajuste assinado pelas partes; a obrigação da contratada de indicar o seu preposto para representá-la na execução do ajuste; fixação no acordo de que o pagamento mensal, por parte da contratante, somente acontecerá depois que a contratada comprovar a quitação das obrigações trabalhistas, previdenciária, depósito do FGTS, relativamente aos empregados que tenham compartilhado do implemento dos serviços ajustados; consignar a possibilidade de rescisão unilateral do contrato pela contratante e aplicação das sanções pertinentes, caso ocorra o não pagamento ou cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciária, depósito do FGTS; a previsão de que os valores próprios ao pagamento de férias, décimo terceiro salário, e verbas rescisórias dos trabalhadores da contratada que tiveram participação da execução dos serviços ajustados somente serão depositados na ocorrência do fato gerador em conta vinculada específica aberta em nome da contratada e com movimentação autorizada pela contratante; exigência da prestação de garantia, inclusive para o pagamento de rubricas de natureza trabalhista, previdenciária e FGTS, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, limitada ao equivalente a 2 (meses) do custo da folha de pagamento dos empregados da contratada, que participem da execução dos serviços ajustados, com prazo de validade de até 90 (noventa) dias, contados do encerramento do contrato, além da verificação pela contratante do efetivo cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciária e FGTS alusivas ao trabalhadores da contratada, mormente ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado, décimo terceiro salário, concessão de férias remuneradas e respectivo adicional, bem assim do auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido e depósitos do FGTS; e ao pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato; registrar, ainda, em cláusula própria que não sendo ofertada a documentação comprobatória do cumprimento desta obrigações a contratante cientificará o fato à contratada e fará a retenção do pagamento da fatura mensal, em quantia proporcional ao inadimplemento, até que seja regularizada a situação, acrescido de que não havendo a regularização pela contratada, a contratante, no prazo de 15 (quinze) dias, na presença

do Sindicato da categoria do trabalhador, fará o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada, que tenham participação na execução dos serviços, não configurando, caso ocorra tal pagamento, vínculo empregatício ou assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da contratada; ainda, exigir a apresentação pela contratada do quantitativo de empregados vinculados à execução do objeto, assim como, os respectivos salários, mais, o cumprimento das obrigações contidas em acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalentes das respectivas categorias, a relação de benefícios que conterá, no mínimo, o auxílio-transporte e o auxílio-alimentação, quando esses foram concedidos pela contratante, com exceção do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou nos resultados da empresa contratada, matéria trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei e preços para os insumos necessários ao exercício da atividade contratada; e, finalmente, a previsão da repactuação, do reajuste e da fiscalização do contrato.

10. A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações processadas posteriormente, que regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, instituindo normas para licitações e contratos da Administração Pública, aplicada subsidiariamente ao pregão eletrônico, estabelece, *in verbis*:

> *"Art. 7º - (omissis.)*
>
> *.....*
>
> *§ 2º - As obras e serviços somente poderão ser licitados quando:*
>
> *I - houver projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório;*
>
> *II - existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;*
>
> *III - houver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;*
>
> *IV - o produto dela esperado estiver contemplado nas metas estabelecidas no Plano Plurianual de que trata o art. 165 da Constituição Federal, quando for o caso;*
>
> *.....*
>
> *§ 4º - É vedada, ainda, a inclusão, no objeto da licitação, de fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades ou cujos quantitativos não correspondam às previsões reais do projeto básico ou executivo.*
>
> *§ 5º - É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.*
>
> *§ 6º - A infringência do disposto neste artigo implica a nulidade dos atos ou contratos realizados e a responsabilidade de quem lhes tenha dado causa;*
>
> *.....*
>
> *Art. 8º - A execução das obras e dos serviços deve programar-se, sempre, em sua totalidade, previstos seus custos atual e final e considerados os prazos de sua execução.*
>
> *Parágrafo único - É proibido o retardamento imotivado da execução de obra ou serviço, ou de suas parcelas, se existente previsão orçamentária para sua execução total, salvo insuficiência financeira ou comprovado motivo de ordem técnica, justificados em despacho circunstanciado da autoridade a que se refere o art. 26 desta Lei;*
>
> *.....*
>
> *Art. 11 - As obras e serviços destinados aos mesmos fins terão projetos padronizados por tipos, categorias ou classes, exceto quando o projeto-padrão não atender às condições peculiares do local ou às exigências específicas do empreendimento;*
>
> *Art. 12 – Nos projetos básicos e projetos executivos de obras e serviços serão considerados principalmente os seguintes requisitos:*
>
> *I – segurança;*
>
> *II – funcionalidade e adequação ao interesse público;*
>
> *III – economia na execução, conservação e operação;*
>
> *IV – possibilidade de emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologia e matérias-primas existentes no local para execução, conservação e operação;*

V – facilidade na execução, conservação e operação, sem prejuízo da durabilidade da obra ou do serviço;

VI – adoção das normas técnicas, de saúde e de segurança do trabalho adequadas;

VII – impacto ambiental;

.....

Art. 23 - As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

.....

§ 1º - As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

§ 2º - Na execução de obras e serviços e nas compras de bens, parceladas nos termos do parágrafo anterior, a cada etapa ou conjunto de etapas da obra, serviço ou compra, há de corresponder licitação distinta, preservada a modalidade pertinente para a execução do objeto em licitação;

.....

Art. 27 - Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

I - habilitação jurídica;

II - qualificação técnica;

III - qualificação econômico-financeira;

IV – regularidade fiscal e trabalhista;

V - cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

.....

Art. 40 - O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

I - objeto da licitação, em descrição sucinta e clara;

II - prazo e condições para assinatura do contrato ou retirada dos instrumentos, como previsto no art. 64 desta Lei, para execução do contrato e para entrega do objeto da licitação;

III - sanções para o caso de inadimplemento;

IV - local onde poderá ser examinado e adquirido o projeto básico;

V - se há projeto executivo disponível na data da publicação do edital de licitação e o local onde possa ser examinado e adquirido;

VI - condições para participação na licitação, em conformidade com os artigos 27 a 31 desta Lei, e forma de apresentação das propostas;

VII - critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos;

VIII - locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação à distância em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto;

IX - condições equivalentes de pagamento entre empresas brasileiras e estrangeiras, no caso de licitações internacionais;

X - o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48;

XI - critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela;

(...)

XIII - limites para pagamento de instalação e mobilização para execução de obras ou serviços que serão obrigatoriamente previstos em separado das demais parcelas, etapas ou tarefas;

XIV - condições de pagamento, prevendo:

a) prazo de pagamento, não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela;

b) cronograma de desembolso máximo por período, em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros;

c) critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento;

d) compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos;

e) exigência de seguros, quando for o caso;

XV - instruções e normas para os recursos previstos nesta Lei;

XVI - condições de recebimento do objeto da licitação;

XVII - outras indicações específicas ou peculiares da licitação.

§ 1º - O original do edital deverá ser datado, rubricado em todas as folhas e assinado pela autoridade que o expedir, permanecendo no processo de licitação, e dele extraindo-se cópias integrais ou resumidas, para sua divulgação e fornecimento aos interessados.

§ 2º - Constituem anexos do edital, dele fazendo parte integrante:

I - o projeto básico e/ou executivo, com todas as suas partes, desenhos, especificações e outros complementos;

II - orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários;

III - a minuta do contrato a ser firmado entre a Administração e o licitante vencedor;

IV - as especificações complementares e as normas de execução pertinentes à licitação.

§ 3º - Para efeito do disposto nesta Lei, considera-se como adimplemento da obrigação contratual a prestação do serviço, a realização da obra, a entrega do bem ou de parcela deste, bem como qualquer outro evento contratual a cuja ocorrência esteja vinculada a emissão de documento de cobrança;

.....

Art. 54 - Os contratos administrativos de que trata esta Lei regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

§ 1º Os contratos devem estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vinculam;

.....

Art. 55 - São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;

V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;

VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;

VIII - os casos de rescisão;

IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;

X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;

XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

.....

§ 2º Nos contratos celebrados pela Administração Pública com pessoas físicas ou jurídicas, inclusive aquelas domiciliadas no estrangeiro, deverá constar necessariamente cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir qualquer questão contratual, salvo o disposto no § 6º do art. 32 desta Lei;

.....

Art. 56 - A critério da autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.

.....

§ 2º - A garantia a que se refere o caput deste artigo não excederá a cinco por cento do valor do contrato e terá seu valor atualizado nas mesmas condições daquele, ressalvado o previsto no parágrafo 3º deste artigo.

.....

Art. 61 – Todo contrato deve mencionar os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo da licitação, da dispensa ou da inexigibilidade, a sujeição dos contratantes às normas desta Lei e às cláusulas contratuais;

.....

Art. 62 - O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

§ 1º A minuta do futuro contrato integrará sempre o edital ou ato convocatório da licitação.

§ 2º Em "carta contrato", "nota de empenho de despesa", "autorização de compra", "ordem de execução de serviço" ou outros instrumentos hábeis aplica-se, no que couber, o disposto no art. 55 desta Lei.

.....

§ 4º É dispensável o "termo de contrato" e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica;

.....

Art. 69 - O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

.....

Art. 86 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.

§ 1º - A multa a que alude este artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas nesta Lei.

§ 2º - A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado.

§ 3º - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos

eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;

Art. 87 - Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

§ 1º - Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

§ 2º - As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3º - A sanção estabelecida no inciso IV deste artigo é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação;

Art. 88 - As sanções previstas nos incisos III e IV do artigo anterior poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados."

11. Como afirmado anteriormente, a Lei nº 8.666/1993, que incide, subsidiariamente, na modalidade pregão, inclusive eletrônico, estabelece a sequência das etapas a serem seguidas (artigo 7º, incisos I a III, e § 1º); a proibição da participação, direta ou indiretamente, na licitação (artigo 9º); as formas de execução das obras e serviços (artigo 6º, inciso VIII, e artigo 10); o fornecimento de todos os elementos e informações necessários para os licitantes quando for adotada a modalidade de execução de empreitada por preço global (artigo 47); e a revogação e a nulidade da licitação (artigo 49)

12. A mencionada norma de regência enseja também a verificação de questões relevantes como: as exigências para a licitação consistente na existência de projeto básico aprovado e na de orçamento detalhado em planilhas, com a composição de todos os seus custos unitários, na previsão de recursos orçamentários, e, quando for o caso, na contemplação do produto nas metas estabelecidas no Plano Plurianual; a impossibilidade de fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades ou cujos quantitativos não correspondam às previsões reais do projeto básico ou executivo; a vedação à inclusão de bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo justificativa técnica; a programação da execução das obras e dos serviços sempre em sua totalidade; as condições para a padronização de projetos de obras e serviços; os requisitos do projeto básico; a divisão das obras, serviços e compras em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis; a documentação exigível para habilitação; dados do preâmbulo, indicações obrigatórias e anexos (projeto básico e/ou executivo, com todas as suas partes, desenhos, especificações e outros complementos; orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários; minuta do contrato; e especificações complementares e normas de execução pertinente à licitação); cláusulas necessárias e situações de dispensa do instrumento de contrato; dever de o contratado reparar os vícios verificados dentro do prazo de garantia; e sanções aplicáveis na inexecução total ou parcial do contrato.

13. Literalmente, dispõe o Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, *in verbis*:

"Art. 1º - Este Decreto regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma

eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

§ 1º - A utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, pelos órgãos da administração pública federal direta, pelas autarquias, pelas fundações e pelos fundos especiais é obrigatória.

.....

§ 3º - Para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns pelos entes federativos, com a utilização de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, a utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, ou da dispensa eletrônica será obrigatória, exceto nos casos em que a lei ou a regulamentação específica que dispuser sobre a modalidade de transferência discipline de forma diversa as contratações com os recursos do repasse.

*§ 4º - Será admitida, excepcionalmente, mediante prévia justificativa da autoridade competente, a utilização da forma de pregão presencial nas licitações de que trata o **caput** ou a não adoção do sistema de dispensa eletrônica, desde que fique comprovada a inviabilidade técnica ou a desvantagem para a administração na realização da forma eletrônica.*

Art. 2º - O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.

§ 1º - O princípio do desenvolvimento sustentável será observado nas etapas do processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades.

§ 2º - As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

Art. 3º - Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I - aviso do edital - documento que contém:

a) a definição precisa, suficiente e clara do objeto;

b) a indicação dos locais, das datas e dos horários em que poderá ser lido ou obtido o edital; e

c) o endereço eletrônico no qual ocorrerá a sessão pública com a data e o horário de sua realização;

II - bens e serviços comuns - bens cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado;

III - bens e serviços especiais - bens que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade técnica, não podem ser considerados bens e serviços comuns, nos termos do inciso II;

IV - estudo técnico preliminar - documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, que caracteriza o interesse público envolvido e a melhor solução ao problema a ser resolvido e que, na hipótese de conclusão pela viabilidade da contratação, fundamenta o termo de referência;

V - lances intermediários - lances iguais ou superiores ao menor já ofertado, porém inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante;

VI - obra - construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação de bem imóvel, realizada por execução direta ou indireta;

VII - serviço - atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse da administração pública;

VIII - serviço comum de engenharia - atividade ou conjunto de atividades que necessitam da participação e do acompanhamento de profissional engenheiro habilitado, nos termos do disposto na Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pela administração pública, mediante especificações usuais de mercado;

IX - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf - ferramenta informatizada, integrante da plataforma do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - Siasg, disponibilizada pelo Ministério da Economia, para cadastramento dos órgãos e das entidades da administração pública, das empresas públicas e dos participantes de procedimentos de licitação, dispensa ou inexigibilidade promovidos pelos órgãos e pelas entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - Sisg;

X - sistema de dispensa eletrônica - ferramenta informatizada, integrante da plataforma do Siasg, disponibilizada pelo Ministério da Economia, para a realização dos processos de contratação direta de bens e serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia; e

XI - termo de referência - documento elaborado com base nos estudos técnicos preliminares, que deverá conter:

a) os elementos que embasam a avaliação do custo pela administração pública, a partir dos padrões de desempenho e qualidade estabelecidos e das condições de entrega do objeto, com as seguintes informações:

1. a definição do objeto contratual e dos métodos para a sua execução, vedadas especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, que limitem ou frustrem a competição ou a realização do certame;

2. o valor estimado do objeto da licitação demonstrado em planilhas, de acordo com o preço de mercado; e

3. o cronograma físico-financeiro, se necessário;

b) o critério de aceitação do objeto;

c) os deveres do contratado e do contratante;

d) a relação dos documentos essenciais à verificação da qualificação técnica e econômico-financeira, se necessária;

e) os procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato ou da ata de registro de preços;

f) o prazo para execução do contrato; e

g) as sanções previstas de forma objetiva, suficiente e clara.

§ 1º A classificação de bens e serviços como comuns depende de exame predominantemente fático e de natureza técnica.

*§ 2º - Os bens e serviços que envolverem o desenvolvimento de soluções específicas de natureza intelectual, científica e técnica, caso possam ser definidos nos termos do disposto no inciso II do **caput**, serão licitados por pregão, na forma eletrônica*

.....

Art. 6º - A realização do pregão, na forma eletrônica, observará as seguintes etapas sucessivas:

I - planejamento da contratação;

II - publicação do aviso de edital;

III - apresentação de propostas e de documentos de habilitação;

IV – abertura da sessão pública e envio de lances, ou fase competitiva;

V - julgamento;

VI - habilitação;

VII - recursal;

VIII - adjudicação; e

IX - homologação.

Art. 7º - Os critérios de julgamento empregados na seleção da proposta mais vantajosa para a administração serão os de menor preço ou maior desconto, conforme dispuser o edital.

Parágrafo único. Serão fixados critérios objetivos para definição do melhor preço, considerados os prazos para a execução do contrato e do fornecimento, as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade, as diretrizes do plano de gestão de logística sustentável e as demais condições estabelecidas no edital.

Art. 8º - O processo relativo ao pregão, na forma eletrônica, será instruído com os seguintes documentos, no mínimo:

I - estudo técnico preliminar, quando necessário;

II - termo de referência;

III - planilha estimativa de despesa;

IV - previsão dos recursos orçamentários necessários, com a indicação das rubricas, exceto na hipótese de pregão para registro de preços;

V - autorização de abertura da licitação;

VI - designação do pregoeiro e da equipe de apoio;

VII - edital e respectivos anexos;

VIII - minuta do termo do contrato, ou instrumento equivalente, ou minuta da ata de registro de preços, conforme o caso;

IX - parecer jurídico;

X - documentação exigida e apresentada para a habilitação;

XI- proposta de preços do licitante;

XII - ata da sessão pública, que conterá os seguintes registros, entre outros:

a) os licitantes participantes;

b) as propostas apresentadas;

c) os avisos, os esclarecimentos e as impugnações;

d) os lances ofertados, na ordem de classificação;

e) a suspensão e o reinício da sessão, se for o caso;

f) a aceitabilidade da proposta de preço;

g) a habilitação;

h) a decisão sobre o saneamento de erros ou falhas na proposta ou na documentação;

i) os recursos interpostos, as respectivas análises e as decisões; e

j) o resultado da licitação;

XIII - comprovantes das publicações:

a) do aviso do edital;

b) do extrato do contrato; e

c) dos demais atos cuja publicidade seja exigida; e

XIV - ato de homologação.

§ 1º - A instrução do processo licitatório poderá ser realizada por meio de sistema eletrônico, de modo que os atos e os documentos de que trata este artigo, constantes dos arquivos e registros digitais, serão válidos para todos os efeitos legais, inclusive para comprovação e prestação de contas.

§ 2º - A ata da sessão pública será disponibilizada na internet imediatamente após o seu encerramento, para acesso livre

.....

Art. 14 - No planejamento do pregão, na forma eletrônica, será observado o seguinte:

I - elaboração do estudo técnico preliminar e do termo de referência;

II - aprovação do estudo técnico preliminar e do termo de referência pela autoridade competente ou por quem esta delegar;

III - elaboração do edital, que estabelecerá os critérios de julgamento e a aceitação das propostas, o modo de disputa e, quando necessário, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

IV - definição das exigências de habilitação, das sanções aplicáveis, dos prazos e das condições que, pelas suas particularidades, sejam consideradas relevantes para a celebração e a execução do contrato e o atendimento das necessidades da administração pública; e

V - designação do pregoeiro e de sua equipe de apoio

.....

Art. 23 - Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma do edital.

§ 1º - O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

§ 2º - As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

Art. 24 - Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§ 1º - A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

§ 2º - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

§ 3º - Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

Art. 25. - O prazo fixado para a apresentação das propostas e dos documentos de habilitação não será inferior a oito dias úteis, contado da data de publicação do aviso do edital.

Art. 26 - Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

*§ 1º - A etapa de que trata o **caput** será encerrada com a abertura da sessão pública.*

§ 2º - Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do Sicaf e de sistemas semelhantes mantidos pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, quando a licitação for realizada por esses entes federativos, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

*§ 3º - O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no edital, nos termos do disposto no **caput**, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.*

§ 4º - O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

§ 5º - A falsidade da declaração de que trata o § 4º sujeitará o licitante às sanções previstas neste Decreto.

§ 6º - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

*§ 7º - Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, observado o disposto no **caput**, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de que trata o Capítulo IX.*

§ 8º - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

§ 9º - Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de que trata o § 2º do art. 38.

.....

Art. 28 - O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

Parágrafo único. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

.....

Art. 38 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

§ 1º - A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos

demais licitantes.

§ 2º - O instrumento convocatório deverá estabelecer prazo de, no mínimo, duas horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o ***caput****.*

Art. 39 - Encerrada a etapa de negociação de que trata o art. 38, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26, e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital, observado o disposto no Capítulo X.

Art. 40 - ***Para habilitação dos licitantes, será exigida, exclusivamente, a documentação relativa****:*

I - ***à habilitação jurídica****;*

II - ***à qualificação técnica****;*

III - ***à qualificação econômico-financeira****;*

IV - ***à regularidade fiscal e trabalhista****;*

V - ***à regularidade fiscal perante as Fazendas Públicas estaduais, distrital e municipais, quando necessário****; e*

VI - ***ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição e no inciso XVIII do caput do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993****.*

Parágrafo único. ***A documentação exigida para atender ao disposto nos incisos I, III, IV e V do caput poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf e em sistemas semelhantes mantidos pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, quando a licitação for realizada por esses entes federativos****.*

Art. 42 - Quando permitida a participação de consórcio de empresas, serão exigidas:

I - a comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, com indicação da empresa líder, que atenderá às condições de liderança estabelecidas no edital e representará as consorciadas perante a União;

II - a apresentação da documentação de habilitação especificada no edital por empresa consorciada;

III - a comprovação da capacidade técnica do consórcio pelo somatório dos quantitativos de cada empresa consorciada, na forma estabelecida no edital;

IV - a demonstração, por cada empresa consorciada, do atendimento aos índices contábeis definidos no edital, para fins de qualificação econômico-financeira;

V - a responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelas obrigações do consórcio, nas etapas da licitação e durante a vigência do contrato;

VI - a obrigatoriedade de liderança por empresa brasileira no consórcio formado por empresas brasileiras e estrangeiras, observado o disposto no inciso I; e

VII - a constituição e o registro do consórcio antes da celebração do contrato.

Parágrafo único. Fica vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, por meio de mais de um consórcio ou isoladamente.

Art. 43 - A habilitação dos licitantes será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos, quando os procedimentos licitatórios forem realizados por órgãos ou entidades integrantes do Sisg ou por aqueles que aderirem ao Sicaf.

§ 1º - Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados nos termos do disposto no art. 26.

§ 2º - Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo definido no edital, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, observado o prazo disposto no § 2º do art. 38.

§ 3º - A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

§ 4º - Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às

exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

§ 5º - Na hipótese de contratação de serviços comuns em que a legislação ou o edital exija apresentação de planilha de composição de preços, esta deverá ser encaminhada exclusivamente via sistema, no prazo fixado no edital, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.

§ 6º - No pregão, na forma eletrônica, realizado para o sistema de registro de preços, quando a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, poderá ser convocada a quantidade de licitantes necessária para alcançar o total estimado, respeitada a ordem de classificação, observado o preço da proposta vencedora, precedida de posterior habilitação, nos termos do disposto no Capítulo X.

§ 7º - A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte será exigida nos termos do disposto no art. 4º do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015.

§ 8º - Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor.

Art. 44 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

*§ 1º - As razões do recurso de que trata o **caput** deverão ser apresentadas no prazo de três dias.*

§ 2º - Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

*§ 3º - A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no **caput**, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.*

§ 4º - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

*Art. 45 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório, nos termos do disposto no inciso V do **caput** do art. 13.*

*Art. 46 - Na ausência de recurso, caberá ao pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação, nos termos do disposto no inciso IX do **caput** do art. 17.*

Art. 47 - O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

*Parágrafo único. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o **caput**, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.*

Art. 48 - Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo estabelecido no edital.

§ 1º - Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

§ 2º - Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços, sem

prejuízo da aplicação das sanções de que trata o art. 49.

§ 3º - O prazo de validade das propostas será de sessenta dias, permitida a fixação de prazo diverso no edital.

Art. 49 - Ficará impedido de licitar e de contratar com a União e será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

I - não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;

II - não entregar a documentação exigida no edital;

III - apresentar documentação falsa;

IV - causar o atraso na execução do objeto;

V - não mantiver a proposta;

VI - falhar na execução do contrato;

VII - fraudar a execução do contrato;

VIII - comportar-se de modo inidôneo;

IX - declarar informações falsas; e

X - cometer fraude fiscal.

*§ 1º - As sanções descritas no **caput** também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.*

§ 2º - As sanções serão registradas e publicadas no Sicaf.

Art. 50 - A autoridade competente para homologar o procedimento licitatório de que trata este Decreto poderá revogá-lo somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.

Parágrafo único. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé ao ressarcimento dos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato."

14. Observa-se que a norma regulamentadora do pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, inclusive os serviços comuns de engenharia, além de estabelecer o direito à impugnação do edital de licitação e ao pedido de esclarecimentos, bem como o rito a ser seguido entre a divulgação do edital de licitação no endereço eletrônico, a assinatura do contrato ou da ata de registro de preços e a revogação e anulação do procedimento licitatório enseja, também, a averiguação de questões relevantes, como a adoção do tipo menor preço, amoldada às margens de preferência determinadas em norma vigente (Lei nº 8.666/1993, artigo 3º, §§ 5º e seguintes); a definição dos bens e serviços comuns; os critérios objetivos e fatores a considerar no julgamento das propostas; as medidas relativas à fase preparatória, inclusive o estudo técnico preliminar, esteio para a elaboração do termo de referência e seus elementos, e a designação do pregoeiro e da equipe de apoio; a documentação necessária para a habilitação; a faculdade de saneamento de erros ou falhas no julgamento da habilitação e das propostas; de prazo de validade das propostas; das penalidades aplicáveis; e previsão de recursos orçamentários.

15. O Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, com alterações introduzidas pelo Decreto nº 10.273, de 13 de março de 2020, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal, dispõe, *in verbis*:

"Art. 3º - Na habilitação em licitações para o fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais, não será exigida da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social.

Art. 4º - A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

§ 1º - Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal quando da

comprovação de que trata o caput, será assegurado prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

§ 2º - Para aplicação do disposto no § 1º, o prazo para regularização fiscal será contado a partir:

I - da divulgação do resultado da fase de habilitação, na licitação na modalidade pregão e nas regidas pelo Regime Diferenciado de Contratações Públicas sem inversão de fases; ou

II - da divulgação do resultado do julgamento das propostas, nas modalidades de licitação previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nas regidas pelo Regime Diferenciado de Contratações Públicas com a inversão de fases.

§ 3º - A prorrogação do prazo previsto no § 1º poderá ser concedida, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

§ 4º - A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal de que tratam os §§ 1º e 3º.

§ 5º - A não regularização da documentação no prazo previsto nos §§ 1º e 3º implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, sendo facultado à administração pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

Art. 5º - Nas licitações, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 1º- Entende-se haver empate quando as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até dez por cento superiores ao menor preço, ressalvado o disposto no § 2º.

§ 2º - Na modalidade de pregão, entende-se haver empate quando as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até cinco por cento superiores ao menor preço.

§ 3º - O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta válida não houver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

§ 4º - A preferência de que trata o caput será concedida da seguinte forma:

I - ocorrendo o empate, a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;

II - não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito; e

III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

§ 5º - Não se aplica o sorteio a que se refere o inciso III do § 4º quando, por sua natureza, o procedimento não admitir o empate real, como acontece na fase de lances do pregão, em que os lances equivalentes não são considerados iguais, sendo classificados de acordo com a ordem de apresentação pelos licitantes.

§ 6º - No caso do pregão, após o encerramento dos lances, a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de cinco minutos por item em situação de empate, sob pena de preclusão.

§ 7º - Nas demais modalidades de licitação, o prazo para os licitantes apresentarem nova proposta será estabelecido pelo órgão ou pela entidade contratante e estará previsto no instrumento convocatório.

§ 8º - Nas licitações do tipo técnica e preço, o empate será aferido levando em consideração o resultado da ponderação entre a técnica e o preço na proposta apresentada pelos licitantes, sendo facultada à microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada a possibilidade de apresentar proposta de preço inferior, nos termos do regulamento.

§ 9º - Conforme disposto nos §§ 14 e 15 do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, o critério de

desempate previsto neste artigo observará as seguintes regras:

I - quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento;

II - nas contratações de bens e serviços de informática e automação, nos termos da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, as microempresas e as empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.714, de 12 de maio de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação; e

III - quando aplicada a margem de preferência a que se refere o Decreto nº 7.546, de 2 de agosto de 2011, não se aplicará o desempate previsto no Decreto nº 7.174, de 2010.

Art. 6º - Os órgãos e as entidades contratantes deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens ou lotes de licitação cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

.....

Art. 8º - Nas licitações para a aquisição de bens de natureza divisível, e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou o complexo do objeto, os órgãos e as entidades contratantes deverão reservar cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 1º - O disposto neste artigo não impede a contratação das microempresas ou das empresas de pequeno porte na totalidade do objeto.

§ 2º - O instrumento convocatório deverá prever que, na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

§ 3º -Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

§ 4º - Nas licitações por Sistema de Registro de Preço ou por entregas parceladas, o instrumento convocatório deverá prever a prioridade de aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.

§ 5º - Não se aplica o benefício disposto neste artigo quando os itens ou os lotes de licitação possuírem valor estimado de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), tendo em vista a aplicação da licitação exclusiva prevista no art. 6º.

Art. 9º - Para aplicação dos benefícios previstos nos arts. 6º a 8º:

I - será considerado, para efeitos dos limites de valor estabelecidos, cada item separadamente ou, nas licitações por preço global, o valor estimado para o grupo ou o lote da licitação que deve ser considerado como um único item; e

II - poderá ser concedida, justificadamente, prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de dez por cento do melhor preço válido, nos seguintes termos:

a) aplica-se o disposto neste inciso nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até dez por cento superiores ao menor preço;

b) a microempresa ou a empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;

c) na hipótese da não contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente com base na alínea "b", serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação da alínea "a", na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

d) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

e) nas licitações a que se refere o art. 8º, a prioridade será aplicada apenas na cota reservada

para contratação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte;

f) nas licitações com exigência de subcontratação, a prioridade de contratação prevista neste inciso somente será aplicada se o licitante for microempresa ou empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente ou for um consórcio ou uma sociedade de propósito específico formada exclusivamente por microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente;

g) quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência para produto nacional em relação ao produto estrangeiro previstas no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, a prioridade de contratação prevista neste artigo será aplicada exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, de acordo com os Decretos de aplicação das margens de preferência, observado o limite de vinte e cinco por cento estabelecido pela Lei nº 8.666, de 1993; e

h) a aplicação do benefício previsto neste inciso e do percentual da prioridade adotado, limitado a dez por cento, deverá ser motivada, nos termos dos arts. 47 e 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Art. 10 - Não se aplica o disposto nos art. 6º ao art. 8º quando:

I - não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;

III - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de1993, excetuadas as dispensas tratadas pelos incisos I e II do caput do referido art. 24, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente por microempresas e empresas de pequeno porte, observados, no que couber, os incisos I, II e IV do caput deste artigo; ou

IV - o tratamento diferenciado e simplificado não for capaz de alcançar, justificadamente, pelo menos um dos objetivos previstos no art. 1º.

Parágrafo único - Para o disposto no inciso II do caput, considera-se não vantajosa a contratação quando:

I - resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência; ou

II - a natureza do bem, serviço ou obra for incompatível com a aplicação dos benefícios.

Art. 11 - Os critérios de tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte deverão estar expressamente previstos no instrumento convocatório.

.....

Art. 13 - Para fins do disposto neste Decreto, o enquadramento como:

I - microempresa ou empresa de pequeno porte se dará nos termos do art. 3º, caput, incisos I e II, e § 4º da Lei Complementar nº 123, de 2006;

II - agricultor familiar se dará nos termos da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006;

III - produtor rural pessoa física se dará nos termos da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

IV - microempreendedor individual se dará nos termos do § 1º do art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 2006; e

V - sociedade cooperativa se dará nos termos do art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e do art. 4º da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

§ 1º - O licitante é responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, no ano fiscal anterior, sob pena de ser declarado inidôneo para licitar e contratar com a administração pública, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos neste Decreto.

§ 2º - Deverá ser exigida do licitante a ser beneficiado a declaração, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, estando apto a usufruir do tratamento

favorecido estabelecido nos art. 42 ao art. 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Art. 13-A. O disposto neste Decreto se aplica aos consórcios formados exclusivamente por microempresas e empresas de pequeno porte, desde que a soma das receitas brutas anuais não ultrapassem o limite previsto no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006."

16. Pelo texto legal acima reproduzido, a questão do tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública Federal, também merece abordagem pela repercussão: **a**) na habilitação; **b**) no julgamento das propostas; **c**) na participação exclusiva ou não das microempresas e empresas de pequeno porte; **d**) na reserva de cota quando da aquisição de bens de natureza divisível para as microempresas e empresas de pequeno porte, quando for o caso; **e**) no afastamento da participação exclusiva e da reserva de cota, quando for o caso; e **f**) na responsabilidade do licitante em solicitar seu desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte.

17. Por seu turno, a Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e seus anexos, publicada na página 90, da seção 1, do Diário Oficial da União de 26 de maio de 2017, bastantes explicativos, que dispõem sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional disciplinam, *in verbis***:**

"Art. 3º - O objeto da licitação será definido como prestação de serviços, sendo vedada a caracterização exclusiva do objeto como fornecimento de mão de obra.

Art. 4º - A prestação de serviços de que trata esta Instrução Normativa não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Art. 5º - É vedado à Administração ou aos seus servidores praticar atos de ingerência na administração da contratada, a exemplo de:

I - possibilitar ou dar causa a atos de subordinação, vinculação hierárquica, prestação de contas, aplicação de sanção e supervisão direta sobre os empregados da contratada;

II - exercer o poder de mando sobre os empregados da contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr a notificação direta para a execução das tarefas previamente descritas no contrato de prestação de serviços para a função específica, tais como nos serviços de recepção, apoio administrativo ou ao usuário;

III - direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;

IV - promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

V - considerar os trabalhadores da contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens;

VI - definir o valor da remuneração dos trabalhadores da empresa contratada para prestar os serviços, salvo nos casos específicos em que se necessitam de profissionais com habilitação/experiência superior à daqueles que, no mercado, são remunerados pelo piso salarial da categoria, desde que justificadamente; e

VII - conceder aos trabalhadores da contratada direitos típicos de servidores públicos, tais como recesso, ponto facultativo, dentre outros.

Art. 6º - A Administração não se vincula às disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

Parágrafo único - É vedado ao órgão e entidade vincular-se às disposições previstas nos Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.

Art. 7º - Nos termos da legislação, serão objeto de execução indireta as atividades previstas

em Decreto que regulamenta a matéria.

§ 1º - A Administração poderá contratar, mediante terceirização, as atividades dos cargos extintos ou em extinção, tais como os elencados na Lei nº 9.632, de 7 de maio de 1998.

§ 2º - As funções elencadas nas contratações de prestação de serviços deverão observar a nomenclatura estabelecida na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), do Ministério do Trabalho, ou outra que vier a substituí-la.

Art. 8º - Poderá ser admitida a contratação de serviço de apoio administrativo, considerando o disposto no inciso IV do art. 9º desta Instrução Normativa, com a descrição no contrato de prestação de serviços para cada função específica das tarefas principais e essenciais a serem executadas, admitindo-se pela Administração, em relação à pessoa encarregada da função, a notificação direta para a execução das tarefas.

Art. 9º - Não serão objeto de execução indireta na Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional:

I - atividades que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle; II - as atividades consideradas estratégicas para o órgão ou entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;

III - as funções relacionadas ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e

IV - as atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

Parágrafo único - As atividades auxiliares, instrumentais ou acessórias às funções e atividades definidas nos incisos do caput podem ser executadas de forma indireta, sendo vedada a transferência de responsabilidade para realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.

.....

Art. 14 - Os serviços considerados comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo ato convocatório, por meio de especificações usuais do mercado.

Parágrafo único - Independentemente de sua complexidade, os serviços podem ser enquadrados na condição de serviços comuns, desde que atendam aos requisitos dispostos no caput deste artigo.

Art. 15 - Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

Parágrafo único - A contratação de serviços prestados de forma contínua deverá observar os prazos previstos no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 16 - Os serviços considerados não continuados ou contratados por escopo são aqueles que impõem aos contratados o dever de realizar a prestação de um serviço específico em um período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, observadas as hipóteses previstas no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 17 - Os serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra são aqueles em que o modelo de execução contratual exija, dentre outros requisitos, que:

I - os empregados da contratada fiquem à disposição nas dependências da contratante para a prestação dos serviços;

II - a contratada não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos; e

III - a contratada possibilite a fiscalização pela contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos.

Parágrafo único - Os serviços de que trata o caput poderão ser prestados fora das dependências do órgão ou entidade, desde que não seja nas dependências da contratada e

presentes os requisitos dos incisos II e III.

Art. 18 - Para as contratações de que trata o art. 17, o procedimento sobre Gerenciamento de Riscos, conforme especificado nos arts. 25 e 26, obrigatoriamente contemplará o risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS da contratada.

§ 1º - Para o tratamento dos riscos previstos no caput, poderão ser adotados os seguintes controles internos:

I - Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação, conforme disposto em Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; ou

II - Pagamento pelo Fato Gerador, conforme disposto em Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

§ 2º - A adoção de um dos critérios previstos nos incisos I e II do parágrafo anterior deverá ser justificada com base na avaliação da relação custo-benefício.

§ 3º - Só será admitida a adoção do Pagamento pelo Fato Gerador após a publicação do Caderno de Logística a que faz referência o inciso II do § 1º deste artigo.

§ 4º - s procedimentos de que tratam os incisos do § 1º deste artigo estão disciplinados no item 1 do Anexo VII-B.

.....

Art. 29 - Devem ser utilizados os modelos de minutas padronizados de Termos de Referência e Projetos Básicos da Advocacia-Geral União, observadas as diretrizes dispostas no Anexo V, bem como os Cadernos de Logística expedidos pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, no que couber.

.....

Art. 30 - O Termo de Referência ou Projeto Básico deve conter, no mínimo, o seguinte conteúdo:

.....

X - estimativas detalhadas dos preços, com ampla pesquisa de mercado nos termos da Instrução Normativa nº 5, de 27 de junho de 2014; e

.....

Art. 34 - Os atos convocatórios da licitação e os atos relativos à dispensa ou inexigibilidade de licitação, bem como os contratos deles decorrentes, observarão o disposto nesta Instrução Normativa, além das disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, no Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, e no Decreto nº 2.271, de 1997, e serão adaptados às especificidades de cada contratação.

Art. 35 - Devem ser utilizados os modelos de minutas padronizados de atos convocatórios e contratos da Advocacia-Geral União, observado o disposto no Anexo VII, bem como os Cadernos de Logística expedidos por esta Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, no que couber.

§ 1º - Quando o órgão ou entidade não utilizar os modelos de que trata o caput, ou utilizá-los com alterações, deverá apresentar as devidas justificativas, anexando-as aos autos.

§ 2º - No caso da contratação de prestação de serviços por meio do sistema de credenciamento, deverão ser observadas as diretrizes constantes do item 3 do Anexo VII-B.

Art. 36 - Antes do envio do processo para exame e aprovação da assessoria jurídica nos termos do parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666, de 1993, deve-se realizar uma avaliação da conformidade legal do procedimento administrativo da contratação, preferencialmente com base nas disposições previstas no Anexo I da Orientação Normativa/Seges nº 2, de 6 de junho de 2016, no que couber.

§ 1º - A lista de verificação de que trata o caput deverá ser juntada aos autos do processo, com as devidas adaptações relativas ao momento do seu preenchimento.

.....

ANEXO V

DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO (PB) OU TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

1. São diretrizes gerais para a elaboração do Projeto Básico ou Termo de Referência:

1.1. São vedadas especificações que:

a) por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitam, injustificadamente, a competitividade ou direcionam ou favoreçam a contratação de prestador específico;

b) não representem a real demanda de desempenho do órgão ou entidade, não se admitindo especificações que deixem de agregar valor ao resultado da contratação ou sejam superiores às necessidades do órgão ou entidade;

c) estejam defasadas tecnológica e/ou metodologicamente ou com preços superiores aos de serviços com melhor desempenho.

.....

2. São diretrizes específicas a cada elemento do Termo de Referência ou Projeto Básico:

.....

2.6 Modelo de gestão do contrato e critérios de medição e pagamento:

.....

d) Definir a forma de aferição/medição do serviço para efeito de pagamento com base no resultado, conforme as seguintes diretrizes, no que couber:

d.1. estabelecer a unidade de medida adequada para o tipo de serviço a ser contratado, de forma que permita a mensuração dos resultados para o pagamento da contratada e elimine a possibilidade de remunerar as empresas com base na quantidade de horas de serviço ou por postos de trabalho, observando que:

d.1.1. excepcionalmente poderá ser adotado critério de remuneração da contratada por quantidade de horas de serviço, devendo ser definido o método de cálculo para quantidade, qualificação da mão de obra e tipos de serviços sob demanda, bem como para manutenção preventiva, se for o caso;

d.1.2. excepcionalmente poderá ser adotado critério de remuneração da contratada por postos de trabalho, devendo ser definido o método de cálculo para quantidades e tipos de postos necessários à contratação;

d.1.3. na adoção da unidade de medida por postos de trabalho ou horas de serviço, admite-se a flexibilização da execução da atividade ao longo do horário de expediente, vedando-se a realização de horas extras ou pagamento de adicionais não previstos nem estimados originariamente no ato convocatório.

.....

a) Refinar, se for necessário, a estimativa de preços ou meios de previsão de preços referenciais realizados nos Estudos Preliminares;

b) No caso de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o custo estimado da contratação deve contemplar o valor máximo global e mensal estabelecido em decorrência da identificação dos elementos que compõem o preço dos serviços, definidos da seguinte forma:

b.1. por meio do preenchimento da planilha de custos e formação de preços, observados os custos dos itens referentes ao serviço, podendo ser motivadamente dispensada naquelas contratações em que a natureza do seu objeto torne inviável ou desnecessário o detalhamento dos custos para aferição da exequibilidade dos preços praticados;

*b.2. **por meio de fundamentada pesquisa dos preços praticados no mercado em contratações similares; ou ainda por meio da adoção de valores constantes de indicadores setoriais, tabelas de fabricantes,valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes, se for o caso**; e*

b.3. previsão de regras claras quanto à composição dos custos que impactem no valor global das propostas das licitantes, principalmente no que se refere a regras de depreciação de equipamentos a serem utilizados no serviço

.....

18. Observa-se que, a supracitada Instrução Normativa enaltece o (a) (s): serviços prestados por cooperativas e instituições sem fins lucrativos (arts. 10 a 13); planejamento da contratação consistente nas etapas de estudos preliminares, gerenciamento de riscos e termo de referência ou projeto básico, inclusive com as estimativas

detalhadas dos preços, com ampla pesquisa de mercado nos termos da Instrução Normativa SEGES/MP 73/2020, e com as justificativas para o parcelamento ou não da solução (arts. 20 a 32 e Anexos correspondentes); seleção do fornecedor, encerrada com a publicação do resultado de julgamento após adjudicação e homologação (arts. 33 e 37); formalização e publicação do contrato (art. 38 e Anexo correspondente); gestão do contrato, incluindo atividades de gestão e fiscalização da execução, indicação e designação do gestor e fiscais, acompanhamento e fiscalização, vigência e prorrogação, alteração, repactuação e reajuste de preços, desconformidade da proposta, retenção da garantia e de créditos da contratada, pagamento, sanções e encerramento (arts. 39 a 70 e Anexos correspondentes); obrigação de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, na contratação de serviços de natureza intelectual ou outro serviço com identificação da necessidade (Anexo V, item 2.5, *e*).

19. Ainda, ao mesmo tempo, define o (a) (s): características das terceirizações de serviços, vedadas a exclusividade do objeto como fornecimento de mão de obra, a geração de vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração, a relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta, e a prática pela Administração de atos de ingerência na administração da contratada; desvinculação da Administração às disposições contidas em acordos, convênios ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, bem como obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública; dos serviços passíveis de execução indireta, com a nomenclatura estabelecida no Código Brasileiro de Ocupações - CBO, do Ministério do Trabalho; vedação à contratação de serviços; características dos serviços comuns, prestados de forma contínua ou não contínua, e com dedicação exclusiva de mão de obra, devendo, neste modelo, o gerenciamento de riscos contemplar o risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS da contratada, e adotar um dos mecanismos de controle interno; legislação regente, utilização dos modelos de minuta padronizada de ato convocatório, contrato, termo de referência e projeto básico da Advocacia-Geral da União, e diretrizes gerais e específicas para elaboração do ato convocatório, englobando os mecanismos de controle interno e as exigências vedadas; juntada da lista de verificação da avaliação da conformidade legal, preferencialmente com base nas disposições previstas no Anexo I da Orientação Normativa SEGES/MP 2/2016; especificações vedadas na definição dos serviços a serem contratados; e adoção de unidade de medida que permita a mensuração dos resultados para pagamento da contratada e, excepcionalmente, a adoção dos critérios de remuneração por quantidade de horas de serviço ou por postos de trabalho.

20. A Instrução Normativa nº 73, de 5 de agosto de 2020, do Secretário de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, que revogou expressamente a Instrução Normativa nº 5/2014-SLTI/MPOG, publicada na página 19, da seção 1, do Diário Oficial da União de 6 de agosto de 2020, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional estabelece, *in verbis*:

> *"Art. 1º - Esta Instrução Normativa dispõe sobre o procedimento administrativo para a* ***realização de pesquisa de preços para*** *aquisição de bens* ***e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional****.*
>
> .....
>
> *Art. 2º - Para fins do disposto nesta Instrução Normativa, considera-se:*
>
> *I - preço estimado: valor obtido a partir de método matemático aplicado em série de preços coletados, podendo desconsiderar, na sua formação, os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados;*
>
> *II - preço máximo: valor de limite que a administração se dispõe a pagar por determinado objeto, levando-se em consideração o preço estimado, os aspectos mercadológicos próprios à negociação com o setor público e os recursos orçamentários disponíveis; e*
>
> *III - sobrepreço: preço contratado em valor expressivamente superior aos preços referenciais de mercado.*
>
> *Art. 3º -* ***A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá, no mínimo****:*
>
> *I -* ***identificação do agente responsável pela cotação****;*
>
> *II -* ***caracterização das fontes consultadas****;*
>
> *III -* ***série de preços coletados****;*
>
> *IV -* ***método matemático aplicado para a definição do valor estimado****; e*
>
> *V -* ***justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inexequíveis, inconsistentes e excessivamente elevados, se aplicável****.*

*Art. 4º - **Na pesquisa de preços, sempre que possível, deverão ser observadas as condições comerciais praticadas, incluindo prazos e locais de entrega, instalação e montagem do bem ou execução do serviço, formas de pagamento, fretes, garantias exigidas e marcas e modelos, quando for o caso**.*

*Art. 5º - **A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não**:*

*I - **Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/paineldeprecos, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório**;*

*II - **aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório**;*

*III - **dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso;** ou*

*IV - **pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório**.*

§1º - Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II.

§ 2º - Quando a pesquisa de preços for realizada com os fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:

I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

a) descrição do objeto, valor unitário e total;

b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;

c) endereço e telefone de contato; e

d) data de emissão.

III - registro, nos autos da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput.

Art. 6º - Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

§ 1º - Poderão ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente.

§ 2º - Para desconsideração dos valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados, deverão ser adotados critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.

§ 3º - Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.

§ 4º - Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos pelo gestor responsável e aprovado pela autoridade competente.

.....

*Art. 9º - **Na pesquisa de preço relativa às contratações de prestação de serviços com dedicação de mão de obra exclusiva, aplica-se o disposto na Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, observando, no que couber, o disposto nesta Instrução Normativa**.*

Art. 10 - O preço máximo a ser praticado na contratação poderá assumir valor distinto do preço estimado na pesquisa de preços feita na forma desta Instrução Normativa.

§ 1º - É vedado qualquer critério estatístico ou matemático que incida a maior sobre os preços máximos.

§ 2º - O preço máximo poderá ser definido a partir do preço estimado na pesquisa de preço, acrescido ou subtraído de determinado percentual, de forma justificada.

§ 3º - O percentual de que trata o § 2º deve ser definido de forma a aliar a atratividade do mercado e a mitigação de risco de sobrepreço." (grifou e destacou-se)

21. Portanto, a pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços pela Administração Pública federal, autárquica e fundacional é disciplinada pela Instrução Normativa acima transcrita, que traz o objeto, o âmbito de aplicação, a formalização, os critérios, os parâmetros e a metodologia a serem observados pelo promotor do certame licitatório.

22. Por sua vez, a Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020, do Secretário de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, publicada na página 15, da seção 1, do Diário Oficial da União de 26 de maio de 2020, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital determina, *in verbis*:

Art. 1º - Esta Instrução Normativa dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Instrução Normativa, considera-se ETP o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza determinada necessidade, descreve as análises realizadas em termos de requisitos, alternativas, escolhas, resultados pretendidos e demais características, dando base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

Art. 2º - O Sistema ETP digital constitui a ferramenta informatizada, disponibilizada pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, no Portal de Compras do Governo Federal, para elaboração dos ETP.

§ 1º - Deverão ser observados os procedimentos estabelecidos no Manual do Sistema ETP digital, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e elaboração dos ETP.

.....

*Art. 5º - **Os ETP deverão evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução dentre as possíveis, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação**.*

Art. 6º - Os ETP serão elaborados conjuntamente por servidores da área técnica e requisitante ou, quando houver, pela equipe de planejamento da contratação.

*Art. 7º - **Com base no documento de formalização da demanda, as seguintes informações deverão ser produzidas e registradas no Sistema ETP digital**:*

*I - **descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;***

*II - **descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade**;*

*III - **levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo, entre outras opções**:*

*a) **ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração**; e*

*b) **ser realizada consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições**.*

*IV - **descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso, acompanhada das justificativas***

técnica e econômica da escolha do tipo de solução*;*

V - ***estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala****;*

VI - ***estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação****;*

VII - ***justificativas para o parcelamento ou não da solução, se aplicável****;*

VIII - ***contratações correlatas e/ou interdependentes;***

IX - ***demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão****;*

X - ***resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável****;*

XI - ***providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização****;*

XII - ***possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento****; e*

XIII - ***posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação****.*

§ 1º - ***Caso, após o levantamento do mercado de que trata o inciso III, a quantidade de fornecedores for considerada restrita, deve-se verificar se os requisitos que limitam a participação são realmente indispensáveis, flexibilizando-os sempre que possível****.*

§ 2º - ***Os ETP devem obrigatoriamente conter os elementos dispostos nos incisos I, IV, V, VI, VII, IX e XIII do caput deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos do caput, apresentar as devidas justificativas no próprio documento que materializa os ETP****.*

§ 3º - ***Nas contratações que utilizam especificações padronizadas estabelecidos nos Cadernos de Logística divulgados pela Secretaria de Gestão, poderão ser produzidos somente os elementos dispostos no caput que não forem estabelecidos como padrão****.*

§ 4º - Ao final da elaboração dos ETP, deve-se avaliar a necessidade de classificá-los nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

.....

Art. 11 - ***Esta Instrução Normativa entra em vigor no dia 1º de julho de 2020****."*

23. Já a Instrução Normativa nº 1/2010-SLTI/MPOG disciplina, *in verbis*:

"Art. 6º - Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

I - use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II - adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de2003;

III - Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que geremruído no seu funcionamento;

IV - forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

VI - realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da

IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII - respeite as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela

Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

VIII - preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

Parágrafo único - O disposto neste artigo não impede que os órgãos ou entidades contratantes estabeleçam, nos editais e contratos, a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental, desde que justificadamente."

24. Assim, nas contratações realizadas pela Administração Pública Federal, de maneira a promover o desenvolvimento nacional sustentável nos termos do artigo 3º da Lei nº 8.666/1993, alguns critérios podem ser veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada de acordo com o disposto na Instrução Normativa acima, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras, desde que justificados nos autos e preservado o caráter competitivo do certame.

25. Posto isso, para definição dos critérios e práticas de sustentabilidade, recomendam-se consultas ao art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010 e ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (2ª edição, revista, atualizada e ampliada. Setembro/2019), disponibilizado pela Consultoria-Geral da União no sítio http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/270265.

26. Se a Administração entender que os serviços não se sujeitam a critérios de sustentabilidade ou que as especificações restringem indevidamente a competição em dado mercado, deverá apresentar a devida justificativa.

27. Quanto à habilitação dos licitantes, em decorrência dos artigos 27 a 33 da Lei nº 8.666/1993 e do artigo 8º, inciso IX, do Decreto nº 10.024/2019, a Instrução Normativa nº 3/2018-SEGES/MP, que cuida das normas para o funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais – SISG, complementa, sem o afastamento de que, respaldados no princípio da isonomia (Lei nº 8.66619/1993, artigo 3º, *caput*), outros licitantes sejam habilitados sem prévio cadastramento no SICAF, *in verbis*:

"Art. 4º - A verificação de conformidade para habilitação dos fornecedores em licitação, dispensa, inexigibilidade e nos contratos administrativos pertinentes à aquisição de bens e serviços, inclusive de obras e publicidade, e a alienação e locação poderá ser comprovada por meio de prévia e regular inscrição cadastral no Sicaf.

§ 1º Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

§ 2º Os atos relativos ao cadastro no Sicaf somente poderão ser realizados com uso de meio eletrônico.

.....

Art. 21 - O instrumento convocatório para as contratações públicas deverá conter cláusulas prevendo:

I - que o credenciamento deve estar regular quando se tratar de Pregão, RDC ou Cotação Eletrônicos;

II - que o interessado, para efeitos de habilitação prevista nesta Instrução Normativa mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

III - que a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, da qualificação econômico-financeira e da habilitação jurídica, conforme o caso, dar-se-á primeiramente por meio de consulta ao cadastro no Sicaf;

IV - a definição do dia, hora e local para verificação online no Sicaf nas modalidades licitatórias estabelecidas pela Lei nº 8.666, de 1993;

V - a verificação online no Sicaf, na fase de habilitação, na modalidade licitatória estabelecida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; e

VI - prazo mínimo de 2 (duas) horas, a partir da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, para envio de documentos de habilitação complementares, conforme prevê o § 2º do art. 25 do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005.

Art. 22 - A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

II - Solvência Geral (SG)= (Ativo Total)/(Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante)

Art. 23 - Ao fornecedor inscrito no SICAF, cuja documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista e à qualificação econômico-financeira encontrar-se vencida, no referido Sistema, será facultada a apresentação da documentação atualizada à Comissão de Licitação ou ao Pregoeiro, conforme o caso, no momento da habilitação.

Art. 24 - O instrumento convocatório deverá prever, também, que as empresas que apresentarem resultado igual ou menor que 1 (um), em qualquer dos índices referidos no art. 22 desta Instrução Normativa, quando da habilitação, deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo, na forma dos §§ 2º e 3º, do art. 31 da Lei nº 8.666, de 1993, como exigência para sua habilitação, podendo, ainda, ser solicitada prestação de garantia na forma do § 1º do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, para fins de contratação.

Art. 25 - Nos casos de dispensa estabelecidos nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, deverá ser exigida das pessoas jurídicas a comprovação da regularidade com o INSS, FGTS, Fazenda Pública Federal e Trabalhista e, pelas pessoas físicas, a quitação com a Fazenda Federal.

Art. 26 - O instrumento convocatório não poderá conter cláusulas que excedam as exigências contidas nos arts. 28 a 31 da Lei nº 8.666, de 1993, salvo quando os assuntos estiverem previstos em legislação específica.

Art. 27 - A documentação relativa à qualificação técnica do fornecedor deverá ser prevista em cláusula editalícia específica, quando a situação demandada o exigir.

Art. 28 - No caso da documentação estar incompleta ou em desconformidade com o previsto na legislação aplicável no momento da habilitação, o órgão licitante deverá comunicar o interessado para que promova a regularização.

*Parágrafo único. Cabe ao órgão licitante, observadas a disposição constante no inciso VI do art. 21, estabelecer prazo para recebimento via sistema da documentação de que trata o **caput**.*

Art. 29 - Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor deverá diligenciar para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

§ 1º A tentativa de burla pode ser verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

§ 2º É necessária a convocação do fornecedor para manifestação previamente à sua desclassificação.

§ 3º O disposto neste artigo deve ser observado quando da emissão de nota de empenho, contratação e pagamento, previstos nos arts. 28 e 29."

28. **O Tribunal de Contas da União**, de outro lado, auxilia no melhor entendimento e aplicação das diretrizes referentes ao (à): **a**) realização de prévio estudo para demonstrar a inviabilidade técnica e econômica do parcelamento do objeto; **b**) programação da execução, sempre, em sua totalidade, previstos seus custos atual e final e considerados os prazos de sua execução **c**) adoção de projeto básico sem deficiências sob pena de responsabilidade administrativa; **d**) irregularidade na contratação de serviços por postos de trabalho, com medição e pagamento por hora trabalhada ou posto de serviço, sempre que a prestação do serviço puder ser avaliada por determinada unidade quantitativa ou por nível de serviço alcançado; **e**) habilitação de licitantes não previamente cadastrados no SICAF; **f**) comprovação da capacidade técnico-operacional desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado (execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, proporcionalmente à dimensão e à complexidade do objeto a ser executado); **g**) limitação do somatório de quantidades em atestados para a capacidade técnico-operacional (unicamente nos casos justificados em que o aumento de quantitativos do serviço acarretarem o aumento da complexidade técnica do objeto ou uma

desproporção entre as quantidades e prazos para sua execução), ou, se admitido, permissão do somatório se os diferentes atestados se referirem a serviços executados de forma concomitante; **h**) número mínimo de atestados de capacidade técnica (desde que a especificidade do objeto a recomende, situação em que os motivos de fato e de direito deverão estar explicitados no procedimento administrativo de licitação); **i**) cabimento da averbação, visto ou registro nos conselhos profissionais dos atestados de desempenho fornecidos por pessoas jurídicas (amparo nas normas específicas que disciplinam a atividade na qual o objeto se insere); **j**) restrição do registro em entidade de fiscalização profissional, como requisito da qualificação técnica, à inscrição no conselho profissional que fiscalize a atividade básica ou o serviço preponderante do objeto da licitação, ou seja, o registro só deve ser formulado quando, por determinação legal, o exercício da atividade afeta ao objeto contratual esteja sujeito à fiscalização da entidade profissional competente; **k**) vedação de o contratado já ter profissional contratado na data prevista para a entrega da proposta, devendo ser admitida a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), do contrato social do licitante, do contrato de prestação de serviço ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada da anuência deste; **l**) inviabilidade de, para fins de qualificação econômico-financeira, exigência de, cumulativamente, demonstração de capital social mínimo, de patrimônio líquido mínimo ou de apresentação de garantia de proposta; **m**) requisitos para a admissão da visita técnica (demonstração da imprescindibilidade, não imposição de que seja realizada pelo engenheiro responsável pela obra e não estabelecimento de prazo exíguo); e **n**) substituição do atestado de visita técnica por declaração formal de pleno conhecimento das condições inerentes à natureza dos trabalhos.

29. **No caso do edital de licitação e do contrato**, sem prejuízo da necessidade de a autoridade competente averiguar o cumprimento das diretrizes, desenvolvidas nos itens retro, para a instrução do procedimento e a elaboração do edital de licitação, seus anexos, algumas providências e alterações são imperiosas.

30. **No presente procedimento**, conferir e/ou sanear o (s) a (s): **a**) planejamento, com o estabelecimento do objeto de forma precisa, tanto no edital como no projeto básico ou no termo de referência, bem assim no contrato, como exclusivamente de prestação de serviços (Decreto nº 9.507/2018, art. 6º); **b**) seqüência das etapas a serem seguidas (Lei nº 8.666/1993, art. 7º, I a III, e § 1º); **c**) planejamento da contratação consistente nas etapas de estudos preliminares, gerenciamento de riscos e termo de referência ou projeto básico (Instrução Normativa SEGES/MP 5/2017, arts. 20 a 32 e Anexos correspondentes); **c1**) realização de prévio estudo para demonstrar a inviabilidade técnica e econômica do parcelamento do objeto (Lei nº 8.666/1993, art. 23, §§ 1º e 2º; e Instrução Normativa SEGES/MP 5/2017, art. 24, § 1º, VII e VIII, e Anexo III, item 3.8); **c2**) programação da execução, sempre, em sua totalidade, previstos seus custos atual e final e considerados os prazos de sua execução (Lei nº 8.666/1993, art. 8º, *caput*); **c3**); exigências para a licitação consistentes na existência de projeto básico aprovado (sem deficiências) e na de orçamento detalhado em planilhas, com a composição de todos os seus custos unitários, na previsão de recursos orçamentários, e, quando for o caso, na contemplação do produto nas metas estabelecidas no Plano Plurianual (Lei nº 8.666/1993, arts. 7º, § 2º, I a IV, e 47; Decreto nº 10.024/2019, art. 8º, IV; e Instrução Normativa SEGES/MP 5/2017, arts. 28 a 32 e Anexo V); **c3.1**) condições para a padronização (Lei nº 8.666/1993, art. 11); **c3.2**) requisitos do projeto básico (Lei nº 8.666/1993, art. 12); **c3.2.1**) definição precisa do objeto como exclusivamente prestação de serviços (Instrução Normativa SEGES/MP 5/2017, art. 3º); **c3.2.2**) definição e enquadramento do objeto dentre os bens e serviços comuns, bem como nas atividades passíveis de execução indireta (Decreto nº 10.024/2019, arts. 1º, *caput*, e 3º II; e Decreto nº 9.507/2018, art. 6º; e Instrução Normativa SEGES/MP 5/2017, arts. 3º, 7º, § 1º, e 9º); **c3.2.3**) impedimento à contratação de serviços por vedação legal (Instrução Normativa SEGES/MP 5/2017, arts. 3º e 9º); **c3.3**) pesquisa de preços no mercado, observados os parâmetros legais (Lei nº 8.666/1993, art. 43, IV; Decreto nº 10.024/2019, art. 25, *caput;* Instrução Normativa SEGES/MP 5/2017, art. 30, X; e Instrução Normativa SLTI/MP 5/2014); **c3.4**) impossibilidade de fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades ou cujos quantitativos não correspondam às previsões reais do projeto básico ou executivo (Lei nº 8.666/1993, art. 7º, § 4º); **c3.5**) vedação à inclusão de bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo justificativa técnica (Lei nº 8.666/1993, art. 7º, § 5º); **c3.6**) veiculação dos critérios de sustentabilidade ambiental (Lei nº 8.666/1993, art. 3º, *caput*; Decreto nº 10.024/2019, art. 2º, § 1º; Instrução Normativa SEGES/MP 5/2017, arts. 1º, II, e Anexo III, item 3.3, "c"; e Instrução Normativa SLTI/MP 1/2010, arts. 2º e 6º); **d**) medidas relativas à fase preparatória do pregão eletrônico, com o estudo técnico preliminar, quando necessário, o termo de referência e seus elementos, e a designação do pregoeiro e da equipe de apoio (Decreto nº 10.024/2019, art. 8º; e Instrução Normativa SEGES/MP 5/2017, arts. 28 a 32 e Anexo V); **d1**) **utilização do modelo de minuta padronizada da Advocacia-Geral da União, apresentadas as devidas justificativas para a não utilização** (Instrução Normativa SEGES/MP 5/2017, art. 29 e Anexo V); **e**) lista de verificação da avaliação da conformidade legal, preferencialmente com base nas disposições previstas no Anexo I da Orientação Normativa SEGES/MP 2/2016 (Instrução Normativa SEGES/MP 5/2017, art. 36, § 1º); **f**) **justificativa fundamentada para a adoção do critério de adjudicação por grupo ou lote, tendo em vista o disposto na Súmula 247, do Tribunal de Contas da União**; e **g**) assinatura em todos os atos administrativos, principalmente a autorização da abertura de licitação e a previsão de recursos orçamentários.

31. **No edital** de licitação, checar e/ou satisfazer os seguintes pontos: **a**) forma de execução, inclusive com a fundamentação da opção do regime (Lei nº 8.666/1993, art. 10); **b**) fornecimento de todos os elementos e informações necessárias para os licitantes quando for adotada a modalidade de execução de empreitada por preço global (Lei nº 8.666/1993, art. 47); **c**) dados do preâmbulo, indicações obrigatórias e anexos, e legislação regente do edital de licitação, dele fazendo parte integrante: projeto básico e/ou executivo, com todas as suas partes, desenhos, especificações e outros complementos; orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários; minuta do contrato; e especificações complementares e normas de execução pertinente à licitação (Lei nº 8.666/1993, art. 40; e Instrução Normativa SEGES/MP 5/2017, art. 34 e Anexos VII-A e VII-B); **c1**) definição precisa do objeto como exclusivamente prestação de serviços (Instrução Normativa SEGES/MP 5/2017, art. 3º); **c2**) exigências vedadas (Instrução Normativa SEGES/MP 5/2017, Anexo VII-B, item 2); **c3**) **utilização do modelo de minuta padronizada da Advocacia-Geral da União, apresentadas as devidas justificativas para a não utilização** (Instrução Normativa SEGES/MP 5/2017, art. 35); **c4**) obrigatoriedade da divulgação no edital do preço de referência quando utilizado como critério de aceitabilidade dos preços; **d**) definição e enquadramento do objeto dentre os bens e serviços comuns, bem como nas atividades passíveis de execução indireta (Decreto nº 10.024/2019, arts. 1º, *caput*, e 3º II; Decreto nº 9507/2018, art. 6º; e Instrução Normativa SEGES/MP 5/2017, arts. 3º, 7º, § 1º, e 9º); **d1**) impedimento à contratação de serviços por vedação legal (Decreto nº 9.507/2018, arts. 3º e 6º e Instrução Normativa SEGES/MP 5/2017, arts. 3º e 9º); **d2**) não geração de vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração Pública, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta (Instrução Normativa SEGES/MP 5/2017, art. 4º); **d3**) especificações vedadas na definição dos serviços a serem contratados (Instrução Normativa SEGES/MP 5/2017, Anexo V, item 1.1); **e**) rito a ser seguido entre a divulgação do edital de licitação no endereço eletrônico e a assinatura do contrato (Decreto nº 10.024/2019, arts. 21, 22 e 48); **f**) repercussão, acompanhada da motivação, em razão do tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, no (a) (Instrução Normativa SEGES/MP 5/2017, Anexo VII-A, item 5.1): **f1**) participação exclusiva ou não das microempresas e empresas de pequeno porte (Decreto nº 8.538/2015, arts. 6º e 9º); **f2**) reserva de cota quando da aquisição de bens de natureza divisível para as microempresas e empresas de pequeno porte, quando for o caso (Decreto nº 8.538/2015, arts. 8º e 9º); **f3**) afastamento da participação exclusiva e da reserva de cota, quando for o caso (Decreto nº 8.538/2015, art. 10); **f4**) habilitação (Decreto nº 8.538/2015, arts. 3º e 4º); **f5**) julgamento das propostas (Decreto nº 8.538/2015, art. 5º); **g**) prazo de validade das propostas (Decreto nº 10.024/2019, art. 48, § 3º); **h**) adoção do tipo menor preço, amoldada às margens de preferência determinadas em lei (Lei nº 8.666/1993, art. 3º, §§ 5º e seguintes; Decreto nº 10.024/2019, art. 7º, *caput;* e Instrução Normativa SEGES/MP 5/2017, Anexo VII-A, itens 8.1 a 8.7); **i**) critérios objetivos, de aceitabilidade de preços e fatores a considerar no julgamento das propostas (Lei nº 8.666/1993, art. 40, X; Decreto nº 10.024/2019, art. 7º, parágrafo único; e e Instrução Normativa SEGES/MP 5/2017, Anexo VII-A, itens 6 a 9); **j**) escolha do critério de adjudicação por itens ou lotes, com o demonstrativo, se for a alternativa, da vantajosidade da licitação em lotes (Lei nº 8.666/1993, art. 23, §§ 1º e 2º); **k**) veiculação dos critérios de sustentabilidade ambiental (Lei nº 8.666/1993, art. 3º, *caput*; Instrução Normativa SEGES/MP 5/2017, arts. 1º, II, e Anexo III, item 3.3, "c"; e Instrução Normativa SLTI/MP 1/2010, arts. 2º e 6º); **l**) documentação exigível para habilitação e meios comprobatórios, permitida a habilitação de licitantes não previamente cadastrados no SICAF (Le Lei nº 8.666/1993, arts. 27 a 33; Decreto nº 10.024/2019, art. 40; Instrução Normativa SEGES/MP 5/2017, Anexo VII-A, item 10; e Instrução Normativa SLTI/MP 3/2018, arts. 4º, *caput*, e 21 a 29)); **l1**) proibição da participação, direta ou indiretamente (Lei nº 8.666/1993, art. 9º); **l2**) condições de habilitação técnica e disposições vedadas (Instrução Normativa SEGES 5/2017, Anexo VII-A, itens 10.3, 10.4, 10.6 a 10.10, e 12); **l3**) condições de habilitação econômico-financeira (Instrução Normativa SEGES/MP 5/2017, anexo VII-A, itens 11 e 12); **l4**) comprovação da capacidade técnico-operacional desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado (execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, proporcionalmente à dimensão e à complexidade do objeto a ser executado); **l5**) limitação do somatório de quantidades em atestados para a capacidade técnico-operacional (unicamente nos casos justificados em que o aumento de quantitativos do serviço acarretarem o aumento da complexidade técnica do objeto ou uma desproporção entre as quantidades e prazos para sua execução), ou, se admitido, permissão do somatório se os diferentes atestados se referirem a serviços executados de forma concomitante; **l6**) número mínimo de atestados de capacidade técnica (desde que a especificidade do objeto a recomende, situação em que os motivos de fato e de direito deverão estar explicitados no procedimento administrativo de licitação); **l7**) cabimento da averbação, visto ou registro nos conselhos profissionais dos atestados de desempenho fornecidos por pessoas jurídicas (amparo nas normas específicas que disciplinam a atividade na qual o objeto se insere); **l8**) restrição do registro em entidade de fiscalização profissional, como requisito da qualificação técnica, à inscrição no conselho profissional que fiscalize a atividade básica ou o serviço preponderante do objeto da licitação, ou seja, o registro só deve ser formulado quando, por determinação legal, o exercício da atividade afeta ao objeto contratual esteja sujeito à fiscalização da entidade profissional competente; **l9**) vedação de o contratado já ter profissional contratado na data prevista para a entrega da proposta, devendo ser admitida a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), do contrato social do licitante, do contrato de

prestação de serviço ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada da anuência deste; **l10**) inviabilidade de, para fins de qualificação econômico-financeiras, exigência de, cumulativamente, demonstração de capital social mínimo, de patrimônio líquido mínimo ou de apresentação de garantia de proposta; **l11**) requisitos para a admissão da visita técnica (demonstração da imprescindibilidade, não imposição de que seja realizada pelo responsável pelo serviço e não estabelecimento de prazo exíguo), consentida a substituição do atestado de visita técnica por declaração formal de pleno conhecimento das condições inerentes à natureza dos trabalhos; **l12**) declaração de instalação de escritório em local (cidade/município) previamente definido pela Administração Pública, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato, quando for o caso (Instrução Normativa SEGES/MP 5/2017, Anexo VII-A, item 10.6, "a"); **l13**) contratação de sociedades cooperativas, quando for o caso (Instrução Normativa SEGES/MP 5/2017, arts. 10 a 13, Anexo VII-A, itens 3.1 e 10.5); **m**) exigência de garantia de execução do contrato, incluindo os prazos de validade e de apresentação, o conteúdo da cobertura e as causas de extinção, de liberação e de retenção (Instrução Normativa SEGES/MP 5/2017, Anexo V, item 2.6, "k", e Anexo VII-F, item 3); **n**) gestão do contrato, incluindo atividades de gestão e fiscalização da execução, indicação e designação do gestor e fiscais, acompanhamento e fiscalização, vigência e prorrogação (Instrução Normativa SEGES/MP 5/2017, arts. 39 a 51 e Anexos correspondentes); **o**) faculdade de saneamento de erros ou falhas no julgamento da habilitação e das propostas (Decreto nº 10.024/2019, art. 47); **p**) direito à impugnação do edital de licitação e ao pedido de esclarecimentos (Decreto nº 10.024/2019, arts. 23 e 24); **q**) instrumento de contrato ou substituição legal; se não for justificável a dispensa do termo de contrato, juntar e devolver à Procuradoria para novo exame (Lei nº 8.666/1993, art. 62); **r**) sanções aplicáveis na inexecução total ou parcial do contrato (Lei nº 8.666/1993, arts. 86 a 88; e Decreto nº 10.024/2019, art. 49); **r1**) responsabilidade do licitante em solicitar seu desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte (Decreto nº 8.538/2015, art. 13, § 1º); e **s**) revogação e anulação do procedimento licitatório (Decreto nº 10.024/2019, art. 50).

32. **No contrato**, igualmente a orientação do item retro: **a**) dados obrigatórios e cláusulas necessárias (Lei nº 8.666/1993, arts. 54, 55 e 61; e Instrução Normativa SEGES/MP 5/2017, art. 35 e Anexo VII-F); **a1**) definição precisa do objeto como exclusivamente prestação de serviços (Instrução Normativa SEGES/MP 5/2017, art. 3º); **a2**) **utilização do modelo de minuta padronizada da Advocacia-Geral da União, apresentadas as devidas justificativas para a não utilização** (Instrução Normativa SEGES/MP 5/2017, art. 35); **b**) observação da legislação de regência (Instrução Normativa SEGES/MP 5/2017, art. 34); **c**) disposições vedadas (Decreto nº 9.507/2018, art. 7º); **d**) gestão do contrato, incluindo atividades de gestão e fiscalização da execução, indicação e designação do gestor e fiscais, acompanhamento e fiscalização, vigência e prorrogação (Instrução Normativa SEGES/MP 5/2017, arts. 39 a 51 e Anexos correspondentes); **e**) exigência de garantia de execução do contrato, incluindo os prazos de validade e de apresentação, o conteúdo da cobertura e as causas de extinção, de liberação e de retenção (Instrução Normativa SEGES/MP 5/2017, Anexo V, item 2.6, "k", e Anexo VII-F, item 3); **f**) obrigações da contratante: **f1**) vedação de atos de ingerência na administração da contratada (Decreto nº 9.507/2018, art. 5º e Instrução Normativa SEGES/MP 5/2017, art. 5º); **g**) obrigações da contratada: **g1**) declaração de instalação de escritório em local (cidade/município) previamente definido pela Administração Pública, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato, quando for o caso (Instrução Normativa SEGES/MP 5/2017, Anexo VII-A, item 10.6, "a"); **g2**) promoção da transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, na contratação de serviços de natureza intelectual ou outro serviço com identificação da necessidade (Instrução Normativa SEGES/MP 5/2017, Anexo V, item 2.5, *e*) **h**) condicionamento do pagamento à entrega de material ou da prestação efetiva do serviço (Lei nº 8.666/1993, art. 55, III; e Lei nº 4.320/1964, art. 63, § 2º, III); **i**) veiculação dos critérios de sustentabilidade ambiental (Lei nº 8.666/1993, art. 3º, *caput*; Instrução Normativa SEGES/MP 5/2017, arts. 1º, II, Anexo III, item 3.3, "c", e Anexo VI-B, item 1, "c"; e Instrução Normativa SLTI/MP 1/2010, arts. 2º e 6º); **j**) sanções aplicáveis na inexecução total ou parcial do contrato (Lei nº 8.666/1993, arts. 86 a 88; e Decreto nº 10.024/2019, art. 49); **j1**) responsabilidade do licitante em solicitar seu desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte (Decreto nº 8538/2015, art. 13, § 1º);**k**) veiculação dos critérios de sustentabilidade ambiental (Lei nº 8.666/1993, art. 3º, *caput*; Instrução Normativa SEGES/MP, arts. 1º, II, Anexo III, item 3.3, "c", e Anexo VI-B, item 1, "c"; e Instrução Normativa SLTI/MP 1/2010, arts. 2º e 6º); **l**) sanções aplicáveis na inexecução total ou parcial do contrato (Lei nº 8.666/1993, arts. 86 a 88; Lei nº 10.520/2002, art. 7º e Decreto nº 10.024/2019, art. 49); **l1**) responsabilidade do licitante em solicitar seu desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte (Decreto nº 8.538/2015, art. 13, § 1º); e **l2**) caracterização como falta grave, compreendida como falha na execução do contrato, do não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação (Instrução Normativa SEGES/MP 5/2017, Anexo VII-F, item 4.2).

33. **A lista de verificação atesta que foram utilizados os modelos da AGU, previamente analisadas pelo referido** Órgão**, tanto para o Edital, Estudos Preliminares e Contrato, bem como eventuais alterações nos modelos ou a não utilização, foram devidamente justificadas.** (2714787)

34. Feitas essas considerações, verifica-se que a Administração declarou expressamente no ETPD, que observou os critérios e práticas de sustentabilidade previstos pela legislação (2587893).

III - CONCLUSÃO.

35. Ante o exposto, ressalvados os aspectos técnicos, os de conveniência e oportunidade do administrador eos demais que escapam da competência desta Procuradoria Federal (AGU), **conclui-se pela viabilidade jurídica do procedimento, condicionado ao prévio atendimento das recomendações, orientações, condições e observações contidas neste Parecer.**

Goiânia, 24 de fevereiro de 2022.

José Alves Marinho Filho
PROCURADOR-CHEFE em exercício

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em http://sapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 23070060433202129 e da chave de acesso 93c838b8

Documento assinado eletronicamente por JOSE ALVES MARINHO FILHO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 830440530 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): JOSE ALVES MARINHO FILHO. Data e Hora: 24-02-2022 09:39. Número de Série: 662514141486376279777797851409. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
DIREÇÃO - REGIONAL JATAÍ

DESPACHO DECISÓRIO

Acato o PARECER n. 00116/2022/CONS/PFUFG/PGF/AGU da Procuradoria Federal, Documento SEI nº 2720072, e, por seus fundamentos, decido pela viabilidade jurídica do procedimento, desde que atendidas as recomendações, orientações, condições e observações contidas no referido parecer da Procuradoria Federal.

Encaminhe-se o presente processo **à Pró Reitoria de Administração e Finanças - PROAD/UFJ**, para as providências pertinentes.

Documento assinado eletronicamente por **Americo Nunes Da Silveira Neto**, **Reitor Pro Tempore**, em 25/02/2022, às 08:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2721091** e o código CRC **9C83BA7D**.

Referência: Processo nº 23070.060433/2021-29 SEI nº 2721091

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - REGIONAL JATAÍ

SOLICITAÇÃO

À Coordenação de Licitações - DCL/UFJ

Com o devido acatamento do Despacho Decisório 38 (2721091), segue o p.p para continuidade dos procedimentos de divulgação do respectivo certame licitatório.

Rafael Nogueira de Freitas Koch
Diretor de Compras e Licitações - DCL/UFJ

Documento assinado eletronicamente por **Rafael Nogueira De Freitas Koch**, **Diretor**, em 03/03/2022, às 09:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2730090** e o código CRC **1D5168F2**.

Referência: Processo nº 23070.060433/2021-29 SEI nº 2730090

PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2022

(Processo Administrativo n.° 23070.060433/2021-29)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Universidade Federal de Jataí, por meio da sua equipe de pregoeiros e equipe de apoio designada pela PORTARIA N.º 180/2020, DE 11 DE MARÇO DE 2020 e PORTARIA N.º 181/2020, DE 11 DE MARÇO DE 2020 respectivamente, sediada à Rua Riachuelo, 1530, Setor Samuel Graham, Jataí/GO, Cep: 75.804-068, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **menor preço do grupo**, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por global, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 18/03/2022

Horário: 09:00h (Horário de Brasília)

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1 DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa terceirizada, para prestação de serviços de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí (UFJ)**,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será realizada em grupo único, formados por 7 itens, conforme tabela constante neste Edital e Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

Grupo	Item	Discriminação	Quantidade	Valor por funcionário	Valor total mensal	Valor total período 30 meses
1	1	Motoristas executivos 44 hs	13	R$ 5.271,50	R$ 69.624,36	R$ 2.088.730,80
	2	Diária sem pernoite	1000	R$ 72,00	R$ 6.000,00	R$ 2.160.000,00
	3	Diária com pernoite	1000	R$ 220,00	R$ 18.333,33	R$ 6.600.000,00
	4	Hora Suplementar 50%	2000	R$ 29,17	R$ 4.861,66	R$ 1.750.200,00
	5	Hora Suplementar 100%	1000	R$ 38,90	R$ 3.241,66	R$ 1.167.000,00
	6	Hora Suplementar noturna 50%	800	R$ 40,01	R$ 2.667,33	R$ 960.240,00
	7	Hora Suplementar noturna 100%	800	R$ 53,35	R$ 3.556,66	R$ 1.280.400,00

Valor Global Total de Referência	R$ 16.006.570,80

1.3 O critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL do grupo, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3.1 Em que pese o critério de julgamento ser pelo **Menor Valor global do Grupo**, a licitante vencedora deverá apresentar proposta atualizada, inclusive para todos os itens pertencentes ao grupo, considerando os valores máximos de referência constantes deste instrumento convocatório.

2 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 156678

Fonte: 8100000000

Programa de Trabalho: 170646

Elemento de Despesa: 339037-01

PI: M0000G0100N

3 DO CREDENCIAMENTO

3.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio 1322EA-B-8482bdafd6d2www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.6 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4 DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.2 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema

4.3 Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2 que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.4 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.3.5 que estejam sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, ou concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, observado o disposto no item 9.10.1.1 deste Edital;

4.3.6 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.3.7 organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.4 Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

4.4.1 detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

4.4.2 de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.5 Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010);

4.6 Nos termos do art. 7° do Decreto n° 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.7 Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.7.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.7.2 nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.7.3 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7.4 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.7.5 que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.7.6 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.7.7 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

4.7.8 que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.7.9 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.7.10 que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.8 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a

sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

5.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 valor total do item;

6.2 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, incluindo-se, dentre outras, as seguintes informações:

6.2.1 A indicação dos sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO;

6.2.2 A quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual;

6.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

6.5 A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1° do artigo 57 da Lei n° 8.666, de 1993.

6.6 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2° da IN SEGES/MP n.5/2017.

6.7 A proposta apresentada deverá contemplar o valor total dos custos da contratação,

inclusive aqueles estimados para as ocorrências de fatos geradores.

6.8 A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.8.1 cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

6.8.2 cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

6.9 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

6.10 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.11 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

6.12 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.13 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.14 O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa dias) dias,** a contar da data de sua apresentação.

6.15 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.16 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato

7 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.3 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.4 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.5 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.6 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.7 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.8 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.9 O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

7.10 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.11 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.12 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$ 200,00 (duzentos reais).

7.13 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.14 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.15 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.16 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.17 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.18 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.19 Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

7.20 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.21 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.22 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.23 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.24 O critério de julgamento adotado será o menor preço global, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.25 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.26 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.27 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.28 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.29 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou

não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.30 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.31 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.32 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

7.33 prestados por empresas brasileiras;

7.34 prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.35 prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.36 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.37 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.38 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.39 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.40 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2 A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua

proposta final, conforme anexo deste Edital.

8.3 A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

8.4 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, que:

8.4.1 não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

8.4.2 contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.4.3 não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

8.4.4 apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), percentual de desconto inferior ao mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.5 Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

8.5.1 for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.5.2 apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

8.6 A fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, bem como para a contagem da anualidade prevista no art. 3º, §1º da Lei n. 10.192/2001, informa-se que foram utilizadas as seguintes convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração.

8.6.1 CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2021/2022 NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: GO000452/2021.

8.6.2 SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSP RODOV NO EST GO, CNPJ n° 01.089.689/0001-35,

8.6.3 SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE CARGAS E LOGÍSTICA DO ESTADO DE GOIAS, CNPJ n. 02.220.036/0001-06

8.7 O(s) sindicato(s) indicado(s) nos subitens acima não são de utilização obrigatória pelos licitantes (Acórdão TCU nº 369/2012), mas sempre se exigirá o cumprimento das convenções coletivas adotadas por cada licitante/contratante.

8.8 É vedado à proponente incluir na Planilha de Custos e Formação de Preços:

8.8.1 item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 9º, parágrafo único, incisos I a III, do Decreto n.º 9.507/2018, e art. 6º da IN SEGES/MP n.º 5, de 2017);

8.8.2 item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública (art. 6º, parágrafo único, da IN SEGES/MP n.º 5/2017);

8.8.3 rubricas que prevejam o custeio de despesas com treinamento, reciclagem e capacitação ou congêneres, pois tais parcelas já são cobertas pelas despesas administrativas (Acórdão TCU nº 2.746/2015 – Plenário);

8.8.4 rubrica denominada “reserva técnica”, exceto se houver justificativa, na proposta, que indique, claramente e por meio de memória de cálculo, o que está sendo custeado, de modo a haver a comprovação da não cobertura do valor, direta ou indiretamente, por outra rubrica da planilha (Acórdãos TCU nº 2.746/2015 – Plenário, nº 64/2010 - 2ª Câmara e nº 953/2016 – Plenário);

8.8.5 rubrica para pagamento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL (Súmula TCU nº 254/2010);

8.8.6 rubrica denominada “verba” ou “verba provisional”, pois o item não está vinculado a qualquer contraprestação mensurável (Acórdãos TCU nº 1.949/2007 – Plenário e nº 6.439/2011 – 1ª Câmara).

8.9 A inclusão na proposta de item de custo vedado não acarretará a desclassificação do licitante, devendo o pregoeiro determinar que os respectivos custos sejam excluídos da Planilha, adotando, se for o caso, as providências do art. 47, *caput*, do Decreto n.º 10.024, de 2019.

8.10 Na hipótese de contratação com a previsão de itens de custos vedados, tais valores serão glosados e os itens serão excluídos da Planilha, garantidas ampla defesa e contraditório.

8.11 A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

8.12 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3° do artigo 43 da Lei n° 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.13 Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

8.14 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a

exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.15 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.16 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.18 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

8.19 Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

8.20 O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;

8.21 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

8.22 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.23 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.24 O Pregoeiro deverá verificar se a proposta apresenta o valor total dos custos da contratação, inclusive aqueles estimados para as ocorrências de fatos geradores.

8.25 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.26 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.27 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.28 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.29 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9 DA HABILITAÇÃO

9.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

9.2 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/)

9.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.4 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.5 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.6 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.7 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.8 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.9 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.10 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP

nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.11 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.12 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.13 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, sob pena de inabilitação.

9.14 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.15 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.16 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.17 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.18 Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.19 Habilitação jurídica:

9.20 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.21 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.22 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.23 decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.24 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.25 Regularidade fiscal e trabalhista:

9.26 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.27 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.28 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.29 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.30 prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.31 prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.32 caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.33 Qualificação Econômico-Financeira:

9.34 certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.35 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.36 balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.37 no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.38 é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

9.39 comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.40 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

9.41 As empresas deverão ainda complementar a comprovação da qualificação econômico-financeira por meio de:

9.41.1 Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação ou item pertinente, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis já exigíveis na forma da lei;

9.41.2 Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contáveis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

9.41.3 Comprovação, por meio de declaração, da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do **ANEXO IV**, de que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura deste Pregão, não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante, podendo este ser atualizado na forma já disciplinada neste Edital;

9.41.4 a declaração de que trata a subcondição acima deverá estar acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social,

9.41.5 quando houver divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, entre a declaração aqui tratada e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), deverão ser apresentadas, concomitantemente, as devidas justificativas.

9.42 Qualificação Técnica:

9.43 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.44 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

9.45 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

9.45.1 Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.46 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.47 Na contratação de serviços continuados com mais de 40 (quarenta) postos, o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados.

9.48 Quando o número de postos de trabalho a ser contratado for igual ou inferior a 40 (quarenta), o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) em número de postos equivalentes ao da contratação, conforme exigido na alínea c2 do item 10.6 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.49 Para a comprovação do número mínimo de postos exigido, será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado, nos termos do item 10.7 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.50 O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho,

assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

9.51 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.52 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.53 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.54 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.55 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.56 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.57 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.58 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.59 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **24 (vinte e quatro) horas,** a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1 ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e

as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2 apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este instrumento convocatório.

10.1.3 conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.4 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.5 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.6 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.7 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.8 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11 DOS RECURSOS

11.1 O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.3 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.4 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.5 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes

assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.6 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

12.2 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.3 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.4 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.5 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.6 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1 O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

14.2 No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

14.2.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

14.2.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a

rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

14.3 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

14.4 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

14.4.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

14.4.2 prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

14.4.3 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

14.4.4 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

14.5 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

14.6 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

14.7 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

14.8 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

14.9 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

14.10 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

14.11 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

14.12 Será considerada extinta a garantia:

14.12.1 com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

14.12.2 no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2"do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

14.13 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

14.14 A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste TR.

14.15 A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.

14.15.1 Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho

14.16 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

15 DO TERMO DE CONTRATO

15.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2 O adjudicatário terá o prazo de **48 (quarenta e oito) horas úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.3 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de **48 (quarenta e oito) horas úteis**, a contar da data de seu recebimento.

15.4 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.5 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.6 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

15.7 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.8 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

15.9 O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) meses prorrogável até o limite de 60 (sessenta) meses conforme previsão no instrumento contratual.

15.10 Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas

indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.11 Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

15.12 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.13 Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

15.14 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

16 DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

16.1 Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado no Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto n° 9.507, de 2018, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MP n° 5, de 2017.

16.2 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

16.3 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

16.3.1 Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

16.3.2 Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

16.3.3 Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constantes do Edital.

16.4 Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última

repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

16.5 O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

16.6 Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

16.7 Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

16.7.1 da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

16.7.2 do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

16.7.3 do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

16.8 Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

16.9 Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

16.10 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

16.11 A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

16.12 Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

16.13 Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos **custos sujeitos à variação dos preços de mercado** (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento **IPCA**,com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

R = V (I – Iº) / Iº, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

16.13.1 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

16.13.2 Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

16.13.3 Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

16.13.4 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

16.13.5 Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a CONTRATANTE verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

16.14 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

16.14.1 a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

16.14.2 em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

16.14.3 em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

16.15 Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

16.16 A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

16.17 O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

16.18 As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

16.19 O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

17 DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do **recebimento definitivo dos serviços**, nos termos abaixo.

17.2 No prazo de até **5 (cinco) dias corridos** do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

17.3 O **recebimento provisório** será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.3.1 A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

17.3.1.1 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

17.3.1.2 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.3.1.3 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.3.1.4 Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento mensal, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato;

17.3.2 No prazo de até **15 (quinze) dias corridos** a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.3.2.1 quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.3.2.2 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

17.3.2.2.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á

como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.4 No prazo de até **10 (dez) dias corridos** a partir do **recebimento provisório** dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo às seguintes diretrizes:

17.4.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.4.2 **Emitir Termo Circunstanciado** para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.4.3 Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, ou instrumento substituto.

17.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei n° 10.406, de 2002).

17.6 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17.7 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.8 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações, previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

17.9 O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, de acordo com as seguintes disposições:

17.9.1 Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

17.9.2 Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado,

podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;

17.9.3 Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

17.9.4 Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade; e

17.9.5 Fiscalização pelo Público Usuário: é o acompanhamento da execução contratual por pesquisa de satisfação junto ao usuário, com o objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços, os recursos materiais e os procedimentos utilizados pela contratada, quando for o caso, ou outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto.

17.10 Quando a contratação exigir fiscalização setorial, o órgão ou entidade deverá designar representantes nesses locais para atuarem como fiscais setoriais.

17.11 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

17.12 A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

17.13 Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

a) no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

a.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

a.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA; e

a.3. exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.

b) entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

b.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

b.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

b.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

b.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

c) entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:

c.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;

c.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;

c.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

c.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

c.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

d) entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

d.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

d.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais; d.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

d.4. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

17.14 A CONTRATANTE deverá analisar a documentação solicitada na alínea “d” acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

17.15 No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

17.16 Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no subitem 14.7 acima deverão ser apresentados.

17.17 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

17.18 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.

17.19 O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

17.20 A CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

17.21 Além das disposições acima citadas, a fiscalização administrativa observará, ainda, as seguintes diretrizes:

17.21.1 Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):

a) Será elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;

b) Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela CONTRATADA e pelo empregado;

c) O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;

d) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);

e) Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a CONTRATADA;

f) Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

g) No primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

g.1. relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

g.2. CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela contratada;

g.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

g.4. declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

17.21.2 Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura):

a) Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;

b) Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;

c) Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;

d) Deverá ser exigida, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 66-A da Lei nº 8.666, de 1993.

17.21.3 Fiscalização diária:

a) Devem ser evitadas ordens diretas da CONTRATANTE dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto.

b) Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de

folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da CONTRATADA.

c) Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.

17.22 Cabe, ainda, à fiscalização do contrato, verificar se a CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita à estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.

17.22.1 O gestor deverá verificar a necessidade de se proceder à repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da contratada.

17.23 A CONTRATANTE deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.

17.23.1 Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados.

17.24 A CONTRATADA deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pela CONTRATANTE quaisquer dos seguintes documentos:

a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;

b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a CONTRATANTE;

c) cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; e

d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.

17.25 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, conforme modelo previsto no Anexo I, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.26 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

17.27 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

17.28 O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados.

17.29 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

17.30 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da

ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

17.31 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

17.32 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

17.33 O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

17.34 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

17.35 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.36 O representante da CONTRATANTE deverá promover o **registro das ocorrências** verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.37 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, **ensejará a aplicação de sanções administrativas**, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.38 Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

17.38.1 Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

17.38.2 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

17.38.3 Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da contratada.

17.39 O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

17.40 A fiscalização de que trata este tópico não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e

fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.41 As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

17.42 A fiscalização de que trata este Termo de Referência não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

18 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

18.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

18.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

18.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

18.4 Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

18.5 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

18.6 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

18.7 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

18.7.1 Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

18.7.2 Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

18.7.3 Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

18.7.4 Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens

18.8 Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:

18.8.1 A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

18.8.2 O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer

irregularidade;

18.8.3 O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

18.9 Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.

18.10 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

18.11 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

18.12 Cientificar o órgão de representação judicial da UFJ para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

18.13 Arquivar, entre outros documentos, projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

18.14 Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.15 Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentam condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

19 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

19.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

19.3 Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração.

19.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

19.5 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

19.6 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7° do Decreto n° 7.203, de 2010;

19.7 Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

19.8 Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

19.9 As empresas contratadas que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços, conforme alínea "g" do item 10.1 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017:

19.9.1 relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

19.9.2 Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

19.9.3 exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;

19.9.4 declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;

19.9.5 Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

19.10 Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.

19.11 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

c) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

19.12 Substituir, no prazo de 2 (duas) horas, em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;

19.13 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

19.13.1 Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

19.14 Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

19.15 Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

19.15.1 Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

19.16 Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

19.17 Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

19.18 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;

19.19 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

19.20 Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

19.20.1 viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

19.20.2 viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

19.20.3 oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

19.21 Manter preposto, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato;

19.22 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

19.23 Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos

salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante;

19.23.1 A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

19.23.2 Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

19.23.2.1 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela contratante para acompanhar o pagamento das respectivas verbas.

19.24 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

19.25 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

19.26 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

19.27 Não beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;

19.28 Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

19.28.1 Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

19.29 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

19.30 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

19.31 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.

19.32 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

19.33 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

19.34 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no

prazo determinado.

19.35 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

19.36 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes deste Termo de Referência.

19.37 A contratada, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, deve proceder às anotações e registros pertinentes a todos os empregados que atuarem nos serviços, assumindo exclusivamente todas as obrigações advindas de eventuais demandas judiciais ajuizadas em qualquer juízo que versarem sobre pleitos trabalhistas e/ou previdenciários propostos por empregados ou terceiros que alegarem vínculo com a contratada.

19.38 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

19.39 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

19.40 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

19.41 É obrigação da contratada a administração de situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente.

19.42 A contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

19.43 A Contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, conforme orientações do art. 6º da IN n° 01/2010 (Compras Sustentáveis).

19.44 Observar as normas relativas à segurança da viagem e ao conforto dos passageiros,bem como cumprir a legislação de trânsito e de tráfego rodoviário.

19.45 Realizar manutenção preventiva na periodicidade recomendada pela boa técnica e de acordo com as especificações do fabricante, mantendo os veículos em perfeitas condições de segurança, limpeza e higiene.

19.46 Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando ao contratante os motoristas com funções legalmente registradas em suas carteiras de trabalho, com experiência mínima definida neste Termo de Referência. (condições de tempo de direção ou condução de veículos por motoristas profissionais estão disciplinadas no art. 67-A da Lei nº 9.503, de 1997, sem prejuízo da legislação trabalhista aplicada à matéria.)

19.47 Não permitir que qualquer motorista se apresente ao serviço com sinais de embriaguez ou sob efeito de substância tóxica.

19.48 Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato.

19.49 Providenciar treinamentos e reciclagem necessários para garantir a execução dos trabalhos dentro dos níveis de qualidade desejados.

19.50 Efetuar a substituição do motorista, de imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra).

19.51 Comunicar ao contratante, quando da transferência e/ou retirada e substituição de motoristas dos itinerários ou dos serviços.

19.52 Manter controle de frequência/pontualidade de seus empregados.

19.53 Fornecer uniformes e complementos adequados para o desenvolvimento das atividades, submetendo-os previamente à aprovação do contratante, sem ônus para seus empregados.

19.54 Fornecer vale-refeição/vale-alimentação aos seus empregados e demais benefícios previstos em Acordos ou Convenção Coletiva da categoria.

19.55 Assegurar que todo empregado que cometer falta disciplinar qualificada como de natureza grave não deverá ser mantido em serviço.

19.56 Atender, de imediato, às solicitações do contratante quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços.

19.57 Comunicar ao contratante toda vez que ocorrer afastamento, substituição ou inclusão de qualquer componente da equipe que esteja prestando serviços ao contratante. No caso de substituição ou inclusão, a contratante anexará os respectivos currículos, ficando a cargo do contratante aceitá-los ou não.

19.58 Apresentar ao contratante, quando exigido, comprovantes de pagamento de salários, a quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos seus empregados que estejam ou tenham estado a serviço do contratante, por força do contrato.

19.59 Assumir todas as despesas decorrentes de danos materiais causados aos veículos ou bens de terceiros, bem como danos pessoais aos seus ocupantes ou a terceiros, de sua responsabilidade.

19.60 Responsabilizar-se civil e criminalmente pelos danos causados ao contratante ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato.

19.61 Responsabilizar-se por quaisquer multas de trânsito, ambientais, tarifas rodoviárias e hidroviárias, quando for o caso, durante a execução do contrato.

19.62 Disponibilizar empregados em quantidades necessárias para garantir a prestação dos serviços nos horários contratados, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.

19.63 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação/qualificação na fase de licitação.

19.64 Não transportar passageiros em pé ou no colo, salvo para prestação de socorro em caso de acidente ou avaria.

19.65 Prestar os esclarecimentos desejados, bem como comunicar ao contratante, por meio de líder ou diretamente, quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços.

19.66 Manter programa interno de autofiscalização da correta manutenção da frota, quanto à emissão de fumaça preta, especialmente para os veículos a óleo diesel que integrem a frota da UFJ. Os motoristas contratados devem sempre avisar ao Diretor de Logística da UFJ sobre a detecção de possíveis defeitos que podem ser sanados preventivamente.

19.67 Em caso de acidente com veículo de propriedade da UFJ, além das pertinentes providências legais imediatas, deverão ser adotados os seguintes procedimentos:

19.68 Quando houver vítima, prestar-lhe socorro imediato, levando-a, se necessário, ao hospital mais próximo do local do acidente;

19.69 Se o estado da vítima desaconselhar sua movimentação, chamar imediatamente o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Corpo de Bombeiros ou outra instituição responsável pela prestação de socorro em acidentes de trânsito;

a) Comunicar o fato, o mais rápido possível, ao fiscal do Contrato e ao Diretor/Coordenador do Departamento de Logística;

b) Caso ele próprio não precise de atendimento médico, permanecer no local e arrolar, se possível, duas testemunhas;

c) Em caso de fuga de outro envolvido, identificar as características do veículo, principalmente o número da placa;

d) Não retirar o veículo acidentado do local sem prévia autorização do preposto da empresa, salvo se houver determinação legal em contrário ou de autoridade policial.

19.70 Nos casos de ocorrência de acidente, a empresa CONTRATADA deverá:

a) Orientar seus empregados para não fazer acordo, sob hipótese alguma, com a outra parte envolvida no acidente;

b) Obter o Boletim de Ocorrência Policial junto à Delegacia de Polícia;

c) Encaminhar à fiscalização do campus CONTRATANTE, o mais breve possível, cópia do Boletim de Ocorrência Policial, acompanhado de relatório completo e minucioso do fato;

d) Apurar as causas, efeitos e responsabilidades, ainda que do acidente resultem unicamente danos materiais;

e) Adotar as providências necessárias para imediato conserto do veículo, caso o acidente tenha sido ocasionado por dolo ou culpa do seu motorista;

f) Quando a responsabilidade pelo acidente for de terceiros, fornecer à Reitoria e ao Departamento de Logística da UFJ todos os subsídios para acioná-los, com vistas ao ressarcimento das despesas decorrentes.

19.71 Quando houver infração de trânsito praticada por seus empregados na condução dos veículos do UFJ, a instituição deverá observar o seguinte:

a) As multas serão encaminhadas à Contratada, que deverá providenciar o pagamento até a data dos respectivos vencimentos, comprovando a quitação junto ao Departamento de Logística, no prazo de até 10 (dez) dias;

b) O atraso no pagamento das multas, bem como a falta de comprovação do pagamento no prazo indicado no item anterior, sujeitará a empresa licitante vencedora à multa moratória, calculada à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, dos respectivos valores da fatura mensal;

c) A empresa Contratada deverá comunicar as ocorrências relativas às infrações de Trânsito ao setor de Contratos, para fins de registro;

d) No caso em que um mesmo motorista for reincidente no cometimento de infrações de trânsito ou dependendo da gravidade da falta, a UFJ poderá solicitar sua substituição à Contratada, sem qualquer ônus adicional.

19.72 Capacitar o Preposto para atender as necessidades do contrato, através de treinamento específico. A apresentação de certificado de conclusão de curso será necessária para comprovação.

20 DO PAGAMENTO

20.1 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30(trinta) dias, contados do

recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

20.2 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

20.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

20.4 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

20.5 **O setor competente para proceder o pagamento** deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;

b) a data da emissão;

c) os dados do contrato e do órgão contratante;

d) o período de prestação dos serviços;

e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

20.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, **o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação**, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

20.7 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, **será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada**, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

20.8 não produziu os resultados acordados;

20.9 deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

20.10 deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

20.11 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

20.12 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

20.13 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

20.14 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

20.15 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

20.16 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

20.17 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

20.18 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

20.19 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

20.20 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

20.21 A parcela mensal a ser paga a título de aviso prévio trabalhado e indenizado corresponderá, no primeiro ano de contratação, ao percentual originalmente fixado na planilha de preços.

20.21.1 Não tendo havido a incidência de custos com aviso prévio trabalhado e indenizado, a prorrogação contratual seguinte deverá prever o pagamento do percentual máximo equivalente a 03 (três) dias a mais por ano de serviço, até o limite compatível com o prazo total de vigência contratual.

20.21.2 A adequação de pagamento de que trata o subitem anterior deverá ser prevista em termo aditivo.

20.21.3 Caso tenha ocorrido a incidência parcial ou total dos custos com aviso prévio trabalhado e/ou indenizado no primeiro ano de contratação, **tais rubricas deverão ser mantidas na planilha** de forma complementar/proporcional, devendo o órgão contratante esclarecer a metodologia de cálculo adotada.

20.22 A Contratante providenciará o desconto na fatura a ser paga do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados da Contratada que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987.

20.23 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX) I = (6/100) I = 00016438

365 TX = Percentual da taxa anual = 6%

21 DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA— BLOQUEADA PARA MOVIMENTAÇÃO

21.1 Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas neste Termo de Referência.

21.2 A futura Contratada deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis**.**

21.2.1 Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

21.2.2 A CONTRATADA autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.

21.2.3 A Contratante provisionará os valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da Contratada, que serão depositados pela em Conta-Depósito Vinculada, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação e utilizada exclusivamente para crédito das rubricas retidas.

21.3 Os valores provisionados somente serão liberados nas seguintes condições:

21.3.1 parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;

21.3.2 parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;

21.3.3 parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, às férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato; e

21.3.4 ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

21.4 O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

21.4.1 13º (décimo terceiro) salário;

21.4.2 Férias e um terço constitucional de férias;

21.4.3 Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

21.4.4 Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

21.5 Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no item 14 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

21.6 O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira.

21.7 Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

21.8 Os valores referentes às provisões mencionadas neste termo de referência que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

21.9 Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

21.10 A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade Contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

21.10.1 Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

21.10.2 Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

21.10.3 A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

21.10.4 A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas;

21.11 O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MP n. 5/2017.

22 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

22.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

22.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

22.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

22.1.3 falhar ou fraudar na execução do contrato;

22.1.4 comportar-se de modo inidôneo; ou

22.1.5 cometer fraude fiscal.

22.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

22.2.1 **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

22.2.2 **Multa de**:

22.2.2.1 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

22.2.2.2 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

22.2.2.3 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

22.2.2.4 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

22.2.2.5 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

22.2.2.6 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

22.2.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

22.2.4 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

22.2.4.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 22.1 deste Termo de Referência

22.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

22.3 As sanções previstas nos subitens 22.2.1, 22.2.3, 22.2.4 e 22.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

22.4 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA

1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**GRAU**
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02

8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

22.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

22.5.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

22.5.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

22.5.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

22.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

22.7 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

22.7.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15(quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

22.8 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

22.9 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22.10 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

22.11 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

22.12 O processamento do **PAR** não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

22.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

23 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

23.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

23.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail *licitacao@ufj.edu.br*

23.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

23.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

23.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

23.6 O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

23.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

23.8 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

23.9 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

24 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

24.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

24.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

24.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.11 É eleito o Foro da comarca de Jataí (GO) para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei nº 8.666/93.

24.12 O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos www.comprasgovernamentais.com.br e www.compras.jatai.ufg.br e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua Riachuelo, 1530 – Setor Samuel Graham – Jatai/GO – CEP: 75.804 – 020, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

24.13 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- ANEXO I - Termo de Referência;
- ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;
- ANEXO III – Modelo de autorização para a utilização da garantia e de pagamento direto (conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017);
- ANEXO IV – Modelo de declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública;
- ANEXO V – Modelo de Instrumento de Medição de Resultado - IMR Anexo V-B da IN SEGES/MP N.5/2017.
- ANEXO VI – Modelo Termo de Ciência e Concordância.

Jataí (GO), 7 de março de 2022.

Rafael Nogueira de Freitas Koch
Diretor de Compras e Licitações
Pró-Reitoria de Administração e Finanças
Universidade Federal de Jataí
http://compras.jatai.ufg.br

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2022

(Processo Administrativo n.° 23070.060433/2021-29)

1. **DO OBJETO**

1.1 A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa terceirizada, para prestação de **serviços de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí (UFJ)**, conforme especificações e exigências descritas neste Termo de Referência e seus anexos.

Grupo	Item	Discriminação	Quantidade	Valor por funcionário	Valor total mensal	Valor total período 30 meses
1	1	Motoristas executivos 44 hs	13	R$ 5.271,50	R$ 69.624,36	R$ 2.088.730,80
	2	Diária sem pernoite	1.000	R$ 72,00	R$ 6.000,00	R$ 2.160.000,00
	3	Diária com pernoite	1.000	R$ 220,00	R$ 18.333,33	R$ 6.600.000,00
	4	Hora Suplementar 50%	2.000	R$ 29,17	R$ 4.861,66	R$ 1.750.200,00
	5	Hora Suplementar 100%	1.000	R$ 38,90	R$ 3.241,66	R$ 1.167.000,00
	6	Hora Suplementar noturna 50%	800	R$ 40,01	R$ 2.667,33	R$ 960.240,00
	7	Hora Suplementar noturna 100%	800	R$ 53,35	R$ 3.556,66	R$ 1.280.400,00
Valor Global Total de Referência						R$ 16.006.570,80

1.2 O objeto da licitação tem a natureza de **SERVIÇO COMUM DE FORMA CONTINUADA COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA**.

1.3 Os quantitativos e os respectivos códigos dos itens são discriminados na tabela acima.

1. 4 A presente contratação adotará como regime de execução o **PREÇO GLOBAL (30 MESES)**.

1. 5 O prazo de vigência do contrato é de 3**0 (trinta)** meses prorrogável até o limite de **60(sessenta)** meses, conforme preceito da Lei 8.666/93.

1. 6 Link para planilha que deverá ser utilizada para proposta da contratada - planilha de custos e formação de preços: https://docs.google.com/spreadsheets/d/1Evuyfpvii0bXplKK6Dbw1nQFlKrHDBd8/edit#gid=1613694006

2. **JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 A contratação dos serviços decorre da inexistência de cargos e/ou funções específicas à execução das atividades relacionadas no objeto deste termo..

2.3 Em um número atualizado a UFJ conta hoje com uma frota de 30 veículos, entre veículos de passeio, veículos utilitários, ônibus, micro-ônibus e vans, considerando que não temos motorista em nosso quadro de servidores, faz-se necessário a contratação de empresa que preste este serviço. Diversas são as atividades que demandam este tipo de serviço tais como: viagens a congressos, aulas práticas, seminários, pesquisa

de campo, coleta de dados, e entregas de materiais nas diversas unidades acadêmicas e administrativas da UFJ, deslocamentos de autoridades administrativas do campus de Jataí para reuniões em outras Universidades, entre outras.

2.4 Desta forma, e diante do acima exposto, e ainda, considerando que as atividades atribuídas ao serviço a ser contratado não encontram no Plano de Cargos e Salários da Administração Pública Federal as atribuições correlatas, obriga-se esta Instituição a recorrer à contratação de empresa especializada na prestação de serviços, através de procedimento licitatório, objetivando atender às suas necessidades.

3. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:**

3.1 A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação do serviço de forma indireta e contínua, de serviço terceirizado de apoio administrativo, abrangendo postos de motorista executivo com dedicação exclusiva de mão-de-obra.

3.2. Diante das justificativas apresentadas no item 2 deste Termo de Referência, resta à Administração realizar a contratação, visando a continuidade e aperfeiçoamento da prestação dos serviços.

3.3. Os serviços possuem caráter de natureza contínua, considerados auxiliares e imprescindíveis para subsidiar o pleno desempenho das atribuições típicas que, caso sejam interrompidos, comprometerão a celeridade e a continuidade da atividade laboral, haja vista a necessidade de deslocamento de membros e servidores para tal mister.

3.4. O motorista de veículo prestará serviço na Universidade Federal de Jataí, porém, poderá se deslocar para outras localidades, dentro do estado de Goiás e outros estados, conforme as necessidades da Contratante e de acordo com os procedimentos adotados neste Termo de Referência.

4. **DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

4.1 Trata-se de serviço comum, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto n° 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3 O serviço a ser contratado enquadra-se na classificação de serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555 e do Decreto nº 10.024/2019, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

4.4 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

5.1 A contratação discorre de serviço essencial, que deve ser executado de forma contínua. De acordo com o artigo 15 da Instrução Normativa nº 05, de 25 de maio de 2017, os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.Os serviços deverão ser prestados, cumprindo-se todas as normas legais, bem como às determinações emanadas do fiscal do contrato.

5.2. Os veículos deverão ser conduzidos com zelo e cautela necessários à prevenção de incidentes de qualquer natureza, devendo ser observado todas as normas legais de trânsito;

5.3 A contratada somente poderá iniciar os serviços, quando autorizados por escrito pelo órgão contratante, utilizando-se apenas os veículos oficiais da UFJ.

5.4 As Fichas de Requisições de Veículos devem ser apresentadas quando do embarque, devidamente assinadas, carimbadas pelo demandante e preenchidas com a indicação da rota;

5.5. A contratada deverá preencher formulário próprio para controle de tráfego, indicando a rota executada e qualquer desvio frente à rota determinada pelo Departamento de Logística;

5.6 Sob nenhum pretexto os veículos poderão exceder os limites de velocidade e peso determinados por lei;

5.7 Os veículos só poderão ser utilizados exclusivamente em serviço e serão de uso exclusivo da UFJ;

5.8 Os motoristas deverão portar habitualmente Carteiras de Habilitação sempre atualizadas;

5.9 Ao término do serviço os veículos deverão ser recolhidos à garagem da Contratante ou local determinado pela mesma;

5.10 O motorista deverá estacionar o veículo em local apropriado resguardando-o de furtos ou roubos, assim como dos perigos mecânicos e ameaças climáticas;

5.11 O motorista em serviço, sob nenhuma hipótese, poderá abandonar o veículo;

5.12 Na ocorrência de acidente com o veículo, o motorista deverá solicitar perícia e, após a liberação, se for o caso, solicitar à Contratada a remoção do veículo para a garagem ou para a oficina indicada para o conserto;

5.13 A Contratada será responsável por providenciar o Boletim de Ocorrência/laudo pericial feito pelo órgão competente;

5.14 Os motoristas deverão ter conhecimento das principais vias públicas das cidades onde estão situadas as unidades da UFJ;

5.15 O uso do cinto de segurança é obrigatório para os motoristas e passageiros;

5.16 O veículo, sob responsabilidade do motorista, deverá ser mantido em perfeitas condições de uso e funcionamento, e quaisquer defeitos e ou avarias nele detectados deverão ser comunicados à fiscalização do contrato e à empresa Contratada;

5.17 Em caso de necessidade de pernoite(s), os serviços deverão ser solicitados com antecedência mínima de 01 (um) dia útil:

5.18 O motorista à data da viagem deverá portar numerário suficiente para arcar com as despesas de alimentação, hospedagem e outras necessárias e de acordo com a legislação vigente.

5.19 Os serviços serão solicitados mediante o preenchimento da Ficha de Requisição de Veículo e/ou através de sistemas e APP utilizado pela contratante para sua gestão;

5.20 As Fichas de Requisição de Veículo serão entregues ao motorista, no ato do embarque do usuário, devidamente assinadas e carimbadas pelos servidores credenciados, preenchidos todos os campos e rubricadas pelo servidor/usuário;

5.21 As anotações de quilometragem deverão ser feitas pelo motorista, sendo conferidas e atestadas pelo usuário, no momento do embarque e desembarque;

5.22 Os servidores deverão estar disponíveis nas unidades da UFJ, no mínimo 15 (quinze) minutos antes do horário fixado para o início da execução dos serviços, para a verificação das condições de segurança, combustível, limpeza e conservação dos veículos;

5.23 Os postos de trabalho dos motoristas serão compostos por 01 (um) profissional por posto, para cada veículo.

5.24 O local de apresentação dos motoristas serão as unidades :

Unidade	Endereço
Jataí/GO	UFJ órgãos/unidades: Campus Jatobá - Cidade Universitária, BR 364, Km 195, n.º 3800 - CEP 75801-615 Campus Riachuelo - Rua Riachuelo, CP 03 - CEP 75804-068.

5.24.1 Os locais de apresentação dos veículos poderão ser alterados em decorrência de eventual mudança de sede da UFJ.

5.25 Os motoristas vinculados ao contrato deverão observar as disposições contidas no art. 235-B da Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012.

5.26 Caso haja necessidade, na eventual prestação de serviços cuja duração exceda a jornada de trabalho dos motoristas, serão contadas como horas extras;

5.27 Os motoristas com os veículos oficiais da UFJ poderão fazer viagens intermunicipais e interestaduais.

5.28 Deverá ser firmado entre o órgão/entidade e a contratada um Instrumento de Medição de Resultado (IMR), a fim de balizar a execução dos serviços dentro dos padrões de qualidade acordados, inclusive a forma de faturamento de atividades que podem ser executadas de maneira simultânea;

5.29 Os itinerários e os horários pré-determinados somente poderão ser alterados de comum acordo com o órgão contratante e sempre que for necessário, em decorrência de obras e/ou impedimentos temporários e/ ou mudanças no sentido de tráfego.

5.30 A contratação do serviço será realizada através de empresa especializada em serviços de condução de veículos oficiais;

5.31 O contrato será de 30 meses, prorrogável até o limite de 60 meses, conforme artigo 57 da lei 8.666/93;

5.32 A contratada deverá realizar treinamento relativo à condução com sensibilização dos condutores para a redução do consumo de combustível e das emissões de gases poluentes e educação ambiental.

5.33 A contratada deverá preencher os requisitos abaixo referentes aos condutores dos veículos (motoristas):

1. Para execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar profissionais pertencentes à seguinte categoria de ocupação, conforme o Código Brasileiro de Ocupações **(CBO) 7823/7824** – Motoristas executivos e motoristas de veículos de pequeno e médio porte; e Motorista de ônibus urbanos, metropolitanos e Rodoviários;

2. O motorista e o veículo deverão estar devidamente habilitados pelos órgãos competentes, segundo as normas e leis de trânsito, regulamentadas pelo DENATRAN e DETRAN;

3. Diariamente, o motorista deverá assumir o veículo devidamente uniformizado e com aparência pessoal adequada;

4 Conduzir veículos oficiais de propriedade da UFJ, destinadas à condução de pessoas, transporte de materiais, de cargas, documentos, nas seguintes ocasiões: Deslocamentos de autoridades, servidores, alunos ou quaisquer outras pessoas que estejam a serviço da UFJ, devidamente autorizadas; Entrega e retirada de materiais diversos, cargas, documentos e pequenas encomendas, exclusivamente a serviço oficial; Transporte dos veículos para os postos de abastecimento, oficinas mecânicas e seguradoras; Transporte de alunos em viagens de cunho acadêmico ou esportivo;

5 Manter o veículo sob sua responsabilidade em perfeito estado e satisfatórias condições de funcionamento, comunicando ao Setor responsável da instituição CONTRATANTE, qualquer irregularidade;

6 - Comunicar ocorrências de fatos e avarias relacionadas com o veículo sob sua responsabilidade;

7 - Manter o veículo convenientemente abastecido e lubrificado;

8 - Solicitar a todos os passageiros a Ficha de Requisição de Veículo devidamente preenchida, assinada e carimbada(quando necessário);

9 - Ser pontual no atendimento às solicitações de saída para executar as tarefas que lhe forem atribuídas; Permanecer nos postos de serviço, durante a jornada de trabalho, à disposição da instituição CONTRATANTE e atender as tarefas solicitadas pelo setor responsável pelos serviços de transporte/logística;

10 - Vistoriar os veículos oficiais, verificando o estado geral de segurança do veículo a ele confiado, devendo diariamente inspecionar os componentes que impliquem em segurança, tais como: pneus, nível de combustível, óleo do motor, água e óleo do cárter, freios e parte elétrica, dentre outros, para certificar-se de suas condições de funcionamento, além de conduzi-lo para lavagem, oficina e abastecimento, quando necessário;

11 - Responsabilizar-se pela guarda e uso adequado do cartão de abastecimento, encaminhando imediatamente após o abastecimento o cupom ou nota fiscal ao setor responsável pelos serviços de transporte;

12 - Obedecer às normas emanadas pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, na condução do veículo oficial;

13 - Não prestar informações sobre endereço, hábitos e costumes dos passageiros transportados; Não ingerir bebidas alcoólicas, em hipótese alguma, quando em serviço;

14 - Utilizar e solicitar aos passageiros o uso do cinto de segurança;

15 - Não iniciar conversações com os passageiros (somente quando solicitado) e, zelar pela segurança dos mesmos;

16 - Não fumar ao conduzir os veículos;

17 - Respeitar os limites de velocidade das vias públicas, áreas internas, externas e de estacionamento dos campi da UFJ e de outros órgãos;

18 - Não atender e nem falar ao celular ao conduzir os veículos;

19 - Não desobedecer às determinações do Setor de Logística da UFJ;

20 - Caso o funcionário da contratada necessite permanecer nas dependências da CONTRATANTE por algum motivo particular, após o término da sua jornada de trabalho, deverá fazê-lo sem o uniforme da contratada;

21. A jornada de trabalho dos motoristas serão de **44 (quarenta e quatro)** horas semanais e a Contratada deverá efetuar a contratação dos profissionais de forma regular, obedecendo à legislação trabalhista e previdenciária vigente, bem como os acordos, convenções ou dissídios coletivos das categorias profissionais;

22. Em jornadas diuturnas , o motorista deverá repassar ao seu subsequente todas as informações recebidas, bem como comunicar eventuais ocorrências incomuns observadas.

23. Os motoristas contratados deverão possuir, no mínimo, Carteira Nacional de Habilitação(CNH) categoria “D” somente em casos excepcionais e com autorização por escrito da Reitoria poderá ser contratado motorista com CNH inferior à categoria acima descrita, de acordo com a lei de trânsito.

24. Tempo mínimo de 1 (ano) ano de experiência na respectiva categoria, devidamente comprovada na CTPS.

25. Os motoristas deverão possuir ensino fundamental completo e curso de primeiros socorros, direção defensiva e relações humanas ou serem matriculados em tais cursos imediatamente à assinatura do contrato, sendo obrigatória, nesse caso, a apresentação dos certificados de conclusão no prazo estabelecido no instrumento convocatório;

26. Atestado médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições inerentes às atividades a serem desempenhadas;

27. Atestado de antecedentes criminais dos últimos 5 (cinco) anos na localidade em que residam das Justiças Federal e Estadual/Distrital;

28. Requisitos mínimos dos motoristas:

a) certificado de ensino fundamental completo;

b) 21 anos de idade;

c) Experiência de 1 (um) ano na função;

d) Carteira “D” com direção defensiva, exceto em casos excepcionais e com autorização por escrito da Reitoria, poderá ser contratado motorista com CNH inferior à categoria descrita, de acordo com a lei de trânsito;

e)Possuir curso de primeiros socorros, direção defensiva e transporte de passageiros ou serem matriculados em tais cursos imediatamente após assinatura do contrato, sendo obrigatória, nesse caso, a apresentação dos certificados de conclusão ao fiscal do contrato no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias do início da execução dos serviços;

f)Atestado médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições inerentes às atividades a serem desempenhadas;

g) Atestado de antecedentes criminais dos últimos 5 (cinco) anos na localidade em que residiram das Justiças Federal e Estadual/Distrital;

h) Exame toxicológico;

i) Ter noções de combate a incêndios, boas maneiras, atendimento ao público, relacionamento interpessoal e mecânica automobilística básica;

j) Ser pontual e assíduo ao trabalho;

k) Ter conhecimento da região geográfica em que vai atuar (Estado de Goiás e demais estados brasileiros).

l) Desembaraço e boas maneiras no trato com o público interno e externo.

m) Competências Comportamentais:

n) Senso de responsabilidade;

o) Cooperação;

p) Adaptabilidade;

q) Dinamismo;

r) Iniciativa;

s) Bom Relacionamento Interpessoal e para trabalhar em equipe;

t) Organização;

29. Os serviços deverão ser executados pelos motoristas, conforme rol exemplificativo das tarefas

discriminadas abaixo:

a) Agir com ética;

b) Manter-se atualizado;

c) Zelar pelo material transportado;

d) Zelar pela segurança dos ocupantes do veículo;

e) Agir com criatividade;

f) Demonstrar cortesia;

g) Cumprir horários e escalas de trabalho;

h) Demonstrar capacidade visual espacial;

i) Tratar os passageiros com polidez

j) Trabalhar sob pressão;

k) Respeitar leis de trânsito;

l) Dirigir defensivamente;

m) Manter-se calmo;

n) Demonstrar noções básicas de mecânica de veículos.

o) Trabalhar em equipe;

6. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

6.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

6.2 Para a execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.3 Os veículos poderão fazer deslocamentos intermunicipais e interestaduais, devendo o valor da diária ser pago ao motorista (hospedagem e alimentação, se for o caso) pela Contratada, antes da viagem, e ressarcido pela UFJ por ocasião da fatura mensal.

6.4. As **despesas com pedágios e estacionamento** (quando em viagem), deverão ser efetuadas pela CONTRATADA, utilizando o modelo “sem parar”, na formatação sem custo mensal disponibilizado por várias empresas prestadoras deste serviço. O valor pago dos pedágios e estacionamento serão pagos pela CONTRATANTE posteriormente. Os custos desta despesa com o “sem parar” **deverão estar previstos na planilha de custo e formação de preço**, apresentada pela CONTRATADA, fazendo parte do item: outros custos. A empresa CONTRATADA deverá solicitar a lista de veículos que poderão utilizar os pedágios e estacionamentos para poder fazer o seu cadastro e fornecer a identificação automática para cada veículo a partir de adesivos especiais, que serão colados no para-brisa dos veículos.

6.5 Os serviços serão prestados no horário entre as 07:30 e as 17:30 horas, de forma escalonada, em jornada diária de 8h (oito horas), de segunda a sexta-feira, com intervalo de 01 (uma) hora para almoço, podendo, eventualmente, ser antecipado ou prorrogado;

6.6 Os serviços deverão obedecer aos horários estabelecidos, podendo a Contratante alterá-los a qualquer tempo, de acordo com suas necessidades, inclusive para atendimento de demandas aos sábados, domingos, feriados e horários fora do expediente normal, excepcionalmente, quando necessário, em suas dependências ou fora delas, em exclusiva execução do objeto do serviço.

6.7 Quando convocados para execução de serviços adicionais, inclusive sábados (após as 12:00), domingos e feriados, serão contados como horas extras.

6.8 O endereço da unidade a ser atendida consta no item 5.24 deste Termo de Referência.

6.9 Os serviços deverão ser executados por pessoal profissionalmente capacitado, que desenvolverão as tarefas abaixo discriminadas e terão sua execução acompanhada e fiscalizada por servidor previamente designado pela Contratante, que anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

6.10 Para a execução dos serviços objeto do presente Termo de Referência, os funcionários da contratada deverão desempenhar todas as atividades inerentes a função:

6.11 Seguir as normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente;

6.12 estar atento às condições de segurança do veículo;

6.13 conduzir o veículo com perícia, prudência, zelo e com observância aos princípios de direção defensiva;

6.14 respeitar a legislação de trânsito e, em especial, as normas relativas ao tempo de direção e de descanso;

6.15 zelar pela carga transportada e pelo veículo;

6.16 colocar-se à disposição dos órgãos públicos de fiscalização na via pública;

7. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:**

7.1 Atores que participarão da gestão do contrato:

Função	Formação	Atribuições
Gestor do Contrato - Titular e Substituto	Amplo conhecimento em coordenação das atividades administrativas e setorial	Coordenação das atividades relacionadas à fiscalização administrativos pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção de contratos dentre outros;
Fiscal Administrativo - Titular e substituto	Conhecimento administrativo sobre o serviço	Acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos contratos de prestação de serviços quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;
Fiscal Setorial - Titular e substituto	Conhecimento do objeto da contratação.	Acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade;.
Fiscalização do usuário	Conhecimento do objeto da contratação	Utilização dos serviço prestados pela contratada, como usuário (passageiros)

7.2 O mecanismo de comunicação entre a UFJ e a CONTRATADA deverá ocorrer, predominantemente, por meio de registro documental, admitindo-se o encaminhamento destes via correio eletrônico, desde que

apensados aos registros da gestão as devidas comprovações de recebimento;

7.3 A medição dos serviços será feita pela Fiscalização Técnica, que a encaminhará para a Fiscalização Administrativa para providenciar a conferência da documentação pertinente, segundo a IN SEGES/MP n° 05/2017. Em ato contínuo, o Gestor do Contrato encaminhará o termo circunstanciado de recebimento dos serviços, demonstrando os valores correspondentes às atividades desenvolvidas e sua efetividade, autorizando a emissão da nota fiscal pela CONTRATADA.

7.4 O mecanismo de comunicação entre a UFJ e a CONTRATADA deverá ocorrer predominantemente por meio do **Sistema Comprasnet Contratos e Comprasnet Mobile**, por meio de registro de ocorrências preferencialmente por meio documental (ofícios) ou nos formatos disponíveis pelo sistema oficial federal de Gestão e Fiscalização de Contratos: Comprasnet Contratos. Serão admitidos o encaminhamento destes documentos concomitantemente via correio eletrônico, desde que apensados aos registros da gestão as devidas comprovações de recebimento, **preferencialmente feitas no SEI da UF**J e seus processos eletrônicos.

7.5 O canal de comunicação entre a UFJ e a CONTRATADA, para assuntos relacionados à gestão e fiscalização contratual, ocorrerá preferencialmente através da figura do PREPOSTO. O preposto é o representante da CONTRATADA junto à UFJ. O preposto poderá ser contatado mesmo fora do horário de expediente. Em caso de imprevistos o preposto deverá prestar auxílio aos motoristas,sem que com isso ocorra qualquer ônus extra para a UFJ.

7.5.1 A Contratada deve capacitar o Preposto para atender as necessidades do contrato, através de treinamento específico. A apresentação do **certificado de conclusão de curso será necessário para comprovação**.

7.6 A CONTRATADA deverá ser cadastrada no Comprasnet Contratos para que possa responder os Registros de Ocorrência via sistema Comprasnet contratos, comprasnet mobile ou via SEI.

7.7 A medição será feita através de formulário, o qual acompanhará a nota fiscal de serviços, demonstrando os valores correspondentes às atividades desenvolvidas e sua efetividade. O IMR poderá ser feito via formulário comum, caso ainda não tenha sido feito no Comprasnet Contratos, após a sua criação no sistema.

7.8 O Fiscal do Contrato deverá entregar relatório mensal de fiscalização, realizado pelo Comprasnet Contratos.

7.9 O Fiscal do Contrato deverá abrir processo de pagamento no SEI, de acordo com orientação do Departamento de Contabilidade e Finanças da UFJ.

7.10 O Fiscal deverá apresentar **Certificado de Conclusão de Curso de Gestão e Fiscalização de Contratos** do ENAP/EVG (Escola Virtual GOV) para que o mesmo seja inserido ao processo.

7.11 O resultado da apuração da pontuação e respectiva aplicação da advertência ou do percentual da glosa serão comunicados pelo FISCAL DO CONTRATO, por meio de notificação formal, com o respectivo preenchimento do **IMR , Instrumento de Medição de Resultados**, à CONTRATADA, que terá 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento da comunicação, para contestar, caso queira.

7.12 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela CONTRATANTE, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador (por motivo ocorrência de caso fortuito ou de força maior).

7.13 Caso não seja aceita a justificativa, o FISCAL DO CONTRATO realizará a advertência ou a glosa correspondente nas faturas vincendas.

8. **INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

8.1 O início da prestação dos serviços acontecerá a partir da assinatura do contrato previsto para 01/04/2022.

8.2. As diárias de viagem serão pagas aos motoristas que efetivamente prestarem serviços ao órgão contratante fora do município de Jataí, por dia de deslocamento, para fazer face às despesas de alimentação e estadia nas condições estabelecidas no instrumento convocatório. O valor da diária não será alvo de disputa e não poderá ser inferior ao estimado pela Administração, devendo ser paga conforme comprovação efetuada pela Empresa contratada.

8.3. O pagamento das despesas de diárias será efetuado sob demanda, e o reembolso, inclusive relacionado a estacionamentos (em viagem), deverá ser requerido pela CONTRATADA por ocasião do pagamento mensal. O pernoite do motorista terceirizado será pago, sob demanda, conforme comprovação efetuada pela Empresa e limitado ao valor de R$ 220,00 cada pernoite.

8.4 As diárias de viagens que eventualmente ultrapassem as quantidades estimadas por mês, serão compensadas com as não utilizadas durante o ano;

8.5 Custos com pedágios, balsas e estacionamentos serão pagos pela CONTRATADA e ressarcidos posteriormente pela UFJ, desde que comprovado e de acordo com a necessidade de serviço e com valores compatíveis com a realidade de mercado;

8.6 Haverá deslocamento máximo de 8h por dia, devendo o motorista efetuar pausa para intervalo de almoço, café e descanso conforme a necessidade, admitindo-se a extensão da jornada, ou condução em horário noturno, em casos excepcionais.

8.6.1 - Quando da viagem de longa distância e realizada em dupla de motoristas, cada condutor não poderá exceder a 4 horas dirigindo ininterruptamente, ou seja, a cada 4 horas de condução deverá o mesmo repassar a condução ao outro condutor enquanto descansará por igual período;

8.7 No intuito de auxiliar na prevenção de contaminações do vírus, tendo em vista a pandemia do COVID-19 (Coronavírus), a CONTRATADA deverá fornecer bimestralmente 3 (três) frascos de 500 ml de álcool gel e 1 (um) kit de máscaras descartáveis contendo 100 unidades para proteção das vias respiratórias;

8.8 Não poderão ser incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

8.9 As **despesas com pedágios e estacionamento** (quando em viagem), deverão ser efetuadas pela CONTRATADA, utilizando o modelo “sem parar”, na formatação sem custo mensal disponibilizado por várias empresas prestadoras deste serviço. O valor pago dos pedágios e estacionamento serão pagos pela CONTRATANTE posteriormente. Os custos desta despesa com o “sem parar” **deverão estar previstos na planilha de custo e formação de preço**, apresentada pela CONTRATADA, fazendo parte do item: outros custos. A empresa CONTRATADA deverá solicitar a lista de veículos que poderão utilizar os pedágios e estacionamentos para poder fazer o seu cadastro e fornecer a identificação automática para cada veículo a partir de adesivos especiais, que serão colados no para-brisa dos veículos.

8.10 Responsabilizar-se por quaisquer multas de trânsito, ambientais, tarifas rodoviárias , quando for o caso, durante a execução do contrato.

9. **UNIFORMES**

9.1. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações

climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

9.2. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

9.2.1.Fornecer 02 (dois) conjuntos de **uniformes** completos de **10 (dez) em 10 (dez) meses.**

9.2.2.Os uniformes deverão ser repostos/substituídos a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam às condições mínimas de apresentação;

9.2.3.O conjunto de uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário;

9.2.4 Camisa estilo social; em tecido 100% algodão; gola com intertela; mangas longas; nas cores claras e neutras.

9.2.5 Camisa tipo "polo"; manga curta; com no mínimo 50% de algodão; na cor azul marinho; e com a logomarca da empresa.

9.2.6 Calça tipo jeans; nas cores cinza, preto ou azul marinho.

9.2.7 Crachá em PVC contendo foto, nome da empresa, descrição do cargo, com protetor de crachá rígido com jacaré/regulador bolinha

9.2.8 Meias cano alto longo sport algodão - kit com 12 pares (preto, branco ou cinza)

9.2.9 Sapatos - Tipo social de cor preta ou marrom, estilo moderno, ou sapatênis sport fino marrom ou preto

9.2.10 kit com 3 frascos de álcool gel de 500 ml

9.2.11 Cinto vestuário masculino modelo social ou esporte fino, em couro de primeira linha, cor preta

9.2.12 As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade e de acordo com as condições climáticas do local onde o serviço será prestado.

9.2.13 O uniforme deverá conter a identificação da empresa contratada.

9.2.14 No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

9.2.15 Além do uniforme, todos os funcionários da Contratada deverão portar crachá do tipo credencial contendo: identificação da empresa, nome e foto do funcionário, juntamente com a inscrição “A serviço da UFJ”.

9.2.16 Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

9.2.17 o conjunto de uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário;

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	QTDE
Calça masculina, material: Jeans, tamanho: variado, cor: azul, preta ou cinza.	unidade	2
Camisa tipo "polo"; manga curta; com no mínimo 50% de algodão; na cor azul marinho; e com a logomarca da empresa.	unidade	3
Camisa estilo social; em tecido 100% algodão; gola com intertela; mangas longas; nas cores claras e neutras.	unidade	1
Sapato masculino, tipo: social ou esporte fino, material: couro, cor: preta	par	1

Cinto vestuário - Cinto masculino, modelo social ou esporte fino, em couro de 1a linha, cor preta, tamanho a ser fornecido 80, 85, 90, 95, 100, 110 cm, largura 3,5 cm (aproximadamente), fivela de metal prata, tipo regulável.	unidade	2
Meias cano alto longo sport algodão - (preto, branco ou cinza)	par	12
Crachá em PVC, contendo: foto recente, nome da empresa Contratada, descrição do cargo e, em destaque e	unidade	1

10. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

10.4. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

10.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

10.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

10.7. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

10.7.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

10.7.2.Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

10.7.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

10.7.4. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens

10.8. Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:

10.8.1. A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

10.8.2 O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;

10.8.3. O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

10.9. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.

10.10. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

10.11. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

10.12. Cientificar o órgão de representação judicial da UFJ para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

10.13. Arquivar, entre outros documentos, projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

10.14. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.15. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentam condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

11. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

11.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.3 Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração.

11.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.5 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.6 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7° do Decreto n° 7.203, de 2010;

11.7 Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

11.8 Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

11.9 As empresas contratadas que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços, conforme alínea "g" do item 10.1 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017:

11.9.1 relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

11.9.2 Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

11.9.3 exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;

11.9.4 declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;

11.9.5 Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

11.10 Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.

11.11 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

11.12 Substituir, no prazo de 2 (duas) horas, em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;

11.13 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

11.13.1 Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

11.14 Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

11.15 Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

11.15.1 Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

11.16 Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

11.17 Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

11.18 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;

11.19 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

11.20 Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

11.20.1 viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

11.20.2 viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

11.20.3 oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

11.21 Manter preposto, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato;

11.22 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

11.23 Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante;

11.23.1 A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

11.23.2 Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

11.23.2.1 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela contratante para acompanhar o pagamento das respectivas verbas.

11.24 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.25 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.26 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.27 Não beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;

11.28 Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

11.28.1 Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

11.29 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.30 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

11.31 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.

11.32 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.33 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

11.34 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

11.35 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.36 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes deste Termo de Referência.

11.37 A contratada, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, deve proceder às anotações e registros pertinentes a todos os empregados que atuarem nos serviços, assumindo exclusivamente todas as obrigações advindas de eventuais demandas judiciais ajuizadas em qualquer juízo que versarem sobre

pleitos trabalhistas e/ou previdenciários propostos por empregados ou terceiros que alegarem vínculo com a contratada.

11.38 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

11.39 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

11.40 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

11.41 É obrigação da contratada a administração de situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente.

11.42 A contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

11.43 A Contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, conforme orientações do art. 6º da IN n° 01/2010 (Compras Sustentáveis).

11.44 Observar as normas relativas à segurança da viagem e ao conforto dos passageiros,bem como cumprir a legislação de trânsito e de tráfego rodoviário.

11.45 Realizar manutenção preventiva na periodicidade recomendada pela boa técnica e de acordo com as especificações do fabricante, mantendo os veículos em perfeitas condições de segurança, limpeza e higiene.

11.46 Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando ao contratante os motoristas com funções legalmente registradas em suas carteiras de trabalho, com experiência mínima definida neste Termo de Referência. (condições de tempo de direção ou condução de veículos por motoristas profissionais estão disciplinadas no art. 67-A da Lei nº 9.503, de 1997, sem prejuízo da legislação trabalhista aplicada à matéria.)

11.47 Não permitir que qualquer motorista se apresente ao serviço com sinais de embriaguez ou sob efeito de substância tóxica.

11.48 Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato.

11.49 Providenciar treinamentos e reciclagem necessários para garantir a execução dos trabalhos dentro dos níveis de qualidade desejados.

11.50 Efetuar a substituição do motorista, de imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra).

11.51 Comunicar ao contratante, quando da transferência e/ou retirada e substituição de motoristas dos itinerários ou dos serviços.

11.52 Manter controle de frequência/pontualidade de seus empregados.

11.53 Fornecer uniformes e complementos adequados para o desenvolvimento das atividades, submetendo-os previamente à aprovação do contratante, sem ônus para seus empregados.

11.54 Fornecer vale-refeição/vale-alimentação aos seus empregados e demais benefícios previstos em

Acordos ou Convenção Coletiva da categoria.

11.55 Assegurar que todo empregado que cometer falta disciplinar qualificada como de natureza grave não deverá ser mantido em serviço.

11.56 Atender, de imediato, às solicitações do contratante quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços.

11.57 Comunicar ao contratante toda vez que ocorrer afastamento, substituição ou inclusão de qualquer componente da equipe que esteja prestando serviços ao contratante. No caso de substituição ou inclusão, a contratante anexará os respectivos currículos, ficando a cargo do contratante aceitá-los ou não.

11.58 Apresentar ao contratante, quando exigido, comprovantes de pagamento de salários, a quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos seus empregados que estejam ou tenham estado a serviço do contratante, por força do contrato.

11.59 Assumir todas as despesas decorrentes de danos materiais causados aos veículos ou bens de terceiros, bem como danos pessoais aos seus ocupantes ou a terceiros, de sua responsabilidade.

11.60 Responsabilizar-se civil e criminalmente pelos danos causados ao contratante ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato.

11.61 Responsabilizar-se por quaisquer multas de trânsito, ambientais, tarifas rodoviárias e hidroviárias, quando for o caso, durante a execução do contrato.

11.62 Disponibilizar empregados em quantidades necessárias para garantir a prestação dos serviços nos horários contratados, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.

11.63 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação/qualificação na fase de licitação.

11.64 Não transportar passageiros em pé ou no colo, salvo para prestação de socorro em caso de acidente ou avaria.

11.65 Prestar os esclarecimentos desejados, bem como comunicar ao contratante, por meio de líder ou diretamente, quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços.

11.66 Manter programa interno de autofiscalização da correta manutenção da frota, quanto à emissão de fumaça preta, especialmente para os veículos a óleo diesel que integrem a frota da UFJ. Os motoristas contratados devem sempre avisar ao Diretor de Logística da UFJ sobre a detecção de possíveis defeitos que podem ser sanados preventivamente.

11.67 Em caso de acidente com veículo de propriedade da UFJ, além das pertinentes providências legais imediatas, deverão ser adotados os seguintes procedimentos:

a) Quando houver vítima, prestar-lhe socorro imediato, levando-a, se necessário, ao hospital mais próximo do local do acidente;

b) Se o estado da vítima desaconselhar sua movimentação, chamar imediatamente o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Corpo de Bombeiros ou outra instituição responsável pela prestação de socorro em acidentes de trânsito;

c) Comunicar o fato, o mais rápido possível, ao fiscal do Contrato e ao Diretor/Coordenador do Departamento de Logística;

d) Caso ele próprio não precise de atendimento médico, permanecer no local e arrolar, se possível, duas testemunhas;

e) Em caso de fuga de outro envolvido, identificar as características do veículo, principalmente o número da placa;

f) Não retirar o veículo acidentado do local sem prévia autorização do preposto da empresa, salvo se houver determinação legal em contrário ou de autoridade policial.

11.68 Nos casos de ocorrência de acidente, a empresa CONTRATADA deverá:

a) Orientar seus empregados para não fazer acordo, sob hipótese alguma, com a outra parte envolvida no acidente;

b) Obter o Boletim de Ocorrência Policial junto à Delegacia de Polícia;

c) Encaminhar à fiscalização do campus CONTRATANTE, o mais breve possível, cópia do Boletim de Ocorrência Policial, acompanhado de relatório completo e minucioso do fato;

d) Apurar as causas, efeitos e responsabilidades, ainda que do acidente resultem unicamente danos materiais;

e) Adotar as providências necessárias para imediato conserto do veículo, caso o acidente tenha sido ocasionado por dolo ou culpa do seu motorista;

e) Quando a responsabilidade pelo acidente for de terceiros, fornecer à Reitoria e ao Departamento de Logística da UFJ todos os subsídios para acioná-los, com vistas ao ressarcimento das despesas decorrentes.

11.69 Quando houver infração de trânsito praticada por seus empregados na condução dos veículos do UFJ, a instituição deverá observar o seguinte:

a) As multas serão encaminhadas à Contratada, que deverá providenciar o pagamento até a data dos respectivos vencimentos, comprovando a quitação junto ao Departamento de Logística, no prazo de até 10 (dez) dias;

b) O atraso no pagamento das multas, bem como a falta de comprovação do pagamento no prazo indicado no item anterior, sujeitará a empresa licitante vencedora à multa moratória, calculada à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, dos respectivos valores da fatura mensal;

c) A empresa Contratada deverá comunicar as ocorrências relativas às infrações de Trânsito ao setor de Contratos, para fins de registro;

d) No caso em que um mesmo motorista for reincidente no cometimento de infrações de trânsito ou dependendo da gravidade da falta, a UFJ poderá solicitar sua substituição à Contratada, sem qualquer ônus adicional.

11.70 - Capacitar o Preposto para atender as necessidades do contrato, através de treinamento específico. A apresentação de certificado de conclusão de curso será necessária para comprovação.

12. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

12.2. Entende-se como subcontratação a contratação de motoristas terceirizados, ou seja, motoristas de quadro de pessoal de outras empresas para compor o objeto licitatório.

13. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

14.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações, previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

14.3 O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, de acordo com as seguintes disposições:

1 – Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

2 – Fiscalização Técnica:é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;

3 – Fiscalização Administrativa:é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

4 – Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade; e

5 - Fiscalização pelo Público Usuário: é o acompanhamento da execução contratual por pesquisa de satisfação junto ao usuário, com o objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços, os recursos materiais e os procedimentos utilizados pela contratada, quando for o caso, ou outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto.

14.4 Quando a contratação exigir fiscalização setorial, o órgão ou entidade deverá designar representantes nesses locais para atuarem como fiscais setoriais.

14.5 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

14.6 A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

14.7 Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as

seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

a) no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

a.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

a.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA; e

a.3. exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.

b) entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

b.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

b.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

b.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

b.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

c) entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:

c.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;

c.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;

c.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

c.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

c.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

d) entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

d.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

d.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
d.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

d.4. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

14.8 A CONTRATANTE deverá analisar a documentação solicitada na alínea “d” acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

14.9 No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

14.10 Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no subitem 14.7 acima deverão ser apresentados.

14.11 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

14.12 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.

14.13 O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

14.14 A CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

14.15 Além das disposições acima citadas, a fiscalização administrativa observará, ainda, as seguintes diretrizes:

14.15.1 Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):

a) Será elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;

b) Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela CONTRATADA e pelo empregado;

c) O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;

d) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);

e) Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a CONTRATADA;

f) Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

g) No primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

g.1. relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

g.2. CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela contratada;

g.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

g.4. declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

14.15.2 Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura):

a) Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;

b) Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;

c) Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;

d) Deverá ser exigida, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 66-A da Lei nº 8.666, de 1993.

14.15.3 Fiscalização diária:

a) Devem ser evitadas ordens diretas da CONTRATANTE dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto.

b) Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da CONTRATADA.

c) Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.

14.16 Cabe, ainda, à fiscalização do contrato, verificar se a CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita à estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.

14.16.1 O gestor deverá verificar a necessidade de se proceder à repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da contratada.

14.17 A CONTRATANTE deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.

14.17.1 Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados.

14.18 A CONTRATADA deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pela CONTRATANTE quaisquer dos seguintes documentos:

a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;

b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a CONTRATANTE;

c) cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; e

d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.

14.19 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, conforme modelo previsto no Anexo I, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.20 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

14.21 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.22 O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados.

14.23 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.24 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

14.25 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

14.26 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

14.27 O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

14.28 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

14.29 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.30 O representante da CONTRATANTE deverá promover o **registro das ocorrências** verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.31 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, **ensejará a aplicação de sanções administrativas**, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.32 Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

14.32.1 Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

14.32.2 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

14.32.3 Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da contratada.

14.33 O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

14.34 A fiscalização de que trata este tópico não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.35 As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

14.36 A fiscalização de que trata este Termo de Referência não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. **DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

15.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do **recebimento definitivo dos serviços**, nos termos abaixo.

15.2 No prazo de até **5 (cinco) dias corridos** do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

15.3 O **recebimento provisório** será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

15.3.1 A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

15.3.1.1 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

15.3.1.2 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

15.3.1.3 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

15.3.1.4 Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento mensal, o fiscal administrativo deverá

verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato;

15.3.2 No prazo de até **15 (quinze) dias corridos** a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

15.3.2.1 quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

15.3.2.2 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

15.3.2.2.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

15.4 No prazo de até **10 (dez) dias corridos** a partir do **recebimento provisório** dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo às seguintes diretrizes:

15.4.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

15.4.2 **Emitir Termo Circunstanciado** para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

15.4.3 Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, ou instrumento substituto.

15.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei n° 10.406, de 2002).

15.6 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

16. **DO PAGAMENTO**

16.1 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30(trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

16.2 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

16.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.4 **O setor competente para proceder o pagamento** deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

1. o prazo de validade;

2. a data da emissão;

3. os dados do contrato e do órgão contratante;

4. o período de prestação dos serviços;

5. o valor a pagar; e

6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, **o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação**, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

16.6 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, **será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada**, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.6.1 não produziu os resultados acordados;

16.6.2 deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.6.3 deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.8 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

16.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

16.10 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.12 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.13.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

16.14 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

16.15 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

16.16 A parcela mensal a ser paga a título de aviso prévio trabalhado e indenizado corresponderá, no primeiro ano de contratação, ao percentual originalmente fixado na planilha de preços.

16.16.1 Não tendo havido a incidência de custos com aviso prévio trabalhado e indenizado, a prorrogação contratual seguinte deverá prever o pagamento do percentual máximo equivalente a 03 (três) dias a mais por ano de serviço, até o limite compatível com o prazo total de vigência contratual.

16.16.2 A adequação de pagamento de que trata o subitem anterior deverá ser prevista em termo aditivo.

16.16.3 Caso tenha ocorrido a incidência parcial ou total dos custos com aviso prévio trabalhado e/ou indenizado no primeiro ano de contratação, **tais rubricas deverão ser mantidas na planilha** de forma complementar/proporcional, devendo o órgão contratante esclarecer a metodologia de cálculo adotada.

16.17 A Contratante providenciará o desconto na fatura a ser paga do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados da Contratada que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987.

16.18 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX) I = (6/100) I = 00016438

365 TX = Percentual da taxa anual = 6%

17. **DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA**

17.1 Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas neste Termo de Referência.

17.2 A futura Contratada deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis**.**

17.2.1 Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o

objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

17.3 A CONTRATADA autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.

17.4 A Contratante provisionará os valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da Contratada, que serão depositados pela em Conta-Depósito Vinculada, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação e utilizada exclusivamente para crédito das rubricas retidas.

17.5 Os valores provisionados somente serão liberados nas seguintes condições:

17.5.1 parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;

17.5.2 parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;

17.5.3 parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, às férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato; e

17.5.4 ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

17.6 O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

17.6.1 13º (décimo terceiro) salário;

17.6.2 Férias e um terço constitucional de férias;

17.6.3 Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

17.6.4 Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

17.7 Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no item 14 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

17.8 O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira.

17.9 Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

17.10 Os valores referentes às provisões mencionadas neste termo de referência que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

17.11 Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

17.12 A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade Contratante para utilizar

os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

17.12.1 Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

17.12.2 Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

17.12.3 A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.
17.12.4 A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas;

17.13 O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MP n. 5/2017.

18. **DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO (REPACTUAÇÃO)**

18.1 Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado no Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto n° 9.507, de 2018, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MP n° 5, de 2017.

18.2 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

18.3 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

18.3.1 Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

18.3.2 Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

18.3.3 Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constantes do Edital.

18.4 Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

18.5 O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual

subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

18.6 Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

18.7 Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

18.7.1 da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

18.7.2 do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

18.7.3 do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

18.8 Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

18.9 Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

18.10 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

18.11 A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

18.12 Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

18.13 Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos **custos sujeitos à variação dos preços de mercado** (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento **IPCA**,com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

R = V (I – Iº) / Iº, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

18.13.1 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.13.2 Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.13.3 Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.13.4 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

18.13.5 Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a CONTRATANTE verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

18.14 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

18.14.1 a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

18.14.2 em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

18.14.3 em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

18.15 Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

18.16 A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

18.17 O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

18.18 As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

18.19 O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

19. **GARANTIA DA EXECUÇÃO**

19.1 O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

19.2 No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante,

contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

19.2.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

19.2.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

19.3 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

19.4 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

19.4.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

19.4.2 prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

19.4.3 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

19.4.4 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

19.5 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

19.6 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

19.7 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

19.8 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

19.9 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

19.10 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

19.11 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

19.12 Será considerada extinta a garantia:

19.12.1 com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

19.12.2 no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2"do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

19.13 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o

objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

19.14 A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste TR.

19.15 A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.

19.15.1 Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho

19.16 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

20. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

20.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

20.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

20.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.3 falhar ou fraudar na execução do contrato;

20.1.4 comportar-se de modo inidôneo; ou

20.1.5 cometer fraude fiscal.

20.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

20.2.1 **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

20.2.2 **Multa de**:

20.2.2.1 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

20.2.2.2 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

20.2.2.3 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

201.2.2.4 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

20.2.2.5 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da

garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

20.2.2.6 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

20.2.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.2.4 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

20.2.4.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 22.1 deste Termo de Referência

20.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.3 As sanções previstas nos subitens 20.2.1, 20.2.3, 20.2.4 e 20.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.4 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**GRAU**
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por	05

	ocorrência;	
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

20.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

20.5.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.5.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.5.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20.7 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

20.7.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15(quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.8 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.9 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.10 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

20.11 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.12 O processamento do **PAR** não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21. **CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

21.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

21.2 Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

21.3 Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

21.3.1 O licitante deverá apresentar planilha de formação de preços de mão de obra (Anexo IA) conforme modelos fornecidos pela UFJ.

21.4 O critério de aceitabilidade de preços será o valor global de **R$ 16.006.570,80** (dezesseis milhões, seis mil, quinhentos e setenta reais e oitenta centavos), **total para 30 meses de contrato**.

21.5 O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

21.6 As regras de desempate entre propostas são discriminadas no edital.

22. **ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**

22.1 O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens (2 a 7) são discriminados na tabela acima, caracterizam-se por serem somente números estimativos das quantidades dos serviços, baseados em contratos anteriores, e não terão a obrigatoriedade de terem a totalidade das quantidades de serem utilizadas, podendo serem executadas a critério das necessidades da Universidade Federal de Jataí.

22.2 Tal valor foi obtido conforme disciplina a INSTRUÇÃO NORMATIVA ME/SEGES Nº 73, DE 5 DE AGOSTO DE 2020 utilizando-se os parâmetros previstos no Art. 5º.

23. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

23.1 Considerando o disposto no art. 7º, § 2º, inciso III, da Lei nº 8.666/1993, existe a previsão de créditos orçamentários no PL 28/2020-CN, Lei Orçamentária Anual – Exercício de 2021, consignados no PTRES 170646, Fonte 81000000000 , Natureza de Despesa 339037-01, no valor de **R$ 6.402.628,32** (seis milhões, quatrocentos e dois mil, seiscentos e vinte e oito reais e trinta e dois centavos) **previstos para 12 meses**.

Jataí, 20 de dezembro de 2021.

_____
Wendell Pereira da Silva
Membro Equipe de Planejamento
Fiscal de Contrato

_____
Massoiacy Pereira Marques
Membro Equipe de Planejamento
Gestor de Contrato

ANEXO II – TERMO DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2022

(Processo Administrativo n.° 23070.060433/2021-29)

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 2/2022, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ E A EMPRESA……...

A Universidade Federal de Jataí, com sede na Rodovia BR-364, N° 3800 - KM 192, na cidade de Jataí (GO), inscrita no CNPJ sob o nº 35.840.659/0001-30, neste ato representada pelo Reitor Pró Tempore, Prof. Dr. Américo Nunes da Silveira Neto, portador do CPF: 538.895.926-00, nomeado pela Portaria nº 2.121, de 10 de dezembro de 2019, do Ministério da Educação – MEC , publicada no *DOU* de 11 de dezembro de 2020, portador da matrícula funcional nº 1542118, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 2/2022, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços continuados de para prestação de **serviços de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí**, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2 Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3 Objeto da contratação:

Grupo	Item	Discriminação	Quantidade	Valor por funcionário	Valor total mensal	Valor total período 30 meses
1	1	Motoristas executivos 44 hs	13	R$ 5.271,50	R$ 69.624,36	R$ 2.088.730,80
	2	Diária sem pernoite	1.000	R$ 72,00	R$ 6.000,00	R$ 2.160.000,00
	3	Diária com pernoite	1.000	R$ 220,00	R$ 18.333,33	R$ 6.600.000,00
	4	Hora Suplementar 50%	2.000	R$ 29,17	R$ 4.861,66	R$ 1.750.200,00
	5	Hora Suplementar 100%	1.000	R$ 38,90	R$ 3.241,66	R$ 1.167.000,00
	6	Hora Suplementar noturna 50%	800	R$ 40,01	R$ 2.667,33	R$ 960.240,00

	7	Hora Suplementar noturna 100%	800	R$ 53,35	R$ 3.556,66	R$ 1.280.400,00
Valor Global Total de Referência						R$ 16.006.570,80

2 CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1 Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2 Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.3 Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.4 Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.5 Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.6 Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.7 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3 CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1 O valor mensal da contratação é de R$ ..... (.....), perfazendo o valor total de R$ ..... (....).

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4 CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 156678

Fonte: 8100000000

Programa de Trabalho: 170646

Elemento de Despesa: 339037-01

PI: M0000G0100N

4.2 No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5 CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30(trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.2 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

5.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.4 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.5 **O setor competente para proceder o pagamento** deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;

b) a data da emissão;

c) os dados do contrato e do órgão contratante;

d) o período de prestação dos serviços;

e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, **o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação**, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

5.7 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, **será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada**, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

5.8 não produziu os resultados acordados;

5.9 deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

5.10 deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

5.11 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.12 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.13 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.14 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no

âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.15 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.16 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.17 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.18 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

5.19 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

5.20 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

5.21 A parcela mensal a ser paga a título de aviso prévio trabalhado e indenizado corresponderá, no primeiro ano de contratação, ao percentual originalmente fixado na planilha de preços.

5.21.1 Não tendo havido a incidência de custos com aviso prévio trabalhado e indenizado, a prorrogação contratual seguinte deverá prever o pagamento do percentual máximo equivalente a 03 (três) dias a mais por ano de serviço, até o limite compatível com o prazo total de vigência contratual.

5.21.2 A adequação de pagamento de que trata o subitem anterior deverá ser prevista em termo aditivo.

5.21.3 Caso tenha ocorrido a incidência parcial ou total dos custos com aviso prévio trabalhado e/ou indenizado no primeiro ano de contratação, **tais rubricas deverão ser mantidas na planilha** de forma complementar/proporcional, devendo o órgão contratante esclarecer a metodologia de cálculo adotada.

5.22 A Contratante providenciará o desconto na fatura a ser paga do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados da Contratada que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987.

5.23 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX) I = (6/100) I = 00016438
365
TX = Percentual da taxa anual = 6%

6 CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO.

6.1 Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado no Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto n° 9.507, de 2018, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MP n° 5, de 2017.

6.2 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

6.3 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

6.3.1 Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

6.3.2 Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

6.3.3 Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constantes do Edital.

6.4 Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

6.5 O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

6.6 Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

6.7 Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

6.7.1 da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

6.7.2 do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

6.7.3 do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

6.8 Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

6.9 Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

6.10 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

6.11 A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

6.12 Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

6.13 Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos **custos sujeitos à variação dos preços de mercado** (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento **IPCA**,com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

R = V (I – Iº) / Iº, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

6.13.1 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.13.2 Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.13.3 Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou

de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.13.4 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

6.13.5 Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a CONTRATANTE verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

6.14 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

6.14.1 a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

6.14.2 em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

6.14.3 em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

6.15 Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

6.16 A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

6.17 O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

6.18 As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

6.19 O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7 CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1 O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

7.2 No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

7.2.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

7.2.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

7.3 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

7.4 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

7.4.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

7.4.2 prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

7.4.3 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

7.4.4 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

7.5 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

7.6 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

7.7 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

7.8 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

7.9 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

7.10 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

7.11 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

7.12 Será considerada extinta a garantia:

7.12.1 com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

7.12.2 no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2"do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

7.13 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

7.14 A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista

neste TR.

7.15 A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.

7.15.1 Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho

7.16 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

8 CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do **recebimento definitivo dos serviços**, nos termos abaixo.

8.2 No prazo de até **5 (cinco) dias corridos** do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

8.3 O **recebimento provisório** será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

8.3.1 A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

8.3.1.1 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.3.1.2 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.3.1.3 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.3.1.4 Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento mensal, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo

relatório que será encaminhado ao gestor do contrato;

8.3.2 No prazo de até **15 (quinze) dias corridos** a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

8.3.2.1 quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.3.2.2 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.3.2.2.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

8.4 No prazo de até **10 (dez) dias corridos** a partir do **recebimento provisório** dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo às seguintes diretrizes:

8.4.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

8.4.2 **Emitir Termo Circunstanciado** para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.4.3 Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, ou instrumento substituto.

8.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei n° 10.406, de 2002).

8.6 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

8.7 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.8 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações, previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento

das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

8.9 O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, de acordo com as seguintes disposições:

8.9.1 Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

8.9.2 Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;

8.9.3 Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

8.9.4 Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade; e

8.9.5 Fiscalização pelo Público Usuário: é o acompanhamento da execução contratual por pesquisa de satisfação junto ao usuário, com o objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços, os recursos materiais e os procedimentos utilizados pela contratada, quando for o caso, ou outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto.

8.10 Quando a contratação exigir fiscalização setorial, o órgão ou entidade deverá designar representantes nesses locais para atuarem como fiscais setoriais.

8.11 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

8.12 A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

8.13 Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

a) no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

a.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

a.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA; e

a.3. exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.

b) entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

b.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

b.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

b.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

b.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

c) entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:

c.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;

c.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;

c.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

c.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

c.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

d) entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

d.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

d.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais; d.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

d.4. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

8.14 A CONTRATANTE deverá analisar a documentação solicitada na alínea “d” acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

8.15 No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

8.16 Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no subitem 14.7 acima deverão ser apresentados.

8.17 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

8.18 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.

8.19 O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

8.20 A CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

8.21 Além das disposições acima citadas, a fiscalização administrativa observará, ainda, as seguintes diretrizes:

8.21.1 Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):

a) Será elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;

b) Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela CONTRATADA e pelo empregado;

c) O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;

d) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);

e) Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a CONTRATADA;

f) Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

g) No primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

g.1. relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

g.2. CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela contratada;

g.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

g.4. declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

8.21.2 Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura):

a) Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;

b) Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;

c) Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;

d) Deverá ser exigida, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 66-A da Lei nº 8.666, de 1993.

8.21.3 Fiscalização diária:

a) Devem ser evitadas ordens diretas da CONTRATANTE dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto.

b) Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da CONTRATADA.

c) Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.

8.22 Cabe, ainda, à fiscalização do contrato, verificar se a CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita à estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.

8.22.1 O gestor deverá verificar a necessidade de se proceder à repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da contratada.

8.23 A CONTRATANTE deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.

8.23.1 Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados.

8.24 A CONTRATADA deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pela CONTRATANTE quaisquer dos seguintes documentos:

a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;

b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a CONTRATANTE;

c) cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; e

d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.

8.25 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, conforme modelo previsto no Anexo I, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.26 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.27 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

8.28 O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados.

8.29 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

8.30 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

8.31 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

8.32 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

8.33 O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

8.34 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

8.35 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.36 O representante da CONTRATANTE deverá promover o **registro das ocorrências** verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.37 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, **ensejará a aplicação de sanções administrativas**, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.38 Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

8.38.1 Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do

contrato.

8.38.2 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

8.38.3 Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da contratada.

8.39 O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

8.40 A fiscalização de que trata este tópico não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.41 As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

8.42 A fiscalização de que trata este Termo de Referência não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9 CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

9.4 Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

9.5 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

9.6 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.7 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

9.7.1 Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

9.7.2 Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

9.7.3 Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

9.7.4 Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens

9.8 Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:

9.8.1 A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

9.8.2 O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;

9.8.3 O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

9.9 Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.

9.10 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

9.11 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

9.12 Cientificar o órgão de representação judicial da UFJ para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

9.13 Arquivar, entre outros documentos, projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

9.14 Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

9.15 Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentam condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

10 CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

10.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.3 Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração.

10.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.5 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.6 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7° do Decreto n° 7.203, de 2010;

10.7 Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

10.8 Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

10.9 As empresas contratadas que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços, conforme alínea "g" do item 10.1 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017:

10.9.1 relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

10.9.2 Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

10.9.3 exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;

10.9.4 declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;

10.9.5 Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

10.10 Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.

10.11 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

10.11.1 prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

10.11.2 certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

10.11.3 certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

10.11.4 Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n.

5/2017;

10.12 Substituir, no prazo de 2 (duas) horas, em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;

10.13 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

10.13.1 Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

10.14 Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

10.15 Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

10.15.1 Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

10.16 Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

10.17 Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

10.18 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;

10.19 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

10.20 Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

10.20.1 viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria,

aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

10.20.2 viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

10.20.3 oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

10.21 Manter preposto, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato;

10.22 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

10.23 Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante;

10.23.1 A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

10.23.2 Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

10.23.2.1 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela contratante para acompanhar o pagamento das respectivas verbas.

10.24 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.25 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.26 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.27 Não beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;

10.28 Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

10.28.1 Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

10.29 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os

valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.30 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.31 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.

10.32 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.33 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

10.34 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

10.35 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.36 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes deste Termo de Referência.

10.37 A contratada, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, deve proceder às anotações e registros pertinentes a todos os empregados que atuarem nos serviços, assumindo exclusivamente todas as obrigações advindas de eventuais demandas judiciais ajuizadas em qualquer juízo que versarem sobre pleitos trabalhistas e/ou previdenciários propostos por empregados ou terceiros que alegarem vínculo com a contratada.

10.38 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

10.39 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

10.40 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

10.41 É obrigação da contratada a administração de situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente.

10.42 A contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

10.43 A Contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, conforme orientações do art. 6º da IN n° 01/2010 (Compras Sustentáveis).

10.44 Observar as normas relativas à segurança da viagem e ao conforto dos passageiros,bem como cumprir a legislação de trânsito e de tráfego rodoviário.

10.45 Realizar manutenção preventiva na periodicidade recomendada pela boa técnica e de acordo

com as especificações do fabricante, mantendo os veículos em perfeitas condições de segurança, limpeza e higiene.

10.46 Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando ao contratante os motoristas com funções legalmente registradas em suas carteiras de trabalho, com experiência mínima definida neste Termo de Referência. (condições de tempo de direção ou condução de veículos por motoristas profissionais estão disciplinadas no art. 67-A da Lei nº 9.503, de 1997, sem prejuízo da legislação trabalhista aplicada à matéria.)

10.47 Não permitir que qualquer motorista se apresente ao serviço com sinais de embriaguez ou sob efeito de substância tóxica.

10.48 Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato.

10.49 Providenciar treinamentos e reciclagem necessários para garantir a execução dos trabalhos dentro dos níveis de qualidade desejados.

10.50 Efetuar a substituição do motorista, de imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra).

10.51 Comunicar ao contratante, quando da transferência e/ou retirada e substituição de motoristas dos itinerários ou dos serviços.

10.52 Manter controle de frequência/pontualidade de seus empregados.

10.53 Fornecer uniformes e complementos adequados para o desenvolvimento das atividades, submetendo-os previamente à aprovação do contratante, sem ônus para seus empregados.

10.54 Fornecer vale-refeição/vale-alimentação aos seus empregados e demais benefícios previstos em Acordos ou Convenção Coletiva da categoria.

10.55 Assegurar que todo empregado que cometer falta disciplinar qualificada como de natureza grave não deverá ser mantido em serviço.

10.56 Atender, de imediato, às solicitações do contratante quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços.

10.57 Comunicar ao contratante toda vez que ocorrer afastamento, substituição ou inclusão de qualquer componente da equipe que esteja prestando serviços ao contratante. No caso de substituição ou inclusão, a contratante anexará os respectivos currículos, ficando a cargo do contratante aceitá-los ou não.

10.58 Apresentar ao contratante, quando exigido, comprovantes de pagamento de salários, a quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos seus empregados que estejam ou tenham estado a serviço do contratante, por força do contrato.

10.59 Assumir todas as despesas decorrentes de danos materiais causados aos veículos ou bens de terceiros, bem como danos pessoais aos seus ocupantes ou a terceiros, de sua responsabilidade.

10.60 Responsabilizar-se civil e criminalmente pelos danos causados ao contratante ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato.

10.61 Responsabilizar-se por quaisquer multas de trânsito, ambientais, tarifas rodoviárias e hidroviárias, quando for o caso, durante a execução do contrato.

10.62 Disponibilizar empregados em quantidades necessárias para garantir a prestação dos serviços nos horários contratados, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.

10.63 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação/qualificação na fase de licitação.

10.64 Não transportar passageiros em pé ou no colo, salvo para prestação de socorro em caso de acidente ou avaria.

10.65 Prestar os esclarecimentos desejados, bem como comunicar ao contratante, por meio de líder ou diretamente, quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços.

10.66 Manter programa interno de autofiscalização da correta manutenção da frota, quanto à emissão de fumaça preta, especialmente para os veículos a óleo diesel que integrem a frota da UFJ. Os motoristas contratados devem sempre avisar ao Diretor de Logística da UFJ sobre a detecção de possíveis defeitos que podem ser sanados preventivamente.

10.67 Em caso de acidente com veículo de propriedade da UFJ, além das pertinentes providências legais imediatas, deverão ser adotados os seguintes procedimentos:

10.68 Quando houver vítima, prestar-lhe socorro imediato, levando-a, se necessário, ao hospital mais próximo do local do acidente;

10.69 Se o estado da vítima desaconselhar sua movimentação, chamar imediatamente o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Corpo de Bombeiros ou outra instituição responsável pela prestação de socorro em acidentes de trânsito;

10.69.1 Comunicar o fato, o mais rápido possível, ao fiscal do Contrato e ao Diretor/Coordenador do Departamento de Logística;

10.69.2 Caso ele próprio não precise de atendimento médico, permanecer no local e arrolar, se possível, duas testemunhas;

10.69.3 Em caso de fuga de outro envolvido, identificar as características do veículo, principalmente o número da placa;

10.69.4 Não retirar o veículo acidentado do local sem prévia autorização do preposto da empresa, salvo se houver determinação legal em contrário ou de autoridade policial.

10.70 Nos casos de ocorrência de acidente, a empresa CONTRATADA deverá:

10.70.1 Orientar seus empregados para não fazer acordo, sob hipótese alguma, com a outra parte envolvida no acidente;

10.70.2 Obter o Boletim de Ocorrência Policial junto à Delegacia de Polícia;

10.70.3 Encaminhar à fiscalização do campus CONTRATANTE, o mais breve possível, cópia do Boletim de Ocorrência Policial, acompanhado de relatório completo e minucioso do fato;

10.70.4 Apurar as causas, efeitos e responsabilidades, ainda que do acidente resultem unicamente danos materiais;

10.70.5 Adotar as providências necessárias para imediato conserto do veículo, caso o acidente tenha sido ocasionado por dolo ou culpa do seu motorista;

10.70.6 Quando a responsabilidade pelo acidente for de terceiros, fornecer à Reitoria e ao Departamento de Logística da UFJ todos os subsídios para acioná-los, com vistas ao ressarcimento das despesas decorrentes.

10.71 Quando houver infração de trânsito praticada por seus empregados na condução dos veículos do UFJ, a instituição deverá observar o seguinte:

10.71.1 As multas serão encaminhadas à Contratada, que deverá providenciar o pagamento até a data dos respectivos vencimentos, comprovando a quitação junto ao Departamento de Logística, no prazo de até 10 (dez) dias;

10.71.2 O atraso no pagamento das multas, bem como a falta de comprovação do pagamento no prazo indicado no item anterior, sujeitará a empresa licitante vencedora à multa moratória, calculada à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, dos respectivos valores da fatura mensal;

10.71.3 A empresa Contratada deverá comunicar as ocorrências relativas às infrações de Trânsito ao setor de Contratos, para fins de registro;

10.71.4 No caso em que um mesmo motorista for reincidente no cometimento de infrações de trânsito ou dependendo da gravidade da falta, a UFJ poderá solicitar sua substituição à Contratada, sem qualquer ônus adicional.

10.72 Capacitar o Preposto para atender as necessidades do contrato, através de treinamento específico. A apresentação de certificado de conclusão de curso será necessária para comprovação.

11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

11.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

11.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

11.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

11.1.3 falhar ou fraudar na execução do contrato;

11.1.4 comportar-se de modo inidôneo; ou

11.1.5 cometer fraude fiscal.

11.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

11.2.1 **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

11.2.2 **Multa de**:

11.2.2.1 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

11.2.2.2 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

11.2.2.3 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

11.2.2.4 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

11.2.2.5 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25

(vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

11.2.2.6 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

11.2.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

11.2.4 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

11.2.4.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 22.1 deste Termo de Referência

11.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

11.3 As sanções previstas nos subitens 22.2.1, 22.2.3, 22.2.4 e 22.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

11.4 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**GRAU**
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05

2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

11.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas

ou profissionais que:

11.5.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.5.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

11.5.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

11.7 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

11.7.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15(quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

11.9 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.10 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

11.11 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

11.12 O processamento do **PAR** não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2 amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e precedidos de autorização da autoridade competente, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório, bem como à prévia e

ampla defesa.

12.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3 Indenizações e multas.

12.5 O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto n.º 9.507, de 2018).

12.6 Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho (art. 64 a 66 da IN SEGES/MP n.º 05/2017).

12.7 Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item anterior, a CONTRATANTE reterá:

12.7.1 a garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela CONTRATADA, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

12.7.2 os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

12.8 Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

12.9 O CONTRATANTE poderá ainda:

12.9.1 nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.9.2 nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei n.º 8.666, de 1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

12.10 O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto n.º 9.507, de 2018.

13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

13.1 É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MP nº 05, de 2017.

14.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

17.1 É eleito o Foro da comarca de Jataí (GO) para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado eletronicamente, que, depois de lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2022

(Processo Administrativo n.° 23070.060433/2021-29)

ANEXO III – MODELO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DA GARANTIA E DE PAGAMENTO DIRETO

_____ (*identificação do licitante*), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr. _____ (*nome do representante*), portador da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, **AUTORIZA** o(a) ***(Nome do Órgão ou Entidade promotora da licitação)***, para os fins do Anexo VII-B da Instrução Normativa n° 05, de 26/05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e dos dispositivos correspondentes do Edital do Pregão n. XXX/20XX:

1) que sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores alocados a qualquer tempo na execução do contrato acima mencionado os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas, previdenciárias e fundiárias devidas, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

2) que sejam provisionados valores para o pagamento dos trabalhadores alocados na execução do contrato e depositados em conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, e aberta em nome da empresa ***(indicar o nome da empresa)*** junto a instituição bancária oficial, cuja movimentação dependerá de autorização prévia da(o) ***(Nome do Órgão ou Entidade promotora da licitação)***, que também terá permanente autorização para acessar e conhecer os respectivos saldos e extratos, independentemente de qualquer intervenção da titular da conta.

3) que a CONTRATANTE utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a CONTRATADA não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual.

....., ... de..... de 20.....

_____

(assinatura do representante legal do licitante)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2022
(Processo Administrativo n.° 23070.060433/2021-29)

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaro que a empresa_____, inscrita no CNPJ (MF) no_____, inscrição estadual no _____, estabelecida em_____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública:

Nome do Órgão/Empresa	Vigência do Contrato	Valor total do Contrato*
Valor total dos Contratos		R$_____
Local e data Assinatura e carimbo do emissor		

Observação:

Nota 1: Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.
Nota 2: *Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.

FÓRMULA EXEMPLIFICATIVA, PARA FINS DE ATENDIMENTO AO DISPOSTO NOS ITENS "D.1" E “D.2" DA ALÍNEA "D" DO SUBITEM 11.1. DO ITEM 11 DO ANEXO VII-A, DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA

- A Declaração de Compromissos Assumidos deve informar que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pela licitante não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante.

Fórmula de cálculo:

$$\frac{\text{Valor do Patrimônio Líquido}}{\text{Valor Total dos Contratos*}} \times 12$$

Observação:

Nota 1: Esse resultado deverá ser superior a 1 (um).
Nota 2: considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado*.

- Caso a diferença entre a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a declaração apresentada seja maior que 10% (dez por cento) positivo ou negativo em relação à receita bruta, o licitante deverá apresentar justificativas.

Fórmula de cálculo:

$$\frac{\text{(Valor da receita bruta -Valor total dos contratos)}}{\text{Valor da receita bruta}} \times 100$$

ANEXO V – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR

A verificação do resultado da prestação do serviço será realizada com base nos itens constantes da Tabela de Itens Avaliados. Para tanto, os preços estabelecidos no Contrato para a realização dos serviços, se referem à execução com a máxima qualidade. A execução que atinja os objetivos dos serviços contratados sem a máxima qualidade importará pagamento proporcional ao realizado.

Tais ajustes visam a assegurar ao CONTRATANTE e à CONTRATADA o recebimento dos serviços, mesmo diante de eventuais falhas em sua execução.

No período mensal o Fiscal do Contrato avaliará constantemente os serviços prestados, visando evitar a perda no nível de qualidade, promovendo o registro das ocorrências verificadas, e adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, podendo, inclusive, intervir para corrigir ou aplicar sanções quando verificar desconformidade contínua na prestação do serviço.

O Fiscal do contrato preencherá as ocorrências na Tabela de Itens Avaliados, a qual apresentará o percentual a ser descontado do faturamento. A Tabela de Itens Avaliados", deverá ser apresentada ao CONTRATADO até o dia 07 (sete) de cada mês seguinte, que conterá, no mínimo:

-Número do PAD contratual que deu origem ao contrato;
-Número do Contrato;
-Partes contratuais;
-Síntese do objeto;
-Relação de falhas; e
-Fator percentual de recebimento e remuneração dos serviços.

A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, podendo compreender a mensuração dos seguintes aspectos:

-Resultados alcançados em relação ao Contratado, verificação dos prazos de execução e qualidade demandada;
-Recursos humanos empregados em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
-Adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
-Cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato;

Após a apresentação à CONTRATADA das anotações que compõem o IMR - Índice de Medição de Resultados, com possíveis ocorrências e descontos, se houver, a mesma poderá apresentar justificativa do serviço com menor nível de conformidade no prazo de 5 (cinco) dias após do recebimento, sendo que neste caso só será aceita caso comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis.
Havendo impugnação ao relatório apresentado, o CONTRATANTE avaliará o mesmo, podendo promover diligências, ou apresentar a avaliação final da impugnação com indicação do efetivo valor devido.

Caso a avaliação da impugnação não seja concluída até o dia 10º (décimo) dia útil do mês de sua apresentação, considerar-se-á, para efeito de emissão da Nota Fiscal para pagamento, o valor

apontado originalmente pelo CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal contendo os valores apontados pelo CONTRATANTE, conforme item anterior, entre o 10º (décimo) e 15º (décimo quinto) dia útil do mês seguinte ao trabalhado.

Caso o resultado da avaliação da impugnação, posteriormente obtido, contemple ajuste de valor em favor da CONTRATADA, esta poderá emitir Nota Fiscal complementar e apresentar ao CONTRATANTE, para pagamento das diferenças.

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

Contrato nº	Processo Contratual nº:
Empresa Contratada:	Processo Financeiro nº:

Período de Avaliação: MÉS/ANO

ITEM	META A CUMPRIR	MEDIÇÃO	INCIDÊNCIA	GRAU	OCORRÊNCIAS	TOTAL A DESCONTAR
1	A empresa deverá garantir que os profissionais apresentem-se de maneira asseada, com uniformes limpos e completos, portando o crachá de identificação.	Por meio de constatação do gestor/fiscal do contrato.	Por ocorrência	1	0	0,00%
2	Os profissionais deverão realizar o correto preenchimento dos documentos afetos aos serviços desempenhados, como diários de bordo, requisições de manutenção, lista de checagem dos veículos, ou ainda em casos de sinistros, realizar o registro da ocorrência	Por meio de constatação do gestor/fiscal do contrato, ou por informação realizada pelos usuários	Por ocorrência	1	0	0,00%
3	A empresa deverá orientar seus profissionais a planejar suas atividades, traçando rotas previamente, entrando em contato com as áreas afetas de origem e destino, garantindo maior eficiência nos transportes.	Por meio de constatação do gestor/fiscal do contrato, ou por informação realizada pelos usuários	Por ocorrência	2	0	0,00%
4	A empresa deverá efetuar o depósito dos valores das diárias, com a antecedência solicitado em contrato, a fim de garantir que os funcionários possuam os recursos para custeio de alimentação e hospedagem	Por meio de constatação do gestor/fiscal do contrato.	Por ocorrência	2	0	0,00%
5	A empresa deverá manter o quantitativo de postos descritos em contrato, garantindo que, em caso de faltas, licenças, afastamentos ou férias exista a cobertura de tais afastamentos, salvo se houver entendimento entre a Administração e a Contratada para a não reposição, havendo apenas o desconto do período não reposto	Por meio de constatação do gestor/fiscal do contrato.	Por ocorrência	2	0	0,00%
6	A empresa deverá garantir a melhor qualidade possível de seus atendimentos, orientando para que os profissionais sejam pró-ativos, pontuais em seus atendimentos, tratando os usuários com urbanidade, primando pelo respeito, cortesia, educação e presteza.	Por meio de constatação do gestor/fiscal do contrato, ou por informação realizada pelos usuários	Por ocorrência	3	0	0,00%
7	A empresa deverá orientar seus profissionais a manter o zelo com todo o patrimônio colocado à disposição para o serviço, tanto com a inspeção periódica dos veículos oficiais, quanto os recursos transportados com o acondicionamento adequado das cargas	Por meio de constatação do gestor/fiscal do contrato, ou por informação	Por ocorrência	3	0	0,00%

		realizada pelos usuários				
8	A empresa deverá cumprir as solicitações e determinações da fiscalização/gestão, no que diz respeito às questões contratuais, de forma a respondê-las e/ou solucioná-las no menor tempo possível.	Por meio de constatação do gestor/fiscal do contrato.	Por ocorrência	3	0	0,00%
TOTAL A DESCONTAR DA NOTA FISCAL						**0,00%**
VALOR DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO						**R$ 0,00**
VALOR A DESCONTAR						**R$ 0,00**
VALOR A SER FATURADO						**R$ 0,00**

As ocorrências apuradas deverão ser anotadas na Tabela de Itens Avaliados, na coluna “Ocorrências”.

A depender do grau de cada infração, poderão ser descontados os seguintes percentuais:

GRAU	PERCENTUAL	INCIDÊNCIA
1	0,25% - Por ocorrência	Valor do Documento fiscal
2	0,50% - Por ocorrência	Valor do Documento fiscal
3	1,00% - Por ocorrência	Valor do Documento fiscal

Se o percentual a ser descontado das ocorrências no mês for superior à 20% ou, quando houver 03 (três) apontamentos, consecutivos ou intermitentes, para o mesmo item no período de 12 (doze) meses, além do desconto, poderá ser aberto processo administrativo visando a aplicação das sanções previstas em contrato.

ANEXO VI – TERMO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2022
(Processo Administrativo n.° 23070.060433/2021-29)

Nome completo:
Documento de identidade: CPF:
Endereço residencial
Complemento:
Bairro: Cidade:
Estado (UF): CEP:
Telefone residencial: ( ) Celular: ( )
E-mail:

A realização do cadastro como Usuário Externo no SEI - UFG e a entrega deste documento importará na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico, conforme Decreto no 8.539, de 8 de outubro de 2015, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica por meio de login e senha, tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações realizadas, as quais serão passíveis de apuração civil, penal e administrativa. Ainda, declaro que o endereço informado referente ao meu domicílio é verdadeiro e que são de minha exclusiva responsabilidade:

I - o sigilo da senha de acesso, não sendo oponível, em qualquer hipótese, alegação de uso indevido; II - a conformidade entre os dados informados no formulário eletrônico de peticionamento e os constantes do documento protocolizado, incluindo o preenchimento dos campos obrigatórios e anexação dos documentos essenciais e complementares; III - a confecção da petição e dos documentos digitais em conformidade com os requisitos estabelecidos pelo sistema, no que se refere ao formato e ao tamanho dos arquivos transmitidos eletronicamente; IV - a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados enviados por meio de peticionamento eletrônico até que decaia o direito da Administração de rever os atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados à UFG para qualquer tipo de conferência; V - a verificação, por meio do recibo eletrônico de protocolo, do recebimento das petições e dos documentos transmitidos eletronicamente; VI - a observância de que os atos processuais em meio eletrônico se consideram realizados no dia e na hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os atos praticados até as 23 horas e 59 minutos e 59 segundos do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre o usuário externo; VII - a consulta periódica ao SEI ou ao sistema por meio do qual efetivou o peticionamento eletrônico, a fim de verificar o recebimento de intimações, considerando-se realizadas na data em que efetuar sua consulta no sistema ou, não efetuada a consulta, quinze dias após a data de sua expedição; VIII - as condições de sua rede de comunicação, o acesso a seu provedor de internet e a configuração do computador utilizado nas transmissões eletrônicas.

Para que o cadastro seja liberado o Usuário deve comparecer ao Centro de Informação, Documentação e Arquivo (Cidarq) da UFG e apresentar os seguintes documentos:

• O original do presente Termo assinado;
• RG (ou outro documento de identificação oficial com foto) e CPF.

Atenção: Alternativamente, os documentos poderão ser entregues por terceiro ou enviados por Correios. Nestes casos deverão ser entregues cópia do RG e do CPF autenticados em cartório e o presente Termo com reconhecimento de firma em cartório. Os documentos deverão ser endereçados à Coordenaçao de Compras e Licitações COAD/REJ/UFG (Rua Riachuelo, 1530 – Setor Samuel Graham – Jatai/GO – CEP: 75.804 – 020).

Cidade – UF, de de 2019.

_____
Assinatura do Usuário

Licitação
Dispensa/Inexigibilidade
Pedido de Cotação Eletrônica

Ambiente: PRODUÇÃO

Alterar/Excluir Licitação

04/03/2022 11:05:15

A Licitação foi incluída.

Órgão: 26453 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAI

UASG Responsável: 156678 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAI

* Modalidade de Licitação	* Nº da Licitação	* Ano da Licitação	* Forma de Realização	* Modo de Disputa
Pregão	00002	2022	Eletrônico	Aberto/Fechado

Característica	* Nº do Processo	* Tipo de Licitação
Tradicional	2307006043320212	Menor Preço

* Pregão Covid-19 ?

- (●) Não
- ( ) Lei 14.124/2021, art. 8° (vacinação Covid-19)
- ( ) MP 1.047/2021, art. 2° (insumos Covid-19)

[ ] Equalização de ICMS [ ] Internacional

* Valor Total da Compra (R$)	* Quantidade de Itens	Total de Itens Incluídos
16.006.570,80	7	0

[ ] Obras ou Serviços de Engenharia

* Justificativa pela não Utilização do Pregão Eletrônico

517 Caracteres Disponíveis

* Objeto

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa terceirizada, para prestação de serviços de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí (UFJ), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

185 Caracteres Disponíveis

Informações Gerais

497 Caracteres Disponíveis

Recurso

* Tipo de Recurso	Origem do Recurso	Outras Origens
Nacional	Selecione	

Valor da Contrapartida (R$)	Nº do Contrato

Responsável pela Autorização da Compra

* CPF do Responsável	* Nome	* Função
538.895.926-00	AMERICO NUNES DA SILVEIRA NETO	Reitor Pró Tempore

Salvar | Excluir Licitação | Gerar Relação de Itens

Solução SERPRO

Comprovante de Publicação de Licitação (2741065) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 445

Licitação

Ambiente: PRODUÇÃO

Itens da Licitação

07/03/2022 09:53:14

Foi formado o grupo nº 1 sem a utilização de benefícios, com 7 itens informados e com valor total estimado de R$ 16.006.570,80.

Órgão: 26453 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAI

UASG Responsável: 156678 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAI

Modalidade de Licitação: Pregão

Nº da Licitação: 00002/2022

Forma de Realização: Eletrônico

Característica: Tradicional

Modo de Disputa: Aberto/Fechado

Quantidade de Itens: 7

Total de Itens Incluídos: 7

Filtro

Nº do Item | Descrição do Item | Itens Vinculados ao Grupo: Todos | Critério de Julgamento: Todos | Tipo de Benefício: Todos

Utiliza tratamento do Decreto 7174/2010

Itens Inconsistentes

Pesquisar | Limpar

Nº do Item	Tipo de Item (*)	Item	Qtde Item	Unidade de Fornecimento	Critério de Julgamento	Tipo de Benefício	Decr. 7174	Critério de Valor	Grupo	Consis-tente?	Ação
1	S	15008 - Prestação de Serviços de Motorista	13	UNIDADE	Menor Preço	-	Não	Valor Estimado	G1	Sim	Alterar
2	S	21849 - Pagamento diária - nacional / internacional	1.000	UNIDADE	Menor Preço	-	Não	Valor Estimado	G1	Sim	Alterar
3	S	21849 - Pagamento diária - nacional / internacional	1.000	UNIDADE	Menor Preço	-	Não	Valor Estimado	G1	Sim	Alterar
4	S	21849 - Pagamento diária - nacional / internacional	2.000	UNIDADE	Menor Preço	-	Não	Valor Estimado	G1	Sim	Alterar
5	S	21849 - Pagamento Diária - Nacional / Internacional	1.000	UNIDADE	Menor Preço	-	Não	Valor Estimado	G1	Sim	Alterar
6	S	21849 - Pagamento diária - nacional / internacional	800	UNIDADE	Menor Preço	-	Não	Valor Estimado	G1	Sim	Alterar
7	S	21849 - Pagamento Diária - Nacional / Internacional	800	UNIDADE	Menor Preço	-	Não	Valor Estimado	G1	Sim	Alterar

7 registros encontrados, exibindo todos os registros.

(*) **M** - Material **S** - Serviço

Incluir Itens | Formar Novo Grupo | Copiar Itens | Gerar Relação de Itens

Licitação | Grupos

Solução SERPRO

Comprovante de Publicação de Licitação (2741065) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 446

Licitação
Dispensa/Inexigibilidade
Pedido de Cotação Eletrônica

Ambiente: PRODUÇÃO

Gerar Relação de Itens

07/03/2022 10:51:31

A Relação de Itens do Edital foi gerada.

Órgão: 26453 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAI

UASG Responsável: 156678 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAI

Modalidade de Licitação: Pregão

Nº da Licitação: 00002

* Ano da Licitação: 2022

Objeto:

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa terceirizada, para prestação de serviços de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí (UFJ), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Itens da Licitação

Nº do Item	Tipo de Item	Item	Quantidade	Unidade de Fornecimento	Tipo de Benefício	Critério de Valor	Grupo
1	Serviço	15008 - Prestação de Serviços de Motorista	13	UNIDADE	-	Valor Estimado	G1
2	Serviço	21849 - Pagamento diária - nacional / internacional	1000	UNIDADE	-	Valor Estimado	G1
3	Serviço	21849 - Pagamento diária - nacional / internacional	1000	UNIDADE	-	Valor Estimado	G1
4	Serviço	21849 - Pagamento diária - nacional / internacional	2000	UNIDADE	-	Valor Estimado	G1
5	Serviço	21849 - Pagamento Diária - Nacional / Internacional	1000	UNIDADE	-	Valor Estimado	G1
6	Serviço	21849 - Pagamento diária - nacional / internacional	800	UNIDADE	-	Valor Estimado	G1
7	Serviço	21849 - Pagamento Diária - Nacional / Internacional	800	UNIDADE	-	Valor Estimado	G1

7 registros encontrados, exibindo todos os registros.

Gerar Relação de Itens | Visualizar Relação de Itens | Transferir Edital

Solução SERPRO

Comprovante de Publicação de Licitação (2741065) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 447

Licitação
Dispensa/Inexigibilidade
Pedido de Cotação Eletrônica

Ambiente: PRODUÇÃO

Transferir Edital

07/03/2022 10:52:17

Edital transferido para o ComprasNet.

Órgão: 26453 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAI

UASG de Atuação: 156678 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAI

Modalidade de Licitação: Pregão

Nº da Licitação: 00002

* Ano da Licitação: 2022

Objeto:

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa terceirizada, para prestação de serviços de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí (UFJ), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

* Edital

Escolher arquivo Nenhum arquivo selecionado

Transferir | Alterar Aviso Licitacao

(*) Campo de preenchimento obrigatório.

Solução SERPRO

Comprovante de Publicação de Licitação (2741065) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 448

Licitação
Dispensa/Inexigibilidade
Pedido de Cotação Eletrônica

Ambiente: PRODUÇÃO

Alterar/Excluir Aviso de Licitação

07/03/2022 11:05:01

O Aviso de Licitação foi alterado.

Órgão: 26453 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAI

UASG Responsável: 156678 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAI

Modalidade de Licitação	Nº da Licitação	Forma de Realização	Característica	Modo de Disputa
Pregão	00002/2022	Eletrônico	Tradicional	Aberto/Fechado

Nº do Processo	Tipo de Licitação
2307006043320212	Menor Preço

* Pregão Covid-19 ?

- (•) Não
- ( ) Lei 14.124/2021, art. 8° (vacinação Covid-19)
- ( ) MP 1.047/2021, art. 2° (insumos Covid-19)

Valor Total da Compra (R$)	Quantidade de Itens
16.006.570,80	7

[ ] Equalização de ICMS [ ] Internacional

Objeto

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa terceirizada, para prestação de serviços de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí (UFJ), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Publicação/Divulgação do Aviso de Licitação

* Primeira Data da Publicação/Divulgação	Segunda Data da Publicação	Terceira Data da Publicação
08/03/2022		

* CPF do Responsável	* Nome	* Função
538.895.926-00	AMERICO NUNES DA SILVEIRA NETO	Reitor Pró Tempore

Disponibilidade do Edital

* Data da Disponibilidade do Edital: A partir de 08/03/2022

Período da Disponibilidade do Edital: * Das 08:00 * às 11:30 e das 12:30 às 17:30

Endereço

* Logradouro	Bairro
Rua Riachuelo 1530 - Cep- 75804-020	Samuel Graham

* Código do Município	* Município/UF	DDD	Telefone	Ramal	Fax
94331	Jataí/GO	64	3606	8394	

Entrega da Proposta

A partir da disponibilidade do Edital, no endereço eletrônico: www.gov.br/compras

Abertura da Licitação

* Em 18/03/2022 às 09:00 no endereço eletrônico: www.gov.br/compras

Salvar Aviso | Excluir Aviso | Disponibilizar para Publicação/Divulgação

(*) Campo de preenchimento obrigatório.

Solução SERPRO

Comprovante de Publicação de Licitação (2741065) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 449

Licitação

Ambiente: PRODUÇÃO

Disponibilizar Aviso de Licitação para Publicação-Divulgação

07/03/2022 11:29:48

Este Aviso de Licitação será Publicado no D.O.U. na data de 08/03/2022 e Divulgado no Portal de Compras (www.gov.br/compras) nesta mesma data.

Resumo do Aviso de Licitação

Órgão: 26453 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAI

UASG Responsável: 156678 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAI

Modalidade de Licitação: Pregão

Nº da Licitação: 00002/2022

Forma de Realização: Eletrônico

Característica: Tradicional

Modo de Disputa: Aberto/Fechado

Nº do Processo: 2307006043320212

Tipo de Licitação: Menor Preço

Quantidade de Itens: 7

☐ Equalização de ICMS ☐ Internacional

Objeto:

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa terceirizada, para prestação de serviços de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí (UFJ), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Primeira Data da Publicação/Divulgação: 08/03/2022

Segunda Data da Publicação:

Terceira Data da Publicação:

Data da Disponibilidade do Edital: A partir de 08/03/2022 às 08:00

Data/Hora da Abertura da Licitação: Em 18/03/2022 às 09:00

Empenho Referente ao Contrato com a Imprensa Nacional

Nº Unidade Gestora: 156678

Unidade Gestora: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAI

Gestão: 26453

Empenho: 2022 NE 111111

Disponibilizar para Publicação/Divulgação

Aviso de Licitação

Comprovante de Publicação de Licitação (2741065) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 450

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 08/03/2022 | Edição: 45 | Seção: 3 | Página: 82

Órgão: Ministério da Educação/Universidade Federal de Jataí

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2022 - UASG 156678

Nº Processo: 23070060433202129. Objeto: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa terceirizada, para prestação de serviços de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí (UFJ), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.. Total de Itens Licitados: 7. Edital: 08/03/2022 das 08h00 às 11h30 e das 12h30 às 17h30. Endereço: Rua Riachuelo 1530 - Cep- 75804-020, Samuel Graham - Jataí/GO ou https://www.gov.br/compras/edital/156678-5-00002-2022. Entrega das Propostas: a partir de 08/03/2022 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 18/03/2022 às 09h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: .

AMERICO NUNES DA SILVEIRA NETO

Reitor Pró Tempore

(SIASGnet - 07/03/2022) 156678-26453-2022NE111111

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

Comprovante de Divulgação (DOU) (2741092) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 451

Designação de equipe de apoio e pregoeiro - 2741231

DESIGNAÇÃO DE MEMBRO DE EQUIPE DE APOIO OU PREGOEIRO

Órgão Gerador/Emissor:
DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - PROAD/UFJ

DESIGNA PARA:
Equipe de Apoio

Nome:
Silviany da Silva Coutinho Guimarães

Cargo:
Assistente Administrativo

Matrícula SIAPE:
2065896

Finalidade:
Atuar como Equipe de apoio do PE 02-2022

Observações:
-

Documento assinado eletronicamente por **Silviany Da Silva Coutinho Guimaraes**, **Vice-Diretora**, em 08/03/2022, às 10:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2741231** e o código CRC **E07CBD6B**.

Designação de equipe de apoio e pregoeiro - 2741238

DESIGNAÇÃO DE MEMBRO DE EQUIPE DE APOIO OU PREGOEIRO

Órgão Gerador/Emissor:
DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - PROAD/UFJ

DESIGNA PARA:
Equipe de Apoio

Nome:
Rafael Nogueira de Freitas Koch

Cargo:
Administrador

Matrícula SIAPE:
1548108

Finalidade:
Atuar como Equipe de apoio do PE 02-2022

Observações:
-

Documento assinado eletronicamente por **Silviany Da Silva Coutinho Guimaraes**, **Vice-Diretora**, em 08/03/2022, às 10:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2741238** e o código CRC **5F19BB01**.

Designação de equipe de apoio e pregoeiro - 2741252

DESIGNAÇÃO DE MEMBRO DE EQUIPE DE APOIO OU PREGOEIRO

Órgão Gerador/Emissor:
DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - PROAD/UFJ

DESIGNA PARA:
pregoeiro

Nome:
Leruama Pena Leal

Cargo:
Assistente Administrativo

Matrícula SIAPE:
2362501

Finalidade:
Atuar como Pregoeira no PE 02/2022

Observações:
Favor anexar as portarias de Pregoeiro e equipe de apoio.

Documento assinado eletronicamente por **Silviany Da Silva Coutinho Guimaraes**, **Vice-Diretora**, em 08/03/2022, às 10:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2741252** e o código CRC **4C8534B5**.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - REGIONAL JATAÍ

JUSTIFICATIVA

Para melhor organização desta Diretoria, informamos a alteração da Equipe de Apoio e Pregoeiro.

Favor desconsiderar as designações (2741231), (2741238), (2741252) e considerar as seguintes designações (2759616), (2759620),(2759639).

Documento assinado eletronicamente por **Rafael Nogueira De Freitas Koch**, **Diretor**, em 15/03/2022, às 15:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2759573** e o código CRC **9459A4FB**.

Referência: Processo nº 23070.060433/2021-29 SEI nº 2759573

Designação de equipe de apoio e pregoeiro - 2759616

DESIGNAÇÃO DE MEMBRO DE EQUIPE DE APOIO OU PREGOEIRO

Órgão Gerador/Emissor:
DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - PROAD/UFJ

DESIGNA PARA:
Equipe de Apoio

Nome:
Leruama Pena Leal

Cargo:
Assistente Administrativo

Matrícula SIAPE:
2362501

Finalidade:
Atuar como equipe de apoio no PE 02/2022.

Observações:
-

Documento assinado eletronicamente por **Rafael Nogueira De Freitas Koch**, **Diretor**, em 15/03/2022, às 15:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2759616** e o código CRC **2CA9A952**.

Designação de equipe de apoio e pregoeiro - 2759620

DESIGNAÇÃO DE MEMBRO DE EQUIPE DE APOIO OU PREGOEIRO

Órgão Gerador/Emissor:
DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - PROAD/UFJ

DESIGNA PARA:
Equipe de Apoio

Nome:
Rafael Nogueira de Freitas Koch

Cargo:
Administrador

Matrícula SIAPE:
1548108

Finalidade:
Atuar como equipe de apoio no PE 02/2022.

Observações:
-

Documento assinado eletronicamente por **Rafael Nogueira De Freitas Koch**, **Diretor**, em 15/03/2022, às 15:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2759620** e o código CRC **000FB816**.

Designação de equipe de apoio e pregoeiro - 2759639

DESIGNAÇÃO DE MEMBRO DE EQUIPE DE APOIO OU PREGOEIRO

Órgão Gerador/Emissor:
DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - PROAD/UFJ

DESIGNA PARA:
pregoeiro

Nome:
Silviany da Silva Coutinho Guimarães

Cargo:
Pregoeira

Matrícula SIAPE:
2065896

Finalidade:
Atuar como Pregoeira na presente licitação.

Observações:
Favor anexar as portarias de Pregoeiro e equipe de apoio.

Documento assinado eletronicamente por **Rafael Nogueira De Freitas Koch**, **Diretor**, em 15/03/2022, às 15:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2759639** e o código CRC **29634C2B**.

Licitação
Dispensa/Inexigibilidade
Pedido de Cotação Eletrônica

Ambiente: PRODUÇÃO

Informar Evento de Suspensão

17/03/2022 10:49:53

O Evento de Suspensão foi salvo.

Órgão: 26453 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAI

UASG Responsável: 156678 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAI

Modalidade de Licitação	Nº da Licitação	Forma de Realização	Característica	Modo de Disputa
Pregão	00002/2022	Eletrônico	Tradicional	Aberto/Fechado

Objeto

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa terceirizada, para prestação de serviços de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí (UFJ), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

* Motivo do Evento de Suspensão

Alteração do valor total da proposta.

94 Caracteres Disponíveis

Publicação/Divulgação do Aviso de Evento

* Data da Publicação/Divulgação: 18/03/2022

* CPF do Responsável	* Nome	* Função
538.895.926-00	AMERICO NUNES DA SILVEIRA NETO	Reitor Pró Tempore

Salvar Evento | Excluir Evento | Disponibilizar para Publicação/Divulgação

Solução SERPRO

Comprovante SIASG e DOU - Evento de Suspensão (2765773) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 459

Licitação
Dispensa/Inexigibilidade
Pedido de Cotação Eletrônica
Eventos

Ambiente: PRODUÇÃO

Disponibilizar Aviso de Evento de Licitação para Publicação-Divulgação

17/03/2022 10:54:32

Este Evento de Suspensão será Publicado no D.O.U. na data de 18/03/2022 e Divulgado no Portal de Compras (www.gov.br/compras) nesta mesma data.

Resumo do Evento de Suspensão

Órgão	UASG Responsável
26453 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAI	156678 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAI

Modalidade de Licitação	Nº da Licitação	Forma de Realização	Característica	Modo de Disputa
Pregão	00002/2022	Eletrônico	Tradicional	Aberto/Fechado

Objeto

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa terceirizada, para prestação de serviços de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí (UFJ), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Motivo do Evento de Suspensão

Alteração do valor total da proposta.

Data da Publicação/Divulgação do Evento de Suspensão	Data da Disponibilidade do Edital	Data/Hora da Abertura da Licitação
18/03/2022	A partir de 08/03/2022 às 08:00	Em 18/03/2022 às 09:00

Empenho Referente ao Contrato com a Imprensa Nacional

Nº Unidade Gestora	Unidade Gestora
156678	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAI

Gestão	Empenho	NE
26453	2022	111111

Disponibilizar para Publicação/Divulgação | Visualizar Prévia da Matéria

Evento de Suspensão

Solução SERPRO

Comprovante SIASG e DOU - Evento de Suspensão (2765773) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 460

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 18/03/2022 | Edição: 53 | Seção: 3 | Página: 92

Órgão: Ministério da Educação/Universidade Federal de Jataí

AVISO DE SUSPENSÃO

PREGÃO Nº 2/2022

Comunicamos a suspensão da licitação supracitada, publicada no D.O.U em 08/03/2022 . Objeto: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa terceirizada, para prestação de serviços de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí (UFJ), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

AMERICO NUNES DA SILVEIRA NETO
Reitor Pró Tempore
(SIDEC - 17/03/2022) 156678-26453-2022NE111111

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - REGIONAL JATAÍ

DESPACHO

À Diretoria de Gestão de Contratos - PROAD/UFJ.

Carlos Portilho Assis Cabral

Encaminho o presente processo para as devidas conferências e atualizações sugeridas no Termo de Referência, atualizando a planilha de formação do valor total da proposta, adequando os valores.

Informo ainda, que conforme comprovante de suspensão 2765773, a licitação agendada para a data de 18/03/22, fica suspensa até que as alterações devidas sejam realizadas e podermos dar andamento no processo licitatório. Após a nova divulgação no DOU, serão necessários 8 dias úteis para nova data de realização do certame.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer outras informações julgadas necessárias.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente por **Silviany Da Silva Coutinho Guimaraes**, **Vice-Diretora**, em 17/03/2022, às 14:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2765828** e o código CRC **ABD1850E**.

Referência: Processo nº 23070.060433/2021-29 SEI nº 2765828

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ
PRÓ REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DIRETORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 23070.060433/2021-29

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMUM DE FORMA CONTINUADA. PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2021

1. **DO OBJETO**

1.1 A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa terceirizada, para prestação de **serviços de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí (UFJ)**, conforme especificações e exigências descritas neste Termo de Referência e seus anexos.

Grupo	Item	Discriminação	Quantidade	Valor por funcionário	Valor total mensal	Valor total período 30 meses
1	1	Motoristas executivos 44 hs	13	R$ 5.271,50	R$ 68.529,50	R$ 2.055.885,00
	2	Diária sem pernoite	1000	R$ 72,00	R$ 72.000,00	R$ 2.160.000,00
	3	Diária com pernoite	1000	R$ 220,00	R$ 220.000,00	R$ 6.600.000,00
	4	Hora Suplementar 50%	2000	R$ 29,17	R$ 58.340,00	R$ 1.750.200,00
	5	Hora Suplementar 100%	1000	R$ 38,90	R$ 38.900,00	R$ 1.167.000,00
	6	Hora Suplementar noturna 50%	800	R$ 40,01	R$ 32.008,00	R$ 960.240,00
	7	Hora Suplementar noturna 100%	800	R$ 53,35	R$ 42.680,00	R$ 1.280.400,00
Valor Global Total de Referência						R$ 15.973.725,00

1.2 O objeto da licitação tem a natureza de **SERVIÇO COMUM DE FORMA CONTINUADA COM**

DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA.

1.3 Os quantitativos e os respectivos códigos dos itens são discriminados na tabela acima.

1. 4 A presente contratação adotará como regime de execução o **PREÇO GLOBAL (30 MESES)**.

1. 5 O prazo de vigência do contrato é de 3**0 (trinta)** meses prorrogável até o limite de **60(sessenta)** meses, conforme preceito da Lei 8.666/93.

1. 6 Link para planilha que deverá ser utilizada para proposta da contratada - planilha de custos e formação de preços: Download Planilha Orçamentária Estimativa UFJ.xlsx

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 A contratação dos serviços decorre da inexistência de cargos e/ou funções específicas à execução das atividades relacionadas no objeto deste termo..

2.3 Em um número atualizado a UFJ conta hoje com uma frota de 30 veículos, entre veículos de passeio, veículos utilitários, ônibus, micro-ônibus e vans, considerando que não temos motorista em nosso quadro de servidores, faz-se necessário a contratação de empresa que preste este serviço. Diversas são as atividades que demandam este tipo de serviço tais como: viagens a congressos, aulas práticas, seminários, pesquisa de campo, coleta de dados, e entregas de materiais nas diversas unidades acadêmicas e administrativas da UFJ, deslocamentos de autoridades administrativas do campus de Jataí para reuniões em outras Universidades, entre outras.

2.4 Desta forma, e diante do acima exposto, e ainda, considerando que as atividades atribuídas ao serviço a ser contratado não encontram no Plano de Cargos e Salários da Administração Pública Federal as atribuições correlatas, obriga-se esta Instituição a recorrer à contratação de empresa especializada na prestação de serviços, através de procedimento licitatório, objetivando atender às suas necessidades.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1 A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação do serviço de forma indireta e contínua, de serviço terceirizado de apoio administrativo, abrangendo postos de motorista executivo com dedicação exclusiva de mão-de-obra.

3.2. Diante das justificativas apresentadas no item 2 deste Termo de Referência, resta à Administração realizar a contratação, visando a continuidade e aperfeiçoamento da prestação dos serviços.

3.3. Os serviços possuem caráter de natureza contínua, considerados auxiliares e imprescindíveis para subsidiar o pleno desempenho das atribuições típicas que, caso sejam interrompidos, comprometerão a celeridade e a continuidade da atividade laboral, haja vista a necessidade de deslocamento de membros e servidores para tal mister.

3.4. O motorista de veículo prestará serviço na Universidade Federal de Jataí, porém, poderá se deslocar para outras localidades, dentro do estado de Goiás e outros estados, conforme as necessidades da Contratante e de acordo com os procedimentos adotados neste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1 Trata-se de serviço comum, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto n° 9.507, de 21 de setembro de

2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3 O serviço a ser contratado enquadra-se na classificação de serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555 e do Decreto nº 10.024/2019, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

4.4 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

5.1 A contratação discorre de serviço essencial, que deve ser executado de forma contínua. De acordo com o artigo 15 da Instrução Normativa nº 05, de 25 de maio de 2017, os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.Os serviços deverão ser prestados, cumprindo-se todas as normas legais, bem como às determinações emanadas do fiscal do contrato.

5.2. Os veículos deverão ser conduzidos com zelo e cautela necessários à prevenção de incidentes de qualquer natureza, devendo ser observado todas as normas legais de trânsito;

5.3 A contratada somente poderá iniciar os serviços, quando autorizados por escrito pelo órgão contratante, utilizando-se apenas os veículos oficiais da UFJ.

5.4 As Fichas de Requisições de Veículos devem ser apresentadas quando do embarque, devidamente assinadas, carimbadas pelo demandante e preenchidas com a indicação da rota;

5.5. A contratada deverá preencher formulário próprio para controle de tráfego, indicando a rota executada e qualquer desvio frente à rota determinada pelo Departamento de Logística;

5.6 Sob nenhum pretexto os veículos poderão exceder os limites de velocidade e peso determinados por lei;

5.7 Os veículos só poderão ser utilizados exclusivamente em serviço e serão de uso exclusivo da UFJ;

5.8 Os motoristas deverão portar habitualmente Carteiras de Habilitação sempre atualizadas;

5.9 Ao término do serviço os veículos deverão ser recolhidos à garagem da Contratante ou local determinado pela mesma;

5.10 O motorista deverá estacionar o veículo em local apropriado resguardando-o de furtos ou roubos, assim como dos perigos mecânicos e ameaças climáticas;

5.11 O motorista em serviço, sob nenhuma hipótese, poderá abandonar o veículo;

5.12 Na ocorrência de acidente com o veículo, o motorista deverá solicitar perícia e, após a liberação, se for o caso, solicitar à Contratada a remoção do veículo para a garagem ou para a oficina indicada para o conserto;

5.13 A Contratada será responsável por providenciar o Boletim de Ocorrência/laudo pericial feito pelo órgão competente;

5.14 Os motoristas deverão ter conhecimento das principais vias públicas das cidades onde estão situadas as unidades da UFJ;

5.15 O uso do cinto de segurança é obrigatório para os motoristas e passageiros;

5.16 O veículo, sob responsabilidade do motorista, deverá ser mantido em perfeitas condições de uso e funcionamento, e quaisquer defeitos e ou avarias nele detectados deverão ser comunicados à fiscalização do contrato e à empresa Contratada;

5.17 Em caso de necessidade de pernoite(s), os serviços deverão ser solicitados com antecedência mínima de 01 (um) dia útil:

5.18 O motorista à data da viagem deverá portar numerário suficiente para arcar com as despesas de alimentação, hospedagem e outras necessárias e de acordo com a legislação vigente.

5.19 Os serviços serão solicitados mediante o preenchimento da Ficha de Requisição de Veículo e/ou através de sistemas e APP utilizado pela contratante para sua gestão;

5.20 As Fichas de Requisição de Veículo serão entregues ao motorista, no ato do embarque do usuário,

devidamente assinadas e carimbadas pelos servidores credenciados, preenchidos todos os campos e rubricadas pelo servidor/usuário;

5.21 As anotações de quilometragem deverão ser feitas pelo motorista, sendo conferidas e atestadas pelo usuário, no momento do embarque e desembarque;

5.22 Os servidores deverão estar disponíveis nas unidades da UFJ, no mínimo 15 (quinze) minutos antes do horário fixado para o início da execução dos serviços, para a verificação das condições de segurança, combustível, limpeza e conservação dos veículos;

5.23 Os postos de trabalho dos motoristas serão compostos por 01 (um) profissional por posto, para cada veículo.

5.24 O local de apresentação dos motoristas serão as unidades :

Unidade	**Endereço**
Jataí/GO	UFJ órgãos/unidades: Campus Jatobá - Cidade Universitária, BR 364, Km 195, n.º 3800 - CEP 75801-615 Campus Riachuelo - Rua Riachuelo, CP 03 - CEP 75804-068.

5.24.1 Os locais de apresentação dos veículos poderão ser alterados em decorrência de eventual mudança de sede da UFJ.

5.25 Os motoristas vinculados ao contrato deverão observar as disposições contidas no art. 235-B da Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012.

5.26 Caso haja necessidade, na eventual prestação de serviços cuja duração exceda a jornada de trabalho dos motoristas, serão contadas como horas extras;

5.27 Os motoristas com os veículos oficiais da UFJ poderão fazer viagens intermunicipais e interestaduais.

5.28 Deverá ser firmado entre o órgão/entidade e a contratada um Instrumento de Medição de Resultado (IMR), a fim de balizar a execução dos serviços dentro dos padrões de qualidade acordados, inclusive a forma de faturamento de atividades que podem ser executadas de maneira simultânea;

5.29 Os itinerários e os horários pré-determinados somente poderão ser alterados de comum acordo com o órgão contratante e sempre que for necessário, em decorrência de obras e/ou impedimentos temporários e/ou mudanças no sentido de tráfego.

5.30 A contratação do serviço será realizada através de empresa especializada em serviços de condução de veículos oficiais;

5.31 O contrato será de 30 meses, prorrogável até o limite de 60 meses, conforme artigo 57 da lei 8.666/93;

5.32 A contratada deverá realizar treinamento relativo à condução com sensibilização dos condutores para a redução do consumo de combustível e das emissões de gases poluentes e educação ambiental.

5.33 A contratada deverá preencher os requisitos abaixo referentes aos condutores dos veículos (motoristas):

1. Para execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar profissionais pertencentes à seguinte categoria de ocupação, conforme o Código Brasileiro de Ocupações **(CBO) 7823/7824** – Motoristas executivos e motoristas de veículos de pequeno e médio porte; e Motorista de ônibus urbanos, metropolitanos e Rodoviários;

2. O motorista e o veículo deverão estar devidamente habilitados pelos órgãos competentes, segundo as normas e leis de trânsito, regulamentadas pelo DENATRAN e DETRAN;

3. Diariamente, o motorista deverá assumir o veículo devidamente uniformizado e com aparência pessoal adequada;

4 Conduzir veículos oficiais de propriedade da UFJ, destinadas à condução de pessoas, transporte de materiais, de cargas, documentos, nas seguintes ocasiões: Deslocamentos de autoridades, servidores, alunos ou quaisquer outras pessoas que estejam a serviço da UFJ, devidamente autorizadas; Entrega e retirada de materiais diversos, cargas, documentos e pequenas encomendas, exclusivamente a serviço oficial; Transporte dos veículos para os postos de abastecimento, oficinas mecânicas e seguradoras; Transporte de alunos em viagens de cunho acadêmico ou esportivo;

5 Manter o veículo sob sua responsabilidade em perfeito estado e satisfatórias condições de funcionamento, comunicando ao Setor responsável da instituição CONTRATANTE, qualquer irregularidade;

6 - Comunicar ocorrências de fatos e avarias relacionadas com o veículo sob sua responsabilidade;

7 - Manter o veículo convenientemente abastecido e lubrificado;

8 - Solicitar a todos os passageiros a Ficha de Requisição de Veículo devidamente preenchida, assinada e carimbada(quando necessário);

9 - Ser pontual no atendimento às solicitações de saída para executar as tarefas que lhe forem atribuídas; Permanecer nos postos de serviço, durante a jornada de trabalho, à disposição da instituição CONTRATANTE e atender as tarefas solicitadas pelo setor responsável pelos serviços de transporte/logística;

10 - Vistoriar os veículos oficiais, verificando o estado geral de segurança do veículo a ele confiado, devendo diariamente inspecionar os componentes que impliquem em segurança, tais como: pneus, nível de combustível, óleo do motor, água e óleo do cárter, freios e parte elétrica, dentre outros, para certificar-se de suas condições de funcionamento, além de conduzi-lo para lavagem, oficina e abastecimento, quando necessário;

11 - Responsabilizar-se pela guarda e uso adequado do cartão de abastecimento, encaminhando imediatamente após o abastecimento o cupom ou nota fiscal ao setor responsável pelos serviços de transporte;

12 - Obedecer às normas emanadas pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, na condução do veículo oficial;

13 - Não prestar informações sobre endereço, hábitos e costumes dos passageiros transportados; Não ingerir bebidas alcoólicas, em hipótese alguma, quando em serviço;

14 - Utilizar e solicitar aos passageiros o uso do cinto de segurança;

15 - Não iniciar conversações com os passageiros (somente quando solicitado) e, zelar pela segurança dos mesmos;

16 - Não fumar ao conduzir os veículos;

17 - Respeitar os limites de velocidade das vias públicas, áreas internas, externas e de estacionamento dos campi da UFJ e de outros órgãos;

18 - Não atender e nem falar ao celular ao conduzir os veículos;

19 - Não desobedecer às determinações do Setor de Logística da UFJ;

20 - Caso o funcionário da contratada necessite permanecer nas dependências da CONTRATANTE por algum motivo particular, após o término da sua jornada de trabalho, deverá fazê-lo sem o uniforme da contratada;

21. A jornada de trabalho dos motoristas serão de **44 (quarenta e quatro)** horas semanais e a Contratada deverá efetuar a contratação dos profissionais de forma regular, obedecendo à legislação trabalhista e previdenciária vigente, bem como os acordos, convenções ou dissídios coletivos das categorias profissionais;

22. Em jornadas diuturnas , o motorista deverá repassar ao seu subsequente todas as informações recebidas,

bem como comunicar eventuais ocorrências incomuns observadas.

23. Os motoristas contratados deverão possuir, no mínimo, Carteira Nacional de Habilitação(CNH) categoria "D" somente em casos excepcionais e com autorização por escrito da Reitoria poderá ser contratado motorista com CNH inferior à categoria acima descrita, de acordo com a lei de trânsito.

24. Tempo mínimo de 1 (ano) ano de experiência na respectiva categoria, devidamente comprovada na CTPS.

25. Os motoristas deverão possuir ensino fundamental completo e curso de primeiros socorros, direção defensiva e relações humanas ou serem matriculados em tais cursos imediatamente à assinatura do contrato, sendo obrigatória, nesse caso, a apresentação dos certificados de conclusão no prazo estabelecido no instrumento convocatório;

26. Atestado médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições inerentes às atividades a serem desempenhadas;

27. Atestado de antecedentes criminais dos últimos 5 (cinco) anos na localidade em que residam das Justiças Federal e Estadual/Distrital;

28. Requisitos mínimos dos motoristas:

a) certificado de ensino fundamental completo;

b) 21 anos de idade;

c) Experiência de 1 (um) ano na função;

d) Carteira "D" com direção defensiva, exceto em casos excepcionais e com autorização por escrito da Reitoria, poderá ser contratado motorista com CNH inferior à categoria descrita, de acordo com a lei de trânsito;

e)Possuir curso de primeiros socorros, direção defensiva e transporte de passageiros ou serem matriculados em tais cursos imediatamente após assinatura do contrato, sendo obrigatória, nesse caso, a apresentação dos certificados de conclusão ao fiscal do contrato no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias do início da execução dos serviços;

f)Atestado médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições inerentes às atividades a serem desempenhadas;

g) Atestado de antecedentes criminais dos últimos 5 (cinco) anos na localidade em que residiram das Justiças Federal e Estadual/Distrital;

h) Exame toxicológico;

i) Ter noções de combate a incêndios, boas maneiras, atendimento ao público, relacionamento interpessoal e mecânica automobilística básica;

j) Ser pontual e assíduo ao trabalho;

k) Ter conhecimento da região geográfica em que vai atuar (Estado de Goiás e demais estados brasileiros).

l) Desembaraço e boas maneiras no trato com o público interno e externo.

m) Competências Comportamentais:

n) Senso de responsabilidade;

o) Cooperação;

p) Adaptabilidade;

q) Dinamismo;

r) Iniciativa;

s) Bom Relacionamento Interpessoal e para trabalhar em equipe;

t) Organização;

.

29. Os serviços deverão ser executados pelos motoristas, conforme rol exemplificativo das tarefas discriminadas abaixo:

a) Agir com ética;

b) Manter-se atualizado;

c) Zelar pelo material transportado;

d) Zelar pela segurança dos ocupantes do veículo;
e) Agir com criatividade;
f) Demonstrar cortesia;
g) Cumprir horários e escalas de trabalho;
h) Demonstrar capacidade visual espacial;
i) Tratar os passageiros com polidez
j) Trabalhar sob pressão;
k) Respeitar leis de trânsito;
l) Dirigir defensivamente;
m) Manter-se calmo;
n) Demonstrar noções básicas de mecânica de veículos.
o) Trabalhar em equipe;

6. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

6.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

6.2 Para a execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.3 Os veículos poderão fazer deslocamentos intermunicipais e interestaduais, devendo o valor da diária ser pago ao motorista (hospedagem e alimentação, se for o caso) pela Contratada, antes da viagem, e ressarcido pela UFJ por ocasião da fatura mensal.

6.4. As **despesas com pedágios e estacionamento** (quando em viagem), deverão ser efetuadas pela CONTRATADA, utilizando o modelo "sem parar", na formatação sem custo mensal disponibilizado por várias empresas prestadoras deste serviço. O valor pago dos pedágios e estacionamento serão pagos pela CONTRATANTE posteriormente. Os custos desta despesa com o "sem parar" **deverão estar previstos na planilha de custo e formação de preço**, apresentada pela CONTRATADA, fazendo parte do item: outros custos. A empresa CONTRATADA deverá solicitar a lista de veículos que poderão utilizar os pedágios e estacionamentos para poder fazer o seu cadastro e fornecer a identificação automática para cada veículo a partir de adesivos especiais, que serão colados no para-brisa dos veículos.

6.5 Os serviços serão prestados no horário entre as 07:30 e as 17:30 horas, de forma escalonada, em jornada diária de 8h (oito horas), de segunda a sexta-feira, com intervalo de 01 (uma) hora para almoço, podendo, eventualmente, ser antecipado ou prorrogado;

6.6 Os serviços deverão obedecer aos horários estabelecidos, podendo a Contratante alterá-los a qualquer tempo, de acordo com suas necessidades, inclusive para atendimento de demandas aos sábados, domingos, feriados e horários fora do expediente normal, excepcionalmente, quando necessário, em suas dependências ou fora delas, em exclusiva execução do objeto do serviço.

6.7 Quando convocados para execução de serviços adicionais, inclusive sábados (após as 12:00), domingos e feriados, serão contados como horas extras.

6.8 O endereço da unidade a ser atendida consta no item 5.24 deste Termo de Referência.

6.9 Os serviços deverão ser executados por pessoal profissionalmente capacitado, que desenvolverão as tarefas abaixo discriminadas e terão sua execução acompanhada e fiscalizada por servidor previamente designado pela Contratante, que anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

6.10 Para a execução dos serviços objeto do presente Termo de Referência, os funcionários da contratada deverão desempenhar todas as atividades inerentes a função:

6.11 Seguir as normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente;

6.12 estar atento às condições de segurança do veículo;

6.13 conduzir o veículo com perícia, prudência, zelo e com observância aos princípios de direção defensiva;

6.14 respeitar a legislação de trânsito e, em especial, as normas relativas ao tempo de direção e de descanso;

6.15 zelar pela carga transportada e pelo veículo;

6.16 colocar-se à disposição dos órgãos públicos de fiscalização na via pública;

7. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:**

7.1 Atores que participarão da gestão do contrato:

Função	Formação	Atribuições
Gestor do Contrato - Titular e Substituto	Amplo conhecimento em coordenação das atividades administrativas e setorial	Coordenação das atividades relacionadas à fiscalização administrativos pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção de contratos dentre outros;
Fiscal Administrativo - Titular e substituto	Conhecimento administrativo sobre o serviço	Acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos contratos de prestação de serviços quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;
Fiscal Setorial - Titular e substituto	Conhecimento do objeto da contratação.	Acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade;.
Fiscalização do usuário	Conhecimento do objeto da contratação	Utilização dos serviço prestados pela contratada, como usuário (passageiros)

7.2 O mecanismo de comunicação entre a UFJ e a CONTRATADA deverá ocorrer, predominantemente, por meio de registro documental, admitindo-se o encaminhamento destes via correio eletrônico, desde que apensados aos registros da gestão as devidas comprovações de recebimento;

7.3 A medição dos serviços será feita pela Fiscalização Técnica, que a encaminhará para a Fiscalização Administrativa para providenciar a conferência da documentação pertinente, segundo a IN SEGES/MP n° 05/2017. Em ato contínuo, o Gestor do Contrato encaminhará o termo circunstanciado de recebimento dos serviços, demonstrando os valores correspondentes às atividades desenvolvidas e sua efetividade, autorizando a emissão da nota fiscal pela CONTRATADA.

7.4 O mecanismo de comunicação entre a UFJ e a CONTRATADA deverá ocorrer predominantemente por meio do **Sistema Comprasnet Contratos e Comprasnet Mobile**, por meio de registro de ocorrências preferencialmente por meio documental (ofícios) ou nos formatos disponíveis pelo sistema oficial federal de Gestão e Fiscalização de Contratos: Comprasnet Contratos. Serão admitidos o encaminhamento destes documentos concomitantemente via correio eletrônico, desde que apensados aos registros da gestão as devidas comprovações de recebimento, **preferencialmente feitas no SEI da UFJ** e seus processos eletrônicos.

7.5 O canal de comunicação entre a UFJ e a CONTRATADA, para assuntos relacionados à gestão e fiscalização contratual, ocorrerá preferencialmente através da figura do PREPOSTO. O preposto é o representante da CONTRATADA junto à UFJ. O preposto poderá ser contatado mesmo fora do horário de expediente. Em caso de imprevistos o preposto deverá prestar auxílio aos motoristas,sem que com isso ocorra qualquer ônus extra para a UFJ.

7.5.1 A Contratada deve capacitar o Preposto para atender as necessidades do contrato, através de treinamento específico. A apresentação do **certificado de conclusão de curso será necessário para comprovação**.

7.6 A CONTRATADA deverá ser cadastrada no Comprasnet Contratos para que possa responder os Registros de Ocorrência via sistema Comprasnet contratos, comprasnet mobile ou via SEI.

7.7 A medição será feita através de formulário, o qual acompanhará a nota fiscal de serviços, demonstrando os valores correspondentes às atividades desenvolvidas e sua efetividade. O IMR poderá ser feito via formulário comum, caso ainda não tenha sido feito no Comprasnet Contratos, após a sua criação no sistema.

7.8 O Fiscal do Contrato deverá entregar relatório mensal de fiscalização, realizado pelo Comprasnet Contratos.

7.9 O Fiscal do Contrato deverá abrir processo de pagamento no SEI, de acordo com orientação do Departamento de Contabilidade e Finanças da UFJ.

7.10 O Fiscal deverá apresentar **Certificado de Conclusão de Curso de Gestão e Fiscalização de Contratos** do ENAP/EVG (Escola Virtual GOV) para que o mesmo seja inserido ao processo.

7.11 O resultado da apuração da pontuação e respectiva aplicação da advertência ou do percentual da glosa serão comunicados pelo FISCAL DO CONTRATO, por meio de notificação formal, com o respectivo preenchimento do **IMR , Instrumento de Medição de Resultados**, à CONTRATADA, que terá 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento da comunicação, para contestar, caso queira.

7.12 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela CONTRATANTE, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador (por motivo ocorrência de caso fortuito ou de força maior).

7.13 Caso não seja aceita a justificativa, o FISCAL DO CONTRATO realizará a advertência ou a glosa correspondente nas faturas vincendas.

8. **INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

8.1 O início da prestação dos serviços acontecerá a partir da assinatura do contrato previsto para 01/04/2022.

8.2. As diárias de viagem serão pagas aos motoristas que efetivamente prestarem serviços ao órgão contratante fora do município de Jataí, por dia de deslocamento, para fazer face às despesas de alimentação e estadia nas condições estabelecidas no instrumento convocatório. O valor da diária não será alvo de disputa e não poderá ser inferior ao estimado pela Administração, devendo ser paga conforme comprovação efetuada pela Empresa contratada.

8.3. O pagamento das despesas de diárias será efetuado sob demanda, e o reembolso, inclusive relacionado a estacionamentos (em viagem), deverá ser requerido pela CONTRATADA por ocasião do pagamento mensal. O pernoite do motorista terceirizado será pago, sob demanda, conforme comprovação efetuada pela Empresa e limitado ao valor de R$ 220,00 cada pernoite.

8.4 As diárias de viagens que eventualmente ultrapassem as quantidades estimadas por mês, serão compensadas com as não utilizadas durante o ano;

8.5 Custos com pedágios, balsas e estacionamentos serão pagos pela CONTRATADA e ressarcidos posteriormente pela UFJ, desde que comprovado e de acordo com a necessidade de serviço e com valores compatíveis com a realidade de mercado;

8.6 Haverá deslocamento máximo de 8h por dia, devendo o motorista efetuar pausa para intervalo de almoço, café e descanso conforme a necessidade, admitindo-se a extensão da jornada, ou condução em horário noturno, em casos excepcionais.

8.6.1 - Quando da viagem de longa distância e realizada em dupla de motoristas, cada condutor não poderá exceder a 4 horas dirigindo ininterruptamente, ou seja, a cada 4 horas de condução deverá o mesmo repassar a condução ao outro condutor enquanto descansará por igual período;

8.7 No intuito de auxiliar na prevenção de contaminações do vírus, tendo em vista a pandemia do COVID-19 (Coronavírus), a CONTRATADA deverá fornecer bimestralmente 3 (três) frascos de 500 ml de álcool gel e 1 (um) kit de máscaras descartáveis contendo 100 unidades para proteção das vias respiratórias;

8.8 Não poderão ser incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

8.9 As **despesas com pedágios e estacionamento** (quando em viagem), deverão ser efetuadas pela CONTRATADA, utilizando o modelo "sem parar", na formatação sem custo mensal disponibilizado por várias empresas prestadoras deste serviço. O valor pago dos pedágios e estacionamento serão pagos pela CONTRATANTE posteriormente. Os custos desta despesa com o "sem parar" **deverão estar previstos na planilha de custo e formação de preço**, apresentada pela CONTRATADA, fazendo parte do item: outros custos. A empresa CONTRATADA deverá solicitar a lista de veículos que poderão utilizar os pedágios e estacionamentos para poder fazer o seu cadastro e fornecer a identificação automática para cada veículo a partir de adesivos especiais, que serão colados no para-brisa dos veículos.

8.10 Responsabilizar-se por quaisquer multas de trânsito, ambientais, tarifas rodoviárias , quando for o caso, durante a execução do contrato.

9. **UNIFORMES**

9.1. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

9.2. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

9.2.1.Fornecer 02 (dois) conjuntos de **uniformes** completos de **10 (dez) em 10 (dez) meses.**

9.2.2.Os uniformes deverão ser repostos/substituídos a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam às condições mínimas de apresentação;

9.2.3.O conjunto de uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário;

9.2.4 Camisa estilo social; em tecido 100% algodão; gola com intertela; mangas longas; nas cores claras e neutras.

9.2.5 Camisa tipo "polo"; manga curta; com no mínimo 50% de algodão; na cor azul marinho; e com a logomarca da empresa.

9.2.6 Calça tipo jeans; nas cores cinza, preto ou azul marinho.

9.2.7 Crachá em PVC contendo foto, nome da empresa, descrição do cargo, com protetor de crachá rígido com jacaré/regulador bolinha

9.2.8 Meias cano alto longo sport algodão - kit com 12 pares (preto, branco ou cinza)

9.2.9 Sapatos - Tipo social de cor preta ou marrom, estilo moderno, ou sapatênis sport fino marrom ou preto

9.2.10 kit com 3 frascos de álcool gel de 500 ml

9.2.11 Cinto vestuário masculino modelo social ou esporte fino, em couro de primeira linha, cor preta

9.2.12 As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade e de acordo com as condições climáticas do local onde o serviço será prestado.

9.2.13 O uniforme deverá conter a identificação da empresa contratada.

9.2.14 No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

9.2.15 Além do uniforme, todos os funcionários da Contratada deverão portar crachá do tipo credencial contendo: identificação da empresa, nome e foto do funcionário, juntamente com a inscrição “A serviço da UFJ”.

9.2.16 Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

9.2.17 o conjunto de uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário;

Descrição do ítem	Unidade de Fornecimento	Quantidade
Calça masculina, material: Jeans, tamanho: variado, cor: azul, preta ou cinza.	unidade	2
Camisa tipo "polo"; manga curta; com no mínimo 50% de algodão; na cor azul marinho; e com a logomarca da empresa.	unidade	3
Camisa estilo social; em tecido 100% algodão; gola com intertela; mangas longas; nas cores claras e neutras.	unidade	1

Sapato masculino, tipo: social ou esporte fino, material: couro, cor: preta	par	1
Cinto vestuário - Cinto masculino, modelo social ou esporte fino, em couro de 1a linha, cor preta, tamanho a ser fornecido 80, 85, 90, 95, 100, 110 cm, largura 3,5 cm (aproximadamente), fivela de metal prata, tipo regulável.	unidade	2
Meias cano alto longo sport algodão - (preto, branco ou cinza)	par	12
Crachá em PVC, contendo: foto recente, nome da empresa Contratada, descrição do cargo e, em destaque e	unidade	1

10. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

10.4. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

10.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

10.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

10.7. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

10.7.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

10.7.2.Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

10.7.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

10.7.4. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens

10.8. Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:

10.8.1. A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

10.8.2 O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;

10.8.3. O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

10.9. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.

10.10. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do

contrato;

10.11. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

10.12. Cientificar o órgão de representação judicial da UFJ para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

10.13. Arquivar, entre outros documentos, projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

10.14. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.15. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentam condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

11. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

11.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.3 Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração.

11.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.5 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em

conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.6 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7° do Decreto n° 7.203, de 2010;

11.7 Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

11.8 Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

11.9 As empresas contratadas que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços, conforme alínea "g" do item 10.1 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017:

11.9.1 relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

11.9.2 Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

11.9.3 exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;

11.9.4 declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;

11.9.5 Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

11.10 Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.

11.11 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

11.12 Substituir, no prazo de 2 (duas) horas, em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;

11.13 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio

Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

11.13.1 Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

11.14 Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

11.15 Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

11.15.1 Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

11.16 Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

11.17 Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

11.18 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;

11.19 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

11.20 Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

11.20.1 viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

11.20.2 viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

11.20.3 oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

11.21 Manter preposto, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato;

11.22 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

11.23 Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante;

11.23.1 A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

11.23.2 Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

11.23.2.1 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela contratante para acompanhar o pagamento das respectivas verbas.

11.24 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.25 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.26 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.27 Não beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;

11.28 Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

11.28.1 Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

11.29 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.30 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

11.31 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.

11.32 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.33 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

11.34 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

11.35 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.36 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes deste Termo de Referência.

11.37 A contratada, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, deve proceder às anotações e registros pertinentes a todos os empregados que atuarem nos serviços, assumindo exclusivamente todas as obrigações advindas de eventuais demandas judiciais ajuizadas em qualquer juízo que versarem sobre pleitos trabalhistas e/ou previdenciários propostos por empregados ou terceiros que alegarem vínculo com a contratada.

11.38 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

11.39 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

11.40 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

11.41 É obrigação da contratada a administração de situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente.

11.42 A contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

11.43 A Contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, conforme orientações do art. 6º da IN n° 01/2010 (Compras Sustentáveis).

11.44 Observar as normas relativas à segurança da viagem e ao conforto dos passageiros,bem como cumprir a legislação de trânsito e de tráfego rodoviário.

11.45 Realizar manutenção preventiva na periodicidade recomendada pela boa técnica e de acordo com as especificações do fabricante, mantendo os veículos em perfeitas condições de segurança, limpeza e higiene.

11.46 Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando ao contratante os motoristas com funções legalmente registradas em suas carteiras de trabalho, com experiência mínima definida

neste Termo de Referência. (condições de tempo de direção ou condução de veículos por motoristas profissionais estão disciplinadas no art. 67-A da Lei nº 9.503, de 1997, sem prejuízo da legislação trabalhista aplicada à matéria.)

11.47 Não permitir que qualquer motorista se apresente ao serviço com sinais de embriaguez ou sob efeito de substância tóxica.

11.48 Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato.

11.49 Providenciar treinamentos e reciclagem necessários para garantir a execução dos trabalhos dentro dos níveis de qualidade desejados.

11.50 Efetuar a substituição do motorista, de imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra).

11.51 Comunicar ao contratante, quando da transferência e/ou retirada e substituição de motoristas dos itinerários ou dos serviços.

11.52 Manter controle de frequência/pontualidade de seus empregados.

11.53 Fornecer uniformes e complementos adequados para o desenvolvimento das atividades, submetendo-os previamente à aprovação do contratante, sem ônus para seus empregados.

11.54 Fornecer vale-refeição/vale-alimentação aos seus empregados e demais benefícios previstos em Acordos ou Convenção Coletiva da categoria.

11.55 Assegurar que todo empregado que cometer falta disciplinar qualificada como de natureza grave não deverá ser mantido em serviço.

11.56 Atender, de imediato, às solicitações do contratante quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços.

11.57 Comunicar ao contratante toda vez que ocorrer afastamento, substituição ou inclusão de qualquer componente da equipe que esteja prestando serviços ao contratante. No caso de substituição ou inclusão, a contratante anexará os respectivos currículos, ficando a cargo do contratante aceitá-los ou não.

11.58 Apresentar ao contratante, quando exigido, comprovantes de pagamento de salários, a quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos seus empregados que estejam ou tenham estado a serviço do contratante, por força do contrato.

11.59 Assumir todas as despesas decorrentes de danos materiais causados aos veículos ou bens de terceiros, bem como danos pessoais aos seus ocupantes ou a terceiros, de sua responsabilidade.

11.60 Responsabilizar-se civil e criminalmente pelos danos causados ao contratante ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato.

11.61 Responsabilizar-se por quaisquer multas de trânsito, ambientais, tarifas rodoviárias e hidroviárias, quando for o caso, durante a execução do contrato.

11.62 Disponibilizar empregados em quantidades necessárias para garantir a prestação dos serviços nos horários contratados, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.

11.63 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação/qualificação na fase de licitação.

11.64 Não transportar passageiros em pé ou no colo, salvo para prestação de socorro em caso de acidente ou avaria.

11.65 Prestar os esclarecimentos desejados, bem como comunicar ao contratante, por meio de líder ou diretamente, quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços.

11.66 Manter programa interno de autofiscalização da correta manutenção da frota, quanto à emissão de fumaça preta, especialmente para os veículos a óleo diesel que integrem a frota da UFJ. Os motoristas contratados devem sempre avisar ao Diretor de Logística da UFJ sobre a detecção de possíveis defeitos que podem ser sanados preventivamente.

11.67 Em caso de acidente com veículo de propriedade da UFJ, além das pertinentes providências legais imediatas, deverão ser adotados os seguintes procedimentos:

a) Quando houver vítima, prestar-lhe socorro imediato, levando-a, se necessário, ao hospital mais próximo do local do acidente;
b) Se o estado da vítima desaconselhar sua movimentação, chamar imediatamente o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Corpo de Bombeiros ou outra instituição responsável pela prestação de socorro em acidentes de trânsito;
c) c) Comunicar o fato, o mais rápido possível, ao fiscal do Contrato e ao Diretor/Coordenador do Departamento de Logística;
d) Caso ele próprio não precise de atendimento médico, permanecer no local e arrolar, se possível, duas testemunhas;
e) Em caso de fuga de outro envolvido, identificar as características do veículo, principalmente o número da placa;
f) Não retirar o veículo acidentado do local sem prévia autorização do preposto da empresa, salvo se houver determinação legal em contrário ou de autoridade policial.

11.68 Nos casos de ocorrência de acidente, a empresa CONTRATADA deverá:

a) Orientar seus empregados para não fazer acordo, sob hipótese alguma, com a outra parte envolvida no acidente;
b) Obter o Boletim de Ocorrência Policial junto à Delegacia de Polícia;
c) Encaminhar à fiscalização do campus CONTRATANTE, o mais breve possível, cópia do Boletim de Ocorrência Policial, acompanhado de relatório completo e minucioso do fato;
d) Apurar as causas, efeitos e responsabilidades, ainda que do acidente resultem unicamente danos materiais;
e) Adotar as providências necessárias para imediato conserto do veículo, caso o acidente tenha sido ocasionado por dolo ou culpa do seu motorista;
e) Quando a responsabilidade pelo acidente for de terceiros, fornecer à Reitoria e ao Departamento de Logística da UFJ todos os subsídios para acioná-los, com vistas ao ressarcimento das despesas decorrentes.

11.69 Quando houver infração de trânsito praticada por seus empregados na condução dos veículos do UFJ, a instituição deverá observar o seguinte:

a) As multas serão encaminhadas à Contratada, que deverá providenciar o pagamento até a data dos respectivos vencimentos, comprovando a quitação junto ao Departamento de Logística, no prazo de até 10 (dez) dias;
b) O atraso no pagamento das multas, bem como a falta de comprovação do pagamento no prazo indicado no item anterior, sujeitará a empresa licitante vencedora à multa moratória, calculada à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, dos respectivos valores da fatura mensal;
c) A empresa Contratada deverá comunicar as ocorrências relativas às infrações de Trânsito ao setor de Contratos, para fins de registro;

d) No caso em que um mesmo motorista for reincidente no cometimento de infrações de trânsito ou dependendo da gravidade da falta, a UFJ poderá solicitar sua substituição à Contratada, sem qualquer ônus adicional.

11.70 - Capacitar o Preposto para atender as necessidades do contrato, através de treinamento específico. A apresentação de certificado de conclusão de curso será necessária para comprovação.

12. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

12.2. Entende-se como subcontratação a contratação de motoristas terceirizados, ou seja, motoristas de quadro de pessoal de outras empresas para compor o objeto licitatório.

13. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

14.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações, previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

14.3 O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, de acordo com as seguintes disposições:

1 – Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

2 – Fiscalização Técnica:é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;

3 – Fiscalização Administrativa:é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

4 – Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade; e

5 - Fiscalização pelo Público Usuário: é o acompanhamento da execução contratual por pesquisa de satisfação

junto ao usuário, com o objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços, os recursos materiais e os procedimentos utilizados pela contratada, quando for o caso, ou outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto.

14.4 Quando a contratação exigir fiscalização setorial, o órgão ou entidade deverá designar representantes nesses locais para atuarem como fiscais setoriais.

14.5 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

14.6 A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

14.7 Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

a) no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

a.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

a.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA; e

a.3. exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.

b) entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

b.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

b.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

b.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

b.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

c) entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:

c.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;

c.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;

c.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

c.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

c.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

d) entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

d.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

d.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

d.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

d.4. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

14.8 A CONTRATANTE deverá analisar a documentação solicitada na alínea "d" acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

14.9 No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

14.10 Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no subitem 14.7 acima deverão ser apresentados.

14.11 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

14.12 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.

14.13 O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

14.14 A CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

14.15 Além das disposições acima citadas, a fiscalização administrativa observará, ainda, as seguintes

diretrizes:

14.15.1 Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):

a) Será elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;

b) Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela CONTRATADA e pelo empregado;

c) O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;

d) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);

e) Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a CONTRATADA;

f) Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

g) No primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

g.1. relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

g.2. CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela contratada;

g.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

g.4. declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

14.15.2 Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura):

a) Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;

b) Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;

c) Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;

d) Deverá ser exigida, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 66-A da Lei nº 8.666, de 1993.

14.15.3 Fiscalização diária:

a) Devem ser evitadas ordens diretas da CONTRATANTE dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto.

b) Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da CONTRATADA.

c) Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.

14.16 Cabe, ainda, à fiscalização do contrato, verificar se a CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita à estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.

14.16.1 O gestor deverá verificar a necessidade de se proceder à repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da contratada.

14.17 A CONTRATANTE deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.

14.17.1 Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados.

14.18 A CONTRATADA deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pela CONTRATANTE quaisquer dos seguintes documentos:

a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;

b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a CONTRATANTE;

c) cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; e

d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.

14.19 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, conforme modelo previsto no Anexo I, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.20 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

14.21 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.22 O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados.

14.23 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.24 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

14.25 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

14.26 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

14.27 O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

14.28 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

14.29 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.30 O representante da CONTRATANTE deverá promover o **registro das ocorrências** verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.31 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, **ensejará a aplicação de sanções administrativas**, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.32 Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

14.32.1 Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

14.32.2 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

14.32.3 Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da contratada.

14.33 O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

14.34 A fiscalização de que trata este tópico não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.35 As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

14.36 A fiscalização de que trata este Termo de Referência não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. **DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

15.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do **recebimento definitivo dos serviços**, nos termos abaixo.

15.2 No prazo de até **5 (cinco) dias corridos** do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar

toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

15.3 O **recebimento provisório** será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

15.3.1 A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

15.3.1.1 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

15.3.1.2 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

15.3.1.3 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

15.3.1.4 Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento mensal, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato;

15.3.2 No prazo de até **15 (quinze) dias corridos** a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

15.3.2.1 quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

15.3.2.2 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

15.3.2.2.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

15.4 No prazo de até **10 (dez) dias corridos** a partir do **recebimento provisório** dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo às seguintes diretrizes:

15.4.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

15.4.2 **Emitir Termo Circunstanciado** para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

15.4.3 Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, ou instrumento substituto.

15.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das

responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei n° 10.406, de 2002).

15.6 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

16. **DO PAGAMENTO**

16.1 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30(trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

16.2 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

16.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.4 **O setor competente para proceder o pagamento** deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

1. o prazo de validade;
2. a data da emissão;
3. os dados do contrato e do órgão contratante;
4. o período de prestação dos serviços;
5. o valor a pagar; e
6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, **o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação**, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

16.6 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, **será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada**, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.6.1 não produziu os resultados acordados;

16.6.2 deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.6.3 deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.8 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

16.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

16.10 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.12 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.13.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

16.14 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

16.15 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

16.16 A parcela mensal a ser paga a título de aviso prévio trabalhado e indenizado corresponderá, no primeiro ano de contratação, ao percentual originalmente fixado na planilha de preços.

16.16.1 Não tendo havido a incidência de custos com aviso prévio trabalhado e indenizado, a prorrogação contratual seguinte deverá prever o pagamento do percentual máximo equivalente a 03 (três) dias a mais por ano de serviço, até o limite compatível com o prazo total de vigência contratual.

16.16.2 A adequação de pagamento de que trata o subitem anterior deverá ser prevista em termo aditivo.

16.16.3 Caso tenha ocorrido a incidência parcial ou total dos custos com aviso prévio trabalhado e/ou indenizado no primeiro ano de contratação, **tais rubricas deverão ser mantidas na planilha** de forma complementar/proporcional, devendo o órgão contratante esclarecer a metodologia de cálculo adotada.

16.17 A Contratante providenciará o desconto na fatura a ser paga do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados da Contratada que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987.

16.18 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX) I = (6/100) I = 00016438
365 TX = Percentual da taxa anual = 6%

17. **DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA**

17.1 Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas neste Termo de Referência.

17.2 A futura Contratada deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis**.**

17.2.1 Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

17.3 A CONTRATADA autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.

17.4 A Contratante provisionará os valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da Contratada, que serão depositados pela em Conta-Depósito Vinculada, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação e utilizada exclusivamente para crédito das rubricas retidas.

17.5 Os valores provisionados somente serão liberados nas seguintes condições:

17.5.1 parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;

17.5.2 parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;

17.5.3 parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, às férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato; e

17.5.4 ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

17.6 O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação

dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

17.6.1 13º (décimo terceiro) salário;

17.6.2 Férias e um terço constitucional de férias;

17.6.3 Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

17.6.4 Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

17.7 Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no item 14 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

17.8 O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira.

17.9 Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

17.10 Os valores referentes às provisões mencionadas neste termo de referência que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

17.11 Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

17.12 A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade Contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

17.12.1 Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

17.12.2 Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

17.12.3 A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

17.12.4 A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas;

17.13 O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MP n. 5/2017.

18. **DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO (REPACTUAÇÃO)**

18.1 Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado no Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto n° 9.507, de 2018, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MP n° 5, de 2017.

18.2 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

18.3 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

18.3.1 Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

18.3.2 Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

18.3.3 Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constantes do Edital.

18.4 Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

18.5 O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

18.6 Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

18.7 Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

18.7.1 da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

18.7.2 do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

18.7.3 do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

18.8 Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

18.9 Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

18.10 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

18.11 A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

18.12 Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

18.13 Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos **custos sujeitos à variação dos preços de mercado** (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento **IPCA**,com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

R = V (I – Iº) / Iº, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

18.13.1 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.13.2 Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.13.3 Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.13.4 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

18.13.5 Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a CONTRATANTE verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

18.14 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

18.14.1 a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

18.14.2 em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

18.14.3 em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

18.15 Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

18.16 A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

18.17 O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

18.18 As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

18.19 O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

19. **GARANTIA DA EXECUÇÃO**

19.1 O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

19.2 No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

19.2.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

19.2.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

19.3 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

19.4 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

19.4.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

19.4.2 prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do

contrato;

19.4.3 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

19.4.4 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

19.5 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

19.6 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

19.7 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

19.8 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

19.9 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

19.10 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

19.11 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

19.12 Será considerada extinta a garantia:

19.12.1 com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

19.12.2 no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2"do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

19.13 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

19.14 A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste TR.

19.15 A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.

19.15.1 Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho

19.16 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

20. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

20.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

20.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

20.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.3 falhar ou fraudar na execução do contrato;

20.1.4 comportar-se de modo inidôneo; ou

20.1.5 cometer fraude fiscal.

20.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

20.2.1 **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

20.2.2 **Multa de**:

20.2.2.1 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

20.2.2.2 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

20.2.2.3 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

201.2.2.4 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

20.2.2.5 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

20.2.2.6 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

20.2.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.2.4 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

20.2.4.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 22.1 deste Termo de Referência

20.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.3 As sanções previstas nos subitens 20.2.1, 20.2.3, 20.2.4 e 20.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.4 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**GRAU**
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por	03

	empregado e por dia;	
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

20.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

20.5.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.5.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.5.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20.7 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

20.7.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15(quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.8 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.9 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.10 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

20.11 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.12 O processamento do **PAR** não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21. **CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

21.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

21.2 Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

21.3 Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

21.3.1 O licitante deverá apresentar planilha de formação de preços de mão de obra (Anexo IA) conforme modelos fornecidos pela UFJ.

21.4 O critério de aceitabilidade de preços será o valor global de **R$ 15.973.725,00** (quinze milhões, novecentos e setenta e três mil e setecentos e vinte e cinco reais), **total para 30 meses de contrato**.

21.5 O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

21.6 As regras de desempate entre propostas são discriminadas no edital.

22. **ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**

22.1 O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens (2 a 7) são discriminados na tabela acima, caracterizam-se por serem somente números estimativos das quantidades dos serviços, baseados em contratos anteriores, e não terão a obrigatoriedade de terem a totalidade das quantidades de serem utilizadas, podendo serem executadas a critério das necessidades da Universidade Federal de Jataí.

22.2 Tal valor foi obtido conforme disciplina a INSTRUÇÃO NORMATIVA ME/SEGES Nº 73, DE 5 DE AGOSTO DE 2020 utilizando-se os parâmetros previstos no Art. 5º.

23. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

23.1 Considerando o disposto no art. 7º, § 2º, inciso III, da Lei nº 8.666/1993, existe a previsão de créditos orçamentários no PL 28/2020-CN, Lei Orçamentária Anual – Exercício de 2021, consignados no PTRES 170646, Fonte 81000000000 , Natureza de Despesa 339037-01, no valor de **R$ 6.389.490,00** (seis milhões, trezentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e noventa reais) **previstos para 12 meses**.

Jataí, 17 de março de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - REGIONAL JATAÍ

DESPACHO

À Diretoria de Compras - PROAD/UFJ

Após atender a solicitação do despacho 2765828, inserimos termo de referência atualizado 2766815 e encaminhamos o presente processo para a continuidades dos tramites licitatórios.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente por **Massoiacy Pereira Marques**, **Administrador**, em 17/03/2022, às 16:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2767130** e o código CRC **71C765F7**.

Referência: Processo nº 23070.060433/2021-29 SEI nº 2767130

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - REGIONAL JATAÍ

DESPACHO

Ao Pró-Reitor pro tempore de Administração e Finanças
Prof. Dr. Dyomar Toledo Lopes

Solicito **nova aprovação** do Termo de Referência (2766815), cujo objeto trata da aquisição por Licitação, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, nos termo do Art. 1° do Decreto 10.024/19, de contratação de empresa para prestação de serviços, com dedicação exclusiva para condução de veículos oficiais, na Universidade Federal de Jataí-UFJ, conforme Documento de Formalização de Demanda - Departamento de Logistica - DLOG/UFJ (2480975). Este pedido justifica-se pela adequação que se fez necessária na planilha de formação do custo total do grupo deste certame.

Em caso de **aprovação**, favor informar a respectiva dotação orçamentária que será utilizada para a execução da referida despesa.

Silviany da Silva Coutinho Guimarães
Vice Diretora da Diretoria de Compras e Licitações - PROAD/UFJ

Documento assinado eletronicamente por **Silviany Da Silva Coutinho Guimaraes**, **Vice-Diretora**, em 18/03/2022, às 10:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2768535** e o código CRC **5611932B**.

Referência: Processo nº 23070.060433/2021-29 SEI nº 2768535

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ
PRÓ REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DIRETORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 23070.060433/2021-29

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMUM DE FORMA CONTINUADA. PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2021

1. **DO OBJETO**

1.1 A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa terceirizada, para prestação de **serviços de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí (UFJ)**, conforme especificações e exigências descritas neste Termo de Referência e seus anexos.

Grupo	Item	Discriminação	Quantidade	Valor por funcionário	Valor total mensal	Valor total período 30 meses
1	1	Motoristas executivos 44 hs	13	R$ 5.271,50	R$ 68.529,50	R$ 2.055.885,00
	2	Diária sem pernoite	1000	R$ 72,00	R$ 72.000,00	R$ 2.160.000,00
	3	Diária com pernoite	1000	R$ 220,00	R$ 220.000,00	R$ 6.600.000,00
	4	Hora Suplementar 50%	2000	R$ 29,17	R$ 58.340,00	R$ 1.750.200,00
	5	Hora Suplementar 100%	1000	R$ 38,90	R$ 38.900,00	R$ 1.167.000,00
	6	Hora Suplementar noturna 50%	800	R$ 40,01	R$ 32.008,00	R$ 960.240,00
	7	Hora Suplementar noturna 100%	800	R$ 53,35	R$ 42.680,00	R$ 1.280.400,00
Valor Global Total de Referência						R$ 15.973.725,00

1.2 O objeto da licitação tem a natureza de **SERVIÇO COMUM DE FORMA CONTINUADA COM**

DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA.

1.3 Os quantitativos e os respectivos códigos dos itens são discriminados na tabela acima.

1. 4 A presente contratação adotará como regime de execução o **PREÇO GLOBAL (30 MESES)**.

1. 5 O prazo de vigência do contrato é de 3**0 (trinta)** meses prorrogável até o limite de **60(sessenta)** meses, conforme preceito da Lei 8.666/93.

1. 6 Link para planilha que deverá ser utilizada para proposta da contratada - planilha de custos e formação de preços: Download Planilha Orçamentária Estimativa UFJ.xlsx

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 A contratação dos serviços decorre da inexistência de cargos e/ou funções específicas à execução das atividades relacionadas no objeto deste termo..

2.3 Em um número atualizado a UFJ conta hoje com uma frota de 30 veículos, entre veículos de passeio, veículos utilitários, ônibus, micro-ônibus e vans, considerando que não temos motorista em nosso quadro de servidores, faz-se necessário a contratação de empresa que preste este serviço. Diversas são as atividades que demandam este tipo de serviço tais como: viagens a congressos, aulas práticas, seminários, pesquisa de campo, coleta de dados, e entregas de materiais nas diversas unidades acadêmicas e administrativas da UFJ, deslocamentos de autoridades administrativas do campus de Jataí para reuniões em outras Universidades, entre outras.

2.4 Desta forma, e diante do acima exposto, e ainda, considerando que as atividades atribuídas ao serviço a ser contratado não encontram no Plano de Cargos e Salários da Administração Pública Federal as atribuições correlatas, obriga-se esta Instituição a recorrer à contratação de empresa especializada na prestação de serviços, através de procedimento licitatório, objetivando atender às suas necessidades.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1 A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação do serviço de forma indireta e contínua, de serviço terceirizado de apoio administrativo, abrangendo postos de motorista executivo com dedicação exclusiva de mão-de-obra.

3.2. Diante das justificativas apresentadas no item 2 deste Termo de Referência, resta à Administração realizar a contratação, visando a continuidade e aperfeiçoamento da prestação dos serviços.

3.3. Os serviços possuem caráter de natureza contínua, considerados auxiliares e imprescindíveis para subsidiar o pleno desempenho das atribuições típicas que, caso sejam interrompidos, comprometerão a celeridade e a continuidade da atividade laboral, haja vista a necessidade de deslocamento de membros e servidores para tal mister.

3.4. O motorista de veículo prestará serviço na Universidade Federal de Jataí, porém, poderá se deslocar para outras localidades, dentro do estado de Goiás e outros estados, conforme as necessidades da Contratante e de acordo com os procedimentos adotados neste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1 Trata-se de serviço comum, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto n° 9.507, de 21 de setembro de

2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3 O serviço a ser contratado enquadra-se na classificação de serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555 e do Decreto nº 10.024/2019, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

4.4 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

5.1 A contratação discorre de serviço essencial, que deve ser executado de forma contínua. De acordo com o artigo 15 da Instrução Normativa nº 05, de 25 de maio de 2017, os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.Os serviços deverão ser prestados, cumprindo-se todas as normas legais, bem como às determinações emanadas do fiscal do contrato.

5.2. Os veículos deverão ser conduzidos com zelo e cautela necessários à prevenção de incidentes de qualquer natureza, devendo ser observado todas as normas legais de trânsito;

5.3 A contratada somente poderá iniciar os serviços, quando autorizados por escrito pelo órgão contratante, utilizando-se apenas os veículos oficiais da UFJ.

5.4 As Fichas de Requisições de Veículos devem ser apresentadas quando do embarque, devidamente assinadas, carimbadas pelo demandante e preenchidas com a indicação da rota;

5.5. A contratada deverá preencher formulário próprio para controle de tráfego, indicando a rota executada e qualquer desvio frente à rota determinada pelo Departamento de Logística;

5.6 Sob nenhum pretexto os veículos poderão exceder os limites de velocidade e peso determinados por lei;

5.7 Os veículos só poderão ser utilizados exclusivamente em serviço e serão de uso exclusivo da UFJ;

5.8 Os motoristas deverão portar habitualmente Carteiras de Habilitação sempre atualizadas;

5.9 Ao término do serviço os veículos deverão ser recolhidos à garagem da Contratante ou local determinado pela mesma;

5.10 O motorista deverá estacionar o veículo em local apropriado resguardando-o de furtos ou roubos, assim como dos perigos mecânicos e ameaças climáticas;

5.11 O motorista em serviço, sob nenhuma hipótese, poderá abandonar o veículo;

5.12 Na ocorrência de acidente com o veículo, o motorista deverá solicitar perícia e, após a liberação, se for o caso, solicitar à Contratada a remoção do veículo para a garagem ou para a oficina indicada para o conserto;

5.13 A Contratada será responsável por providenciar o Boletim de Ocorrência/laudo pericial feito pelo órgão competente;

5.14 Os motoristas deverão ter conhecimento das principais vias públicas das cidades onde estão situadas as unidades da UFJ;

5.15 O uso do cinto de segurança é obrigatório para os motoristas e passageiros;

5.16 O veículo, sob responsabilidade do motorista, deverá ser mantido em perfeitas condições de uso e funcionamento, e quaisquer defeitos e ou avarias nele detectados deverão ser comunicados à fiscalização do contrato e à empresa Contratada;

5.17 Em caso de necessidade de pernoite(s), os serviços deverão ser solicitados com antecedência mínima de 01 (um) dia útil:

5.18 O motorista à data da viagem deverá portar numerário suficiente para arcar com as despesas de alimentação, hospedagem e outras necessárias e de acordo com a legislação vigente.

5.19 Os serviços serão solicitados mediante o preenchimento da Ficha de Requisição de Veículo e/ou através de sistemas e APP utilizado pela contratante para sua gestão;

5.20 As Fichas de Requisição de Veículo serão entregues ao motorista, no ato do embarque do usuário,

devidamente assinadas e carimbadas pelos servidores credenciados, preenchidos todos os campos e rubricadas pelo servidor/usuário;

5.21 As anotações de quilometragem deverão ser feitas pelo motorista, sendo conferidas e atestadas pelo usuário, no momento do embarque e desembarque;

5.22 Os servidores deverão estar disponíveis nas unidades da UFJ, no mínimo 15 (quinze) minutos antes do horário fixado para o início da execução dos serviços, para a verificação das condições de segurança, combustível, limpeza e conservação dos veículos;

5.23 Os postos de trabalho dos motoristas serão compostos por 01 (um) profissional por posto, para cada veículo.

5.24 O local de apresentação dos motoristas serão as unidades :

Unidade	**Endereço**
Jataí/GO	UFJ órgãos/unidades: Campus Jatobá - Cidade Universitária, BR 364, Km 195, n.º 3800 - CEP 75801-615 Campus Riachuelo - Rua Riachuelo, CP 03 - CEP 75804-068.

5.24.1 Os locais de apresentação dos veículos poderão ser alterados em decorrência de eventual mudança de sede da UFJ.

5.25 Os motoristas vinculados ao contrato deverão observar as disposições contidas no art. 235-B da Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012.

5.26 Caso haja necessidade, na eventual prestação de serviços cuja duração exceda a jornada de trabalho dos motoristas, serão contadas como horas extras;

5.27 Os motoristas com os veículos oficiais da UFJ poderão fazer viagens intermunicipais e interestaduais.

5.28 Deverá ser firmado entre o órgão/entidade e a contratada um Instrumento de Medição de Resultado (IMR), a fim de balizar a execução dos serviços dentro dos padrões de qualidade acordados, inclusive a forma de faturamento de atividades que podem ser executadas de maneira simultânea;

5.29 Os itinerários e os horários pré-determinados somente poderão ser alterados de comum acordo com o órgão contratante e sempre que for necessário, em decorrência de obras e/ou impedimentos temporários e/ou mudanças no sentido de tráfego.

5.30 A contratação do serviço será realizada através de empresa especializada em serviços de condução de veículos oficiais;

5.31 O contrato será de 30 meses, prorrogável até o limite de 60 meses, conforme artigo 57 da lei 8.666/93;

5.32 A contratada deverá realizar treinamento relativo à condução com sensibilização dos condutores para a redução do consumo de combustível e das emissões de gases poluentes e educação ambiental.

5.33 A contratada deverá preencher os requisitos abaixo referentes aos condutores dos veículos (motoristas):

1. Para execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar profissionais pertencentes à seguinte categoria de ocupação, conforme o Código Brasileiro de Ocupações **(CBO) 7823/7824** – Motoristas executivos e motoristas de veículos de pequeno e médio porte; e Motorista de ônibus urbanos, metropolitanos e Rodoviários;

2. O motorista e o veículo deverão estar devidamente habilitados pelos órgãos competentes, segundo as normas e leis de trânsito, regulamentadas pelo DENATRAN e DETRAN;

3. Diariamente, o motorista deverá assumir o veículo devidamente uniformizado e com aparência pessoal adequada;

4 Conduzir veículos oficiais de propriedade da UFJ, destinadas à condução de pessoas, transporte de materiais, de cargas, documentos, nas seguintes ocasiões: Deslocamentos de autoridades, servidores, alunos ou quaisquer outras pessoas que estejam a serviço da UFJ, devidamente autorizadas; Entrega e retirada de materiais diversos, cargas, documentos e pequenas encomendas, exclusivamente a serviço oficial; Transporte dos veículos para os postos de abastecimento, oficinas mecânicas e seguradoras; Transporte de alunos em viagens de cunho acadêmico ou esportivo;

5 Manter o veículo sob sua responsabilidade em perfeito estado e satisfatórias condições de funcionamento, comunicando ao Setor responsável da instituição CONTRATANTE, qualquer irregularidade;

6 - Comunicar ocorrências de fatos e avarias relacionadas com o veículo sob sua responsabilidade;

7 - Manter o veículo convenientemente abastecido e lubrificado;

8 - Solicitar a todos os passageiros a Ficha de Requisição de Veículo devidamente preenchida, assinada e carimbada(quando necessário);

9 - Ser pontual no atendimento às solicitações de saída para executar as tarefas que lhe forem atribuídas; Permanecer nos postos de serviço, durante a jornada de trabalho, à disposição da instituição CONTRATANTE e atender as tarefas solicitadas pelo setor responsável pelos serviços de transporte/logística;

10 - Vistoriar os veículos oficiais, verificando o estado geral de segurança do veículo a ele confiado, devendo diariamente inspecionar os componentes que impliquem em segurança, tais como: pneus, nível de combustível, óleo do motor, água e óleo do cárter, freios e parte elétrica, dentre outros, para certificar-se de suas condições de funcionamento, além de conduzi-lo para lavagem, oficina e abastecimento, quando necessário;

11 - Responsabilizar-se pela guarda e uso adequado do cartão de abastecimento, encaminhando imediatamente após o abastecimento o cupom ou nota fiscal ao setor responsável pelos serviços de transporte;

12 - Obedecer às normas emanadas pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, na condução do veículo oficial;

13 - Não prestar informações sobre endereço, hábitos e costumes dos passageiros transportados; Não ingerir bebidas alcoólicas, em hipótese alguma, quando em serviço;

14 - Utilizar e solicitar aos passageiros o uso do cinto de segurança;

15 - Não iniciar conversações com os passageiros (somente quando solicitado) e, zelar pela segurança dos mesmos;

16 - Não fumar ao conduzir os veículos;

17 - Respeitar os limites de velocidade das vias públicas, áreas internas, externas e de estacionamento dos campi da UFJ e de outros órgãos;

18 - Não atender e nem falar ao celular ao conduzir os veículos;

19 - Não desobedecer às determinações do Setor de Logística da UFJ;

20 - Caso o funcionário da contratada necessite permanecer nas dependências da CONTRATANTE por algum motivo particular, após o término da sua jornada de trabalho, deverá fazê-lo sem o uniforme da contratada;

21. A jornada de trabalho dos motoristas serão de **44 (quarenta e quatro)** horas semanais e a Contratada deverá efetuar a contratação dos profissionais de forma regular, obedecendo à legislação trabalhista e previdenciária vigente, bem como os acordos, convenções ou dissídios coletivos das categorias profissionais;

22. Em jornadas diuturnas , o motorista deverá repassar ao seu subsequente todas as informações recebidas,

bem como comunicar eventuais ocorrências incomuns observadas.

23. Os motoristas contratados deverão possuir, no mínimo, Carteira Nacional de Habilitação(CNH) categoria "D" somente em casos excepcionais e com autorização por escrito da Reitoria poderá ser contratado motorista com CNH inferior à categoria acima descrita, de acordo com a lei de trânsito.

24. Tempo mínimo de 1 (ano) ano de experiência na respectiva categoria, devidamente comprovada na CTPS.

25. Os motoristas deverão possuir ensino fundamental completo e curso de primeiros socorros, direção defensiva e relações humanas ou serem matriculados em tais cursos imediatamente à assinatura do contrato, sendo obrigatória, nesse caso, a apresentação dos certificados de conclusão no prazo estabelecido no instrumento convocatório;

26. Atestado médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições inerentes às atividades a serem desempenhadas;

27. Atestado de antecedentes criminais dos últimos 5 (cinco) anos na localidade em que residam das Justiças Federal e Estadual/Distrital;

28. Requisitos mínimos dos motoristas:

a) certificado de ensino fundamental completo;

b) 21 anos de idade;

c) Experiência de 1 (um) ano na função;

d) Carteira "D" com direção defensiva, exceto em casos excepcionais e com autorização por escrito da Reitoria, poderá ser contratado motorista com CNH inferior à categoria descrita, de acordo com a lei de trânsito;

e)Possuir curso de primeiros socorros, direção defensiva e transporte de passageiros ou serem matriculados em tais cursos imediatamente após assinatura do contrato, sendo obrigatória, nesse caso, a apresentação dos certificados de conclusão ao fiscal do contrato no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias do início da execução dos serviços;

f)Atestado médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições inerentes às atividades a serem desempenhadas;

g) Atestado de antecedentes criminais dos últimos 5 (cinco) anos na localidade em que residiram das Justiças Federal e Estadual/Distrital;

h) Exame toxicológico;

i) Ter noções de combate a incêndios, boas maneiras, atendimento ao público, relacionamento interpessoal e mecânica automobilística básica;

j) Ser pontual e assíduo ao trabalho;

k) Ter conhecimento da região geográfica em que vai atuar (Estado de Goiás e demais estados brasileiros).

l) Desembaraço e boas maneiras no trato com o público interno e externo.

m) Competências Comportamentais:

n) Senso de responsabilidade;

o) Cooperação;

p) Adaptabilidade;

q) Dinamismo;

r) Iniciativa;

s) Bom Relacionamento Interpessoal e para trabalhar em equipe;

t) Organização;

.

29. Os serviços deverão ser executados pelos motoristas, conforme rol exemplificativo das tarefas discriminadas abaixo:

a) Agir com ética;

b) Manter-se atualizado;

c) Zelar pelo material transportado;

d) Zelar pela segurança dos ocupantes do veículo;
e) Agir com criatividade;
f) Demonstrar cortesia;
g) Cumprir horários e escalas de trabalho;
h) Demonstrar capacidade visual espacial;
i) Tratar os passageiros com polidez
j) Trabalhar sob pressão;
k) Respeitar leis de trânsito;
l) Dirigir defensivamente;
m) Manter-se calmo;
n) Demonstrar noções básicas de mecânica de veículos.
o) Trabalhar em equipe;

6. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

6.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

6.2 Para a execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.3 Os veículos poderão fazer deslocamentos intermunicipais e interestaduais, devendo o valor da diária ser pago ao motorista (hospedagem e alimentação, se for o caso) pela Contratada, antes da viagem, e ressarcido pela UFJ por ocasião da fatura mensal.

6.4. As **despesas com pedágios e estacionamento** (quando em viagem), deverão ser efetuadas pela CONTRATADA, utilizando o modelo "sem parar", na formatação sem custo mensal disponibilizado por várias empresas prestadoras deste serviço. O valor pago dos pedágios e estacionamento serão pagos pela CONTRATANTE posteriormente. Os custos desta despesa com o "sem parar" **deverão estar previstos na planilha de custo e formação de preço**, apresentada pela CONTRATADA, fazendo parte do item: outros custos. A empresa CONTRATADA deverá solicitar a lista de veículos que poderão utilizar os pedágios e estacionamentos para poder fazer o seu cadastro e fornecer a identificação automática para cada veículo a partir de adesivos especiais, que serão colados no para-brisa dos veículos.

6.5 Os serviços serão prestados no horário entre as 07:30 e as 17:30 horas, de forma escalonada, em jornada diária de 8h (oito horas), de segunda a sexta-feira, com intervalo de 01 (uma) hora para almoço, podendo, eventualmente, ser antecipado ou prorrogado;

6.6 Os serviços deverão obedecer aos horários estabelecidos, podendo a Contratante alterá-los a qualquer tempo, de acordo com suas necessidades, inclusive para atendimento de demandas aos sábados, domingos, feriados e horários fora do expediente normal, excepcionalmente, quando necessário, em suas dependências ou fora delas, em exclusiva execução do objeto do serviço.

6.7 Quando convocados para execução de serviços adicionais, inclusive sábados (após as 12:00), domingos e feriados, serão contados como horas extras.

6.8 O endereço da unidade a ser atendida consta no item 5.24 deste Termo de Referência.

6.9 Os serviços deverão ser executados por pessoal profissionalmente capacitado, que desenvolverão as tarefas abaixo discriminadas e terão sua execução acompanhada e fiscalizada por servidor previamente designado pela Contratante, que anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

6.10 Para a execução dos serviços objeto do presente Termo de Referência, os funcionários da contratada deverão desempenhar todas as atividades inerentes a função:

6.11 Seguir as normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente;

6.12 estar atento às condições de segurança do veículo;

6.13 conduzir o veículo com perícia, prudência, zelo e com observância aos princípios de direção defensiva;

6.14 respeitar a legislação de trânsito e, em especial, as normas relativas ao tempo de direção e de descanso;

6.15 zelar pela carga transportada e pelo veículo;

6.16 colocar-se à disposição dos órgãos públicos de fiscalização na via pública;

7. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:**

7.1 Atores que participarão da gestão do contrato:

Função	Formação	Atribuições
Gestor do Contrato - Titular e Substituto	Amplo conhecimento em coordenação das atividades administrativas e setorial	Coordenação das atividades relacionadas à fiscalização administrativos pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção de contratos dentre outros;
Fiscal Administrativo - Titular e substituto	Conhecimento administrativo sobre o serviço	Acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos contratos de prestação de serviços quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;
Fiscal Setorial - Titular e substituto	Conhecimento do objeto da contratação.	Acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade;.
Fiscalização do usuário	Conhecimento do objeto da contratação	Utilização dos serviço prestados pela contratada, como usuário (passageiros)

7.2 O mecanismo de comunicação entre a UFJ e a CONTRATADA deverá ocorrer, predominantemente, por meio de registro documental, admitindo-se o encaminhamento destes via correio eletrônico, desde que apensados aos registros da gestão as devidas comprovações de recebimento;

7.3 A medição dos serviços será feita pela Fiscalização Técnica, que a encaminhará para a Fiscalização Administrativa para providenciar a conferência da documentação pertinente, segundo a IN SEGES/MP n° 05/2017. Em ato contínuo, o Gestor do Contrato encaminhará o termo circunstanciado de recebimento dos serviços, demonstrando os valores correspondentes às atividades desenvolvidas e sua efetividade, autorizando a emissão da nota fiscal pela CONTRATADA.

7.4 O mecanismo de comunicação entre a UFJ e a CONTRATADA deverá ocorrer predominantemente por meio do **Sistema Comprasnet Contratos e Comprasnet Mobile**, por meio de registro de ocorrências preferencialmente por meio documental (ofícios) ou nos formatos disponíveis pelo sistema oficial federal de Gestão e Fiscalização de Contratos: Comprasnet Contratos. Serão admitidos o encaminhamento destes documentos concomitantemente via correio eletrônico, desde que apensados aos registros da gestão as devidas comprovações de recebimento, **preferencialmente feitas no SEI da UFJ** e seus processos eletrônicos.

7.5 O canal de comunicação entre a UFJ e a CONTRATADA, para assuntos relacionados à gestão e fiscalização contratual, ocorrerá preferencialmente através da figura do PREPOSTO. O preposto é o representante da CONTRATADA junto à UFJ. O preposto poderá ser contatado mesmo fora do horário de expediente. Em caso de imprevistos o preposto deverá prestar auxílio aos motoristas,sem que com isso ocorra qualquer ônus extra para a UFJ.

7.5.1 A Contratada deve capacitar o Preposto para atender as necessidades do contrato, através de treinamento específico. A apresentação do **certificado de conclusão de curso será necessário para comprovação**.

7.6 A CONTRATADA deverá ser cadastrada no Comprasnet Contratos para que possa responder os Registros de Ocorrência via sistema Comprasnet contratos, comprasnet mobile ou via SEI.

7.7 A medição será feita através de formulário, o qual acompanhará a nota fiscal de serviços, demonstrando os valores correspondentes às atividades desenvolvidas e sua efetividade. O IMR poderá ser feito via formulário comum, caso ainda não tenha sido feito no Comprasnet Contratos, após a sua criação no sistema.

7.8 O Fiscal do Contrato deverá entregar relatório mensal de fiscalização, realizado pelo Comprasnet Contratos.

7.9 O Fiscal do Contrato deverá abrir processo de pagamento no SEI, de acordo com orientação do Departamento de Contabilidade e Finanças da UFJ.

7.10 O Fiscal deverá apresentar **Certificado de Conclusão de Curso de Gestão e Fiscalização de Contratos** do ENAP/EVG (Escola Virtual GOV) para que o mesmo seja inserido ao processo.

7.11 O resultado da apuração da pontuação e respectiva aplicação da advertência ou do percentual da glosa serão comunicados pelo FISCAL DO CONTRATO, por meio de notificação formal, com o respectivo preenchimento do **IMR , Instrumento de Medição de Resultados**, à CONTRATADA, que terá 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento da comunicação, para contestar, caso queira.

7.12 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela CONTRATANTE, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador (por motivo ocorrência de caso fortuito ou de força maior).

7.13 Caso não seja aceita a justificativa, o FISCAL DO CONTRATO realizará a advertência ou a glosa correspondente nas faturas vincendas.

8. **INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

8.1 O início da prestação dos serviços acontecerá a partir da assinatura do contrato previsto para 01/07/2022.

8.2. As diárias de viagem serão pagas aos motoristas que efetivamente prestarem serviços ao órgão contratante ,de acordo a Convenção Coletiva de Trabalho - (CCT) do sindicato representante da categoria - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS NO ESTADO DE GOIAS, CNPJ n. 01.089.689/0001-35 e SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE CARGAS E LOGÍSTICA DO ESTADO DE GOIAS, CNPJ n. 02.220.036/0001-06. Serão pagas da seguinte forma:

- Viagem cujo **raio de ação seja maior a 100(cem)** quilômetros**,** pagará uma diária indivisível no valor equivalente a R$ 220,00 (Duzentos e vinte reais) para almoço, jantar e pernoite respectivamente, ou seja, independente da jornada.

- Viagem cujo **raio de ação for inferior a 100(cem)** quilômetros, porém houver a necessidade de pernoitar a serviço da instituição, pagará uma diária indivisível no valor equivalente a R$ 220,00 (Duzentos e vinte reais) para almoço, jantar e pernoite respectivamente.

- Se o raio de ação for inferior a 100(cem) quilômetros pagarão o ticket refeição/alimentação quando este for obrigado a chegar na instituição após já ter cumprido sua jornada de trabalho de 8 horas diárias, será pago o valor de R$ 72,00(setenta e dois reais), ou seja, (uma diárias sem pernoite), para almoço e jantar, respectivamente.

- Independentemente do raio de ação, estando o motorista fora de Jataí-GO a serviço da instituição e sendo necessário pernoitar, receberá este, uma diária indivisível no valor equivalente a R$ 220,00 (Duzentos e vinte reais) para almoço, jantar e pernoite respectivamente. Se no dia seguinte, o mesmo retornar à UFJ após as 12:00, terá então direito ao complemento de R$72,00 (Setenta e dois reais) para almoço e jantar, respectivamente. Mas, caso o retorno seja após as 00:00 ele terá direito então ao complemento de R$ 220,00 (Duzentos e vinte reais) para almoço, jantar e pernoite respectivamente.

8.3. O pagamento das despesas de diárias será efetuado sob demanda, e o reembolso, inclusive relacionado a estacionamentos (em viagem), deverá ser requerido pela CONTRATADA por ocasião do pagamento mensal. O pernoite do motorista terceirizado será pago, sob demanda, conforme comprovação efetuada pela Empresa e limitado ao valor de R$ 220,00 cada pernoite.

8.4 As diárias de viagens que eventualmente ultrapassem as quantidades estimadas por mês, serão compensadas com as não utilizadas durante o ano;

8.5 Custos com pedágios, balsas e estacionamentos serão pagos pela CONTRATADA e ressarcidos posteriormente pela UFJ, desde que comprovado e de acordo com a necessidade de serviço e com valores compatíveis com a realidade de mercado;

8.6 Haverá deslocamento máximo de 8h por dia, devendo o motorista efetuar pausa para intervalo de almoço, café e descanso conforme a necessidade, admitindo-se a extensão da jornada, ou condução em horário noturno, em casos excepcionais.

8.6.1 - Quando da viagem de longa distância e realizada em dupla de motoristas, cada condutor não poderá exceder a 4 horas dirigindo ininterruptamente, ou seja, a cada 4 horas de condução deverá o mesmo repassar a condução ao outro condutor enquanto descansará por igual período;

8.7 No intuito de auxiliar na prevenção de contaminações do vírus, tendo em vista a pandemia do COVID-19 (Coronavírus), a CONTRATADA deverá fornecer bimestralmente 3 (três) frascos de 500 ml de álcool gel e 1 (um) kit de máscaras descartáveis contendo 100 unidades para proteção das vias respiratórias;

8.8 Não poderão ser incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

8.9 As **despesas com pedágios e estacionamento** (quando em viagem), deverão ser efetuadas pela CONTRATADA, utilizando o modelo "sem parar", na formatação sem custo mensal disponibilizado por várias empresas prestadoras deste serviço. O valor pago dos pedágios e estacionamento serão pagos pela CONTRATANTE posteriormente. Os custos desta despesa com o "sem parar" **deverão estar previstos na planilha de custo e formação de preço**, apresentada pela CONTRATADA, fazendo parte do item: outros custos. A empresa CONTRATADA deverá solicitar a lista de veículos que poderão utilizar os pedágios e estacionamentos para poder fazer o seu cadastro e fornecer a identificação automática para cada veículo a partir de adesivos especiais, que serão colados no para-brisa dos veículos.

8.10 Responsabilizar-se por quaisquer multas de trânsito, ambientais, tarifas rodoviárias , quando for o caso, durante a execução do contrato.

9. **UNIFORMES**

9.1. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

9.2. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

9.2.1.Fornecer 02 (dois) conjuntos de **uniformes** completos de **10 (dez) em 10 (dez) meses.**

9.2.2.Os uniformes deverão ser repostos/substituídos a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam às condições mínimas de apresentação;

9.2.3.O conjunto de uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário;

9.2.4 Camisa estilo social; em tecido 100% algodão; gola com intertela; mangas longas; nas cores claras e neutras.

9.2.5 Camisa tipo "polo"; manga curta; com no mínimo 50% de algodão; na cor azul marinho; e com a logomarca da empresa.

9.2.6 Calça tipo jeans; nas cores cinza, preto ou azul marinho.

9.2.7 Crachá em PVC contendo foto, nome da empresa, descrição do cargo, com protetor de crachá rígido com jacaré/regulador bolinha

9.2.8 Meias cano alto longo sport algodão - kit com 12 pares (preto, branco ou cinza)

9.2.9 Sapatos - Tipo social de cor preta ou marrom, estilo moderno, ou sapatênis sport fino marrom ou preto

9.2.10 kit com 3 frascos de álcool gel de 500 ml

9.2.11 Cinto vestuário masculino modelo social ou esporte fino, em couro de primeira linha, cor preta

9.2.12 As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade e de acordo com as condições

climáticas do local onde o serviço será prestado.

9.2.13 O uniforme deverá conter a identificação da empresa contratada.

9.2.14 No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

9.2.15 Além do uniforme, todos os funcionários da Contratada deverão portar crachá do tipo credencial contendo: identificação da empresa, nome e foto do funcionário, juntamente com a inscrição “A serviço da UFJ”.

9.2.16 Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

9.2.17 o conjunto de uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário;

Descrição do ítem	Unidade de Fornecimento	Quantidade
Calça masculina, material: Jeans, tamanho: variado, cor: azul, preta ou cinza.	unidade	2
Camisa tipo "polo"; manga curta; com no mínimo 50% de algodão; na cor azul marinho; e com a logomarca da empresa.	unidade	3
Camisa estilo social; em tecido 100% algodão; gola com intertela; mangas longas; nas cores claras e neutras.	unidade	1
Sapato masculino, tipo: social ou esporte fino, material: couro, cor: preta	par	1
Cinto vestuário - Cinto masculino, modelo social ou esporte fino, em couro de 1a linha, cor preta, tamanho a ser fornecido 80, 85, 90, 95, 100, 110 cm, largura 3,5 cm (aproximadamente), fivela de metal prata, tipo regulável.	unidade	2
Meias cano alto longo sport algodão - (preto, branco ou cinza)	par	12
Crachá em PVC, contendo: foto recente, nome da empresa Contratada, descrição do cargo e, em destaque e	unidade	1

10. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

10.4. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que

observado o limite da legislação trabalhista;

10.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

10.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

10.7. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

10.7.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

10.7.2.Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

10.7.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

10.7.4. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens

10.8. Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:

10.8.1. A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

10.8.2 O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;

10.8.3. O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

10.9. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.

10.10. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do

contrato;

10.11. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

10.12. Cientificar o órgão de representação judicial da UFJ para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

10.13. Arquivar, entre outros documentos, projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

10.14. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.15. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentam condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

11. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

11.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.3 Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração.

11.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.5 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.6 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7° do Decreto n° 7.203, de 2010;

11.7 Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

11.8 Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

11.9 As empresas contratadas que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços, conforme alínea "g" do item 10.1 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017:

11.9.1 relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

11.9.2 Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

11.9.3 exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;

11.9.4 declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;

11.9.5 Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do

que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

11.10 Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.

11.11 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

11.12 Substituir, no prazo de 2 (duas) horas, em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;

11.13 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

11.13.1 Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

11.14 Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

11.15 Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

11.15.1 Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

11.16 Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

11.17 Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço,

conforme descrito neste Termo de Referência;

11.18 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;

11.19 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

11.20 Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

11.20.1 viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

11.20.2 viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

11.20.3 oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

11.21 Manter preposto, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato;

11.22 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

11.23 Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante;

11.23.1 A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

11.23.2 Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

11.23.2.1 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela contratante para acompanhar o pagamento das respectivas verbas.

11.24 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.25 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.26 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.27 Não beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C

do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;

11.28 Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

11.28.1 Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

11.29 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.30 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

11.31 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.

11.32 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.33 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

11.34 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

11.35 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.36 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes deste Termo de Referência.

11.37 A contratada, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, deve proceder às anotações e registros pertinentes a todos os empregados que atuarem nos serviços, assumindo exclusivamente todas as obrigações advindas de eventuais demandas judiciais ajuizadas em qualquer juízo que versarem sobre pleitos trabalhistas e/ou previdenciários propostos por empregados ou terceiros que alegarem vínculo com a contratada.

11.38 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

11.39 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

11.40 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

11.41 É obrigação da contratada a administração de situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente.

11.42 A contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

11.43 A Contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, conforme orientações do art. 6º da IN n° 01/2010 (Compras Sustentáveis).

11.44 Observar as normas relativas à segurança da viagem e ao conforto dos passageiros,bem como cumprir a legislação de trânsito e de tráfego rodoviário.

11.45 Realizar manutenção preventiva na periodicidade recomendada pela boa técnica e de acordo com as especificações do fabricante, mantendo os veículos em perfeitas condições de segurança, limpeza e higiene.

11.46 Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando ao contratante os motoristas com funções legalmente registradas em suas carteiras de trabalho, com experiência mínima definida neste Termo de Referência. (condições de tempo de direção ou condução de veículos por motoristas profissionais estão disciplinadas no art. 67-A da Lei nº 9.503, de 1997, sem prejuízo da legislação trabalhista aplicada à matéria.)

11.47 Não permitir que qualquer motorista se apresente ao serviço com sinais de embriaguez ou sob efeito de substância tóxica.

11.48 Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato.

11.49 Providenciar treinamentos e reciclagem necessários para garantir a execução dos trabalhos dentro dos níveis de qualidade desejados.

11.50 Efetuar a substituição do motorista, de imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra).

11.51 Comunicar ao contratante, quando da transferência e/ou retirada e substituição de motoristas dos itinerários ou dos serviços.

11.52 Manter controle de frequência/pontualidade de seus empregados.

11.53 Fornecer uniformes e complementos adequados para o desenvolvimento das atividades, submetendo-os previamente à aprovação do contratante, sem ônus para seus empregados.

11.54 Fornecer vale-refeição/vale-alimentação aos seus empregados e demais benefícios previstos em Acordos ou Convenção Coletiva da categoria.

11.55 Assegurar que todo empregado que cometer falta disciplinar qualificada como de natureza grave não deverá ser mantido em serviço.

11.56 Atender, de imediato, às solicitações do contratante quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços.

11.57 Comunicar ao contratante toda vez que ocorrer afastamento, substituição ou inclusão de qualquer componente da equipe que esteja prestando serviços ao contratante. No caso de substituição ou inclusão, a contratante anexará os respectivos currículos, ficando a cargo do contratante aceitá-los ou não.

11.58 Apresentar ao contratante, quando exigido, comprovantes de pagamento de salários, a quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos seus empregados que estejam ou tenham estado a serviço do contratante, por força do contrato.

11.59 Assumir todas as despesas decorrentes de danos materiais causados aos veículos ou bens de terceiros, bem como danos pessoais aos seus ocupantes ou a terceiros, de sua responsabilidade.

11.60 Responsabilizar-se civil e criminalmente pelos danos causados ao contratante ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato.

11.61 Responsabilizar-se por quaisquer multas de trânsito, ambientais, tarifas rodoviárias e hidroviárias, quando for o caso, durante a execução do contrato.

11.62 Disponibilizar empregados em quantidades necessárias para garantir a prestação dos serviços nos horários contratados, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.

11.63 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação/qualificação na fase de licitação.

11.64 Não transportar passageiros em pé ou no colo, salvo para prestação de socorro em caso de acidente ou avaria.

11.65 Prestar os esclarecimentos desejados, bem como comunicar ao contratante, por meio de líder ou diretamente, quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços.

11.66 Manter programa interno de autofiscalização da correta manutenção da frota, quanto à emissão de fumaça preta, especialmente para os veículos a óleo diesel que integrem a frota da UFJ. Os motoristas contratados devem sempre avisar ao Diretor de Logística da UFJ sobre a detecção de possíveis defeitos que podem ser sanados preventivamente.

11.67 Em caso de acidente com veículo de propriedade da UFJ, além das pertinentes providências legais imediatas, deverão ser adotados os seguintes procedimentos:

a) Quando houver vítima, prestar-lhe socorro imediato, levando-a, se necessário, ao hospital mais próximo do local do acidente;
b) Se o estado da vítima desaconselhar sua movimentação, chamar imediatamente o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Corpo de Bombeiros ou outra instituição responsável pela prestação de socorro em acidentes de trânsito;
c) c) Comunicar o fato, o mais rápido possível, ao fiscal do Contrato e ao Diretor/Coordenador do Departamento de Logística;
d) Caso ele próprio não precise de atendimento médico, permanecer no local e arrolar, se possível, duas testemunhas;
e) Em caso de fuga de outro envolvido, identificar as características do veículo, principalmente o número da placa;
f) Não retirar o veículo acidentado do local sem prévia autorização do preposto da empresa, salvo se houver determinação legal em contrário ou de autoridade policial.

11.68 Nos casos de ocorrência de acidente, a empresa CONTRATADA deverá:

a) Orientar seus empregados para não fazer acordo, sob hipótese alguma, com a outra parte envolvida no acidente;

b) Obter o Boletim de Ocorrência Policial junto à Delegacia de Polícia;

c) Encaminhar à fiscalização do campus CONTRATANTE, o mais breve possível, cópia do Boletim de Ocorrência Policial, acompanhado de relatório completo e minucioso do fato;

d) Apurar as causas, efeitos e responsabilidades, ainda que do acidente resultem unicamente danos materiais;

e) Adotar as providências necessárias para imediato conserto do veículo, caso o acidente tenha sido ocasionado por dolo ou culpa do seu motorista;

e) Quando a responsabilidade pelo acidente for de terceiros, fornecer à Reitoria e ao Departamento de Logística da UFJ todos os subsídios para acioná-los, com vistas ao ressarcimento das despesas decorrentes.

11.69 Quando houver infração de trânsito praticada por seus empregados na condução dos veículos do UFJ, a instituição deverá observar o seguinte:

a) As multas serão encaminhadas à Contratada, que deverá providenciar o pagamento até a data dos respectivos vencimentos, comprovando a quitação junto ao Departamento de Logística, no prazo de até 10 (dez) dias;

b) O atraso no pagamento das multas, bem como a falta de comprovação do pagamento no prazo indicado no item anterior, sujeitará a empresa licitante vencedora à multa moratória, calculada à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, dos respectivos valores da fatura mensal;

c) A empresa Contratada deverá comunicar as ocorrências relativas às infrações de Trânsito ao setor de Contratos, para fins de registro;

d) No caso em que um mesmo motorista for reincidente no cometimento de infrações de trânsito ou dependendo da gravidade da falta, a UFJ poderá solicitar sua substituição à Contratada, sem qualquer ônus adicional.

11.70 - Capacitar o Preposto para atender as necessidades do contrato, através de treinamento específico. A apresentação de certificado de conclusão de curso será necessária para comprovação.

12. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

12.2. Entende-se como subcontratação a contratação de motoristas terceirizados, ou seja, motoristas de quadro de pessoal de outras empresas para compor o objeto licitatório.

13. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

14.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade

das obrigações, previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

14.3 O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, de acordo com as seguintes disposições:

1 – Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

2 – Fiscalização Técnica:é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;

3 – Fiscalização Administrativa:é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

4 – Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade; e

5 - Fiscalização pelo Público Usuário: é o acompanhamento da execução contratual por pesquisa de satisfação junto ao usuário, com o objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços, os recursos materiais e os procedimentos utilizados pela contratada, quando for o caso, ou outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto.

14.4 Quando a contratação exigir fiscalização setorial, o órgão ou entidade deverá designar representantes nesses locais para atuarem como fiscais setoriais.

14.5 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

14.6 A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

14.7 Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

a) no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

a.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

a.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA; e

a.3. exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.

b) entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro

de Fornecedores (SICAF):

b.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

b.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

b.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

b.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

c) entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:

c.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;

c.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;

c.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

c.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

c.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

d) entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

d.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

d.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

d.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

d.4. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

14.8 A CONTRATANTE deverá analisar a documentação solicitada na alínea “d” acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

14.9 No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

14.10 Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no subitem 14.7 acima deverão ser apresentados.

14.11 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

14.12 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.

14.13 O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

14.14 A CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

14.15 Além das disposições acima citadas, a fiscalização administrativa observará, ainda, as seguintes

diretrizes:

14.15.1 Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):

a) Será elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;

b) Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela CONTRATADA e pelo empregado;

c) O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;

d) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);

e) Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a CONTRATADA;

f) Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

g) No primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

g.1. relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

g.2. CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela contratada;

g.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

g.4. declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

14.15.2 Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura):

a) Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;

b) Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;

c) Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;

d) Deverá ser exigida, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa

com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 66-A da Lei nº 8.666, de 1993.

14.15.3 Fiscalização diária:

a) Devem ser evitadas ordens diretas da CONTRATANTE dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto.

b) Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da CONTRATADA.

c) Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.

14.16 Cabe, ainda, à fiscalização do contrato, verificar se a CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita à estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.

14.16.1 O gestor deverá verificar a necessidade de se proceder à repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da contratada.

14.17 A CONTRATANTE deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.

14.17.1 Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados.

14.18 A CONTRATADA deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pela CONTRATANTE quaisquer dos seguintes documentos:

a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;

b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a CONTRATANTE;

c) cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; e

d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.

14.19 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, conforme modelo previsto no Anexo I, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.20 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

14.21 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.22 O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados.

14.23 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.24 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

14.25 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

14.26 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

14.27 O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

14.28 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

14.29 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.30 O representante da CONTRATANTE deverá promover o **registro das ocorrências** verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.31 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, **ensejará a aplicação de sanções administrativas**, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.32 Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

14.32.1 Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

14.32.2 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

14.32.3 Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da contratada.

14.33 O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada

em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

14.34 A fiscalização de que trata este tópico não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.35 As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

14.36 A fiscalização de que trata este Termo de Referência não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. **DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

15.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do **recebimento definitivo dos serviços**, nos termos abaixo.

15.2 No prazo de até **5 (cinco) dias corridos** do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

15.3 O **recebimento provisório** será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

15.3.1 A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

15.3.1.1 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

15.3.1.2 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

15.3.1.3 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

15.3.1.4 Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento mensal, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato;

15.3.2 No prazo de até **15 (quinze) dias corridos** a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

15.3.2.1 quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento

definitivo.

15.3.2.2 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

15.3.2.2.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

15.4 No prazo de até **10 (dez) dias corridos** a partir do **recebimento provisório** dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo às seguintes diretrizes:

15.4.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

15.4.2 **Emitir Termo Circunstanciado** para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

15.4.3 Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, ou instrumento substituto.

15.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei n° 10.406, de 2002).

15.6 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

16. **DO PAGAMENTO**

16.1 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30(trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

16.2 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

16.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.4 **O setor competente para proceder o pagamento** deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

1. o prazo de validade;
2. a data da emissão;
3. os dados do contrato e do órgão contratante;
4. o período de prestação dos serviços;
5. o valor a pagar; e
6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, **o prazo**

para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

16.6 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, **será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada**, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.6.1 não produziu os resultados acordados;

16.6.2 deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.6.3 deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.8 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

16.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

16.10 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.12 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.13.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

16.14 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

16.15 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

16.16 A parcela mensal a ser paga a título de aviso prévio trabalhado e indenizado corresponderá, no primeiro ano de contratação, ao percentual originalmente fixado na planilha de preços.

16.16.1 Não tendo havido a incidência de custos com aviso prévio trabalhado e indenizado, a prorrogação contratual seguinte deverá prever o pagamento do percentual máximo equivalente a 03 (três) dias a mais por ano de serviço, até o limite compatível com o prazo total de vigência contratual.

16.16.2 A adequação de pagamento de que trata o subitem anterior deverá ser prevista em termo aditivo.

16.16.3 Caso tenha ocorrido a incidência parcial ou total dos custos com aviso prévio trabalhado e/ou indenizado no primeiro ano de contratação, **tais rubricas deverão ser mantidas na planilha** de forma complementar/proporcional, devendo o órgão contratante esclarecer a metodologia de cálculo adotada.

16.17 A Contratante providenciará o desconto na fatura a ser paga do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados da Contratada que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987.

16.18 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX) I = (6/100) I = 00016438
365 TX = Percentual da taxa anual = 6%

17. DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

17.1 Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas neste Termo de Referência.

17.2 A futura Contratada deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis**.**

17.2.1 Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

17.3 A CONTRATADA autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.

17.4 A Contratante provisionará os valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da Contratada, que serão depositados pela em Conta-Depósito Vinculada, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação e utilizada exclusivamente para crédito das rubricas retidas.

17.5 Os valores provisionados somente serão liberados nas seguintes condições:

17.5.1 parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;

17.5.2 parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;

17.5.3 parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, às férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato; e

17.5.4 ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

17.6 O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

17.6.1 13º (décimo terceiro) salário;

17.6.2 Férias e um terço constitucional de férias;

17.6.3 Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

17.6.4 Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

17.7 Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no item 14 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

17.8 O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira.

17.9 Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

17.10 Os valores referentes às provisões mencionadas neste termo de referência que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

17.11 Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os

recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

17.12 A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade Contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

17.12.1 Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

17.12.2 Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

17.12.3 A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

17.12.4 A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas;

17.13 O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MP n. 5/2017.

18. **DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO (REPACTUAÇÃO)**

18.1 Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado no Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto n° 9.507, de 2018, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MP n° 5, de 2017.

18.2 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

18.3 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

18.3.1 Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

18.3.2 Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

18.3.3 Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constantes do Edital.

18.4 Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

18.5 O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

18.6 Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

18.7 Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

18.7.1 da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

18.7.2 do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

18.7.3 do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

18.8 Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

18.9 Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

18.10 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

18.11 A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

18.12 Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

18.13 Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos **custos sujeitos à variação dos preços de mercado** (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento **IPCA**,com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

R = V (I – Iº) / Iº, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

18.13.1 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.13.2 Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.13.3 Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.13.4 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

18.13.5 Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a CONTRATANTE verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

18.14 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

18.14.1 a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

18.14.2 em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

18.14.3 em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

18.15 Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

18.16 A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

18.17 O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

18.18 As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

18.19 O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

19. **GARANTIA DA EXECUÇÃO**

19.1 O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

19.2 No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

19.2.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

19.2.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

19.3 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

19.4 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

19.4.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

19.4.2 prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do

contrato;

19.4.3 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

19.4.4 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

19.5 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

19.6 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

19.7 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

19.8 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

19.9 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

19.10 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a

Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

19.11 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

19.12 Será considerada extinta a garantia:

19.12.1 com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

19.12.2 no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2"do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

19.13 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

19.14 A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste TR.

19.15 A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.

19.15.1 Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho

19.16 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

20. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

20.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

20.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

20.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.3 falhar ou fraudar na execução do contrato;

20.1.4 comportar-se de modo inidôneo; ou

20.1.5 cometer fraude fiscal.

20.2 Pela inexecução <u>total ou parcial</u> do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

20.2.1 **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

20.2.2 **Multa de**:

20.2.2.1 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

20.2.2.2 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

20.2.2.3 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

201.2.2.4 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

20.2.2.5 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

20.2.2.6 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

20.2.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.2.4 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

20.2.4.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 22.1 deste Termo de Referência

20.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.3 As sanções previstas nos subitens 20.2.1, 20.2.3, 20.2.4 e 20.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.4 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**GRAU**
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

20.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

20.5.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de

quaisquer tributos;

20.5.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.5.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20.7 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

20.7.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15(quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.8 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.9 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.10 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

20.11 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.12 O processamento do **PAR** não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21. **CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

21.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

21.2 Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

21.3 Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

21.3.1 O licitante deverá apresentar planilha de formação de preços de mão de obra (Anexo IA) conforme modelos fornecidos pela UFJ.

21.4 O critério de aceitabilidade de preços será o valor global de **R$ 15.973.725,00** (quinze milhões, novecentos e setenta e três mil e setecentos e vinte e cinco reais), **total para 30 meses de contrato**.

21.5 O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

21.6 As regras de desempate entre propostas são discriminadas no edital.

22. **ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**

22.1 O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens (2 a 7) são discriminados na tabela acima, caracterizam-se por serem somente números estimativos das quantidades dos serviços, baseados em contratos anteriores, e não terão a obrigatoriedade de terem a totalidade das quantidades de serem utilizadas, podendo serem executadas a critério das necessidades da Universidade Federal de Jataí.

22.2 Tal valor foi obtido conforme disciplina a INSTRUÇÃO NORMATIVA ME/SEGES Nº 73, DE 5 DE AGOSTO DE 2020 utilizando-se os parâmetros previstos no Art. 5º.

23. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

23.1 Considerando o disposto no art. 7º, § 2º, inciso III, da Lei nº 8.666/1993, existe a previsão de créditos orçamentários no PL 28/2020-CN, Lei Orçamentária Anual – Exercício de 2021, consignados no PTRES 170646, Fonte 81000000000 , Natureza de Despesa 339037-01, no valor de **R$ 6.389.490,00** (seis milhões, trezentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e noventa reais) **previstos para 12 meses**.

Jataí, 17 de março de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - REGIONAL JATAÍ

DESPACHO

Ao Pró-Reitor pro tempore de Administração e Finanças

Prof. Dr. Dyomar Toledo Lopes

Solicito **nova aprovação** do Termo de Referência (2789459), cujo objeto trata da aquisição por Licitação, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, nos termo do Art. 1° do Decreto 10.024/19, de contratação de empresa para prestação de serviços, com dedicação exclusiva para condução de veículos oficiais, na Universidade Federal de Jataí-UFJ, conforme Documento de Formalização de Demanda - Departamento de Logistica - DLOG/UFJ (2480975). Este pedido justifica-se pela adequação que se fez necessária no termo de referência deste certame.

Em caso de **aprovação**, favor informar a respectiva dotação orçamentária que será utilizada para a execução da referida despesa.

Massoiacy Pereira Marques

Coordenador de Serviços de Dedicação Exclusiva de Mão de Obra

Documento assinado eletronicamente por **Massoiacy Pereira Marques**, **Administrador**, em 28/03/2022, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2789730** e o código CRC **01EC97B9**.

Referência: Processo nº 23070.060433/2021-29 SEI nº 2789730

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - REGIONAL JATAÍ

AUTORIZAÇÃO

A Diretoria de Compras

Considerando a solicitação da Diretoria de Gestão de Contratos de Serviços/PROAD 2789730, analisamos e aprovamos a Minuta do Termo de Referência 2789459.

Sendo assim, solicitamos a continuidade dos tramites licitatórios deste processo.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente por **Dyomar Toledo Lopes**, **Coordenador Administrativo**, em 28/03/2022, às 18:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2791313** e o código CRC **1391636E**.

Referência: Processo nº 23070.060433/2021-29 SEI nº 2791313

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - REGIONAL JATAÍ

DESPACHO

Ao Pró-Reitor pro tempore de Administração e Finanças

Prof. Dr. Dyomar Toledo Lopes

Solicito **nova autorização e informe** da respectiva dotação orçamentária que será utilizada para a execução da referida despesa, tendo em vista a alteração do valor global do grupo, atualizado no novo Termo de Referência 2789459. Solicitação já realizada nos depachos SEI 2789730 e 2768535.

Silviany da Silva Coutinho Guimarães
Vice Diretora da Diretoria de Compras e Licitações - PROAD/UFJ

Documento assinado eletronicamente por **Silviany Da Silva Coutinho Guimaraes**, **Vice-Diretora**, em 29/03/2022, às 09:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2792789** e o código CRC **619F9ED7**.

Referência: Processo nº 23070.060433/2021-29 SEI nº 2792789

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - REGIONAL JATAÍ

AUTORIZAÇÃO

A Diretoria de Compras e Licitações

Autorizo o pedido do Departamento de Logística (Unidade Demandante) feito pelo DFD (Documento de Formalização de Demanda) 2480975 para contratação de Serviços de Motoristas para a UFJ. A despesa esta prevista no Planejamento e Gerenciamento de Contratações - PGC/2021(Item - 92 2572409).

Informo que os créditos orçamentários estão previstos

PROGRAMA	5013 20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
ESFERA	1 Fiscal
PTRES	170646
FONTE	8100000000
NDD	339037
CENTRO DE CUSTOS	110417 - Coordenação de Transportes - Jataí
PI	M0000G0100N
UGR	156809
Valor Estimado	R$ 15.973.725,00 (30 meses)

Documento assinado eletronicamente por **Dyomar Toledo Lopes**, **Coordenador Administrativo**, em 29/03/2022, às 10:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2792955** e o código CRC **902D1DC2**.

Referência: Processo nº 23070.060433/2021-29 SEI nº 2792955

PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2022

(Processo Administrativo n.° 23070.060433/2021-29)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Universidade Federal de Jataí, por meio da sua equipe de pregoeiros e equipe de apoio designada pela PORTARIA N.º 180/2020, DE 11 DE MARÇO DE 2020 e PORTARIA N.º 181/2020, DE 11 DE MARÇO DE 2020 respectivamente, sediada à Rua Riachuelo, 1530, Setor Samuel Graham, Jataí/GO, Cep: 75.804-068, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **menor preço do grupo**, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por global, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 14/04/2022

Horário: 09:30h (Horário de Brasília)

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1 DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa terceirizada, para prestação de serviços de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí (UFJ), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será realizada em grupo único, formados por 7 itens, conforme tabela constante neste Edital e Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

Grupo	Item	Discriminação	Quantidade	Valor por funcionário	Valor total mensal	Valor total período 30 meses
1	1	Motoristas executivos 44 hs	13	R$ 5.271,50	R$ 68.529,50	R$ 2.055.885,00
	2	Diária sem pernoite	1000	R$ 72,00	R$ 72.000,00	R$ 2.160.000,00
	3	Diária com pernoite	1000	R$ 220,00	R$ 220.000,00	R$ 6.600.000,00
	4	Hora Suplementar 50%	2000	R$ 29,17	R$ 58.340,00	R$ 1.750.200,00
	5	Hora Suplementar 100%	1000	R$ 38,90	R$ 38.900,00	R$ 1.167.000,00
	6	Hora Suplementar noturna 50%	800	R$ 40,01	R$ 32.008,00	R$ 960.240,00
	7	Hora Suplementar noturna 100%	800	R$ 53,35	R$ 42.680,00	R$ 1.280.400,00
Valor Global Total de Referência						R$ 15.973.725,00

1.3 O critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL do grupo, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3.1 Em que pese o critério de julgamento ser pelo **Menor Valor global do Grupo**, a licitante vencedora deverá apresentar proposta atualizada, inclusive para todos os itens pertencentes ao grupo, considerando os valores máximos de referência constantes deste instrumento convocatório.

2 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 156678

Fonte: 8100000000

Programa de Trabalho: 170646

Elemento de Despesa: 339037-01

PI: M0000G0100N

3 DO CREDENCIAMENTO

3.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio 1322EA-B-8482bdafd6d2www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.6 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4 DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível

com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.2 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema

4.3 Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2 que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.4 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.3.5 que estejam sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, ou concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, observado o disposto no item 9.10.1.1 deste Edital;

4.3.6 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.3.7 organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.4 Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

4.4.1 detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

4.4.2 de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.5 Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010);

4.6 Nos termos do art. 7° do Decreto n° 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.7 Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.7.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.7.2 nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.7.3 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito

de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7.4 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.7.5 que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.7.6 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.7.7 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

4.7.8 que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.7.9 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.7.10 que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.8 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

5.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 valor total do item;

6.2 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, incluindo-se, dentre outras, as seguintes informações:

6.2.1 A indicação dos sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO;

6.2.2 A quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual;

6.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

6.5 A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1° do artigo 57 da Lei n° 8.666, de 1993.

6.6 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2° da IN SEGES/MP n.5/2017.

6.7 A proposta apresentada deverá contemplar o valor total dos custos da contratação, inclusive aqueles estimados para as ocorrências de fatos geradores.

6.8 A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em

caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.8.1 cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

6.8.2 cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

6.9 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

6.10 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.11 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

6.12 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.13 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.14 O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa dias) dias,** a contar da data de sua apresentação.

6.15 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.16 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato

7 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE

LANCES

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.3 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.4 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.5 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.6 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.7 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.8 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.9 O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

7.10 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.11 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.12 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$ 200,00 (duzentos reais).

7.13 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.14 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.15 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.16 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três,

oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.17 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.18 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.19 Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

7.20 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.21 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.22 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.23 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.24 O critério de julgamento adotado será o menor preço global, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.25 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.26 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.27 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.28 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.29 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem

de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.30 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.31 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.32 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

7.33 prestados por empresas brasileiras;

7.34 prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.35 prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.36 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.37 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.38 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.39 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.40 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2 A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

8.3 A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante

exclusivamente via sistema, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

8.4 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, que:

8.4.1 não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

8.4.2 contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.4.3 não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

8.4.4 apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), percentual de desconto inferior ao mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.5 Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

8.5.1 for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.5.2 apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

8.6 A fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, bem como para a contagem da anualidade prevista no art. 3º, §1º da Lei n. 10.192/2001, informa-se que foram utilizadas as seguintes convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração.

8.6.1 CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2021/2022 NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: GO000452/2021.

8.6.2 SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSP RODOV NO EST GO, CNPJ n° 01.089.689/0001-35,

8.6.3 SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE CARGAS E LOGÍSTICA DO ESTADO DE GOIAS, CNPJ n. 02.220.036/0001-06

8.7 O(s) sindicato(s) indicado(s) nos subitens acima não são de utilização obrigatória pelos licitantes (Acórdão TCU nº 369/2012), mas sempre se exigirá o cumprimento das convenções coletivas adotadas por cada licitante/contratante.

8.8 É vedado à proponente incluir na Planilha de Custos e Formação de Preços:

8.8.1 item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de

matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 9º, parágrafo único, incisos I a III, do Decreto n.º 9.507/2018, e art. 6º da IN SEGES/MP n.º 5, de 2017);

8.8.2 item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública (art. 6º, parágrafo único, da IN SEGES/MP n.º 5/2017);

8.8.3 rubricas que prevejam o custeio de despesas com treinamento, reciclagem e capacitação ou congêneres, pois tais parcelas já são cobertas pelas despesas administrativas (Acórdão TCU nº 2.746/2015 – Plenário);

8.8.4 rubrica denominada “reserva técnica”, exceto se houver justificativa, na proposta, que indique, claramente e por meio de memória de cálculo, o que está sendo custeado, de modo a haver a comprovação da não cobertura do valor, direta ou indiretamente, por outra rubrica da planilha (Acórdãos TCU nº 2.746/2015 – Plenário, nº 64/2010 - 2ª Câmara e nº 953/2016 – Plenário);

8.8.5 rubrica para pagamento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL (Súmula TCU nº 254/2010);

8.8.6 rubrica denominada “verba” ou “verba provisional”, pois o item não está vinculado a qualquer contraprestação mensurável (Acórdãos TCU nº 1.949/2007 – Plenário e nº 6.439/2011 – 1ª Câmara).

8.9 A inclusão na proposta de item de custo vedado não acarretará a desclassificação do licitante, devendo o pregoeiro determinar que os respectivos custos sejam excluídos da Planilha, adotando, se for o caso, as providências do art. 47, *caput*, do Decreto n.º 10.024, de 2019.

8.10 Na hipótese de contratação com a previsão de itens de custos vedados, tais valores serão glosados e os itens serão excluídos da Planilha, garantidas ampla defesa e contraditório.

8.11 A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

8.12 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3° do artigo 43 da Lei n° 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.13 Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

8.14 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.15 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.16 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.18 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

8.19 Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

8.20 O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;

8.21 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

8.22 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.23 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.24 O Pregoeiro deverá verificar se a proposta apresenta o valor total dos custos da contratação, inclusive aqueles estimados para as ocorrências de fatos geradores.

8.25 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.26 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.27 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.28 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.29 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9 DA HABILITAÇÃO

9.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

9.2 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/)

9.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.4 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.5 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.6 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.7 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.8 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.9 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.10 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.11 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.12 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.13 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, sob pena de inabilitação.

9.14 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.15 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.16 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.17 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.18 Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.19 Habilitação jurídica:

9.20 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.21 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.22 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.23 decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.24 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.25 Regularidade fiscal e trabalhista:

9.26 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.27 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.28 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.29 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.30 prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.31 prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.32 caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.33 Qualificação Econômico-Financeira:

9.34 certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.35 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.36 balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.37 no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.38 é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

9.39 comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.40 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

9.41 As empresas deverão ainda complementar a comprovação da qualificação econômico-financeira por meio de:

9.41.1 Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação ou item pertinente, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis já exigíveis na forma da lei;

9.41.2 Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contáveis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

9.41.3 Comprovação, por meio de declaração, da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do **ANEXO IV**, de que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura deste Pregão, não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante, podendo este ser atualizado na forma já disciplinada neste Edital;

9.41.4 a declaração de que trata a subcondição acima deverá estar acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social,

9.41.5 quando houver divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, entre a declaração aqui tratada e a receita bruta discriminada na

Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), deverão ser apresentadas, concomitantemente, as devidas justificativas.

9.42 Qualificação Técnica:

9.43 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.44 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

9.45 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

9.45.1 Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.46 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.47 Na contratação de serviços continuados com mais de 40 (quarenta) postos, o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados.

9.48 Quando o número de postos de trabalho a ser contratado for igual ou inferior a 40 (quarenta), o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) em número de postos equivalentes ao da contratação, conforme exigido na alínea c2 do item 10.6 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.49 Para a comprovação do número mínimo de postos exigido, será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado, nos termos do item 10.7 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.50 O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, que conhece as condições locais para execução do objeto, ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

9.51 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará

dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.52 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.53 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.54 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.55 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.56 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.57 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.58 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.59 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **24 (vinte e quatro) horas,** a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1 ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2 apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este instrumento convocatório.

10.1.3 conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.4 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.5 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.6 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.7 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.8 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11 DOS RECURSOS

11.1 O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.3 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.4 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.5 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.6 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no

endereço constante neste Edital.

12 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

12.2 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.3 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.4 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.5 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.6 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1 O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

14.2 No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

14.2.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

14.2.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

14.3 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº

5/2017.

14.4 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

14.4.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

14.4.2 prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

14.4.3 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

14.4.4 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

14.5 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

14.6 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

14.7 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

14.8 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

14.9 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

14.10 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

14.11 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

14.12 Será considerada extinta a garantia:

14.12.1 com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

14.12.2 no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2"do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

14.13 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

14.14 A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste TR.

14.15 A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme

estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.

14.15.1 Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho

14.16 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

15 DO TERMO DE CONTRATO

15.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2 O adjudicatário terá o prazo de **48 (quarenta e oito) horas úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.3 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de **48 (quarenta e oito) horas úteis**, a contar da data de seu recebimento.

15.4 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.5 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.6 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

15.7 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.8 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

15.9 O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) meses prorrogável até o limite de 60 (sessenta) meses conforme previsão no instrumento contratual.

15.10 Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.11 Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o

fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

15.12 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.13 Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

15.14 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

16 DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

16.1 Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado no Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto n° 9.507, de 2018, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MP n° 5, de 2017.

16.2 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

16.3 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

16.3.1 Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

16.3.2 Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

16.3.3 Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constantes do Edital.

16.4 Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

16.5 O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão

de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

16.6 Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

16.7 Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

16.7.1 da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

16.7.2 do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

16.7.3 do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

16.8 Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

16.9 Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

16.10 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

16.11 A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

16.12 Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

16.13 Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos **custos sujeitos à variação dos preços de mercado** (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento **IPCA**,com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

R = V (I – Iº) / Iº, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

16.13.1 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

16.13.2 Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

16.13.3 Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

16.13.4 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

16.13.5 Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a CONTRATANTE verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

16.14 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

16.14.1 a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

16.14.2 em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

16.14.3 em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

16.15 Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

16.16 A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

16.17 O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

16.18 As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

16.19 O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

17 DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do **recebimento definitivo dos serviços**, nos termos abaixo.

17.2 No prazo de até **5 (cinco) dias corridos** do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

17.3 O **recebimento provisório** será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.3.1 A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

17.3.1.1 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

17.3.1.2 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.3.1.3 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.3.1.4 Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento mensal, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato;

17.3.2 No prazo de até **15 (quinze) dias corridos** a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.3.2.1 quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.3.2.2 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

17.3.2.2.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.4 No prazo de até **10 (dez) dias corridos** a partir do **recebimento provisório** dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo às seguintes diretrizes:

17.4.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.4.2 **Emitir Termo Circunstanciado** para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.4.3 Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, ou instrumento substituto.

17.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei n° 10.406, de 2002).

17.6 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17.7 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.8 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações, previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

17.9 O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, de acordo com as seguintes disposições:

17.9.1 Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

17.9.2 Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;

17.9.3 Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

17.9.4 Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos

técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade; e

17.9.5 Fiscalização pelo Público Usuário: é o acompanhamento da execução contratual por pesquisa de satisfação junto ao usuário, com o objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços, os recursos materiais e os procedimentos utilizados pela contratada, quando for o caso, ou outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto.

17.10 Quando a contratação exigir fiscalização setorial, o órgão ou entidade deverá designar representantes nesses locais para atuarem como fiscais setoriais.

17.11 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

17.12 A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

17.13 Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

a) no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

a.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

a.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA; e

a.3. exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.

b) entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

b.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

b.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

b.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

b.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

c) entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:

c.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;

c.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;

c.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

c.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

c.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

d) entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

d.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

d.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais; d.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

d.4. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

17.14 A CONTRATANTE deverá analisar a documentação solicitada na alínea “d” acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

17.15 No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

17.16 Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no subitem 14.7 acima deverão ser apresentados.

17.17 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

17.18 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.

17.19 O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

17.20 A CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

17.21 Além das disposições acima citadas, a fiscalização administrativa observará, ainda, as seguintes diretrizes:

17.21.1 Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):

a) Será elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;

b) Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas

pela CONTRATADA e pelo empregado;

c) O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;

d) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);

e) Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a CONTRATADA;

f) Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

g) No primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

g.1. relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

g.2. CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela contratada;

g.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

g.4. declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

17.21.2 Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura):

a) Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;

b) Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;

c) Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;

d) Deverá ser exigida, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 66-A da Lei nº 8.666, de 1993.

17.21.3 Fiscalização diária:

a) Devem ser evitadas ordens diretas da CONTRATANTE dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto.

b) Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da CONTRATADA.

c) Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.

17.22 Cabe, ainda, à fiscalização do contrato, verificar se a CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita à estabilidade provisória de seus

empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.

17.22.1 O gestor deverá verificar a necessidade de se proceder à repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da contratada.

17.23 A CONTRATANTE deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.

17.23.1 Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados.

17.24 A CONTRATADA deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pela CONTRATANTE quaisquer dos seguintes documentos:

a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;

b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a CONTRATANTE;

c) cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; e

d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.

17.25 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, conforme modelo previsto no Anexo I, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.26 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

17.27 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

17.28 O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados.

17.29 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

17.30 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

17.31 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

17.32 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período

escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

17.33 O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

17.34 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

17.35 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.36 O representante da CONTRATANTE deverá promover o **registro das ocorrências** verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.37 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, **ensejará a aplicação de sanções administrativas**, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.38 Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

17.38.1 Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

17.38.2 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

17.38.3 Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da contratada.

17.39 O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

17.40 A fiscalização de que trata este tópico não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.41 As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

17.42 A fiscalização de que trata este Termo de Referência não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na

ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

18 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

18.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

18.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

18.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

18.4 Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

18.5 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

18.6 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

18.7 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

18.7.1 Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

18.7.2 Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

18.7.3 Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

18.7.4 Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens

18.8 Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:

18.8.1 A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

18.8.2 O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;

18.8.3 O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

18.9 Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.

18.10 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

18.11 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

18.12 Cientificar o órgão de representação judicial da UFJ para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

18.13 Arquivar, entre outros documentos, projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

18.14 Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.15 Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentam condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

19 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

19.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

19.3 Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração.

19.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

19.5 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

19.6 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7° do Decreto n° 7.203, de 2010;

19.7 Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

19.8 Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

19.9 As empresas contratadas que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços, conforme alínea "g" do item 10.1 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017:

19.9.1 relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

19.9.2 Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

19.9.3 exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;

19.9.4 declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;

19.9.5 Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

19.10 Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.

19.11 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

c) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

19.12 Substituir, no prazo de 2 (duas) horas, em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;

19.13 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

19.13.1 Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

19.14 Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

19.15 Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o

desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

19.15.1 Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

19.16 Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

19.17 Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

19.18 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;

19.19 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

19.20 Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

19.20.1 viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

19.20.2 viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

19.20.3 oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

19.21 Manter preposto, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato;

19.22 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

19.23 Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante;

19.23.1 A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

19.23.2 Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento

das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

19.23.2.1 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela contratante para acompanhar o pagamento das respectivas verbas.

19.24 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

19.25 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

19.26 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

19.27 Não beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;

19.28 Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

19.28.1 Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

19.29 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

19.30 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

19.31 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.

19.32 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

19.33 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

19.34 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

19.35 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

19.36 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes deste Termo de Referência.

19.37 A contratada, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, deve proceder às anotações

e registros pertinentes a todos os empregados que atuarem nos serviços, assumindo exclusivamente todas as obrigações advindas de eventuais demandas judiciais ajuizadas em qualquer juízo que versarem sobre pleitos trabalhistas e/ou previdenciários propostos por empregados ou terceiros que alegarem vínculo com a contratada.

19.38 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

19.39 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

19.40 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

19.41 É obrigação da contratada a administração de situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente.

19.42 A contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

19.43 A Contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, conforme orientações do art. 6º da IN n° 01/2010 (Compras Sustentáveis).

19.44 Observar as normas relativas à segurança da viagem e ao conforto dos passageiros,bem como cumprir a legislação de trânsito e de tráfego rodoviário.

19.45 Realizar manutenção preventiva na periodicidade recomendada pela boa técnica e de acordo com as especificações do fabricante, mantendo os veículos em perfeitas condições de segurança, limpeza e higiene.

19.46 Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando ao contratante os motoristas com funções legalmente registradas em suas carteiras de trabalho, com experiência mínima definida neste Termo de Referência. (condições de tempo de direção ou condução de veículos por motoristas profissionais estão disciplinadas no art. 67-A da Lei nº 9.503, de 1997, sem prejuízo da legislação trabalhista aplicada à matéria.)

19.47 Não permitir que qualquer motorista se apresente ao serviço com sinais de embriaguez ou sob efeito de substância tóxica.

19.48 Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato.

19.49 Providenciar treinamentos e reciclagem necessários para garantir a execução dos trabalhos dentro dos níveis de qualidade desejados.

19.50 Efetuar a substituição do motorista, de imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra).

19.51 Comunicar ao contratante, quando da transferência e/ou retirada e substituição de motoristas dos itinerários ou dos serviços.

19.52 Manter controle de frequência/pontualidade de seus empregados.

19.53 Fornecer uniformes e complementos adequados para o desenvolvimento das atividades, submetendo-os previamente à aprovação do contratante, sem ônus para seus empregados.

19.54 Fornecer vale-refeição/vale-alimentação aos seus empregados e demais benefícios previstos em Acordos ou Convenção Coletiva da categoria.

19.55 Assegurar que todo empregado que cometer falta disciplinar qualificada como de natureza grave não deverá ser mantido em serviço.

19.56 Atender, de imediato, às solicitações do contratante quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços.

19.57 Comunicar ao contratante toda vez que ocorrer afastamento, substituição ou inclusão de qualquer componente da equipe que esteja prestando serviços ao contratante. No caso de substituição ou inclusão, a contratante anexará os respectivos currículos, ficando a cargo do contratante aceitá-los ou não.

19.58 Apresentar ao contratante, quando exigido, comprovantes de pagamento de salários, a quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos seus empregados que estejam ou tenham estado a serviço do contratante, por força do contrato.

19.59 Assumir todas as despesas decorrentes de danos materiais causados aos veículos ou bens de terceiros, bem como danos pessoais aos seus ocupantes ou a terceiros, de sua responsabilidade.

19.60 Responsabilizar-se civil e criminalmente pelos danos causados ao contratante ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato.

19.61 Responsabilizar-se por quaisquer multas de trânsito, ambientais, tarifas rodoviárias e hidroviárias, quando for o caso, durante a execução do contrato.

19.62 Disponibilizar empregados em quantidades necessárias para garantir a prestação dos serviços nos horários contratados, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.

19.63 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação/qualificação na fase de licitação.

19.64 Não transportar passageiros em pé ou no colo, salvo para prestação de socorro em caso de acidente ou avaria.

19.65 Prestar os esclarecimentos desejados, bem como comunicar ao contratante, por meio de líder ou diretamente, quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços.

19.66 Manter programa interno de autofiscalização da correta manutenção da frota, quanto à emissão de fumaça preta, especialmente para os veículos a óleo diesel que integrem a frota da UFJ. Os motoristas contratados devem sempre avisar ao Diretor de Logística da UFJ sobre a detecção de possíveis defeitos que podem ser sanados preventivamente.

19.67 Em caso de acidente com veículo de propriedade da UFJ, além das pertinentes providências legais imediatas, deverão ser adotados os seguintes procedimentos:

19.68 Quando houver vítima, prestar-lhe socorro imediato, levando-a, se necessário, ao hospital mais próximo do local do acidente;

19.69 Se o estado da vítima desaconselhar sua movimentação, chamar imediatamente o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Corpo de Bombeiros ou outra instituição responsável pela prestação de socorro em acidentes de trânsito;

a) Comunicar o fato, o mais rápido possível, ao fiscal do Contrato e ao Diretor/Coordenador do Departamento de Logística;

b) Caso ele próprio não precise de atendimento médico, permanecer no local e arrolar, se possível, duas testemunhas;

c) Em caso de fuga de outro envolvido, identificar as características do veículo, principalmente

o número da placa;

d) Não retirar o veículo acidentado do local sem prévia autorização do preposto da empresa, salvo se houver determinação legal em contrário ou de autoridade policial.

19.70 Nos casos de ocorrência de acidente, a empresa CONTRATADA deverá:

a) Orientar seus empregados para não fazer acordo, sob hipótese alguma, com a outra parte envolvida no acidente;

b) Obter o Boletim de Ocorrência Policial junto à Delegacia de Polícia;

c) Encaminhar à fiscalização do campus CONTRATANTE, o mais breve possível, cópia do Boletim de Ocorrência Policial, acompanhado de relatório completo e minucioso do fato;

d) Apurar as causas, efeitos e responsabilidades, ainda que do acidente resultem unicamente danos materiais;

e) Adotar as providências necessárias para imediato conserto do veículo, caso o acidente tenha sido ocasionado por dolo ou culpa do seu motorista;

f) Quando a responsabilidade pelo acidente for de terceiros, fornecer à Reitoria e ao Departamento de Logística da UFJ todos os subsídios para acioná-los, com vistas ao ressarcimento das despesas decorrentes.

19.71 Quando houver infração de trânsito praticada por seus empregados na condução dos veículos do UFJ, a instituição deverá observar o seguinte:

a) As multas serão encaminhadas à Contratada, que deverá providenciar o pagamento até a data dos respectivos vencimentos, comprovando a quitação junto ao Departamento de Logística, no prazo de até 10 (dez) dias;

b) O atraso no pagamento das multas, bem como a falta de comprovação do pagamento no prazo indicado no item anterior, sujeitará a empresa licitante vencedora à multa moratória, calculada à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, dos respectivos valores da fatura mensal;

c) A empresa Contratada deverá comunicar as ocorrências relativas às infrações de Trânsito ao setor de Contratos, para fins de registro;

d) No caso em que um mesmo motorista for reincidente no cometimento de infrações de trânsito ou dependendo da gravidade da falta, a UFJ poderá solicitar sua substituição à Contratada, sem qualquer ônus adicional.

19.72 Capacitar o Preposto para atender as necessidades do contrato, através de treinamento específico. A apresentação de certificado de conclusão de curso será necessária para comprovação.

20 DO PAGAMENTO

20.1 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30(trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

20.2 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

20.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

20.4 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão

ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

20.5 **O setor competente para proceder o pagamento** deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;

b) a data da emissão;

c) os dados do contrato e do órgão contratante;

d) o período de prestação dos serviços;

e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

20.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, **o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação**, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

20.7 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, **será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada**, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

20.8 não produziu os resultados acordados;

20.9 deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

20.10 deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

20.11 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

20.12 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

20.13 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

20.14 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

20.15 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

20.16 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

20.17 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

20.18 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por

motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

20.19 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

20.20 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

20.21 A parcela mensal a ser paga a título de aviso prévio trabalhado e indenizado corresponderá, no primeiro ano de contratação, ao percentual originalmente fixado na planilha de preços.

20.21.1 Não tendo havido a incidência de custos com aviso prévio trabalhado e indenizado, a prorrogação contratual seguinte deverá prever o pagamento do percentual máximo equivalente a 03 (três) dias a mais por ano de serviço, até o limite compatível com o prazo total de vigência contratual.

20.21.2 A adequação de pagamento de que trata o subitem anterior deverá ser prevista em termo aditivo.

20.21.3 Caso tenha ocorrido a incidência parcial ou total dos custos com aviso prévio trabalhado e/ou indenizado no primeiro ano de contratação, **tais rubricas deverão ser mantidas na planilha** de forma complementar/proporcional, devendo o órgão contratante esclarecer a metodologia de cálculo adotada.

20.22 A Contratante providenciará o desconto na fatura a ser paga do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados da Contratada que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987.

20.23 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX) I = (6/100) I = 00016438

365 TX = Percentual da taxa anual = 6%

21 DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA— BLOQUEADA PARA MOVIMENTAÇÃO

21.1 Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas neste Termo de Referência.

21.2 A futura Contratada deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas

trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis**.**

21.2.1 Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

21.2.2 A CONTRATADA autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.

21.2.3 A Contratante provisionará os valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da Contratada, que serão depositados pela em Conta-Depósito Vinculada, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação e utilizada exclusivamente para crédito das rubricas retidas.

21.3 Os valores provisionados somente serão liberados nas seguintes condições:

21.3.1 parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;

21.3.2 parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;

21.3.3 parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, às férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato; e

21.3.4 ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

21.4 O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

21.4.1 13º (décimo terceiro) salário;

21.4.2 Férias e um terço constitucional de férias;

21.4.3 Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

21.4.4 Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

21.5 Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no item 14 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

21.6 O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira.

21.7 Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

21.8 Os valores referentes às provisões mencionadas neste termo de referência que sejam retidos

por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

21.9 Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

21.10 A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade Contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

21.10.1 Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

21.10.2 Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

21.10.3 A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

21.10.4 A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas;

21.11 O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MP n. 5/2017.

22 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

22.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

22.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

22.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

22.1.3 falhar ou fraudar na execução do contrato;

22.1.4 comportar-se de modo inidôneo; ou

22.1.5 cometer fraude fiscal.

22.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

22.2.1 **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

22.2.2 **Multa de**:

22.2.2.1 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação

do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

22.2.2.2 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

22.2.2.3 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

22.2.2.4 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

22.2.2.5 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

22.2.2.6 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

22.2.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

22.2.4 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

22.2.4.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 22.1 deste Termo de Referência

22.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

22.3 As sanções previstas nos subitens 22.2.1, 22.2.3, 22.2.4 e 22.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

22.4 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**GRAU**
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03

10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

22.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

22.5.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

22.5.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

22.5.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

22.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

22.7 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

22.7.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15(quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

22.8 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

22.9 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22.10 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

22.11 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

22.12 O processamento do **PAR** não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

22.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

23 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

23.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

23.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail *licitacao@ufj.edu.br*

23.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

23.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

23.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

23.6 O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

23.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

23.8 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

23.9 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

24 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

24.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

24.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

24.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da

Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.11 É eleito o Foro da comarca de Jataí (GO) para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei nº 8.666/93.

24.12 O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos www.comprasgovernamentais.com.br e www.compras.jatai.ufg.br e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua Riachuelo, 1530 – Setor Samuel Graham – Jatai/GO – CEP: 75.804 – 020, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

24.13 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- ANEXO I - Termo de Referência;
- ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;
- ANEXO III – Modelo de autorização para a utilização da garantia e de pagamento direto (conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017);
- ANEXO IV – Modelo de declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública;
- ANEXO V – Modelo de Instrumento de Medição de Resultado - IMR Anexo V-B da IN SEGES/MP N.5/2017.
- ANEXO VI – Modelo Termo de Ciência e Concordância.

Jataí (GO), 31 de março de 2022.

Rafael Nogueira de Freitas Koch
Diretor de Compras e Licitações
Pró-Reitoria de Administração e Finanças
Universidade Federal de Jataí
http://compras.jatai.ufg.br

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2022

(Processo Administrativo n.° 23070.060433/2021-29)

1. **DO OBJETO**

1.1 A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa terceirizada, para prestação de **serviços de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí (UFJ)**, conforme especificações e exigências descritas neste Termo de Referência e seus anexos.

Grupo	Item	Discriminação	Quantidade	Valor por funcionário	Valor total mensal	Valor total período 30 meses
1	1	Motoristas executivos 44 hs	13	R$ 5.271,50	R$ 68.529,50	R$ 2.055.885,00
	2	Diária sem pernoite	1000	R$ 72,00	R$ 72.000,00	R$ 2.160.000,00
	3	Diária com pernoite	1000	R$ 220,00	R$ 220.000,00	R$ 6.600.000,00
	4	Hora Suplementar 50%	2000	R$ 29,17	R$ 58.340,00	R$ 1.750.200,00
	5	Hora Suplementar 100%	1000	R$ 38,90	R$ 38.900,00	R$ 1.167.000,00
	6	Hora Suplementar noturna 50%	800	R$ 40,01	R$ 32.008,00	R$ 960.240,00
	7	Hora Suplementar noturna 100%	800	R$ 53,35	R$ 42.680,00	R$ 1.280.400,00
Valor Global Total de Referência						R$ 15.973.725,00

1.2 O objeto da licitação tem a natureza de **SERVIÇO COMUM DE FORMA CONTINUADA COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA**.

1.3 Os quantitativos e os respectivos códigos dos itens são discriminados na tabela acima.

1. 4 A presente contratação adotará como regime de execução o **PREÇO GLOBAL (30 MESES)**.

1. 5 O prazo de vigência do contrato é de 3**0 (trinta)** meses prorrogável até o limite de **60(sessenta)** meses, conforme preceito da Lei 8.666/93.

1. 6 Link para planilha que deverá ser utilizada para proposta da contratada - planilha de custos e formação de preços: https://docs.google.com/spreadsheets/d/1Evuyfpvii0bXplKK6Dbw1nQFIKrHDBd8/edit#gid=1613694006

2. **JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 A contratação dos serviços decorre da inexistência de cargos e/ou funções específicas à execução das atividades relacionadas no objeto deste termo..

2.3 Em um número atualizado a UFJ conta hoje com uma frota de 30 veículos, entre veículos de passeio, veículos utilitários, ônibus, micro-ônibus e vans, considerando que não temos motorista em nosso quadro de servidores, faz-se necessário a contratação de empresa que preste este serviço. Diversas são as atividades que demandam este tipo de serviço tais como: viagens a congressos, aulas práticas, seminários, pesquisa

de campo, coleta de dados, e entregas de materiais nas diversas unidades acadêmicas e administrativas da UFJ, deslocamentos de autoridades administrativas do campus de Jataí para reuniões em outras Universidades, entre outras.

2.4 Desta forma, e diante do acima exposto, e ainda, considerando que as atividades atribuídas ao serviço a ser contratado não encontram no Plano de Cargos e Salários da Administração Pública Federal as atribuições correlatas, obriga-se esta Instituição a recorrer à contratação de empresa especializada na prestação de serviços, através de procedimento licitatório, objetivando atender às suas necessidades.

3. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:**

3.1 A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação do serviço de forma indireta e contínua, de serviço terceirizado de apoio administrativo, abrangendo postos de motorista executivo com dedicação exclusiva de mão-de-obra.

3.2. Diante das justificativas apresentadas no item 2 deste Termo de Referência, resta à Administração realizar a contratação, visando a continuidade e aperfeiçoamento da prestação dos serviços.

3.3. Os serviços possuem caráter de natureza contínua, considerados auxiliares e imprescindíveis para subsidiar o pleno desempenho das atribuições típicas que, caso sejam interrompidos, comprometerão a celeridade e a continuidade da atividade laboral, haja vista a necessidade de deslocamento de membros e servidores para tal mister.

3.4. O motorista de veículo prestará serviço na Universidade Federal de Jataí, porém, poderá se deslocar para outras localidades, dentro do estado de Goiás e outros estados, conforme as necessidades da Contratante e de acordo com os procedimentos adotados neste Termo de Referência.

4. **DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

4.1 Trata-se de serviço comum, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto n° 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3 O serviço a ser contratado enquadra-se na classificação de serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555 e do Decreto nº 10.024/2019, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

4.4 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

5.1 A contratação discorre de serviço essencial, que deve ser executado de forma contínua. De acordo com o artigo 15 da Instrução Normativa nº 05, de 25 de maio de 2017, os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.Os serviços deverão ser prestados, cumprindo-se todas as normas legais, bem como às determinações emanadas do fiscal do contrato.

5.2. Os veículos deverão ser conduzidos com zelo e cautela necessários à prevenção de incidentes de qualquer natureza, devendo ser observado todas as normas legais de trânsito;

5.3 A contratada somente poderá iniciar os serviços, quando autorizados por escrito pelo órgão contratante, utilizando-se apenas os veículos oficiais da UFJ.

5.4 As Fichas de Requisições de Veículos devem ser apresentadas quando do embarque, devidamente assinadas, carimbadas pelo demandante e preenchidas com a indicação da rota;

5.5. A contratada deverá preencher formulário próprio para controle de tráfego, indicando a rota executada e qualquer desvio frente à rota determinada pelo Departamento de Logística;

5.6 Sob nenhum pretexto os veículos poderão exceder os limites de velocidade e peso determinados por lei;

5.7 Os veículos só poderão ser utilizados exclusivamente em serviço e serão de uso exclusivo da UFJ;

5.8 Os motoristas deverão portar habitualmente Carteiras de Habilitação sempre atualizadas;

5.9 Ao término do serviço os veículos deverão ser recolhidos à garagem da Contratante ou local determinado pela mesma;

5.10 O motorista deverá estacionar o veículo em local apropriado resguardando-o de furtos ou roubos, assim como dos perigos mecânicos e ameaças climáticas;

5.11 O motorista em serviço, sob nenhuma hipótese, poderá abandonar o veículo;

5.12 Na ocorrência de acidente com o veículo, o motorista deverá solicitar perícia e, após a liberação, se for o caso, solicitar à Contratada a remoção do veículo para a garagem ou para a oficina indicada para o conserto;

5.13 A Contratada será responsável por providenciar o Boletim de Ocorrência/laudo pericial feito pelo órgão competente;

5.14 Os motoristas deverão ter conhecimento das principais vias públicas das cidades onde estão situadas as unidades da UFJ;

5.15 O uso do cinto de segurança é obrigatório para os motoristas e passageiros;

5.16 O veículo, sob responsabilidade do motorista, deverá ser mantido em perfeitas condições de uso e funcionamento, e quaisquer defeitos e ou avarias nele detectados deverão ser comunicados à fiscalização do contrato e à empresa Contratada;

5.17 Em caso de necessidade de pernoite(s), os serviços deverão ser solicitados com antecedência mínima de 01 (um) dia útil:

5.18 O motorista à data da viagem deverá portar numerário suficiente para arcar com as despesas de alimentação, hospedagem e outras necessárias e de acordo com a legislação vigente.

5.19 Os serviços serão solicitados mediante o preenchimento da Ficha de Requisição de Veículo e/ou através de sistemas e APP utilizado pela contratante para sua gestão;

5.20 As Fichas de Requisição de Veículo serão entregues ao motorista, no ato do embarque do usuário, devidamente assinadas e carimbadas pelos servidores credenciados, preenchidos todos os campos e rubricadas pelo servidor/usuário;

5.21 As anotações de quilometragem deverão ser feitas pelo motorista, sendo conferidas e atestadas pelo usuário, no momento do embarque e desembarque;

5.22 Os servidores deverão estar disponíveis nas unidades da UFJ, no mínimo 15 (quinze) minutos antes do horário fixado para o início da execução dos serviços, para a verificação das condições de segurança, combustível, limpeza e conservação dos veículos;

5.23 Os postos de trabalho dos motoristas serão compostos por 01 (um) profissional por posto, para cada veículo.

5.24 O local de apresentação dos motoristas serão as unidades :

Unidade	Endereço
Jataí/GO	UFJ órgãos/unidades: Campus Jatobá - Cidade Universitária, BR 364, Km 195, n.º 3800 - CEP 75801-615 Campus Riachuelo - Rua Riachuelo, CP 03 - CEP 75804-068.

5.24.1 Os locais de apresentação dos veículos poderão ser alterados em decorrência de eventual mudança de sede da UFJ.

5.25 Os motoristas vinculados ao contrato deverão observar as disposições contidas no art. 235-B da Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012.

5.26 Caso haja necessidade, na eventual prestação de serviços cuja duração exceda a jornada de trabalho dos motoristas, serão contadas como horas extras;

5.27 Os motoristas com os veículos oficiais da UFJ poderão fazer viagens intermunicipais e interestaduais.

5.28 Deverá ser firmado entre o órgão/entidade e a contratada um Instrumento de Medição de Resultado (IMR), a fim de balizar a execução dos serviços dentro dos padrões de qualidade acordados, inclusive a forma de faturamento de atividades que podem ser executadas de maneira simultânea;

5.29 Os itinerários e os horários pré-determinados somente poderão ser alterados de comum acordo com o órgão contratante e sempre que for necessário, em decorrência de obras e/ou impedimentos temporários e/ou mudanças no sentido de tráfego.

5.30 A contratação do serviço será realizada através de empresa especializada em serviços de condução de veículos oficiais;

5.31 O contrato será de 30 meses, prorrogável até o limite de 60 meses, conforme artigo 57 da lei 8.666/93;

5.32 A contratada deverá realizar treinamento relativo à condução com sensibilização dos condutores para a redução do consumo de combustível e das emissões de gases poluentes e educação ambiental.

5.33 A contratada deverá preencher os requisitos abaixo referentes aos condutores dos veículos (motoristas):

1. Para execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar profissionais pertencentes à seguinte categoria de ocupação, conforme o Código Brasileiro de Ocupações **(CBO) 7823/7824** – Motoristas executivos e motoristas de veículos de pequeno e médio porte; e Motorista de ônibus urbanos, metropolitanos e Rodoviários;

2. O motorista e o veículo deverão estar devidamente habilitados pelos órgãos competentes, segundo as normas e leis de trânsito, regulamentadas pelo DENATRAN e DETRAN;

3. Diariamente, o motorista deverá assumir o veículo devidamente uniformizado e com aparência pessoal adequada;

4 Conduzir veículos oficiais de propriedade da UFJ, destinadas à condução de pessoas, transporte de materiais, de cargas, documentos, nas seguintes ocasiões: Deslocamentos de autoridades, servidores, alunos ou quaisquer outras pessoas que estejam a serviço da UFJ, devidamente autorizadas; Entrega e retirada de materiais diversos, cargas, documentos e pequenas encomendas, exclusivamente a serviço oficial; Transporte dos veículos para os postos de abastecimento, oficinas mecânicas e seguradoras; Transporte de alunos em viagens de cunho acadêmico ou esportivo;

5 Manter o veículo sob sua responsabilidade em perfeito estado e satisfatórias condições de funcionamento, comunicando ao Setor responsável da instituição CONTRATANTE, qualquer irregularidade;

6 - Comunicar ocorrências de fatos e avarias relacionadas com o veículo sob sua responsabilidade;

7 - Manter o veículo convenientemente abastecido e lubrificado;

8 - Solicitar a todos os passageiros a Ficha de Requisição de Veículo devidamente preenchida, assinada e carimbada(quando necessário);

9 - Ser pontual no atendimento às solicitações de saída para executar as tarefas que lhe forem atribuídas; Permanecer nos postos de serviço, durante a jornada de trabalho, à disposição da instituição CONTRATANTE e atender as tarefas solicitadas pelo setor responsável pelos serviços de transporte/logística;

10 - Vistoriar os veículos oficiais, verificando o estado geral de segurança do veículo a ele confiado, devendo diariamente inspecionar os componentes que impliquem em segurança, tais como: pneus, nível de combustível, óleo do motor, água e óleo do cárter, freios e parte elétrica, dentre outros, para certificar-se de suas condições de funcionamento, além de conduzi-lo para lavagem, oficina e abastecimento, quando necessário;

11 - Responsabilizar-se pela guarda e uso adequado do cartão de abastecimento, encaminhando imediatamente após o abastecimento o cupom ou nota fiscal ao setor responsável pelos serviços de transporte;

12 - Obedecer às normas emanadas pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, na condução do veículo oficial;

13 - Não prestar informações sobre endereço, hábitos e costumes dos passageiros transportados; Não ingerir bebidas alcoólicas, em hipótese alguma, quando em serviço;

14 - Utilizar e solicitar aos passageiros o uso do cinto de segurança;

15 - Não iniciar conversações com os passageiros (somente quando solicitado) e, zelar pela segurança dos mesmos;

16 - Não fumar ao conduzir os veículos;

17 - Respeitar os limites de velocidade das vias públicas, áreas internas, externas e de estacionamento dos campi da UFJ e de outros órgãos;

18 - Não atender e nem falar ao celular ao conduzir os veículos;

19 - Não desobedecer às determinações do Setor de Logística da UFJ;

20 - Caso o funcionário da contratada necessite permanecer nas dependências da CONTRATANTE por algum motivo particular, após o término da sua jornada de trabalho, deverá fazê-lo sem o uniforme da contratada;

21. A jornada de trabalho dos motoristas serão de **44 (quarenta e quatro)** horas semanais e a Contratada deverá efetuar a contratação dos profissionais de forma regular, obedecendo à legislação trabalhista e previdenciária vigente, bem como os acordos, convenções ou dissídios coletivos das categorias profissionais;

22. Em jornadas diuturnas , o motorista deverá repassar ao seu subsequente todas as informações recebidas, bem como comunicar eventuais ocorrências incomuns observadas.

23. Os motoristas contratados deverão possuir, no mínimo, Carteira Nacional de Habilitação(CNH) categoria “D” somente em casos excepcionais e com autorização por escrito da Reitoria poderá ser contratado motorista com CNH inferior à categoria acima descrita, de acordo com a lei de trânsito.

24. Tempo mínimo de 1 (ano) ano de experiência na respectiva categoria, devidamente comprovada na CTPS.

25. Os motoristas deverão possuir ensino fundamental completo e curso de primeiros socorros, direção defensiva e relações humanas ou serem matriculados em tais cursos imediatamente à assinatura do contrato, sendo obrigatória, nesse caso, a apresentação dos certificados de conclusão no prazo estabelecido no instrumento convocatório;

26. Atestado médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições inerentes às atividades a serem desempenhadas;

27. Atestado de antecedentes criminais dos últimos 5 (cinco) anos na localidade em que residam das Justiças Federal e Estadual/Distrital;

28. Requisitos mínimos dos motoristas:

a) certificado de ensino fundamental completo;

b) 21 anos de idade;

c) Experiência de 1 (um) ano na função;

d) Carteira “D” com direção defensiva, exceto em casos excepcionais e com autorização por escrito da Reitoria, poderá ser contratado motorista com CNH inferior à categoria descrita, de acordo com a lei de trânsito;

e)Possuir curso de primeiros socorros, direção defensiva e transporte de passageiros ou serem matriculados em tais cursos imediatamente após assinatura do contrato, sendo obrigatória, nesse caso, a apresentação dos certificados de conclusão ao fiscal do contrato no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias do início da execução dos serviços;

f)Atestado médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições inerentes às atividades a serem desempenhadas;

g) Atestado de antecedentes criminais dos últimos 5 (cinco) anos na localidade em que residiram das Justiças Federal e Estadual/Distrital;

h) Exame toxicológico;

i) Ter noções de combate a incêndios, boas maneiras, atendimento ao público, relacionamento interpessoal e mecânica automobilística básica;

j) Ser pontual e assíduo ao trabalho;

k) Ter conhecimento da região geográfica em que vai atuar (Estado de Goiás e demais estados brasileiros).

l) Desembaraço e boas maneiras no trato com o público interno e externo.

m) Competências Comportamentais:

n) Senso de responsabilidade;

o) Cooperação;

p) Adaptabilidade;

q) Dinamismo;

r) Iniciativa;

s) Bom Relacionamento Interpessoal e para trabalhar em equipe;

t) Organização;

29. Os serviços deverão ser executados pelos motoristas, conforme rol exemplificativo das tarefas

discriminadas abaixo:

a) Agir com ética;

b) Manter-se atualizado;

c) Zelar pelo material transportado;

d) Zelar pela segurança dos ocupantes do veículo;

e) Agir com criatividade;

f) Demonstrar cortesia;

g) Cumprir horários e escalas de trabalho;

h) Demonstrar capacidade visual espacial;

i) Tratar os passageiros com polidez

j) Trabalhar sob pressão;

k) Respeitar leis de trânsito;

l) Dirigir defensivamente;

m) Manter-se calmo;

n) Demonstrar noções básicas de mecânica de veículos.

o) Trabalhar em equipe;

6. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

6.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

6.2 Para a execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.3 Os veículos poderão fazer deslocamentos intermunicipais e interestaduais, devendo o valor da diária ser pago ao motorista (hospedagem e alimentação, se for o caso) pela Contratada, antes da viagem, e ressarcido pela UFJ por ocasião da fatura mensal.

6.4. As **despesas com pedágios e estacionamento** (quando em viagem), deverão ser efetuadas pela CONTRATADA, utilizando o modelo “sem parar”, na formatação sem custo mensal disponibilizado por várias empresas prestadoras deste serviço. O valor pago dos pedágios e estacionamento serão pagos pela CONTRATANTE posteriormente. Os custos desta despesa com o “sem parar” **deverão estar previstos na planilha de custo e formação de preço**, apresentada pela CONTRATADA, fazendo parte do item: outros custos. A empresa CONTRATADA deverá solicitar a lista de veículos que poderão utilizar os pedágios e estacionamentos para poder fazer o seu cadastro e fornecer a identificação automática para cada veículo a partir de adesivos especiais, que serão colados no para-brisa dos veículos.

6.5 Os serviços serão prestados no horário entre as 07:30 e as 17:30 horas, de forma escalonada, em jornada diária de 8h (oito horas), de segunda a sexta-feira, com intervalo de 01 (uma) hora para almoço, podendo, eventualmente, ser antecipado ou prorrogado;

6.6 Os serviços deverão obedecer aos horários estabelecidos, podendo a Contratante alterá-los a qualquer tempo, de acordo com suas necessidades, inclusive para atendimento de demandas aos sábados, domingos, feriados e horários fora do expediente normal, excepcionalmente, quando necessário, em suas dependências ou fora delas, em exclusiva execução do objeto do serviço.

6.7 Quando convocados para execução de serviços adicionais, inclusive sábados (após as 12:00), domingos e feriados, serão contados como horas extras.

6.8 O endereço da unidade a ser atendida consta no item 5.24 deste Termo de Referência.

6.9 Os serviços deverão ser executados por pessoal profissionalmente capacitado, que desenvolverão as tarefas abaixo discriminadas e terão sua execução acompanhada e fiscalizada por servidor previamente designado pela Contratante, que anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

6.10 Para a execução dos serviços objeto do presente Termo de Referência, os funcionários da contratada deverão desempenhar todas as atividades inerentes a função:

6.11 Seguir as normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente;

6.12 estar atento às condições de segurança do veículo;

6.13 conduzir o veículo com perícia, prudência, zelo e com observância aos princípios de direção defensiva;

6.14 respeitar a legislação de trânsito e, em especial, as normas relativas ao tempo de direção e de descanso;

6.15 zelar pela carga transportada e pelo veículo;

6.16 colocar-se à disposição dos órgãos públicos de fiscalização na via pública;

7. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:**

7.1 Atores que participarão da gestão do contrato:

Função	Formação	Atribuições
Gestor do Contrato - Titular e Substituto	Amplo conhecimento em coordenação das atividades administrativas e setorial	Coordenação das atividades relacionadas à fiscalização administrativos pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção de contratos dentre outros;
Fiscal Administrativo - Titular e substituto	Conhecimento administrativo sobre o serviço	Acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos contratos de prestação de serviços quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;
Fiscal Setorial - Titular e substituto	Conhecimento do objeto da contratação.	Acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade;.
Fiscalização do usuário	Conhecimento do objeto da contratação	Utilização dos serviço prestados pela contratada, como usuário (passageiros)

7.2 O mecanismo de comunicação entre a UFJ e a CONTRATADA deverá ocorrer, predominantemente, por meio de registro documental, admitindo-se o encaminhamento destes via correio eletrônico, desde que

apensados aos registros da gestão as devidas comprovações de recebimento;

7.3 A medição dos serviços será feita pela Fiscalização Técnica, que a encaminhará para a Fiscalização Administrativa para providenciar a conferência da documentação pertinente, segundo a IN SEGES/MP n° 05/2017. Em ato contínuo, o Gestor do Contrato encaminhará o termo circunstanciado de recebimento dos serviços, demonstrando os valores correspondentes às atividades desenvolvidas e sua efetividade, autorizando a emissão da nota fiscal pela CONTRATADA.

7.4 O mecanismo de comunicação entre a UFJ e a CONTRATADA deverá ocorrer predominantemente por meio do **Sistema Comprasnet Contratos e Comprasnet Mobile**, por meio de registro de ocorrências preferencialmente por meio documental (ofícios) ou nos formatos disponíveis pelo sistema oficial federal de Gestão e Fiscalização de Contratos: Comprasnet Contratos. Serão admitidos o encaminhamento destes documentos concomitantemente via correio eletrônico, desde que apensados aos registros da gestão as devidas comprovações de recebimento, **preferencialmente feitas no SEI da UF**J e seus processos eletrônicos.

7.5 O canal de comunicação entre a UFJ e a CONTRATADA, para assuntos relacionados à gestão e fiscalização contratual, ocorrerá preferencialmente através da figura do PREPOSTO. O preposto é o representante da CONTRATADA junto à UFJ. O preposto poderá ser contatado mesmo fora do horário de expediente. Em caso de imprevistos o preposto deverá prestar auxílio aos motoristas,sem que com isso ocorra qualquer ônus extra para a UFJ.

7.5.1 A Contratada deve capacitar o Preposto para atender as necessidades do contrato, através de treinamento específico. A apresentação do **certificado de conclusão de curso será necessário para comprovação**.

7.6 A CONTRATADA deverá ser cadastrada no Comprasnet Contratos para que possa responder os Registros de Ocorrência via sistema Comprasnet contratos, comprasnet mobile ou via SEI.

7.7 A medição será feita através de formulário, o qual acompanhará a nota fiscal de serviços, demonstrando os valores correspondentes às atividades desenvolvidas e sua efetividade. O IMR poderá ser feito via formulário comum, caso ainda não tenha sido feito no Comprasnet Contratos, após a sua criação no sistema.

7.8 O Fiscal do Contrato deverá entregar relatório mensal de fiscalização, realizado pelo Comprasnet Contratos.

7.9 O Fiscal do Contrato deverá abrir processo de pagamento no SEI, de acordo com orientação do Departamento de Contabilidade e Finanças da UFJ.

7.10 O Fiscal deverá apresentar **Certificado de Conclusão de Curso de Gestão e Fiscalização de Contratos** do ENAP/EVG (Escola Virtual GOV) para que o mesmo seja inserido ao processo.

7.11 O resultado da apuração da pontuação e respectiva aplicação da advertência ou do percentual da glosa serão comunicados pelo FISCAL DO CONTRATO, por meio de notificação formal, com o respectivo preenchimento do **IMR , Instrumento de Medição de Resultados**, à CONTRATADA, que terá 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento da comunicação, para contestar, caso queira.

7.12 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela CONTRATANTE, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador (por motivo ocorrência de caso fortuito ou de força maior).

7.13 Caso não seja aceita a justificativa, o FISCAL DO CONTRATO realizará a advertência ou a glosa correspondente nas faturas vincendas.

8 INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

8.1 O início da prestação dos serviços acontecerá a partir da assinatura do contrato previsto para 01/07/2022.

8.2 As diárias de viagem serão pagas aos motoristas que efetivamente prestarem serviços ao órgão contratante ,de acordo a Convenção Coletiva de Trabalho - (CCT) do sindicato representante da categoria - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS NO ESTADO DE GOIAS, CNPJ n. 01.089.689/0001-35 e SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE CARGAS E LOGÍSTICA DO ESTADO DE GOIAS, CNPJ n. 02.220.036/0001-06. Serão pagas da seguinte forma:

8.2.1 Viagem cujo **raio de ação seja maior a 100(cem)** quilômetros**,** pagará uma diária indivisível no valor equivalente a R$ 220,00 (Duzentos e vinte reais) para almoço, jantar e pernoite respectivamente, ou seja, independente da jornada.

8.2.2 Viagem cujo **raio de ação for inferior a 100(cem)** quilômetros, porém houver a necessidade de pernoitar a serviço da instituição, pagará uma diária indivisível no valor equivalente a R$ 220,00 (Duzentos e vinte reais) para almoço, jantar e pernoite respectivamente.

8.2.3 Se o raio de ação for inferior a 100(cem) quilômetros pagarão o ticket refeição/alimentação quando este for obrigado a chegar na instituição após já ter cumprido sua jornada de trabalho de 8 horas diárias, será pago o valor de R$ 72,00(setenta e dois reais), ou seja, (uma diárias sem pernoite), para almoço e jantar, respectivamente.

8.2.4 Independentemente do raio de ação, estando o motorista fora de Jataí-GO a serviço da instituição e sendo necessário pernoitar, receberá este, uma diária indivisível no valor equivalente a R$ 220,00 (Duzentos e vinte reais) para almoço, jantar e pernoite respectivamente. Se no dia seguinte, o mesmo retornar à UFJ após as 12:00, terá então direito ao complemento de R$72,00 (Setenta e dois reais) para almoço e jantar, respectivamente. Mas, caso o retorno seja após as 00:00 ele terá direito então ao complemento de R$ 220,00 (Duzentos e vinte reais) para almoço, jantar e pernoite respectivamente.

8.3 O pagamento das despesas de diárias será efetuado sob demanda, e o reembolso, inclusive relacionado a estacionamentos (em viagem), deverá ser requerido pela CONTRATADA por ocasião do pagamento mensal. O pernoite do motorista terceirizado será pago, sob demanda, conforme comprovação efetuada pela Empresa e limitado ao valor de R$ 220,00 cada pernoite.

8.4 As diárias de viagens que eventualmente ultrapassem as quantidades estimadas por mês, serão compensadas com as não utilizadas durante o ano;

8.5 Custos com pedágios, balsas e estacionamentos serão pagos pela CONTRATADA e ressarcidos posteriormente pela UFJ, desde que comprovado e de acordo com a necessidade de serviço e com valores compatíveis com a realidade de mercado;

8.6 Haverá deslocamento máximo de 8h por dia, devendo o motorista efetuar pausa para intervalo de almoço, café e descanso conforme a necessidade, admitindo-se a extensão da jornada, ou condução em horário noturno, em casos excepcionais.

8.6.1 Quando da viagem de longa distância e realizada em dupla de motoristas, cada condutor não poderá exceder a 4 horas dirigindo ininterruptamente, ou seja, a cada 4 horas de condução deverá o mesmo repassar a condução ao outro condutor enquanto descansará por igual período;

8.7 No intuito de auxiliar na prevenção de contaminações do vírus, tendo em vista a pandemia do COVID-19 (Coronavírus), a CONTRATADA deverá fornecer bimestralmente 3 (três) frascos de 500 ml de álcool gel e 1 (um) kit de máscaras descartáveis contendo 100 unidades para proteção das vias respiratórias;

8.8 Não poderão ser incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições

contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

8.9 As **despesas com pedágios e estacionamento** (quando em viagem), deverão ser efetuadas pela CONTRATADA, utilizando o modelo “sem parar”, na formatação sem custo mensal disponibilizado por várias empresas prestadoras deste serviço. O valor pago dos pedágios e estacionamento serão pagos pela CONTRATANTE posteriormente. Os custos desta despesa com o “sem parar” **deverão estar previstos na planilha de custo e formação de preço**, apresentada pela CONTRATADA, fazendo parte do item: outros custos. A empresa CONTRATADA deverá solicitar a lista de veículos que poderão utilizar os pedágios e estacionamentos para poder fazer o seu cadastro e fornecer a identificação automática para cada veículo a partir de adesivos especiais, que serão colados no para-brisa dos veículos.

8.10 Responsabilizar-se por quaisquer multas de trânsito, ambientais, tarifas rodoviárias , quando for o caso, durante a execução do contrato.

9. **UNIFORMES**

9.1. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

9.2. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

9.2.1.Fornecer 02 (dois) conjuntos de **uniformes** completos de **10 (dez) em 10 (dez) meses.**

9.2.2.Os uniformes deverão ser repostos/substituídos a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam às condições mínimas de apresentação;

9.2.3.O conjunto de uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário;

9.2.4 Camisa estilo social; em tecido 100% algodão; gola com intertela; mangas longas; nas cores claras e neutras.

9.2.5 Camisa tipo "polo"; manga curta; com no mínimo 50% de algodão; na cor azul marinho; e com a logomarca da empresa.

9.2.6 Calça tipo jeans; nas cores cinza, preto ou azul marinho.

9.2.7 Crachá em PVC contendo foto, nome da empresa, descrição do cargo, com protetor de crachá rígido com jacaré/regulador bolinha

9.2.8 Meias cano alto longo sport algodão - kit com 12 pares (preto, branco ou cinza)

9.2.9 Sapatos - Tipo social de cor preta ou marrom, estilo moderno, ou sapatênis sport fino marrom ou preto

9.2.10 kit com 3 frascos de álcool gel de 500 ml

9.2.11 Cinto vestuário masculino modelo social ou esporte fino, em couro de primeira linha, cor preta

9.2.12 As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade e de acordo com as condições climáticas do local onde o serviço será prestado.

9.2.13 O uniforme deverá conter a identificação da empresa contratada.

9.2.14 No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação,

substituindo-os sempre que estiverem apertados.

9.2.15 Além do uniforme, todos os funcionários da Contratada deverão portar crachá do tipo credencial contendo: identificação da empresa, nome e foto do funcionário, juntamente com a inscrição “A serviço da UFJ”.

9.2.16 Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

9.2.17 o conjunto de uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário;

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	QTDE
Calça masculina, material: Jeans, tamanho: variado, cor: azul, preta ou cinza.	unidade	2
Camisa tipo "polo"; manga curta; com no mínimo 50% de algodão; na cor azul marinho; e com a logomarca da empresa.	unidade	3
Camisa estilo social; em tecido 100% algodão; gola com intertela; mangas longas; nas cores claras e neutras.	unidade	1
Sapato masculino, tipo: social ou esporte fino, material: couro, cor: preta	par	1
Cinto vestuário - Cinto masculino, modelo social ou esporte fino, em couro de 1a linha, cor preta, tamanho a ser fornecido 80, 85, 90, 95, 100, 110 cm, largura 3,5 cm (aproximadamente), fivela de metal prata, tipo regulável.	unidade	2
Meias cano alto longo sport algodão - (preto, branco ou cinza)	par	12
Crachá em PVC, contendo: foto recente, nome da empresa Contratada, descrição do cargo e, em destaque e	unidade	1

10. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

10.4. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

10.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

10.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que

couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

10.7. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

10.7.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

10.7.2.Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

10.7.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

10.7.4. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens

10.8. Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:

10.8.1. A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

10.8.2 O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;

10.8.3. O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

10.9. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.

10.10. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

10.11. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

10.12. Cientificar o órgão de representação judicial da UFJ para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

10.13. Arquivar, entre outros documentos, projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

10.14. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.15. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentam condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

11. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

11.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da

execução ou dos materiais empregados;

11.3 Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração.

11.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.5 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.6 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7° do Decreto n° 7.203, de 2010;

11.7 Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

11.8 Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

11.9 As empresas contratadas que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços, conforme alínea "g" do item 10.1 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017:

11.9.1 relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

11.9.2 Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

11.9.3 exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;

11.9.4 declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;

11.9.5 Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

11.10 Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.

11.11 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

11.12 Substituir, no prazo de 2 (duas) horas, em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;

11.13 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

11.13.1 Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

11.14 Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

11.15 Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

11.15.1 Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

11.16 Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

11.17 Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

11.18 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;

11.19 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

11.20 Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

11.20.1 viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

11.20.2 viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados,

no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

11.20.3 oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

11.21 Manter preposto, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato;

11.22 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

11.23 Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante;

11.23.1 A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

11.23.2 Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

11.23.2.1 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela contratante para acompanhar o pagamento das respectivas verbas.

11.24 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.25 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.26 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.27 Não beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;

11.28 Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

11.28.1 Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

11.29 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.30 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

11.31 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos,

garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.

11.32 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.33 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

11.34 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

11.35 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.36 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes deste Termo de Referência.

11.37 A contratada, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, deve proceder às anotações e registros pertinentes a todos os empregados que atuarem nos serviços, assumindo exclusivamente todas as obrigações advindas de eventuais demandas judiciais ajuizadas em qualquer juízo que versarem sobre pleitos trabalhistas e/ou previdenciários propostos por empregados ou terceiros que alegarem vínculo com a contratada.

11.38 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

11.39 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

11.40 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

11.41 É obrigação da contratada a administração de situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente.

11.42 A contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

11.43 A Contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, conforme orientações do art. 6º da IN n° 01/2010 (Compras Sustentáveis).

11.44 Observar as normas relativas à segurança da viagem e ao conforto dos passageiros,bem como cumprir a legislação de trânsito e de tráfego rodoviário.

11.45 Realizar manutenção preventiva na periodicidade recomendada pela boa técnica e de acordo com as especificações do fabricante, mantendo os veículos em perfeitas condições de segurança, limpeza e higiene.

11.46 Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando ao contratante os motoristas com funções legalmente registradas em suas carteiras de trabalho, com experiência mínima definida neste Termo de Referência. (condições de tempo de direção ou condução de veículos por motoristas profissionais estão disciplinadas no art. 67-A da Lei nº 9.503, de 1997, sem prejuízo

da legislação trabalhista aplicada à matéria.)

11.47 Não permitir que qualquer motorista se apresente ao serviço com sinais de embriaguez ou sob efeito de substância tóxica.

11.48 Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato.

11.49 Providenciar treinamentos e reciclagem necessários para garantir a execução dos trabalhos dentro dos níveis de qualidade desejados.

11.50 Efetuar a substituição do motorista, de imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra).

11.51 Comunicar ao contratante, quando da transferência e/ou retirada e substituição de motoristas dos itinerários ou dos serviços.

11.52 Manter controle de frequência/pontualidade de seus empregados.

11.53 Fornecer uniformes e complementos adequados para o desenvolvimento das atividades, submetendo-os previamente à aprovação do contratante, sem ônus para seus empregados.

11.54 Fornecer vale-refeição/vale-alimentação aos seus empregados e demais benefícios previstos em Acordos ou Convenção Coletiva da categoria.

11.55 Assegurar que todo empregado que cometer falta disciplinar qualificada como de natureza grave não deverá ser mantido em serviço.

11.56 Atender, de imediato, às solicitações do contratante quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços.

11.57 Comunicar ao contratante toda vez que ocorrer afastamento, substituição ou inclusão de qualquer componente da equipe que esteja prestando serviços ao contratante. No caso de substituição ou inclusão, a contratante anexará os respectivos currículos, ficando a cargo do contratante aceitá-los ou não.

11.58 Apresentar ao contratante, quando exigido, comprovantes de pagamento de salários, a quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos seus empregados que estejam ou tenham estado a serviço do contratante, por força do contrato.

11.59 Assumir todas as despesas decorrentes de danos materiais causados aos veículos ou bens de terceiros, bem como danos pessoais aos seus ocupantes ou a terceiros, de sua responsabilidade.

11.60 Responsabilizar-se civil e criminalmente pelos danos causados ao contratante ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato.

11.61 Responsabilizar-se por quaisquer multas de trânsito, ambientais, tarifas rodoviárias e hidroviárias, quando for o caso, durante a execução do contrato.

11.62 Disponibilizar empregados em quantidades necessárias para garantir a prestação dos serviços nos horários contratados, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.

11.63 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação/qualificação na fase de licitação.

11.64 Não transportar passageiros em pé ou no colo, salvo para prestação de socorro em caso de acidente ou avaria.

11.65 Prestar os esclarecimentos desejados, bem como comunicar ao contratante, por meio de líder ou diretamente, quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços.

11.66 Manter programa interno de autofiscalização da correta manutenção da frota, quanto à emissão de fumaça preta, especialmente para os veículos a óleo diesel que integrem a frota da UFJ. Os motoristas contratados devem sempre avisar ao Diretor de Logística da UFJ sobre a detecção de possíveis defeitos que podem ser sanados preventivamente.

11.67 Em caso de acidente com veículo de propriedade da UFJ, além das pertinentes providências legais imediatas, deverão ser adotados os seguintes procedimentos:

a) Quando houver vítima, prestar-lhe socorro imediato, levando-a, se necessário, ao hospital mais próximo do local do acidente;

b) Se o estado da vítima desaconselhar sua movimentação, chamar imediatamente o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Corpo de Bombeiros ou outra instituição responsável pela prestação de socorro em acidentes de trânsito;

c) Comunicar o fato, o mais rápido possível, ao fiscal do Contrato e ao Diretor/Coordenador do Departamento de Logística;

d) Caso ele próprio não precise de atendimento médico, permanecer no local e arrolar, se possível, duas testemunhas;

e) Em caso de fuga de outro envolvido, identificar as características do veículo, principalmente o número da placa;

f) Não retirar o veículo acidentado do local sem prévia autorização do preposto da empresa, salvo se houver determinação legal em contrário ou de autoridade policial.

11.68 Nos casos de ocorrência de acidente, a empresa CONTRATADA deverá:

a) Orientar seus empregados para não fazer acordo, sob hipótese alguma, com a outra parte envolvida no acidente;

b) Obter o Boletim de Ocorrência Policial junto à Delegacia de Polícia;

c) Encaminhar à fiscalização do campus CONTRATANTE, o mais breve possível, cópia do Boletim de Ocorrência Policial, acompanhado de relatório completo e minucioso do fato;

d) Apurar as causas, efeitos e responsabilidades, ainda que do acidente resultem unicamente danos materiais;

e) Adotar as providências necessárias para imediato conserto do veículo, caso o acidente tenha sido ocasionado por dolo ou culpa do seu motorista;

e) Quando a responsabilidade pelo acidente for de terceiros, fornecer à Reitoria e ao Departamento de Logística da UFJ todos os subsídios para acioná-los, com vistas ao ressarcimento das despesas decorrentes.

11.69 Quando houver infração de trânsito praticada por seus empregados na condução dos veículos do UFJ, a instituição deverá observar o seguinte:

a) As multas serão encaminhadas à Contratada, que deverá providenciar o pagamento até a data dos respectivos vencimentos, comprovando a quitação junto ao Departamento de Logística, no prazo de até 10 (dez) dias;

b) O atraso no pagamento das multas, bem como a falta de comprovação do pagamento no prazo indicado no item anterior, sujeitará a empresa licitante vencedora à multa moratória, calculada à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, dos respectivos valores da fatura mensal;

c) A empresa Contratada deverá comunicar as ocorrências relativas às infrações de Trânsito ao setor de Contratos, para fins de registro;

d) No caso em que um mesmo motorista for reincidente no cometimento de infrações de trânsito ou dependendo da gravidade da falta, a UFJ poderá solicitar sua substituição à Contratada, sem qualquer ônus adicional.

11.70 - Capacitar o Preposto para atender as necessidades do contrato, através de treinamento específico. A apresentação de certificado de conclusão de curso será necessária para comprovação.

12. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

12.2. Entende-se como subcontratação a contratação de motoristas terceirizados, ou seja, motoristas de quadro de pessoal de outras empresas para compor o objeto licitatório.

13. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

14.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações, previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

14.3 O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, de acordo com as seguintes disposições:

1 – Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

2 – Fiscalização Técnica:é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;

3 – Fiscalização Administrativa:é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências

tempestivas nos casos de inadimplemento;

4 – Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade; e

5 - Fiscalização pelo Público Usuário: é o acompanhamento da execução contratual por pesquisa de satisfação junto ao usuário, com o objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços, os recursos materiais e os procedimentos utilizados pela contratada, quando for o caso, ou outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto.

14.4 Quando a contratação exigir fiscalização setorial, o órgão ou entidade deverá designar representantes nesses locais para atuarem como fiscais setoriais.

14.5 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

14.6 A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

14.7 Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

a) no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

a.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

a.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA; e

a.3. exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.

b) entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

b.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

b.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

b.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

b.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

c) entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:

c.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;

c.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste

como tomador CONTRATANTE;

c.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

c.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

c.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

d) entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

d.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

d.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
d.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

d.4. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

14.8 A CONTRATANTE deverá analisar a documentação solicitada na alínea “d” acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

14.9 No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

14.10 Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no subitem 14.7 acima deverão ser apresentados.

14.11 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

14.12 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.

14.13 O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

14.14 A CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

14.15 Além das disposições acima citadas, a fiscalização administrativa observará, ainda, as seguintes diretrizes:

14.15.1 Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):

a) Será elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;

b) Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela CONTRATADA e pelo

empregado;

c) O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;

d) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);

e) Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a CONTRATADA;

f) Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

g) No primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

g.1. relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

g.2. CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela contratada;

g.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

g.4. declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

14.15.2 Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura):

a) Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;

b) Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;

c) Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;

d) Deverá ser exigida, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 66-A da Lei nº 8.666, de 1993.

14.15.3 Fiscalização diária:

a) Devem ser evitadas ordens diretas da CONTRATANTE dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto.

b) Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da CONTRATADA.

c) Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.

14.16 Cabe, ainda, à fiscalização do contrato, verificar se a CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita à estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.

14.16.1 O gestor deverá verificar a necessidade de se proceder à repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da contratada.

14.17 A CONTRATANTE deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do

FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.

14.17.1 Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados.

14.18 A CONTRATADA deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pela CONTRATANTE quaisquer dos seguintes documentos:

a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;

b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a CONTRATANTE;

c) cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; e

d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.

14.19 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, conforme modelo previsto no Anexo I, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.20 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

14.21 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.22 O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados.

14.23 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.24 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

14.25 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

14.26 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

14.27 O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

14.28 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

14.29 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.30 O representante da CONTRATANTE deverá promover o **registro das ocorrências** verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.31 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, **ensejará a aplicação de sanções administrativas**, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.32 Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

14.32.1 Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

14.32.2 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

14.32.3 Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da contratada.

14.33 O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

14.34 A fiscalização de que trata este tópico não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.35 As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

14.36 A fiscalização de que trata este Termo de Referência não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. **DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

15.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do **recebimento definitivo dos serviços**, nos termos abaixo.

15.2 No prazo de até **5 (cinco) dias corridos** do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

15.3 O **recebimento provisório** será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

15.3.1 A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

15.3.1.1 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

15.3.1.2 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

15.3.1.3 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

15.3.1.4 Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento mensal, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato;

15.3.2 No prazo de até **15 (quinze) dias corridos** a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

15.3.2.1 quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

15.3.2.2 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

15.3.2.2.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

15.4 No prazo de até **10 (dez) dias corridos** a partir do **recebimento provisório** dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo às seguintes diretrizes:

15.4.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

15.4.2 **Emitir Termo Circunstanciado** para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

15.4.3 Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, ou instrumento substituto.

15.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e

das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei n° 10.406, de 2002).

15.6 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

16. **DO PAGAMENTO**

16.1 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30(trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

16.2 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

16.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.4 **O setor competente para proceder o pagamento** deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

1. o prazo de validade;

2. a data da emissão;

3. os dados do contrato e do órgão contratante;

4. o período de prestação dos serviços;

5. o valor a pagar; e

6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, **o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação**, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

16.6 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, **será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada**, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.6.1 não produziu os resultados acordados;

16.6.2 deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.6.3 deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.8 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

16.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua

notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

16.10 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.12 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.13.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

16.14 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

16.15 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

16.16 A parcela mensal a ser paga a título de aviso prévio trabalhado e indenizado corresponderá, no primeiro ano de contratação, ao percentual originalmente fixado na planilha de preços.

16.16.1 Não tendo havido a incidência de custos com aviso prévio trabalhado e indenizado, a prorrogação contratual seguinte deverá prever o pagamento do percentual máximo equivalente a 03 (três) dias a mais por ano de serviço, até o limite compatível com o prazo total de vigência contratual.

16.16.2 A adequação de pagamento de que trata o subitem anterior deverá ser prevista em termo aditivo.

16.16.3 Caso tenha ocorrido a incidência parcial ou total dos custos com aviso prévio trabalhado e/ou indenizado no primeiro ano de contratação, **tais rubricas deverão ser mantidas na planilha** de forma complementar/proporcional, devendo o órgão contratante esclarecer a metodologia de cálculo adotada.

16.17 A Contratante providenciará o desconto na fatura a ser paga do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados da Contratada que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987.

16.18 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX) I = (6/100) I = 00016438

365 TX = Percentual da taxa anual = 6%

17. **DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA**

17.1 Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas neste Termo de Referência.

17.2 A futura Contratada deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis**.**

17.2.1 Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

17.3 A CONTRATADA autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.

17.4 A Contratante provisionará os valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da Contratada, que serão depositados pela em Conta-Depósito Vinculada, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação e utilizada exclusivamente para crédito das rubricas retidas.

17.5 Os valores provisionados somente serão liberados nas seguintes condições:

17.5.1 parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;

17.5.2 parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;

17.5.3 parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, às férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato; e

17.5.4 ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

17.6 O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

17.6.1 13º (décimo terceiro) salário;

17.6.2 Férias e um terço constitucional de férias;

17.6.3 Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e
17.6.4 Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

17.7 Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no item 14 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

17.8 O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira.

17.9 Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

17.10 Os valores referentes às provisões mencionadas neste termo de referência que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

17.11 Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

17.12 A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade Contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

17.12.1 Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

17.12.2 Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

17.12.3 A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.
17.12.4 A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas;

17.13 O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MP n. 5/2017.

18. **DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO (REPACTUAÇÃO)**

18.1 Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado no Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto n° 9.507, de 2018, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MP n° 5, de 2017.

18.2 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos

distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

18.3 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

18.3.1 Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

18.3.2 Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

18.3.3 Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constantes do Edital.

18.4 Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

18.5 O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

18.6 Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

18.7 Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

18.7.1 da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

18.7.2 do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

18.7.3 do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

18.8 Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

18.9 Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

18.10 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

18.11 A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa

contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

18.12 Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

18.13 Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos **custos sujeitos à variação dos preços de mercado** (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento **IPCA**,com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

R = V (I – Iº) / Iº, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

18.13.1 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.13.2 Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.13.3 Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.13.4 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

18.13.5 Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a CONTRATANTE verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

18.14 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

18.14.1 a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

18.14.2 em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

18.14.3 em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

18.15 Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e

apenas em relação à diferença porventura existente.

18.16 A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

18.17 O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

18.18 As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

18.19 O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

19. **GARANTIA DA EXECUÇÃO**

19.1 O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

19.2 No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

19.2.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

19.2.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

19.3 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

19.4 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

19.4.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

19.4.2 prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

19.4.3 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

19.4.4 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

19.5 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

19.6 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

19.7 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da

Fazenda.

19.8 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

19.9 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

19.10 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

19.11 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

19.12 Será considerada extinta a garantia:

19.12.1 com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

19.12.2 no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2"do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

19.13 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

19.14 A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste TR.

19.15 A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.

19.15.1 Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho

19.16 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

20. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

20.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

20.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

20.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.3 falhar ou fraudar na execução do contrato;

20.1.4 comportar-se de modo inidôneo; ou

20.1.5 cometer fraude fiscal.

20.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à

CONTRATADA as seguintes sanções:

20.2.1 **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

20.2.2 **Multa de**:

20.2.2.1 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

20.2.2.2 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

20.2.2.3 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

201.2.2.4 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

20.2.2.5 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

20.2.2.6 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

20.2.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.2.4 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

20.2.4.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 22.1 deste Termo de Referência

20.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.3 As sanções previstas nos subitens 20.2.1, 20.2.3, 20.2.4 e 20.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.4 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato

3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**GRAU**
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

20.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou

profissionais que:

20.5.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.5.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.5.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20.7 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

20.7.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15(quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.8 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.9 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.10 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

20.11 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.12 O processamento do **PAR** não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21. **CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

21.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

21.2 Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

21.3 Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

21.3.1 O licitante deverá apresentar planilha de formação de preços de mão de obra (Anexo IA) conforme modelos fornecidos pela UFJ.

21.4 O critério de aceitabilidade de preços será o valor global de **R$ 15.973.725,00** (quinze milhões, novecentos e setenta e três mil, setecentos e vinte e cinco reais), **total para 30 meses de contrato**.

21.5 O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

21.6 As regras de desempate entre propostas são discriminadas no edital.

22. **ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**

22.1 O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens (2 a 7) são discriminados na tabela acima, caracterizam-se por serem somente números estimativos das quantidades dos serviços, baseados em contratos anteriores, e não terão a obrigatoriedade de terem a totalidade das quantidades de serem utilizadas, podendo serem executadas a critério das necessidades da Universidade Federal de Jataí.

22.2 Tal valor foi obtido conforme disciplina a INSTRUÇÃO NORMATIVA ME/SEGES Nº 73, DE 5 DE AGOSTO DE 2020 utilizando-se os parâmetros previstos no Art. 5º.

23. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

23.1 Considerando o disposto no art. 7º, § 2º, inciso III, da Lei nº 8.666/1993, existe a previsão de créditos orçamentários no PL 28/2020-CN, Lei Orçamentária Anual – Exercício de 2021, consignados no PTRES 170646, Fonte 81000000000 , Natureza de Despesa 339037-01, no valor de **R$ 6.402.628,32** (seis milhões, quatrocentos e dois mil, seiscentos e vinte e oito reais e trinta e dois centavos) **previstos para 12 meses**.

Jataí, 20 de dezembro de 2021.

_____
Wendell Pereira da Silva
Membro Equipe de Planejamento
Fiscal de Contrato

_____
Massoiacy Pereira Marques
Membro Equipe de Planejamento
Gestor de Contrato

ANEXO II – TERMO DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2022

(Processo Administrativo n.° 23070.060433/2021-29)

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 2/2022, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ E A EMPRESA……...

A Universidade Federal de Jataí, com sede na Rodovia BR-364, N° 3800 - KM 192, na cidade de Jataí (GO), inscrita no CNPJ sob o nº 35.840.659/0001-30, neste ato representada pelo Reitor Pró Tempore, Prof. Dr. Américo Nunes da Silveira Neto, portador do CPF: 538.895.926-00, nomeado pela Portaria nº 2.121, de 10 de dezembro de 2019, do Ministério da Educação – MEC , publicada no *DOU* de 11 de dezembro de 2020, portador da matrícula funcional nº 1542118, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 2/2022, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços continuados de para prestação de **serviços de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí**, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2 Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3 Objeto da contratação:

Grupo	Item	Discriminação	Quantidade	Valor por funcionário	Valor total mensal	Valor total período 30 meses
1	1	Motoristas executivos 44 hs	13	R$ 5.271,50	R$ 68.529,50	R$ 2.055.885,00
	2	Diária sem pernoite	1000	R$ 72,00	R$ 72.000,00	R$ 2.160.000,00
	3	Diária com pernoite	1000	R$ 220,00	R$ 220.000,00	R$ 6.600.000,00
	4	Hora Suplementar 50%	2000	R$ 29,17	R$ 58.340,00	R$ 1.750.200,00

	5	Hora Suplementar 100%	1000	R$ 38,90	R$ 38.900,00	R$ 1.167.000,00
	6	Hora Suplementar noturna 50%	800	R$ 40,01	R$ 32.008,00	R$ 960.240,00
	7	Hora Suplementar noturna 100%	800	R$ 53,35	R$ 42.680,00	R$ 1.280.400,00
Valor Global Total de Referência						R$ 15.973.725,00

2 CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1 Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2 Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.3 Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.4 Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.5 Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.6 Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.7 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3 CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1 O valor mensal da contratação é de R$ ..... (.....), perfazendo o valor total de R$ ..... (....).

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4 CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 156678

Fonte: 8100000000

Programa de Trabalho: 170646

Elemento de Despesa: 339037-01

PI: M0000G0100N

4.2 No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício

financeiro.

5 CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30(trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.2 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

5.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.4 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.5 **O setor competente para proceder o pagamento** deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;

b) a data da emissão;

c) os dados do contrato e do órgão contratante;

d) o período de prestação dos serviços;

e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, **o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação**, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

5.7 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, **será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada**, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

5.8 não produziu os resultados acordados;

5.9 deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

5.10 deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

5.11 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.12 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.13 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.14 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.15 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.16 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.17 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.18 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

5.19 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

5.20 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

5.21 A parcela mensal a ser paga a título de aviso prévio trabalhado e indenizado corresponderá, no primeiro ano de contratação, ao percentual originalmente fixado na planilha de preços.

5.21.1 Não tendo havido a incidência de custos com aviso prévio trabalhado e indenizado, a prorrogação contratual seguinte deverá prever o pagamento do percentual máximo equivalente a 03 (três) dias a mais por ano de serviço, até o limite compatível com o prazo total de vigência contratual.

5.21.2 A adequação de pagamento de que trata o subitem anterior deverá ser prevista em termo aditivo.

5.21.3 Caso tenha ocorrido a incidência parcial ou total dos custos com aviso prévio trabalhado e/ou indenizado no primeiro ano de contratação, **tais rubricas deverão ser mantidas na planilha** de forma complementar/proporcional, devendo o órgão contratante esclarecer a metodologia de cálculo adotada.

5.22 A Contratante providenciará o desconto na fatura a ser paga do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados da Contratada que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987.

5.23 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX) I = (6/100) I = 00016438
365
TX = Percentual da taxa anual = 6%

6 CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO.

6.1 Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado no Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto n° 9.507, de 2018, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MP n° 5, de 2017.

6.2 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

6.3 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

6.3.1 Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

6.3.2 Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

6.3.3 Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constantes do Edital.

6.4 Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

6.5 O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

6.6 Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

6.7 Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

6.7.1 da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos

custos decorrentes de mão de obra;

6.7.2 do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

6.7.3 do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

6.8 Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

6.9 Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

6.10 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

6.11 A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

6.12 Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

6.13 Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos **custos sujeitos à variação dos preços de mercado** (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento **IPCA**,com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

R = V (I – Iº) / Iº, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

6.13.1 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.13.2 Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.13.3 Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.13.4 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

6.13.5 Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a CONTRATANTE verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

6.14 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

6.14.1 a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

6.14.2 em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

6.14.3 em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

6.15 Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

6.16 A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

6.17 O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

6.18 As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

6.19 O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7 CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1 O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

7.2 No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

7.2.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

7.2.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

7.3 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

7.4 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

7.4.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

7.4.2 prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

7.4.3 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

7.4.4 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

7.5 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

7.6 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

7.7 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

7.8 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

7.9 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

7.10 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

7.11 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

7.12 Será considerada extinta a garantia:

7.12.1 com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

7.12.2 no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2"do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

7.13 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

7.14 A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista

neste TR.

7.15 A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.

7.15.1 Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho

7.16 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

8 CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do **recebimento definitivo dos serviços**, nos termos abaixo.

8.2 No prazo de até **5 (cinco) dias corridos** do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

8.3 O **recebimento provisório** será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

8.3.1 A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

8.3.1.1 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.3.1.2 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.3.1.3 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.3.1.4 Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento mensal, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo

relatório que será encaminhado ao gestor do contrato;

8.3.2 No prazo de até **15 (quinze) dias corridos** a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

8.3.2.1 quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.3.2.2 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.3.2.2.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

8.4 No prazo de até **10 (dez) dias corridos** a partir do **recebimento provisório** dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo às seguintes diretrizes:

8.4.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

8.4.2 **Emitir Termo Circunstanciado** para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.4.3 Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, ou instrumento substituto.

8.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei n° 10.406, de 2002).

8.6 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

8.7 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.8 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações, previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento

das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

8.9 O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, de acordo com as seguintes disposições:

8.9.1 Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

8.9.2 Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;

8.9.3 Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

8.9.4 Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade; e

8.9.5 Fiscalização pelo Público Usuário: é o acompanhamento da execução contratual por pesquisa de satisfação junto ao usuário, com o objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços, os recursos materiais e os procedimentos utilizados pela contratada, quando for o caso, ou outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto.

8.10 Quando a contratação exigir fiscalização setorial, o órgão ou entidade deverá designar representantes nesses locais para atuarem como fiscais setoriais.

8.11 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

8.12 A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

8.13 Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

a) no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

a.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

a.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA; e

a.3. exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.

b) entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

b.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

b.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

b.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

b.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

c) entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:

c.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;

c.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;

c.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

c.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

c.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

d) entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

d.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

d.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais; d.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

d.4. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

8.14 A CONTRATANTE deverá analisar a documentação solicitada na alínea “d” acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

8.15 No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

8.16 Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no subitem 14.7 acima deverão ser apresentados.

8.17 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

8.18 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.

8.19 O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

8.20 A CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

8.21 Além das disposições acima citadas, a fiscalização administrativa observará, ainda, as seguintes diretrizes:

8.21.1 Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):

a) Será elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;

b) Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela CONTRATADA e pelo empregado;

c) O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;

d) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);

e) Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a CONTRATADA;

f) Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

g) No primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

g.1. relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

g.2. CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela contratada;

g.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

g.4. declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

8.21.2 Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura):

a) Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;

b) Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;

c) Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;

d) Deverá ser exigida, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 66-A da Lei nº 8.666, de 1993.

8.21.3 Fiscalização diária:

a) Devem ser evitadas ordens diretas da CONTRATANTE dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto.

b) Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da CONTRATADA.

c) Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.

8.22 Cabe, ainda, à fiscalização do contrato, verificar se a CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita à estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.

8.22.1 O gestor deverá verificar a necessidade de se proceder à repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da contratada.

8.23 A CONTRATANTE deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.

8.23.1 Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados.

8.24 A CONTRATADA deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pela CONTRATANTE quaisquer dos seguintes documentos:

a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;

b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a CONTRATANTE;

c) cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; e

d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.

8.25 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, conforme modelo previsto no Anexo I, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.26 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.27 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

8.28 O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados.

8.29 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

8.30 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

8.31 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

8.32 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

8.33 O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

8.34 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

8.35 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.36 O representante da CONTRATANTE deverá promover o **registro das ocorrências** verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.37 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, **ensejará a aplicação de sanções administrativas**, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.38 Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

8.38.1 Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do

contrato.

8.38.2 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

8.38.3 Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da contratada.

8.39 O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

8.40 A fiscalização de que trata este tópico não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.41 As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

8.42 A fiscalização de que trata este Termo de Referência não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9 CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

9.4 Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

9.5 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

9.6 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.7 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

9.7.1 Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

9.7.2 Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

9.7.3 Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

9.7.4 Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens

9.8 Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:

9.8.1 A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

9.8.2 O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;

9.8.3 O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

9.9 Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.

9.10 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

9.11 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

9.12 Cientificar o órgão de representação judicial da UFJ para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

9.13 Arquivar, entre outros documentos, projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

9.14 Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

9.15 Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentam condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

10 CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

10.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.3 Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração.

10.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.5 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.6 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7° do Decreto n° 7.203, de 2010;

10.7 Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

10.8 Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

10.9 As empresas contratadas que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços, conforme alínea "g" do item 10.1 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017:

10.9.1 relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

10.9.2 Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

10.9.3 exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;

10.9.4 declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;

10.9.5 Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

10.10 Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.

10.11 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

10.11.1 prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

10.11.2 certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

10.11.3 certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

10.11.4 Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n.

5/2017;

10.12 Substituir, no prazo de 2 (duas) horas, em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;

10.13 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

10.13.1 Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

10.14 Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

10.15 Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

10.15.1 Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

10.16 Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

10.17 Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

10.18 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;

10.19 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

10.20 Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

10.20.1 viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria,

aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

10.20.2 viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

10.20.3 oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

10.21 Manter preposto, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato;

10.22 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

10.23 Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante;

10.23.1 A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

10.23.2 Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

10.23.2.1 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela contratante para acompanhar o pagamento das respectivas verbas.

10.24 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.25 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.26 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.27 Não beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;

10.28 Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

10.28.1 Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

10.29 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os

valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.30 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.31 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.

10.32 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.33 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

10.34 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

10.35 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.36 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes deste Termo de Referência.

10.37 A contratada, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, deve proceder às anotações e registros pertinentes a todos os empregados que atuarem nos serviços, assumindo exclusivamente todas as obrigações advindas de eventuais demandas judiciais ajuizadas em qualquer juízo que versarem sobre pleitos trabalhistas e/ou previdenciários propostos por empregados ou terceiros que alegarem vínculo com a contratada.

10.38 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

10.39 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

10.40 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

10.41 É obrigação da contratada a administração de situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente.

10.42 A contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

10.43 A Contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, conforme orientações do art. 6º da IN n° 01/2010 (Compras Sustentáveis).

10.44 Observar as normas relativas à segurança da viagem e ao conforto dos passageiros,bem como cumprir a legislação de trânsito e de tráfego rodoviário.

10.45 Realizar manutenção preventiva na periodicidade recomendada pela boa técnica e de acordo

com as especificações do fabricante, mantendo os veículos em perfeitas condições de segurança, limpeza e higiene.

10.46 Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando ao contratante os motoristas com funções legalmente registradas em suas carteiras de trabalho, com experiência mínima definida neste Termo de Referência. (condições de tempo de direção ou condução de veículos por motoristas profissionais estão disciplinadas no art. 67-A da Lei nº 9.503, de 1997, sem prejuízo da legislação trabalhista aplicada à matéria.)

10.47 Não permitir que qualquer motorista se apresente ao serviço com sinais de embriaguez ou sob efeito de substância tóxica.

10.48 Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato.

10.49 Providenciar treinamentos e reciclagem necessários para garantir a execução dos trabalhos dentro dos níveis de qualidade desejados.

10.50 Efetuar a substituição do motorista, de imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra).

10.51 Comunicar ao contratante, quando da transferência e/ou retirada e substituição de motoristas dos itinerários ou dos serviços.

10.52 Manter controle de frequência/pontualidade de seus empregados.

10.53 Fornecer uniformes e complementos adequados para o desenvolvimento das atividades, submetendo-os previamente à aprovação do contratante, sem ônus para seus empregados.

10.54 Fornecer vale-refeição/vale-alimentação aos seus empregados e demais benefícios previstos em Acordos ou Convenção Coletiva da categoria.

10.55 Assegurar que todo empregado que cometer falta disciplinar qualificada como de natureza grave não deverá ser mantido em serviço.

10.56 Atender, de imediato, às solicitações do contratante quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços.

10.57 Comunicar ao contratante toda vez que ocorrer afastamento, substituição ou inclusão de qualquer componente da equipe que esteja prestando serviços ao contratante. No caso de substituição ou inclusão, a contratante anexará os respectivos currículos, ficando a cargo do contratante aceitá-los ou não.

10.58 Apresentar ao contratante, quando exigido, comprovantes de pagamento de salários, a quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos seus empregados que estejam ou tenham estado a serviço do contratante, por força do contrato.

10.59 Assumir todas as despesas decorrentes de danos materiais causados aos veículos ou bens de terceiros, bem como danos pessoais aos seus ocupantes ou a terceiros, de sua responsabilidade.

10.60 Responsabilizar-se civil e criminalmente pelos danos causados ao contratante ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato.

10.61 Responsabilizar-se por quaisquer multas de trânsito, ambientais, tarifas rodoviárias e hidroviárias, quando for o caso, durante a execução do contrato.

10.62 Disponibilizar empregados em quantidades necessárias para garantir a prestação dos serviços nos horários contratados, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.

10.63 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação/qualificação na fase de licitação.

10.64 Não transportar passageiros em pé ou no colo, salvo para prestação de socorro em caso de acidente ou avaria.

10.65 Prestar os esclarecimentos desejados, bem como comunicar ao contratante, por meio de líder ou diretamente, quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços.

10.66 Manter programa interno de autofiscalização da correta manutenção da frota, quanto à emissão de fumaça preta, especialmente para os veículos a óleo diesel que integrem a frota da UFJ. Os motoristas contratados devem sempre avisar ao Diretor de Logística da UFJ sobre a detecção de possíveis defeitos que podem ser sanados preventivamente.

10.67 Em caso de acidente com veículo de propriedade da UFJ, além das pertinentes providências legais imediatas, deverão ser adotados os seguintes procedimentos:

10.68 Quando houver vítima, prestar-lhe socorro imediato, levando-a, se necessário, ao hospital mais próximo do local do acidente;

10.69 Se o estado da vítima desaconselhar sua movimentação, chamar imediatamente o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Corpo de Bombeiros ou outra instituição responsável pela prestação de socorro em acidentes de trânsito;

10.69.1 Comunicar o fato, o mais rápido possível, ao fiscal do Contrato e ao Diretor/Coordenador do Departamento de Logística;

10.69.2 Caso ele próprio não precise de atendimento médico, permanecer no local e arrolar, se possível, duas testemunhas;

10.69.3 Em caso de fuga de outro envolvido, identificar as características do veículo, principalmente o número da placa;

10.69.4 Não retirar o veículo acidentado do local sem prévia autorização do preposto da empresa, salvo se houver determinação legal em contrário ou de autoridade policial.

10.70 Nos casos de ocorrência de acidente, a empresa CONTRATADA deverá:

10.70.1 Orientar seus empregados para não fazer acordo, sob hipótese alguma, com a outra parte envolvida no acidente;

10.70.2 Obter o Boletim de Ocorrência Policial junto à Delegacia de Polícia;

10.70.3 Encaminhar à fiscalização do campus CONTRATANTE, o mais breve possível, cópia do Boletim de Ocorrência Policial, acompanhado de relatório completo e minucioso do fato;

10.70.4 Apurar as causas, efeitos e responsabilidades, ainda que do acidente resultem unicamente danos materiais;

10.70.5 Adotar as providências necessárias para imediato conserto do veículo, caso o acidente tenha sido ocasionado por dolo ou culpa do seu motorista;

10.70.6 Quando a responsabilidade pelo acidente for de terceiros, fornecer à Reitoria e ao Departamento de Logística da UFJ todos os subsídios para acioná-los, com vistas ao ressarcimento das despesas decorrentes.

10.71 Quando houver infração de trânsito praticada por seus empregados na condução dos veículos do UFJ, a instituição deverá observar o seguinte:

10.71.1 As multas serão encaminhadas à Contratada, que deverá providenciar o pagamento até a data dos respectivos vencimentos, comprovando a quitação junto ao Departamento de Logística, no prazo de até 10 (dez) dias;

10.71.2 O atraso no pagamento das multas, bem como a falta de comprovação do pagamento no prazo indicado no item anterior, sujeitará a empresa licitante vencedora à multa moratória, calculada à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, dos respectivos valores da fatura mensal;

10.71.3 A empresa Contratada deverá comunicar as ocorrências relativas às infrações de Trânsito ao setor de Contratos, para fins de registro;

10.71.4 No caso em que um mesmo motorista for reincidente no cometimento de infrações de trânsito ou dependendo da gravidade da falta, a UFJ poderá solicitar sua substituição à Contratada, sem qualquer ônus adicional.

10.72 Capacitar o Preposto para atender as necessidades do contrato, através de treinamento específico. A apresentação de certificado de conclusão de curso será necessária para comprovação.

11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

11.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

11.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

11.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

11.1.3 falhar ou fraudar na execução do contrato;

11.1.4 comportar-se de modo inidôneo; ou

11.1.5 cometer fraude fiscal.

11.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

11.2.1 **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

11.2.2 **Multa de**:

11.2.2.1 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

11.2.2.2 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

11.2.2.3 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

11.2.2.4 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

11.2.2.5 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25

(vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

11.2.2.6 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

11.2.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

11.2.4 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

11.2.4.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 22.1 deste Termo de Referência

11.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

11.3 As sanções previstas nos subitens 22.2.1, 22.2.3, 22.2.4 e 22.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

11.4 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**GRAU**
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05

2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

11.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas

ou profissionais que:

11.5.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.5.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

11.5.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

11.7 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

11.7.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15(quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

11.9 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.10 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

11.11 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

11.12 O processamento do **PAR** não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2 amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e precedidos de autorização da autoridade competente, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório, bem como à prévia e

ampla defesa.

12.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3 Indenizações e multas.

12.5 O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto n.º 9.507, de 2018).

12.6 Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho (art. 64 a 66 da IN SEGES/MP n.º 05/2017).

12.7 Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item anterior, a CONTRATANTE reterá:

12.7.1 a garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela CONTRATADA, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

12.7.2 os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

12.8 Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

12.9 O CONTRATANTE poderá ainda:

12.9.1 nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.9.2 nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei n.º 8.666, de 1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

12.10 O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto n.º 9.507, de 2018.

13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

13.1 É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MP nº 05, de 2017.

14.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

17.1 É eleito o Foro da comarca de Jataí (GO) para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado eletronicamente, que, depois de lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2022

(Processo Administrativo n.° 23070.060433/2021-29)

ANEXO III – MODELO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DA GARANTIA E DE PAGAMENTO DIRETO

_____ (*identificação do licitante*), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr. _____ (*nome do representante*), portador da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, **AUTORIZA** o(a) ***(Nome do Órgão ou Entidade promotora da licitação)***, para os fins do Anexo VII-B da Instrução Normativa n° 05, de 26/05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e dos dispositivos correspondentes do Edital do Pregão n. XXX/20XX:

1) que sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores alocados a qualquer tempo na execução do contrato acima mencionado os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas, previdenciárias e fundiárias devidas, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

2) que sejam provisionados valores para o pagamento dos trabalhadores alocados na execução do contrato e depositados em conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, e aberta em nome da empresa ***(indicar o nome da empresa)*** junto a instituição bancária oficial, cuja movimentação dependerá de autorização prévia da(o) ***(Nome do Órgão ou Entidade promotora da licitação)***, que também terá permanente autorização para acessar e conhecer os respectivos saldos e extratos, independentemente de qualquer intervenção da titular da conta.

3) que a CONTRATANTE utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a CONTRATADA não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual.

....., ... de..... de 20.....

_____

(assinatura do representante legal do licitante)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2022
(Processo Administrativo n.° 23070.060433/2021-29)

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaro que a empresa_____, inscrita no CNPJ (MF) no_____, inscrição estadual no _____, estabelecida em_____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública:

Nome do Órgão/Empresa	Vigência do Contrato	Valor total do Contrato*
Valor total dos Contratos		R$_____
Local e data Assinatura e carimbo do emissor		

Observação:

Nota 1: Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.
Nota 2: *Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.

FÓRMULA EXEMPLIFICATIVA, PARA FINS DE ATENDIMENTO AO DISPOSTO NOS ITENS "D.1" E “D.2" DA ALÍNEA "D" DO SUBITEM 11.1. DO ITEM 11 DO ANEXO VII-A, DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA

- A Declaração de Compromissos Assumidos deve informar que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pela licitante não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante.

Fórmula de cálculo:

$$\frac{\text{Valor do Patrimônio Líquido}}{\text{Valor Total dos Contratos*}} \times 12$$

Observação:

Nota 1: Esse resultado deverá ser superior a 1 (um).
Nota 2: considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado*.

- Caso a diferença entre a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a declaração apresentada seja maior que 10% (dez por cento) positivo ou negativo em relação à receita bruta, o licitante deverá apresentar justificativas.

Fórmula de cálculo:

$$\frac{\text{(Valor da receita bruta -Valor total dos contratos)}}{\text{Valor da receita bruta}} \times 100$$

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2022
(Processo Administrativo n.° 23070.060433/2021-29)

ANEXO V – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR

A verificação do resultado da prestação do serviço será realizada com base nos itens constantes da Tabela de Itens Avaliados. Para tanto, os preços estabelecidos no Contrato para a realização dos serviços, se referem à execução com a máxima qualidade. A execução que atinja os objetivos dos serviços contratados sem a máxima qualidade importará pagamento proporcional ao realizado.

Tais ajustes visam a assegurar ao CONTRATANTE e à CONTRATADA o recebimento dos serviços, mesmo diante de eventuais falhas em sua execução.

No período mensal o Fiscal do Contrato avaliará constantemente os serviços prestados, visando evitar a perda no nível de qualidade, promovendo o registro das ocorrências verificadas, e adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, podendo, inclusive, intervir para corrigir ou aplicar sanções quando verificar desconformidade contínua na prestação do serviço.

O Fiscal do contrato preencherá as ocorrências na Tabela de Itens Avaliados, a qual apresentará o percentual a ser descontado do faturamento. A Tabela de Itens Avaliados", deverá ser apresentada ao CONTRATADO até o dia 07 (sete) de cada mês seguinte, que conterá, no mínimo:

-Número do PAD contratual que deu origem ao contrato;
-Número do Contrato;
-Partes contratuais;
-Síntese do objeto;
-Relação de falhas; e
-Fator percentual de recebimento e remuneração dos serviços.

A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, podendo compreender a mensuração dos seguintes aspectos:

-Resultados alcançados em relação ao Contratado, verificação dos prazos de execução e qualidade demandada;
-Recursos humanos empregados em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
-Adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
-Cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato;

Após a apresentação à CONTRATADA das anotações que compõem o IMR - Índice de Medição de Resultados, com possíveis ocorrências e descontos, se houver, a mesma poderá apresentar justificativa do serviço com menor nível de conformidade no prazo de 5 (cinco) dias após do recebimento, sendo que neste caso só será aceita caso comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis.
Havendo impugnação ao relatório apresentado, o CONTRATANTE avaliará o mesmo, podendo promover diligências, ou apresentar a avaliação final da impugnação com indicação do efetivo valor devido.

Caso a avaliação da impugnação não seja concluída até o dia 10º (décimo) dia útil do mês de sua apresentação, considerar-se-á, para efeito de emissão da Nota Fiscal para pagamento, o valor apontado originalmente pelo CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal contendo os valores apontados pelo CONTRATANTE, conforme item anterior, entre o 10º (décimo) e 15º (décimo quinto) dia útil do mês seguinte ao trabalhado.

Caso o resultado da avaliação da impugnação, posteriormente obtido, contemple ajuste de valor em favor da CONTRATADA, esta poderá emitir Nota Fiscal complementar e apresentar ao CONTRATANTE, para pagamento das diferenças.

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

Contrato nº	Processo Contratual nº:
Empresa Contratada:	Processo Financeiro nº:

Período de Avaliação: MÉS/ANO

ITEM	META A CUMPRIR	MEDIÇÃO	INCIDÊNCIA	GRAU	OCORRÊNCIAS	TOTAL A DESCONTAR
1	A empresa deverá garantir que os profissionais apresentem-se de maneira asseada, com uniformes limpos e completos, portando o crachá de identificação.	Por meio de constatação do gestor/fiscal do contrato.	Por ocorrência	1	0	0,00%
2	Os profissionais deverão realizar o correto preenchimento dos documentos afetos aos serviços desempenhados, como diários de bordo, requisições de manutenção, lista de checagem dos veículos, ou ainda em casos de sinistros, realizar o registro da ocorrência	Por meio de constatação do gestor/fiscal do contrato, ou por informação realizada pelos usuários	Por ocorrência	1	0	0,00%
3	A empresa deverá orientar seus profissionais a planejar suas atividades, traçando rotas previamente, entrando em contato com as áreas afetas de origem e destino, garantindo maior eficiência nos transportes.	Por meio de constatação do gestor/fiscal do contrato, ou por informação realizada pelos usuários	Por ocorrência	2	0	0,00%
4	A empresa deverá efetuar o depósito dos valores das diárias, com a antecedência solicitado em contrato, a fim de garantir que os funcionários possuam os recursos para custeio de alimentação e hospedagem	Por meio de constatação do gestor/fiscal do contrato.	Por ocorrência	2	0	0,00%
5	A empresa deverá manter o quantitativo de postos descritos em contrato, garantindo que, em caso de faltas, licenças, afastamentos ou férias exista a cobertura de tais afastamentos, salvo se houver entendimento entre a Administração e a Contratada para a não reposição, havendo apenas o desconto do período não reposto	Por meio de constatação do gestor/fiscal do contrato.	Por ocorrência	2	0	0,00%
6	A empresa deverá garantir a melhor qualidade possível de seus atendimentos, orientando para que os profissionais sejam pró-ativos, pontuais em seus atendimentos, tratando os usuários com urbanidade, primando pelo respeito, cortesia, educação e presteza.	Por meio de constatação do gestor/fiscal do contrato, ou por informação realizada pelos usuários	Por ocorrência	3	0	0,00%
7	A empresa deverá orientar seus profissionais a manter o zelo com todo o patrimônio colocado à disposição para o serviço, tanto com a inspeção periódica dos	Por meio de constatação do gestor/fiscal do	Por ocorrência	3	0	0,00%

	veículos oficiais, quanto os recursos transportados com o acondicionamento adequado das cargas	contrato, ou por informação realizada pelos usuários				
8	A empresa deverá cumprir as solicitações e determinações da fiscalização/gestão, no que diz respeito às questões contratuais, de forma a respondê-las e/ou solucioná-las no menor tempo possível.	Por meio de constatação do gestor/fiscal do contrato.	Por ocorrência	3	0	0,00%
TOTAL A DESCONTAR DA NOTA FISCAL						**0,00%**
VALOR DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO						**R$ 0,00**
VALOR A DESCONTAR						**R$ 0,00**
VALOR A SER FATURADO						**R$ 0,00**

As ocorrências apuradas deverão ser anotadas na Tabela de Itens Avaliados, na coluna “Ocorrências”.

A depender do grau de cada infração, poderão ser descontados os seguintes percentuais:

GRAU	PERCENTUAL	INCIDÊNCIA
1	0,25% - Por ocorrência	Valor do Documento fiscal
2	0,50% - Por ocorrência	Valor do Documento fiscal
3	1,00% - Por ocorrência	Valor do Documento fiscal

Se o percentual a ser descontado das ocorrências no mês for superior à 20% ou, quando houver 03 (três) apontamentos, consecutivos ou intermitentes, para o mesmo item no período de 12 (doze) meses, além do desconto, poderá ser aberto processo administrativo visando a aplicação das sanções previstas em contrato.

ANEXO VI – TERMO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2022
(Processo Administrativo n.° 23070.060433/2021-29)

Nome completo:
Documento de identidade: CPF:
Endereço residencial
Complemento:
Bairro: Cidade:
Estado (UF): CEP:
Telefone residencial: ( ) Celular: ( )
E-mail:

A realização do cadastro como Usuário Externo no SEI - UFG e a entrega deste documento importará na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico, conforme Decreto no 8.539, de 8 de outubro de 2015, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica por meio de login e senha, tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações realizadas, as quais serão passíveis de apuração civil, penal e administrativa. Ainda, declaro que o endereço informado referente ao meu domicílio é verdadeiro e que são de minha exclusiva responsabilidade:

I - o sigilo da senha de acesso, não sendo oponível, em qualquer hipótese, alegação de uso indevido; II - a conformidade entre os dados informados no formulário eletrônico de peticionamento e os constantes do documento protocolizado, incluindo o preenchimento dos campos obrigatórios e anexação dos documentos essenciais e complementares; III - a confecção da petição e dos documentos digitais em conformidade com os requisitos estabelecidos pelo sistema, no que se refere ao formato e ao tamanho dos arquivos transmitidos eletronicamente; IV - a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados enviados por meio de peticionamento eletrônico até que decaia o direito da Administração de rever os atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados à UFG para qualquer tipo de conferência; V - a verificação, por meio do recibo eletrônico de protocolo, do recebimento das petições e dos documentos transmitidos eletronicamente; VI - a observância de que os atos processuais em meio eletrônico se consideram realizados no dia e na hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os atos praticados até as 23 horas e 59 minutos e 59 segundos do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre o usuário externo; VII - a consulta periódica ao SEI ou ao sistema por meio do qual efetivou o peticionamento eletrônico, a fim de verificar o recebimento de intimações, considerando-se realizadas na data em que efetuar sua consulta no sistema ou, não efetuada a consulta, quinze dias após a data de sua expedição; VIII - as condições de sua rede de comunicação, o acesso a seu provedor de internet e a configuração do computador utilizado nas transmissões eletrônicas.

Para que o cadastro seja liberado o Usuário deve comparecer ao Centro de Informação, Documentação e Arquivo (Cidarq) da UFG e apresentar os seguintes documentos:

• O original do presente Termo assinado;
• RG (ou outro documento de identificação oficial com foto) e CPF.

Atenção: Alternativamente, os documentos poderão ser entregues por terceiro ou enviados por Correios. Nestes casos deverão ser entregues cópia do RG e do CPF autenticados em cartório e o presente Termo com reconhecimento de firma em cartório. Os documentos deverão ser endereçados à Coordenaçao de Compras e Licitações COAD/REJ/UFG (Rua Riachuelo, 1530 – Setor Samuel Graham – Jatai/GO – CEP: 75.804 – 020).

Cidade – UF, de de 2019.

_____
Assinatura do Usuário

Licitação
Dispensa/Inexigibilidade
Pedido de Cotação Eletrônica

Ambiente: PRODUÇÃO

Informar Evento de Reabertura com Contagem de Prazo

31/03/2022 09:17:00

O Evento de Reabertura foi salvo.

Órgão: 26453 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAI

UASG Responsável: 156678 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAI

Modalidade de Licitação: Pregão

Nº da Licitação: 00002/202:

* Forma de Realização: Eletrônico

* Modo de Disputa: Aberto/Fechado

Característica: Tradicional

* Nº do Processo: 2307006043320212

* Tipo de Licitação: Menor Preço

* Pregão Covid-19 ?

- (•) Não
- ( ) Lei 14.124/2021, art. 8° (vacinação Covid-19)
- ( ) MP 1.047/2021, art. 2° (insumos Covid-19)

[ ] Equalização de ICMS

[ ] Internacional

* Valor Total da Compra (R$): 15.973.725,00

Quantidade de Itens: 7

Itens Cancelados: 0

[ ] Obras ou Serviços de Engenharia

* Justificativa pela não Utilização do Pregão Eletrônico

517 Caracteres Disponíveis

* Objeto

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa terceirizada, para prestação de serviços de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí (UFJ), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

185 Caracteres Disponíveis

Informações Gerais

497 Caracteres Disponíveis

* Motivo do Evento de Reabertura com a Contagem de Prazo

A reabertura se justifica pelo fato de ajustes na planilha que apresenta o valor Global Total de Referência.

24 Caracteres Disponíveis

Recurso

* Tipo de Recurso: Nacional

* Origem do Recurso: Selecione

* Outra Origem

Valor da Contrapartida (R$)

Nº do Contrato

Responsável pela Autorização da Compra

* CPF do Responsável: 538.895.926-00

* Nome: AMERICO NUNES DA SILVEIRA NETO

* Função: Reitor Pró Tempore

Solução SERPRO

Comprovante de Reabertura de Licitação (2805610) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 670

Licitação
Dispensa/Inexigibilidade
Pedido de Cotação Eletrônica
Eventos

Ambiente: PRODUÇÃO

Disponibilizar Aviso de Evento de Licitação para Publicação-Divulgação

31/03/2022 09:28:07

A Retificação do Edital da Licitação 00002/2022 foi transferida para o ComprasNet com o nome 15667805000022022001.zip

Resumo do Evento de Reabertura Com Contagem de Prazo

Órgão: 26453 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAI

UASG Responsável: 156678 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAI

Modalidade de Licitação	Nº da Licitação	Forma de Realização	Característica	Modo de Disputa
Pregão	00002/2022	Eletrônico	Tradicional	Aberto/Fechado

Objeto

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa terceirizada, para prestação de serviços de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí (UFJ), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Motivo do Evento de Reabertura Com Contagem de Prazo

A reabertura se justifica pelo fato de ajustes na planilha que apresenta o valor Global Total de Referência.

Data da Publicação/Divulgação do Evento de Reabertura Com Contagem de Prazo	Data da Disponibilidade do Edital	Data/Hora da Abertura da Licitação
01/04/2022	A partir de 01/04/2022 às 08:00	Em 14/04/2022 às 09:00

Empenho Referente ao Contrato com a Imprensa Nacional

Verifique se os dados do empenho estão atualizados. Caso necessário, atualize-os.

* Nº Unidade Gestora	* Unidade Gestora
156678	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAI

* Gestão	* Empenho		
26453	2022	NE	111111

Disponibilizar para Publicação/Divulgação | Visualizar Prévia da Matéria

Evento de Reabertura

Solução SERPRO

Comprovante de Reabertura de Licitação (2805610) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 671

Licitação
Dispensa/Inexigibilidade
Pedido de Cotação Eletrônica
Eventos

Ambiente: PRODUÇÃO

Disponibilizar Aviso de Evento de Licitação para Publicação-Divulgação

31/03/2022 09:34:07

A Retificação do Edital da Licitação 00002/2022 foi transferida para o ComprasNet com o nome 15667805000022022001.zip

Resumo do Evento de Reabertura Com Contagem de Prazo

Órgão: 26453 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAI

UASG Responsável: 156678 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAI

Modalidade de Licitação	Nº da Licitação	Forma de Realização	Característica	Modo de Disputa
Pregão	00002/2022	Eletrônico	Tradicional	Aberto/Fechado

Objeto

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa terceirizada, para prestação de serviços de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí (UFJ), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Motivo do Evento de Reabertura Com Contagem de Prazo

A reabertura se justifica pelo fato de ajustes na planilha que apresenta o valor Global Total de Referência.

Data da Publicação/Divulgação do Evento de Reabertura Com Contagem de Prazo	Data da Disponibilidade do Edital	Data/Hora da Abertura da Licitação
01/04/2022	A partir de 01/04/2022 às 08:00	Em 14/04/2022 às 09:30

Empenho Referente ao Contrato com a Imprensa Nacional

Verifique se os dados do empenho estão atualizados. Caso necessário, atualize-os.

* Nº Unidade Gestora	* Unidade Gestora
156678	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAI

* Gestão	* Empenho		
26453	2022	NE	111111

Disponibilizar para Publicação/Divulgação | Visualizar Prévia da Matéria

Evento de Reabertura

Solução SERPRO

Comprovante de Reabertura de Licitação (2805610) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 672

Licitação
Dispensa/Inexigibilidade
Pedido de Cotação Eletrônica

Ambiente: PRODUÇÃO

Informar Evento de Reabertura com Contagem de Prazo

31/03/2022 09:30:02

O Evento de Reabertura foi salvo.

Órgão: 26453 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAI

UASG Responsável: 156678 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAI

Modalidade de Licitação: Pregão

Nº da Licitação: 00002/202:

* Forma de Realização: Eletrônico

* Modo de Disputa: Aberto/Fechado

Característica: Tradicional

* Nº do Processo: 2307006043320212

* Tipo de Licitação: Menor Preço

* Pregão Covid-19 ?

- (•) Não
- ( ) Lei 14.124/2021, art. 8° (vacinação Covid-19)
- ( ) MP 1.047/2021, art. 2° (insumos Covid-19)

[ ] Equalização de ICMS

[ ] Internacional

* Valor Total da Compra (R$): 15.973.725,00

Quantidade de Itens: 7

Itens Cancelados: 0

[ ] Obras ou Serviços de Engenharia

* Justificativa pela não Utilização do Pregão Eletrônico

517 Caracteres Disponíveis

* Objeto

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa terceirizada, para prestação de serviços de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí (UFJ), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

500 Caracteres Disponíveis

Informações Gerais

497 Caracteres Disponíveis

* Motivo do Evento de Reabertura com a Contagem de Prazo

A reabertura se justifica pelo fato de ajustes na planilha que apresenta o valor Global Total de Referência.

24 Caracteres Disponíveis

Recurso

* Tipo de Recurso: Nacional

* Origem do Recurso: Selecione

* Outra Origem

Valor da Contrapartida (R$)

Nº do Contrato

Responsável pela Autorização da Compra

* CPF do Responsável: 538.895.926-00

* Nome: AMERICO NUNES DA SILVEIRA NETO

* Função: Reitor Pró Tempore

Solução SERPRO

Comprovante de Reabertura de Licitação (2805610) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 673

Licitação
Dispensa/Inexigibilidade
Pedido de Cotação Eletrônica
Eventos

Ambiente: PRODUÇÃO

Disponibilizar Aviso de Evento de Licitação para Publicação-Divulgação

31/03/2022 09:41:26

Este Evento de Reabertura será Publicado no D.O.U. na data de 01/04/2022 e Divulgado no Portal de Compras (www.gov.br/compras) nesta mesma data.

Resumo do Evento de Reabertura Com Contagem de Prazo

Órgão: 26453 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAI

UASG Responsável: 156678 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAI

Modalidade de Licitação	Nº da Licitação	Forma de Realização	Característica	Modo de Disputa
Pregão	00002/2022	Eletrônico	Tradicional	Aberto/Fechado

Objeto

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa terceirizada, para prestação de serviços de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí (UFJ), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Motivo do Evento de Reabertura Com Contagem de Prazo

A reabertura se justifica pelo fato de ajustes na planilha que apresenta o valor Global Total de Referência.

Data da Publicação/Divulgação do Evento de Reabertura Com Contagem de Prazo	Data da Disponibilidade do Edital	Data/Hora da Abertura da Licitação
01/04/2022	A partir de 01/04/2022 às 08:00	Em 14/04/2022 às 09:30

Empenho Referente ao Contrato com a Imprensa Nacional

Nº Unidade Gestora	Unidade Gestora
156678	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAI

Gestão	Empenho		
26453	2022	NE	111111

Disponibilizar para Publicação/Divulgação | Visualizar Prévia da Matéria

Evento de Reabertura

Solução SERPRO

Comprovante de Reabertura de Licitação (2805610) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 674

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 01/04/2022 | Edição: 63 | Seção: 3 | Página: 80

Órgão: Ministério da Educação/Universidade Federal de Jataí

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO

PREGÃO Nº 2/2022

Comunicamos a reabertura de prazo da licitação supracitada, processo Nº 23070060433202129. , publicada no D.O.U de 08/03/2022 . Objeto: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa terceirizada, para prestação de serviços de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí (UFJ), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Novo Edital: 01/04/2022 das 08h00 às 11h30 e de12h30 às 17h30. Endereço: Rua Riachuelo 1530 - Cep- 75804-020 Samuel Graham - JATAI - GOEntrega das Propostas: a partir de 01/04/2022 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 14/04/2022, às 09h30 no site www.comprasnet.gov.br.

AMERICO NUNES DA SILVEIRA NETO

Reitor Pró Tempore

(SIDEC - 31/03/2022) 156678-26453-2022NE111111

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

Comprovante de Reabertura de Licitação - Divulgação (DOU) (2805660) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 675

Designação de equipe de apoio e pregoeiro - 2806106

DESIGNAÇÃO DE MEMBRO DE EQUIPE DE APOIO OU PREGOEIRO

Órgão Gerador/Emissor:
DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - PROAD/UFJ

DESIGNA PARA:
Equipe de Apoio

Nome:
Rafael Nogueira de Freitas Koch

Cargo:
Administrador

Matrícula SIAPE:
1548108

Finalidade:
Atuar como Equipe de apoio do PE 02-2022

Observações:
-

Designação de equipe de apoio e pregoeiro - 2806111

DESIGNAÇÃO DE MEMBRO DE EQUIPE DE APOIO OU PREGOEIRO

Órgão Gerador/Emissor:
DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - PROAD/UFJ

DESIGNA PARA:
Equipe de Apoio

Nome:
Leruama Pena Leal

Cargo:
Assistente Administrativo

Matrícula SIAPE:
2362501

Finalidade:
Atuar como Equipe de apoio do PE 02-2022

Observações:
-

Designação de equipe de apoio e pregoeiro - 2806151

DESIGNAÇÃO DE MEMBRO DE EQUIPE DE APOIO OU PREGOEIRO

Órgão Gerador/Emissor:
DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - PROAD/UFJ

DESIGNA PARA:
pregoeiro

Nome:
Silviany da Silva Coutinho Guimarães

Cargo:
Assistente Administrativo

Matrícula SIAPE:
2065896

Finalidade:
Atuar como Pregoeira na presente licitação.

Observações:
Favor anexar as portarias de Pregoeiro e equipe de apoio.

PORTARIA N.º 181/2020, DE 11 DE MARÇO DE 2020.

Designa Equipe de Apoio aos Pregoeiros da Universidade Federal de Jataí.

O REITOR PRO TEMPORE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAI, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 11, § 1º da Lei nº 13.635, de 20 de março de 2018, bem como na Portaria nº 2.121, de 10 de dezembro de 2019, do Ministério da Educação – MEC, conforme disposto na Portaria n.º 001/2020/UFJ, de 14/01/2020, tendo em vista o disposto na Lei no 8.666/93, e no Processo nº 23070.012727/2020-63, resolve:

I – Designar **LERUAMA PENA LEAL**, Matrícula nº 2362501/SIAPE, Assistente de Administração, **NAASSON LEMOS DE SOUSA**, Matrícula nº 1977472/SIAPE, Assistente de Administração, **RAFAEL NOGUEIRA DE FREITAS KOCH**, Matrícula nº 1548108/SIAPE, Administrador, **SILVIANY DA SILVA COUTINHO GUIMARAES**, Matrícula nº 2065896/SIAPE, Assistente de Administração, todos lotados na Coordenação de Administração da Regional Jataí, para atuarem como Equipe de Apoio aos Pregoeiros da Universidade Federal de Jataí, por prazo indeterminado.

Jataí, 11 de março de 2020.



Prof. Dr. Américo Nunes da Silveira Neto
Reitor *Pro Tempore* da Universidade Federal de Jataí
Portaria MEC no 2.121, de 10/12/2019

PORTARIA N.º 180/2020, DE 11 DE MARÇO DE 2020.

Designa Pregoeiros da Universidade Federal de Jataí.

O REITOR PRO TEMPORE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAI, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 11, § 1º da Lei nº 13.635, de 20 de março de 2018, bem como na Portaria nº 2.121, de 10 de dezembro de 2019, do Ministério da Educação – MEC, conforme disposto na Portaria n.º 001/2020/UFJ, de 14/01/2020 tendo em vista o disposto na Lei no 8.666/93, e no Processo nº 23070.012727/2020-63, resolve:

I – Designar **LERUAMA PENA LEAL**, Matrícula nº 2362501/SIAPE, Assistente de Administração, **NAASSON LEMOS DE SOUSA**, Matrícula nº 1977472/SIAPE, Assistente de Administração, **RAFAEL NOGUEIRA DE FREITAS KOCH**, Matrícula nº 1548108/SIAPE, Administrador, **SILVIANY DA SILVA COUTINHO GUIMARAES**, Matrícula nº 2065896/SIAPE, Assistente de Administração, todos lotados na Coordenação de Administração da Regional Jataí, para atuarem como Pregoeiros da Universidade Federal de Jataí, por prazo indeterminado.

Jataí, 11 de março de 2020.

Prof. Dr. Américo Nunes da Silveira Neto
Reitor *Pro Tempore* da Universidade Federal de Jataí
Portaria MEC no 2.121, de 10/12/2019

PROFª ANTONIETA
CURSOS & CAPACITAÇÃO

Registro nº 0412/19

Certificado de Participação

Certificamos que: *Silviany da Silva Coutinho Guimarães*

Participou com aproveitamento do Curso:

"Formação e Capacitação de Pregoeiro com o Novo Decreto nº 10.024/2019 do Pregão Eletrônico."

Carga horária: 21 horas
Período: 18 a 20 de Novembro de 2019.
Turno: Integral

EMPRESA

Instrutor(a):
André Pereira Vieira

Brasília-DF, 20 de Novembro de 2019.

Conteúdo Programático

"CURSO FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE PREGOEIRO COM O NOVO DECRETO Nº 10.024/2019 DO PREGÃO ELETRÔNICO."

1. O que é o Pregão?
1.1. Quando pode ser utilizado?
1.2. O pregão pode ser usado para todos os tipos de aquisições e Contratações de Serviços?
1.3. Vedação a modalidade de Pregão;
1.4. Obrigatoriedade de aplicar o Pregão na forma Eletrônica para a União;
1.5. O que são Bens e Serviços Comuns?
1.6. Histórico do Pregão - Base Legal;
1.7. Pode ser aplicado a Lei nº 8.666/93 na modalidade de Pregão?
1.8. Quais são as formas de realizar o Pregão?
1.8.1. Pregão Presencial;
1.8.2. Pregão Eletrônico;
1.9. Tipos de Pregão
1.9.1. Pregão por maior desconto.
1.9.2. Pregão por Lote.
1.9.3. Pregão por Registro de Preços.
1.10. Obrigatoriedade de aplicar o Pregão, preferencialmente na forma eletrônica, para entes públicos ou privados que recebam recursos da União, mediante Convênios, Acordos, Ajustes na forma do Decreto nº 10.024/2019;

2. Designação do Pregoeiro e da Equipe de Apoio;
2.1. Quem pode ser designado Pregoeiro?
2.1.1. Designação de Terceiro Alheio à Administração para a Função de Pregoeiro (Decisão do TCU).
2.2. Forma de designar o Pregoeiro e os membros da Equipe de Apoio.
2.3. Tem prazo para o pregoeiro desempenhar suas funções?
2.4. Qualificação Profissional e perfil do Pregoeiro;

3. Procedimentos do Pregão - Inversão das Fases do processo;
3.1. As fases do Pregão: Preparatória e Externa;
3.2. Procedimentos na fase preparatória ou interna do processo licitatório;
3.2.1. Excesso de Burocracia, falta de planejamento nas contratações;
3.2.2 Elaboração do Termo de Referência, observando as exigências de constar no mesmo, dentre outras, os deveres do contratado e do contratante, os procedimentos da fiscalização do contrato visando subsidiar a elaboração do Edital e do Contrato;
3.2.2.1. De quem é a responsabilidade pela elaboração do Termo de Referência?
3.2.2.2. Importância da Pesquisa de Mercado na Elaboração do Termo de Referência.
3.2.3. Responsabilidade pela Elaboração do Edital;
3.2.3.1. Segregação de Funções.
3.2.4. Análise e aprovação do Edital e do Contrato pela Assessoria Jurídica;
3.3. Procedimentos da Fase externa do processo licitatório;
3.3.1. Publicação do Edital;
3.3.2. Prazos e onde publicar;
3.3.3. A Publicação nos Sítios da Administração substitui a publicação no Diário Oficial?
3.3.4. Prazos para pedidos de esclarecimentos ou impugnação do Edital.
3.3.4.1. Razoabilidade da Análise da Tempestividade da Impugnação.
3.3.5. Cabe a quem decidir sobre a impugnação do Edital e em que prazo?

4. Atribuições da Autoridade Competente, do Pregoeiro e do Licitante;
4.1. Responsabilidade solidária do Pregoeiro perante os órgãos de controle;
4.2. A Equipe de Apoio Responde com o Pregoeiro?

5. Sessão Pública do Pregão Presencial e Eletrônico;
5.1. Escolha do Portal pela autoridade competente;
5.1.2. Portal de Compras do Governo Federal www.comprasnet.gov.br – Disponibilizado para União, Estados, Municípios e o DF sem ônus – Portaria nº 16/SLTI /MPOG, de 27.03.2012, alterada pela Portaria nº 31/SLTI/MPOG, de 18.06.2012 - Estabelece procedimentos para adesão ao acesso e utilização do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, pelos órgãos e entidades da Adm. Pública, não integrantes do Sistema de Serviços Gerais – SISG, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
5.1.3. Credenciamento dos Licitantes;
5.1.4. Chave de Identificação e Senha do Licitante;
5.1.5. Envio de Propostas pelos Licitantes;
5.1.6. Exigências de Habilitação dos Licitantes;
5.1.7. Procedimentos da Etapa Competitiva;
5.1.8. O processo de Negociação;
5.1.9. Ampliação da disputa;
5.1.10. Procedimentos quando ocorrer Desconexão;
5.2. O que o Pregoeiro deve fazer durante a sessão pública.
5.2.1. Momento e Procedimentos para a Análise de Propostas.
5.2.2. Desclassificação por Preço Inexequível.
5.2.3. Condução da etapa de Lances.
5.2.3.1. Desclassificação dos Lances em Desacordo com a IN 3/2011.
5.2.3. Procedimentos para a Suspensão da sessão pública.
5.2.4. Análise das Amostras. Como dar continuidade aos demais itens.
5.2.5. Obrigatoriedade da utilização da ferramenta "Convocar Anexo" (Decisão do TCU).
5.2.6. Item em Análise.
5.2.7. Habilitação.
5.2.7.1. Consulta ao SICAF, CEIS, CNJ.
5.2.7.2. Obrigatoriedade da Administração Pública de Alimentar o CEIS.
5.2.8. Intenção de Recurso.
5.2.8.1. O Pregoeiro pode Negar a Intenção de Recurso? (Decisão do TCU)
5.2 Recursos;
5.2.1. Procedimentos / Prazos / Situações;
5.2.2. Aceitação ou não pelo Pregoeiro;

6. Adjudicação e Homologação do Processo Licitatório;
6.1. Ata Eletrônica;

7. Aplicação de Penalidades – Garantida a prévia defesa;
7.1. Procedimentos;
7.2. Autoridade competente para aplicar Penalidades;
7.3. Consequências para as empresas penalizadas;

8. Vantagens do Pregão;

9. Procedimentos do Pregão Eletrônico pela Internet;

10. Composição do Processo Licitatório para análise pelos Órgãos de Controle;

11. Aplicação da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte nas Aquisições Públicas;
11.1. Cumprimento do Decreto nº 8.538, de 06.10.2015 que regulamentou artigos da Lei Complementar 123/2006;
11.2. Definição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte;
11.3. Habilitação das ME'S e EPP para participação nas licitações públicas;
11.4. Tratamento Favorecido e Diferenciado para ME e EPP;
11.5. Critério de Desempate nas licitações nas modalidades da Lei nº 8.666/93 10% (Dez por Cento) e na modalidade de Pregão 5% (Cinco por Cento);
11.6. As três situações que deverão ser observadas pela Administração para contratação de ME e EPP;
11.6.1. Limite de até R$80.000,00 (Oitenta Mil Reais) – Exclusivo para ME e EPP;
11.6.2. Subcontratação de ME e EPP;
11.6.3. Reserva de cota do orçamento de até 25% (Vinte e Cinco por Cento) do objeto para ME ou EPP;
11.7. Situações de não aplicação do Tratamento Favorecido e Diferenciado das ME'S e EPP;
11.8. O procedimento no portal de compras do Governo Federal www.comprasnet.gov.br para contratação com as ME'S e EPP;

UFJ

SILVIANY DA SILVA COUTINHO GUIMARAES <silviany.guimaraes@ufj.edu.br>

Esclarecimento - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2022 - UFJ

3 mensagens

Comercial GE <comercial@geservicos.com> 14 de março de 2022 16:57
Para: licitacao@ufj.edu.br

A

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

COORDENAÇÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2022

Prezados,

Referente ao disposto no Termo de Referência, item 1. 6 - Link para planilha que deverá ser utilizada para proposta da contratada - planilha de custos e formação de preços:

Observa-se que a planilha disponibilizada está divergente das especificações e exigências descritas no item 1.1 - Termo de Referência. esta nomeada ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, e encontra-se protegida não podendo ser editada.

Solicitamos sua análise,

Aguardo e já agradeço,

Atenciosamente,

Jussara Nogueira

Analista Comercial

(61) 3447-2837

(61) 99989-4166

G&E Serviços Terceirizados Ltda
CNPJ: 08.744.139/0001-51
www.geservicos.com
SAAN Quadra 02 Lote 1140, Brasília - DF
CEP: 70.632-220 - Tel.: (61) 3447-2837

Esclarecimento enviados ao PE 02/2022 (2855158) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 683

SILVIANY DA SILVA COUTINHO GUIMARAES <silviany.guimaraes@ufj.edu.br> 15 de março de 2022 15:04
Para: Comercial GE <comercial@geservicos.com>

Senhor fornecedor, boa tarde!

Informamos que seu questionamento será divulgado no sistema ComprasNet.

Em relação ao seu questionamento apresentado, da Universidade Federal de Jataí, respondemos que:
Poderá utilizar como modelo a planilha presente neste link: https://docs.google.com/spreadsheets/d/1plM_JiUacP3lu9_JwMYQSzPyDLdK7uPy/edit#gid=373572450

Peço que faça o download para fazer alterações necessárias.

Atenciosamente,

DCL DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES | UFJ

Silviany da Silva Coutinho Guimarães
Coordenadora de Licitações - SIAPE 2065896
Diretoria de Compras e licitações - www.compras.jatai.ufg.br
Proad - Pró Reitoria de Administração e Finanças
Universidade Federal de Jataí http://portalufj.jatai.ufg.br
(64) 3606-8393.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Comercial GE <comercial@geservicos.com> 15 de março de 2022 15:08
Para: SILVIANY DA SILVA COUTINHO GUIMARAES <silviany.guimaraes@ufj.edu.br>

Boa tarde,

Confirmo o recebimento e agradeço,

Att,

[Texto das mensagens anteriores oculto]

UFJ

SILVIANY DA SILVA COUTINHO GUIMARAES <silviany.guimaraes@ufj.edu.br>

ESCLARECIMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2022.

2 mensagens

Matheus Tolosa <matheus.tolosa@grupointerativa.net> 17 de março de 2022 09:53
Para: licitacao@ufj.edu.br

Senhor Pregoeiro, bom dia.

Poderia me enviar o estimado atualizado da licitação, tendo em vista que os cálculos do resumo da licitação estão incorretos, também foi enviado para o participante do esclarecimento 16/03/2022 às 09:26:36. Por gentileza.

Matheus Tolosa
Auxiliar Comercial

matheus.tolosa@grupointerativa.net
(61) 3363-4744

www.grupointerativa.net

SILVIANY DA SILVA COUTINHO GUIMARAES <silviany.guimaraes@ufj.edu.br> 17 de março de 2022 10:06
Para: Matheus Tolosa <matheus.tolosa@grupointerativa.net>
Cc: licitacao@ufj.edu.br

Agradeço contato, mas seu pedido chegou intempestivo, conforme edital: "Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital."

Alguns esclarecimentos já foram respondidos e podem ser acompanhados na publicação do Comprasnet.

Atenciosamente,

DCL DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES | UFJ

Silviany da Silva Coutinho Guimarães
Coordenadora de Licitações - SIAPE 2065896
Diretoria de Compras e licitações - www.compras.jatai.ufg.br
Proad - Pró Reitoria de Administração e Finanças
Universidade Federal de Jataí http://portalufj.jatai.ufg.br
(64) 3606-8393.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Esclarecimento enviados ao PE 02/2022 (2855158) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 685

UFJ

SILVIANY DA SILVA COUTINHO GUIMARAES <silviany.guimaraes@ufj.edu.br>

ESCLARECIMENTO

2 mensagens

Maria das Dores de Deus <vendas@empresadalu.com.br> 16 de março de 2022 09:35
Para: licitacao@ufj.edu.br

Bom dia, Prezado Pregoeiro.

Para esclarecimento, mesmo ciente do prazo, gostaria que fosse avaliado as Diárias conforme o quadro do valor estimado, pois os valores não estão batendo.

Edital

1.2
A licitação será realizada em grupo único, formados por 7 itens, conforme tabela constante neste Edital e Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

Grupo	Item	Discriminação	Quantidade	Valor por funcionário	Valor total mensal	Valor total período 30 meses
1	1	Motoristas executivos 44 hs	13	R$ 5.271,50	R$ 69.624,36	R$ 2.088.730,80
	2	**Diária sem pernoite**	**1.000**	**R$ 72,00**	**R$ 6.000,00**	**R$ 2.160.000,00**
	3	**Diária com pernoite**	**1.000**	**R$ 220,00**	**R$ 18.333,33**	**R$ 6.600.000,00**
	4	Hora Suplementar 50%	2.000	R$ 29,17	R$ 4.861,66	R$ 1.750.200,00
	5	Hora Suplementar 100%	1.000	R$ 38,90	R$ 3.241,66	R$ 1.167.000,00
	6	Hora Suplementar noturna 50%	800	R$ 40,01	R$ 2.667,33	R$ 960.240,00
	7	Hora Suplementar noturna 100%	800	R$ 53,35	R$ 3.556,66	R$ 1.280.400,00
Valor Global Total de Referência					R$ 16.006.570,80	

conforme o meu entendimento, em relação as diárias:

ex.:
a quantidade será pelos 30 meses no total de 1.000 diárias.
220,00 x 13 motoristas = 2.860,00 x 1000 diárias = 2.860,000,00

SILVIANY DA SILVA COUTINHO GUIMARAES <silviany.guimaraes@ufj.edu.br> 16 de março de 2022 15:26
Para: Maria das Dores de Deus <vendas@empresadalu.com.br>
Cc: licitacao@ufj.edu.br

Agradeço contato, mas seu pedido chegou intempestivo, conforme edital: "Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital."

Alguns esclarecimentos já foram respondidos e podem ser acompanhados no Comprasnet.

Esclarecimento enviados ao PE 02/2022 (2855158) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 686

Atenciosamente,

Silviany da Silva Coutinho Guimarães
Coordenadora de Licitações - SIAPE 2065896
Diretoria de Compras e licitações - www.compras.jatai.ufg.br
Proad - Pró Reitoria de Administração e Finanças
Universidade Federal de Jataí http://portalufj.jatai.ufg.br
(64) 3606-8393.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Esclarecimento enviados ao PE 02/2022 (2855158) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 687

UFJ

SILVIANY DA SILVA COUTINHO GUIMARAES <silviany.guimaraes@ufj.edu.br>

Questionamentos P.E 02-2022

5 mensagens

Contato ABC <contato@abcservicos.com.br> 15 de março de 2022 12:17
Para: licitacao@ufj.edu.br

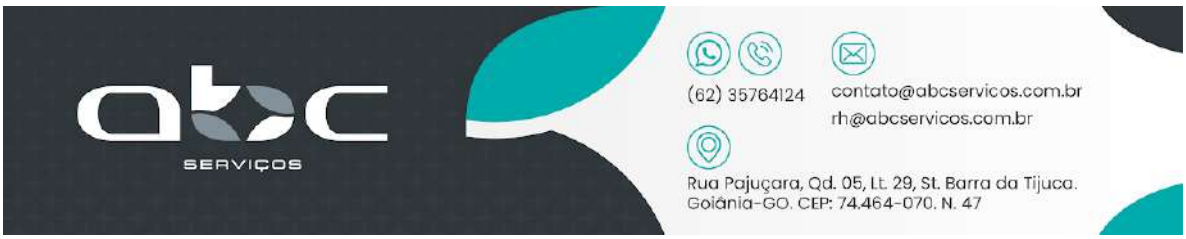
Bom dia,

Temos interesse em participar desta licitacao pregão eletrônico nº 02-2022 e temos a seguintes duvidas.

1. O pagamento das diárias no valor de R$ 220,00 que será pago aos motoristas, e a empresa será ressarcido o valor de R$ 220,00, se nosso entendimento estiver correto, teremos que arcar com os impostos da emissão da nota fiscal e desembolsar o valores sem nenhuma lucratividade e despesas administrativas?
2. Referente as despesas com pedágios/estacionamentos/balsas (quando em viagem) também será ressarcido apenas o valor gastos sem a incidência de impostos, novamente questiono essa comissão teremos que arcar com os impostos da emissão da nota fiscal e desembolsar o valores sem nenhuma lucratividade e despesas administrativas?
3. Em relação ao questionamento 2, qual o valor deverá ser inserido nas planilhas de custos, pois as despesas com pedágios e estacionamento somente serão conhecidos após concluída a viagem.
4. No termo de referencia na discriminação dos itens onde consta os valores de referencia na aba valor total mensal não conseguimos compreender, exemplo item 3 Diária com pernoite Quantidade 1.000 Valor por funcionário R$ 220,00 Valor Total Mensal R$ 18.333,33 o correto não seria R$ 220.000,00?

Cordialmente a disposição.

Wellington F. Damas – Administrador



SILVIANY DA SILVA COUTINHO GUIMARAES <silviany.guimaraes@ufj.edu.br> 15 de março de 2022 14:56
Para: Contato ABC <contato@abcservicos.com.br>

Esclarecimento enviados ao PE 02/2022 (2855158) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 688

Senhor fornecedor, boa tarde!

Encaminhamos seu questionamento ao demandante, assim que tivermos retorno iremos lhe encaminhar a resposta via e-mail bem como publicar-lá no sistema compras.gov.br.

Qualquer dúvida estamos à disposição.

Atenciosamente,



Silviany da Silva Coutinho Guimarães
Coordenadora de Licitações - SIAPE 2065896
Diretoria de Compras e licitações - www.compras.jatai.ufg.br
Proad - Pró Reitoria de Administração e Finanças
Universidade Federal de Jataí http://portalufj.jatai.ufg.br
(64) 3606-8393.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

SILVIANY DA SILVA COUTINHO GUIMARAES <silviany.guimaraes@ufj.edu.br> 15 de março de 2022 14:57
Para: CARLOS PORTILHO ASSIS CABRAL <cportilho@ufj.edu.br>

Boa tarde!

Favor enviar as respostas aos seguintes pedidos de esclarecimentos:

Atenciosamente,



Silviany da Silva Coutinho Guimarães
Coordenadora de Licitações - SIAPE 2065896
Diretoria de Compras e licitações - www.compras.jatai.ufg.br
Proad - Pró Reitoria de Administração e Finanças
Universidade Federal de Jataí http://portalufj.jatai.ufg.br
(64) 3606-8393.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

CARLOS PORTILHO ASSIS CABRAL <cportilho@ufj.edu.br> 15 de março de 2022 16:27
Para: SILVIANY DA SILVA COUTINHO GUIMARAES <silviany.guimaraes@ufj.edu.br>

Silviany,

Segue resposta da equipe de planejamento.

Atenciosamente,

---------- Forwarded message ---------
De: **MASSOIACY PEREIRA MARQUES** <massoiacy@ufj.edu.br>
Date: ter., 15 de mar. de 2022 às 16:26
Subject: Re: Questionamentos P.E 02-2022
To: CARLOS PORTILHO ASSIS CABRAL <cportilho@ufj.edu.br>

1 -O pagamento das diárias no valor de R$ 220,00 que será pago aos motoristas, e a empresa será ressarcido o valor de R$ 220,00, se nosso entendimento estiver correto, teremos que arcar com os impostos da emissão da nota fiscal e desembolsar o valores sem nenhuma lucratividade e despesas administrativas? Sim, voces terão que pagar as diárias, a nota fiscal, o imposto e a margem de lucro estará na planilha de custos.
2.Referente às despesas com pedágios/estacionamentos/balsas (quando em viagem) também será ressarcido apenas o valor gastos sem a incidência de impostos, novamente questiono essa comissão teremos que arcar com os impostos da emissão da nota fiscal e desembolsar o valores sem nenhuma lucratividade e despesas administrativas? sim, a margem de lucro fica na planilha.
3 Em relação ao questionamento 2, qual o valor deverá ser inserido nas planilhas de custos, pois as despesas com pedágios e estacionamento somente serão conhecidos após concluída a viagem. será ressarcido após a viagem, com os comprovantes de uso de pedágio, o unico gasto será o de contratação do serviço.
4 No termo de referencia na discriminação dos itens onde consta os valores de referencia na aba valor total mensal não conseguimos compreender, exemplo item 3 Diária com pernoite Quantidade 1.000 Valor por funcionário R$ 220,00 Valor Total Mensal R$ 18.333,33 o correto não seria R$ 220.000,00? a planilha é meramente para levantamento de dados estimativos, você pode fazer seus cálculos e as correções necessárias. segue abaixo planilha atualizada estimativa.

1.

Grupo	Item	Discriminação	Quantidade	Valor por funcionário	Valor total mensal	Valor total período 30 meses
1	1	Motoristas executivos 44 hs	13	R$ 5.271,50	R$ 68.529,30	R$ 2.055.885,00
	2	Diária sem pernoite	1000	R$ 72,00	R$ 72.000,00	R$ 2.160.000,00
	3	Diária com pernoite	1000	R$ 220,00	R$ 220.000,00	R$ 6.600.000,00
	4	Hora Suplementar 50%	2000	R$ 29,17	R$ 58.340,00	R$ 1.750.200,00
	5	Hora Suplementar 100%	1000	R$ 38,90	R$ 38.900,00	R$ 1.167.000,00
	6	Hora Suplementar noturna 50%	800	R$ 40,01	R$ 32.008,00	R$ 960.240,00
	7	Hora Suplementar noturna 100%	800	R$ 53,35	R$ 42.680,00	R$ 1.280.400,00
Valor Global Total de Referência						R$ 15.973.725,00

Em ter., 15 de mar. de 2022 às 15:31, CARLOS PORTILHO ASSIS CABRAL <cportilho@ufj.edu.br> escreveu:

> Boa tarde Massoiacy.
>
> Por favor, elabore as respostas sobre o Termo de Referência de Motoristas.
>
> Atenciosamente,
> [Texto das mensagens anteriores oculto]

Esclarecimento enviados ao PE 02/2022 (2855158) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 690

SILVIANY DA SILVA COUTINHO GUIMARAES <silviany.guimaraes@ufj.edu.br> 16 de março de 2022 09:26
Para: Contato ABC <contato@abcservicos.com.br>
Cc: licitacao@ufj.edu.br

Senhor fornecedor, bom dia!

Informamos que seu questionamento será divulgado no sistema ComprasNet.

Em relação ao pedido apresentado, à Diretoria de Gestão Contratos de Serviços da Universidade Federal de Jataí, na pessoa dos Servidores Carlos Portilho Assis Cabral e Massoiacy Pereira Marques, respondem:

1 -O pagamento das diárias no valor de R$ 220,00 que será pago aos motoristas, e a empresa será ressarcido o valor de R$ 220,00, se nosso entendimento estiver correto, teremos que arcar com os impostos da emissão da nota fiscal e desembolsar o valores sem nenhuma lucratividade e despesas administrativas? Sim, vocês terão que pagar as diárias, a nota fiscal, o imposto e a margem de lucro estará na planilha de custos.
2.Referente às despesas com pedágios/estacionamentos/balsas (quando em viagem) também será ressarcido apenas o valor gastos sem a incidência de impostos, novamente questiono essa comissão teremos que arcar com os impostos da emissão da nota fiscal e desembolsar o valores sem nenhuma lucratividade e despesas administrativas? Sim, a margem de lucro fica na planilha.
3 Em relação ao questionamento 2, qual o valor deverá ser inserido nas planilhas de custos, pois as despesas com pedágios e estacionamento somente serão conhecidos após concluída a viagem. Será ressarcido após a viagem, com os comprovantes de uso de pedágio, o único gasto será o de contratação do serviço.
4 No termo de referencia na discriminação dos itens onde consta os valores de referencia na aba valor total mensal não conseguimos compreender, exemplo item 3 Diária com pernoite Quantidade 1.000 Valor por funcionário R$ 220,00 Valor Total Mensal R$ 18.333,33 o correto não seria R$ 220.000,00? A planilha é meramente para levantamento de dados estimativos, você pode fazer seus cálculos e as correções necessárias. segue abaixo planilha atualizada estimativa.
[Texto das mensagens anteriores oculto]

Atenciosamente,

DCL DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES | UFJ

Silviany da Silva Coutinho Guimarães
Coordenadora de Licitações - SIAPE 2065896
Diretoria de Compras e licitações - www.compras.jatai.ufg.br
Proad - Pró Reitoria de Administração e Finanças
Universidade Federal de Jataí http://portalufj.jatai.ufg.br
(64) 3606-8393.

Em ter., 15 de mar. de 2022 às 12:17, Contato ABC <contato@abcservicos.com.br> escreveu:
[Texto das mensagens anteriores oculto]

Esclarecimento enviados ao PE 02/2022 (2855158) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 691

UFJ

SILVIANY DA SILVA COUTINHO GUIMARAES <silviany.guimaraes@ufj.edu.br>

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ - PE 02/2022 - ESCLARECIMENTOS

5 mensagens

'Cilas Gomes' via Licitação <licitacao@ufj.edu.br> 11 de abril de 2022 11:41
Responder a: Cilas Gomes <cilas_gomesadv@yahoo.com>
Para: "licitacao@ufj.edu.br" <licitacao@ufj.edu.br>

Ilmo. Sr. Pregoeiro,

Em referência ao Edital do Pregão Eletrônico nº 02/2022, Processo Administrativo n.° 23070.060433/2021-29, venho respeitosamente, solicitar o seguinte esclarecimento:

1. Considerando as condições de participação previstas no Edital e o entendimento de diversos Tribunais de Contas, principalmente as decisões do Tribunal de Contas da União [TCU] referente ao assunto, que vale aqui ser transcrito:

“Acórdão: 1017/2013 – Plenário Enunciado: A sanção prevista no art. 87, inciso III, da Lei 8.666/1993 (suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração) tem aplicação restrita ao órgão ou entidade que a cominou.”

“Acórdão: 1003/2015 – Plenário Enunciado: A sanção de impedimento para licitar e contratar prevista art. 87, inciso III, da Lei 8.666/1993 produz efeitos apenas em relação ao órgão ou entidade sancionadores, enquanto que aquela prevista no art. 7º da Lei 10.520/2002 produz efeitos apenas no âmbito interno do ente federativo que a aplicar.”

Diante disso, é possível afirmar que empresas impedidas ou suspensas de licitar e contratar, apenadas com base no art. 87, III da Lei nº 8.666/93, onde a medida repressiva se restringe apenas à esfera de governo do órgão sancionador poderão participar deste certame?

SILVIANY DA SILVA COUTINHO GUIMARAES <silviany.guimaraes@ufj.edu.br> 11 de abril de 2022 14:34
Para: Cilas Gomes <cilas_gomesadv@yahoo.com>
Cc: "licitacao@ufj.edu.br" <licitacao@ufj.edu.br>

Senhor fornecedor, boa tarde!

Encaminhamos seu questionamento ao demandante, assim que tivermos retorno iremos lhe encaminhar a resposta via e-mail bem como publica-la no sistema compras.gov.br.

Qualquer dúvida estamos à disposição.

Atenciosamente,



Silviany da Silva Coutinho Guimarães
Coordenadora de Licitações - SIAPE 2065896
Diretoria de Compras e licitações - www.compras.jatai.ufg.br
Proad - Pró Reitoria de Administração e Finanças
Universidade Federal de Jataí http://portalufj.jatai.ufg.br
(64) 3606-8393.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

SILVIANY DA SILVA COUTINHO GUIMARAES <silviany.guimaraes@ufj.edu.br> 11 de abril de 2022 14:35
Para: CARLOS PORTILHO ASSIS CABRAL <cportilho@ufj.edu.br>, MASSOIACY PEREIRA MARQUES <massoiacy@ufj.edu.br>

Boa tarde!

Favor responder esse pedido de esclarecimento enviado.

Atenciosamente,



Silviany da Silva Coutinho Guimarães
Coordenadora de Licitações - SIAPE 2065896
Diretoria de Compras e licitações - www.compras.jatai.ufg.br
Proad - Pró Reitoria de Administração e Finanças
Universidade Federal de Jataí http://portalufj.jatai.ufg.br
(64) 3606-8393.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

CARLOS PORTILHO ASSIS CABRAL <cportilho@ufj.edu.br> 11 de abril de 2022 16:04
Para: SILVIANY DA SILVA COUTINHO GUIMARAES <silviany.guimaraes@ufj.edu.br>
Cc: MASSOIACY PEREIRA MARQUES <massoiacy@ufj.edu.br>

Boa tarde.

A empresa impedida de licitar com a Administração, poderá participar de qualquer outro pregão que não seja com a empresa que aplicou a penalidade.

Caso a penalidade fosse: impedimento de licitar com a União, aí sim atingiria todas as novas licitações, como já visto nos acórdãos citados.

Atenciosamente,

[Texto das mensagens anteriores oculto]

SILVIANY DA SILVA COUTINHO GUIMARAES <silviany.guimaraes@ufj.edu.br> 11 de abril de 2022 16:26
Para: Cilas Gomes <cilas_gomesadv@yahoo.com>
Cc: "licitacao@ufj.edu.br" <licitacao@ufj.edu.br>

Senhor fornecedor, boa tarde!
Informamos que seu questionamento será divulgado no sistema ComprasNet. Em relação ao seu questionamento apresentado, da Universidade Federal de Jataí, na pessoa do Diretor de Gestão de Contratos, Carlos Portilho Cabral, respondemos que:
A empresa impedida de licitar com a Administração, poderá participar de qualquer outro pregão que não seja com a empresa que aplicou a penalidade.

Caso a penalidade fosse: impedimento de licitar com a União, aí sim atingiria todas as novas licitações, como já visto nos acórdãos citados.

Lembrando que os critérios de Credenciamento e Habilitação estão descritos no Edital do PE 02/2022.

Atenciosamente,

DCL DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES | UFJ

Silviany da Silva Coutinho Guimarães
Coordenadora de Licitações - SIAPE 2065896
Diretoria de Compras e licitações - www.compras.jatai.ufg.br
Proad - Pró Reitoria de Administração e Finanças
Universidade Federal de Jataí http://portalufj.jatai.ufg.br
(64) 3606-8393.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

UFJ

SILVIANY DA SILVA COUTINHO GUIMARAES <silviany.guimaraes@ufj.edu.br>

Informações complementares - Licitação contratação de motoristas - UFJ

3 mensagens

WENDELL PEREIRA DA SILVA <wendell.pereira@ufj.edu.br> 19 de abril de 2022 16:20
Para: comercial@realjg.com.br
Cco: silviany.guimaraes@ufj.edu.br

Boa tarde,
Prezados(as) meu nome é Wendell Pereira, sou servidor da Universidade Federal de Jataí-UFJ, serei o fiscal responsável pelo contrato motoristas, no qual estão participando da licitação.

Gostaria de sanar algumas dúvidas, sobre alguns pontos na forma de trabalho de vossa empresa.

1 - A empresa tem ciência que, independente de qualquer momento a diária do motorista deverá ser paga antes da viagem do mesmo?

2 - A contratada tem ciência que mesmo existindo um de referência atual na planilha, existindo já uma atualização salarial na convenção coletiva, terá essa que realizar a contração já com os valores atualizados, a fim de evitar repactuação desnecessária futuramente?

3 - Na proposta, a empresa fez referência ao período de segunda a sexta para contar os dias úteis para o auxílio alimentação, no entanto, a empresa tem ciência de que no edital consta que aos sábados também será cabível o referido auxílio?

4 - De que forma será a atuação do encarregado da empresa junto à equipe contratada para a prestação do serviço?

5 - A empresa está ciente que primeiramente no ato do faturamento deverá enviar a minuta/fatura, para que seja conferida pelo fiscal? E, somente após a conferência e conclusão do IMR será autorizado a impressão da NOTA FISCAL definitiva?

6 - Na impossibilidade de implantação da TAG (sem parar) para os pedágios, e sabendo que os estacionamentos em sua maioria não possuem cadastro com as empresas(sem parar), qual será a alternativa para custear, e controlar tais procedimentos?

7 - Qual o método de controle usado pela empresa para controlar as diárias dos motoristas? Teria algum sistema que faça a interação entre a empresa e o contratante ou o controle é feito via planilhas compartilhadas via google drive?

Certo de ser atendido, aguardo vosso retorno.

Atenciosamente,

--

UFJ
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ

Wendell Pereira da Silva
Assistente em Administração
Diretoria - Departamento de Logística - DLOG
http://portalufj.jatai.ufg.br
End: Rod. BR 364 - km 192, Parque Industrial - Campus Jatobá - Cep: 75801-615 - Fone: (64) 3606-8324 - Ramal - 8324

WENDELL PEREIRA DA SILVA <wendell.pereira@ufj.edu.br> 20 de abril de 2022 16:21
Para: SILVIANY DA SILVA COUTINHO GUIMARAES <silviany.guimaraes@ufj.edu.br>

Esclarecimento enviados ao PE 02/2022 (2855158) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 695

---------- Forwarded message ---------
De: **Licitaçoes Real JG Facilities** <licitacoes@realjg.com.br>
Date: qua., 20 de abr. de 2022 às 16:15
Subject: Re: Informações complementares - Licitação contratação de motoristas - UFJ
To: <wendell.pereira@ufj.edu.br>
Cc: REAL JG FACILITIES <comercial@realjg.com.br>

Wendell; boa tarde.

Conforme solicitado, segue abaixo a resposta às informações complementares da licitação de motorista da UFJ.

1 - A empresa tem ciência que, independentemente de qualquer momento a diária do motorista deverá ser paga antes da viagem do mesmo?
Resposta: Sim.

2 - A contratada tem ciência que mesmo existindo um de referência atual na planilha, existindo já uma atualização salarial na convenção coletiva, terá essa que realizar a contração já com os valores atualizados, a fim de evitar repactuação desnecessária futuramente?
Resposta: Foi utilizada a CCT NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: GO000452/2021, com vigência e data-base de 01º de junho de 2021 a 31 de maio de 2022 e a data-base da categoria em 01º de junho, ou seja, a convenção coletiva de trabalho utilizada na licitação está vigente. Quando da homologação de nova Convenção, com previsão para junho, será feito o pedido de repactuação.

3 - Na proposta, a empresa fez referência ao período de segunda a sexta para contar os dias úteis para o auxílio alimentação, no entanto, a empresa tem ciência de que no edital consta que aos sábados também será cabível o referido auxílio?
Resposta: No item 6.5 do Termo de referência relata o seguinte: "Os serviços serão prestados no horário entre as 07:30 e as 17:30 horas, de forma escalonada, em jornada diária de 8h (oito horas), de segunda a sexta-feira, com intervalo de 01 (uma) hora para almoço, podendo, eventualmente, ser antecipado ou prorrogado.", ou seja, seguimos o que preconiza o edital e seus anexos, acerca dos dias úteis.

4 - De que forma será a atuação do encarregado da empresa junto à equipe contratada para a prestação do serviço?
Resposta: A contratação em tela é para 13 (treze) motoristas, contudo contaremos com um preposto para auxiliar os mesmos e realizar a interface entre o órgão e a empresa.

5 - A empresa está ciente que primeiramente no ato do faturamento deverá enviar a minuta/fatura, para que seja conferida pelo fiscal? E, somente após a conferência e conclusão do IMR será autorizado a impressão da NOTA FISCAL definitiva?
Resposta: Sim.

6 - Na impossibilidade de implantação da TAG (sem parar) para os pedágios, e sabendo que os estacionamentos em sua maioria não possuem cadastro com as empresas (sem parar), qual será a alternativa para custear, e controlar tais procedimentos?
Resposta: <u>O que diz o edital:</u> "8.5 Custos com pedágios, balsas e estacionamentos serão pagos pela CONTRATADA e ressarcidos posteriormente pela UFJ, desde que comprovado e de acordo com a necessidade de serviço e com valores compatíveis com a realidade de mercado;" Será alocado um valor "x" por mês para custear as despesas com pedágios e estacionamentos, onde cada motorista pegará os comprovantes/tickets das respectivas despesas e no final do mês prestará conta ao preposto e por seguinte se reportará a empresa para que seja realizado o procedimento de reembolso junto ao órgão. Onde o controle ocorrerá por meio de planilha.
Aproveitando o ensejo, solicitamos a lista de veículos do órgão que poderão utilizar os pedágios e estacionamentos e as localidades/trajeto que os mesmos irão.

7 - Qual o método de controle usado pela empresa para controlar as diárias dos motoristas?

Esclarecimento enviados ao PE 02/2022 (2855158) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 696

Teria algum sistema que faça a interação entre a empresa e o contratante ou o controle é feito via planilhas compartilhadas via google drive?
Resposta: E-mail/planilha.

Favor acusar o recebimento!

Em ter., 19 de abr. de 2022 às 16:38, REAL JG FACILITIES <comercial@realjg.com.br> escreveu:
[Texto das mensagens anteriores oculto]

--

Atenciosamente



[Texto das mensagens anteriores oculto]

SILVIANY DA SILVA COUTINHO GUIMARAES <silviany.guimaraes@ufj.edu.br> 25 de abril de 2022 09:14
Para: WENDELL PEREIRA DA SILVA <wendell.pereira@ufj.edu.br>

Obrigada pelo envio!

Atenciosamente,

DCL DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES | UFJ

Silviany da Silva Coutinho Guimarães
Coordenadora de Licitações - SIAPE 2065896
Diretoria de Compras e licitações - www.compras.jatai.ufg.br
Proad - Pró Reitoria de Administração e Finanças
Universidade Federal de Jataí http://portalufj.jatai.ufg.br
(64) 3606-8393.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Esclarecimento enviados ao PE 02/2022 (2855158) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 697

REAL JG FACILITIES

Brasília-DF, 14 de Abril de 2022

AO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Ref. PROPOSTA DE PREÇOS
Pregão Eletrônico nº 2/2022 - Processo Adm nº 23070.060433/2021-29
Data: 14/04/2022 às 09:30

Prezados Senhores,

A REAL JG FACILITIES LTDA, estabelecida no SIBS, Quadra 01, Conjunto B, Lote 16, Núcleo Bandeirante - DF, CEP: 71.736-102, telefone/fax: (61) 3363-7575, e-mail: licitacoes@realjg.com.br, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08.247.960/0001-62, inscrição estadual (GDF) nº 07.478.593/001-20, vem apresentar a Vossa Senhoria a nossa proposta de preços referente ao processo retromencionado:

DO OBJETO

Contratação de empresa terceirizada, para prestação de serviços de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí (UFJ), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

DO PREÇO

VALOR TOTAL MENSAL	**R$**	**513.947,99**
quinhentos e treze mil, novecentos e quarenta e sete reais e noventa e nove centavos		
VALOR TOTAL (30 meses)	**R$**	**15.418.439,70**
quinze milhões, quatrocentos e dezoito mil, quatrocentos e trinta e nove reais e setenta centavos		

DA VALIDADE

A validade de nossa proposta é de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

REGIME FISCAL

Declaramos que o Regime Tributário da empresa é ***LUCRO REAL.***

DAS DECLARAÇÕES

1) Declaramos que a proposta de preços foi elaborada de acordo com a seguinte Convenção Coletiva de Trabalho (CCT):
NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: GO000452/2021

2) Declaramos que nos preços estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

3) Declaramos que temos pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços;

4) Declaramos que arcaremos com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de nossa proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de valetransporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1° do artigo 57 da Lei n° 8.666, de 1993.;

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Anexo a nossa proposta, planilhas com a composição do preço Global Mensal, Global Anual.

DOS DADOS BANCÁRIOS

BANCO: Banco do Brasil
AGÊNCIA: 3382-0
CONTA CORRENTE: 39.863-2

DOS DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO

RESPONSÁVEL: Flávia Macena de Sousa
CPF: 029.999.161-08
RG n° 2.776.181 SSP-DF

Atenciosamente,

Flávia Macena de Sousa
Real JG Facilities
Diretora Geral

REAL JG FACILITIES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - ESTIMATIVA UFJ

Serviços de Motorista

PROAD - DGCS

PAD:	**XXX/2021**
Licitação Nº:	2/2022
Data Proposta:	14/04/2022

REAL JG FACILITIES LTDA
CNPJ N° 08.247.960/0001-6

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	MONTANTE A		MONTANTE A	MONTANTE B							MONTANTE B	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCROS (Vide Aba)	VALOR UNITÁRIO MENSAL (A+B+CITL)
					AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO		VALE TRANSPORTE		INSUMOS (Vide Aba Insumos)	BENEFÍCIO SOCIAL ODONTOL.	SEGURO DE VIDA	FUNDO ASSISTENCIAL		
		SALÁRIO	ENCARGOS SOCIAIS (Vide Aba)		Valor Unitário	Desc. PAT (%)	Valor Unitário	Quant. Diária						
			70,06%		R$ 20,00	5,00%				R$ 18,00	R$ 38,50			23,90%	
1	Motorista - Apoio Administrativo - CBO 7823 - 44 hrs *	**R$ 1.980,00**	1.387,24	3.367,24	399,00		0,00		105,11	18,00	38,50	19,80	580,41	943,58	**R$ 4.891,23**

Convenção ou Acordo Coletivo utilizado:	**SINDICATO DOS TRABALHADORES RODV NO EST GO**
Vigência:	**01/06/2021 a 31/05/2022**
Vigência Cláusulas 3ª (piso), 4ª (correção) e 14ª (Tícket Refeição):	**01/06/2021 a 31/05/2022**

Resumo Contratual

Período Contratual

		Valor Unitário Mensal	Quantidade de Postos	Valor Mensal	Período (Meses)	Soma por Posto
1	Motorista - Apoio Administrativo - CBO 7823 - 44 hrs *	**R$ 4.891,23**	13	63.585,99	30	R$ 1.907.579,70
				R$ 63.585,99		**R$ 1.907.579,70**

Observações

Encargos Sociais: Percentual máximo de 76,48% e contratação diferente de Trabalho Temporário, conforme planilha de "Encargos".
Dias úteis: 21: [(365 / 7) X 5 - 9] / 12 = 20,98 (Acórdão TCU nº 1904/07 Plenário).
Auxílio Alimentação: Cláusula Décima Quinta. Cálculo: [(21 X V.U.) - 10 % do PAT]
Auxílio Transporte: { [V.T. X (Quant. Diária X 21)] - 6% da Remuneração }
Benefício Social Odontológico: Cláusula Décima Sétima.
Auxílio Morte / Funeral: Cláusual Décima Oitava da CCT orignal. Será pago no caso de ocorrência.
Seguro de Vida: Cláusula Décima Nona da CCT original.
Fundo Assistencial: Cláusula Trigésima Nona da CCT. Cálculo: (1% X Remuneração).
CITL: Preencher aba CITL (Custos Indiretos, Tributos e Lucros).
Valor do Posto Unitário Mensal: Montante A + Montante B + CITL.

CÉLULAS A PREENCHER

Flávia Macena de Sousa
Real JG Facilities
Diretora Geral

REAL JG FACILITIES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - ESTIMATIVA UFJ
Serviços de Motorista
PROAD - DGCS
REAL JG FACILITIES LTDA
CNPJ N° 08.247.960/0001-6

Optante pela desoneração da folha de pagamento? (Lei 12.546/2011)		Sim
	x	**Não**

ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

SUBMÓDULO 1 - Encargos Previdenciários e FGTS

	%	FUNDAMENTO LEGAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO
INSS	20,00	Art. 22, inciso I, da Lei 8.212/91.	20% sobre a remuneração.
SESI / SESC	1,50	Art. 30 da Lei 8.036/90.	1,5% sobre a remuneração.
INCRA	0,20	Art. 1º, inciso I, do Decreto Lei nº 1.146/70.	0,2% sobre a remuneração.
SENAI / SENAC	1,00	Decreto nº 2.318/86.	1% sobre a remuneração
Salário Educação	2,50	Art. 3º, inciso I, do Decreto nº 87.043/82; art. 15, de Lei nº 9424/96; e a	2,5% sobre a remuneração.
SEBRAE	0,60	Art. 8º da Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90.	0,6% sobre a remuneração.
RAT 2 FAP 1,1600 RAT	2,32	Art. 22, inciso II, alineas "b" e "c" da Lei 8.212/91; Decreto nº 6042/07;	RAT (1%, 2% ou 3%) multiplicado pelo FAP (de 50 a 100%)
FGTS	8,00	Art. 15 da Lei. 8036/90 e art 7º, inciso III, da Constituição Federal de 0	8% sobre a remuneração.
Total do SUBMÓDULO 1:	**36,12** %		

SUBMÓDULO 2 - 13º Salário e Adicional de Férias

	%	FUNDAMENTO LEGAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO
Adicional de Férias	2,78	A Constituição Federal no Art. 7º inciso XVII, dispõe que é direito do tra	((1 / 3) / 12) x 100 = 2,78%
13º Salário	8,33	A constituição Federal no Art. 7º inciso XIII, prevê o décimo terceiro sa	1/12 x 100 = 8,33%
Subtotal	**11,11**		
1 sobre subtotal 2	4,01	**SUBMÓDULO 1** sobre o 13º Salário e Adicional de Férias.	B23 X B29
Total do SUBMÓDULO 2:	**15,12** %		

SUBMÓDULO 3 - Afastamento Maternidade

	%	FUNDAMENTO LEGAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO
Afastamento Maternidade	0,03	Custeado Integralmente pela Previdência. Tem reflexos em férias, 13º	(1,416% X 10% X 6/12) X (8,33% + 8,33% + 2,78% + 20% + 8%) = 0,03%
1 sobre subtotal 3	0,01	**SUBMÓDULO 1** sobre o Afastamento Maternidade.	B23 X B35
Total do SUBMÓDULO 3:	**0,04** %		

SUBMÓDULO 4 - Provisão para Rescisão

	%	FUNDAMENTO LEGAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO
Aviso Prévio Indenizado	0,42	Trata-se de valor devido ao empregado no caso de o empregador res	((1/12) X 0,05) X 100 = 0,42%
FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,03	Súmula nº 305/TST e Acórdão TCU 2.217/2010 - Plenário.	B41 X 8%
Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,01		B41 X 8% X 40%
Aviso Prévio Trabalhado	1,94	Refere-se à indenização de sete dias corridos devida ao empregado n	((7 / 30) / 12) X 100 = 1,94%
1 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,70	**SUBMÓDULO 1** sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	B23 X B44
Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,06		B44 X 8% X 40%
Multa do FGTS sobre Rescisão sem Justa Causa	3,44	Multa de 40% sobre a soma dos depósitos do FGTS, no caso de rescisão sem justa causa. Considerando que 10% dos empregados pedem contas, essa penalidade recai sobre os 90% remanescentes. Considerando o pagamento da multa para os valores depositados relativos a salários, férias e 13º salário.	Cálculo: 0,08 X 0,4 X 0,9 X [1 + 1/12 + 1/12 + (1/3 X 1/12)] = 3,44%
Total do SUBMÓDULO 4:	**6,61** %		

SUBMÓDULO 5 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

	%	FUNDAMENTO LEGAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO
Férias	8,33	Afastamento de 30 dias, sem prejuizo da remuneração, após cada pe	1/12 X 100 = 8,33%
Ausência por Doença	0,28	Ausências ao trabalho asseguradas ao empregado pelo art. 473 da C	((1/30)/12) x 100= 0,28%.
Licença Paternidade	0,02	Criada pelo art. 7º, inciso XIX da CF, combinado com o art. 10, § 1º do	((5 / 30) / 12) X 0,015 X 100 = 0,02%
Faltas Legais	0,28	Lei 6367/76 e o art. 473 da CLT elencam as motivações de falta de em	((1 / 30) / 12) X 100 = 0,28%
Ausência por Acidente de Trabalho	0,03	O artigo 27 do Decreto nº 89.312, de 23/01/84, obriga o empregador a	((15 / 30) / 12) X 0,0078 X 100 = 0,03%
Subtotal	**8,94**		
1 sobre o subtotal 5	3,23	**SUBMÓDULO 1** sobre o Custo de Repos. do Profiss. Ausente.	B23 X B57
Total do SUBMÓDULO 5:	**12,17** %		

RESUMO DO MÓDULO - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

1. Encargos Previdenciários e FGTS	**36,12**
2. 13º Salário e Adicional de Férias	**15,12**
3. Afastamento Maternidade	**0,04**
4. Provisão para Rescisão	**6,61**
5. Custo de Reposição do Profissional Ausente	**12,17**
Total dos Encargos Sociais e Trabalhistas	**70,06** %

Flávia Macena de Sousa
Real JG Facilities
Diretora Geral

CÉLULAS A PREENCHER

REAL JG FACILITIES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - ESTIMATIVA UFJ

Serviços de Motorista

REAL JG FACILITIES LTDA

CNPJ N° 08.247.960/0001-6

POSTO DE MOTORISTA

CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

Item	Percentual
Custo Indireto (CI) - Taxa de administração	**3,00%**
Lucro antes do Imposto de Renda (L)	**5,04%**
PIS - (T)	**1,22%**
COFINS - (T)	**5,61%**
ISS - (T)	**5,00%**
INSS (CPRB) * (T)	

* Preencher somente se a empresa for optante pela desoneração da folha de pagamento (Lei 12546/2011; Item 6.5.1 do Acórdão nº 1212/2014-TCU).

TOTAL	**23,90%**

Memória de cálculo:

% CITL = ((1 + CI) / (1 - T - L)) - 1

CÉLULAS A PREENCHER

Flávia Macena de Sousa
Real JG Facilities
Diretora Geral

REAL JG FACILITIES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - ESTIMATIVA UFJ

Serviços de Motorista

REAL JG FACILITIES LTDA

CNPJ N° 08.247.960/0001-6

SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS

CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

Item	Percentual
Custo Indireto (CI) - Taxa de administração	**3,00%**
Lucro antes do Imposto de Renda (L)	**3,65%**
PIS - (T)	**1,22%**
COFINS - (T)	**5,61%**
ISS - (T)	**5,00%**
INSS (CPRB) * (T)	

* Preencher somente se a empresa for optante pela desoneração da folha de pagamento (Lei 12546/2011; Item 6.5.1 do Acórdão nº 1212/2014-TCU).

TOTAL	**21,86%**

Memória de cálculo:

% CITL = ((1 + CI) / (1 - T - L)) - 1

CÉLULAS A PREENCHER

Flávia Macena de Sousa
Real JG Facilities
Diretora Geral

REAL JG FACILITIES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - ESTIMATIVA UFJ

Serviços de Motorista

PROAD - DGCS

REAL JG FACILITIES LTDA
CNPJ Nº 08.247.960/0001-6

INSUMOS

Uniforme — **Núcleo de Análise e Pesquisa de Mercado**

Item	Descrição	Quantidade por Posto	Periodicidade (Meses)	Valor Unitário	Soma Mensal por Posto	Preço 1	Preço 2	Preço 3	Preço Médio
1	Camisa estilo social; em tecido 100% algodão; gola com intertela; mangas longas; nas cores claras e neutras.	1	10	70,00	7,00				70,00
2	Camisa tipo "polo"; manga curta; com no mínimo 50% de algodão; na cor azul marinho; e com a logomarca da empresa.	3	10	35,00	10,50				35,00
3	Calça tipo jeans; nas cores cinza, preto ou azul marinho.	2	10	50,00	10,00				50,00
4	Crachá em PVC contendo foto, nome da empresa, descrição do cargo, com protetor de crachá rígido com jacaré/regulador bolinha	1	10	12,10	1,21				12,10
5	Meias cano alto longo sport algodão - kit com 12 pares (preto, branco ou cinza)	1	10	25,00	2,50				25,00
6	Sapatos - Tipo social de cor preta ou marrom, estilo moderno, ou sapatênis sport fino marrom ou preto	1	10	60,00	6,00				60,00
7	kit com 3 frascos de álcool gel de 500 ml	1	2	25,00	12,50				25,00
8	kit com 100 máscaras descartáveis cirurgica tripla proteção azul	1	2	34,95	17,48				34,95
9	Cinto vestuário masculino modelo social ou esporte fino, em couro de primeira linha, cor preta	2	10	25,00	5,00				25,00

Exames Médicos — **Núcleo de Análise e Pesquisa de Mercado**

Item	Descrição	Quantidade	Periodicidade	Valor Unitário	Soma Mensal	Preço 1	Preço 2	Preço 3	Preço Médio
1	Exames de saúde (oftalmológico, auditivo, psicológico e toxicológico) com laudo atestando que o profissional está apto para o desempenho das funções de motoristas.	3	30	329,15	32,92				329,15

Total de Insumos Mensal por Posto: **105,11**

CÉLULAS A PREENCHER

Flávia Macena de Sousa
Real JG Facilities
Diretora Geral

REAL JG FACILITIES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - ESTIMATIVA UFJ
Serviços de Motorista
PROAD - DGCS
REAL JG FACILITIES LTDA **CNPJ N° 08.247.960/0001-6**

HORA EXTRA

ITEM	POSTO DE TRABALHO	CARGA HOR. SEMANAL
1	Motorista - Apoio Administrativo - CBO 7823 - 44 hrs *	**44**

HORA SUPLEMENTAR 50%

ITEM	POSTO DE TRABALHO	SALÁRIO	HORA SALÁRIO COM 50% DE ACRÉSCIMO	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	ENCARGOS SOCIAIS	MONTANTE A	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	VALOR DA HORA SUPLEMENTAR 50%
				20,00%	36,12%		21,86%	
1	Motorista - Apoio Administrativo - CBO 7823 - 44 hrs *	R$ 1.980,00	13,50	2,70	5,85	22,05	4,82	**R$ 26,87**

HORA SUPLEMENTAR 100%

ITEM	POSTO DE TRABALHO	SALÁRIO	HORA SALÁRIO COM 100% DE ACRÉSCIMO	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	ENCARGOS SOCIAIS	MONTANTE A	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	VALOR DA HORA SUPLEMENTAR 100%
				20,00%	36,12%		21,86%	
1	Motorista - Apoio Administrativo - CBO 7823 - 44 hrs *	R$ 1.980,00	18,00	3,60	7,80	29,40	6,43	**R$ 35,83**

HORA SUPLEMENTAR NOTURNA 50%

ITEM	POSTO DE TRABALHO	SALÁRIO	HORA SALÁRIO NOTURNA COM 50% DE ACRÉSCIMO	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	ENCARGOS SOCIAIS	MONTANTE A	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	VALOR DA HORA SUPLEMENTAR NOTURNA 50%
				20,00%	36,12%		21,86%	
1	Motorista - Apoio Administrativo - CBO 7823 - 44 hrs *	R$ 1.980,00	18,51	3,70	8,02	30,24	6,61	**R$ 36,85**

HORA SUPLEMENTAR NOTURNA 100%

ITEM	POSTO DE TRABALHO	SALÁRIO	HORA SALÁRIO NOTURNA COM 100% DE ACRÉSCIMO	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	ENCARGOS SOCIAIS	MONTANTE A	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	VALOR DA HORA SUPLEMENTAR NOTURNA 100%
				20,00%	36,12%		21,86%	
1	Motorista - Apoio Administrativo - CBO 7823 - 44 hrs *	R$ 1.980,00	24,69	4,94	10,70	40,32	8,82	**R$ 49,14**

AUXÍLIOS DECORRENTES DE JORNADA SUPLEMENTAR

AUXÍLIO TRANSPORTE

ITEM	POSTO DE TRABALHO	POR DIA	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	AUXÍLIO TRANSPORTE SUPLEMENTAR
			21,86%	
1	Motorista - Apoio Administrativo - CBO 7823 - 44 hrs *	R$ 0,00	0,00	**R$ 0,00**

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

POR DIA	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	VALE ALIMENTAÇÃO SUPLEMENTAR
	21,86%	
R$ 20,00	4,37	**R$ 24,37**

Observações

Encargos Sociais: Percentual máximo de 39,80%
Hora Salário Noturna: 20% sobre a hora reduzida 52,5 min.
Auxílio Transporte: Valor diário (VT X 2).
Auxílio Alimentação: Valor diário.
Descanso Semanal Remunerado: Incluído o DSR de 20% sobre o valor da hora suplementar. Conf. Art. 73 do Decreto Lei 5452/43 - CLT.

Flávia Macena de Sousa
Real JG Facilities
Diretora Geral

REAL JG FACILITIES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ					
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS UFJ					
PROAD - DGCS					
QUADRO RESUMO					
TIPO DE SERVIÇO	**VALOR INDIVIDUAL**	**QUANTIDADE**	**MENSAL**	**PERÍODO 10**	**PERÍODO 30**
MOTORISTA	4.891,23	13	R$ 63.585,99	R$ 635.859,90	R$ 1.907.579,70
SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS - DIÁRIAS SEM PERNOITE	72,00	1000	R$ 72.000,00	R$ 720.000,00	R$ 2.160.000,00
SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS - DIÁRIAS COM PERNOITE	220,00	1000	R$ 220.000,00	R$ 2.200.000,00	R$ 6.600.000,00
SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS - HORA EXTRA 50%	26,87	2.000	R$ 53.740,00	R$ 537.400,00	R$ 1.612.200,00
SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS - HORA EXTRA 100%	35,83	1.000	R$ 35.830,00	R$ 358.300,00	R$ 1.074.900,00
SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS - HORA EXTRA NOTURNA 50%	36,85	800	R$ 29.480,00	R$ 294.800,00	R$ 884.400,00
SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS - HORA EXTRA NOTURNA 100%	49,14	800	R$ 39.312,00	R$ 393.120,00	R$ 1.179.360,00
		TOTAL GERAL	**R$ 513.947,99**	**R$ 5.139.479,90**	**R$ 15.418.439,70**

Flávia Macena de Sousa
Real JG Facilities
Diretora Geral

CNPJ 08.247.960/0001-62
Fone: (61) 3363-7575 - (61) 3052-2579
comercial@realjg.com.br

CF/DF 07.478.593/001-20
SIBS QD. 01 - CONJ B LOTE 16
NÚCLEO BANDEIRANTE - BRASÍLIA-DF- CEP: 71.736-102

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**08.247.960/0001-62**	DUNS®:	**898614832**
Razão Social:	**REAL JG FACILITIES LTDA**		
Nome Fantasia:	**REAL JG FACILITIES**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**18/07/2022**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Demais**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**25/09/2022**
FGTS		Validade:	**14/05/2022**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**19/10/2022**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital		Validade:	**11/07/2022**
Receita Municipal	(Isento)		

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/05/2022**

CPF: 012.095.546-66 Nome: SILVIANY DA SILVA COUTINHO GUIMARAES
Ass: _____

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 706

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**08.247.960/0001-62**	DUNS®:	**898614832**
Razão Social:	**REAL JG FACILITIES LTDA**		
Nome Fantasia:	**REAL JG FACILITIES**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**		

Ocorrência 1:

Tipo Ocorrência:	**Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora:	**70025 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO D. FEDERAL**
Data Aplicação:	**06/03/2020**
Número do Processo:	**0003843-60.2016.6** Número do Contrato: **04/2013**
Descrição/Justificativa:	**Não substituição de funcionária faltosa durante dois dias. Processo Administrativo: 0003843-60.2016.6.07.8100**

Ocorrência 2:

Tipo Ocorrência:	**Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora:	**170394 - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DF**
Data Aplicação:	**21/01/2020**
Número do Processo:	**00053-00112113/20** Número do Contrato: **38/2017**
Descrição/Justificativa:	**Faltas sem substituição, com fulcro no art. 3ª do Decreto Distrital nª 26.851/2006**

Ocorrência 3:

Tipo Ocorrência:	**Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora:	**113214 - AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL - ANAC**
Data Aplicação:	**19/09/2018**
Número do Processo:	**00058010176201841** Número do Contrato: **06/2017**
Descrição/Justificativa:	**Descumprimento de obrigações assumidas por meio do Contrato nª 06/ANAC/2017**

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 707

Ocorrência 4:

Tipo Ocorrência:	**Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora:	**370003 - COORD. GERAL, DE LIC. CONT. E DOC/DGI/SE/CGU**
Data Aplicação:	**02/01/2019**
Número do Processo:	**00190113305201828** Número do Contrato: **19/2016**
Descrição/Justificativa:	**Atraso pagamento vale-alimentação. Descumprimento cláusula quarta do Contrato.**

Ocorrência 5:

Tipo Ocorrência:	**Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora:	**443001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA**
Data Aplicação:	**19/11/2014**
Número do Processo:	**02501000393201433** Número do Contrato: **037/ANA/2012**
Descrição/Justificativa:	**Penalidade de Advertência aplicada com amparo no Parágrafo Primeiro, inciso I, da Cláusula Décima Terceira – Das Sanções Administrativas, pelo descumprimento do disposto na Cláusula Terceira - Das Obrigações dos Contratantes, inciso II, alínea "z", ou seja, pelo pagamento, em atraso, do benefício auxílio-alimentação, referente ao mês de novembro/2014.**

Ocorrência 6:

Tipo Ocorrência:	**Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora:	**443001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA**
Data Aplicação:	**14/04/2021**
Número do Processo:	**02501.001325/2021** Número do Contrato: **61/2017**
Descrição/Justificativa:	**Penalidade aplicada devido à ausência de manutenção dos equipamentos utilizados nos serviços de jardinagem, descumprindo, assim, a CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES, inciso II, alíneas "a', "b", "ddd", "hhh", "iii" e "jjj" do contrato nª 061/2017/ANA.**

Ocorrência 7:

Tipo Ocorrência:	**Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora:	**443001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA**
Data Aplicação:	**19/11/2014**
Número do Processo:	**02501002085201459** Número do Contrato: **061/ANA/2014**
Descrição/Justificativa:	**Penalidade de Advertência aplicada com amparo no Parágrafo Primeiro, inciso I, da Cláusula Décima Terceira – Das Sanções Administrativas, pelo descumprimento do disposto na Cláusula Quarta - Das Obrigações dos Contratantes, inciso II, alínea "gg", ou seja, pelo pagamento, em atraso, do benefício auxílio-alimentação, referente ao mês de novembro/2014.**

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 708

Ocorrência 8:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **443001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA**
Data Aplicação: **17/12/2014**
Número do Processo: **02501002085201459** Número do Contrato: **061/ANA/2014**
Descrição/Justificativa: **Penalidade de Advertência aplicada com amparo no Parágrafo Primeiro, inciso I, da Cláusula Décima Terceira – Das Sanções Administrativas, pelo descumprimento do disposto na Cláusula Quarta - Das Obrigações dos Contratantes, inciso II, alínea "gg", ou seja, pelo pagamento, em atraso, do benefício auxílio-alimentação, referente ao mês de dezembro/2014.**

Ocorrência 9:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **443001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA**
Data Aplicação: **17/12/2014**
Número do Processo: **02501002200201495** Número do Contrato: **037/ANA/2012**
Descrição/Justificativa: **Descumprimento de obrigações contratuais, sobretudo o que estabelece a alínea "z", do item II, da Cláusula Terceira do Contrato nª 037/ANA/2012.**

Ocorrência 10:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **200406 - DIRETORIA TECNICO-CIENTIFICA/DPF**
Data Aplicação: **03/06/2020**
Número do Processo: **08059000526201944** Número do Contrato: **07/2015**
Descrição/Justificativa: **Suspensão, sem prévio aviso, do plano de saúde de uma das funcionárias alocadas no contrato.**

Ocorrência 11:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **200009 - MINISTERIO PUBLICO DO DF E TERRITORIOS**
Data Aplicação: **08/10/2019**
Número do Processo: **08191018954201818** Número do Contrato: **039/SG/MPDFT/2017**
Descrição/Justificativa: **O MPDFT, de acordo com o Parecer nª 414/2019 – Alicon/Conjur/SG, aplicou à empresa Real JG Serviços Gerais EIRELI a penalidade de Advertência, em decorrência do descumprimento do disposto na Cláusula Terceira – Das Obrigações da Contratada, itens 2 e 3, do Contrato nª 039/SG/MPDFT/2017, conforme sua Cláusula Décima - Das Sanções Administrativas, Parágrafo Primeiro, inciso I, com amparo no artigo 87, I, da Lei nª. 8.666/93.**

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 709

Ocorrência 12:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**

UASG Sancionadora: **200009 - MINISTERIO PUBLICO DO DF E TERRITORIOS**

Data Aplicação: **08/10/2019**

Número do Processo: **08191020431201831** Número do Contrato: **026/SG/MPDFT/2016**

Descrição/Justificativa: **O MPDFT, DE ACORDO COM O PARECER Nª 415/2019 – ALICON/CONJUR/SG, APLICOU À EMPRESA REAL JG SERVIÇOS GERAIS EIRELI A PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA, EM DECORRÊNCIA DO DESCUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA, ITENS 4 E 5, DO CONTRATO Nª 026/SG/MPDFT/2016, CONFORME SUA CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, PARÁGRAFO SEGUNDO, INCISO I, COM AMPARO NO ARTIGO 87, I, DA LEI Nª. 8.666/93.**

Ocorrência 13:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**

UASG Sancionadora: **200200 - PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO DF**

Data Aplicação: **27/06/2019**

Número do Processo: **11979/2018-77** Número do Contrato: **47/2014**

Descrição/Justificativa: **A Diretoria de Administração da Procuradoria Geral do Trabalho resolve aplicar a penalidade de advertência à REAL JG SERVIÇOS GERAIS LTDA., com fulcro no art. 87, inc. I, da Lei 8.666/93, em virtude da descontinuidade temporária do plano odontológico dos empregados, descumpridos parcialmente os incisos II e XIII, da Cláusula Oitava do Contrato N 47/2014.**

Ocorrência 14:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**

UASG Sancionadora: **115406 - EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO**

Data Aplicação: **30/05/2014**

Número do Processo: **1252/2014** Número do Contrato: **EBC/COORD-CM/Nª 0025/2011**

Descrição/Justificativa: **Advertência por escrito em razão ao descumprimento dos itens 4.2 da Cláusula Quarta, item 5.3, subitem 5.9.1 do item 5.9 da Cláusula Quinta, os quais estabelecem que a Contratada deve fornecer material em quantidade suficiente para o consumo das atividades contidas entre as partes.**

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 710

Ocorrência 15:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **30100 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO RJ**
Data Aplicação: **16/06/2020**
Número do Processo: **2019-0610.991** Número do Contrato: **2019-043.935**
Descrição/Justificativa: **Advertência com fulcro no artigo 87, inciso I da Lei n ª 8.666/93, combinado com o artigo 9ª da Lei n ª 10.520/02. Conforme foi publicada no Diário da Justiça Eletrônico de 16/06/2020, no caderno I - Administrativo, na página 13.**

Ocorrência 16:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **30100 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO RJ**
Data Aplicação: **12/06/2019**
Número do Processo: **2019070967** Número do Contrato: **003/0172/2019**
Descrição/Justificativa: **Advertência, com fulcro no artigo 87, inciso I, da Lei 8.666/93.**

Ocorrência 17:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **30100 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO RJ**
Data Aplicação: **28/05/2021**
Número do Processo: **2020-0665588** Número do Contrato: **003/0172/2019**
Descrição/Justificativa: **Advertência, com fulcro no artigo 87, inciso I e parágrafo 2ª da Lei nª 8.666/93. Publicado no DJERJ em 28/05/2021, Ano 13 - nª 174/2021 - caderno I - fl. 147.**

Ocorrência 18:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **150002 - SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**
Data Aplicação: **22/11/2019**
Número do Processo: **23000027205201956** Número do Contrato: **07/2016**
Descrição/Justificativa: **Descumprimento dos itens 7 e 20 da Cláusula Sétima do Contrato nª 07/2016.**

Ocorrência 19:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **150002 - SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**
Data Aplicação: **29/11/2016**
Número do Processo: **23000036990201695** Número do Contrato: **59/2014**
Descrição/Justificativa: **Por ausência de cobertura de 1 (um) posto, nos 7 (sete) dias da prestação do serviço, em descumprimento ao Item 13.5, do Termo de Referência do Pregão nª 30/2014, que precedeu o Contrato nª 59/2014. Fundamentação Legal: artigos 86 e 87, da Lei nª 8.666, de 1993, e a Subcláusulas Primeira, Alínea a da Cláusula Décima Terceira, do Contrato nª 59/2014.**

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 711

Ocorrência 20:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **390004 - COORD.GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS**
Data Aplicação: **29/04/2021**
Número do Processo: **50000027874202034**
Descrição/Justificativa: **Advertência com fulcro no artigo 87, inciso I da Lei n ª 8.666/93, combinado com o artigo 9ª da Lei nª 10.520/02 e subitem 21.4.1 do edital**

Ocorrência 21:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **80001 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**
Data Aplicação: **05/05/2021**
Número do Processo: **500.564/2021-0** Número do Contrato: **PE-073/2019**
Descrição/Justificativa: **ATO. SEA. N. 018/2021 - em razão do atraso no pagamento do vale-transporte de prestadores de serviço, por ofensa à Cláusula Dez, VIII, e com apoio na Cláusula Treze, Subcláusula Quinta, do Contrato PE-073/2019, c/c o art. 87, I, da Lei nª 8.666/93**

Ocorrência 22:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **80001 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**
Data Aplicação: **08/04/2019**
Número do Processo: **500.652/2019-3** Número do Contrato: **DI-005/2017**
Descrição/Justificativa: **ATO.SEA.Nª 026/2019 - em razão do não atendimento à determinação formal imposta pela Fiscalização para regularizar desconto indevido de taxa de título assistencial ao Sindicato, baseada na Subcláusula Quarta, Cláusula Quatorze do Contrato DI-005/2017 -Das Penalidades, c/c o disposto no art. 87 da Lei n 8.666/93**

Ocorrência 23:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **80001 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**
Data Aplicação: **12/04/2019**
Número do Processo: **500.681/2019-3** Número do Contrato: **DI-005/2017**
Descrição/Justificativa: **Em razão da manutenção de funcionário sem qualificação exigida p/ executar os serviços contratados, por ofensa ao item 8.1 do Anexo VII, e com apoio na cláusula quatorze, subcláusula segunda, tabela 2, item e subcláusula quarta do contrato DI-005/2017, c/c o disposto no art. 87, I da Lei nª 8.666/93.**

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 712

Ocorrência 24:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **80001 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**
Data Aplicação: **07/08/2019**
Número do Processo: **502.484/2019-6** Número do Contrato: **PE-037/2017**
Descrição/Justificativa: **ATO. SEA. N.0 042/2019 - em razão da falta de reposição de empregado faltoso, durante execução do Contrato PE-037/2017, por ofensa ao item VII da Cláusula Dez do Contrato - Das Obrigações da Contratada, com fundamento na Subcláusula Quinta da Cláusula Treze, c/c o disposto no art. 87, I, da Lei n 8.666/93**

Ocorrência 25:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **389438 - CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA**
Data Aplicação: **18/06/2019**
Número do Processo: **57/2016** Número do Contrato: **02/2016**
Descrição/Justificativa: **Descumprimento de contrato - Materiais de consumo utilizados na prestação dos serviços entregues de forma incompleta.**

Ocorrência 26:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **80001 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**
Data Aplicação: **16/12/2021**
Número do Processo: **6001397/2021-00** Número do Contrato: **PE-073/2019**
Descrição/Justificativa: **ATO SEA N 058/2021 - em razão da não apresentação de comprovantes de pagamento de seguro de vida por empregado, por ofensa à Cláusula Dez, inciso XII, do Contrato PE-073/2019 e à Cláusula Décima Oitava da CCT 2021/2021, com apoio na Cláusula Treze, Subcláusula quinta, do citado contrato, c/c o disposto no art. 87, I, da Lei nª 8.666/93.**

Ocorrência 27:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **112408 - HOSPITAL DAS FORCAS ARMADAS**
Data Aplicação: **28/08/2019**
Número do Processo: **60550.017747/2019** Número do Contrato: **01/2017**
Descrição/Justificativa: **Aplicação de sanção de advertência em virtude da empresa Contratada ter descumprido o item 9.2.48.7 da Cláusula Nona do Contrato n 01/2017, não tendo realizado o correto abastecimento de insumo (papel higiênico) em quarto de internação deste Hospital.**

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 713

Ocorrência 28:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**

UASG Sancionadora: **160186 - BASE DE ADMINISTRAçãO DO QGEX**

Data Aplicação: **30/07/2019**

Número do Processo: **65304008629201866** Número do Contrato: **04/2017**

Descrição/Justificativa: **A empresa deixou de cumprir com o descrito no item 11.8 parágrafo primeiro, da cláusula décima primeira- sanções administrativas, do contrato 04/2017 - B Adm QGEx, derivado do pregão eletrônico nª 1/2017-B Adm QGEx (Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação), atraindo para si a penalidade de advertência por escrito previsto no item 11.1, do parágrafo segundo, do referido contrato, estribados nos fundamentos resultantes da sindicância instaurada por meio da portaria 68/2018 - Asse Ap As Jurd/B Adm QGEx, de 10 de dezembro de 2018.**

Ocorrência 29:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**

UASG Sancionadora: **200200 - PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO DF**

Data Aplicação: **19/05/2017**

Número do Processo: **86.2017.00.900/9** Número do Contrato: **47/ 2014**

Descrição/Justificativa: **A Diretora do Departamento de Administração da Procuradoria Geral do Trabalho, tendo em vista que a empresa contratada absteve-se de apresentar recurso administrativo, e, conforme previsto na Cláusula 8º, incisos II, III, VIII e IX do Contrato 47/2014 e no item X do Termo de Referência contido no Edital do Pregão Eletrônico 01/2014, haja vista o inadimplemento parcial das obrigações constituídas, por: entrega intempestiva dos uniformes, desacordo do tamanho dos funcionários, e raspagem/ rasura da numeração dos sapatos fornecidos, resolve manter a penalidade de Advertência imposta à empresa Real JG.**

Ocorrência 30:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**

UASG Sancionadora: **125210 - CENTRO DE SUPORTE ADMINISTRATIVO DE MANAUS**

Data Aplicação: **12/02/2020**

Número do Processo: **CSATAAD2020/00387** Número do Contrato: **0482-SL/2019/0001**

Descrição/Justificativa: **Descumprimento de cláusulas contratuais descritas nos subitens 7.13, 7.13.3, 11.1.18, 11.1.19 e 11.1,46.**

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 714

Ocorrência 31:

Tipo Ocorrência:	**Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**		
UASG Sancionadora:	**125210 - CENTRO DE SUPORTE ADMINISTRATIVO DE MANAUS**		
Data Aplicação:	**09/07/2019**		
Número do Processo:	**SBEGAAD201900056**	Número do Contrato:	**0076-SL/2018/0025**
Descrição/Justificativa:	**Advertência tendo em vista o descumprimento de itens do Termo de Referência e do Termo de Contrato conforme Ato Administrativo SBEG-AAD-2019/00056.**		

Ocorrência 32:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**113214 - AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL - ANAC**		
Data Aplicação:	**29/10/2018**	Valor da Multa:	**R$ 20.032,54**
Número do Processo:	**00058010176201841**	Número do Contrato:	**06/2017**
Descrição/Justificativa:	**Descumprimento de obrigações assumidas por meio do Contrato nª 06/ANAC/2017**		

Ocorrência 33:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Outros**		
UASG Sancionadora:	**90023 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - DF**		
Data Aplicação:	**11/01/2019**	Valor da Multa:	**R$ 576,73**
Número do Processo:	**0014646-61.2018**	Número do Contrato:	**CT n. 18/2013**
Descrição/Justificativa:	**Atraso no pagamento do salário dos prestadores de serviços.**		

Ocorrência 34:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Outros**		
UASG Sancionadora:	**60001 - STM _ SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR/DF**		
Data Aplicação:	**09/04/2015**	Valor da Multa:	**R$ 1.804,50**
Número do Processo:	**052/2012**	Número do Contrato:	**40/2012**
Descrição/Justificativa:	**Multa no valor de R$ 1.804,50 (mil, oitocentos e quatro reais e cinquenta centavos), em razão do atraso em instalar três pontos eletrônicos, com fundamento na Cláusula Oitava do Contrato nª 40/2012.**		

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 715

Ocorrência 35:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Outros**		
UASG Sancionadora:	**200009 - MINISTERIO PUBLICO DO DF E TERRITORIOS**		
Data Aplicação:	**06/02/2020**	Valor da Multa:	**R$ 598,11**
Número do Processo:	**08191018954201818**	Número do Contrato:	**039/SG/MPDFT/2017**
Descrição/Justificativa:	**O MPDFT, DE ACORDO COM O PARECER Nª 036/2020-ALICON/CONJUR/SG, APLICOU À EMPRESA REAL JG SERVIÇOS GERAIS EIRELI A PENALIDADE DE MULTA NO IMPORTE DE 0,8% SOBRE O VALOR MENSAL DO CONTRATO, DE ACORDO COM A PREVISÃO CONTIDA NO ITEM 8.1, DO QUADRO DEMONSTRATIVO DE PERCENTUAIS PARA APLICAÇÃO DE MULTAS (ANEXO I) E PARÁGRAFO PRIMEIRO, II, DA CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, EM DECORRÊNCIA DO DESCUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA, ITEM 2, DO CONTRATO Nª 039/SG/MPDFT/2017, COM AMPARO NO ARTIGO 87, II, DA LEI Nª. 8.666/93.**		

Ocorrência 36:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Outros**		
UASG Sancionadora:	**30100 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO RJ**		
Data Aplicação:	**16/06/2020**	Valor da Multa:	**R$ 14.379,81**
Número do Processo:	**2019-0610.991**	Número do Contrato:	**2019-043.935**
Descrição/Justificativa:	**MULTA de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor do Termo de Contrato nª 003/172/2019, no montante de R$14.379,81 (quatorze mil, trezentos e setenta e nove reais e oitenta e um centavos), com fundamento no artigo 87, inciso II da Lei nª 8.666/93, c/c o artigo 9ª da Lei nª 10.520/02. Foi publicada no Diário da Justiça Eletrônico de 16/06/2020, no caderno I - Administrativo, na página 13.**		

Ocorrência 37:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**30100 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO RJ**		
Data Aplicação:	**28/05/2021**	Valor da Multa:	**R$ 7.239,47**
Número do Processo:	**2020-0665588**	Número do Contrato:	**2019-0043935**
Descrição/Justificativa:	**MULTA de 0,05% (cinco centésimos por cento) sobre o valor do Termo de Contrato nª 003/0172/2019, no montante de R$7.239,47 (sete mil, duzentos e trinta e nove reais e quarenta e sete centavos), com fundamento no artigo 87, inciso II da Lei nª 8.666/93.** **Ciência do pagamento da multa por meio de GRERJ Eletrônica n 32439500689-70.**		

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 716

Relatório de Ocorrências

Ocorrência 38:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**150002 - SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**		
Data Aplicação:	**26/09/2014**	Valor da Multa:	**R$ 5.119,87**
Número do Processo:	**23000008684/14-05**	Número do Contrato:	**34/2014**
Descrição/Justificativa:	**Sanção administrativa de multa de 0,2% por dia sobre o valor mensal dos serviços contratados**		

Ocorrência 39:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**150002 - SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**		
Data Aplicação:	**07/10/2014**	Valor da Multa:	**R$ 5.119,87**
Número do Processo:	**23000010723/14-26**	Número do Contrato:	**34/2014**
Descrição/Justificativa:	**Sanção administrativa de multa de 0,2% sobre o valor mensal dos serviços contratados.**		

Ocorrência 40:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Outros**		
UASG Sancionadora:	**150002 - SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**		
Data Aplicação:	**22/11/2019**	Valor da Multa:	**R$ 691,46**
Número do Processo:	**23000027205201956**	Número do Contrato:	**07/2016**
Descrição/Justificativa:	**Descumprimento dos itens 7 e 20 da Cláusula Sétima do Contrato nª 07/2016.**		

Ocorrência 41:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**153173 - FNDE-MEC-FUNDO NAC.DE DESENV.DA EDUACACAO/DF**		
Data Aplicação:	**23/02/2022**	Valor da Multa:	**R$ 1.305,22**
Número do Processo:	**23034041744201822**	Número do Contrato:	**69/2016**
Descrição/Justificativa:	**Aplicação de infração cometida na execução do Contrato nª 69/2016, pelo descumprimento da Cláusula Décima, item 10.2.27 do Termo de Referência do Contrato nª 69/2016, em decorrência do atraso na entrega dos uniformes do mês de MARÇO/2019.**		

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 717

Relatório de Ocorrências

Ocorrência 42:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**115406 - EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO**		
Data Aplicação:	**10/10/2013**	Valor da Multa:	**R$ 51.465,97**
Número do Processo:	**2312/2010**	Número do Contrato:	**EBC/COORD-CM/Nª 0025/2011**
Descrição/Justificativa:	**Multa de 20 (vinte por cento) do valor do Mensal do Contrato pelo descumprimento da cláusula 5.5 do Contrato, que preceitua que a Contratada deverá manter rigoroso controle da frequência de seus empregados, procedendo de imediato as substituições dos ausentes.**		

Ocorrência 43:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**80001 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**		
Data Aplicação:	**25/11/2019**	Valor da Multa:	**R$ 2.633,70**
Número do Processo:	**503.707/2019-3**	Número do Contrato:	**PE-037/2017**
Descrição/Justificativa:	**ATO.SEA.Nª055/2019-Em razão da não apresentação da cópia da CTPS c/a correta anotação da rescisão do contrato de trabalho de empregada vinculada ao contrato, por ofensa à Cláusula10,caput,c/c Cláusula 9º, c/apoio na Cláusula 13, do contrato, c/c art.87 da Lei 8666/93**		

Ocorrência 44:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Outros**		
UASG Sancionadora:	**395001 - EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A - EPL**		
Data Aplicação:	**01/07/2020**	Valor da Multa:	**R$ 257,10**
Número do Processo:	**50840.000252/2020**	Número do Contrato:	**11/2016**
Descrição/Justificativa:	**Atraso na entrega de uniformes.**		

Ocorrência 45:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**60001 - STM _ SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR/DF**		
Data Aplicação:	**18/06/2015**	Valor da Multa:	**R$ 4.210,50**
Número do Processo:	**52/2012**	Número do Contrato:	**40/2012**
Descrição/Justificativa:	**Multa aplicada em razão da não substituição dos empregados que faltaram aos postos de trabalho, com fundamento na Cláusula Oitava do Contrato nª 40/2012.**		

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 718

Relatório de Ocorrências

Ocorrência 46:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Outros**		
UASG Sancionadora:	**148002 - CORREIOS SEDE**		
Data Aplicação:	**28/02/2014**	Valor da Multa:	**R$ 4.623,33**
Número do Processo:	**53101007607201371**	Número do Contrato:	**184/2012**
Descrição/Justificativa:	**Contrato 184/2012 - Multa aplicada por meio da Carta 16807/2013-GGCS/CECOM, em decorrência do atraso na apresentação da garantia de execução contratual - Fundamentação legal: Alíea "f", subitem 8.1.2.2., Claúsula Oitava das Penalidades do Contrato.**		

Ocorrência 47:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Outros**		
UASG Sancionadora:	**148002 - CORREIOS SEDE**		
Data Aplicação:	**19/12/2018**	Valor da Multa:	**R$ 9.285,05**
Número do Processo:	**53101011886201611**	Número do Contrato:	**270/2013**
Descrição/Justificativa:	**Fornecedor multado nos termos do Relatório nª 199/2018-GCOT/DCOMS, de 19/12/2018, pela não substituição de 69 (sessenta e nove) faltas de empregados aos postos de trabalho, com amparo na "b" do subitem 8.1.2.2 do Contrato 270/2013.**		

Ocorrência 48:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Outros**		
UASG Sancionadora:	**148002 - CORREIOS SEDE**		
Data Aplicação:	**20/10/2017**	Valor da Multa:	**R$ 1.479,04**
Número do Processo:	**53101011887201665**	Número do Contrato:	**270/2013**
Descrição/Justificativa:	**Fornecedor multado em decorrência da não substituição do prestador de serviço faltoso - Setembro/2014. Fundamentação Legal: subitem 8.1.2.2, alínea "b" da Cláusula Oitava - Das Penalidades, do Contrato nª 270/2013.**		

Ocorrência 49:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Outros**		
UASG Sancionadora:	**148002 - CORREIOS SEDE**		
Data Aplicação:	**02/12/2016**	Valor da Multa:	**R$ 629,19**
Número do Processo:	**53101013284201606**	Número do Contrato:	**160/2016**
Descrição/Justificativa:	**Fornecedor multado em decorrência do atraso na entrega do PCMSO e PPRA. Fundamentação Legal: alínea "k" do subitem 16.1.2.2, da Cláusula Décima Sexta - Das Penalidades, do Contrato nª 160/2016.**		

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 719

Relatório de Ocorrências

Ocorrência 50:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Outros**
UASG Sancionadora: **148002 - CORREIOS SEDE**
Data Aplicação: **15/02/2019** Valor da Multa: **R$ 1.489,45**
Número do Processo: **53180027401201830** Número do Contrato: **205/2016**
Descrição/Justificativa: **Fornecedor multado nos termos do Relatório nª 20/2019-GCOT/DCOMS, de 15/02/2019, pelo não cumprimento das obrigações contratuais, com amparo na línea "k" do subitem 16.1.2.2. da Cláusula Décima Sexta - das Condições Gerais da Contratação do Contrato nª 205/2016.**

Ocorrência 51:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**
UASG Sancionadora: **125210 - CENTRO DE SUPORTE ADMINISTRATIVO DE MANAUS**
Data Aplicação: **13/03/2020** Valor da Multa: **R$ 60,38**
Número do Processo: **CSATAAD2020/00706** Número do Contrato: **0482-SL/2019/0001**
Descrição/Justificativa: **Descumprimento de cláusula contratual descrita no subitem 11.1.38 do Termo de Contrato, pagar pontual e corretamente os salários e demais consectários a seus empregados, bem assim realizar os correspondentes recolhimentos aos órgãos arrecadadores das contribuições sociais, trabalhistas e fiscais.**

Ocorrência 52:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**
UASG Sancionadora: **125210 - CENTRO DE SUPORTE ADMINISTRATIVO DE MANAUS**
Data Aplicação: **31/03/2020** Valor da Multa: **R$ 60,38**
Número do Processo: **CSATAAD2020/00905** Número do Contrato: **0482-SL/2019/0001**
Descrição/Justificativa: **Descumprimento de cláusula contratual,subitem 11.1.11 do Termo de Contrato, executar os serviços objeto deste Contrato em conformidade com o Termo de Referência e com o Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo da Categoria indicada na licitação e, ainda, observar as instruções emitidas pela FISCALIZAÇÃO, conforme registro nos autos do processo referente ao Termo de Contrato nª 0482-SL/2019/0001.**

Ocorrência 53:

Tipo Ocorrência: **Impedimento de Licitar e Contratar - Lei nª 10.520/02, art. 7ª**
Motivo: **Não apresentação de documentação exigida no certame ou apresentação de documentação falsa**

UASG Sancionadora: **40003 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA**
Âmbito da Sanção: **União**
Prazo: **Determinado**
Prazo Inicial: **19/09/2018** Prazo Final: **19/09/2018**

Número do Processo: **07152/2016** Número do Contrato: **31/2013PE**
Descrição/Justificativa: **Incorreu em conduta vedada pelo artigo 7ª da Lei n. 10.520/2002.**

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 720

Relatório de Ocorrências

Ocorrência 54:

Tipo Ocorrência:	**Advertência - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. I**		
Motivo:	**Advertência - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. I**		
UASG Sancionadora:	**148002 - CORREIOS SEDE**		
		Impeditiva:	**Não**
Prazo Inicial:	**14/02/2022**		
Data Aplicação:	**14/02/2022**		
Número do Processo:	**53180041648202083**	Número do Contrato:	**PGE-27/2020 - SE/BSB**
Descrição/Justificativa:	**Empresa INABILITADA por deixar de apresentar/encaminhar todos os demais documentos listados no item 7 - DA HABILITAÇÃO conforme exigido no subitem 6.8 c/c 6.9.2 do Edital.**		

Ocorrência 55:

Tipo Ocorrência:	**Advertência - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. I**		
Motivo:	**Advertência - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. I**		
UASG Sancionadora:	**148002 - CORREIOS SEDE**		
		Impeditiva:	**Não**
Prazo Inicial:	**27/11/2020**		
Data Aplicação:	**27/11/2020**		
Número do Processo:	**53180042628202020**	Número do Contrato:	**381/2020**
Descrição/Justificativa:	**Fornecedor advertido por meio da Carta 18922947/2020- GCEC/CEGES, em decorrência do descumprimento de prazos contratuais. Fundamentação Legal: alíneas "a", "b" e "c" do subitem 15.1.1. da Cláusula Décima Quinta - Penalidades, do Contrato 381/2020.**		

Ocorrência 56:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. II**		
Motivo:	**Multa - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. II**		
UASG Sancionadora:	**125007 - CENTRO DE SUPORTE ADMINISTRATIVO DE BRASILIA**		
		Impeditiva:	**Não**
Prazo Inicial:	**08/10/2020**		
Data Aplicação:	**08/10/2020**		
Número do Processo:	**SEDEAAD2020/01381**	Número do Contrato:	**TC nª 0482-SL/2019/0001**
Descrição/Justificativa:	**MULTA de 0,2% do valor mensal do TC, que corresponde ao valor de R$ 1.794,71, pelo descumprimento das obrigações contratuais pactuadas nos subitens 11.1.10, 11.1.11, 11.1.40 e 11.1.43 do TC, e subitens 16.1.1 e 16.1.2 do Termo de Referência, caracterizado por deixar de atender ao Plano de Trabalho apresentado, devido às novas exigências sanitárias da ANVISA, considerando o cenário atual de Pandemia (COVID-19), não disponibilizar efetivo condizente com o quantitativo necessário para atender à demanda local.**		

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 721

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Impeditivas de Licitar

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**08.247.960/0001-62**	DUNS®:	**898614832**
Razão Social:	**REAL JG FACILITIES LTDA**		
Nome Fantasia:	**REAL JG FACILITIES**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**		

Nenhum registro de Ocorrência Ativa encontrado para o fornecedor

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 722

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Prováveis Ocorrências Impeditivas Indiretas do Fornecedor

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**08.247.960/0001-62**	DUNS®:	**898614832**
Razão Social:	**REAL JG FACILITIES LTDA**		
Nome Fantasia:	**REAL JG FACILITIES**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**		

Nenhum registro de Ocorrência Impeditiva Indireta encontrado para o fornecedor.

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 723

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: REAL JG FACILITIES LTDA
CNPJ: 08.247.960/0001-62
Certidão nº: 2009569/2022
Expedição: 19/01/2022, às 12:30:44
Validade: 17/07/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **REAL JG FACILITIES LTDA**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **08.247.960/0001-62**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 25/04/2022 09:38:14

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **REAL JG FACILITIES LTDA**
CNPJ: **08.247.960/0001-62**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e

racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA NEGATIVA

CERTIDÃO Nº: 053003393032022
NOME: REAL JG FACILITIES LTDA
ENDEREÇO: QUADRA 1 CONJUNTO B LT 16
CIDADE: SETOR DE INDUSTRIAS B
CNPJ: 08.247.960/0001-62
CF/DF 0747859300120 - ATIVA
FINALIDADE: LICITACAO

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal para o contribuinte acima.
Esta Certidão abrange consulta aos débitos exclusivamente no âmbito da Dívida Ativa, não constituindo prova de inexistência de débitos na esfera administrativa.
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Obs: Esta certidão não tem validade para licitação, concordata, transferência de propriedade de direitos relativos a bens imóveis e móveis; e junto a órgãos e entidades da administração pública. Para estas finalidades, solicitar a certidão negativa de débitos.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.
Válida até 26 de abril de 2022. *

* Obs: As certidões expedidas durante o período declarado de situação de emergência no âmbito da saúde pública, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus, de que trata o Decreto nº 40.475, de 28/02/2020, terão sua validade limitada ao prazo em que perdurar tal situação.

Certidão emitida via internet em 26/01/2022 às 08:34:13 e deve ser validada no endereço https://www.receita.fazenda.df.gov.br.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA NEGATIVA

CERTIDÃO Nº: 053003392982022
NOME: REAL JG FACILITIES LTDA
ENDEREÇO: QUADRA 1 CONJUNTO B LT 16
CIDADE: SETOR DE INDUSTRIAS B
CNPJ: 08.247.960/0001-62
CF/DF 0747859300120 - ATIVA
FINALIDADE: JUNTO AO GDF

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal para o contribuinte acima.
Esta Certidão abrange consulta aos débitos exclusivamente no âmbito da Dívida Ativa, não constituindo prova de inexistência de débitos na esfera administrativa.
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Obs: Esta certidão não tem validade para licitação, concordata, transferência de propriedade de direitos relativos a bens imóveis e móveis; e junto a órgãos e entidades da administração pública. Para estas finalidades, solicitar a certidão negativa de débitos.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.
Válida até 26 de abril de 2022. *

* Obs: As certidões expedidas durante o período declarado de situação de emergência no âmbito da saúde pública, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus, de que trata o Decreto nº 40.475, de 28/02/2020, terão sua validade limitada ao prazo em que perdurar tal situação.

Certidão emitida via internet em 26/01/2022 às 08:33:31 e deve ser validada no endereço https://www.receita.fazenda.df.gov.br.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS COM EFEITO DE NEGATIVA

CERTIDÃO Nº: 053003392932022
NOME: REAL JG FACILITIES LTDA
ENDEREÇO: QUADRA 1 CONJUNTO B LT 16
CIDADE: SETOR DE INDUSTRIAS B
CNPJ: 08.247.960/0001-62
CF/DF 0747859300120 - ATIVA
FINALIDADE: JUNTO AO GDF

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

HA DEBITOS VINCENDOS DE IPVA .
HA DEBITOS VINCENDOS DE IPTU .

Pelos débitos acima responde solidariamente o adquirente, com base no art. 130 da Lei 5.172/66 – CTN.
Certidão Positiva com Efeito de Negativa, com base no art. 151 combinado com o art. 206 da Lei 5.172/66 – CTN.
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.
Esta certidão abrange consulta a todos os débitos, inclusive os relativos à Dívida Ativa.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.
Válida até 26 de abril de 2022. *

* Obs: As certidões expedidas durante o período declarado de situação de emergência no âmbito da saúde pública, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus, de que trata o Decreto nº 40.475, de 28/02/2020, terão sua validade limitada ao prazo em que perdurar tal situação.

Certidão emitida via internet em 26/01/2022 às 08:32:51 e deve ser validada no endereço https://www.receita.fazenda.df.gov.br.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL
EQUIPE DE CONTRATOS - ECONT
ED. SEDE II - SETOR DE INDÚSTRIAS GRÁFICAS - QUADRA 6 - LOTE 800 - BRASÍLIA-DF - SALA 206 - CEP 70.610-460. FONE: (61) 2026-7797

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A **UNIÃO**, por intermédio da **ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**, instituída pela Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, representada pela **SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL**, instituída pelo Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010, com Sede no Setor de Indústrias Gráficas, Quadra 06, Lote 800, Brasília/DF, CEP: 70.610-460, inscrita no CNPJ nº **26.994.558/0068-30**, atesta para os devidos fins que, e a empresa **REAL JG SERVIÇOS GERAIS EIRELI,** inscrita no CNPJ nº 08.247.960/0001-62, sediada na SIBS, Quadra 01, conjunto A Lote 02, térreo, mantém contrato com este órgão, conforme abaixo:

Número do Contrato: 003/2017-AGU.
Objeto: Contratação de Auxiliar Administrativo, Almoxarife, Operador de Máquina Reprográfica e Carregador Móveis nas unidades da Advocacia-Geral da União em Brasília-DF, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.
Data de Assinatura: 01/02/2017
Vigência: 01/02/2020 a 01/02/2021
Serviços efetivamente executados: conforme tabela abaixo.

Tipo de Serviço	Valor Proposto por Posto	Quantidade de Postos	Valor Total do Serviço
Auxiliar Administrativo	R$ 3.528,32	95	R$ 335.190,40
Auxiliar Administrativo Acréscimo 2 Postos (3º TAD)	R$ 3.534,98	2	R$ 7.069,96
Auxiliar Administrativo Acréscimo 10 Postos (4º TAD)	R$ 3.534,98	10	R$ 35.349,80
Subtotal Aux. Administrativo		107	R$ 377.610,16
Almoxarife	R$ 4.552,93	2	R$ 9.105,86
Carregador de Móveis	R$ 3.481,95	5	R$ 17.409,75
Op. Máq. Reprográfica	R$ 3.456,99	8	R$ 27.655,92
Op. Máq. Reprográfica Acréscimo 2 postos (4º TAD)	R$ 3.463,43	2	R$ 6.926,86
Subtotal Op. Máq. Reprográfica		10	R$ 34.582,78
Encarregado Geral	R$ 7.040,18	1	R$ 7.040,18
VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS			**R$ 445.748,73**

Atestamos, ainda, que, os referidos serviços são executados satisfatoriamente, não constando em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas, demonstrando a empresa ter capacidade técnica de trabalho e idoneidade, de acordo com as cláusulas contratuais avençadas.

Brasília/DF, 08 de junho de 2020.

(documento assinado eletronicamente)
EVERSON PINTO DA SILVA
Superintendente Regional de Administração no Distrito Federal
Secretaria-Geral de Administração

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em http://sapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00676001152201652 e da chave de acesso 60d36af4

Documento assinado eletronicamente por EVERSON PINTO DA SILVA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 439677928 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): EVERSON PINTO DA SILVA. Data e Hora: 09-06-2020 14:41. Número de Série: 549991684626365614952082560 20. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL

CONTRATO Nº 003/2017-AGU

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO E A EMPRESA REAL JG SERVIÇOS GERAIS EIRELLI, NA FORMA ABAIXO:

PROCESSO: 00676.001152/2016-52

A **UNIÃO**, por intermédio da **ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**, instituída pela Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, representada pela **SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL**, instituída pelo Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010, com Sede no Setor de Indústrias Gráficas, Quadra 06, Lote 800, Brasília-DF, CEP: 70.610-460, inscrita no CNPJ nº **26.994.558/0068-30**, e consoante delegação de competência conferida pela Portaria nº 60, de 4 de fevereiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União em 09 de fevereiro de 2011, neste ato representada pelo **Superintendente Regional de Administração no Distrito Federal, Senhor SILVINO HIPÓLITO DA SILVA NETO**, nomeado pela Portaria/AGU nº 487, de 19 de novembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União, em 20 de novembro de 2015 e conforme apostilamento promovido pela Portaria nº 29, de 17 de janeiro de 2011, publicado no Boletim de Serviço Extraordinário nº 10, de 10 de fevereiro de 2011, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **REAL JG SERVIÇOS GERAIS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o n° 08.247.960/0001-62, situada SIBS, Quadra 01, Conjunto A, Lote 2, Térreo Núcleo Bandeirante - DF - Telefone: (61) 3363-7575, e-mail: comercial@realdp.com.br / realdp2008@hotmail.com, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) **JOSÉ GOMES FERREIRA FILHO**, portador da carteira de identidade n° 2.069.794, expedida pela SSP/DF, CPF n° 718.246.931-68, CRA/DF nº 016625, tendo em vista o que consta no Processo nº 00676.001152/2016-52 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 029/2016, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1.CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de Auxiliar Administrativo, Almoxarife, Operador de Máquina Reprográfica e Carregador de Móveis nas unidades da Advocacia-Geral da União em Brasília-DF, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 732

1.3. Objeto da contratação:

Qte Postos	Descrição/Especificação	*Valor anual (R$)*
90	Auxiliar Administrativo	277.548,30
02	Almoxarife	7.971,60
05	Carregador de Móveis	15.375,34
08	Operador de Máquina Reprográfica	24.262,88
01	Encarregado	6.166,88
Total		3.975.900,00

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, contados da data da sua assinatura., podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.2. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;

2.1.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e

2.1.4. A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.

2.1.5. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de **R$ 331.325,00 (trezentos e trinta e um mil, trezentos vinte e cinco reais)**, perfazendo o valor total de **R$ 3.975.900,00 (três milhões, novecentos e setenta e cinco mil e novecentos reais).**

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2016, na classificação abaixo:

UNIDADE/GESTÃO: 110161/00001
PROGRAMA DE TRABALHO: 03092213026740001
NATUREZA DE DESPESA: 339039
NOTA DE EMPENHO: 2017NE800004 **EMISSÃO: 16**/JAN/2017
VALOR: R$ 7.971,60
PI: AGU0057

UNIDADE/GESTÃO: 110161/00001
PROGRAMA DE TRABALHO: 03092213026740001
NATUREZA DE DESPESA: 339039
NOTA DE EMPENHO: 2017NE800006 **EMISSÃO: 16**/JAN/2017
VALOR: R$ 15.375,34
PI: AGU0057

UNIDADE/GESTÃO: 110161/00001
PROGRAMA DE TRABALHO: 03092213026740001
NATUREZA DE DESPESA: 339039
NOTA DE EMPENHO: 2017NE800009 **EMISSÃO: 16**/JAN/2017
VALOR: R$ 283.715,18
PI: AGU0057

UNIDADE/GESTÃO: 110161/00001
PROGRAMA DE TRABALHO: 03092213026740001
NATUREZA DE DESPESA: 339039
NOTA DE EMPENHO: 2017NE800007 **EMISSÃO: 16**/JAN/2017
VALOR: R$ 24.262,88
PI: AGU0057

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital.

6. CLÁUSULA SEXTA – REPACTUAÇÃO

6.1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado neste Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto n° 2.271, de 1997, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 2, de 2008.

6.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

6.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

6.3.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

6.3.2. Para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

6.3.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

6.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

6.5. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

6.6. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

6.7. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

6.7.1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

6.7.2. do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

6.7.3. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

6.8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

6.9. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

6.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

6.11. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em acordos e convenções coletivas que não tratem de matéria trabalhista.

6.12. Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

6.13. Quando a repactuação referir-se aos demais custos, a CONTRATADA demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovará o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se:

6.13.1. os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

6.13.2. as particularidades do contrato em vigência;

6.13.3. a nova planilha com variação dos custos apresentados;

6.13.4. indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;

6.13.5. índice específico, setorial ou geral, que retrate a variação dos preços relativos a alguma parcela dos custos dos serviços, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da Contratada.

6.13.6. A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

6.14. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

6.14.1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

6.14.2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

6.14.3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

6.15. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

6.16. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

6.17. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

6.18. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. A CONTRATADA prestará garantia no valor de **R$ 198.795,00 (cento e noventa e oito mil, setecentos e noventa e cinco reais)**, em uma das modalidades previstas no Artigo 56, § 1º, da Lei nº 8.666/93, correspondente a 5% (cinco por cento) de seu valor total, no prazo de 10 (dez) dias úteis, observadas as condições previstas no Edital.

7.2A garantia prevista em edital somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, conforme estabelecido no art. 19-A, inciso IV, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 02/2008, observada a legislação que rege a matéria.

8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Brasília - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Brasília/DF, 01 de fevereiro de 2017.

SILVINO HIPOLITO DA SILVA NETO
Advocacia-Geral da União
CONTRATANTE

JOSÉ GOMES FERREIRA FILHO
REAL JG SERVIÇOS GERAIS EIRELI
CONTRATADA

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2017-AGU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, E A EMPRESA REAL JG SERVIÇOS GERAIS EIRELI, NA FORMA ABAIXO:

PROCESSO Nº 00676.001152/2016-52

A **UNIÃO**, por intermédio da **ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**, instituída pela Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, representada pela **SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL**, instituída pelo Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010, com Sede no Setor de Indústrias Gráficas, Quadra 06, Lote 800, Brasília/DF, Cep: 70.610-460, inscrita no CNPJ nº **26.994.558/0068-30**, e consoante delegação de competência conferida pela Portaria nº 60, de 4 de fevereiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União em 09 de fevereiro de 2011, representada neste ato, pelo Superintendente Regional de Administração no Distrito Federal, Senhor **EVERSON PINTO DA SILVA**, nomeado pela Portaria nº212, de 28 de março de 2019, publicada no Diário Oficial da União, em 01 de abril de 2019, doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa **REAL JG SERVIÇOS GERAIS EIRELI**, inscrita no **CNPJ nº 08.247.960.0001-62**, com Sede na SIBS, Quadra 01, Conjunto A, Lote 2 Térreo, Telefone: (61) 3363-7575 - **e-mail: comercial@realdp.com.br** e **realdp2008@hotmail.com**, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pela Senhora **FLÁVIA MACENA DE SOUSA**, portador de cédula identidade nº 277.181, expedida pela SSP/DF e do CPF nº 029.999.161.08, Diretora Administrativa e tendo em vista o que consta no Processo nº **00676.001152/2016-52,** e em observância às disposições contidas na Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo, decorrente do **Pregão nº 20/2016-AGU,** mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto **prorrogar** o prazo de vigência do Contrato nº **003/2017-AGU** por mais 12 (doze) meses, tendo por termo inicial o dia 1º de fevereiro de 2020 e final o dia 1º de fevereiro de 2021, bem como **acrescer,** na data de sua assinatura**,** 10 (dez) postos de auxiliar administrativo e 02 (dois) postos de operador de máquina reprográfica, nos termos do inciso II do artigo 57, do inciso I, alínea b e § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 738

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 739

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

Pelos serviços executados, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, os valores mensais descritos na tabela abaixo, perfazendo o valor total anual de **R$ 5.348.895,07** (cinco milhões trezentos e quarenta e oito mil oitocentos e noventa e cinco reais e sete centavos), estando nele incluídas todas as despesas necessárias à sua perfeita execução.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – Com a acréscimo, o contrato passa a viger com a seguinte estrutura de preços e postos de trabalho.

QUADRO RESUMO - de 1º a 10/02/2020					
Tipo de Serviço	**Valor Proposto por Posto**		**Quantidade de Postos**	**Valor Total do Serviço**	
Auxiliar Administrativo	R$	3.528,32	90	R$	317.548,80
Auxiliar Administrativo Acréscimo 5 Postos (2º TAD)	R$	3.534,98	5	R$	17.674,90
Auxiliar Administrativo Acréscimo 2 Postos (3º TAD)	R$	3.534,98	2	R$	7.069,96
Auxiliar Administrativo Acréscimo 10 Postos (4º TAD)	R$	3.534,98	10	R$	35.349,80
Subtotal Aux. Administrativo			107	R$	377.643,46
Almoxarife	R$	4.552,93	2	R$	9.105,86
Carregador de Móveis	R$	3.481,95	5	R$	17.409,75
Op. Máq. Reprográfica	R$	3.456,99	8	R$	27.655,92
Op. Máq. Reprográfica Acréscimo 2 postos (4º TAD)	R$	3.463,43	2	R$	6.926,86
Subtotal Op. Máq. Reprográfica			10	R$	34.582,78
Encarregado Geral	R$	7.040,18	1	R$	7.040,18
VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS				**R$**	**445.782,03**
SUBTOTAL A (Valor Mensal do Serviço x 10 dias)				**R$**	**148.594,01**

QUADRO RESUMO – de 11/02 a 13/06/2020					
Tipo de Serviço	**Valor Proposto por Posto**		**Quantidade de Postos**	**Valor Total do Serviço**	
Auxiliar Administrativo	R$	3.528,32	95	R$	335.190,40
Auxiliar Administrativo Acréscimo 2 Postos (3º TAD)	R$	3.534,98	2	R$	7.069,96
Auxiliar Administrativo Acréscimo 10 Postos (4º TAD)	R$	3.534,98	10	R$	35.349,80
Subtotal Aux. Administrativo			107	R$	377.610,16
Almoxarife	R$	4.552,93	2	R$	9.105,86
Carregador de Móveis	R$	3.481,95	5	R$	17.409,75
Op. Máq. Reprográfica	R$	3.456,99	8	R$	27.655,92
Op. Máq. Reprográfica Acréscimo 2 postos (4º TAD)	R$	3.463,43	2	R$	6.926,86
Subtotal Op. Máq. Reprográfica			10	R$	34.582,78
Encarregado Geral	R$	7.040,18	1	R$	7.040,18
VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS				**R$**	**445.748,73**
SUBTOTAL B (Valor Mensal do Serviço x 4 meses e 3 dias)				**R$**	**1.827.569,79**

QUADRO RESUMO – a partir de 14/06/2020					
Tipo de Serviço	**Valor Proposto por Empregado**		**Quantidade de empregados por posto**	**Valor Proposto por Posto**	
Auxiliar Administrativo	R$	3.528,32	97	R$	342.247,04
Auxiliar Administrativo Acréscimo 10 Postos (4º TAD)	R$	3.534,98	10	R$	35.349,80
Subtotal Aux. Administrativo			107	R$	377.596,84
Almoxarife	R$	4.552,93	2	R$	9.105,86
Carregador de Móveis	R$	3.481,95	5	R$	17.409,75
Op. Máq. Reprográfica	R$	3.456,99	8	R$	27.655,92
Op. Máq. Reprográfica Acréscimo 2 postos (4º TAD)	R$	3.463,43	2	R$	6.926,86
Subtotal Op. Máq. Reprográfica			10	R$	34.582,78
Encarregado Geral	R$	7.040,18	1	R$	7.040,18
VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS				**R$**	**445.735,41**
SUBTOTAL C (Valor Mensal do Serviço x 7 meses e 17 dias)				**R$**	**3.372.731,27**
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA (Subtotal A + B + C)				**R$**	**5.348.895,07**

CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente termo estão previstas no Orçamento da União para o presente exercício, e serão programadas no exercício subsequente, à conta de dotação orçamentária própria para atender despesas da mesma natureza, na classificação abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO: 107805
NATUREZA DE DESPESA: 339039
PLANO INTERNO: AGU0050
NOTA DE EMPENHO: 2019NE800151 **EMISSÃO:** 1ºFev19
VALOR: R$ 26.729,76

PROGRAMA DE TRABALHO: 107805
NATUREZA DE DESPESA: 339039
PLANO INTERNO: AGU0057
NOTA DE EMPENHO: 2019NE800153 **EMISSÃO:** 1ºFev19
VALOR: R$ 8.795,16

PROGRAMA DE TRABALHO: 107805
NATUREZA DE DESPESA: 339039
PLANO INTERNO: AGU0057
NOTA DE EMPENHO: 2019NE800154 **EMISSÃO:** 1ºFev19
VALOR: R$ 16.826,35

PROGRAMA DE TRABALHO: 107805
NATUREZA DE DESPESA: 339039
PLANO INTERNO: AGU0057
NOTA DE EMPENHO: 2019NE800155 **EMISSÃO:** 1ºFev19
VALOR: R$ 313.687,87

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 740

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 741

CLÁUSULA QUARTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

Como garantia integral de todas as obrigações assumidas, a **CONTRATADA** prestará, na assinatura deste instrumento, garantia no valor de **R$ 267.444,75** (duzentos e sessenta e sete mil quatrocentos e quarenta e quatro reais e setenta e cinco centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total deste instrumento, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1°, da Lei n° 8.666/93, conforme abaixo:

I. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
II. Seguro-garantia
III. Fiança bancária.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – A **CONTRATADA** deverá apresentar a Garantia no prazo máximo de **10 (dez)** dias úteis, prorrogáveis por igual período, a contar da data de assinatura do instrumento contratual, devendo a validade da garantia ultrapassar em 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - A garantia oferecida deverá permanecer íntegra ao longo de toda execução do contrato. Caso seja utilizada para caucionar os interesses da **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** deverá reapresentá-la em 48h (quarenta e oito) horas, nos exatos termos inicialmente pactuados;

SUBCLÁUSULA TERCEIRA – É vedado à **CONTRATADA** pactuar com terceiros, cláusulas de não ressarcimento ou não liberação do valor dado em garantia de multas contratuais e decorrentes do inadimplemento de obrigações trabalhistas e previdenciárias previstas na legislação pertinente;

SUBCLÁUSULA QUARTA - A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a **CONTRATADA** pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação;

SUBCLÁUSULA QUINTA - Caso o pagamento de que trata a subcláusula anterior não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para pagamento das verbas trabalhistas diretamente pela Administração;

SUBCLÁUSULA SEXTA - A garantia somente será liberada após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais.

CLÁUSULA QUINTA - RATIFICAÇÃO

Ratificam-se as demais cláusulas e condições previstas no contrato original, não conflitantes com as disposições do presente instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação deste instrumento de Contrato, por extrato, no Diário Oficial da União, até o 5° (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

CLÁUSULA SÉTIMA – FORO

O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste termo será o da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal.

E por estarem de acordo, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Brasília/DF, 31 de janeiro de 2020.

EVERSON PINTO DA SILVA
Advocacia-Geral da União
CONTRATANTE

FLÁVIA MACENA DE SOUSA
Real JG Serviços Gerais EIRELI
CONTRATADA

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 742

MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS
COORDENAÇÃO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
DIVISÃO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Brasília, 06 de agosto de 2020.

1. Atestamos para os devidos fins, que a empresa REAL JG SERVIÇOS GERAIS EIRELI, inscrita no CNPJ n° 08.247.960/0001-62, localizada no Setor de Indústria Bernardo Sayão –SIBS, Quadra 01, Conjunto B Lote 16, Núcleo Bandeirante, CEP 71.736-102, Brasília -DF, presta serviços ao Ministério da Infraestrutura, inscrito sob o CNPJ nº 37.115.342/0001-67, situado no Bloco "R" da Esplanada dos Ministérios, Brasília/DF, 70044-902, na forma discriminada abaixo:

2. **DADOS DO CONTRATANTE**

Razão Social: Ministério da Infraestrutura

CNPJ: 37.115.342/0001-67

Endereço: Sede Bloco "R" da Esplanada dos Ministérios, Brasília/DF

Telefone: (61) 2029-7276

3. **DADOS DO CONTRATO**

Processo: Nº 50000.007380/2015-76.

Contrato: Nº 14/2015

Pregão Eletrônico: Nº 05/2015

Vigência Inicial: 16/06/2019 a 16/06/2020;

Prorrogado de 16/06/2019 a 16/06/2020, conforme 4º termo aditivo.

4. **OBJETO**

O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços técnicos profissionais, envolvendo atividades de condução, limpeza e conservação de veículos (motorista e lavador), cabinagem de elevadores (ascensoristas) e jardinagem (jardineiros), a serem executados de forma continua para atender as necessidades do Ministério dos Transportes em Brasília/DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

QUADRO EFETIVO DE PESSOAL

Item	Tipo de serviço	Qtde. de postos
1	Ascensorista CBO 5141-05	2

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855182) SEI 25070.066488/2021-39 / pg. 44

2	Motorista de carro pesado CBO 7823-10	1
3	Supervisor Motorista CBO 3423-05	1
4	Motorista de carro Executivo CBO 7823-0	26
5	Jardineiro CBO 6220-10	2
6	Lavador de Veículo CBO 5199-35	2
TOTAL		**34**

5. Atestamos ainda, que tais serviços foram executados de forma satisfatória não existindo, em nossos registros, fatos que desabonem sua conduta, capacidade técnica e responsabilidade com as obrigações contratuais assumidas.

(assinado eletronicamente)
Adolfo Moreira de Melo Neto
Gestor do Contrato

Documento assinado eletronicamente por **Adolfo Moreira de Melo Neto**, **Chefe da Divisão de Atividades Administrativas**, em 06/08/2020, às 16:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3°, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2673922** e o código CRC **5E0CCF6F**.

Referência: Processo nº 50000.007380/2015-76

SEI nº 2673922

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Subsolo - Bairro Asa Norte
Brasília/DF, CEP 70044-902
Telefone: (61) 2029-7276 - www.infraestrutura.gov.br

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 745

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

CONTRATO N.º 14/2015 - MT
UNIDADE INTERESSADA: COAA

TERMO DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS, ENVOLVENDO ATIVIDADES DE CONDUÇÃO, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E A EMPRESA REAL JG – SERVIÇOS GERAIS LTDA

A União, por intermédio do(a) **MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES**, com sede no no Bloco "R" da Esplanada dos Ministérios, Brasília/DF, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 37.115.342/0001–67, neste ato representado(a) pelo seu Subsecretário de Assuntos Administrativos, o Senhor **MOACYR ROBERTO DE LIMA**, portador da Carteira de Identidade n.º 331.774, expedida pela SSP/DF e CPF/MF n.º 029.720.187-53, no uso das atribuições conferidas pela Portaria Casa Civil/PR n.º 1.325, de 15/08/2011, publicada no D.O.U. de 16/08/2011 e da subdelegação de competência que lhe confere a Portaria/SE/MT n.º 281, de 05/10/2010, publicada no D.O.U. nº 192, de 06/10/2010, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **REAL JG – SERVIÇOS GERAIS LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.247.960/0001-62, sediado(a) na SIBS, Quadra 01, Conjunto D, Lote 1/6, Térreo, Núcleo Bandeirante/DF, CEP: 71.710-350, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sócio Diretor, o Sr. José Gomes Ferreira Filho, portador(a) da Carteira de Identidade nº 2.069.794, expedida pelo SSP/DF, e CPF nº 718.246.931-68, tendo em vista o que consta no Processo nº **50000.007380/2015-76** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010 e suas alterações, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007 e do Decreto nº 6.204, de 05 de setembro de 2007 resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão nº 05/2015**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

I - O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços técnicos profissionais, envolvendo atividades de condução, limpeza e conservação de veículos (motorista e lavador), cabinagem de elevadores (ascensoristas) e jardinagem (jardineiros), a serem executados de forma contínua para atender as necessidades do Ministério dos Transportes em Brasília/DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 746

II - Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição;

III - Objeto da contratação:

Item	Categoria Profissional	Escala de trabalho (horas)	Quant. de postos de trabalho	Preço do posto-R$	Preço de cada profissional	Número de Profiss. por posto de trabalho	Preço mensal	Preço anual
1.	Ascensorista CBO 5141-05	Item 1 - posto de 30 horas semanais – de segunda a sexta-feira (ascensorista)	1	R$ 5.551,39	R$ 2.775,69	02 (dois)	R$ 5.551,38	**R$ 66.616,56**
2.	Motorista de carro pesado. CBO 7823-10	Item 2 – posto de 44 horas semanais de segunda a sexta-feira (motorista de carro pesado)	1	R$ 4.690,36	R$ 4.690,36	01 (um)	R$ 4.690,36	**R$ 56.284,32**
3.	Supervisor Motorista CBO 3423-05	Item 3- posto de 44 horas semanais – de segunda a sexta-feira (Supervisor Motorista)	1	R$ 5.855,44	R$ 5.855,44	01 (um)	R$ 5.855,44	**R$ 70.265,28**
4.	Motorista de carro Executivo CBO 7823-05	Item 4- posto de 44 horas semanais – de segunda a sexta-feira (Motorista de carro Executivo)	1	R$ 121.939,84	R$ 4.689,99	26 (vinte e seis)	R$ 122.345,84	**R$ 1.468.150, 08**
5.	Jardineiro CBO 6220-10	Item 5 - posto de 44 horas semanais - de segunda a sexta-feira (jardineiro)	1	R$ 7.735,40	R$ 3.867,70	02 (dois)	R$ 7.698,58	**R$ 92.382,96**
6.	Lavador de Veículo CBO – 5199-35	Item 6 - posto de 44 horas semanais de segunda a sexta-feira (lavador)	1	R$ 6.190,97	R$ 3.095,49	02 (dois)	R$ 5.777,16	**R$ 69.325,92**
TOTAL MENSAL							**R$ 151.918,76**	
TOTAL ANUAL							**R$ 1.823.025,12**	

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 747

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

I - O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

I.I - Os serviços tenham sido prestados regularmente;

I.II - A Administração mantenha interesse na realização do serviço;

I.III - O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e

I.IV - A **CONTRATADA** manifeste expressamente interesse na prorrogação.

I.V - A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

II - A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

I - O valor mensal da contratação é de **R$ 151.918,76** (cento e cinquenta e um mil, novecentos e dezoito reais e setenta e seis centavos), perfazendo o valor total de **R$ 1.823.025,12** (um milhão, oitocentos e vinte e três mil, vinte e cinco reais e doze centavos);

II - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação;

CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa com a execução do presente Contrato correrá à conta de créditos orçamentários consignados a cargo do Ministério dos Transportes na Lei Orçamentária Anual n.º 13.115, de 20/04/2015, Programa de Trabalho: 26122212620000001, Fonte: 0100000000, Natureza da Despesa: 339037, tendo sido emitida a Nota de Empenho n.º 2015NE800326, de 26/05/2015, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), podendo ser emitidos empenhos de reforço, independentemente de termos aditivos;

Parágrafo Único - As despesas a serem realizadas nos exercícios futuros terão seus créditos indicados em apostilamentos, conforme estabelece o artigo 30 da IN n.º 02, de 30/04/2008.

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

O prazo para pagamento à **CONTRATADA** e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital.

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 748

CLÁUSULA SEXTA – REPACTUAÇÃO

Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela **CONTRATADA** e observado o interregno mínimo de 01 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado neste Termo de Contrato será repactuado, competindo à **CONTRATADA** justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da **CONTRATANTE**, na forma estatuída no Decreto n° 2.271, de 1997, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 2, de 2008;

II - A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço;

III - O interregno mínimo de 01 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

III.I - Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

III.II - Para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

III.III - Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

IV - Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

V - O prazo para a **CONTRATADA** solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação;

VI - Caso a **CONTRATADA** não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação;

VII - Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

VII.I - Da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 749

VII.II - Do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

VII.III - Do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

VIII - Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à **CONTRATANTE** ou à **CONTRATADA** proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão;

IX - Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação;

X - É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva;

XI - A **CONTRATANTE** não se vincula às disposições contidas em acordos e convenções coletivas que não tratem de matéria trabalhista;

XII - Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, a **CONTRATADA** efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato;

XIII - Quando a repactuação referir-se aos demais custos, a **CONTRATADA** demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovará o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se:

XIII.I - Os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

XIII.II - As particularidades do contrato em vigência;

XIII.III - A nova planilha com variação dos custos apresentados;

XIII.IV - Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;

XIII.V - Índice específico, setorial ou geral, que retrate a variação dos preços relativos a alguma parcela dos custos dos serviços, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da **CONTRATADA**;

XIII.VI - A **CONTRATANTE** poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela **CONTRATADA**;

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 750

XIV - Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

XIV.I - A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

XIV.II - Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

XIV.III - Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras;

XV - Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente;

XVI - A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos;

XVII - O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a **CONTRATADA** não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela **CONTRATANTE** para a comprovação da variação dos custos;

XVIII – As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

I - A **CONTRATADA** prestará garantia no valor de **R$ 91.151,25** (noventa e um mil, cento e cinquenta e um reais e vinte e cinco centavos), em qualquer das modalidades previstas no art. 56 da Lei nº 8.666/9, correspondente a 5% (cinco por cento) de seu valor total, no prazo de 10 (dez) dias, observadas as condições previstas no Edital;

II - Caso a **CONTRATADA** opte pela garantia indicada no inciso III, § 1º, do art. 56 da Lei n.º 8.666/93 deverá utilizar o "Modelo de Carta Fiança Bancária" anexado no contrato.

CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

O regime de execução dos serviços a serem executados pela **CONTRATADA**, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela **CONTRATANTE** são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

As obrigações da **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA** são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 751

CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

I - O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital;

II - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à **CONTRATADA** o direito à prévia e ampla defesa;

III - A **CONTRATADA** reconhece os direitos da **CONTRATANTE** em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993;

IV - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

IV.I - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

IV.II - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

IV.III - Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

I - É vedado à **CONTRATADA**:

I.I - Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

I.II - Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da **CONTRATANTE**, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

I - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

II - A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

III - As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes **CONTRATANTES** poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 752

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Brasília/DF - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Brasília/DF, 16 de junho de 2015.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
Contratante

MOACYR ROBERTO DE LIMA
Subsecretário de Assuntos Administrativos

REAL JG – SERVIÇOS GERAIS LTDA
Contratada

JOSÉ GOMES FERREIRA FILHO
Sócio Diretor

TESTEMUNHAS:

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 753

ANEXO I

MODELO DE CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA PARA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

1 - Pela presente, o (a) (nome da instituição fiadora) com sede em (endereço completo), por seus representantes legais infra-assinados, declara que se responsabiliza como FIADOR e principal pagador, com expressa renúncia dos benefícios estatuídos no Artigo 827, do Código Civil Brasileiro, da empresa (nome da empresa), com sede em (endereço completo), até o limite de R$ (valor da garantia) (valor por escrito) para efeito de garantia à execução do Contrato nº (número do contrato, formato xx/ano), decorrente do processo licitatório (modalidade e número do instrumento convocatório da licitação - ex.: PE nº (xx/ano), firmado entre a AFIANÇADA e o Ministério dos Transportes para (objeto da licitação), tendo este FIADOR plena ciência dos termos do referido Edital licitatório e das cláusulas contratuais.

2 - A fiança ora concedida deverá possuir validade de **3 (três) meses após** o término da vigência contratual, sendo que tais disposições encontram-se elencadas na IN 02/08 no art. 19, XIX, b, e visa garantir o cumprimento, por parte de nossa AFIANÇADA, de todas as obrigações estipuladas no contrato retromencionado, abrangendo o pagamento de:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
b) prejuízos causados à Administração contratante ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração contratante à AFIANÇADA; e
d) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela AFIANÇADA.

3 - Esta fiança é valida pelo prazo de 15 meses contados do início da vigência do contrato, vencendo-se, portanto em (data).

4 - Na hipótese de inadimplemento de qualquer das obrigações assumidas pela AFIANÇADA, o (a) (nome da instituição fiadora) efetuará o pagamento das importâncias que forem devidas, no âmbito e por efeito da presente fiança, até o limite acima estipulado, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento de comunicação escrita do Ministério dos Transportes.

5 - A comunicação de inadimplemento deverá ocorrer até o prazo máximo de 90 (dias) após o vencimento desta fiança.

6 - Nenhuma objeção ou oposição da nossa AFIANÇADA será admitida ou invocada por este FIADOR com o fim de escusar-se do cumprimento da obrigação assumida neste ato e por este instrumento perante o Ministério dos Transportes.

7 - Obriga-se este FIADOR, outrossim, pelo pagamento de quaisquer despesas judiciais e/ou extrajudiciais, bem assim por honorários advocatícios, na hipótese do Ministério dos Transportes se ver compelido a ingressar em juízo para demandar o cumprimento da obrigação a que se refere a presente fiança.

8 - Se, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a data de vencimento desta fiança, o (a) (nome da instituição fiadora) não tiver recebido do Ministério dos Transportes qualquer comunicação relativa a inadimplemento da AFIANÇADA, ou termo circunstanciado de que a AFIANÇADA cumpriu todas as cláusulas do contrato, acompanhado do original desta Carta de Fiança, esta fiança será automaticamente extinta, independentemente de qualquer formalidade, aviso, notificação judicial ou extrajudicial, deixando, em consequência, de produzir qualquer efeito e ficando o FIADOR exonerado da obrigação assumida por força deste documento.

9 - Declara, ainda, este FIADOR, que a presente fiança está devidamente contabilizada e que satisfaz às determinações do Banco Central do Brasil e aos preceitos da legislação bancária aplicáveis e, que, os signatários deste Instrumento estão autorizados a prestar a presente fiança.

10 - Declara, finalmente, que está autorizado pelo Banco Central do Brasil a expedir Carta de Fiança e que o valor da presente se contém dentro dos limites que lhe são autorizados pela referida entidade federal.

(Assinaturas autorizadas)

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 754

AUTORIZAÇÃO COMPLEMENTAR AO CONTRATO Nº XXXX

REAL JG – SERVIÇOS GERAIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 08.247.960/0001-62, por intermédio de seu representante legal, o Sr. José Gomes Ferreira Filho, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.069.794 e do CPF nº 718.246.931-68, **AUTORIZA**, para os fins dos artigos 19-A e 35 da Instrução Normativa nº 02, de 30/04/2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e dos dispositivos correspondentes do Edital:

1) que os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas devidos aos trabalhadores alocados na execução do contrato sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da **CONTRATADA**, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis, conforme o artigo 19-A, inciso V, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2/2008;

2) que os valores provisionados para o pagamento de férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados na execução do contrato sejam destacados do valor mensal e depositados em conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação e aberta em nome da empresa junto a instituição bancária oficial, conforme o artigo 19-A, inciso I, e Anexo VII, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2/2008;

3) que a CONTRATANTE utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a CONTRATADA não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, conforme artigos 19, XIX, e 35, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2/2008.

Brasília/DF, 16 de junho de 2015

REAL JG – SERVIÇOS GERAIS LTDA
Contratada

JOSÉ GOMES FERREIRA FILHO
Sócio Diretor

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 755

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 9/2015 - UASG 380053

Número do Contrato: 18/2012
Nº Processo: 46221001234201212.
CONCORRÊNCIA SISPP Nº 1/2012. Contratante: MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO -MTB. CNPJ Contratado: 86808243000176. Contratado : AMT ENGENHARIA LTDA -Objeto: O acrescimo de 2,26% e a supressão de 2,08% do valor originalmente contratado. Fundamento Legal: Lei 8666/93 e suas posteriores alterações e demais normas que regem a espécie . Vigência: 17/06/2015 a 01/08/2015. Valor Total: R$416,79. Fonte: 100000000 - 2015NE800149. Data de Assinatura: 09/06/2015.

(SICON - 16/06/2015) 380018-00001-2015NE900001

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 8/2015 - UASG 380053

Nº Processo: 46221003188201539 . Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de Brasão da Republica para fachada, Placas de Identificação interna, postes e lixeiros de identificação externa, bases, mastros e bandeiras do Brasil e do Estado de Sergipe para a futura sede desta SRTE/SE e para as Gerências/Agencias do Interior do Estado, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital. Total de Itens Licitados: 00016. Edital: 17/06/2015 de 08h00 às 12h00 e de 14h às 17h00. Endereço: Rua Joao Pessoa N. 127 - Centro Centro - ARACAJU - SE. Entrega das Propostas: a partir de 17/06/2015 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br.. Abertura das Propostas: 30/06/2015 às 09h00 site: www.comprasnet.gov.br.

PATRICIA DANTAS DE CARVALHO
Pregoeira

(SIDEC - 16/06/2015) 380018-00001-2015NE900001

Ministério do Turismo

SECRETARIA EXECUTIVA SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 18/2015 - UASG 540004

Nº Processo: 72031000926201533.
INEXIGIBILIDADE Nº 9/2015. Contratante: MINISTERIO DO TURISMO -CNPJ Contratado: 10460019000174. Contratado : PROMO INTELIGENCIA TURISTICA - EIRELI Objeto: Locação de espaço e montagem de 600m e cenografia na Mostra Viajar 2015, que será realizada no Pavilhão das Culturas Brasileiras, Parque Ibirapuera, na cidade de São Paulo/SP,entreos dias 29 a 31 de maio de 2015. Fundamento Legal: Lei nº8.666/1993 . Vigência: 28/05/2015 a 25/08/2015. Valor Total: R$953.197,25. Fonte: 100000000 - 2015NE800442. Data de Assinatura: 28/05/2015

(SICON - 16/06/2015) 540004-00001-2015NE800020

Ministério dos Transportes

SECRETARIA EXECUTIVA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 20063/2015 - UASG 390015

Contrato nº 20060/2012. Processo nº 20-092599/BEL. PREGÃO SISPP Nº 52005/2012. Contratante: MINISTERIO DOS TRANSPORTES -CNPJ Contratado: 07622737000195. Contratado : UNIPART CENTRO DE COPIAS E LOCACAOLTDA - ME. Objeto: A UNIÃO, representada pelo Inventariante da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, comunica a prorrogação por 12 meses do contrato em epígrafe, referente a prestação de serviços reprográficos. Unidade Regional Belo Horizonte - URBEL. Fundamento Legal: Lei 8666/93, Art. 57, Inc. II. Vigência: 12/06/2015 a 12/06/2016. Valor Total: R$3.699,60. Fonte: 100000000 - 2015NE800633. Data de Assinatura: 11/06/2015.

(SICON - 16/06/2015) 390015-00001-2015NE000001

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 99062/2015 - UASG 390015

Contrato nº 99060/2013. Processo nº 99-154178/AG. PREGÃO SISPP Nº 59904/2013. Contratante: MINISTERIO DOS TRANSPORTES -CNPJ Contratado: 89624373000147. Contratado : ARANCIBIA TURISMO LTDA - EPP -Objeto: A UNIÃO, representada pelo Inventariante da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, comunica a prorrogação por 12 meses do contrato em epígrafe, referente a prestação de serviços de fornecimento de passagens aéreas. Administração Geral - AG. Fundamento Legal: Lei 8666/93, Art 57, Inc. II. Vigência: 23/06/2015 a 23/06/2016. Valor Total: R$458.690,40. Fonte: 100000000 - 2015NE800632. Data de Assinatura: 16/06/2015.

(SICON - 16/06/2015) 390015-00001-2015NE000001

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 59903/2015

A UNIÃO, representada pelo Inventariante da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, comunica o resultado da licitação em epígrafe. Licitante vencedor: ENGELAB INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA-ME, com preço total de R$ 15.999,96 (quinze mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa c seis centavos). Critério de julgamento: menor preço. Objeto: Contratação de serviço de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de informática (Computador RISC IBM RS/6000 modelo 59H, Computador RISC IBM RS/6000 modelo F50, Computdor RISC IBM RS/6000 modelo E20 e Unidade de Disco Array IBM 7137 modelo 105), pelo prazo de 12(doze) meses, para atender as necessidades da Administração Geral da Inventariança da extinta Rede Ferroviária Federal S.A.-RFFSA.

ANA LÚCIA SILVA CARDOSO VIRLA
Pregoeira

(SIDEC - 16/06/2015) 390015-00001-2015NE000001

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 14/2015 - UASG 390004

Processo nº 50000007180201576. PREGÃO SISPP Nº 5/2015. Contratante: MINISTERIO DOS TRANSPORTES -CNPJ Contratado: 08247960000162. Contratado : REAL JG - SERVICOS GERAIS LTDA -Objeto: Contratação de serviços técnicos profissionais, envolvendo atividades de condução, limpeza e conservação de veículos (motorista e lavador), cabinagem de elevadores (ascensoristas) e jardinagem (jardineiros), a serem executados de forma contínua para atender as necessidades do Ministério dos Transportes em Brasília/DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital. Fundamento Legal: LEI 8.666/1993. Vigência: 16/06/2015 a 15/06/2016. Valor Total: R$1.823.025,12. Fonte: 100000000 - 2015NE800326. Data de Assinatura: 16/06/2015.

(SICON - 16/06/2015) 390004-00001-2015NE000026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 15/2015 - UASG 390004

Processo nº 50000003291201540. PREGÃO SRP Nº 52/2014. Contratante: MINISTERIO DOS TRANSPORTES -CNPJ Contratado: 63859961000176. Contratado : MARAJO LOCACAO E SERVICOS LTDA - -ME. Objeto: Prestação de serviços continuados de locação de veículos, em âmbito nacional, exceto o Distrito Federal e entorno, especificamente da categoria(tipo executivo), item I(região Norte), para o transporte de autoridades e grupo de trabalho, em serviço, incluindo combustível e motorista devidamente habilitado, sem franquia de quilometragem, com vistas a atender às necessidades do Ministério dos Transportes, conforme Edital do pregão eletrônico para registro de preços n. 52/2014 do Ministério da Educação. Fundamento Legal: LEI 10520/2002 , Vigência: 12/06/2015 a 11/06/2016. Valor Total: R$161.920,00. Fonte: 100000000 - 2015NE800395. Data de Assinatura: 12/06/2015.

(SICON - 16/06/2015) 390004-00001-2015NE000026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 16/2015 - UASG 390004

Processo nº 50000003293201540. PREGÃO SRP Nº 52/2014. Contratante: MINISTERIO DOS TRANSPORTES -CNPJ Contratado: 37287521000181. Contratado : ABRIL TOUR VIAGENS E TURISMO LTDA-- ME. Objeto: Prestação de serviços continuados de locação de veículos, em âmbito nacional, exceto o Distrito Federal e entorno, especificamente da Categoria I(tipo executivo), itens III(região centro-oeste) e V(região Sul), e Categoria II(tipo van), itens VI(região Norte), VII(região nordeste), VIII(região centro-oeste) e IX (região Sudeste), conforme Edital do pregão eletrônico para registro de preços n. 52/2014 do Ministério da Educação. Fundamento Legal: LEI 10520/2002 . Vigência: 12/06/2015 a 11/06/2016. Valor Total: R$1.009.338,87. Fonte: 100000000 - 2015NE800394. Data de Assinatura: 12/06/2015.

(SICON - 16/06/2015) 390004-00001-2015NE000026

COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

EXTRATO DE APOSTILAMENTO Nº 2/2015

CONTRATO Nº 13/2014-MT; N.º PROCESSO: 50000.006892/2014-34, CONTRATANTE: MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, CNPJ CONTRATANTE: 37.115.342/0001-67, CONTRATADO: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO), CNPJ CONTRATADO: 01.914.093/0001-22; OBJETO: Reajuste dos preços. VALOR TOTAL: R$ 13.900,20 (treze mil e novecentos reais e vinte centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa de Trabalho: 26.122.2126.2000.0001, Elemento de Despesa: 3390-39, Fonte: 0100000000, Empenho n.º 2015NE800352, de 05/06/2015, no valor de R$ 11.274,61 (onze mil, duzentos e setenta e quatro reais e sessenta e um centavos); DATA DE ASSINATURA: 10/06/2015. ASSINA PELO CONTRATANTE: Moacyr Roberto de Lima - Subsecretário de Assuntos Administrativos.

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 6º Termo Aditivo ao Contrato nº 015/2011 Nº Processo: 50520.019089/2011-48 Contratante: Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. CPNJ Contratado: 94.331.832/0001-34. Contratado: BRASERV LTDA. Objeto: 1.1 a prorrogação do prazo de vigência do Contrato, por mais 12(doze) meses. 1.2 o reajuste do valor do Contrato. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993. Valor: R$ 84.362,64. Elemento de Despesa nº 339093 e 339039, PTRES 092240 e Fonte: 0250 - 22015NE000021 e 2015NE000008 - URRS (reforçada) - URRS. Data de Assinatura. 29/05/2015.

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS

AVISO Nº 34/2015
Para Conhecimento de Interessados

A Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros, com base na Resolução nº 18/2002, torna público, pelo presente AVISO, que foi protocolizado na Agência Nacional de Transportes Terrestres o seguinte pedido de implantação de seção:

Processo nº 50500.139926/2015-16, de 28/05/2015.
Requerente: VIAÇÃO GARCIA LTDA
Descrição sumária: A empresa solicita implantação das Seções DE: CORNÉLIO PROCÓPIO (PR) PARA: OURINHOS (SP), BAURU (SP), na linha MARINGÁ (PR) - BAURU (SP), prefixo 09-1420-00.

Fundamentos legais: Art. 6º do Título I da Resolução nº 18/2002.

Os terceiros interessados que tenham alegações a formular quanto ao referido pedido deverão apresentá-las, formalmente, ao Superintendente de Serviços de Transporte de Passageiros desta Agência, no prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados da publicação deste AVISO no Diário Oficial da União, sob pena de não o fazendo, ou fazendo-o intempestivamente, induzir-se o seu absoluto desinteresse relativamente à matéria nele tratada, tal como previsto na presente Resolução nº 18 Título I.

ALEXANDRE MUÑOZ LOPES DE OLIVEIRA
p/Superintendência

COMPANHIA DOCAS DO MARANHÃO ADMINISTRAÇÃO DA HIDROVIA DO PARAGUAI

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E A DJUDICAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 1/2015

Com base na documentação acostadas nos autos do Procedimento Administrativo Nº 001/2015, referente a Concorrência Nº 001/2015 Homologo e Adjudico o presente procedimento licitatório nos termos do art. 43, inciso VI da Lei 8.666/93, para que produzam efeitos jurídicos e legais. Vencedor JEED ENGENHARIA LTDA., que apresentou a proposta mais vantajosa, pelo valor de R$ 4.095.105,80 (Quatro milhões, noventa e cinco mil, cento e cinco reais e oitenta centavos).

Corumbá-MS, 16 de junho de 2015.
MARCOS DE SOUZA MARTINS
Superintendente

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

UNIDADE GESTORA: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.892.707/0001-00, representado pelo seu Diretor-Geral Interino, Senhor VALTER CASIMIRO SILVEIRA. ENTE FEDERADO BENEFICIADO: O Estado de Roraima, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 84.012.012/0001-26, neste ato representado pela sua Governadora Maria Suely Silva Campos, tendo como INTERVENIENTE-EXECUTORA: A Secretaria de Estado de Infraestrutura, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 84.012.012/0001-26, representado pelo seu titular, o Senhor Francisco Flamarion Portela. INSTRUMENTO: Termo de Compromisso TC-773/2009. ESPÉCIE: 4º Termo Aditivo. OBJETO: Retificação, e Prorrogação de prazo ao termo de compromisso, para execução de Serviços de restauração da Rodovia BR-210/RR. FUNDAMENTO LEGAL: O presente instrumento tem como fundamento legal a Lei nº 11.578, artigos 3º a 7º, de 26/11/2007, bem como as disposições da Lei nº 8.666/93, além dos dispositivos aplicáveis à transferência obrigatória. PRAZO: Prorrogação de prazo por mais 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias consecutivos, contados a partir de 25/05/2015 passando a vencer em 23/05/2016. EFICÁCIA: Este Termo terá eficácia a partir da data de sua publicação em extrato no DOU PROCESSO Nº 50600.014722/2009-05. DATA DA ASSINATURA: 22/05/2015.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00032015061700110

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 756

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Executiva
Secretaria de Gestão Corporativa
Diretoria de Administração e Logística
Coordenação-Geral de Licitações e Contratos
Esplanada dos Ministérios, Bloco F, Anexo B, 4º Andar, Sala 470 - Bairro Zona Cívico-Administrativo
CEP 70059-900 - Brasília/DF

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

NOME OU RAZÃO SOCIAL: REAL JG SERVIÇOS GERAIS EIRELI,

CNPJ: 08.247.960/0001-62

N° DO PROCESSO: 03110.012828/2016-27

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 42/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 78/2016

PERÍODO DE VIGÊNCIA: 02/01/2017 a 01/01/2020

VALOR GLOBAL ATUAL : R$ 4.845.759,00 (quatro milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, setecentos e cinquenta e nove reais).

1. OBJETO

Prestação de serviços de Auxiliar Administrativo nas dependências da CONTRATANTE, localizadas em Brasília/DF

2. FORMA DE EXECUÇÃO :

2.1) <u>Vigência e valor do Contrato</u>

- Vigência Inicial: 02/01/2017 a 01/01/2018, no valor de R$ 4.235.898,96 (quatro milhões duzentos e trinta e cinco mil oitocentos e noventa e oito reais e noventa e seis centavos).
- 1º Termo Aditivo: 02/01/2018 a 01/01/2019, R$ 4.566.154,67 (quatro milhões quinhentos e sessenta e seis mil cento e cinquenta e quatro reais e sessenta e sete centavos).
- 2º Termo Aditivo: 02/01/2019 a 01/01/2020 no valor de R$ 4.692.085,56 (quatro milhões, seiscentos e noventa e dois mil oitenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos).
- Termo de Apostilamento nº 3/2019, de 31/12/2019 (efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2019):

Posto	Qtde	Valor Unitário (R$)	Valor Mensal (R$)	Valor Anual (R$)
Auxiliar Administrativo	108	3.672,80	396.662,40	4.759.948,80
Encarregado Geral	1	7.150,85	7.150,85	85.810,20
Valor Total Anual				**4.845.759,00**

3. MANIFESTAÇÃO DO GESTOR OU FISCAL TÉCNICO QUANTO A EXECUÇÃO:

A empresa Real JG Serviços Gerais - EIRELI,, CNPJ nº 12.500.834/0001-45, por meio do Contrato Administrativo nº 78/2016,atendeu as demandas deste Ministério de forma satisfatória.

4. NADA CONSTA

Atestamos que a prestação dos serviços foram executados de acordo com o instrumento contratual e no prazo pactuado, não existindo, em nossos registros, até e presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade como as obrigações assumidas.

Documento assinado eletronicamente

MELISSA MARIA MARTINS DE CAMPOS

Coordenação-Geral de Licitação e Contratos

Documento assinado eletronicamente por **Melissa Maria Martins de Campos**, **Coordenador(a)-Geral**, em 10/06/2020, às 10:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8557930** e o código CRC **79267CDB**.

Referência: ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o Processo nº 14021.122224/2020-90. SEI nº 8557930

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 78/2016
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2016
PROCESSO Nº 03110.012828/2016-27

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO E A EMPRESA REAL JG SERVIÇOS GERAIS EIRELI.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "K" - Brasília/DF – CEP 70040-906, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.489.828/0003-17, por meio da Diretoria de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 8.818, de 21 de julho de 2016, e o Regimento Interno aprovado pelo Anexo II à Portaria GM/MP nº 220, de 25 de junho de 2014, neste ato representada pelo Diretor de Administração, Substituto, Senhor WESLEY JOSÉ GADÊLHA BEIER, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade nº 828.023, expedida pela SSP/DF e do CPF nº 352.027.181-87, residente e domiciliado em Brasília/DF, nomeado pela Portaria nº 2.338, de 15 de dezembro de 2016, publicada no D.O.U. de 16 de dezembro de 2016, doravante denominada CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa **REAL JG SERVIÇOS GERAIS EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **08.247.960/0001-62**, estabelecida no Setor de Indústria Bernardo Sayão – SIBS - Quadra 01 - Conjunto "A" - Lote 2 – Térreo - Núcleo Bandeirante – Brasília/DF – CEP 71736-101, daqui por diante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor JOSÉ GOMES FERREIRA FILHO, brasileiro, solteiro, portador do Documento de Identidade nº 016625, expedido pelo Conselho Regional de Administração do Distrito Federal – CRA/DF, e do CPF nº 718.246.931-68, residente e domiciliado em Brasília/DF, resolvem celebrar o presente Contrato, em conformidade com o que consta do Processo Administrativo nº 03110.012828/2016-27, referente ao Pregão Eletrônico nº 42/2016, com fundamento na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, no Decreto nº 2.271, de 07 de julho de 1997, no Decreto nº 3.722, de 09 de janeiro de 2001, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, no Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, na Instrução Normativa SLTI/MP nº 02, de 30 de abril de 2008, na Instrução Normativa SLTI/MP nº 02, de 11 de outubro de 2010, na Instrução Normativa SLTI/MP nº 03, de 16 de dezembro de 2011, na Lei nº 12.349, de 15 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, demais legislação correlata e mediante as Cláusulas e condições seguintes:

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 759

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de auxiliar administrativo, nas dependências da CONTRATANTE, localizadas em Brasília/DF, conforme especificações e condições constantes deste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA DA CONTRATADA

Vinculam-se ao presente Contrato, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão Eletrônico nº 42/2016, com seus Anexos, e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS LOCAIS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

1.1. Os serviços objeto deste Contrato serão executados, em Brasília/DF, nas seguintes instalações:

- Esplanada dos Ministérios – Bloco "K";
- Esplanada dos Ministérios – Bloco "C";
- SEPN Quadra 516 – Bloco "D" - Secretaria de Orçamento Federal;
- SGON Quadra 5 - Lotes 19/22;
- SAN Quadra 03 - Bloco "A" - DNIT.

1.2. Os serviços poderão, a critério da CONTRATANTE, ser prestados em outras locais administrados pela CONTRATANTE.

1.3. Excepcionalmente, com a devida justificativa, os serviços de Auxiliar Administrativo poderão ser executados, para acompanhamento da chefia imediata da CONTRATANTE, em outro local em Brasília, sendo que o custo com eventuais despesas de deslocamento será do Órgão respectivo da CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA – DA DEMANDA E ATENDIMENTO

1.1. Para fins de execução dos serviços, a CONTRATADA deverá alocar nas dependências da CONTRATANTE, recursos humanos de seu quadro, conforme abaixo relacionado, no quantitativo necessário ao atendimento à demanda de serviço.

1.2. Os profissionais serão distribuídos entre as unidades da CONTRATANTE conforme consta abaixo:

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 760

Quantitativo	Posto
108	Auxiliar Administrativo
01	Encarregado-Geral

1.3. Os serviços deverão ser prestados de segunda-feira a sexta-feira, no horário compreendido entre 7h e 22h, sendo que cada posto de serviço terá seu horário estabelecido e alterado de acordo com a conveniência administrativa, devendo ser feita escala de horário, de forma que melhor atenda aos serviços e que não exceda a carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais para cada posto.

1.4. Nos casos previstos no subitem anterior, em que haja alteração dos horários de funcionamento dos postos, a fiscalização oficializará a modificação à CONTRATADA para que promova os acertos necessários no prazo de 2 (dois) dias corridos contados do encaminhamento da informação.

1.5. A prestação dos serviços deverá seguir as normas vigentes da Consolidação das Leis Trabalhistas, as decisões da Justiça do Trabalho e as determinações da Convenção Coletiva vigente da categoria, do Ministério do Trabalho e Emprego e demais legislação aplicável.

1.6. Importa acrescentar que de acordo com a exigência aposta no § 3° do artigo 7° da IN/SLTI 02, de 30/04/2008, a função de Auxiliar Administrativo encontra-se definida no Código Brasileiro de Ocupações - CBO/MTE n° 4110-05. Além do Código Brasileiro de Ocupações - CBO/MTE n° 4101- 05 que trata do posto de Encarregado-Geral.

CLÁUSULA QUINTA – DA QUALIFICAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA DO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Os profissionais que forem disponibilizados pela CONTRATADA na prestação dos serviços deverão ter ensino fundamental completo e conhecimentos básicos de informática.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

1. Para execução dos serviços fica convencionado que, para cada Posto de Trabalho a ser contratado, envolverá 01 (um) profissional nas categorias constantes da Cláusula Quarta, com jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 761

2. Poder-se-á compensar os atrasos das horas faltantes dentro da mesma semana de trabalho, de acordo com a necessidade do setor, desde que não se ultrapasse o limite máximo da jornada diária estabelecida pela legislação.

3. Os postos de serviços não poderão ficar descobertos e, nas hipóteses de faltas do funcionário, a CONTRATADA deverá, no início da jornada do profissional, providenciar a disponibilização de um substituto, cujas qualificações sejam iguais àquelas definidas para o serviço contratado, estando o substituto devidamente identificado e uniformizado, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Contrato.

4. Os serviços de que trata o presente Contrato deverão ser executados com zelo e destreza, e de acordo com as descrições abaixo, inerentes a cada função, não eximindo a CONTRATADA da responsabilidade da execução de outras atividades atinentes ao objeto, a qualquer tempo e a critério da CONTRATANTE.

5. A CONTRATADA deverá iniciar de forma imediata, a execução dos serviços, a partir da data de vigência deste Contrato.

6. Compete ao Encarregado-Geral:

   a) Cumprir todas as normas e as determinações legais emanadas pela fiscalização do contrato.

   b) Coordenar, comandar e fiscalizar o bom andamento dos serviços; cuidar da disciplina, controlar a frequência e a apresentação pessoal dos empregados, bem como estar sempre em contato com a fiscalização do contrato.

   c) Orientar os empregados quanto à presteza no atendimento e cumprimento das normas internas editadas pela CONTRATANTE.

   d) Acompanhar diariamente as ocorrências registradas pelos profissionais e pelo Fiscal do Contrato.

   e) Exigir dos profissionais que trabalhem devidamente vestidos e dentro do padrão de eficiência e de higiene recomendável.

   f) Registrar e controlar, diariamente, a frequência e a pontualidade dos funcionários, bem como as ocorrências do posto de trabalho em que os mesmos estiverem prestando seus serviços.

   g) Providenciar a rendição dos profissionais, quando houver necessidade de se ausentarem dos seus postos e, em especial, nos casos previstos na legislação trabalhista.

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 762

h) Promover a imediata substituição de empregados, quando solicitado pela CONTRATANTE ou, em caso de falta, independentemente do motivo apresentado, no prazo de 01 (uma) hora após a notificação, devidamente uniformizado e portando crachá de identificação.

i) Acatar as exigências da fiscalização deste Contrato quanto à execução dos serviços, horários, providenciando a imediata correção das deficiências apontadas.

j) Substituir qualquer empregado, em caráter imediato, sempre que a conduta ou a qualidade dos seus serviços for julgada insatisfatória e prejudicial ao andamento dos serviços.

k) Executar outras tarefas correlatas desde que não configure desvio de função.

7. Compete ao Auxiliar Administrativo:

a) Auxiliar nas atividades da área administrativa dando suporte às atividades da Instituição.

b) Controlar a entrada e a saída de documentos e/ou materiais, sob orientação.

c) Inteirar-se dos trabalhos desenvolvidos em cada setor, visando orientar e facilitar a obtenção de dados, documentos ou outras solicitações dos superiores.

d) Operar equipamentos diversos, tais como: projetor multimídia; aparelhos de fax; máquinas fotocopiadoras/duplicadoras.

e) Receber, buscar, levar e distribuir internamente documentos, periódicos e correspondências.

f) Localizar, classificar e manter atualizado o acervo de documentos do setor ao qual está vinculado.

g) Zelar pela higiene, limpeza, conservação e boa utilização dos equipamentos e instrumentos utilizados.

h) Anotar e enviar recados.

i) Manter, organizar, classificar e atualizar arquivos, fichários, livros, publicações e outros documentos, para possibilitar controle e novas consultas.

j) Atender ao público em geral, averiguando suas necessidades para orientá-los e/ou encaminhá-los às pessoas e/ou setores competentes.

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 763

k) Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.

l) Permanecer nos postos de serviço, durante a jornada de trabalho, à disposição da CONTRATANTE e executar as tarefas solicitadas pelo Encarregado e repassadas pela CONTRATANTE.

m) Abster-se da execução de atividades alheias aos objetivos previstos neste Contrato.

n) Tratar as autoridades, servidores da CONTRATANTE, terceirizados, estagiários, colegas de trabalho e demais pessoas com educação, urbanidade, presteza, fineza e atenção.

o) Cumprir todas as normas e as determinações legais emanadas do Fiscal do Contrato da CONTRATANTE e repassadas pelo Encarregado da CONTRATADA.

p) Não prestar informações sobre endereço, hábitos e costumes dos servidores, assim como manter sigilo sobre informações obtidas durante o posto de trabalho.

q) Assumir diariamente o posto de trabalho devidamente vestido, e dentro do padrão de higiene recomendável.

r) Realizar entrega externa de correspondência e documentos institucionais, quando necessário e autorizado.

s) Efetuar serviços bancários e de correios no interesse da CONTRATANTE.

t) Executar outras atividades inerentes à função de Auxiliar Administrativo.

8. De acordo com a IN/SLTI nº 02/2008 e em função das características de execução de cada um dos serviços aqui tratados, admitir-se-á pela CONTRATANTE, em relação à pessoa encarregada da função, a notificação direta para a execução das tarefas previamente definidas e descritas em sua integralidade, não podendo tal notificação ser caracterizada como subordinação do profissional alocado no serviço com o servidor responsável.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO EQUIPAMENTO/MATERIAL

1. A CONTRATADA deverá fornecer em até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da vigência deste Contrato, sistema de ponto eletrônico

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 764

biométrico digital, tendo todos os funcionários cadastrados, objetivando comprovar a frequência e a eficiência na prestação de serviços.

2. O registro e o controle da frequência pelo sistema de registro de ponto eletrônico biométrico digital deverão ser estabelecidos conforme as diretrizes elencadas na Portaria MTE nº 1510/2009.

3. O programa de acesso ao sistema de ponto eletrônico biométrico digital deverá ser instalado no computador de uso do Encarregado a fim de que o mesmo tenha acesso aos dados e ao controle de frequência dos funcionários para as justificativas relacionadas aos atrasos, aos atestados, ou a pedido da fiscalização para dirimir eventuais dúvidas relacionadas à prestação dos serviços, em atendimento à alínea "aa", da Cláusula Oitava – Das Obrigações da CONTRATADA.

4. Caso o ponto eletrônico biométrico digital apresente defeito de qualquer espécie ou pane, ou queima, ou, ainda, por qualquer motivo, impeça o funcionário de registrar a frequência, a CONTRATADA deverá substituir o equipamento imediatamente por outro que atenda as especificações elencadas na Portaria MTE nº 1510/2009, sem prejuízo para o registro de frequência dos funcionários.

5. Fornecer o material de consumo necessário a perfeita execução dos serviços do Encarregado, inclusive o material a ser utilizado no computador disponibilizado pela CONTRATANTE. A CONTRATADA deverá fornecer a impressora, o toner e o papel, caso o Encarregado venha a utilizar.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. Compete à CONTRATADA:

   a) Implantar adequadamente o planejamento, a execução e a supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante.

   b) Alocar, no 1º (primeiro) dia da vigência do contrato, os empregados designados nos respectivos postos, nos horários fixados por cada setor da CONTRATANTE.

   c) Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões exigidos neste Contrato, para atender, sempre que houver necessidade, eventuais substituições/reposições, cabendo-lhe, ainda, impedir que a mão-de-obra que cometer falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantida na CONTRATANTE.

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 765

d) Acatar as exigências da fiscalização da CONTRATANTE quanto à execução dos serviços, horários, promovendo a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE, quanto à execução dos serviços contratados.

e) Cumprir a jornada de trabalho estabelecido pela CONTRATANTE, em conformidade com as leis trabalhistas.

f) Prestar esclarecimentos à CONTRATANTE, sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da prestação dos serviços contratados.

g) Encaminhar mensalmente à unidade fiscalizadora as Faturas dos serviços prestados, junto com a relação nominal dos empregados e os comprovantes exigidos no Item II do Anexo IV da Instrução Normativa SLTI/MP nº 02, de 30 de abril de 2008, sendo que para o cumprimento desta obrigação, deverão ser entregues as cópias dos comprovantes do mês anterior ao mês de referência da Fatura.

h) Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio da CONTRATANTE, por dolo, negligência, imperícia ou imprudência de seus empregados, ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias, contados a partir da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a CONTRATANTE reserva-se ao direito de descontar o valor do ressarcimento da Fatura do mês, sem prejuízo de poder denunciar o contrato, de pleno direito.

i) Orientar os funcionários para que se comportem sempre de forma cordial, e se apresentem sempre dentro dos padrões de higiene compatíveis com o local de prestação dos serviços.

j) Manter os funcionários devidamente identificados através do uso de crachás e uniformizados de forma condizente com o serviço a executar, fornecendo-lhes uniformes completos e dentro dos padrões de eficiência e higiene.

k) Submeter amostra do uniforme, em até 15 (quinze) dias contados do início da vigência do contrato, para aprovação por parte da CONTRATANTE do modelo, cor e qualidade do tecido, estando resguardada a CONTRATANTE o direito de exigir a substituição daqueles julgados inadequados, tendo a CONTRATADA a obrigatoriedade de apresentar nova amostra no dia subsequente ao da reprovação.

l) Os uniformes deverão conter o emblema da CONTRATADA, de forma visível, na camisa.

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 766

m) Após a aprovação, por parte da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá entregar os uniformes aos funcionários em até 30 (trinta) dias corridos. Nesse intervalo de tempo, a CONTRATADA deverá orientar os empregados para usarem traje adequado ao ambiente de trabalho.

n) A CONTRATADA deverá substituir os uniformes semestralmente, ou em prazo inferior se houver necessidade.

o) A CONTRATADA deverá, necessariamente, comprovar a entrega dos uniformes, mediante a apresentação de recibos nominais, devidamente assinados pelos beneficiários dos uniformes.

p) O conjunto de uniformes deverá ser composto da peça descrita no quadro abaixo:

CATEGORIA	UNIFORME	QUANTIDADE
Feminino e Masculino	Camisa gola polo de tecido de boa qualidade, mangas curtas, fechamento através de botões e um bolso chapado contendo logomarca da CONTRATADA bordada.	03

q) Os custos dos uniformes não poderão ser descontados do empregado pela CONTRATADA.

r) Os uniformes deverão ser entregues com todos os ajustes necessários, de acordo com as medidas de cada funcionário.

s) A CONTRATADA deverá, ainda, fornecer uniforme apropriados às empregadas gestantes, substituindo-os sempre que necessário.

t) Atribuir ao Encarregado as tarefas de coordenar, de comandar e de fiscalizar o bom andamento dos serviços, cuidar da disciplina, controlar a frequência e a apresentação pessoal dos empregados, bem como estar sempre em contato com a fiscalização do contrato que poderá ter acesso ao controle de frequência diária sempre que julgar necessário.

u) Adotar todos os critérios de segurança, tanto para os empregados, quanto para os serviços.

v) Providenciar para que todos os seus empregados cumpram as normas internas, especialmente aquelas relativas à segurança da CONTRATANTE onde será executado o serviço.

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 767

x) Promover a imediata substituição de empregados, quando solicitado pela CONTRATANTE ou, em caso de férias, faltas, independentemente do motivo apresentado, no prazo de 01 (uma) hora após a notificação, devidamente uniformizado e portando crachá de identificação.

y) Não autorizar em caso de demissão ou dispensa do funcionário o cumprimento do aviso prévio nas dependências da CONTRATANTE, ficando a CONTRATADA obrigada a cobrir o posto até que seja realizada nova contratação.

z) Realizar, às suas expensas, na forma da legislação aplicável, tanto no processo de admissão quanto ao longo da vigência do contrato de trabalho de seus empregados, os exames de saúde e preventivo exigidos, apresentando os respectivos comprovantes anualmente e/ou sempre que solicitado pela CONTRATANTE.

aa) Encaminhar diariamente à fiscalização os registros de ausências, coberturas e demais ocorrências decorridas na execução deste Contrato.

bb) Fornecer à fiscalização da CONTRATANTE relação nominal de licenças, faltas, se houverem, bem como a escala nominal de férias dos empregados e seus respectivos substitutos.

cc) Não permitir que seus funcionários executem quaisquer outras atividades durante o horário em que estiverem prestando serviço, bem como não tolerar, após a ciência por parte da fiscalização ou conhecimento prévio, que os mesmos deem ensejo a boato, difamação, especulação, falatório, que prejudiquem o andamento dos trabalhos na CONTRATANTE e o bom convívio com o servidores, os colegas de trabalho e demais colaboradores, aos quais prestam serviço à CONTRATANTE.

dd) Responsabilizar-se pelo transporte de seu pessoal até as dependências da CONTRATANTE e vice e versa, inclusive moradores do entorno de Brasília, por meios próprios ou mediante a concessão de vale transporte, na forma preconizada pelos arts. 2º e 4º do Decreto 95.247/1987. Em se tratando de concessão de vale transporte a CONTRATADA deverá fornecer o quantitativo de 01 (uma) única vez e a cada 30 (trinta) dias, compondo de vales de integração e circular, em caso de inexistência de linha direta para as unidades da CONTRATANTE.

ee) Responsabilizar-se pelo transporte de seu pessoal de sua residência até as dependências da CONTRATANTE, e vice versa, por meio próprios em caso de paralisação dos transportes coletivos, inclusive moradores

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 768

do entorno de Brasília, bem como nas situações onde se faça necessária a execução de serviços em regime extraordinário.

ff) Pagar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencimento, os salários dos empregados utilizados nos serviços contratados, bem como recolher, no prazo legal, os encargos decorrentes da contratação dos mesmos, e encaminhar juntamente com a Fatura mensal, os respectivos comprovantes.

gg) Responsabilizar-se pelo fornecimento de vale-refeição ou alimentação aos seus empregados, cujo entrega deverá ser efetuada de 01(uma) única vez e a cada 30 (trinta) dias.

hh) Apresentar, mensalmente à fiscalização, a relação nominal, devidamente assinada, de quitação integral do auxílio alimentação e do auxílio transporte de cada funcionário.

ii) Assumir a responsabilidade por todas as obrigações estabelecidas na legislação especifica de acidente de trabalhos, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas seus empregados na execução de serviços inerentes a este Contrato, ainda que acontecido nas dependências da CONTRATANTE.

jj) Assumir responsabilidade pelo pagamento dos salários, encargos sociais, fiscais, comerciais trabalhistas e previdenciários, bem como, pelos encargos previstos em vigor, obrigando-se a saldá-los nos casos legais, independentes do pagamento da Fatura/Nota Fiscal por parte da CONTRATANTE.

kk) Responder por todos os encargos de possível demanda trabalhista civil ou penal, relacionada a execução deste Contrato.

ll) Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

mm) Submeter, até o 10º (décimo) dia útil da execução do contrato, para conferência e identificação pela fiscalização da CONTRATANTE, as CTPS devidamente preenchidas e assinadas, juntamente com a relação nominal dos empregados que atuarão na execução dos serviços, mencionando os respectivos endereços e telefones residenciais e celulares, atualizando prontamente quaisquer alterações desses dados.

Esta obrigação deve também ser cumprida sempre que houver demissão/admissão/cobertura de novos empregados para prestação dos serviços constantes deste Contrato.

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 769

nn) Fornecer em até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da vigência do contrato, sistema de ponto eletrônico biométrico digital, tendo todos os funcionários cadastrados a fim de comprovar a frequência e a eficiência na prestação de serviços.

oo) Fornecer aos funcionários informações relativas ao registro da frequência do ponto eletrônico biométrico digital sempre que solicitado pelo empregado para o controle em relação às suas ausências.

pp) Autorizar a CONTRATANTE a fazer o desconto na Fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento das obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções previstas.

qq) Manter, em Brasília/DF, sede, filial ou representação dotada de infraestrutura técnica adequada, com recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

2. O atraso no pagamento de Fatura por parte da CONTRATANTE, decorrente de circunstâncias diversas, não exime a CONTRATADA de promover o pagamento dos empregados nas datas regulamentares.

3. Os empregados da CONTRATADA não terão nenhum vínculo com a CONTRATANTE, ficando sob a inteira responsabilidade os pagamentos e/ou ônus relativos a taxas, tributos, contribuições sociais, indenização trabalhista, vale transporte, vale refeição e outros encargos previstos em lei, incidentes ou decorrentes deste Contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Compete à CONTRATANTE:

a) Acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato e a execução dos serviços, por meio de um servidor especialmente designado, fazendo as anotações e registros de todas ocorrências e determinando o que for necessário a regularização das falhas ou defeitos observados, e ainda propor aplicações de penalidades e a rescisão do contrato, caso a CONTRATADA desobedeça qualquer das cláusulas estabelecidas neste Contrato.

b) Pagar, em conformidade com o contrato, a importância correspondente ao serviço prestado.

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 770

c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

d) Assegurar o acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados, aos locais em que devem executar as tarefas.

e) Exigir, a qualquer tempo, a seu critério, a comprovação das condições da CONTRATADA que ensejaram sua contratação, notadamente no tocante a qualificação econômico-financeira.

f) Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela credenciada.

g) Cumprir e exigir o cumprimento das disposições contidas nas cláusulas deste Contrato, podendo aplicar as penalidades previstas em lei pelo não cumprimento das obrigações contratuais ou execução insatisfatória dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO VALOR DO CONTRATO

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela prestação dos serviços, o valor mensal de R$ 352.991,58 (trezentos e cinquenta e dois mil novecentos e noventa e um reais e cinquenta e oito centavos), perfazendo o valor total para 12 (doze) meses de R$ 4.235.898,96 (quatro milhões duzentos e trinta e cinco mil oitocentos e noventa e oito reais e noventa e seis centavos), conforme demonstrativo abaixo:

DESCRIÇÃO/POSTO	TOTAL DE POSTOS	VALOR (R$)	
		UNITÁRIO MENSAL	TOTAL MENSAL
Auxiliar Administrativo	**108**	3.210,36	346.718,88
Encarregado-Geral	**1**	6.272,70	6.272,70
VALOR TOTAL GLOBAL MENSAL			**352.991,58**
VALOR TOTAL ANUAL			**4.235.898,96**

Parágrafo Único

No valor acima estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, comerciais, seguros e outras necessárias ao cumprimento integral do objeto contratado.

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 771

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA CONTA VINCULADA PARA A QUITAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Para a garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas, com base na súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho, a CONTRATANTE depositará, mensalmente, em conta vinculada específica, os valores provisionados para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da CONTRATADA envolvidos na execução deste Contrato, em consonância com os dispostos no art. 19-A, e no anexo VII, ambos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 02, de 30 de abril de 2008, com as alterações introduzidas pela Instrução Normativa SLTI/MP nº 06, de 23 de dezembro de 2013, e nº 03, de 24 de junho de 2014, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas seguintes condições:

a) parcial e anualmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários, quando devidos;

b) parcialmente, pelo valor correspondente as férias e ao 1/3 de férias, quando dos gozos de férias dos empregados vinculados a este Contrato;

c) parcialmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários proporcionais, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da demissão de empregado vinculado a este Contrato;

d) ao final da vigência deste Contrato, para o pagamento das verbas rescisórias; e

e) o saldo restante, com a execução completa deste Contrato, após a comprovação, por parte da CONTRATADA, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

Parágrafo Primeiro

As provisões para o pagamento dos encargos trabalhistas de que tratam esta Cláusula, poderão ser destacadas do valor mensal deste Contrato e depositados na mencionada conta vinculada, aberta em nome da CONTRATADA, no Banco do Brasil, bloqueada para movimentação.

Parágrafo Segundo

A movimentação da conta vinculada será mediante autorização da CONTRATANTE, exclusivamente para o pagamento dessas obrigações.

Parágrafo Terceiro

O montante do depósito vinculado será igual ao somatório dos valores das seguintes previsões:

a) 13º salário;

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 772

b) férias e um terço constitucional de férias;

c) multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e,

d) encargos sobre férias e 13° salário.

Parágrafo Quarto

Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas mencionados no parágrafo terceiro, desta Cláusula, depositados em conta vinculada deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à CONTRATADA.

Parágrafo Quinto

O montante de que trata o aviso prévio trabalhado, deverá ser integralmente depositado durante a 1ª (primeira) vigência do contrato em conformidade com a Lei n° 12.506/2011.

Parágrafo Sexto

A CONTRATADA poderá solicitar a autorização da CONTRATANTE para utilizar os valores da conta vinculada para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados ocorridas durante a vigência deste Contrato.

Parágrafo Sétimo

Para a liberação dos recursos da conta vinculada, para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados ocorridas durante a vigência deste Contrato, a CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

Parágrafo Oitavo

A CONTRATANTE expedirá, após a confirmação da ocorrência da situação que ensejou o pagamento de indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, a autorização para a movimentação da conta vinculada, encaminhando a referida autorização ao Banco do Brasil no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios da CONTRATADA.

Parágrafo Nono

A autorização de que trata o parágrafo anterior deverá especificar que a movimentação será exclusiva para a transferência bancária para a conta corrente dos trabalhadores favorecidos.

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060436/2021-29 / pg. 773

Parágrafo Décimo

A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

Parágrafo Décimo Primeiro

O saldo remanescente da conta vinculada será liberado à CONTRATADA, no momento do encerramento deste Contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

Parágrafo Décimo Segundo

Os valores provisionados para atendimento ao Parágrafo terceiro, desta Cláusula, serão discriminados conforme tabela abaixo:

Reserva Mensal para o Pagamento de Encargos Trabalhistas - Percentuais Incidentes Sobre a Remuneração

Item			
13° (décimo terceiro) salário	8,33% (oito vírgula trinta e três por cento)		
Férias e 1/3 Constitucional	12,10% (doze vírgula dez por cento)		
Multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado	5,00% (cinco por cento)		
Subtotal	25,43% (vinte e cinco vírgula quarenta e três por cento)		
Incidência do Submódulo 4.1 sobre férias, um terço constitucional de férias e 13° (décimo terceiro) salário*	7,39 % (sete vírgula trinta e nove por cento)	7,60% (sete vírgula seis por cento)	7,82% (sete vírgula oitenta e dois por cento)
TOTAL	**32,82% (trinta e dois vírgula oitenta e dois por cento)**	**33,03% (trinta e três vírgula zero três por cento)**	**33,25% (trinta e três vírgula vinte e cinco por cento)**

* Considerando as alíquotas de contribuição de 1% (um por cento), 2% (dois por cento) ou 3% (três por cento) referentes ao grau de risco de acidente do trabalho, previstas no art. 22, inciso II, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 774

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento dos serviços será efetuado, mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, pela CONTRATANTE, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada e depois de cumpridas as formalidades legais.

Parágrafo Primeiro

A CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal/Fatura até o 3º (terceiro) dia útil posterior ao dia 15 (quinze) de cada mês, considerado, para aferição do serviço, o período do dia 16 (dezesseis) do mês anterior até o dia 15 (quinze) do mês em curso.

Parágrafo Segundo

O período de aferição do serviço será encerrado no dia 15 (quinze), mesmo que inferior a 30 (trinta) dias.

Parágrafo Terceiro

No caso de a Nota Fiscal/Fatura ser apresentada após a data prevista no parágrafo primeiro, o prazo previsto no caput será acrescido do mesmo número de dias do atraso ocorrido.

Parágrafo Quarto

O pagamento dos salários dos empregados não está condicionado ao recebimento da Nota Fiscal/Fatura, e deverá ser efetivado até o 5º (quinto) dia útil, em horário bancário, do mês posterior ao da prestação dos serviços.

Parágrafo Quinto

As faltas ao serviço, a serem apontadas pelo Fiscal do Contrato, desde que a CONTRATADA não tenha promovido às devidas substituições, serão descontadas das parcelas mensais, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Contrato.

Parágrafo Sexto

O pagamento será creditado em conta corrente, por meio de ordem bancária a favor da instituição bancária indicada na Nota Fiscal/Fatura, devendo para isso ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

Parágrafo Sétimo

O pagamento será realizado mediante o ateste da Nota Fiscal/Fatura pela área responsável da CONTRATANTE.

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 775

Parágrafo Oitavo

Antes do pagamento, a CONTRATANTE realizará consulta on line ao SICAF e, se necessário, aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, devendo o resultado ser impresso e juntado ao processo de pagamento.

a) Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

b) Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

c) Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

d) Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

e) Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE, não será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF.

Parágrafo Nono

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Parágrafo Décimo

Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida a CONTRATADA, e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 776

Parágrafo Décimo Primeiro

Ocorrendo eventuais atrasos de pagamento, provocados exclusivamente pela CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

I = (TX/100) / 365

EM = I x N X VP

Onde:

I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da Dotação Orçamentária da União, para o exercício de 2016, nas seguintes classificações orçamentárias: 04.122.2125.2000.0001, PO 003, e 04.127.2038.20U4.0001, PO 0006, Natureza de Despesa 33.90.37.01, Fonte 0100. A despesa do exercício subsequente correrá à conta da Dotação Orçamentária consignada para essa atividade no respectivo exercício, ficando esta condicionada à previsão na LOA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA REPACTUAÇÃO

1. Os preços contratados poderão ser repactuados mediante solicitação da CONTRATADA, desde que a variação dos custos seja devidamente justificada e demonstrada em planilhas, cujos cálculos tomarão por base a variação dos custos ocorridos no período, observando o interregno mínimo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento a que a proposta se referir.

   1.1. A concessão de repactuação observará as disposições da legislação vigente, em especial da Lei nº 8.666/93, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 02/2008 e alterações, do Parecer AGU/JTB nº 01/2008 e dos Acórdãos do TCU nºs 1.563/2004 e 1.827/2008, ambos do Plenário.

2. Os componentes de custos apresentados em planilhas, por ocasião da abertura da licitação, serão referências para a análise da repactuação, não

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 777

sendo admitida a inclusão de qualquer elemento de custo que não esteja previsto nos componentes apresentados inicialmente, salvo os decorrentes de obrigações legais criadas posteriormente à assinatura deste Contrato.

3. A CONTRATADA deverá solicitar a repactuação até a data da prorrogação contratual do período subsequente, sendo que se não o fizer de forma tempestiva e, por via de consequência, prorrogar o contrato sem pleitear a repactuação, ocorrerá a preclusão do seu direito de repactuar os preços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GARANTIA

A CONTRATADA, de acordo com o disposto no art. 56 da Lei nº 8.666/93, deverá prestar garantia para assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor contratado, apresentando à CONTRATANTE, até 10 (dez) dias, contados da data de assinatura deste Contrato, comprovante de uma das seguintes modalidades:

a) caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

b) seguro – garantia; ou

c) fiança bancária.

Parágrafo Primeiro

No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado em qualquer agência da Caixa Econômica Federal, em conta específica com correção monetária, mediante depósito a crédito da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo

A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto deste Contrato;

b) prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA; e,

d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 778

Parágrafo Terceiro

A modalidade seguro garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no Parágrafo Segundo, desta Cláusula, observada a legislação que rege a matéria.

Parágrafo Quarto

Caso a opção seja por utilizar título da dívida pública como garantia, este deverá conter valor de mercado correspondente ao valor garantido e ser reconhecido pelo Governo Federal, constando entre aqueles previstos em legislação específica. Além disso, deverá estar devidamente escriturado em sistema centralizado de liquidação e custódia, nos termos do Art. 61 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, podendo a CONTRATANTE recusar o título ofertado, caso verifique a ausência desses requisitos.

Parágrafo Quinto

A garantia deverá ter validade de 15 (quinze) meses, a contar da data de assinatura deste Contrato, devendo ser renovada, tempestivamente, quando houver prorrogação contratual e complementada no caso de acréscimo previsto no art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Sexto

No caso de garantia na modalidade de carta de fiança, deverá constar da mesma expressa renúncia pelo fiador, aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

Parágrafo Sétimo

A CONTRATANTE fica autorizada a utilizar a garantia para corrigir imperfeições na execução do objeto deste Contrato ou para reparar danos decorrentes da ação ou omissão da CONTRATADA, ou de seu preposto, ou, ainda, para satisfazer qualquer obrigação resultante ou decorrente de suas ações ou omissões.

Parágrafo Oitavo

A autorização contida no parágrafo anterior é extensiva aos casos de multas aplicadas depois de esgotado o prazo recursal.

Parágrafo Nono

Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 03 (três) dias úteis contados da data em que tiver sido notificada da imposição de tal sanção.

Parágrafo Décimo

A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que caso esse pagamento não ocorra até o fim do 2º (segundo) mês após o encerramento da vigência

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 779

contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela CONTRATANTE, conforme estabelecido no artigo 19-A do inciso IV da IN/SLTI nº 02/2008.

Parágrafo Décimo Primeiro

A CONTRATADA terá sua garantia liberada ou restituída após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais assumidas.

Parágrafo Décimo Segundo

A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor deste Contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

Parágrafo Décimo Terceiro

O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº8.666, de 1993.

Parágrafo Décimo Quarto

O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

Parágrafo Décimo Quinto

A garantia será considerada extinta:

a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato; e

b) após o término da vigência deste Contrato, devendo o instrumento convocatório estabelecer o prazo de extinção da garantia, que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

Parágrafo Décimo Sexto

A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 780

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO E SUPERVISÃO DOS SERVIÇOS

O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, que serão exercidos por 01 (um) representante da CONTRATANTE, especialmente designado na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93 e do art. 6º do Decreto nº 2.271/97 e conforme IN/SLTI/MP nº 2/2008.

Parágrafo Primeiro

Não obstante a CONTRATADA ser a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços diretamente por Fiscal designado.

Parágrafo Segundo

A fiscalização registrará por meio eletrônico as ocorrências decorridas na execução deste Contrato, bem como qualquer anormalidade verificada, documentando ainda as reuniões realizadas com a CONTRATADA.

Parágrafo Terceiro

As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização serão encaminhadas à autoridade competente da CONTRATANTE para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no § 2º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA VEDAÇÃO AO NEPOTISMO

É vedada expressamente a contratação de familiar de agente público para prestar serviços no âmbito da CONTRATANTE, em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança. Tal vedação encontra-se prevista no Decreto nº 7.203/2010, conforme abaixo:

> *Art. 2º Para os fins deste Decreto considera-se:*
> *III - familiar: o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.*
> *Parágrafo único. Para fins das vedações previstas neste Decreto, serão consideradas como incluídas no âmbito de cada órgão as autarquias e fundações a ele vinculadas.*
>
> *Art. 3º No âmbito de cada órgão e de cada entidade, são vedadas as nomeações, contratações ou designações de familiar de Ministro de Estado, familiar da máxima autoridade administrativa correspondente ou, ainda, familiar de ocupante de cargo em comissão ou função de confiança de direção, chefia ou assessoramento, (...):*

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 781

Art. 6º Serão objeto de apuração específica os casos em que haja indícios de influência dos agentes públicos referidos no art. 3º:

II - na contratação de familiares por empresa prestadora de serviço terceirizado ou entidade que desenvolva projeto no âmbito de órgão ou entidade da administração pública federal.

Art. 7º Os editais de licitação para a contratação de empresa prestadora de serviço terceirizado, assim como os convênios e instrumentos equivalentes para contratação de entidade que desenvolva projeto no âmbito de órgão ou entidade da administração pública federal, deverão estabelecer vedação de que familiar de agente público preste serviços no órgão ou entidade em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita pela CONTRATANTE, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

b1) compensatória no percentual de 2% (dois por cento), do valor da Fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

b2) moratória no percentual correspondente a 0,10% (dez centésimos por cento), calculada sobre o valor total do Contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 2% (dois por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão deste Contrato;

b3) moratória no percentual de 2% (dois por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima;

b4) moratória no percentual de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, pela inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, até o limite de 2% (dois por cento), o que poderá ensejar a rescisão do Contrato.

b5) Além das multas descritas acima, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, serão aplicadas multas, conforme as infrações cometidas e o grau respectivo, sobre o valor mensal do Contrato, indicados nas tabelas abaixo:

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 782

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	0,2%
02	0,4%
03	0,8%
04	1,6%
05	3,2 %

INFRAÇÃO			
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**GRAU**	**PERIODICIDADE**
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal e/ou consequência letal	05	Por ocorrência
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais	04	Por dia e ocorrência
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados	02	Por empregado e ocorrência
4	Permitir a presença de empregado sem uniforme, com uniforme manchado, sujo ou mal apresentado e/ou sem crachá de identificação	01	Por empregado e ocorrência
5.	Retirar funcionários do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da CONTRATANTE	02	Por empregado e ocorrência
Para os itens a seguir, deixar de:			
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal	01	Por dia e ocorrência
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência	02	Por dia e ocorrência
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço	01	Por dia e empregado

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 783

9	Efetuar ao pagamento de salários, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato, nas datas	04	Por empregado e ocorrência
10	Fornecer vale transporte e vale alimentação na data correta	03	Por dia e empregado
11	Efetuar o pagamento do salário mensal até o 5° (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido	03	Por dia e empregado
12	Efetuar a reposição de funcionários faltosos	01	Por dia e empregado
13	Fornecer os uniformes para cada categoria, nas especificações, quantidades e prazos estabelecidos	01	Por ocorrência
14	Cumprir quaisquer itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador	02	Por dia, empregado e/ou ocorrência
15	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Edital/Contrato	01	Por ocorrência
16	Não providenciar a abertura da conta corrente vinculada junto ao Banco do Brasil no prazo previsto	01	Por dia e ocorrência
17	Comprovar o pagamento do 13° salário dos seus empregados, na forma do Contrato	02	Por dia e ocorrência
18	Recolher o FGTS dos empregados e as contribuições sociais previdenciárias	04	Por empregado e ocorrência

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorridos 02 (dois) anos.

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 784

Parágrafo Primeiro

O valor da multa poderá ser descontado da Nota Fiscal, da garantia, ou do crédito existente na CONTRATANTE em relação à CONTRATADA. Caso o valor da multa seja superior ao do crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

Parágrafo Segundo

Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada na forma da lei.

Parágrafo Terceiro

As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d' do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b", facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Quarto

A sanção estabelecida na alínea "d" do caput desta Cláusula é de competência exclusiva do Ministro de Estado, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

Parágrafo Quinto

A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela CONTRATANTE.

Parágrafo Sexto

No caso de aplicação das sanções estabelecidas no caput desta Cláusula, assim são definidas as possíveis faltas cometidas pela CONTRATADA:

a) **FALTAS LEVES**: Puníveis com a aplicação da penalidade de advertência e multas, caracterizando-se pela inexecução parcial de deveres de pequena monta, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízos relevantes aos serviços da CONTRATANTE e a despeito delas, a regular prestação dos serviços não fica inviabilizada.

b) **FALTAS GRAVES**: Puníveis com a aplicação das penalidades de advertência e multas, caracterizando-se pela inexecução parcial ou total das obrigações que acarretam prejuízos aos serviços da CONTRATANTE, inviabilizando total ou parcialmente a execução do contrato, notadamente em decorrência de conduta culposa da CONTRATADA.

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 785

c) **FALTAS GRAVÍSSIMAS:** Puníveis com a aplicação das penalidades de multa, impedimento de licitar e contratar com a CONTRATANTE pelo prazo de até 02 (dois) anos, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, caracterizando-se pela inexecução parcial ou total das obrigações que acarretam prejuízos relevantes aos serviços da CONTRATANTE, inviabilizando a execução deste Contrato em decorrência de conduta culposa ou dolosa da CONTRATADA.

Parágrafo Sétimo

É caracterizada como falha na execução do contrato o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da declaração de impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002.

Parágrafo Oitavo

Ao longo do período contratual, o acúmulo de condutas faltosas cometidas de forma reiterada, de mesma classificação ou não, bem como as reincidências, ensejará a aplicação pela CONTRATANTE de penalidades relacionadas às faltas de maior gravidade.

Parágrafo Nono

As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso da aplicação da penalidade descrita na alínea "d" do caput desta Cláusula, a CONTRATADA deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais cominações legais.

Parágrafo Décimo

As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, nos termos do Parágrafo Terceiro, desta Cláusula, sem prejuízo de outras medidas cabíveis

Parágrafo Décimo Primeiro

Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, será assegurado a CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS ALTERAÇÕES

Este Contrato somente sofrerá alterações, consoante disposições do Art. 65, da Lei nº 8.666 de 1993, por meio de Termo Aditivo.

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 786

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo de vigência deste Contrato será de 12 (doze) meses e iniciar-se-á em 02 de janeiro de 2017, podendo ser prorrogado, a critério da CONTRATANTE, por períodos iguais e sucessivos, limitado a 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II, art. 57, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

I. A inexecução total ou parcial deste Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

Constituem motivo para rescisão deste Contrato:

a) o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;

b) o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

c) a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço, no prazo estipulado;

d) o atraso injustificado no início do serviço;

e) a paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;

f) a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

g) o desatendimento das determinações regulares emanadas da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

h) o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666/93;

i) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

j) a dissolução da CONTRATADA;

k) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste Contrato;

l) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 787

autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;

m) a supressão, por parte da CONTRATANTE de serviços, acarretando modificação do valor inicial deste Contrato além do limite permitido no § 1° do art. 65 da Lei n° 8.666/93, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes, nos termos do inciso II, § 2° do art. 65 da referida Lei;

n) a suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevista desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado a CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

o) o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE decorrentes de serviço, já executado, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado a CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

p) a não liberação, por parte da CONTRATANTE, de área, local ou objeto para execução de serviço, nos prazos contratuais;

q) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste Contrato;

r) contratação de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o Inciso XVIII do art. 78 da Lei n° 8.666/93; e

II. A rescisão deste Contrato poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerado nas letras "a" a "l" e "q" do item I, desta Cláusula;

b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE; e

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 788

c) judicial, nos termos da legislação.

III. A rescisão de que trata a letra "a" do item II acarreta as seguintes consequências, sem prejuízos das sanções previstas na Lei:

a) assunção imediata do objeto deste Contrato, no estado e local em que encontrar, por ato próprio da CONTRATANTE;

b) ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução deste Contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58, da Lei nº 8.666/1993;

c) retenção dos créditos decorrentes deste Contrato até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

Parágrafo Primeiro

Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Segundo

O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

3. Quitação das Indenizações e Multas eventualmente devidas.

Haverá compensação automática acaso subsista pagamentos ainda devidos à CONTRATADA e Multas em aberto cobradas pela CONTRATANTE, devendo a diferença ser paga antes da rescisão, sob pena de cobrança na forma da lei.

Parágrafo Terceiro

A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

Parágrafo Quarto

Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "l" a "q" desta Cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

a) devolução de garantia;

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 789

b) pagamentos devidos pela execução deste Contrato até a data da rescisão; e

c) pagamento do custo da desmobilização.

Parágrafo Quinto

Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação deste Contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo.

Parágrafo Sexto

A aplicação das medidas previstas nas alíneas "a" e "b" do inciso III fica a critério da CONTRATANTE, que poderá dar continuidade ao serviço por execução direta ou indireta.

Parágrafo Sétimo

É permitido à CONTRATANTE, no caso de recuperação judicial ou extrajudicial da CONTRATADA, manter este Contrato, podendo assumir o controle de determinadas atividades de serviços essenciais.

Parágrafo Oitavo

Na hipótese da alínea "b" do inciso III desta Cláusula, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do Ministro de Estado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Instrumento, serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.666, de 1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá à CONTRATANTE a publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial da União, conforme dispõe a legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 790

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Brasília, 29 de dezembro de 2016.

WESLEY JOSÉ GADÊLHA BEIER
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

JOSÉ GOMES FERREIRA FILHO
Real JG Serviços Gerais Eireli

TESTEMUNHAS:

Nome: Teresinha Mendes Novaes
CPF: CPF: 150.237.291-68
Identidade: RG: 3238362 IFP-RJ

Nome: BOLIVAR DA SILVA BRITO
CPF: 373286 381-68
Identidade: 926 679 - DF

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 791

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AGRICULTURA ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL
Subsecretaria de Administração Geral
Diretoria de Logística e Apoio Operacional
Gerência de Serviços Gerais

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido da interessada e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que a empresa **REAL JG SERVIÇOS GERAIS EIRELLI** inscrita no CNPJ sob o nº 08.247.960/0001-62, estabelecida na Quadra 01 Conjunto "A" Lote n° 02 do Setor de Indústrias Bernardo Sayão, na cidade do Núcleo Bandeirante Estado do DF, firmou Contrato de Prestação de Serviços sob o n° 17/2013, tendo como objeto: Prestação de Serviços (locação de mão de obra) de 18 (dezoito) operadores de máquinas agrícolas e terraplanagem, 12 (doze) motoristas com CNH categoria "D" e 12 (doze) carregadores/estivas prestou serviços à **SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL**, CNPJ nº 03.318.233/0001-25, **operadores de máquinas: recuperação de estradas, bacião, peito de pombo, terraços, curva de nível, preparo de solo, arração, sucagem, compactação de estradas e gradagem; de estivadores: carga e descarga de materiais diversos e de motoristas categoria "D": dirigir caminhões para o Programa de Aquisição de Alimentos, desenvolvido pela CCI (Coordenação de Compras Institucionais) e as demandas relativas a transportes realizadas por caminhão, tendo sido executados em tempo hábil, o valor do contrato é de R$ 2.419.724,88 (Dois milhões, quatrocentos e dezenove mil, setecentos e vinte e quatro reais e oitenta e oito centavos) por ano de execução**, período da contratação em 02/09/2013, com vencimento do contrato em 02/09/2018.

Registramos, ainda, que as prestações dos serviços acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Brasília, 22 de dezembro de 2017.

Mário Batista Gomes Júnior
Gestor de Contrato
Mat. 101.171-5

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO
DO DISTRITO FEDERAL
O presente ATESTADO/DECLARAÇÃO
está registrado no CRA-DF sob o
n.º 20181000 1000 60
Brasília/DF, 29 / 01 / 2018

Funcionário Responsável

GERCIEL DA SILVA ALMEIDA
TÉCNICO ADMINISTRATIVO - CRA/DF
MATR. 0031

Ciente dos Serviços Prestados

José Gomes Ferreira Filho
Real JG Serviços
Administrador
CRA-DF 016625

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 230700.060433/2021-29 / pg. 795

Contrato de Prestação de Serviços nº 017/2013 – SEAGRI-DF, nos termos do Padrão nº 04/2002.

Processo nº 070.001.912/2012.

Cláusula Primeira – Das Partes

O Distrito Federal, por meio de **SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DO DISTRITO FEDERAL - SEAGRI/DF**, com sede no SAIN Parque Rural – Edifício Sede, em Brasília/DF, CEP 70620-000, CNPJ nº 03.318.233/0001-25, doravante denominada **Contratante** representado por **LÚCIO TAVEIRA VALADÃO**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 151.847.221-49, portador do Documento de Identidade n.º 419.391 SSP/DF, residente e domiciliado em Brasília/DF, na qualidade de **Secretário de Estado**, com delegação de competência prevista nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal e consoante competência que lhe foi delegada pelo Decreto de 1° de Janeiro de 2011, publicado no DODF de 1º de janeiro de 2011 – Edição Especial, Seção II, e **REAL DP SERVIÇOS GERAIS LTDA** doravante denominada **Contratada**, CNPJ nº 08.247.960/0001-62, com sede em SIBS Quadra 01 Conjunto D Lotes 01/06 Térreo Núcleo Bandeirante Brasília-DF CEP: 71.710-350, representada por **JOSÉ GOMES FERREIRA FILHO**, na qualidade de **Sócio-Diretor**.

Cláusula Segunda – Do Procedimento

O presente Contrato obedece aos termos do Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 024/2013 (fls. 312/357), da Proposta de fls. 617 a 626 e da Lei nº 8.666 de 21.06.93.

Cláusula Terceira – Do Objeto

O Contrato tem por objeto a prestação de serviços (locação de mão de obra) de 15 (quinze) operadores de máquinas agrícolas e terraplanagem, 10 (dez) motoristas com CNH categoria "D" e 10 (dez) carregadores/estivas, de forma contínua para atender a demanda da Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural, consoante especifica o Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 024/2013 (fls. 312/357) e a Proposta de fls. 617 a 626, que passam a integrar o presente Termo.

Assessoria Jurídico - Legislativa VISTO

Cláusula Quarta – Da Forma e Regime de Execução
O Contrato será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global, segundo o disposto nos arts. 6º e 10º da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Quinta – Do Valor
5.1 - O valor total do Contrato é de R$ 1.285.050,00 (Hum milhão, duzentos e oitenta e cinco mil e cincoenta reais), devendo a importância de R$ 424.780,42 (Quatrocentos e vinte e quatro mil, setecentos e oitenta reais e quarenta e dois centavos) ser atendida à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente – Lei Orçamentária nº 5.011, de 28 de dezembro de 2012, enquanto a parcela remanescente será custeada à conta de dotações a serem alocadas no(s) orçamento(s) seguinte(s).

5.2 – Os Contratos celebrados com prazo de vigência superior a doze meses, terão seus valores, anualmente, reajustados por índice adotado em lei, ou na falta de previsão específica, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

Cláusula Sexta – Da Dotação Orçamentária
6.1 – A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:
I – Unidade Orçamentária: 14.101
II – Programa de Trabalho: 20122600185170004
III – Natureza da Despesa: 33.90.39
IV – Fonte de Recursos: 100000000

6.2 – O empenho inicial é de R$ 424.780,42 (Quatrocentos e vinte e quatro mil, setecentos e oitenta reais e quarenta e dois centavos), conforme Nota de Empenho nº 2013NE00721, emitida em 26/08/2013, sob o evento nº 400091, na modalidade Global.

Cláusula Sétima – Do Pagamento
O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em parcela (s), mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até 30 (trinta) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato.

Assessoria Jurídico - Legislativa
VISTO

Cláusula Oitava – Do Prazo de Vigência
O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, permitida a prorrogação na forma da lei vigente.

Cláusula Nona – Das garantias
A garantia para a execução do Contrato será prestada na forma de seguro garantia, conforme previsão constante do Edital.

Cláusula Décima – Da responsabilidade do Distrito Federal
O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

Cláusula Décima Primeira – Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada
11.1 – A Contratada fica obrigada a apresentar, ao Distrito Federal:
I – até o quinto dia útil do mês subseqüente, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários, resultantes da execução do Contrato;
II – comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais.

11.2 – Constitui obrigação da Contratada o pagamento dos salários e demais verbas decorrentes da prestação de serviço.

11.3 – A Contratada responderá pelos danos causados por seus agentes.
11.4 – A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Cláusula Décima Segunda – Da Alteração Contratual
12.1 – Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.

12.2 – A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o

Assessoria Jurídico - Legislativa
VISTO

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (28551992) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 797

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 798

empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

Cláusula Décima Terceira – Das Penalidades

O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada à multa prevista no Edital, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral, bem como investir-se na posse de bens, alienar coisas, promover contratações para conclusão ou aperfeiçoamento de obras ou serviços.

13.1 - Das Espécies

13.1.1 – As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estão sujeitas às seguintes sanções em conformidade com o **Decreto nº 26.851, de 30/05/2006, publicado no DODF nº 103, de 31/05/2006, pg. 05/07, alterado pelos Decretos nºs 26.993/2006, de 12/07/2006 e 27.069/2006, de 14/08/2006:**

I - advertência;

II - multa; e

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

b) para a licitante e/ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a licitante e/ou contratada será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

VISTO

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 799

13.1.2 - As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

13.2 - Da Advertência

13.2.1 - A advertência é o aviso por escrito, emitido quando o licitante e/ou contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

I - pela SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

II - pelo ordenador de despesas do órgão contratante se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

13.3 - Da Multa

13.3.1 - A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste subitem;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/ nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

V- 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

13.3.2 - A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 800

notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666/93, observada a seguinte ordem:
I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;
II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e
III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

13.3.3 – Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

13.3.4 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

13.3.5 - Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:
I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias; e
II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

13.3.6 - A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto do subitem **13.1.2** e observado o princípio da proporcionalidade.

13.3.7 - Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do subitem 13.3.1.

13.3.8 - A sanção pecuniária prevista no inciso IV do subitem **13.3.1** não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

13.4 - Da Suspensão

13.4.1 - A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitação e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

VISTO

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (28551992) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 801

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS, a licitante e/ou contratada permanecer inadimplente;
II - por até 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;
III - por até 12 (doze) meses, quando a licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato; e
IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:
a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;
b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e
c) receber qualquer das multas previstas no subitem anterior e não efetuar o pagamento;

13.4.2 - São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:
I - a SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e
II - o ordenador de despesas do órgão contratante, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

13.4.3 - A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

13.4.4 - O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

13.5 - Da Declaração de Inidoneidade

13.5.1 - A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado ou autoridade equivalente do órgão de origem, à vista dos motivos informados na instrução processual.

13.5.2 - A declaração de inidoneidade prevista neste item 13.5 permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até

Assessoria Jurídico-Legislativa AJL VISTO

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 802

que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

13.5.3 - A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.6 - Das Demais Penalidades

13.6.1 - As licitantes que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção no registro no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, administrado pela SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

I - suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e

II - declaração de inidoneidade, nos termos do subitem 13.5;

III - aplicam-se a este subitem as disposições do subitem 13.4.3 e 13.4.4.

13.6.2 - As sanções previstas nos subitens 13.4 e 13.5 poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais Nº 8.666, de 1993 ou Nº 10.520, de 2002:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação; e

III - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

13.7 - Do Direito de Defesa

13.7.1 - É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

13.7.2 - O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento
do recurso, sob pena de responsabilidade.

VISTO

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 230700.060433/2021-29 / pg. 803

13.7.3 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Capítulo, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

13.7.4 - Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o exaurimento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:
I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;
II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;
III - o fundamento legal da sanção aplicada; e
IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

13.7.5 - Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sítio www.compras.df.gov.br, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Compra e Licitações e Registro de Preços do Distrito Federal - e-compras, e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

13.7.6 - Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos subitens 13.2 e 13.3 deste capítulo de penalidades, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.8 - Do Assentamento em Registros
8.8.1 - Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.
8.8.2 - As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

13.9 - Da Sujeição a Perdas e Danos
8.9.1 - Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas pelo **Decreto nº 26.851/06 e suas alterações, previstas neste edital**, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

VISTO

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 230700.060433/2021-29 / pg. 804

13.10 – Disposições Complementares

13.10.1- As sanções previstas nos subitens 13.2, 13.3 e 13.4 do presente capítulo serão aplicadas pelo ordenador de despesas do órgão contratante.

13.10.2 – Os prazos referidos neste capítulo só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

Cláusula Décima Quarta – Da Rescisão amigável

O Contrato poderá ser rescindido amigavelmente, ou seja, de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato.

Cláusula Décima Quinta – Da Rescisão

O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Cláusula Décima Sexta – Dos débitos para com a Fazenda Pública

Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

Cláusula Décima Sétima – Do Executor

O Distrito Federal, por meio de Ordem de Serviço, designará um Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil.

Cláusula Décima Oitava - Da Publicação e do Registro

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o

Jurídico - Legislativo VISTO

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 230700.060433/2021-29 / pg. 805

que deverá ser providenciado o registro do instrumento no órgão interessado, de acordo com o art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Décima Nona – Do Foro

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

Brasília-DF, 02 de setembro de 2013.

PELO DISTRITO FEDERAL

LÚCIO TAVEIRA VALADÃO

Secretário de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural

PELA CONTRATADA

JOSÉ GOMES F. FILHO

Sócio Diretor
Real DP Serviços Gerais Ltda.

TESTEMUNHAS

Nome: Fabricio V. R. Costa

CPF: 473.307.404-00

CI: 3575451 PE

Nome: Roberto Gomes

CPF: 281.688.101-63

CI: 477.810 SSP-DF

VISTO

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 806

valor de R$ 21.075,00 (vinte e um mil e setenta e cinco reais); 2013NE00896, no valor de R$ 30.600,00 (trinta mil e seiscentos reais), emitidas em 14/08/2013; 2013NE00900, no valor de R$ 21.075,00 (vinte e um mil e setenta e cinco reais) e 2013NE00901, no valor de R$ 74.100,00 (setenta e quatro mil e cem reais), emitidas em 15/08/2013, sob o evento nº 400091, na modalidade ordinário. DO VALOR: O valor total do contrato R$ 146.850,00 (cento e quarenta e seis mil, oitocentos e cinquenta reais). DA VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura. DATA DE ASSINATURA: 26/08/2013. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: SWEDENBERGER DO NASCIMENTO BARBOSA, na qualidade de Secretário de Estado-Chefe da Casa Civil da Governadoria; pela CONTRATADA: RICARDO DA CRUZ SANTANA, na qualidade de Representante Legal.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA

RETIFICAÇÃO

Na Tomada de Preços Nº 02/2013, publicada no DODF nº 182, de 02 de Setembro de 2013, página 45, ONDE SE LÊ: "...AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO DE PROPOSTA...", LEIA-SE: "...AVISO DE LICITAÇÃO...".

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 017/2013.

PROCESSO: 070.001.912/2012. Partes: SEAGRI/DF e REAL DP SERVIÇOS GERAIS. Objeto: O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços (locação de mão de obra) de 15 (quinze) operadores de máquinas agrícolas e terraplanagem, 10 (dez) motoristas com CNH categoria "D" e 10 (dez) carregadores/estivas, de forma contínua para atender a demanda da Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural. Nota de Empenho: 2013NE00721 de 26/08/2013, referente a empenho inicial, no valor de R$ 424.780,42 (Quatrocentos e vinte e quatro mil, setecentos e oitenta reais e quarenta e dois centavos). Unidade Orçamentária: 14.101. Programa de Trabalho: 20.122.6001.8517.0004. Fonte de Recursos: 100000000. Natureza da Despesa: 33.90.39. Prazo de Vigência: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura. Data de assinatura: 02 de setembro de 2013. Signatários: Pela SEAGRI/DF: Lúcio Taveira Valadão, na qualidade de Secretário de Estado. Pela contratada: José Gomes Ferreira Filho, na qualidade de Sócio/Diretor.

COORDENAÇÃO DE COMPRAS INSTITUCIONAIS

AVISO DE CONVOCAÇÃO PÚBLICA Nº 07/2013.

A COORDENAÇÃO DE COMPRAS INSTITUCIONAIS, DA SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DO DISTRITO FEDERAL, com fundamento no Art. 11, do Decreto Nº 33.642, de 02 de maio de 2012, que regulamenta o Programa de Aquisição da Produção da Agricultura – PAPA/DF, comunica aos interessados que está realizando seleção de Proposta Técnica de Venda – PTV visando à aquisição de kits lanches produzidos por agricultores familiares rurais e urbanos ou suas organizações, os demais beneficiários que se enquadrem nas disposições da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, bem como povos e comunidades tradicionais e os beneficiários da reforma agrária, para atender à demanda da Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural – SEAGRI, (objeto do processo nº 0070-001044/2013), conforme especificações e condições constantes no Edital e seus anexos, com data e horário para recebimento de documentação e propostas até as 16:00 horas do dia 13 de setembro de 2013, no Parque Estação Biológica, Asa Norte, Brasília/DF - Edifício Sede da Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural do DF, 1º andar, sala 09, Coordenação de Compras Institucionais - CCI. O Edital na íntegra poderá ser acessado nos endereços eletrônicos www.agricultura.df.gov.br ou www.emater.df.gov.br, ou pessoalmente, na Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal – SEAGRI/DF. Informações referentes ao cadastro para participação e demais procedimentos poderão ser obtidos no mesmo local da entrega das propostas.

Brasília/DF, 03 de setembro de 2013.
LÚCIO FLÁVIO DA SILVA
Coordenador de Compras Institucionais

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

RESULTADO FINAL DA ETAPA DE ADMISSIBILIDADE DAS PROPOSTAS INSCRITAS NA SELEÇÃO PÚBLICA DE QUE TRATA O EDITAL Nº 4/2013 DA FINALIDADE DE DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO 2

A SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL, observado o Edital nº 4/2013-SeCult, torna público o resultado final, após recursos, da etapa de admissibilidade das propostas inscritas no processo seletivo. Consta do resultado, o nome do proponente, o número da proposta, o valor solicitado, o valor aprovado e a habilitação ou inabilitação nesta etapa, nos seguintes termos:

Proponente - Proposta - Valor Solicitado - Valor Aprovado - Resultado; AACUC - Associação de Arte e Cultura de Ceilândia - 107398 - R$ 250.000,00 - R$ 247.621,60 - Habilitado; África Dandara Carvalho Oliveira As Dôres - 106379 - R$ 0,00 - R$ 0,00 - Inabilitado; Alameda Teatral Ltda - 106445 - R$ 0,00 - R$ 0,00 - Inabilitado; Alan Jhone Moreira - 107327 - R$ 249.969,98 - R$ 233.089,98 - Habilitado; Alessandra Rosa De Carvalho - 106538 - R$ 0,00 - R$ 0,00 - Inabilitado; Alex Sandro Calheiros de moura - 104954 - R$ 160.000,00 - R$ 150.698,00 - Habilitado; Alex Souza De Oliveira - 105925 - R$ 172.529,36 - R$ 139.913,91 - Habilitado; Alexandra Fonseca Medeiros - 108114 - R$ 250.000,00 - R$ 243.970,00 - Inabilitado; Alexandre Fortes Fernandes - 107718 - R$ 159.086,09 - R$ 154.868,09 - Habilitado; Alexandre Machado Costa - 106266 - R$ 99.993,00 - R$ 85.393,00 - Inabilitado; Alexandre Magno Melo Dias - Me - 108151 - R$ 193.855,00 - R$ 184.833,20 - Habilitado; Alexandre Martins Prates - 108005 - R$ 77.524,70 - R$ 40.724,70 - Inabilitado; Alexandre Silva de Messias - 105329 - R$ 249.999,99 - R$ 249.999,99 - Inabilitado; Alisson Araujo De Almeida - 105225 - R$ 50.000,00 - R$ 50.000,00 - Habilitado; Alisson Araujo De Almeida - 105194 - R$ 50.000,00 - R$ 50.000,00 - Inabilitado; Ana Arruda Neiva Marques - 106271 - R$ 39.983,21 - R$ 32.783,21 - Habilitado; Ana Lúcia Reis Pereira Da Silva - 107618 - R$ 49.788,00 - R$ 26.648,00 - Inabilitado; Ana Maria França - 107804 - R$ 0,00 - R$ 0,00 - Inabilitado; Ana Paula Rocha Rodrigues Chaves - 104965 - R$ 248.801,06 - R$ 157.551,06 - Inabilitado; Ana Paula Santos Andrade - 107927 - R$ 29.988,78 - R$ 29.888,78 - Inabilitado; Ana Paula Valentim Santana Pereira - 106735 - R$ 250.000,00 - R$ 250.000,00 - Inabilitado; Ana Paula Valentim Santana Pereira Nome Artístico: Ana Paula Valentim - 103759 - R$ 250.000,00 - R$ 250.000,00 - Inabilitado; Anahi Clara Santos Nogueira - 104184 - R$ 250.000,00 - R$ 217.004,00 - Inabilitado; Anderson Ferreira Floriano - 106977 - R$ 119.998,90 - R$ 103.974,73 - Inabilitado; André Togni de Almeida Abreu - 105348 - R$ 179.993,44 - R$ 179.993,44 - Habilitado; André Togni De Almeida Abreu - 107500 - R$ 79.942,00 - R$ 79.942,00 - Habilitado; Andrea Borba - 106508 - R$ 49.998,00 - R$ 49.998,00 - Habilitado; Andrea Mara Santos Gonçalves - 107547 - R$ 250.000,00 - R$ 101.929,00 - Inabilitado; Andrey Do Amaral Dos Santos - 103804 - R$ 149.513,80 - R$ 148.945,80 - Habilitado; Anne Érica Das Graças Menezes - 105130 - R$ 152.866,00 - R$ 114.716,00 - Inabilitado; Antonio Marcos Medeiros De Oliveira - 103660 - R$ 119.559,00 - R$ 102.459,00 - Inabilitado; Arcana -Instituto de Arte e Desenvolvimento Humano - 105523 - R$ 250.000,00 - R$ 142.823,00 - Inabilitado; Asley Ribeiro Dos Santos - 105371 - R$ 80.000,00 - R$ 80.000,00 - Habilitado; Ass Dos Cantadores Rep E Escri Pop Do Df E Entorno - 108042 - R$ 89.999,24 - R$ 89.999,24 - Inabilitado; Associação Artística Cultural Língua Solta - 107100 - R$ 0,00 - R$ 0,00 - Inabilitado; Associação Cultural Taruma - 104079 - R$ 0,00 - R$ 0,00 - Inabilitado; Associação dos Cantadores Repentistas e Escritores Populares do DF e Entorno - 108075 - R$ 249.960,50 - R$ 202.474,50 - Habilitado; Bárbara Resende Gual - 104416 - R$ 0,00 - R$ 0,00 - Inabilitado; Benedito Araujo Soares Neto - 107387 - R$ 250.000,00 - R$ 224.508,01 - Inabilitado; Bernardo Felinto Soares De Oliveira - 107688 - R$ 30.000,00 - R$ 18.480,00 - Inabilitado; Bezerratrix Servicos Artisticos Ltda - Me - 107584 - R$ 0,00 - R$ 0,00 - Inabilitado; Bianca Vieira de Souza - 107470 - R$ 90.000,00 - R$ 90.000,00 - Habilitado; Bianca Vieira De Souza - 107474 - R$ 50.000,00 - R$ 22.000,00 - Inabilitado; Bloco A Promoção De Eventos Culturais Ltda - 107266 - R$ 800.000,00 - R$ 759.012,00 - Habilitado; Blog7 Serviços E Representações Ltda. - 106362 - R$ 0,00 - R$ 0,00 - Inabilitado; Breno Pinto Alves - 108147 - R$ 149.898,00 - R$ 149.547,47 - Habilitado; Bruno Batista Ribeiro - 107679 - R$ 150.000,00 - R$ 150.000,00 - Habilitado; Bruno Batista Ribeiro - 105028 - R$ 179.700,00 - R$ 44.520,00 - Inabilitado; Bruno Estrela Godinho - 107965 - R$ 29.991,00 - R$ 26.391,00 - Inabilitado; Caio Rodrigo De Araújo Porto - 103831 - R$ 160.000,00 - R$ 160.000,00 - Inabilitado; Caio Victor Tobias De Souza - 107967 - R$ 250.000,00 - R$ 250 000,00 - Inabilitado; Camila Modtkowski Da Silva - 106823 - R$ 119.437,69 - R$ 104.254,97 - Inabilitado; Candango Fotoclub - 107838 - R$ 158.276,55 - R$ 158.276,55 - Inabilitado; Carla Camelo Neri - 108150 - R$ 90.000,00 - R$ 74.143,00 - Inabilitado; Carlos Adalberto Ribeiro Anchieta - 104968 - R$ 50.000,00 - R$ 50.000,00 - Inabilitado; Carlos Otávio Torres Silva - 107724 - R$ 119.978,00 - R$ 119.978,00 - Inabilitado; Celio Zidorio - 105094 - R$ 250.000,00 - R$ 248.020,20 - Habilitado; Celso Ribeiro Bastos Filho - 108056 - R$ 180.000,00 - R$ 174.284,06 - Inabilitado; Cena Hum Academia De Artes Cênicas - 104852 - R$ 0,00 - R$ 0,00 - Inabilitado; César Lignelli - 106536 - R$ 47.919,66 - R$ 46.567,66 - Inabilitado; Ceu- Centro De Estudos Universais (fênix Brasil) - 105362 - R$ 0,00 - R$ 0,00 - Inabilitado; Clarice Martins Cardell - 105064 - R$ 249.784,62 - R$ 226.409,90 - Habilitado; Claudia Anette Fleury Charmillot - 107699 - R$ 250.000,00 - R$ 241.467,50 - Habilitado; Claudia Bertolin - 104733 - R$ 158.933,18 - R$ 158.933,18 - Habilitado; Cleuberth Santana Bandeira - 106293 - R$ 115.677,23 - R$ 108.767,23 - Habilitado; Cooperativa Paulista De Teatro - 108020 - R$ 0,00 - R$ 0,00 - Inabilitado; Corporação Musical São José - 103968 - R$ 0,00 - R$ 0,00 - Inabilitado; Cristiane Gomes Dias - 105089 - R$ 250.000,00 - R$ 250.000,00 - Inabilitado; Cristiano Antonio Alves - 107351 - R$ 149.888,40 - R$ 149.888,40 - Inabilitado; Cyntia Carla Cunha Santos - 107186 - R$ 49.995,60 - R$ 49.848,72 - Inabilitado; Daiane Kelly Siqueira De Santana - 105637 - R$ 49.984,04 - R$ 48.144,04 - Inabilitado; Daniel Jefferson Miranda Farias - 106108 - - - Inabilitado; Daniel Santos E Costa - 107702 - R$ 50.000,00 - R$ 50.000,00 - Habilitado; Dayane Mariano de Sousa - 105003 - R$ 50.730,00 - R$ 45.750,00 - Inabilitado; Dayane Mariano De Sousa - 104999 - R$ 118.150,57 - R$ 110.308,57 - Inabilitado; Dayvisson Roberto Rocha - 103735 - R$ 150.000,00 - R$ 150.000,00 - Inabilitado; Dayvisson Roberto Rocha - 103736 - R$ 250.000,00 - R$ 250.000,00 - Inabilitado; Demétrio Luis Martins Bogéa - 107647 - R$ 179.999,76 - R$ 174.059,76 - Habilitado; Dinorá Couto Cançado - 105878 - R$ 24.610,00 - R$ 24.130,00 - Habilitado; Divino Gomes Dias - 108125 - R$ 246.468,48 - R$ 168.468,48 - Inabilitado; Edilson Alves De Araujo - Alinea Produções - 108123 - R$ 79.172,10 - R$ 79.172,10 - Habilitado; Edmilson José

REAL JG FACILITIES

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO

A
Universidade Federal de Jataí

Ref.: Pregão nº 2/2022

Declaramos que a empresa REAL JG FACILITIES LTDA, inscrita no CNPJ (MF) nº 08.247.960/0001-62, inscrição estadual nº 07.478.593/001-20, estabelecida no (a) SIBS QD. 1 CONJ. B LOTE 16 – Brasília/DF, DECLARA que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

Brasília/DF, 14 de abril de 2022.

Flávia Macena de Sousa
Real JG Facilities
Diretora Geral

CNPJ: 08.247.960/0001-62
Fone: (61) 3363-7575 – (61) 3052-2579
comercial@realjg.com.br

CF/DF: 07.478.593/001-20
SIBS QD. 01 – CONJ B – LOTE 16
NÚCLEO BANDEIRANTE – BRASÍLIA - DF CEP: 71.736-102

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 807

REAL JG FACILITIES

DECLARAÇÃO DE INSTALAÇÃO/MANUTENÇÃO DE ESCRITÓRIO

A
Universidade Federal de Jataí

Ref.: Pregão nº 2/2022

Declaramos que a empresa REAL JG FACILITIES LTDA, inscrita no CNPJ (MF) nº 08.247.960/0001-62, inscrição estadual nº 07.478.593/001-20, estabelecida no (a) SIBS QD. 1 CONJ. B LOTE 16 – Brasília/DF, DECLARA que possui, em até 60 (sessenta) dias do início da vigência do contrato, um escritório de atendimento no Goiás, com capacidade operacional para garantir a qualidade dos procedimentos operacionais e administrativos a serem prestados.

Brasília/DF, 14 de abril de 2022.

Flávia Macena de Sousa
Real JG Facilities
Diretora Geral

CNPJ: 08.247.960/0001-62
Fone: (61) 3363-7575 – (61) 3052-2579
comercial@realjg.com.br

CF/DF: 07.478.593/001-20
SIBS QD. 01 – CONJ B – LOTE 16
NÚCLEO BANDEIRANTE – BRASÍLIA - DF CEP: 71.736-102

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 808

REAL JG FACILITIES

ANEXO III – MODELO DE AUTORIZACAO PARA UTILIZACAO DA GARANTIA E DE PAGAMENTO DIRETO

REAL JG FACILITIES LTDA, inscrita no CNPJ nº 08.247.960/0001-62, por intermédio de seu representante legal, o Sra. Flávia Macena de Sousa, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.776.181 e do CPF nº 029.99.161-08, **AUTORIZA** o(a) ***Universidade Federal de Jataí***, para os fins do Anexo VII-B da Instrução Normativa n° 05, de 26/05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e dos dispositivos correspondentes do Edital do Pregão n. 2/2022:

1) que sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores alocados a qualquer tempo na execução do contrato acima mencionado os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas, previdenciárias e fundiárias devidas, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

2) que sejam provisionados valores para o pagamento dos trabalhadores alocados na execução do contrato e depositados em conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, e aberta em nome da empresa REAL JG FACILITIES LTDA junto a instituição bancária oficial, cuja movimentação dependerá de autorização prévia da(o) ***Universidade Federal de Jataí***, que também terá permanente autorização para acessar e conhecer os respectivos saldos e extratos, independentemente de qualquer intervenção da titular da conta.

3) que a CONTRATANTE utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a CONTRATADA não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual.

Brasília/DF, 14 de abril de 2022.

Flávia Macena de Sousa
Real JG Facilities
Diretora Geral

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 809

REAL JG FACILITIES

ANEXO VI – TERMO DE DECLARACAO DE CIENCIA E CONCORDANCIA

Nome completo: Flávia Macena de Sousa
Documento de identidade: 2.776.181
CPF: 029.999.161-08
Endereço residencial: SIBS QD. 01 CONJ. A LOTE 16
Complemento:
Bairro: Brasília
Cidade: DF
Estado (UF): DF
CEP: 71.736-101
Telefone residencial: (61) 3363-7575 Celular: ( )
E-mail: comercial@realjg.com.br

A realização do cadastro como Usuário Externo no SEI - UFG e a entrega deste documento importará na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico, conforme Decreto no 8.539, de 8 de outubro de 2015, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica por meio de login e senha, tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações realizadas, as quais serão passíveis de apuração civil, penal e administrativa. Ainda, declaro que o endereço informado referente ao meu domicílio é verdadeiro e que são de minha exclusiva responsabilidade:
I - o sigilo da senha de acesso, não sendo oponível, em qualquer hipótese, alegação de uso indevido; II – a conformidade entre os dados informados no formulário eletrônico de peticionamento e os constantes do documento protocolizado, incluindo o preenchimento dos campos obrigatórios e anexação dos documentos essenciais e complementares; III - a confecção da petição e dos documentos digitais em conformidade com os requisitos estabelecidos pelo sistema, no que se refere ao formato e ao tamanho dos arquivos transmitidos eletronicamente; IV - a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados enviados por meio de peticionamento eletrônico até que decaia o direito da Administração de rever os atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados à UFG para qualquer tipo de conferência; V - a verificação, por meio do recibo eletrônico de protocolo, do recebimento das petições e dos documentos transmitidos eletronicamente; VI - a observância de que os atos processuais em meio eletrônico se consideram realizados no dia e na hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os atos praticados até as 23 horas e 59 minutos e 59 segundos do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre o usuário externo; VII - a consulta periódica ao SEI ou ao sistema por meio do qual efetivou o peticionamento eletrônico, a fim de verificar o recebimento de intimações, considerando-se realizadas na data em que efetuar sua consulta no sistema ou, não efetuada a consulta, quinze dias após a data de sua expedição; VIII - as condições de sua rede de comunicação, o acesso a seu provedor de internet e a configuração do computador utilizado nas transmissões eletrônicas.
Para que o cadastro seja liberado o Usuário deve comparecer ao Centro de Informação, Documentação e Arquivo (Cidarq) da UFG e apresentar os seguintes documentos:
• O original do presente Termo assinado;
• RG (ou outro documento de identificação oficial com foto) e CPF.
Atenção: Alternativamente, os documentos poderão ser entregues por terceiro ou enviados por Correios. Nestes casos deverão ser entregues cópia do RG e do CPF autenticados em cartório e o presente Termo com reconhecimento de firma em cartório. Os documentos deverão ser endereçados à Coordenaçao de Compras e Licitações COAD/REJ/UFG (Rua Riachuelo, 1530 – Setor Samuel Graham – Jatai/GO – CEP:
75.804 – 020).

Brasília/DF, 14 de abril de 2022.



Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 810

ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA - 2020

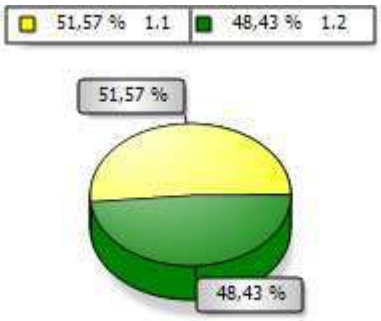
Nome : REAL JG FACILITIES EIRELI
CNPJ : 08.247.960/0001-62
Folha : 1

ÍNDICES DE ESTRUTURA DE CAPITAL

1 - Grau de Endividamento

1.1 Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante (Obrigações a LP) 79.673.738,47
1.2 Patrimônio Líquido 74.822.269,13 = 1,06

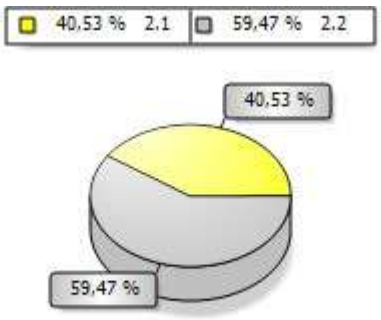
Interpretação : Quanto menor, melhor. O capital de terceiros equivale a 106,48 % do capital próprio.



2 - Composição de Endividamento

2.1 Passivo Circulante 54.308.413,75
2.2 Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante (Obrigações a LP) 79.673.738,47 = 0,68

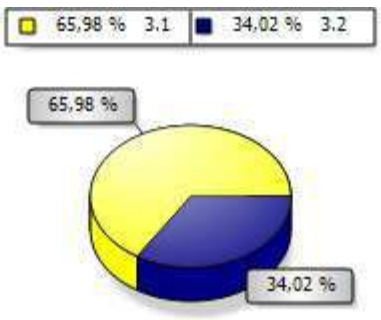
Interpretação : Quanto menor, melhor. As obrigações a curto prazo representam 68,16 % das obrigações totais.



3 - Solvência Geral

3.1 Ativo 154.496.007,60
3.2 Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante (Obrigações a LP) 79.673.738,47 = 1,94

Interpretação : Quanto maior, melhor. O investimento total equivale a 193,91 % do capital de terceiros.



Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 811

ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA - 2020

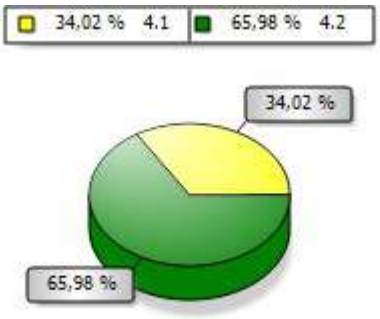
Nome : REAL JG FACILITIES EIRELI
CNPJ : 08.247.960/0001-62
Folha : 2

ÍNDICES DE ESTRUTURA DE CAPITAL

4 - Participação de Terceiros

4.1	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante (Obrigações a LP)	79.673.738,47	= 0,52
4.2	Ativo	154.496.007,60	

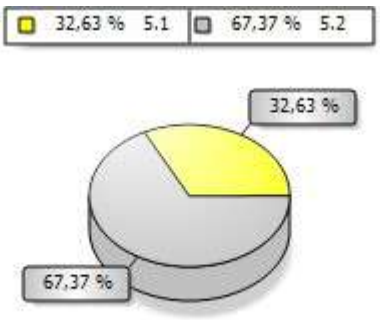
Interpretação : Quanto menor, melhor. O capital de terceiros representa 51,57 % do investimento total.



5 - Capitalização

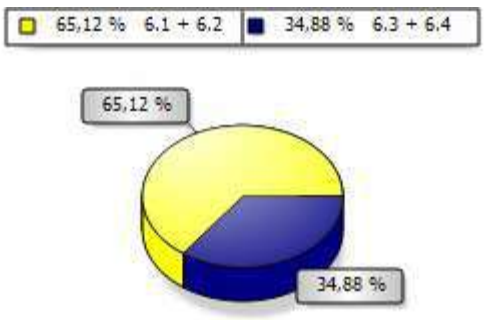
5.1	Patrimônio Líquido	74.822.269,13	= 0,48
5.2	Ativo	154.496.007,60	

Interpretação : Quanto maior, melhor. O capital próprio equivale a 48,43 % do investimento total.



6 - Capital de Giro Próprio

6.1 Ativo Circulante	148.396.837,90	
6.2 Ativo Realizável a LP	381.114,02	148.777.951,92
6.3 (-) Passivo Circulante	54.308.413,75	
6.4 (-) Passivo Não-Circulante (Obrigações a LP)	25.365.324,72	79.673.738,47
6.5 (=) Capital de Giro Próprio		69.104.213,45



Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 812

ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA - 2020

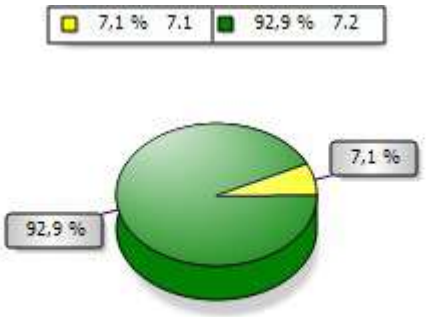
Nome : REAL JG FACILITIES EIRELI
CNPJ : 08.247.960/0001-62
Folha : 3

ÍNDICES DE ESTRUTURA DE CAPITAL

7 - Imobilização do Patrimônio Líquido

7.1	Ativo Não-Circulante (exceto Ativo Realizável a LP)	5.718.055,68	= 0,08
7.2	Patrimônio Líquido	74.822.269,13	

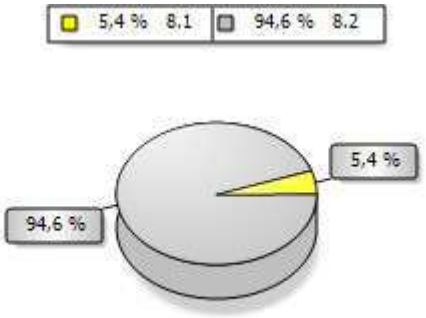
Interpretação : Quanto menor, melhor. A imobilização representa 7,64 % do capital próprio.



8 - Imobilização dos Recursos Não Correntes

8.1	Ativo Não-Circulante (exceto Ativo Realizável a LP)	5.718.055,68	= 0,06
8.2	Patrimônio Líquido + Passivo Não-Circulante (Obrigações a LP)	100.187.593,85	

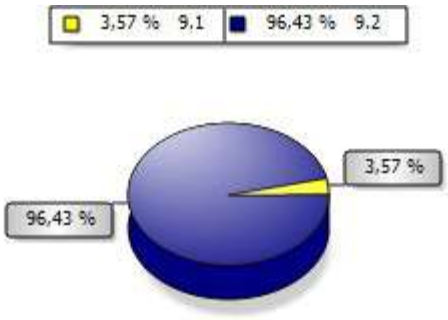
Interpretação : Quanto menor, melhor. 5,71 % dos recursos não correntes foram destinados à imobilização.



9 - Imobilização do Investimento Total

9.1	Ativo Não-Circulante (exceto Ativo Realizável a LP)	5.718.055,68	= 0,04
9.2	Ativo	154.496.007,60	

Interpretação : Quanto menor, melhor. A imobilização representa 3,70 % do investimento total.



Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 813

ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA - 2020

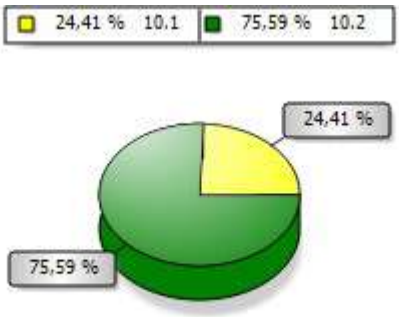
Nome : REAL JG FACILITIES EIRELI
CNPJ : 08.247.960/0001-62
Folha : 4

ÍNDICES DE RENTABILIDADE

10 - Rentabilidade do Investimento Total

10.1 Resultado Antes das Provisões 49.898.115,66
10.2 Ativo 154.496.007,60 = 0,32

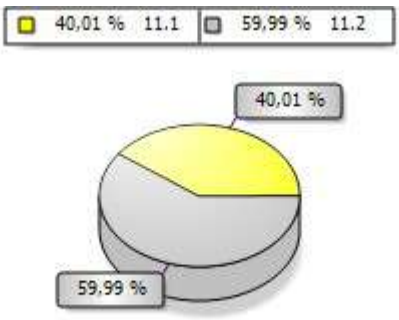
Interpretação : Quanto maior, melhor. O resultado positivo é de 32,30 % do investimento total.



11 - Rentabilidade do Capital Próprio

11.1 Resultado Antes das Provisões 49.898.115,66
11.2 Patrimônio Líquido 74.822.269,13 = 0,67

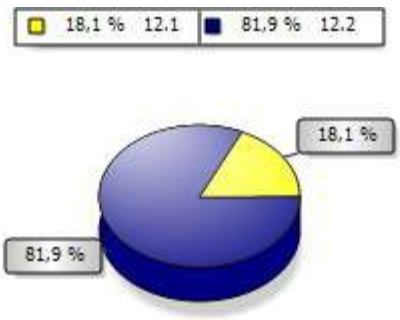
Interpretação : Quanto maior, melhor. O resultado positivo é de 66,69 % do capital próprio.



12 - Rentabilidade do Ativo

12.1 Lucro Líquido 34.144.520,72
12.2 Ativo 154.496.007,60 = 0,22

Interpretação : Quanto maior, melhor. A empresa obtém R$ 22,10 de lucro para cada R$ 100,00 de investimento total.



Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 814

ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA - 2020

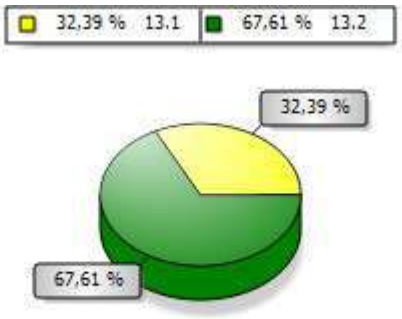
Nome : REAL JG FACILITIES EIRELI
CNPJ : 08.247.960/0001-62

ÍNDICES DE RENTABILIDADE

13 - Rentabilidade do Patrimônio Líquido

13.1 Lucro Líquido	34.144.520,72	
	———————	= 0,48
13.2 Patrimônio Líquido Médio	71.262.716,32	

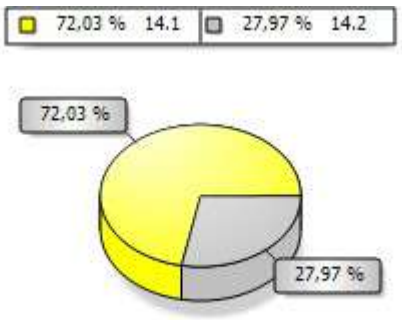
Interpretação : Quanto maior, melhor. A empresa obtém R$ 47,91 de lucro para cada R$ 100,00 de capital próprio investido, em média.



14 - Giro do Ativo

14.1 Vendas Líquidas	397.783.667,49	
	———————	= 2,57
14.2 Ativo	154.496.007,60	

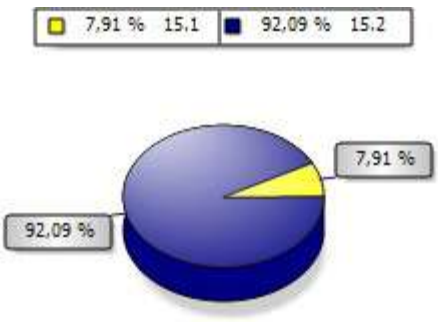
Interpretação : Quanto maior, melhor. A empresa vendeu R$ 2,57 para cada R$ 1,00 de investimento total.



15 - Margem Líquida

15.1 Lucro Líquido	34.144.520,72	
	———————	= 0,09
15.2 Vendas Líquidas	397.783.667,49	

Interpretação : Quanto maior, melhor. A empresa obtém R$ 8,58 de lucro para cada R$ 100,00 vendidos.



Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 815

ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA - 2020

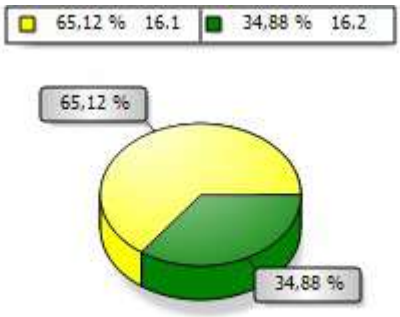
Nome : REAL JG FACILITIES EIRELI
CNPJ : 08.247.960/0001-62
Folha : 6

ÍNDICES DE LIQUIDEZ

16 - Liquidez Geral

16.1 Ativo Circulante + Ativo Realizável a LP — 148.777.951,92
16.2 Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante (Obrigações a LP) — 79.673.738,47 = 1,87

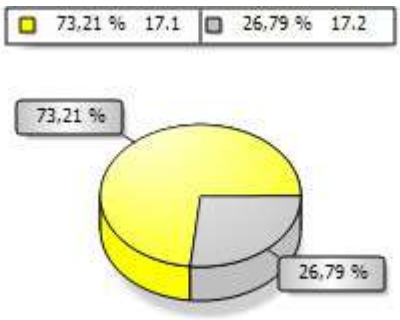
Interpretação : Quanto maior, melhor. A empresa possui R$ 1,87 de ativo circulante e ativo realizável a longo prazo para cada R$ 1,00 de dívida total.



17 - Liquidez Corrente

17.1 Ativo Circulante — 148.396.837,90
17.2 Passivo Circulante — 54.308.413,75 = 2,73

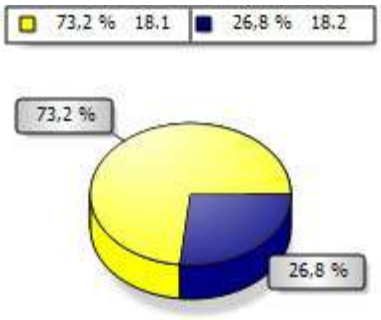
Interpretação : Quanto maior, melhor. A empresa possui R$ 2,73 de ativo circulante para cada R$ 1,00 de dívida de curto prazo.



18 - Liquidez Seca

18.1 Ativo Circulante - Estoques — 148.317.348,38
18.2 Passivo Circulante — 54.308.413,75 = 2,73

Interpretação : Quanto maior, melhor. A empresa possui R$ 2,73 de ativo circulante para cada R$ 1,00 de dívida de curto prazo, sem comprometer os estoques.



Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 816

ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA - 2020

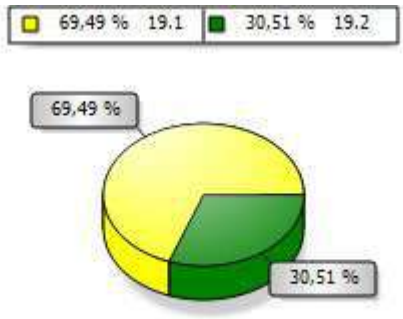
Nome : REAL JG FACILITIES EIRELI
CNPJ : 08.247.960/0001-62
Folha : 7

ÍNDICES DE LIQUIDEZ

19 - Liquidez Imediata

19.1 Disponibilidades	123.700.868,86	
	———————	= 2,28
19.2 Passivo Circulante	54.308.413,75	

Interpretação : Quanto maior, melhor. A empresa possui R$ 2,28 de disponibilidades para cada R$ 1,00 de dívida de curto prazo.



BRASILIA-DF, 31 de Dezembro de 2020

FLAVIA MACENA DE SOUSA:02999916108
Assinado de forma digital por FLAVIA MACENA DE SOUSA:02999916108
Dados: 2021.07.30 16:00:36 -03'00'

FLAVIA MACENA DE SOUSA - 999 - Outros - CPF 029.999.161-08
(FLAVIA MACENA DE SOUSA - 205 - Administrador - CPF 029.999.161-08)

MAYARA APOLINARIO NEGRAO:01170770118
Assinado de forma digital por MAYARA APOLINARIO NEGRAO:01170770118
Dados: 2021.07.30 15:22:42 -03'00'

MAYARA APOLINARIO NEGRAO
CONTADORA - CPF 011.707.701-18 - CRC 022266O-9

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 817

CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS)
1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 08/04/2022, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

REAL JG FACILITIES LTDA
08.247.960/0001-62

OBSERVAÇÕES:
a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8o, § 2o da Resolução 121/CNJ).
d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 08/04/2022
Selo digital de segurança: **2022.CTD.MIVQ.GWQM.4914.PUQG.PMXB**
*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***

NUCER - Núcleo de Emissão de Certidões do TJDFT
Fórum de Brasília - Milton Sebastião Barbosa, Praça Municipal - Lote 1, Bloco A, Ala B - Térreo.
Brasília - DF
Horário de Atendimento: 7h às 19h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados.

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 818

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

RECIBO DE ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS
D C T F MENSAL - 3.6

CNPJ: 08.247.960/0001-62 Mês/Ano: DEZ 2021
Nome Empresarial: REAL JG FACILITIES LTDA
Declaração Retificadora: NÃO
Situação Especial: NÃO Data do Evento:

TOTALIZAÇÃO DOS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES APURADOS NO MÊS - R$

	Débitos Apurados	Saldo a Pagar	Saldo a Pagar em Quotas
IRPJ	0,00	0,00	0,00
IRRF	134.617,05	0,00	
IPI	0,00	0,00	
IOF	0,00	0,00	
CSLL	0,00	0,00	0,00
PIS/PASEP	549.110,65	0,00	
COFINS	2.532.422,67	0,00	
CPMF	0,00	0,00	
CIDE	0,00	0,00	
RET/PAGAMENTO UNIFICADO DE TRIBUTOS	0,00	0,00	
CSRF	1.762,51	0,00	
COSIRF	0,00	0,00	
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	0,00	0,00	

TOTALIZAÇÃO DOS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES APURADOS NO TRIMESTRE ANTERIOR - R$

	Débitos Apurados	Saldo a Pagar
IRPJ	0,00	0,00
CSLL	0,00	0,00

O presente Recibo de Entrega da DCTF contém a transcrição da Ficha Resumo da declaração, que constitui confissão de dívida, de forma irretratável, dos impostos e contribuições declarados. Fica o declarante ciente de que os tributos declarados na DCTF e não pagos serão inscritos em Dívida Ativa da União (DAU), para fins de cobrança judicial, conforme o disposto no parágrafo 2º do artigo 5º do Decreto-Lei nº 2.124, de 13 de junho de 1984, combinado com a Portaria MF nº 118, de 28 de junho de 1984. Ademais, será encaminhada ao Ministério Público Federal Representação Fiscal para Fins Penais nos casos em que, em tese, tenha ocorrido crime contra a ordem tributária ou contra a previdência social, como por deixar de recolher, no prazo legal, valor de tributo ou de contribuição social, descontado ou cobrado, na qualidade de sujeito passivo de obrigação e que deveria recolher aos cofres públicos, conforme dispositivos da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e do Código Penal.

Sobre os tributos não pagos ou não recolhidos nos prazos legais incidirão multa, moratória ou de ofício, conforme o caso, e juros de mora nos termos dos artigos 44 e 61 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e do artigo 18 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003. No caso de falta de apresentação ou de apresentação da declaração com incorreções ou omissões, o contribuinte ficará sujeito às multas previstas no artigo 7º da Lei nº 10.426, de 24 de abril de 2002.

Não produzirá efeito a solicitação de retificação de informações prestadas na DCTF que tiver por objeto: reduzir débitos relativos a impostos e contribuições cujos valores já tenham sido enviados para inscrição em DAU ou tenham sido objeto de pedido de parcelamento deferido, sejam eles saldos a pagar ou valores apurados em procedimento de auditoria interna; reduzir o valor de débitos que tenham sido objeto de exame em procedimento de fiscalização; e alterar débitos de tributos em relação aos quais o sujeito passivo tenha sido intimado do início de procedimento fiscal.

DADOS DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

Nome: FLAVIA MACENA DE SOUZA
CPF: 029.999.161-08
Telefone: (61) 981693973 Ramal: FAX: ( )
Correio Eletrônico: REALDP2012@HOTMAIL.COM

Essa declaração foi assinada com o certificado digital do NI 08.247.960/0001-62

Atenção! Para retificar esta declaração será exigido este número de recibo: 15.99.09.35.39-44

Versão: 3.60

Declaração recebida via Internet pelo Agente Receptor SERPRO em 15/02/2022 às 10:03:53

0609931068

15.99.09.35.39

MINISTÉRIO DA ECONOMIA **DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS**
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL **TRIBUTÁRIOS FEDERAIS**

D C T F MENSAL - 3.6

CNPJ: 08.247.960/0001-62 **Mês/Ano: DEZ 2021**

Dados Iniciais

Período: 01/12/2021 a 31/12/2021
Declaração Retificadora: NÃO
Situação: Normal

PJ inativa no mês da declaração: NÃO

PJ optante pelo Simples Nacional: NÃO

Qualificação da Pessoa Jurídica: PJ em Geral

Forma de Tributação do Lucro: Real Trimestral

PJ com débitos de SCP a serem declarados: NÃO

PJ optante pela CPRB: NÃO

Situação da PJ no mês da declaração: PJ não se enquadra em nenhuma das situações anteriores no mês da declaração

Critério de Reconhecimento das Variações Monetárias dos Direitos de Crédito e das Obrigações do Contribuinte, em Função da Taxa de Câmbio: Não se aplica

Regime de Apuração da Contribuição para o PIS/Pasep e/ou da Cofins: Não-cumulativo

Dados Cadastrais do Estabelecimento Matriz

Nome Empresarial:
REAL JG FACILITIES LTDA

Logradouro: QUADRA Q QUADRA 1 CONJUNTO B Número: 16
Complemento: ******** Bairro/Distrito: SETOR DE INDUSTRIAS
Município: BRASILIA UF: DF
CEP: 71736-102 Telefone: (61) 33637575 Fax:
Caixa Postal: UF: CEP:
Correio Eletrônico: REALDP2008@HOTMAIL.COM

Dados do Representante da Pessoa Jurídica

Nome: FLAVIA MACENA DE SOUZA

CPF: 029.999.161-08

Telefone: (61) 981693973 Ramal: FAX:

Correio Eletrônico: REALDP2012@HOTMAIL.COM

Dados do Responsável pelo Preenchimento

Nome: MAYARA APOLINARIO

CPF: 011.707.701-18

Inscrição no CRC: 1-DF-022266/O-9 UF: DF

Telefone: (61) 30474670 Ramal: Fax:

Correio Eletrônico: MAYARA@CARVALHOEFREIRE.COM.BR

Débito Apurado e Créditos Vinculados-R$

GRUPO DO TRIBUTO: IRRF - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE
CÓDIGO DA RECEITA: 0561-07
DENOMINAÇÃO: IRRF - Trabalho Assalariado

PERIODICIDADE: Mensal PERÍODO DE APURAÇÃO: Dezembro / 2021

DÉBITO APURADO	134.120,60
CRÉDITOS VINCULADOS	
- PAGAMENTO	134.120,60
- COMPENSAÇÕES	0,00
- PARCELAMENTO	0,00
- SUSPENSÃO	0,00
SOMA DOS CRÉDITOS VINCULADOS	134.120,60
SALDO A PAGAR DO DÉBITO	0,00

Valor do Débito-R$ **Total: 134.120,60**

Total do Imposto apurado no período, antes de efetuadas as compensações 134.120,60

Pagamento **Total: 134.120,60**

Relação de DARF vinculados ao Débito.

PA: 31/12/2021 CNPJ: 08.247.960/0001-62 Código da Receita: 0561
Data de Vencimento: 20/01/2022 N° de Referência:
Valor do Principal: 134.120,60
Valor da Multa: 0,00
Valor dos Juros: 0,00
Valor Total do DARF: 134.120,60
Valor Pago do Débito: 134.120,60

Débito Apurado e Créditos Vinculados-R$

GRUPO DO TRIBUTO: IRRF - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE
CÓDIGO DA RECEITA: 1708-06
DENOMINAÇÃO: IRRF - Remuneração de Serviços Prestados por Pessoa Jurídica

PERIODICIDADE: Mensal PERÍODO DE APURAÇÃO: Dezembro / 2021

DÉBITO APURADO	496,45
CRÉDITOS VINCULADOS	
- PAGAMENTO	496,45
- COMPENSAÇÕES	0,00
- PARCELAMENTO	0,00
- SUSPENSÃO	0,00
SOMA DOS CRÉDITOS VINCULADOS	496,45
SALDO A PAGAR DO DÉBITO	0,00

Valor do Débito-R$ **Total: 496,45**

Total do Imposto apurado no período, antes de efetuadas as compensações 496,45

Pagamento **Total: 496,45**

Relação de DARF vinculados ao Débito.

PA: 31/12/2021 CNPJ: 08.247.960/0001-62 Código da Receita: 1708
Data de Vencimento: 20/01/2022 N° de Referência:
Valor do Principal: 19,32
Valor da Multa: 0,00
Valor dos Juros: 0,00
Valor Total do DARF: 19,32
Valor Pago do Débito: 19,32

Relação de DARF vinculados ao Débito.

PA: 31/12/2021 CNPJ: 08.247.960/0001-62 Código da Receita: 1708
Data de Vencimento: 20/01/2022 N° de Referência:
Valor do Principal: 32,93
Valor da Multa: 0,00
Valor dos Juros: 0,00
Valor Total do DARF: 32,93
Valor Pago do Débito: 32,93

Relação de DARF vinculados ao Débito.

PA: 31/12/2021 CNPJ: 08.247.960/0001-62 Código da Receita: 1708
Data de Vencimento: 20/01/2022 N° de Referência:
Valor do Principal: 55,35
Valor da Multa: 0,00
Valor dos Juros: 0,00
Valor Total do DARF: 55,35
Valor Pago do Débito: 55,35

Relação de DARF vinculados ao Débito.

PA: 31/12/2021 CNPJ: 08.247.960/0001-62 Código da Receita: 1708
Data de Vencimento: 20/01/2022 N° de Referência:
Valor do Principal: 86,18
Valor da Multa: 0,00
Valor dos Juros: 0,00
Valor Total do DARF: 86,18
Valor Pago do Débito: 86,18

Relação de DARF vinculados ao Débito.

PA: 31/12/2021 CNPJ: 08.247.960/0001-62 Código da Receita: 1708
Data de Vencimento: 20/01/2022 N° de Referência:
Valor do Principal: 114,12
Valor da Multa: 0,00
Valor dos Juros: 0,00
Valor Total do DARF: 114,12
Valor Pago do Débito: 114,12

Relação de DARF vinculados ao Débito.

PA: 31/12/2021 CNPJ: 08.247.960/0001-62 Código da Receita: 1708
Data de Vencimento: 20/01/2022 N° de Referência:
Valor do Principal: 188,55
Valor da Multa: 0,00
Valor dos Juros: 0,00
Valor Total do DARF: 188,55
Valor Pago do Débito: 188,55

Débito Apurado e Créditos Vinculados-R$

GRUPO DO TRIBUTO: PIS/PASEP - CONTRIB. P/ PROGRAMA DE INTEGRACAO SOCIAL/FORMACAO PATRIM. SERV. PÚBLICO

CÓDIGO DA RECEITA: 6912-01

DENOMINAÇÃO: PIS - Não cumulativo

PERIODICIDADE: Mensal PERÍODO DE APURAÇÃO: Dezembro / 2021

DÉBITO APURADO	549.110,65
CRÉDITOS VINCULADOS	
- PAGAMENTO	549.110,65
- COMPENSAÇÕES	0,00
- PARCELAMENTO	0,00
- SUSPENSÃO	0,00
SOMA DOS CRÉDITOS VINCULADOS	549.110,65
SALDO A PAGAR DO DÉBITO	0,00

Valor do Débito-R$ **Total: 549.110,65**

Total da Contribuição no período, antes de efetuadas as compensações 549.110,65

Pagamento **Total: 549.110,65**

Relação de DARF vinculados ao Débito.

PA: 31/12/2021 CNPJ: 08.247.960/0001-62 Código da Receita: 6912
Data de Vencimento: 25/01/2022 N° de Referência:
Valor do Principal: 549.110,65
Valor da Multa: 0,00
Valor dos Juros: 0,00
Valor Total do DARF: 549.110,65
Valor Pago do Débito: 549.110,65

Débito Apurado e Créditos Vinculados-R$

GRUPO DO TRIBUTO: COFINS - CONTRIBUIÇÃO P/ FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
CÓDIGO DA RECEITA: 5856-01
DENOMINAÇÃO: COFINS - Não cumulativa

PERIODICIDADE: Mensal PERÍODO DE APURAÇÃO: Dezembro / 2021

DÉBITO APURADO	2.532.422,67
CRÉDITOS VINCULADOS	
- PAGAMENTO	2.532.422,67
- COMPENSAÇÕES	0,00
- PARCELAMENTO	0,00
- SUSPENSÃO	0,00
SOMA DOS CRÉDITOS VINCULADOS	2.532.422,67
SALDO A PAGAR DO DÉBITO	0,00

Valor do Débito-R$ **Total: 2.532.422,67**

Total da Contribuição no período, antes de efetuadas as compensações 2.532.422,67

Pagamento **Total: 2.532.422,67**

Relação de DARF vinculados ao Débito.

PA: 31/12/2021 CNPJ: 08.247.960/0001-62 Código da Receita: 5856
Data de Vencimento: 25/01/2022 N° de Referência:
Valor do Principal: 2.532.422,67
Valor da Multa: 0,00
Valor dos Juros: 0,00
Valor Total do DARF: 2.532.422,67
Valor Pago do Débito: 2.532.422,67

Débito Apurado e Créditos Vinculados-R$

GRUPO DO TRIBUTO: CSRF - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS RETIDAS NA FONTE PELAS PJ DE DIREITO PRIVADO

CÓDIGO DA RECEITA: 5952-07

DENOMINAÇÃO: CSLL, COFINS e PIS/PASEP - Retenção de contribuições sobre pagamentos de PJ a PJ de direito privado

PERIODICIDADE: Mensal PERÍODO DE APURAÇÃO: Dezembro / 2021

DÉBITO APURADO	1.762,51
CRÉDITOS VINCULADOS	
- PAGAMENTO	1.762,51
- COMPENSAÇÕES	0,00
- PARCELAMENTO	0,00
- SUSPENSÃO	0,00
SOMA DOS CRÉDITOS VINCULADOS	1.762,51
SALDO A PAGAR DO DÉBITO	0,00

Valor do Débito-R$ **Total: 1.762,51**

Total das Retenções no período, antes de efetuadas as compensações 1.762,51

Pagamento **Total: 1.762,51**

Relação de DARF vinculados ao Débito.

PA: 31/12/2021 CNPJ: 08.247.960/0001-62 Código da Receita: 5952
Data de Vencimento: 20/01/2022 N° de Referência:
Valor do Principal: 19,53
Valor da Multa: 0,00
Valor dos Juros: 0,00
Valor Total do DARF: 19,53
Valor Pago do Débito: 19,53

Relação de DARF vinculados ao Débito.

PA: 31/12/2021 CNPJ: 08.247.960/0001-62 Código da Receita: 5952
Data de Vencimento: 20/01/2022 N° de Referência:
Valor do Principal: 27,12
Valor da Multa: 0,00
Valor dos Juros: 0,00
Valor Total do DARF: 27,12
Valor Pago do Débito: 27,12

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 827

Relação de DARF vinculados ao Débito.

PA: 31/12/2021 CNPJ: 08.247.960/0001-62 Código da Receita: 5952
Data de Vencimento: 20/01/2022 N° de Referência:
Valor do Principal: 59,88
Valor da Multa: 0,00
Valor dos Juros: 0,00
Valor Total do DARF: 59,88
Valor Pago do Débito: 59,88

Relação de DARF vinculados ao Débito.

PA: 31/12/2021 CNPJ: 08.247.960/0001-62 Código da Receita: 5952
Data de Vencimento: 20/01/2022 N° de Referência:
Valor do Principal: 102,08
Valor da Multa: 0,00
Valor dos Juros: 0,00
Valor Total do DARF: 102,08
Valor Pago do Débito: 102,08

Relação de DARF vinculados ao Débito.

PA: 31/12/2021 CNPJ: 08.247.960/0001-62 Código da Receita: 5952
Data de Vencimento: 20/01/2022 N° de Referência:
Valor do Principal: 171,58
Valor da Multa: 0,00
Valor dos Juros: 0,00
Valor Total do DARF: 171,58
Valor Pago do Débito: 171,58

Relação de DARF vinculados ao Débito.

PA: 31/12/2021 CNPJ: 08.247.960/0001-62 Código da Receita: 5952
Data de Vencimento: 20/01/2022 N° de Referência:
Valor do Principal: 267,15
Valor da Multa: 0,00
Valor dos Juros: 0,00
Valor Total do DARF: 267,15
Valor Pago do Débito: 267,15

Relação de DARF vinculados ao Débito.

PA: 31/12/2021 CNPJ: 08.247.960/0001-62 Código da Receita: 5952
Data de Vencimento: 20/01/2022 N° de Referência:
Valor do Principal: 530,67
Valor da Multa: 0,00
Valor dos Juros: 0,00
Valor Total do DARF: 530,67
Valor Pago do Débito: 530,67

Relação de DARF vinculados ao Débito.

PA: 31/12/2021 CNPJ: 08.247.960/0001-62 Código da Receita: 5952
Data de Vencimento: 20/01/2022 N° de Referência:
Valor do Principal: 584,50
Valor da Multa: 0,00
Valor dos Juros: 0,00
Valor Total do DARF: 584,50
Valor Pago do Débito: 584,50

******* FIM DE IMPRESSÃO *******

REAL JG SERVIÇOS

A
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ

Brasília/DF, 14 de Abril de 2022

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2022

DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PRIVADA

Declaro que a empresa REAL JG FACILITIES EIRELI., inscrita no CNPJ nº 08.247.960/0001-62, inscrição estadual (GDF) nº 07.478.593/001-20, estabelecida no SIBS QD. 01 Conj. B Lote 16 - Núcleo Bandeirante - Brasília-DF, possui os seguintes contratos firmados com a administração pública e privada:

OR	SIGLA	CLIENTE	ENDEREÇO	Nº DO CONTRATO	SERVIÇO	QTD. DE POSTOS/ PROFISSIONAIS	INÍCIO DO CONTRATO	VIGÊNCIA INCIAL (CONFORME ADITIVOS)	VIGÊNCIA FINAL (CONFORME ADITIVOS)	DIAS REMANECENTES	VALOR GLOBAL DO CONTRATO	VALOR MENSAL DO CONTRATO	VALOR REMANECENTE
1	ABC	AGÊNCIA BRASIL CENTRAL	Rua SC-1, nº 299, Parque Santa Cruz, Goiânia, inscrita sob o CNPJ nº 03.520.902/0001-47.	26/2017	LIMPEZA	25	14/09/2017	14/09/2021	14/09/2022	154	R$ 958.320,84	R$ 79.860,07	R$ 409.948,36
2	ADASA	AGENCIA REGULADORA DE AGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO DISTRITO FEDERAL - ADASA/DF	Setor Ferroviário - Parque Ferroviário de Brasília – Estação Rodoferroviária de	04/2020	LIMPEZA	17	20/03/2020	01/04/2020	30/09/2022	170	R$ 2.457.883,59	R$ 40.964,73	R$ 232.133,45
3	AGU	ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO	SIG, Quadra 06 Lote 800, , Brasília-DF	24/2017	COPA	57	15/05/2017	15/05/2021	15/05/2022	32	R$ 3.167.679,60	R$ 263.973,30	R$ 281.571,52
4	AGU	ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO	Avenida Herculano Bandeira, nº 716, Pina, Recife, Pernambuco, CEP: 51.110-130.	16/2017	LIMPEZA	19	28/08/2017	28/08/2021	28/08/2022	137	R$ 886.455,36	R$ 73.871,28	R$ 337.345,51
5	ANA	AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO	Setor Policial, Área 05, Quadra 03, Bloco M, Brasília – DF	22/2017	COPA	21	01/08/2017	01/08/2021	01/08/2022	110	R$ 1.376.344,62	R$ 114.695,39	R$ 420.549,75
6	ANA	AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO	Setor Policial, Área 05, Quadra 03, Bloco M, Brasília – DF	61/2017	LIMPEZA	81	01/12/2017	02/12/2021	01/12/2022	232	R$ 4.135.454,95	R$ 344.621,25	R$ 2.665.070,97
7	ANAC	AGÊNCIA NACIONAL AVIAÇÃO CIVIL	Setor Comercial Sul - Brasília-DF	06/2017	APOIO	154	02/05/2017	02/05/2021	02/05/2022	19	R$ 14.243.169,92	R$ 1.186.930,83	R$ 751.722,86
8	ANAC	AGÊNCIA NACIONAL AVIAÇÃO CIVIL	SCS, Quadra 09, Lote C, Torre A - 3º Andar, Edifício Parque Cidade Corporate - Bairro Setor Comercial Sul, Brasília/DF, CEP	02/2018	LIMPEZA	17	25/01/2018	24/01/2022	24/01/2023	286	R$ 934.261,03	R$ 77.855,09	R$ 742.218,48
9	ARQUIVO NACIONAL	ARQUIVO NACIONAL-MJ	Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Anexo II, 6º Andar, Sala 621 - Bairro Zona Cívico Administrativa,	19/2018	LIMPEZA	6	07/12/2018	07/12/2021	07/12/2022	238	R$ 418.269,84	R$ 34.855,82	R$ 276.522,84
10	CADE	CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA	SEPN 515 Conjunto D Lote 4 Edif. Carlos Taurisano 1º Andar Ana Norte	12/2018	COPA	6	01/08/2018	01/08/2021	01/08/2022	110	R$ 361.749,36	R$ 30.145,78	R$ 110.534,53
11	CADE	CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA	SEPN 515 Conjunto D Lote 4 Edif. Carlos Taurisano 1º Andar Ana Norte	01/2021	CARREGADOR		01/02/2021	01/02/2022	01/02/2023	294	R$ 102.370,80	R$ 8.530,90	R$ 83.602,82
12	CAESB	COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL	Av. Sibipiruna - Lotes 13 a 21 Centro de Gestão Águas Emendadas CEP: 71.928-720 Águas Claras - DF	8646/2016	LIMPEZA	284	25/07/2016	23/07/2021	23/07/2022	101	R$ 16.382.120,23	R$ 1.365.176,69	R$ 4.596.094,84
13	CBMDF	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	Setor de Administração Municipal - SAM Quadra "B" Bloco "D", CEP 70610-600, Brasília - DF (ao lado do DER).	38/2017	LIMPEZA	209	11/09/2017	11/09/2020	11/09/2022	151	R$ 22.759.167,14	R$ 948.298,63	R$ 4.773.103,11
14	CBTU	COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS	SAUS Quadra 01, Lote 1/6, Bloco H, Edifício Telemundi II, 2º e 11º a 14º andar – Asa Sul – Brasília/DF	15/2021	LIMPEZA	11	29/11/2021	01/12/2021	30/04/2022	17	R$ 397.556,93	R$ 16.564,87	R$ 9.386,76
	CCR	CONCESSIONÁRIA DO BLOCO SUL S.A. - AEROPORTO DE CURITIBA	Avenida Rocha Pombo, s/n, Bairro de Águas Belas - São José dos Pinhais 83010-900	00004564/2022	LIMPEZA	50	30/03/2022	30/03/2022	29/03/2023	350	R$ 4.390.380,43	R$ 365.865,04	R$ 4.268.425,42

CNPJ 08.247.960/0001-62
Fone: (61) 3363-7575 - (61) 3052-2579
licitacoes@realjg.com.br

CF/DF 07.478.593/001-20
SIBS QD. 01 - CONJ B LOTE 16
CEP: 71.736-102
NÚCLEO BANDEIRANTE - BRASÍLIA-DF

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 830

15	CCR	CONCESSIONÁRIA DO BLOCO SUL S.A. - AEROPORTO DE FOZ DO IGUAÇU	Estrada BR 469, Km 16,5, s/n, Bairro Aeroporto Internacional - Foz do Iguaçu - PR	4600059841/2022	LIMPEZA	13	30/03/2022	30/03/2022	29/03/2023	350	R$ 1.356.340,03	R$ 113.028,34	R$ 1.318.663,92
	CCR	CONCESSIONÁRIA DO BLOCO SUL S.A. - AEROPORTO DE LONDRINA -	Rua Tenente João Maurício Medeiros, nº 300 Bairro Aeroporto - Londrina - SC	4600059842/2022	LIMPEZA	9	08/03/2022	08/03/2022	07/03/2023	328	R$ 826.081,50	R$ 68.840,13	R$ 752.652,03
	CCR	CONCESSIONÁRIA DO BLOCO SUL S.A. - AEROPORTO DE NAVEGANTES	Rua Osmar Gaya, nº 1297, Bairro Meia Praia - Navegantes - SC	4600059841/2022	LIMPEZA	19	30/03/2022	30/03/2022	29/03/2023	350	R$ 1.426.854,43	R$ 118.904,54	R$ 1.387.219,58
	CCR	CONCESSIONÁRIA DO BLOCO CENTRAL S.A. - AEROPORTO DE GOIÂNIA - GO	Alameda Aeroporto S/N, Bairro Aeroporto Internacional Santa Genoveva - GO	4600059842/2022	LIMPEZA	13	23/03/2022	23/03/2022	22/03/2023	343	R$ 1.135.083,41	R$ 94.590,28	R$ 1.081.482,25
16	CEB	CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.	Setor de Áreas Públicas Sul, Área Especial, Lote C, Brasília - DF	483/2018	LIMPEZA	56	26/01/2018	26/07/2020	25/07/2022	103	R$ 8.045.262,96	R$ 335.219,29	R$ 1.150.919,56
17	CEB	CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.	SIA, Setor de Áreas Públicas, lote C, CEP 71215-902, Brasília – DF	398/2017	SERRALHERIA E PORTARIA	69	01/12/2017	01/12/2021	31/07/2022	109	R$ 4.186.695,36	R$ 348.891,28	R$ 1.267.638,32
18	CENSIPAM	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia	Setor Policial Sul - Área 5 - Quadra 3 - Bl. K - Brasília - DF CEP: 70610-200	06/2018	COPA	3	23/04/2018	22/04/2022	21/04/2023	373	R$ 199.061,04	R$ 16.588,42	R$ 206.249,36
19	CÂMARA MUNICIPAL GOIANIA	CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA	Avenida Goias Norte nº 2001 Centro - Goiânia	51/2016	ASG	55	20/10/2016	20/10/2021	19/04/2022	6	R$ 1.075.069,89	R$ 89.589,16	R$ 17.917,83
20	COFFITO	CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL	SRTVS Quadra 701 – Ed. Assis Chateaubriand, Bloco II, Sala 731– CEP: 70.340-906 - Brasília/DF	33/2017	ASG	5	01/12/2017	01/12/2021	01/12/2022	232	R$ 262.961,16	R$ 21.913,43	R$ 169.463,86
21	COREN DF	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO DISTRITO FEDERAL	SRTV Sul, Quadra 701, Edifício Palácio da Imprensa, 5º andar, Asa Sul, Brasília/DF, CEP: 70.340-905	06/2020	APOIO	15	03/08/2020	03/08/2021	02/08/2022	111	R$ 858.083,59	R$ 71.506,97	R$ 264.575,77
22	DETRAN	DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL	prestação de serviços de apoio administrativos contínuos com alocação de mão de obra terceirizada para o	15/2018	APOIO ADM.	65	11/07/2018	11/01/2021	11/07/2022	89	R$ 3.166.609,80	R$ 527.768,30	R$ 1.565.712,62
23	ECT	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRÁFOS	Rua Mergenthaler, 592, Bairro Vila Leopoldina, São Paulo/SP, 05311-900	563/2019	LIMPEZA	30	24/01/2020	25/04/2020	25/01/2025	1018	R$ 7.438.635,00	R$ 123.977,25	R$ 4.206.961,35
24	EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS	EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	SES. Av. das Nações, Quadra 801, Lote 03, Brasília/DF, 70403-900	19BR25-18-Q0009	JARDINAGEM	6	01/09/2019	01/09/2021	01/09/2022	141	R$ 418.800,00	R$ 34.900,00	R$ 164.030,00
25	EMBRAPA	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - HORTALIÇAS	BR-060/DF, km 9 da Rodovia Brasília-Anápolis, DF-180, Fazenda Tamanduá, Ponte Alta-Gama, Brasília, DF	21200.16/0013-9	LIMPEZA	10	03/05/2016	01/01/2022	30/04/2022	17	R$ 676.801,68	R$ 56.400,14	R$ 31.960,08
26	ESCOLA NAVAL	MARINHA DO BRASIL - ESCOLA NAVAL	Av. Almirante Sylvio de Noronha s/ n., Ilha de Villegagnon, Castelo, cidade do Rio de Janeiro, RJ	62400/2018-007/00	LIMPEZA	15	27/09/2018	27/09/2021	26/09/2022	166	R$ 916.229,04	R$ 76.352,42	R$ 422.483,39
27	ESMPU	ESCOLA SUPERIOR DO MINISTERIO PÚBLICO DA UNIÃO	SGAS 604, Asa Sul, Brasília-DF	12/2020	LIMPEZA	10	01/04/2020	01/04/2022	01/04/2023	353	R$ 713.657,69	R$ 59.471,47	R$ 699.781,01
28	ESMPU	ESCOLA SUPERIOR DO MINISTERIO PÚBLICO DA UNIÃO	SGAS 604, Asa Sul, Brasília-DF	13/2020	APOIO	38	15/04/2020	16/04/2022	15/04/2023	367	R$ 2.408.620,68	R$ 200.718,39	R$ 2.455.454,97
29	FNDE	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO	GSO / Unidade de Compras	69/2016	LIMPEZA	37	15/11/2016	15/11/2021	15/11/2022	216	R$ 1.411.465,44	R$ 117.622,12	R$ 846.879,26
30	FSERJ	FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	Avenida Padre Leonel Franca, nº 248, 1º andar, Gávea - CEP. 22451-000, Rio de Janeiro – RJ	078/2022	APOIO		06/03/2022	06/03/2022	05/09/2022	145	R$ 14.501.733,38	R$ 1.208.477,78	R$ 5.840.975,94

31	FSERJ	FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	Avenida Padre Leonel Franca, nº 248, 1º andar, Gávea - CEP. 22451-000, Rio de Janeiro – RJ	080/2022	TELEATENDIMENTO		06/03/2022	06/03/2022	05/09/2022	145	R$	4.309.272,78	R$	359.106,07	R$ 1.735.679,31
32	GAP	GRUPAMENTO DE APOIO DISTRITO FEDERAL	SES QD 801- LT 03 - Nações AV	09/2017	LIMPEZA	20	06/03/2017	02/03/2021	02/06/2022	50	R$	1.366.060,32	R$	113.838,36	R$ 189.730,60
33	GAP	GRUPAMENTO DE APOIO DISTRITO FEDERAL	BRASILIA-DF	32/2018	LIMPEZA	12	24/04/2018	24/04/2021	24/10/2022	194	R$	840.008,52	R$	70.000,71	R$ 452.671,26
34	GAP	GRUPAMENTO DE APOIO DISTRITO FEDERAL	Comando da Aeronáutica (ALA 1) - Área Militar do Aeroporto Internacional de Brasília, Lago Sul, Brasília-DF, CEP: 71607-	33/2018	LIMPEZA	6	24/04/2018	24/04/2021	24/10/2022	194	R$	337.221,72	R$	28.101,81	R$ 181.725,04
35	HFA	HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS		02/2022	LIMPEZA	199	01/02/2022	01/02/2022	01/03/2023	322	R$	11.339.997,84	R$	944.999,82	R$ 10.142.998,07
36	HNBRA	HOSPITAL NAVAL DE BRASÍLIA	Av. W-5 E. Q. 711/911 – SEPS, s/nº, Asa Sul, em Brasília/DF, CEP: 70.390-115	87700/2017-091/00	LIMPEZA HOSP.	15	09/10/2017	09/10/2021	09/10/2022	179	R$	1.073.846,19	R$	89.487,18	R$ 533.940,19
37	HUB	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA	Setor de Grandes Áreas Norte 605 - Asa Norte, Brasília - DF, 70840-901	15/2019	APOIO ADM.	132	15/11/2019	15/11/2021	14/11/2022	215	R$	9.791.170,68	R$	815.930,89	R$ 5.847.504,71
38	IBAMA-GO	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE DOS RECURSOS NATURIAS RENOVÁVEIS DO GOIAS	Superintendência no Estado De Goiás sito à Rua 229, no 95, Setor Universitário em Goiânia – GO	19/2018	Tratador de Animal	8	01/10/2018	01/10/2021	30/09/2022	170	R$	340.700,16	R$	28.391,68	R$ 160.886,19
39	IBRAM	INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS	Setor Bancário Norte, Quadra 02, Edifício CNC III, sobreloja, Brasília/DF, 70040-020	08/2019	LIMPEZA E COPA	11	12/07/2019	15/07/2021	15/07/2022	93	R$	336.346,96	R$	28.028,91	R$ 86.889,63
40	IFG - CERES	INSTITUTO FEDERAL GOIANO - CAMPUS CERES	Rodovia Go-154, Km 03. Caixa postal 51, Ceres – GO, CEP: 76.300-000 – Brasil	74/2021			02/08/2021	02/08/2021	02/08/2022	111	R$	1.014.941,66	R$	84.578,47	R$ 312.940,35
41	IFG - CRISTALINA	INSTITUTO FEDERAL GOIANO - CAMPUS CRISTALINA	Rua Araguaia, loteamento 71 Setor Oeste, Cristalina, Goiás, CEP 75850-000	09/2020	TRATADOR		14/12/2020	14/12/2021	14/12/2022	245	R$	265.241,74	R$	22.103,48	R$ 180.511,74
42	IFG - RIO VERDE	INSTITUTO FEDERAL GOIANO - CAMPUS RIO VERDE	Rodovia Sul Goiana, Km 01, Zona Rural – Rio Verde – GO. CEP: 75.901-970	02/2019	LIMPEZA	39	11/02/2019	11/02/2022	11/02/2023	304	R$	1.784.827,56	R$	148.735,63	R$ 1.507.187,72
43	IFG - RIO VERDE	INSTITUTO FEDERAL GOIANO - CAMPUS RIO VERDE	Rodovia Sul Goiana, Km 01, Zona Rural – Rio Verde – GO. CEP: 75.901-970	20/2021	TRATADOR		03/02/2021	03/02/2022	03/02/2023	296	R$	808.458,13	R$	67.371,51	R$ 664.732,24
44	IFG - TRINDADE	INSTITUTO FEDERAL GOIANO - CAMPUS TRINDADE	Av. Wilton Monteiro da Rocha – Setor Cristina II – Trindade – GO. CEP: 75389-269-970	02/2019	LIMPEZA	4	06/03/2019	06/03/2022	06/03/2023	327	R$	189.260,80	R$	15.771,73	R$ 171.911,89
45	IFG - REITORIA	INSTITUTO FEDERAL GOIANO - REITORIA	Rua 88, nº 310 – Setor Sul – Goiânia – GO – CEP: 74.085-010	20/2019	LIMPEZA	5	01/07/2019	01/07/2021	01/07/2022	79	R$	197.594,79	R$	16.466,23	R$ 43.361,08
46	IFG - MORRINHOS	INSTITUTO FEDERAL GOIANO - CAMPUS MORRINHOS	BR 153, Km 633 – Zona Rural – Morrinhos – GO – CEP: 75.650-000	05/2019	LIMPEZA	12	25/07/2019	25/07/2021	25/07/2022	103	R$	516.986,91	R$	43.082,24	R$ 147.915,70
47	IFG - MORRINHOS	INSTITUTO FEDERAL GOIANO - CAMPUS MORRINHOS	BR 153, Km 633 – Zona Rural – Morrinhos – GO – CEP: 75.650-000	32/2021	MANUTENÇÃO		26/03/2021	26/03/202	26/03/2023	347	R$	565.732,94	R$	47.144,41	R$ 545.303,69
48	IFG - UTURAÍ	INSTITUTO FEDERAL GOIANO - CAMPUS UTURAÍ	Rod. Geraldo Silva, km 2,5, Zona Rural, Urutaí/GO, 75790-000	14/2019	LIMPEZA	32	28/11/2019	28/11/2021	28/11/2022	229	R$	1.366.003,53	R$	113.833,63	R$ 868.930,02
49	IFG - UTURAÍ	INSTITUTO FEDERAL GOIANO - CAMPUS UTURAÍ	Rod. Geraldo Silva, km 2,5, Zona Rural, Urutaí/GO, 75790-000	03/2020	MANUTENÇÃO	7	14/08/2020	17/08/2021	17/08/2022	126	R$	426.832,61	R$	35.569,38	R$ 149.391,41

50	**IFG - UTURAÍ**	**INSTITUTO FEDERAL GOIANO - CAMPUS UTURAÍ**	Rod. Geraldo Silva, km 2,5, Zona Rural, Urutaí/GO, 75790-000	09/2020	TRATADOR		11/12/2020	11/12/2021	11/12/2022	242	R$ 742.698,60	R$ 61.891,55	R$ 499.258,50
51	**INFRAERO-AM**	**EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTÚARIA-AM**	Avenida Santos Drummont, Tarumã- MANAUS-AM CEP: 69.049,600	TC0076-SL/2018/0025	LIMPEZA	80	09/07/2018	21/06/2021	20/12/2023	616	R$ 16.536.924,60	R$ 551.230,82	R$ 11.318.606,17
52	**INFRAERO-GO**	**EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTÚARIA-GO**	Alameda 4, s/n, Aeroporto - Goiânia/GO, CEP: 74.672-856	343-SL/2019/0011	LIMPEZA	8	20/10/2019	20/10/2019	19/04/2022	6	R$ 1.485.370,03	R$ 49.512,33	R$ 9.902,47
53	**INFRAERO-RJ**	**EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTÚARIA-RJ**	Praça Senador Salgado Filho, Centro, Rio de Janeiro - CEP. 20.021-340	0047-SL/2017/0062	LIMPEZA	95	01/07/2017	01/01/2020	30/06/2022	78	R$ 32.289.008,13	R$ 1.076.300,27	R$ 2.798.380,70
54	**INFRAERO-SUL**	**EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTÚARIA-SUL**	SHIS, Setor de Concessionárias e Locadoras, Lt 5, Aeroporto, Brasília/DF, 71608-050	482-SL/2019/0001	LIMPEZA	160	16/12/2019	16/12/2019	30/09/2023	535	R$ 34.723.797,54	R$ 700.022,74	R$ 12.483.738,86
55	**INMETRO**	**INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA**	Rua 148, s/nº, Setor Sul, Goiânia/GO	11/2017	APOIO	22	03/04/2017	03/04/2022	03/04/2023	355	R$ 235.890,19	R$ 19.657,52	R$ 232.613,94
56	**INSS**	**INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL**	Av. Goiás, n. 51, Centro, Goiânia, Goiás	07/2019	CARREGADOR	3	21/03/2019	21/06/2021	31/12/2022	262	R$ 110.530,13	R$ 15.416,85	R$ 134.640,49
57	**IPEA**	**INSTITUTO DE PESQUISA, ECONOMICA APLICADA**	Setor Bancário Sul, Edifício do BNDES, Brasília/DF	12/2017	APOIO	33	14/02/2017	14/02/2022	14/02/2023	307	R$ 4.172.247,84	R$ 347.687,32	R$ 3.558.000,24
58	**MAPA**	**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**	Esplanada dos Ministérios, Bloco "D", Edifício Sede, sobreloja, sala 145, Brasília/DF CEP: 70043-900 – Fone (61)	17/2018	LIMPEZA	94	01/08/2018	01/08/2021	01/08/2022	110	R$ 6.090.690,60	R$ 507.557,55	R$ 1.861.044,35
59	**MC**	**MINISTÉRIO DAS CIDADES**	SAUS, Quadra 01, Lotes 1/6, Bloco H, Sala 307, Edifício Telemundi II, Brasília - DF	14/2017	LIMPEZA	24	31/07/2017	31/07/2021	30/07/2022	108	R$ 1.644.928,10	R$ 137.077,34	R$ 493.478,43
60	**MCTIC**	**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**	Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Brasília-DF	02.0007.00/2017	COPA	86	19/06/2017	19/06/2021	19/06/2022	67	R$ 5.546.535,18	R$ 462.211,27	R$ 1.032.271,83
61	**MDIC**	**MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMERCIO EXTERIOR**	Bloco J, Esplanada dos Miinistérios, Brasília CEP: 70056-900	12/2018	APOIO	8	02/08/2018	02/08/2021	02/08/2022	111	R$ 587.617,18	R$ 48.968,10	R$ 181.181,96
62	**MDR**	**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**	Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Ed. Sede - Zona Cívico-Administrativa, Brasília - DF, CEP 70.067-901	13/2019	LIMPEZA	18	01/11/2019	01/11/2021	31/10/2022	201	R$ 1.317.800,76	R$ 109.816,73	R$ 735.772,09
63	**MEC**	**MINISTERIO DA EDUCAÇÃO**	Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Anexo II, 3º Andar	19/2016	LIMPEZA	87	12/07/2016	12/07/2021	31/07/2022	109	R$ 5.106.943,44	R$ 425.578,62	R$ 1.546.268,99
64	**ME**	**MINISTÉRIO DA ECONOMIA**	Esplanada dos Ministérios, Bloco C, sala 110, Brasilia/DF, CEP: 70046-900	08/2021	FACILITIES		07/07/2021	07/07/2021	07/07/2024	816	R$ 37.016.450,42	R$ 1.088.719,13	R$ 29.613.160,34
65	**MINFRA**	**MINISTERIO DA INFRAESTRUTURA**	Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Sede - Zona Cívico-Administrativa, Brasília - DF, CEP 70.044-902	14/2020	LIMPEZA		15/10/2020	16/10/2021	15/10/2022	185	R$ 1.290.512,31	R$ 107.542,69	R$ 663.179,94
66	**MJ**	**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**	Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Anexos I e II, Brasília - DF	37/2019	COPA	48	21/10/2019	22/10/2021	21/10/2022	191	R$ 3.071.939,28	R$ 255.994,94	R$ 1.629.834,45
67	**MJ**	**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**	Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Anexos I e II, Brasília - DF	45/2019	LIMPEZA	64	31/12/2019	01/01/2022	31/12/2022	262	R$ 3.692.607,48	R$ 307.717,29	R$ 2.687.397,67
68	**MME**	**MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA**	Esplanada Dos Ministérios, Bloco U, Brasília - DF	21/2020	LIMPEZA		15/09/2020	15/09/2021	15/09/2022	155	R$ 1.579.716,05	R$ 131.643,00	R$ 680.155,52

69	**MP - GO**	**MINISTÉRIO PÚBLICO DO GOIÁS/ PGJG**	Rua 23, esquina com Av. Fued José Sebba, Qd. A6, Lts 1/24, Jardim Goiás - Goiania/GO.	92/2018	MOTORISTA	18	26/10/2018	26/10/2021	25/10/2022	195	R$ 958.163,04	R$ 79.846,92	R$ 519.004,98
70	**MPDFT**	**MINISTERIO PUBLICO DF E TERRITORIOS**	Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, em Brasília/DF	39/2017	CARREGADOR	22	11/09/2017	11/09/2021	10/09/2022	150	R$ 1.100.273,04	R$ 91.689,42	R$ 458.447,10
71	**MPT-PGT**	**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**	Ed. Sede PGT, SAUN Quadra 05, Lote C, Torre A – Centro Empresarial CNC – Asa Norte, Brasília – DF – CEP 70.040-250	16/2019	LIMPEZA E COPA	34	01/07/2019	01/01/2022	01/07/2024	810	R$ 4.519.544,10	R$ 150.651,47	R$ 4.067.589,69
72	**MS-DF**	**MINISTÉRIO DA SAÚDE**	Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Brasília - DF	91/2018	LIMPEZA	119	01/11/2018	01/11/2021	01/11/2022	202	R$ 8.468.032,20	R$ 705.669,35	R$ 4.751.506,96
73	**MS-GO**	**Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Goiás – NEMS/GO,**	À RUA 82, Nº 179 – SETOR SUL, GOIÂNIA, GOIÁS, CEP 74.083-010	09/2018	COPA	3	14/02/2018	14/02/2022	14/02/2023	307	R$ 162.300,85	R$ 13.525,07	R$ 138.406,56
74	**PCDF**	**POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL**	SPO, Lote 23/24, Brasília-DF	02/2019	SECRET	29	16/01/2019	26/11/2021	26/11/2022	227	R$ 1.971.959,52	R$ 164.329,96	R$ 1.243.430,03
75	**PCDF**	**POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL**	SPO, Lote 23/24, Brasília-DF	15/2022	APOIO ADM / SECRET	33	01/04/2022	01/04/2022	16/01/2023	278	R$ 2.434.003,62	R$ 202.833,64	R$ 1.879.591,68
76	**PCDF**	**POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL**	SPO, Lote 23/24, Brasília-DF	16/2022	APOIO ADM / SECRET	79	01/04/2022	01/04/2022	16/01/2023	278	R$ 5.794.713,15	R$ 482.892,76	R$ 4.474.806,27
77	**PCDF**	**POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL**	SPO, Lote 23/24, Brasília-DF	17/2022	APOIO ADM / MOTORISTAS	84	01/04/2020	01/04/2022	16/01/2023	278	R$ 6.860.883,20	R$ 571.740,27	R$ 5.298.126,47
78	**PETROBRAS**	**PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS**	BR-304, KM-46, Alto Sumaré - Mossoró/RN, CEP-59.633-900	ICJ 5900.0113407.19.2	FACILITIES	42	02/03/2020	02/03/2020	02/03/2023	323	R$ 10.445.000,00	R$ 290.138,89	R$ 3.123.828,70
79	**PETROBRAS**	**PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS**	Rua Acre nº 2504 - Bairro América - Aracaju/SE	ICJ 5900.0115119.20.2	FACILITIES	48	30/06/2020	24/08/2020	30/07/2023	473	R$ 5.660.000,00	R$ 157.222,22	R$ 2.478.870,37
80	**PETROBRAS**	**PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS**	Avenida República do Chile, 65, Rio de Janeiro –RJ.	ICJ 5900.0116350.20.2	FACILITIES		26/10/2020	26/10/2020	20/11/2022	221	R$ 885.454,56	R$ 24.595,96	R$ 181.190,24
81	**PRT 18°**	**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 18° REGIÃO**	Av. T 63, nº 1.680, Quadra 572, esq. c/ Rua C-253, - Setor Nova Suíça, Goiânia/GO CEP: 74.280-230.	02/2019	APOIO	12	13/05/2019	13/05/2021	12/05/2022	29	R$ 517.405,92	R$ 43.117,16	R$ 41.679,92
82	**QGEX GABINETE**	**EXÉRCITO BRASILEIRO - GABINETE DO COMANDANTE**	Setor Militar Urbano, Quartel General do Exército (QGEx) Bloco "A", 4º andar, Brasília/DF, CEP 70630-901.	03/2018	LIMPEZA	11	23/02/2018	22/02/2022	21/02/2023	314	R$ 722.401,10	R$ 60.200,09	R$ 630.094,29
83	**QGEx**	**BASE ADMINISTRATIVA DO QUARTEL GENERAL DO EXERCITO**	Complexo Militar do SMU, QGEx – Brasília – DF	04/2017	MANUTENÇÃO	47	01/03/2017	01/03/2021	30/05/2022	47	R$ 3.432.018,24	R$ 286.001,52	R$ 448.069,05
84	**REDE DOR**	**UNIDADE HOSPITAL DO CORAÇÃO**	SHLS, Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70390-902	S/N	JARDINAGEM	1	13/04/2020	11/04/2022	10/04/2023	362	R$ 66.021,72	R$ 5.501,81	R$ 66.388,51
85	**REDE DOR**	**HOSPITAL SANTA LUZIA**	SHLS, 716, Conjunto E, Lote 05, Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70390-903	S/N	JARDINAGEM	1	13/04/2020	11/04/2022	10/04/2023	362	R$ 66.021,72	R$ 5.501,81	R$ 66.388,51
86	**REDE DOR**	**HOSPITAL SANTA HELENA**	SHLN, Conjunto D, s/n, Asa Norte, Brasília/DF, CEP 73350-164	S/N	JARDINAGEM	1	17/04/2020	11/04/2022	10/04/2023	362	R$ 66.021,72	R$ 5.501,81	R$ 66.388,51
87	**SEDUC-DF**	**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**	SBN Quadra 02 Bloco C Lote 17 Edifício Phenícia, Brasília - DF	21/2018	LIMPEZA	772	23/03/2018	24/03/2022	23/03/2023	344	R$ 41.789.418,48	R$ 3.482.451,54	R$ 39.932.110,99

88	**SEDUC-DF**	**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**	SBN Quadra 02 Bloco C Lote 17 Edifício Phenícia, Brasília - DF	22/2018	LIMPEZA	878	23/03/2018	24/03/2022	23/03/2023	344	R$ 42.898.178,04	R$ 3.574.848,17	R$ 40.991.592,35
89	**SEDUC-DF**	**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**	SBN Quadra 02 Bloco C Lote 17 Edifício Phenícia, Brasília - DF	20/2018	LIMPEZA	718	23/03/2018	24/03/2022	23/03/2023	344	R$ 46.489.246,92	R$ 3.874.103,91	R$ 44.423.058,17
90	**SEDUC-DF**	**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**	SBN Quadra 02 Bloco C Lote 17 Edifício Phenícia, Brasília - DF	78/2018	LIMPEZA	341	01/12/2018	24/11/2021	23/11/2022	224	R$ 17.653.086,12	R$ 1.471.090,51	R$ 10.984.142,47
91	**SEDUC-DF**	**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**	SBN Quadra 02 Bloco C Lote 17 Edifício Phenícia, Brasília - DF	80/2018	LIMPEZA	177	01/12/2018	24/11/2021	23/11/2022	224	R$ 9.551.263,08	R$ 795.938,59	R$ 5.943.008,14
92	**SENADO**	**SENADO FEDERAL**	Via N2, Senado FederaL, Bloco 16, 1º Pavimento - COPELI, CEP 70165-900, Brasília-DF	81/2018	LIMPEZA	5	01/08/2018	01/08/2021	31/07/2022	109	R$ 345.109,12	R$ 28.759,09	R$ 104.491,37
93	**SECRETARIA DE ECONOMIA - LOTE 3**	**SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL**	Anexo do Palácio do Buriti 10º andar, sala 1001 CEP: 70075-900	40236/2019	LIMPEZA	230	04/12/2019	05/12/2021	04/12/2022	235	R$ 12.876.748,27	R$ 1.073.062,36	R$ 8.405.655,12
94	**SECRETARIA DE ECONOMIA - LOTE 5**	**SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL**	Anexo do Palácio do Buriti 10º andar, sala 1001 CEP: 70075-900	40237/2019	LIMPEZA	105	04/12/2019	05/12/2021	04/12/2022	235	R$ 5.960.964,35	R$ 496.747,03	R$ 3.891.185,06
95	**SECRETARIA DE ECONOMIA - LOTE 6**	**SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL**	Anexo do Palácio do Buriti 10º andar, sala 1001 CEP: 70075-900	40238/2019	LIMPEZA	223	04/12/2019	05/12/2021	04/12/2022	235	R$ 12.299.225,32	R$ 1.024.935,44	R$ 8.028.660,97
96	**SECRETARIA DE ECONOMIA - LOTE 7**	**SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL**	Anexo do Palácio do Buriti 10º andar, sala 1001 CEP: 70075-900	40239/2019	LIMPEZA	226	04/12/2019	05/12/2021	04/12/2022	235	R$ 12.789.416,30	R$ 1.065.784,69	R$ 8.348.646,75
97	**SERPRO**	**SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO**	SGAN Quadra 601 Módulo "V", Brasília-DF, CEP: 70836-900.	81217/2020	LIMPEZA	40	01/08/2020	01/08/2020	31/07/2025	1205	R$ 13.401.945,35	R$ 219.884,19	R$ 8.832.014,97
98	**SES/RJ**	**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**	Rua México, nº 180 - centro, Rio de Janeiro	033/2021	MOTORISTA	111	01/10/2021	01/10/2021	28/06/2022	76	R$ 2.772.382,03	R$ 462.063,67	R$ 1.170.561,30
99	**STJ**	**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**	SAF Sul, Quadra 06 Lote 01, Brasília - DF	10/2021	MOTORISTA		02/03/2021	02/03/2021	01/11/2022	202	R$ 1.665.585,60	R$ 83.279,28	R$ 560.747,15
100	**STJ**	**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**	SAF Sul, Quadra 06 Lote 01, Brasília - DF	70/2020	ASCENSORISTA	35	12/09/2020	12/05/2022	11/01/2024	638	R$ 3.146.297,44	R$ 157.314,87	R$ 3.345.562,94
101	**STJ**	**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**	SAF Sul, Quadra 06 Lote 01, Brasília - DF	66/2020	COPA	114	24/08/2020	01/09/2020	30/04/2022	17	R$ 16.178.377,28	R$ 758.777,06	R$ 429.973,67
102	**TJDFT**	**Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios**	Praça Municipal, Lote 01, Palácio da Justiça, Brasília-DF, 70094-900	53/2020	COPA	104	01/06/2020	01/06/2021	31/05/2022	48	R$ 4.346.409,00	R$ 362.200,75	R$ 579.521,20
103	**TRE-GO**	**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS**	Praça Cívica nº 300, Centro-Goiânia/GO, CEP: 74.083-010	07/2021	LIMPEZA E GARÇOM		03/03/2021	17/03/2022	17/06/2022	65	R$ 768.846,96	R$ 64.070,58	R$ 138.819,59
104	**TRT 18ª-GO**	**TRIBUNAL SUPERIOR TRABALHO**	Situado no Fórum Trabalhista de Goiânia, à Avenida T-1, esquina com a Rua T-51, Lotes 1 a 24, Quadra T-	61/2017	MOTORISTA	6	27/09/2017	27/09/2021	26/09/2022	166	R$ 342.633,60	R$ 28.552,80	R$ 157.992,16
105	**TST**	**TRIBUNAL SUPERIOR TRABALHO**	Setor de Administração Federal Sul, quadra 8, lote 1, Brasília, DF, CEP 70070-600	PE 37/2017	AUX. BIBLIOTECA	6	08/08/2017	09/08/2021	09/08/2022	118	R$ 375.310,08	R$ 31.275,84	R$ 123.018,30
106	**TST**	**TRIBUNAL SUPERIOR TRABALHO**	Setor de Administração Federal Sul, quadra 8, lote 1, Brasília, DF, CEP 70070-601	73/2019	AUX. ARQUIVO	10	08/11/2019	08/11/2021	07/11/2022	208	R$ 882.663,00	R$ 73.555,25	R$ 509.983,07

107	**UFAC**	**Universidade Federal do Acre**	Rodovia BR 364, Km 04, s/n - Distrito Industrial, Rio Branco - AC, 69920-900	27/2019	LIMPEZA	21	02/08/2019	02/08/2021	02/08/2022	111	R$	1.091.471,34	R$	181.911,89	R$	673.073,99
108	**UFAC**	**Universidade Federal do Acre**	Rodovia BR 364, Km 04, s/n - Distrito Industrial, Rio Branco - AC, 69920-900	31/2019	LIMPEZA	56	09/09/2019	09/09/2021	09/09/2022	149	R$	6.587.685,00	R$	548.973,75	R$	2.726.569,63
109	**UFG**	**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS**	Predio Pre´Reitoria Campus Samambaia - Goiania	06/2017	APOIO	96	01/03/2017	01/03/2021	30/04/2022	17	R$	3.176.295,72	R$	264.691,31	R$	149.991,74
110	**UFG**	**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS**	Avenida Universitária, 1593, Setor Leste Universitário, Goiânia - GO	283/2020	LAVADOR DE VEICULOS	6	19/06/2020	20/06/2021	19/06/2022	67	R$	282.159,72	R$	23.513,31	R$	52.513,06
111	**UFG**	**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS**	Avenida Universitária, 1593, Setor Leste Universitário, Goiânia - GO	22/2019	AUX. DE MANUTENÇÃO PREDIAL	9	21/01/2019	21/01/2022	20/01/2023	282	R$	388.696,92	R$	32.391,41	R$	304.479,25
VALOR TOTAL											R$	630.297.577,16			R$	360.633.531,36

Declaro ainda que o valor total do Patrimônio Líquido dessa empresa é superior a 1/12 avos do valor total dos compromissos assumidos, consoante a fórmula abaixo:

Valor Total dos Contratos	**R$**	**360.633.531,36**
1/12 avos dos contratos	**R$**	**30.052.794,28**
Valor do Patrimônio Liquido	**R$**	**74.822.269,13**

R$ 74.822.269,13 x 12 > 1 = 2,26
R$ 30.052.794,28

Declaro possuir Capital Circuante Líquido (CCL) de no mínimo 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação, tendo como base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social, consoante fórmula abaixo:

CCL = Ativo Circulante - Passivo Circulante

R$ 94.088.424,15

Ativo Circulante	**R$**	**148.396.837,90**
Passivo Circulante	**R$**	**54.308.413,75**
Valor Estimado da Contratação	**R$**	**15.973.725,00**
16,66%	**R$**	**2.661.222,59**

Declaro possuir Patrimônio Líquido de no mínimo 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação, tendo como base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social, consoante fórmula abaixo:

R$ 1.597.372,50

Patrimônio Líquido	**R$**	**74.822.269,13**
Valor Estimado da Contratação	**R$**	**15.973.725,00**
10,00%	**R$**	**1.597.372,50**

Variação percentual (Contratos Vigentes e Receita Bruta 2020)
(Valor da Receita Bruta - Valor Total dos Contratos) x 100
Valor da Receita Bruta

22,34

Receita Bruta 2019	R$	464.394.187,13

Flávia Macena de Sousa
Real JG Facilities
Diretora Geral

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 836

Resultados da Consulta do Estabelecimento

Filtrar Consulta do FAP

*Ano de Vigência: 2022 | Selecione um Estabelecimento: 08.247.960/0001-62 | ou complete o CNPJ Raiz 08.247.960/

Filtrar Processamentos do FAP - FAP Original

Alternar visualização da consulta para : FAP Original - Data Cálculo: 30/09/2021 - Valor do Fap: 1,1607

Dados do estabelecimento

Nome Empresarial: REAL JG FACILITIES EIRELI

CNPJ Completo: 08.247.960/0001-62

Endereço: Q Quadra 1 Conjunto B Lt 16 - Setor De Industrias Bernardo Sayao Nucleo Bandeir - Brasilia - Df

CEP: 71736-102

Início da Atividade: 18/08/2006

Data da última atualização na RFB na extração: 18/08/2006

Informações relativas às extrações

Ano de Vigência: 2022

Período-base utilizado para o cálculo: de 01/01/2019 a 31/12/2020

Data de extração dos dados da arrecadação:
Origem: Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social - GFIP: 23/05/2021
Origem: eSocial - Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas: 27/05/2021

Data de extração dos dados de benefícios: 01/06/2021
Origem: Sistema Único de Benefícios-SUB

Data de extração da expectativa de vida: 16/03/2021
Ano de Referência: 2019
Fonte: IBGE

Valor do FAP Original

FAP Original : **1,1607** Data do Cálculo : **30/09/2021**

Histórico de processamento do FAP

FAP Original: **1,1607** Data do Cálculo: **30/09/2021**

Dados resultantes do FAP Original

Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT com Óbito:	0	Auxílio-doença por acidente de trabalho - B91:	29
Massa Salarial:	325.149.301,05	Aposentadoria por invalidez por acidente de trabalho - B92:	3
Número Médio de Vínculos:	8.530,2083	Pensão por morte por acidente de trabalho - B93:	0
Total de Estabelecimentos na subclasse CNAE:	1.170	Auxílio-acidente por acidente de trabalho - B94:	1
Total de Estabelecimentos na subclasse CNAE com todos os insumos necessários ao cálculo do FAP:	681	Valor Total de Benefícios Pagos:	832.942,69

Atividade econômica do estabelecimento(Subclasse da CNAE - 2.3):
FORNECIMENTO E GESTAO DE RECURSOS HUMANOS PARA TERCEIROS (78.30-2/00)

Atividade econômica do estabelecimento - Relação de GFIPs válidas e eSocial: Visualizar Relatório

Indicadores do Estabelecimento FAP Original

Índice de Freqüência:	3,8686	Número de Ordem de Frequência:	374,5590	Percentil de Ordem de Freqüência:	54,9351

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 837

Índice de Gravidade:	0,4572	Número de Ordem de Gravidade:	386,6236	Percentil de Ordem de Gravidade:	56,7094
Índice de Custo:	2,5617	Número de Ordem de Custo:	474,9831	Percentil de Ordem de Custo:	69,7034
Taxa Média de Rotatividade:	23,9560%			Índice Composto:	1,1607

FAP a ser informado no SEFIP

*** Vide orientação da IN 971 e Ato Declaratório Executivo SRFB em documentos de apoio**

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 838

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF

GFIP - SEFIP 8.40 (30/07/2021) TABELAS 44.0 (25/01/2022)

DATA: 04/02/2022
HORA: 16:28:36
PÁG : 0001

COMPROVANTE DE DECLARAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER À PREVIDÊNCIA SOCIAL E A OUTRAS ENTIDADES E FUNDOS POR FPAS
EMPRESA

Nº ARQUIVO: GojlNqAX8uX0000-8

EMPRESA: ADMINISTRACAO REAL JG SERVICOS Nº CONTROLE: PX94M1nj3K10000-1 INSCRIÇÃO: 08.247.960/0001-62

COMP: 01/2022 COD REC: 150 COD GPS: 2100 FPAS: 515 OUTRAS ENT: 0115 SIMPLES: 1 ALIQ RAT: 2,0 FAP: 1,16 RAT AJUSTADO: 2,32

TOMADOR/OBRA: INSCRIÇÃO:

LOGRADOURO: QUADRA 1 CONJUNTO B 16 BAIRRO: SETOR DE INDUSTRIAS CNAE PREPONDERANTE: 7830200

CIDADE: BRASILIA UF: DF CEP: 71736-102 TELEFONE: 0061-33637575 CNAE: 7830200

APURAÇÃO DO VALOR A RECOLHER:	515	620	744	779	TOTAL
SEGURADO					
Empregados/Avulsos	937.120,98	0,00	0,00	0,00	937.120,98
Contribuintes Individuais	192,69	0,00	0,00	0,00	192,69
EMPRESA					
Empregados/Avulsos	2.318.615,88	0,00	0,00	0,00	2.318.615,88
Contribuintes Individuais	350,36	0,00	0,00	0,00	350,36
RAT	268.959,21	0,00	0,00	0,00	268.959,21
RAT - Agentes Nocivos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Pagos a Cooperativas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adicional Cooperativas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização Produção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Evento Desportivo/Patrocínio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECOLHIMENTO COMP ANT - VALOR INSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Retenção Lei 9.711/98	2.615.066,59	0,00	0,00	0,00	2.615.066,59
(-) Sal. Família/Sal. Maternidade	211.193,06	0,00	0,00	0,00	211.193,06
(-) Compensação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALOR A RECOLHER - PREVIDÊNCIA SOCIAL	698.979,47	0,00	0,00	0,00	698.979,47
OUTRAS ENTIDADES	672.398,40	0,00	0,00	0,00	672.398,40
RECOLH COMP ANT - VALOR OUT ENTID	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALOR A RECOLHER - OUTRAS ENTIDADES	672.398,40	0,00	0,00	0,00	672.398,40
TOTAL A RECOLHER	1.371.377,87	0,00	0,00	0,00	1.371.377,87

(*) Os valores de retenção, salário-família/salário-maternidade e compensação demonstrados são os efetivamente abatidos.

A DECLARAÇÃO DE DADOS CONSTANTES DESTA GFIP E DO ARQUIVO SEFIP CORRESPONDENTE A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, EQUIVALE A CONFISSÃO DE DÍVIDA DOS VALORES DELA DECORRENTES E CONSTITUI(EM)CRÉDITO(S) PASSÍVEL(IS) DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA, NA AUSÊNCIA DO OPORTUNO RECOLHIMENTO OU PARCELAMENTO,E CONSEQUENTE EXECUÇÃO JUDICIAL NOS TERMOS DA LEI No 6.830/80.

O EMPREGADOR/CONTRIBUINTE, RENUNCIANDO EXPRESSAMENTE A QUALQUER CONTESTAÇÃO QUANTO AO VALOR E PROCEDÊNCIA DESTA DECLARAÇÃO/DÍVIDA, ASSUME INTEGRAL RESPONSABILIDADE PELA EXATIDÃO DO MONTANTE DECLARADO E CONFESSADO, FICANDO, ENTRETANTO, RESSALVADO A SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL O DIREITO DE APURAR, A QUALQUER TEMPO, A EXISTÊNCIA DE OUTRAS IMPORTANCIAS DEVIDAS NÃO INCLUÍDAS NESTE INSTRUMENTO, AINDA QUE RELATIVAS AO MESMO PERÍODO.

O EMPREGADOR/CONTRIBUINTE RECONHECE QUE A PRESENTE CONFISSÃO DE DÍVIDA NÃO OBRIGA A SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL A EXPEDIR DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DA INEXISTÊNCIA DE DÉBITO, SALVO SE SEU CRÉDITO FOR GARANTIDO NA FORMA DOS ARTS. 258 E 259 DO REGULAMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, APROVADO PELO DECRETO 3.048, DE 12/05/1999, E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

REAL JG FACILITIES

A
Universidade Federal de Jataí

Ref.: Pregão nº 2/2022

JUSTICATIVA VALE TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO

Referente a quantidade de dias de Vale Transporte e Vale Alimentação, informamos que cotamos 21 ou 25 dias de média trabalhada. Cabe ressaltar ainda que a instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017, que erros de dimensionamento nas planilhas a Empresa deverá arcar com os mesmos.

Art. 63. A contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementa-los casa previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatória para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993. Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017.

ITEM	MÊS	DIAS UTÉIS
1	jan/22	21
2	fev/22	20
3	mar/22	22
4	abr/22	19
5	mai/22	22
6	jun/22	22
7	jul/22	21
8	ago/22	23
9	set/22	21
10	out/22	20
11	nov/22	20
12	dez/22	22

- MÉDIA DE DIAS ÚTEIS NOS PRÓXIMOS 12 (DOZE) MESES = 21 DIAS (segunda-feira a sexta-feira) e 25 DIAS (segunda-feira a sábado)

Confraternização Universal – 01 de janeiro
Terça feira de Carnaval – 01 de março
Sexta-feira Santa – 15 de abril
Tiradentes – 21 de abril
Independência do Brasil - 07 de setembro
Nossa Senhora Aparecida – 12 de outubro
Finados – 02 de novembro
Proclamação da República – 15 de novembro

CNPJ: 08.247.960/0001-62
Fone: (61) 3363-7575 – (61) 3052-2579
comercial@realjg.com.br

CF/DF: 07.478.593/001-20
SIBS QD. 01 – CONJ B – LOTE 16
NÚCLEO BANDEIRANTE – BRASÍLIA - DF CEP: 71.736-102

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 840

REAL JG FACILITIES

O cálculo dos dias, na forma do Acórdão TCU nº 1.904/2007 a média é de 21 dias que é dado pela seguinte fórmula:
Cálculo dos dias úteis = [(365 / 7) x 5 – 8] / 12 = 21,05
Onde:
365 = números de dias do ano
7 = números de dias da semana
5 = números de dias úteis
8= números de feriados nacionais em dias úteis (média)
12= número de meses no ano

O cálculo dos dias, na forma do Acórdão TCU nº 1.904/2007 a média é de 25 dias que é dado pela seguinte fórmula:
Cálculo dos dias úteis = [(365 / 7) x 6 – 8] / 12 = 25,40
Onde:
365 = números de dias do ano
7 = números de dias da semana
6 = números de dias úteis
8= números de feriados nacionais em dias úteis (média)
12= número de meses no ano

Brasília/DF, 14 de abril de 2022.

Flávia Macena de Sousa
Real JG Facilities
Diretora Geral

CNPJ: 08.247.960/0001-62
Fone: (61) 3363-7575 – (61) 3052-2579
comercial@realjg.com.br

CF/DF: 07.478.593/001-20
SIBS QD. 01 – CONJ B – LOTE 16
NÚCLEO BANDEIRANTE – BRASÍLIA - DF CEP: 71.736-102

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 841

REAL JG FACILITIES

A
Universidade Federal de Jataí

Ref.: Pregão nº 2/2022

JUSTIFICATIVA PARA A VARIAÇÃO PERCENTUAL MAIOR QUE 10%

A variação entre a declaração de contratos firmados e DRE (balanço patrimonial 2020), ocorreu devido a diversos fatores.

A concessão da **REPACTUAÇÃO** da maioria dos contratos referente à CCT homologada de 2021 das categorias, valores esses que não estão elencados na DRE de 2020.

Reforçamos inclusive que do mês de dezembro/2020 à julho/2021 logramos como vencedores de diversos contratos que terão valores à faturar somente no decorrer do ano 2021, contratos estes que já estão devidamente informados na relação de contratos.

Há ainda os casos dos contratos que foram encerrados no ano de 2020 e ao percorrer de 2021.

Nosso profissionalismo, aliado a investimentos consideráveis em recursos humanos e tecnológicos, aumentou de forma exponencial a confiabilidade nos serviços prestados pela empresa.

Assim, a excelência dos serviços, aliado ao uso racional de recursos, resultaram em aumento considerável na renovação de contratos bem como na formalização de novos compromissos com a iniciativa Pública.

Certos de havermos atendido ao solicitado renovamos protestos de respeito e consideração.

Brasília/DF, 14 de abril de 2022.

Flávia Macena de Sousa
Real JG Facilities
Diretora Geral

CNPJ: 08.247.960/0001-62
Fone: (61) 3363-7575 – (61) 3052-2579
comercial@realdp.com.br

CF/DF: 07.478.593/001-20
SIBS QD. 01 – CONJ B – LOTE 16
NÚCLEO BANDEIRANTE – BRASÍLIA - DF CEP: 71.736-102

PLANILHA TRIBUTOS - (Período de Janeiro de 2021 a Dezembro de 2021)

1. Apuração dos percentuais de PIS e COFINS (somente para empresas tributadas pelo lucro real) **Não cumulativo**

Apuração do percentual médio de recolhimento do **PIS**						
Mês	Faturamento mensal	Contribuição apurada	Crédito Descontado	Outras Deduções	Contribuição Devida	Percentual Efetivo
	A	B = A * 1,65%	C	D	E = B - C - D	E = D/A
jan/21	R$ 16.667.964,12	R$ 275.021,41	R$ 166.312,82	R$ -	R$ 108.708,59	0,65
fev/21	R$ 27.593.095,00	R$ 455.286,07	R$ 129.577,99	R$ -	R$ 325.708,08	1,18
mar/21	R$ 36.689.422,80	R$ 605.375,48	R$ 160.257,53	R$ -	R$ 445.117,95	1,21
abr/21	R$ 48.122.245,50	R$ 794.017,05	R$ 129.373,10	R$ -	R$ 664.643,95	1,38
mai/21	R$ 39.886.473,25	R$ 658.126,81	R$ 134.306,46	R$ -	R$ 523.820,35	1,31
jun/21	R$ 36.494.903,60	R$ 602.165,91	R$ 135.560,40	R$ -	R$ 466.605,51	1,28
jul/21	R$ 33.196.492,85	R$ 547.742,13	R$ 133.260,28	R$ -	R$ 414.481,85	1,25
ago/21	R$ 47.655.507,51	R$ 786.315,87	R$ 149.737,45	R$ -	R$ 636.578,42	1,34
set/21	R$ 35.098.179,05	R$ 579.119,95	R$ 139.341,73	R$ -	R$ 439.778,22	1,25
out/21	R$ 36.759.506,99	R$ 606.531,87	R$ 132.447,90	R$ -	R$ 474.083,97	1,29
nov/21	R$ 28.832.217,85	R$ 475.731,59	R$ 159.583,17	R$ -	R$ 316.148,42	1,10
dez/21	R$ 54.086.367,39	R$ 892.425,06	R$ 155.586,79	R$ -	R$ 736.838,27	1,36
Percentual médio do período						**1,22**

Apuração do percentual médio de recolhimento do **COFINS**						
Mês	Faturamento mensal	Contribuição apurada	Crédito Descontado	Outras Deduções	Contribuição Devida	Percentual Efetivo
	A	B = A * 7,60%	C	D	E = B - C - D	E = D/A
jan/21	R$ 16.667.964,12	R$ 1.266.765,27	R$ 766.046,92	R$ -	R$ 500.718,35	3,00
fev/21	R$ 27.593.095,00	R$ 2.097.075,22	R$ 596.844,06	R$ -	R$ 1.500.231,16	5,44
mar/21	R$ 36.725.740,20	R$ 2.791.156,26	R$ 738.155,89	R$ -	R$ 2.053.000,37	5,59
abr/21	R$ 48.134.862,99	R$ 3.658.249,59	R$ 595.900,35	R$ -	R$ 3.062.349,24	6,36
mai/21	R$ 39.910.323,59	R$ 3.033.184,59	R$ 618.623,68	R$ -	R$ 2.414.560,91	6,05
jun/21	R$ 36.520.023,49	R$ 2.775.521,79	R$ 624.399,42	R$ -	R$ 2.151.122,37	5,89
jul/21	R$ 33.227.901,89	R$ 2.525.320,54	R$ 613.804,95	R$ -	R$ 1.911.515,59	5,75
ago/21	R$ 47.691.470,79	R$ 3.624.551,78	R$ 689.699,77	R$ -	R$ 2.934.852,01	6,15
set/21	R$ 35.136.371,30	R$ 2.670.364,22	R$ 641.816,51	R$ -	R$ 2.028.547,71	5,77
out/21	R$ 36.803.479,09	R$ 2.797.064,41	R$ 610.063,07	R$ -	R$ 2.187.001,34	5,94
nov/21	R$ 28.881.783,55	R$ 2.195.015,55	R$ 735.049,76	R$ -	R$ 1.459.965,79	5,05
dez/21	R$ 54.151.357,78	R$ 4.115.503,19	R$ 716.642,18	R$ -	R$ 3.398.861,01	6,28
Percentual médio do período						**5,61**

6,83

11,83

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED Versão EFD-Contribuições: 4.1.1

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL - CONTRIBUIÇÕES

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

Contribuinte: REAL JG FACILITIES EIRELI

CNPJ: 08.247.960/0001-62 **SCP:** **Tipo:** Original

Identificação do arquivo: 1EE0361BA4AA507ED2A9D999F1946689C7637560

Período de apuração: 01/01/2021 a 31/01/2021

APURAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAS	PIS/PASEP	COFINS
REGIME DE APURAÇÃO NÃO-CUMULATIVO		
Valor Total do crédito disponível relativo ao período	R$ 166.312,82	R$ 766.046,92
Valor Total da Contribuição Apurada	R$ 275.021,41	R$ 1.266.765,25
(-) Valor total dos créditos descontados	R$ 166.312,82	R$ 766.046,92
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R$ 32.248,60	R$ 148.834,74
= Valor da contribuição Social a Recolher	R$ 76.459,99	R$ 351.883,59
Saldo de créditos relativo ao período a utilizar em períodos futuros	R$ 0,00	R$ 0,00

REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVO		
Valor Total da Contribuição Apurada	R$ 0,00	R$ 0,00
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R$ 0,00	R$ 0,00
= Valor da Contribuição Social a Recolher	R$ 0,00	R$ 0,00

APURAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIARIA SOBRE RECEITAS	
Valor Total da Contribuição Apurada sobre Receitas	R$ 0,00
(+) Valor total dos ajustes de acréscimo	R$ 0,00
(-) Valor total dos ajustes de redução	R$ 0,00
Valor da Contribuição Previdenciária a Recolher	R$ 0,00

O presente recibo de entrega contém a transcrição da identificação da Escrituração Fiscal Digital das Contribuições incidentes sobre a Receita (EFD-Contribuições) enviada ao Sistema Público de Escrituração Digital, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 1º de março de 2012.

Esta escrituração foi assinada com o certificado digital de NI:
08.247.960/0001-62
CPF: 029.999.161-08

Número do Recibo:
1E.E0.36.1B.A4.AA.50.7E.D2.A9.D9.99.F1.
94.66.89.C7.63.75.60-2

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO
em 11/03/2021 às 20:38:59

Assinatura da transmissão gerada pelo ReceitaNet:
6F.3C.23.C8.84.F6.BE.8E 0F.64.00.C1.74.50.56.0B

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 844

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED Versão EFD-Contribuições: 4.1.1

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL - CONTRIBUIÇÕES

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

Contribuinte: REAL JG FACILITIES EIRELI

CNPJ: 08.247.960/0001-62 **SCP:** **Tipo:** Retificadora

Identificação do arquivo: 79A2419FB169828C1CD1FCA614E0EC8A6893A05B

Período de apuração: 01/02/2021 a 28/02/2021

APURAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAS	PIS/PASEP	COFINS
REGIME DE APURAÇÃO NÃO-CUMULATIVO		
Valor Total do crédito disponível relativo ao período	R$ 129.577,99	R$ 596.844,06
Valor Total da Contribuição Apurada	R$ 455.286,07	R$ 2.097.075,22
(-) Valor total dos créditos descontados	R$ 129.577,99	R$ 596.844,06
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R$ 99.290,83	R$ 458.258,16
= Valor da contribuição Social a Recolher	R$ 226.417,25	R$ 1.041.973,00
Saldo de créditos relativo ao período a utilizar em períodos futuros	R$ 0,00	R$ 0,00

REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVO		
Valor Total da Contribuição Apurada	R$ 0,00	R$ 0,00
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R$ 0,00	R$ 0,00
= Valor da Contribuição Social a Recolher	R$ 0,00	R$ 0,00

APURAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIARIA SOBRE RECEITAS	
Valor Total da Contribuição Apurada sobre Receitas	R$ 0,00
(+) Valor total dos ajustes de acréscimo	R$ 0,00
(-) Valor total dos ajustes de redução	R$ 0,00
Valor da Contribuição Previdenciária a Recolher	R$ 0,00

O presente recibo de entrega contém a transcrição da identificação da Escrituração Fiscal Digital das Contribuições incidentes sobre a Receita (EFD-Contribuições) enviada ao Sistema Público de Escrituração Digital, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 1º de março de 2012.

Esta escrituração foi assinada com o certificado digital de NI:
08.247.960/0001-62
CPF: 029.999.161-08

Número do Recibo:
79.A2.41.9F.B1.69.82.8C.1C.D1.FC.A6.14.
E0.EC.8A.68.93.A0.5B-2

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO
em 30/03/2021 às 10:47:01

Assinatura da transmissão gerada pelo ReceitaNet:
1C.40.41.73.8E.36.28.05 D2.DF.CC.75.6D.40.8C.25

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.068159/2021-29 / pg. 845

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED Versão EFD-Contribuições: 5.0.0

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL - CONTRIBUIÇÕES

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

Contribuinte: REAL JG FACILITIES EIRELI

CNPJ: 08.247.960/0001-62 **SCP:** **Tipo:** Original

Identificação do arquivo: F95A1035D542BCA2A8D6AE86606FB017E4822B55

Período de apuração: 01/03/2021 a 31/03/2021

APURAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAS	PIS/PASEP	COFINS
REGIME DE APURAÇÃO NÃO-CUMULATIVO		
Valor Total do crédito disponível relativo ao período	R$ 160.257,53	R$ 738.155,89
Valor Total da Contribuição Apurada	R$ 605.375,48	R$ 2.791.156,26
(-) Valor total dos créditos descontados	R$ 160.257,53	R$ 738.155,89
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R$ 144.845,05	R$ 668.518,05
= Valor da contribuição Social a Recolher	R$ 300.272,90	R$ 1.384.482,32
Saldo de créditos relativo ao período a utilizar em períodos futuros	R$ 0,00	R$ 0,00

REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVO		
Valor Total da Contribuição Apurada	R$ 0,00	R$ 0,00
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R$ 0,00	R$ 0,00
= Valor da Contribuição Social a Recolher	R$ 0,00	R$ 0,00

APURAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIARIA SOBRE RECEITAS	
Valor Total da Contribuição Apurada sobre Receitas	R$ 0,00
(+) Valor total dos ajustes de acréscimo	R$ 0,00
(-) Valor total dos ajustes de redução	R$ 0,00
Valor da Contribuição Previdenciária a Recolher	R$ 0,00

O presente recibo de entrega contém a transcrição da identificação da Escrituração Fiscal Digital das Contribuições incidentes sobre a Receita (EFD-Contribuições) enviada ao Sistema Público de Escrituração Digital, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 1º de março de 2012.

Esta escrituração foi assinada com o certificado digital de NI:

08.247.960/0001-62

CPF: 029.999.161-08

Número do Recibo:

F9.5A.10.35.D5.42.BC.A2.A8.D6.AE.
86.60.6F.B0.17.E4.82.2B.55-5

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 04/05/2021 às 14:45:58

Assinatura da transmissão gerada pelo ReceitaNet:

FA.71.83.7F.AB.D6.EE.21 4B.59.47.79.0F.C5.22.BF

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.068193/2021-29 / pg. 846

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED Versão EFD-Contribuições: 5.0.0

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL - CONTRIBUIÇÕES

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

Contribuinte: REAL JG FACILITIES EIRELI

CNPJ: 08.247.960/0001-62 **SCP:** **Tipo:** Original

Identificação do arquivo: B5A688142F65AF6F158A061EE6EF07D87ED4FA39

Período de apuração: 01/04/2021 a 30/04/2021

APURAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAS	PIS/PASEP	COFINS
REGIME DE APURAÇÃO NÃO-CUMULATIVO		
Valor Total do crédito disponível relativo ao período	R$ 129.373,10	R$ 595.900,35
Valor Total da Contribuição Apurada	R$ 794.017,05	R$ 3.658.249,59
(-) Valor total dos créditos descontados	R$ 129.373,10	R$ 595.900,35
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R$ 132.424,25	R$ 611.191,09
= Valor da contribuição Social a Recolher	R$ 532.219,70	R$ 2.451.158,15
Saldo de créditos relativo ao período a utilizar em períodos futuros	R$ 0,00	R$ 0,00

REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVO		
Valor Total da Contribuição Apurada	R$ 0,00	R$ 0,00
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R$ 0,00	R$ 0,00
= Valor da Contribuição Social a Recolher	R$ 0,00	R$ 0,00

APURAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIARIA SOBRE RECEITAS	
Valor Total da Contribuição Apurada sobre Receitas	R$ 0,00
(+) Valor total dos ajustes de acréscimo	R$ 0,00
(-) Valor total dos ajustes de redução	R$ 0,00
Valor da Contribuição Previdenciária a Recolher	R$ 0,00

O presente recibo de entrega contém a transcrição da identificação da Escrituração Fiscal Digital das Contribuições incidentes sobre a Receita (EFD-Contribuições) enviada ao Sistema Público de Escrituração Digital, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 1º de março de 2012.

Esta escrituração foi assinada com o certificado digital de NI:

08.247.960/0001-62

CPF: 029.999.161-08

Número do Recibo:

B5.A6.88.14.2F.65.AF.6F.15.8A.06.1E.E6.
EF.07.D8.7E.D4.FA.39-0

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 09/06/2021 às 14:19:07

Assinatura da transmissão gerada pelo ReceitaNet:

B3.E9.AD.E1.3A.32.6C.CF 9A.96.A8.BF.29.38.F3.33

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.068159/2021-29 / pg. 847

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED Versão EFD-Contribuições: 5.0.0

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL - CONTRIBUIÇÕES

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

Contribuinte: REAL JG FACILITIES EIRELI

CNPJ: 08.247.960/0001-62 **SCP:** **Tipo:** Original

Identificação do arquivo: D862E7A382264C3CAD2D13347E12A80B3E1B9231

Período de apuração: 01/05/2021 a 31/05/2021

APURAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAS	PIS/PASEP	COFINS
REGIME DE APURAÇÃO NÃO-CUMULATIVO		
Valor Total do crédito disponível relativo ao período	R$ 134.306,46	R$ 618.623,68
Valor Total da Contribuição Apurada	R$ 658.126,81	R$ 3.033.184,59
(-) Valor total dos créditos descontados	R$ 134.306,46	R$ 618.623,68
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R$ 147.125,49	R$ 679.043,37
= Valor da contribuição Social a Recolher	R$ 376.694,86	R$ 1.735.517,54
Saldo de créditos relativo ao período a utilizar em períodos futuros	R$ 0,00	R$ 0,00

REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVO		
Valor Total da Contribuição Apurada	R$ 0,00	R$ 0,00
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R$ 0,00	R$ 0,00
= Valor da Contribuição Social a Recolher	R$ 0,00	R$ 0,00

APURAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIARIA SOBRE RECEITAS	
Valor Total da Contribuição Apurada sobre Receitas	R$ 0,00
(+) Valor total dos ajustes de acréscimo	R$ 0,00
(-) Valor total dos ajustes de redução	R$ 0,00
Valor da Contribuição Previdenciária a Recolher	R$ 0,00

O presente recibo de entrega contém a transcrição da identificação da Escrituração Fiscal Digital das Contribuições incidentes sobre a Receita (EFD-Contribuições) enviada ao Sistema Público de Escrituração Digital, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 1º de março de 2012.

Esta escrituração foi assinada com o certificado digital de NI:
08.247.960/0001-62
CPF: 029.999.161-08

Número do Recibo:
D8.62.E7.A3.82.26.4C.3C.AD.2D.13.34.7E.
12.A8.0B.3E.1B.92.31-5

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO
em 30/06/2021 às 18:01:13

Assinatura da transmissão gerada pelo ReceitaNet:
EA.C1.49.89.43.5D.89.DD 4C.5E.B0.9F.4F.5B.AA.0C

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities (2855192) SEI 23070.068159/2021-29 / pg. 848

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED Versão EFD-Contribuições: 5.0.0

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL - CONTRIBUIÇÕES

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

Contribuinte: REAL JG FACILITIES EIRELI

CNPJ: 08.247.960/0001-62 **SCP:** **Tipo:** Original

Identificação do arquivo: F3C56924EBBB37337D3CB2E7BC211A5AB91A45BC

Período de apuração: 01/06/2021 a 30/06/2021

APURAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAS	PIS/PASEP	COFINS
REGIME DE APURAÇÃO NÃO-CUMULATIVO		
Valor Total do crédito disponível relativo ao período	R$ 135.560,40	R$ 624.399,42
Valor Total da Contribuição Apurada	R$ 602.165,91	R$ 2.775.521,79
(-) Valor total dos créditos descontados	R$ 135.560,40	R$ 624.399,42
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R$ 152.175,73	R$ 702.352,16
= Valor da contribuição Social a Recolher	R$ 314.429,78	R$ 1.448.770,21
Saldo de créditos relativo ao período a utilizar em períodos futuros	R$ 0,00	R$ 0,00

REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVO		
Valor Total da Contribuição Apurada	R$ 0,00	R$ 0,00
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R$ 0,00	R$ 0,00
= Valor da Contribuição Social a Recolher	R$ 0,00	R$ 0,00

APURAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIARIA SOBRE RECEITAS	
Valor Total da Contribuição Apurada sobre Receitas	R$ 0,00
(+) Valor total dos ajustes de acréscimo	R$ 0,00
(-) Valor total dos ajustes de redução	R$ 0,00
Valor da Contribuição Previdenciária a Recolher	R$ 0,00

O presente recibo de entrega contém a transcrição da identificação da Escrituração Fiscal Digital das Contribuições incidentes sobre a Receita (EFD-Contribuições) enviada ao Sistema Público de Escrituração Digital, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 1º de março de 2012.

Esta escrituração foi assinada com o certificado digital de NI:
08.247.960/0001-62
CPF: 029.999.161-08

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO
em 10/08/2021 às 09:58:49

Número do Recibo:
F3.C5.69.24.EB.BB.37.33.7D.3C.B2.E7.
BC.21.1A.5A.B9.1A.45.BC-0

Assinatura da transmissão gerada pelo ReceitaNet:
3A.C4.F4.F1.91.CD.60.AE FA.76.19.81.81.CA.5D.9F

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities (2855192) SEI 23070.068259/2021-29 / pg. 849

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED Versão EFD-Contribuições: 5.0.0

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL - CONTRIBUIÇÕES

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

Contribuinte: REAL JG FACILITIES EIRELI

CNPJ: 08.247.960/0001-62 **SCP:** **Tipo:** Original

Identificação do arquivo: 1D34968BF576AD21FD7CC60C7FA24FB71B3E4F3E

Período de apuração: 01/07/2021 a 31/07/2021

APURAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAS	PIS/PASEP	COFINS
REGIME DE APURAÇÃO NÃO-CUMULATIVO		
Valor Total do crédito disponível relativo ao período	R$ 133.260,28	R$ 613.804,95
Valor Total da Contribuição Apurada	R$ 547.742,13	R$ 2.525.320,54
(-) Valor total dos créditos descontados	R$ 133.260,28	R$ 613.804,95
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R$ 127.053,27	R$ 586.401,84
= Valor da contribuição Social a Recolher	R$ 287.428,58	R$ 1.325.113,75
Saldo de créditos relativo ao período a utilizar em períodos futuros	R$ 0,00	R$ 0,00

REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVO		
Valor Total da Contribuição Apurada	R$ 0,00	R$ 0,00
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R$ 0,00	R$ 0,00
= Valor da Contribuição Social a Recolher	R$ 0,00	R$ 0,00

APURAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIARIA SOBRE RECEITAS	
Valor Total da Contribuição Apurada sobre Receitas	R$ 0,00
(+) Valor total dos ajustes de acréscimo	R$ 0,00
(-) Valor total dos ajustes de redução	R$ 0,00
Valor da Contribuição Previdenciária a Recolher	R$ 0,00

O presente recibo de entrega contém a transcrição da identificação da Escrituração Fiscal Digital das Contribuições incidentes sobre a Receita (EFD-Contribuições) enviada ao Sistema Público de Escrituração Digital, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 1º de março de 2012.

Esta escrituração foi assinada com o certificado digital de NI:
39.804.624/0001-05
CPF: 011.707.701-18

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO
em 01/09/2021 às 13:13:43

Número do Recibo:
1D.34.96.8B.F5.76.AD.21.FD.7C.C6.0C.7F.A2.4F.B7.1B.3E.4F.3E-0

Assinatura da transmissão gerada pelo ReceitaNet:
76.CB.9D.EE.B8.31.50.D9 11.32.09.3E.56.08.02.5E

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.068259/2021-29 / pg. 850

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED Versão EFD-Contribuições: 5.0.0

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL - CONTRIBUIÇÕES

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

Contribuinte: REAL JG FACILITIES EIRELI

CNPJ: 08.247.960/0001-62 **SCP:** **Tipo:** Original

Identificação do arquivo: 59449D2FFBFB166BBD4CF06974BB852F3B881BFF

Período de apuração: 01/08/2021 a 31/08/2021

APURAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAS	PIS/PASEP	COFINS
REGIME DE APURAÇÃO NÃO-CUMULATIVO		
Valor Total do crédito disponível relativo ao período	R$ 149.737,45	R$ 689.699,77
Valor Total da Contribuição Apurada	R$ 786.315,87	R$ 3.624.551,78
(-) Valor total dos créditos descontados	R$ 149.737,45	R$ 689.699,77
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R$ 149.894,81	R$ 691.824,94
= Valor da contribuição Social a Recolher	R$ 486.683,61	R$ 2.243.027,07
Saldo de créditos relativo ao período a utilizar em períodos futuros	R$ 0,00	R$ 0,00

REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVO		
Valor Total da Contribuição Apurada	R$ 0,00	R$ 0,00
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R$ 0,00	R$ 0,00
= Valor da Contribuição Social a Recolher	R$ 0,00	R$ 0,00

APURAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIARIA SOBRE RECEITAS	
Valor Total da Contribuição Apurada sobre Receitas	R$ 0,00
(+) Valor total dos ajustes de acréscimo	R$ 0,00
(-) Valor total dos ajustes de redução	R$ 0,00
Valor da Contribuição Previdenciária a Recolher	R$ 0,00

O presente recibo de entrega contém a transcrição da identificação da Escrituração Fiscal Digital das Contribuições incidentes sobre a Receita (EFD-Contribuições) enviada ao Sistema Público de Escrituração Digital, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 1º de março de 2012.

Esta escrituração foi assinada com o certificado digital de NI:
08.247.960/0001-62
CPF: 029.999.161-08

Número do Recibo:
59.44.9D.2F.FB.FB.16.6B.BD.4C.F0.69.74.
BB.85.2F.3B.88.1B.FF-4

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO
em 30/09/2021 às 11:50:02

Assinatura da transmissão gerada pelo ReceitaNet:
53.98.48.04.C0.E3.C2.88 95.A7.7B.56.01.C1.66.79

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.068259/2021-29 / pg. 851

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED Versão EFD-Contribuições: 5.0.0

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL - CONTRIBUIÇÕES

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

Contribuinte: REAL JG FACILITIES EIRELI

CNPJ: 08.247.960/0001-62 **SCP:** **Tipo:** Original

Identificação do arquivo: 30199CCA67CC0667525D9E3EC88D6737AF8C6AFC

Período de apuração: 01/09/2021 a 30/09/2021

APURAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAS	PIS/PASEP	COFINS
REGIME DE APURAÇÃO NÃO-CUMULATIVO		
Valor Total do crédito disponível relativo ao período	R$ 139.341,73	R$ 641.816,51
Valor Total da Contribuição Apurada	R$ 579.119,95	R$ 2.670.364,22
(-) Valor total dos créditos descontados	R$ 139.341,73	R$ 641.816,51
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R$ 124.112,25	R$ 572.828,00
= Valor da contribuição Social a Recolher	R$ 315.665,97	R$ 1.455.719,71
Saldo de créditos relativo ao período a utilizar em períodos futuros	R$ 0,00	R$ 0,00

REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVO		
Valor Total da Contribuição Apurada	R$ 0,00	R$ 0,00
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R$ 0,00	R$ 0,00
= Valor da Contribuição Social a Recolher	R$ 0,00	R$ 0,00

APURAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIARIA SOBRE RECEITAS	
Valor Total da Contribuição Apurada sobre Receitas	R$ 0,00
(+) Valor total dos ajustes de acréscimo	R$ 0,00
(-) Valor total dos ajustes de redução	R$ 0,00
Valor da Contribuição Previdenciária a Recolher	R$ 0,00

O presente recibo de entrega contém a transcrição da identificação da Escrituração Fiscal Digital das Contribuições incidentes sobre a Receita (EFD-Contribuições) enviada ao Sistema Público de Escrituração Digital, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 1º de março de 2012.

Esta escrituração foi assinada com o certificado digital de NI:
08.247.960/0001-62
CPF: 029.999.161-08

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO
em 08/11/2021 às 10:07:51

Número do Recibo:
30.19.9C.CA.67.CC.06.67.52.5D.9E.3E.C8.
8D.67.37.AF.8C.6A.FC-1

Assinatura da transmissão gerada pelo ReceitaNet:
31.65.8E.D8.3F.C6.1F.21 E1.B5.75.92.AD.04.89.1C

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.068193/2021-29 / pg. 852

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED Versão EFD-Contribuições: 5.0.0

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL - CONTRIBUIÇÕES

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

Contribuinte: REAL JG FACILITIES EIRELI

CNPJ: 08.247.960/0001-62 **SCP:** **Tipo:** Original

Identificação do arquivo: 632C045418B8971C442D90DF7003D14C7C78923E

Período de apuração: 01/10/2021 a 31/10/2021

APURAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAS	PIS/PASEP	COFINS
REGIME DE APURAÇÃO NÃO-CUMULATIVO		
Valor Total do crédito disponível relativo ao período	R$ 132.447,90	R$ 610.063,07
Valor Total da Contribuição Apurada	R$ 606.531,87	R$ 2.797.064,41
(-) Valor total dos créditos descontados	R$ 132.447,90	R$ 610.063,07
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R$ 129.661,82	R$ 598.441,39
= Valor da contribuição Social a Recolher	R$ 344.422,15	R$ 1.588.559,95
Saldo de créditos relativo ao período a utilizar em períodos futuros	R$ 0,00	R$ 0,00

REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVO		
Valor Total da Contribuição Apurada	R$ 0,00	R$ 0,00
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R$ 0,00	R$ 0,00
= Valor da Contribuição Social a Recolher	R$ 0,00	R$ 0,00

APURAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIARIA SOBRE RECEITAS	
Valor Total da Contribuição Apurada sobre Receitas	R$ 0,00
(+) Valor total dos ajustes de acréscimo	R$ 0,00
(-) Valor total dos ajustes de redução	R$ 0,00
Valor da Contribuição Previdenciária a Recolher	R$ 0,00

O presente recibo de entrega contém a transcrição da identificação da Escrituração Fiscal Digital das Contribuições incidentes sobre a Receita (EFD-Contribuições) enviada ao Sistema Público de Escrituração Digital, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 1º de março de 2012.

Esta escrituração foi assinada com o certificado digital de NI:
08.247.960/0001-62
CPF: 029.999.161-08

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO
em 09/12/2021 às 08:36:48

Número do Recibo:
63.2C.04.54.18.B8.97.1C.44.2D.90.DF.
70.03.D1.4C.7C.78.92.3E-8

Assinatura da transmissão gerada pelo ReceitaNet:
E4.25.B5.84.F4.5D.63.EF 4E.0E.2A.2F.52.A4.F1.67

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.068193/2021-29 / pg. 853

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED Versão EFD-Contribuições: 5.0.0

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL - CONTRIBUIÇÕES

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

Contribuinte: REAL JG FACILITIES EIRELI

CNPJ: 08.247.960/0001-62 **SCP:** **Tipo:** Original

Identificação do arquivo: A4FBC60A43B917743FB95569BCE8179E0D9932B2

Período de apuração: 01/11/2021 a 30/11/2021

APURAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAS	PIS/PASEP	COFINS
REGIME DE APURAÇÃO NÃO-CUMULATIVO		
Valor Total do crédito disponível relativo ao período	R$ 159.583,17	R$ 735.049,76
Valor Total da Contribuição Apurada	R$ 475.731,59	R$ 2.195.015,55
(-) Valor total dos créditos descontados	R$ 159.583,17	R$ 735.049,76
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R$ 112.449,34	R$ 518.999,15
= Valor da contribuição Social a Recolher	R$ 203.699,08	R$ 940.966,64
Saldo de créditos relativo ao período a utilizar em períodos futuros	R$ 0,00	R$ 0,00

REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVO		
Valor Total da Contribuição Apurada	R$ 0,00	R$ 0,00
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R$ 0,00	R$ 0,00
= Valor da Contribuição Social a Recolher	R$ 0,00	R$ 0,00

APURAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIARIA SOBRE RECEITAS	
Valor Total da Contribuição Apurada sobre Receitas	R$ 0,00
(+) Valor total dos ajustes de acréscimo	R$ 0,00
(-) Valor total dos ajustes de redução	R$ 0,00
Valor da Contribuição Previdenciária a Recolher	R$ 0,00

O presente recibo de entrega contém a transcrição da identificação da Escrituração Fiscal Digital das Contribuições incidentes sobre a Receita (EFD-Contribuições) enviada ao Sistema Público de Escrituração Digital, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 1º de março de 2012.

Esta escrituração foi assinada com o certificado digital de NI:
08.247.960/0001-62
CPF: 029.999.161-08

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO
em 04/01/2022 às 11:04:45

Número do Recibo:
A4.FB.C6.0A.43.B9.17.74.3F.B9.55.69.BC.E8.17.9E.0D.99.32.B2-7

Assinatura da transmissão gerada pelo ReceitaNet:
F6.CF.FB.BC.BE.43.EE.E4 52.11.79.62.7D.0F.17.D0

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.068259/2022-29 / pg. 854

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED Versão EFD-Contribuições: 5.0.0

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL - CONTRIBUIÇÕES

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

Contribuinte: REAL JG FACILITIES LTDA

CNPJ: 08.247.960/0001-62 **SCP:** **Tipo:** Original

Identificação do arquivo: 39FE80C810550AACE8813B955025EA439BD1B6A4

Período de apuração: 01/12/2021 a 31/12/2021

APURAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAS	PIS/PASEP	COFINS
REGIME DE APURAÇÃO NÃO-CUMULATIVO		
Valor Total do crédito disponível relativo ao período	R$ 155.586,79	R$ 716.642,18
Valor Total da Contribuição Apurada	R$ 892.425,06	R$ 4.115.503,19
(-) Valor total dos créditos descontados	R$ 155.586,79	R$ 716.642,18
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R$ 187.727,62	R$ 866.438,34
= Valor da contribuição Social a Recolher	R$ 549.110,65	R$ 2.532.422,67
Saldo de créditos relativo ao período a utilizar em períodos futuros	R$ 0,00	R$ 0,00

REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVO		
Valor Total da Contribuição Apurada	R$ 0,00	R$ 0,00
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R$ 0,00	R$ 0,00
= Valor da Contribuição Social a Recolher	R$ 0,00	R$ 0,00

APURAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIARIA SOBRE RECEITAS	
Valor Total da Contribuição Apurada sobre Receitas	R$ 0,00
(+) Valor total dos ajustes de acréscimo	R$ 0,00
(-) Valor total dos ajustes de redução	R$ 0,00
Valor da Contribuição Previdenciária a Recolher	R$ 0,00

O presente recibo de entrega contém a transcrição da identificação da Escrituração Fiscal Digital das Contribuições incidentes sobre a Receita (EFD-Contribuições) enviada ao Sistema Público de Escrituração Digital, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 1º de março de 2012.

Esta escrituração foi assinada com o certificado digital de NI:
08.247.960/0001-62
CPF: 029.999.161-08

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO
em 14/02/2022 às 12:55:59

Número do Recibo:
39.FE.80.C8.10.55.0A.AC.E8.81.3B.
95.50.25.EA.43.9B.D1.B6.A4-4

Assinatura da transmissão gerada pelo ReceitaNet:
A3.92.27.2C.43.77.41.F5 06.BF.A4.43.D3.52.1F.F5

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.068259/2022-29 / pg. 855

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 8.0.8

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
53201352854	08.247.960/0001-62	

NOME EMPRESARIAL
REAL JG FACILITIES EIRELI

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário	01/01/2020 a 31/12/2020
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
Escrituração Contábil Digital do Livro Diário Geral	14

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)
D1.C6.4B.83.53.68.53.73.CE.F5.97.C1.B4.E0.26.99.E7.B9.21.0D

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Contador	01170770118	MAYARA APOLINARIO NEGRAO:01170770118	816112176322045100 6	12/01/2021 a 12/01/2022	Não
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	08247960000162	REAL JG FACILITIES EIRELI:08247960000162	598409862468519786 3	09/11/2020 a 09/11/2021	Sim
Contador/Contabilista Responsável Pelo Termo de Verificação para Fins de Substituição da ECD	01170770118	MAYARA APOLINARIO NEGRAO:01170770118	816112176322045100 6	12/01/2021 a 12/01/2022	-

NÚMERO DO RECIBO:

D1.C6.4B.83.53.68.53.73.CE.F5.97.C1.
B4.E0.26.99.E7.B9.21.0D-4

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 09/08/2021 às 17:06:24

EF.55.7F.CB.94.A6.96.CC
E0.9E.45.A9.2B.FF.79.14

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: REAL JG FACILITIES EIRELI

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020 CNPJ: 08.247.960/0001-62

Número de Ordem do Livro: 14

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Março de 2020

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R$ 126.662.775,08	R$ 139.560.724,80
ATIVO CIRCULANTE		R$ 120.194.940,65	R$ 133.127.716,92
Disponibilidades		R$ 92.982.509,09	R$ 106.609.468,82
Caixa		R$ 239.990,44	R$ 41.959,66
Bancos		R$ 25.275.559,39	R$ 34.916.714,38
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata		R$ 67.466.959,26	R$ 71.650.794,78
Créditos		R$ 20.167.337,10	R$ 18.593.457,86
Duplicatas a Receber		R$ 20.167.337,10	R$ 18.593.457,86
Estoques		R$ 79.489,52	R$ 79.489,52
Almoxarifado		R$ 79.489,52	R$ 79.489,52
Tributos a Recuperar		R$ 6.965.604,94	R$ 7.845.300,72
Tributos Federais a Recuperar		R$ 6.965.604,94	R$ 7.845.300,72
ATIVO NÃO-CIRCULANTE		R$ 6.467.834,43	R$ 6.433.007,88
Ativo Realizável a Longo Prazo		R$ 209.447,12	R$ 279.966,67
Despesas Antecipadas LP		R$ 209.447,12	R$ 279.966,67
Imobilizado		R$ 5.941.725,75	R$ 5.844.296,19
Imóvel de Uso		R$ 2.650.000,00	R$ 2.650.000,00
Instalações		R$ 13.068,20	R$ 13.068,20
Máquinas, Equipamentos e Ferramentas		R$ 1.878.898,53	R$ 2.031.384,08
Móveis e Utensílios		R$ 152.351,11	R$ 152.351,11
Veículos		R$ 3.919.941,98	R$ 3.919.941,98
(-) (-) Depreciações Acumuladas		R$ (2.672.534,07)	R$ (2.922.449,18)
Intangível		R$ 316.661,56	R$ 308.745,02
Bens Incorpóreos		R$ 316.661,56	R$ 316.661,56
(-) Amortizações Acumuladas		R$ 0,00	R$ (7.916,54)
PASSIVO		R$ 126.662.775,08	R$ 139.560.724,80
PASSIVO CIRCULANTE		R$ 33.380.328,51	R$ 42.066.908,60
Fornecedores		R$ 2.481.169,52	R$ 1.993.249,45
Fornecedores		R$ 2.481.169,52	R$ 1.993.249,45
Obrigações Trabalhistas		R$ 12.203.396,87	R$ 11.718.674,84
Salários e Ordenados a Pagar		R$ 12.203.396,87	R$ 11.718.674,84
Obrigações Fiscais		R$ 2.425.544,30	R$ 2.464.118,95
Impostos e Contribuições a Recolher		R$ 2.425.544,30	R$ 2.464.118,95
Obrigações Sociais		R$ 2.770.217,82	R$ 1.540.651,19
INSS a Recolher		R$ 795.142,05	R$ 444.849,81
FGTS a Recolher		R$ 1.975.075,77	R$ 1.095.801,38
Obrigações Provisionadas		R$ 13.500.000,00	R$ 24.189.633,11
Provisão para Férias		R$ 13.500.000,00	R$ 10.440.648,22
Provisão para 13º Salário		R$ 0,00	R$ 13.748.984,89
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		R$ 0,00	R$ 160.581,06
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		R$ 0,00	R$ 160.581,06
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		R$ 25.579.283,06	R$ 25.365.324,72
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		R$ 25.579.283,06	R$ 25.365.324,72
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		R$ 25.579.283,06	R$ 25.365.324,72
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R$ 67.703.163,51	R$ 72.128.491,48
Capital Social		R$ 32.000.000,00	R$ 32.000.000,00
Capital Integralizado		R$ 32.000.000,00	R$ 32.000.000,00
Reservas de Lucros		R$ 35.703.163,51	R$ 35.703.163,51
Reserva de Lucros a Realizar		R$ 35.703.163,51	R$ 35.703.163,51
Reservas de Lucros e ou Prejuizos		R$ 0,00	R$ 4.425.327,97
Lucro do Período		R$ 0,00	R$ 4.425.327,97

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número D1.C6.4B.83.53.68.53.73.CE.F5.97.C1.B4.E0.26.99.E7.B9.21.0D-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 8.0.8 do Visualizador

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 857

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: REAL JG FACILITIES EIRELI

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020 CNPJ: 08.247.960/0001-62

Número de Ordem do Livro: 14

Período Selecionado: 01 de Abril de 2020 a 30 de Junho de 2020

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R$ 139.560.724,80	R$ 161.488.195,12
ATIVO CIRCULANTE		R$ 133.127.716,92	R$ 155.157.753,20
Disponibilidades		R$ 106.609.468,82	R$ 128.944.853,85
Caixa		R$ 41.959,66	R$ 67.574,99
Bancos		R$ 34.916.714,38	R$ 60.264.354,62
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata		R$ 71.650.794,78	R$ 68.612.924,24
Créditos		R$ 18.593.457,86	R$ 16.696.995,66
Duplicatas a Receber		R$ 18.593.457,86	R$ 16.696.995,66
Estoques		R$ 79.489,52	R$ 79.489,52
Almoxarifado		R$ 79.489,52	R$ 79.489,52
Tributos a Recuperar		R$ 7.845.300,72	R$ 9.436.414,17
Tributos Federais a Recuperar		R$ 7.845.300,72	R$ 9.436.414,17
ATIVO NÃO-CIRCULANTE		R$ 6.433.007,88	R$ 6.330.441,92
Ativo Realizável a Longo Prazo		R$ 279.966,67	R$ 381.114,02
Despesas Antecipadas LP		R$ 279.966,67	R$ 381.114,02
Imobilizado		R$ 5.844.296,19	R$ 5.648.499,42
Imóvel de Uso		R$ 2.650.000,00	R$ 2.650.000,00
Instalações		R$ 13.068,20	R$ 13.068,20
Máquinas, Equipamentos e Ferramentas		R$ 2.031.384,08	R$ 2.033.884,08
Móveis e Utensílios		R$ 152.351,11	R$ 152.351,11
Veículos		R$ 3.919.941,98	R$ 3.802.007,98
(-) (-) Depreciações Acumuladas		R$ (2.922.449,18)	R$ (3.002.811,95)
Intangível		R$ 308.745,02	R$ 300.828,48
Bens Incorpóreos		R$ 316.661,56	R$ 316.661,56
(-) (-) Amortizações Acumuladas		R$ (7.916,54)	R$ (15.833,08)
PASSIVO		R$ 139.560.724,80	R$ 161.488.195,12
PASSIVO CIRCULANTE		R$ 42.066.908,60	R$ 69.379.741,50
Fornecedores		R$ 1.993.249,45	R$ 2.958.262,11
Fornecedores		R$ 1.993.249,45	R$ 2.958.262,11
Obrigações Trabalhistas		R$ 11.718.674,84	R$ 10.971.891,06
Salários e Ordenados a Pagar		R$ 11.718.674,84	R$ 10.971.891,06
Obrigações Fiscais		R$ 2.464.118,95	R$ 8.728.866,66
Impostos e Contribuições a Recolher		R$ 2.464.118,95	R$ 8.728.866,66
Obrigações Sociais		R$ 1.540.651,19	R$ 9.451.994,36
INSS a Recolher		R$ 444.849,81	R$ 4.191.598,24
FGTS a Recolher		R$ 1.095.801,38	R$ 5.260.396,12
Obrigações Provisionadas		R$ 24.189.633,11	R$ 37.160.391,26
Provisão para Férias		R$ 10.440.648,22	R$ 23.411.406,37
Provisão para 13º Salário		R$ 13.748.984,89	R$ 13.748.984,89
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		R$ 160.581,06	R$ 108.336,05
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		R$ 160.581,06	R$ 108.336,05
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		R$ 25.365.324,72	R$ 25.365.324,72
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		R$ 25.365.324,72	R$ 25.365.324,72
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		R$ 25.365.324,72	R$ 25.365.324,72
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R$ 72.128.491,48	R$ 66.743.128,90
Capital Social		R$ 32.000.000,00	R$ 32.000.000,00
Capital Integralizado		R$ 32.000.000,00	R$ 32.000.000,00
Reservas de Lucros		R$ 35.703.163,51	R$ 25.703.163,51
Reserva de Lucros a Realizar		R$ 35.703.163,51	R$ 25.703.163,51
Reservas de Lucros e ou Prejuizos		R$ 4.425.327,97	R$ 9.039.965,39
Lucro do Período		R$ 4.425.327,97	R$ 9.039.965,39

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número D1.C6.4B.83.53.68.53.73.CE.F5.97.C1.B4.E0.26.99.E7.B9.21.0D-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 8.0.8 do Visualizador

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 858

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: REAL JG FACILITIES EIRELI

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020 CNPJ: 08.247.960/0001-62

Número de Ordem do Livro: 14

Período Selecionado: 01 de Julho de 2020 a 30 de Setembro de 2020

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R$ 161.488.195,12	R$ 172.211.497,46
ATIVO CIRCULANTE		R$ 155.157.753,20	R$ 166.108.945,82
Disponibilidades		R$ 128.944.853,85	R$ 143.029.547,75
Caixa		R$ 67.574,99	R$ 148,91
Bancos		R$ 60.264.354,62	R$ 47.214.856,47
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata		R$ 68.612.924,24	R$ 95.814.542,37
Créditos		R$ 16.696.995,66	R$ 13.229.172,35
Duplicatas a Receber		R$ 16.696.995,66	R$ 13.229.172,35
Estoques		R$ 79.489,52	R$ 79.489,52
Almoxarifado		R$ 79.489,52	R$ 79.489,52
Tributos a Recuperar		R$ 9.436.414,17	R$ 9.770.736,20
Tributos Federais a Recuperar		R$ 9.436.414,17	R$ 9.770.736,20
ATIVO NÃO-CIRCULANTE		R$ 6.330.441,92	R$ 6.102.551,64
Ativo Realizável a Longo Prazo		R$ 381.114,02	R$ 381.114,02
Despesas Antecipadas LP		R$ 381.114,02	R$ 381.114,02
Imobilizado		R$ 5.648.499,42	R$ 5.428.525,68
Imóvel de Uso		R$ 2.650.000,00	R$ 2.650.000,00
Instalações		R$ 13.068,20	R$ 13.068,20
Máquinas, Equipamentos e Ferramentas		R$ 2.033.884,08	R$ 2.059.405,47
Móveis e Utensílios		R$ 152.351,11	R$ 152.351,11
Veículos		R$ 3.802.007,98	R$ 3.802.007,98
(-) (-) Depreciações Acumuladas		R$ (3.002.811,95)	R$ (3.248.307,08)
Intangível		R$ 300.828,48	R$ 292.911,94
Bens Incorpóreos		R$ 316.661,56	R$ 316.661,56
(-) (-) Amortizações Acumuladas		R$ (15.833,08)	R$ (23.749,62)
PASSIVO		R$ 161.488.195,12	R$ 172.211.497,46
PASSIVO CIRCULANTE		R$ 69.379.741,50	R$ 71.794.059,19
Fornecedores		R$ 2.958.262,11	R$ 13.237.195,34
Fornecedores		R$ 2.958.262,11	R$ 13.237.195,34
Obrigações Trabalhistas		R$ 10.971.891,06	R$ 11.261.314,02
Salários e Ordenados a Pagar		R$ 10.971.891,06	R$ 11.261.314,02
Obrigações Fiscais		R$ 8.728.866,66	R$ 5.739.273,30
Impostos e Contribuições a Recolher		R$ 8.728.866,66	R$ 5.739.273,30
Obrigações Sociais		R$ 9.451.994,36	R$ 10.094.581,80
INSS a Recolher		R$ 4.191.598,24	R$ 4.699.878,57
FGTS a Recolher		R$ 5.260.396,12	R$ 5.394.703,23
Obrigações Provisionadas		R$ 37.160.391,26	R$ 31.404.400,25
Provisão para Férias		R$ 23.411.406,37	R$ 17.518.825,96
Provisão para 13º Salário		R$ 13.748.984,89	R$ 13.748.984,89
Provisão para CSLL		R$ 0,00	R$ 136.589,40
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		R$ 108.336,05	R$ 57.294,48
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		R$ 108.336,05	R$ 57.294,48
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		R$ 25.365.324,72	R$ 25.365.324,72
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		R$ 25.365.324,72	R$ 25.365.324,72
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		R$ 25.365.324,72	R$ 25.365.324,72
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R$ 66.743.128,90	R$ 75.052.113,55
Capital Social		R$ 32.000.000,00	R$ 32.000.000,00
Capital Integralizado		R$ 32.000.000,00	R$ 32.000.000,00
Reservas de Lucros		R$ 25.703.163,51	R$ 28.389.967,18
Reserva para Contingências		R$ 0,00	R$ 2.696.803,67
Reserva de Lucros a Realizar		R$ 25.703.163,51	R$ 25.693.163,51
Reservas de Lucros e ou Prejuizos		R$ 9.039.965,39	R$ 14.662.146,37
Lucro do Período		R$ 9.039.965,39	R$ 14.662.146,37

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número D1.C6.4B.83.53.68.53.73.CE.F5.97.C1.B4.E0.26.99.E7.B9.21.0D-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: REAL JG FACILITIES EIRELI

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020 CNPJ: 08.247.960/0001-62

Número de Ordem do Livro: 14

Período Selecionado: 01 de Outubro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R$ 172.211.497,46	R$ 154.496.007,60
ATIVO CIRCULANTE		R$ 166.108.945,82	R$ 148.396.837,90
Disponibilidades		R$ 143.029.547,75	R$ 123.700.868,86
Caixa		R$ 148,91	R$ 743.454,03
Bancos		R$ 47.214.856,47	R$ 35.653.166,94
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata		R$ 95.814.542,37	R$ 87.304.247,89
Créditos		R$ 13.229.172,35	R$ 15.329.229,73
Duplicatas a Receber		R$ 13.229.172,35	R$ 15.329.229,73
Estoques		R$ 79.489,52	R$ 79.489,52
Almoxarifado		R$ 79.489,52	R$ 79.489,52
Tributos a Recuperar		R$ 9.770.736,20	R$ 8.464.961,46
Tributos Federais a Recuperar		R$ 9.770.736,20	R$ 8.464.961,46
Outros Créditos		R$ 0,00	R$ 822.288,33
Adiantamento a Fornecedores		R$ 0,00	R$ 822.288,33
ATIVO NÃO-CIRCULANTE		R$ 6.102.551,64	R$ 6.099.169,70
Ativo Realizável a Longo Prazo		R$ 381.114,02	R$ 381.114,02
Despesas Antecipadas LP		R$ 381.114,02	R$ 381.114,02
Imobilizado		R$ 5.428.525,68	R$ 5.433.060,28
Imóvel de Uso		R$ 2.650.000,00	R$ 2.650.000,00
Instalações		R$ 13.068,20	R$ 13.068,20
Máquinas, Equipamentos e Ferramentas		R$ 2.059.405,47	R$ 2.181.400,62
Móveis e Utensílios		R$ 152.351,11	R$ 155.091,11
Veículos		R$ 3.802.007,98	R$ 3.933.519,97
(-) (-) Depreciações Acumuladas		R$ (3.248.307,08)	R$ (3.500.019,62)
Intangível		R$ 292.911,94	R$ 284.995,40
Bens Incorpóreos		R$ 316.661,56	R$ 316.661,56
(-) (-) Amortizações Acumuladas		R$ (23.749,62)	R$ (31.666,16)
PASSIVO		R$ 172.211.497,46	R$ 154.496.007,60
PASSIVO CIRCULANTE		R$ 71.794.059,19	R$ 54.308.413,75
Fornecedores		R$ 13.237.195,34	R$ 16.319.692,98
Fornecedores		R$ 13.237.195,34	R$ 16.319.692,98
Obrigações Trabalhistas		R$ 11.261.314,02	R$ 10.926.496,34
Salários e Ordenados a Pagar		R$ 11.261.314,02	R$ 10.926.496,34
Obrigações Fiscais		R$ 5.739.273,30	R$ 2.877.278,93
Impostos e Contribuições a Recolher		R$ 5.739.273,30	R$ 2.877.278,93
Obrigações Sociais		R$ 10.094.581,80	R$ 5.968.137,30
INSS a Recolher		R$ 4.699.878,57	R$ 2.169.051,18
FGTS a Recolher		R$ 5.394.703,23	R$ 3.799.086,12
Obrigações Provisionadas		R$ 31.404.400,25	R$ 18.209.316,93
Provisão para Férias		R$ 17.518.825,96	R$ 16.211.812,06
Provisão para 13º Salário		R$ 13.748.984,89	R$ 0,00
Provisão para IRPJ		R$ 0,00	R$ 374.777,51
Provisão para CSLL		R$ 136.589,40	R$ 1.622.727,36
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		R$ 57.294,48	R$ 7.491,27
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		R$ 57.294,48	R$ 7.491,27
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		R$ 25.365.324,72	R$ 25.365.324,72
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		R$ 25.365.324,72	R$ 25.365.324,72
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		R$ 25.365.324,72	R$ 25.365.324,72
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R$ 75.052.113,55	R$ 74.822.269,13
Capital Social		R$ 32.000.000,00	R$ 32.000.000,00
Capital Integralizado		R$ 32.000.000,00	R$ 32.000.000,00
Reservas de Lucros		R$ 28.389.967,18	R$ 8.677.748,41
Reserva para Contingências		R$ 2.696.803,67	R$ 3.696.803,67
Reserva de Lucros a Realizar		R$ 25.693.163,51	R$ 4.980.944,74
Reservas de Lucros e ou Prejuizos		R$ 14.662.146,37	R$ 34.144.520,72
Lucro do Período		R$ 14.662.146,37	R$ 34.144.520,72

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número D1.C6.4B.83.53.68.53.73.CE.F5.97.C1.B4.E0.26.99.E7.B9.21.0D-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 8.0.8 do Visualizador

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 860

da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 2307

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Entidade: REAL JG FACILITIES EIRELI

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020 CNP 08.247.960/0001-62 Número de Ordem do Livro: 14

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Março de 2020

Histórico	Código de Aglutinação das Contas de Patrimônio Líquido			Total (R$)
	Capital Integralizado (R$)	Reserva de Lucros a Realizar (R$)	Lucro do Período (R$)	
Saldo Inicial em 01.01.2020	32.000.000,00	35.703.163,51	0,00	67.703.163,51
Resultado líquido do trimestre			4.425.327,97	4.425.327,97
Saldo Final em 31.03.2020	32.000.000,00	35.703.163,51	4.425.327,97	72.128.491,48
Notas				

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número D1.C6.4B.83.53.68.53.73.CE.F5.97.C1.B4.E0.26.99.E7.B9.21.0D-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

ão da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Entidade: REAL JG FACILITIES EIRELI

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020 CNP 08.247.960/0001-62 Número de Ordem do Livro: 14

Período Selecionado: 01 de Abril de 2020 a 30 de Junho de 2020

Histórico	Código de Aglutinação das Contas de Patrimônio Líquido			Total (R$)
	Capital Integralizado (R$)	Reserva de Lucros a Realizar (R$)	Lucro do Período (R$)	
Saldo Inicial em 01.04.2020	32.000.000,00	35.703.163,51	4.425.327,97	72.128.491,48
Valor referente a distribuição de Lucros a Proprietaria Olindina Jansen Pereira.		(-)10.000.000,00		(-)10.000.000,00
Resultado líquido do trimestre			4.614.637,42	4.614.637,42
Saldo Final em 30.06.2020	32.000.000,00	25.703.163,51	9.039.965,39	66.743.128,90
Notas				

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número D1.C6.4B.83.53.68.53.73.CE.F5.97.C1.B4.E0.26.99.E7.B9.21.0D-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

ação da empresa Real JG Facilities. (2855192)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Entidade: REAL JG FACILITIES EIRELI

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020 CNP 08.247.960/0001-62 Número de Ordem do Livro: 14

Período Selecionado: 01 de Julho de 2020 a 30 de Setembro de 2020

Histórico	Código de Aglutinação das Contas de Patrimônio Líquido				Total (R$)
	Capital Integralizado (R$)	Reserva para Contingências (R$)	Reserva de Lucros a Realizar (R$)	Lucro do Período (R$)	
Saldo Inicial em 01.07.2020	32.000.000,00	0,00	25.703.163,51	9.039.965,39	66.743.128,90
Valor referente a Provisão de Processos Judiciais conforme documentos disponibilizados pelos Advogados do Grupo.		2.696.803,67			2.696.803,67
Valor referente a Distribuição de Lucros para Sócia Olindina Jansen.			(-)10.000,00		(-)10.000,00
Resultado líquido do trimestre				5.622.180,98	5.622.180,98
Saldo Final em 30.09.2020	32.000.000,00	2.696.803,67	25.693.163,51	14.662.146,37	75.052.113,55
Notas					

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número D1.C6.4B.83.53.68.53.73.CE.F5.97.C1.B4.E0.26.99.E7.B9.21.0D-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

SEI 23070.06

Impressão da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Entidade: REAL JG FACILITIES EIRELI

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020 CNP 08.247.960/0001-62 Número de Ordem do Livro: 14

Período Selecionado: 01 de Outubro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020

Histórico	Código de Aglutinação das Contas de Patrimônio Líquido				Total (R$)
	Capital Integralizado (R$)	Reserva para Contingências (R$)	Reserva de Lucros a Realizar (R$)	Lucro do Período (R$)	
Saldo Inicial em 01.10.2020	32.000.000,00	2.696.803,67	25.693.163,51	14.662.146,37	75.052.113,55
Valor referente a Contigências Judiciais conforme relatório apresentado pelos Advogados do Grupo.		1.000.000,00			1.000.000,00
Valor referente a Juros Sobre Capital Próprio registrado no LALUR 4º Trimestre conforme Decreto 9.580 Art. 355 e Lei Nº 11.196/2005.			(-)4.748.125,16		(-)4.748.125,16
BAIXA DE SALDO REF. ADIANTAMENTO DE LUCROS			(-)15.964.093,61		(-)15.964.093,61
Resultado líquido do trimestre				19.482.374,35	19.482.374,35
Saldo Final em 31.12.2020	32.000.000,00	3.696.803,67	4.980.944,74	34.144.520,72	74.822.269,13
Notas					

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número D1.C6.4B.83.53.68.53.73.CE.F5.97.C1.B4.E0.26.99.E7.B9.21.0D-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: REAL JG FACILITIES EIRELI

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020 CNPJ: 08.247.960/0001-62

Número de Ordem do Livro: 14

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Março de 2020

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(+) RECEITA OPERACIONAL BRUTA		R$ 117.085.873,00	R$ 113.526.704,98
Receitas de Serviços Prestados		R$ 117.085.873,00	R$ 113.526.704,98
Serviços Prestados a Prazo		R$ 117.085.873,00	R$ 113.526.704,98
(-) (-) DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA		R$ (17.258.231,53)	R$ (16.258.049,76)
(-) Abatimentos e Descontos		R$ (576.728,86)	R$ (85.477,38)
(-) Abatimentos e Descontos		R$ (576.728,86)	R$ (85.477,38)
(-) Impostos e Contribuições sobre Receita Operacional		R$ (16.681.502,67)	R$ (16.172.572,38)
(-) COFINS		R$ (8.898.526,35)	R$ (8.628.029,58)
(-) PIS		R$ (1.931.916,90)	R$ (1.873.190,64)
(-) ISS		R$ (5.851.059,42)	R$ (5.671.352,16)
(-) (-) CUSTO DOS PRODUTOS OU MERCADORIAS VENDIDAS E SERVIÇOS PRESTADOS		R$ (69.422.900,73)	R$ (70.924.367,22)
(-) Custos dos Produtos Vendidos		R$ (242.175,56)	R$ (257.831,65)
(-) Despesas com Depreciações		R$ (242.175,56)	R$ (257.831,65)
(-) Custos dos Serviços Prestados		R$ (69.180.725,17)	R$ (70.666.535,57)
(-) Custos dos Serviços Prestados		R$ (69.180.725,17)	R$ (70.666.535,57)
(-) (-) DESPESA OPERACIONAL		R$ (22.288.962,26)	R$ (19.648.336,53)
(-) Despesas Administrativas		R$ (22.277.537,11)	R$ (19.583.844,23)
(-) Despesas Administrativas		R$ (7.520.320,49)	R$ (5.345.133,88)
(-) Despesas com Pessoal		R$ (14.757.216,62)	R$ (14.238.710,35)
(-) Despesas Financeiras		R$ (10.394,61)	R$ (9.768,01)
(-) Despesas Financeiras		R$ (10.394,61)	R$ (9.768,01)
(-) Outras Despesas Operacionais		R$ (1.030,54)	R$ (54.724,29)
(-) Outras Despesas Operacionais		R$ (1.030,54)	R$ (54.724,29)
(+/-) OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS		R$ 0,00	R$ 0,00
(-) (-) PROVISÕES PARA CSLL E IR		R$ (2.537.920,41)	R$ (2.270.623,50)
(-) Provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido		R$ (730.420,06)	R$ (602.635,63)
(-) Provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido		R$ (730.420,06)	R$ (602.635,63)
(-) Provisão para Imposto de Renda		R$ (1.807.500,35)	R$ (1.667.987,87)
(-) Provisão para Imposto de Renda		R$ (1.807.500,35)	R$ (1.667.987,87)
(-) PARTICIPAÇÕES		R$ 0,00	R$ 0,00
(=) LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		R$ 5.577.858,07	R$ 4.425.327,97

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número D1.C6.4B.83.53.68.53.73.CE.F5.97.C1.B4.E0.26.99.E7.B9.21.0D-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 8.0.8 do Visualizador

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 865

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: REAL JG FACILITIES EIRELI

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020 CNPJ: 08.247.960/0001-62

Número de Ordem do Livro: 14

Período Selecionado: 01 de Abril de 2020 a 30 de Junho de 2020

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(+) RECEITA OPERACIONAL BRUTA		R$ 113.526.704,98	R$ 116.867.368,71
Receitas de Serviços Prestados		R$ 113.526.704,98	R$ 116.867.368,71
Serviços Prestados a Prazo		R$ 113.526.704,98	R$ 116.867.368,71
(-) (-) DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA		R$ (16.258.049,76)	R$ (16.814.570,77)
(-) Abatimentos e Descontos		R$ (85.477,38)	R$ (168.914,35)
(-) Abatimentos e Descontos		R$ (85.477,38)	R$ (168.914,35)
(-) Impostos e Contribuições sobre Receita Operacional		R$ (16.172.572,38)	R$ (16.645.656,42)
(-) COFINS		R$ (8.628.029,58)	R$ (8.881.920,02)
(-) PIS		R$ (1.873.190,64)	R$ (1.928.311,59)
(-) ISS		R$ (5.671.352,16)	R$ (5.835.424,81)
(-) (-) CUSTO DOS PRODUTOS OU MERCADORIAS VENDIDAS E SERVIÇOS PRESTADOS		R$ (70.924.367,22)	R$ (71.277.918,61)
(-) Custos dos Produtos Vendidos		R$ (257.831,65)	R$ (245.299,61)
(-) Despesas com Depreciações		R$ (257.831,65)	R$ (245.299,61)
(-) Custos dos Serviços Prestados		R$ (70.666.535,57)	R$ (71.032.619,00)
(-) Custos dos Serviços Prestados		R$ (70.666.535,57)	R$ (71.032.619,00)
(-) (-) DESPESA OPERACIONAL		R$ (19.648.336,53)	R$ (21.792.095,35)
(-) Despesas Administrativas		R$ (19.583.844,23)	R$ (21.784.391,40)
(-) Despesas Administrativas		R$ (5.345.133,88)	R$ (4.904.968,21)
(-) Despesas com Pessoal		R$ (14.238.710,35)	R$ (16.879.423,19)
(-) Despesas Financeiras		R$ (9.768,01)	R$ (7.703,95)
(-) Despesas Financeiras		R$ (9.768,01)	R$ (7.703,95)
(+/-) OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS		R$ 0,00	R$ 0,00
(-) (-) PROVISÕES PARA CSLL E IR		R$ (2.270.623,50)	R$ (2.368.146,56)
(-) Provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido		R$ (602.635,63)	R$ (628.450,56)
(-) Provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido		R$ (602.635,63)	R$ (628.450,56)
(-) Provisão para Imposto de Renda		R$ (1.667.987,87)	R$ (1.739.696,00)
(-) Provisão para Imposto de Renda		R$ (1.667.987,87)	R$ (1.739.696,00)
(-) PARTICIPAÇÕES		R$ 0,00	R$ 0,00
(=) LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		R$ 4.425.327,97	R$ 4.614.637,42

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número D1.C6.4B.83.53.68.53.73.CE.F5.97.C1.B4.E0.26.99.E7.B9.21.0D-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 866

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: REAL JG FACILITIES EIRELI

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020 CNPJ: 08.247.960/0001-62

Número de Ordem do Livro: 14

Período Selecionado: 01 de Julho de 2020 a 30 de Setembro de 2020

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(+) RECEITA OPERACIONAL BRUTA		R$ 116.867.368,71	R$ 113.924.965,73
Receitas de Serviços Prestados		R$ 116.867.368,71	R$ 113.924.965,73
Serviços Prestados a Prazo		R$ 116.867.368,71	R$ 113.924.965,73
(-) (-) DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA		R$ (16.814.570,77)	R$ (16.342.243,20)
(-) Abatimentos e Descontos		R$ (168.914,35)	R$ (115.984,55)
(-) Abatimentos e Descontos		R$ (168.914,35)	R$ (115.984,55)
(-) Impostos e Contribuições sobre Receita Operacional		R$ (16.645.656,42)	R$ (16.226.258,65)
(-) COFINS		R$ (8.881.920,02)	R$ (8.658.297,40)
(-) PIS		R$ (1.928.311,59)	R$ (1.879.761,93)
(-) ISS		R$ (5.835.424,81)	R$ (5.688.199,32)
(-) (-) CUSTO DOS PRODUTOS OU MERCADORIAS VENDIDAS E SERVIÇOS PRESTADOS		R$ (71.277.918,61)	R$ (70.285.021,13)
(-) Custos dos Produtos Vendidos		R$ (245.299,61)	R$ (253.411,67)
(-) Despesas com Depreciações		R$ (245.299,61)	R$ (253.411,67)
(-) Custos dos Serviços Prestados		R$ (71.032.619,00)	R$ (70.031.609,46)
(-) Custos dos Serviços Prestados		R$ (71.032.619,00)	R$ (70.031.609,46)
(-) (-) DESPESA OPERACIONAL		R$ (21.792.095,35)	R$ (18.788.336,28)
(-) Despesas com Vendas		R$ 0,00	R$ (1.260.518,93)
(-) Perdas no Recebimento de Créditos de Liquidação Duvidosa		R$ 0,00	R$ (1.260.518,93)
(-) Despesas Administrativas		R$ (21.784.391,40)	R$ (17.520.272,07)
(-) Despesas Administrativas		R$ (4.904.968,21)	R$ (16.730.191,96)
(-) Despesas com Pessoal		R$ (16.879.423,19)	R$ (790.080,11)
(-) Despesas Financeiras		R$ (7.703,95)	R$ (7.545,28)
(-) Despesas Financeiras		R$ (7.703,95)	R$ (7.545,28)
(+/-) OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS		R$ 0,00	R$ 0,00
(-) (-) PROVISÕES PARA CSLL E IR		R$ (2.368.146,56)	R$ (2.887.184,14)
(-) Provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido		R$ (628.450,56)	R$ (765.842,86)
(-) Provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido		R$ (628.450,56)	R$ (765.842,86)
(-) Provisão para Imposto de Renda		R$ (1.739.696,00)	R$ (2.121.341,28)
(-) Provisão para Imposto de Renda		R$ (1.739.696,00)	R$ (2.121.341,28)
(-) PARTICIPAÇÕES		R$ 0,00	R$ 0,00
(=) LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		R$ 4.614.637,42	R$ 5.622.180,98

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número D1.C6.4B.83.53.68.53.73.CE.F5.97.C1.B4.E0.26.99.E7.B9.21.0D-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 8.0.8 do Visualizador

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 867

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: REAL JG FACILITIES EIRELI

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020 CNPJ: 08.247.960/0001-62

Número de Ordem do Livro: 14

Período Selecionado: 01 de Outubro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(+) RECEITA OPERACIONAL BRUTA		R$ 113.924.965,73	R$ 120.075.147,71
Receitas de Serviços Prestados		R$ 113.924.965,73	R$ 120.075.147,71
Serviços Prestados a Prazo		R$ 113.924.965,73	R$ 120.075.147,71
(-) (-) DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA		R$ (16.342.243,20)	R$ (17.195.655,91)
(-) Abatimentos e Descontos		R$ (115.984,55)	R$ (95.955,72)
(-) Abatimentos e Descontos		R$ (115.984,55)	R$ (95.955,72)
(-) Impostos e Contribuições sobre Receita Operacional		R$ (16.226.258,65)	R$ (17.099.700,19)
(-) COFINS		R$ (8.658.297,40)	R$ (9.125.711,23)
(-) PIS		R$ (1.879.761,93)	R$ (1.981.239,94)
(-) ISS		R$ (5.688.199,32)	R$ (5.992.749,02)
(-) (-) CUSTO DOS PRODUTOS OU MERCADORIAS VENDIDAS E SERVIÇOS PRESTADOS		R$ (70.285.021,13)	R$ (69.065.240,46)
(-) Custos dos Produtos Vendidos		R$ (253.411,67)	R$ (259.629,08)
(-) Despesas com Depreciações		R$ (253.411,67)	R$ (259.629,08)
(-) Custos dos Serviços Prestados		R$ (70.031.609,46)	R$ (68.805.611,38)
(-) Custos dos Serviços Prestados		R$ (70.031.609,46)	R$ (68.805.611,38)
(-) (-) DESPESA OPERACIONAL		R$ (18.788.336,28)	R$ (8.187.043,51)
(-) Despesas Administrativas		R$ (17.520.272,07)	R$ (8.176.230,21)
(-) Despesas Administrativas		R$ (16.730.191,96)	R$ (7.713.477,49)
(-) Despesas com Pessoal		R$ (790.080,11)	R$ (462.752,72)
(-) Despesas Financeiras		R$ (7.545,28)	R$ (8.358,07)
(-) Despesas Financeiras		R$ (7.545,28)	R$ (8.358,07)
(-) Outras Despesas Operacionais		R$ 0,00	R$ (2.455,23)
(-) Outras Despesas Operacionais		R$ 0,00	R$ (2.455,23)
(+/-) OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS		R$ 0,00	R$ 2.082.807,26
Outras Receitas		R$ 0,00	R$ 2.082.807,26
Outras Receitas		R$ 0,00	R$ 2.082.807,26
(-) (-) PROVISÕES PARA CSLL E IR		R$ (2.887.184,14)	R$ (8.227.640,74)
(-) Provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido		R$ (765.842,86)	R$ (2.179.493,14)
(-) Provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido		R$ (765.842,86)	R$ (2.179.493,14)
(-) Provisão para Imposto de Renda		R$ (2.121.341,28)	R$ (6.048.147,60)
(-) Provisão para Imposto de Renda		R$ (2.121.341,28)	R$ (6.048.147,60)
(-) PARTICIPAÇÕES		R$ 0,00	R$ 0,00
(=) LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		R$ 5.622.180,98	R$ 19.482.374,35

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número D1.C6.4B.83.53.68.53.73.CE.F5.97.C1.B4.E0.26.99.E7.B9.21.0D-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 868

SITUAÇÃO DO ARQUIVO DA ESCRITURAÇÃO

Nome Empresarial:	REAL JG FACILITIES EIRELI				
CNPJ:	08.247.960/0001-62	Nire:	53201352854	Scp:	
Período da Escrituração:	01/01/2020 a 31/12/2020				
Forma de Escrituração Contábil:	Livro Diário				
Natureza do Livro:	Escrituração Contábil Digital do Livro Diário Geral				
Identificação do arquivo(hash):	D1.C6.4B.83.53.68.53.73.CE.F5.97.C1.B4.E0.26.99.E7.B9.21.0D-				

Consulta Realizada em: 03/11/2021 11:24:57

Resultado da Verificação

A escrituração visualizada é a mesma que se encontra na base de dados do SPED.

Situação Atual

Escrituração com NIRE AUTENTICADA

A escrituração encontra-se na base de dados do Sped e considera-se autenticada nos termos do Decreto nº 1.800/1996, com a alteração dada pelo Decreto nº 8.683/2016. O recibo de entrega constitui a comprovação da autenticação, nos termos do art. 39-B da Lei nº 8.934/1994, sendo dispensada qualquer outra autenticação (art.39-A da Lei nº 8.934/1994).

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade: REAL JG FACILITIES EIRELI

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020 CNPJ: 08.247.960/0001-62

Número de Ordem do Livro: 14

TERMO DE ABERTURA	
Nome Empresarial	REAL JG FACILITIES EIRELI
NIRE	53201352854
CNPJ	08.247.960/0001-62
Número de Ordem	14
Natureza do Livro	Escrituração Contábil Digital do Livro Diário Geral
Município	Brasília
Data do arquivamento dos atos constitutivos	18/08/2006
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2020
Quantidade total de linhas do arquivo digital	143073

TERMO DE ENCERRAMENTO	
Nome Empresarial	REAL JG FACILITIES EIRELI
Natureza do Livro	Escrituração Contábil Digital do Livro Diário Geral
Número de ordem	14
Quantidade total de linhas do arquivo digital	143073
Data de inicio	01/01/2020
Data de término	31/12/2020

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número D1.C6.4B.83.53.68.53.73.CE.F5.97.C1.B4.E0.26.99.E7.B9.21.0D-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 22/03/2022 15:30:39

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **REAL JG FACILITIES LTDA**
CNPJ: **08.247.960/0001-62**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e

racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
029.999.161-08

Nome
FLAVIA MACENA DE SOUSA

Nascimento
03/02/1991

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE
96C7.A057.B692.E650

A autenticidade deste comprovante deverá
ser confirmada na Internet, no endereço

www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela
Secretaria da Receita Federal do Brasil
às 07:48:09 do dia 23/01/2015 (hora e data de Brasília)
dígito verificador: 00

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 873


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

Olindina Jansen Pereira
ASSINATURA DO TITULAR

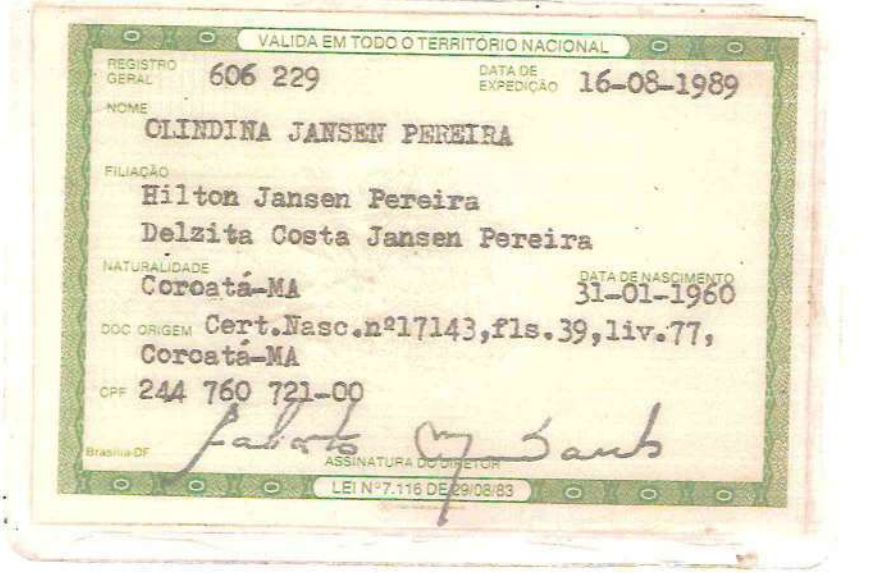
CARTEIRA DE IDENTIDADE

5º OFÍCIO DE NOTAS | R. Civil, DTTDPJ E PROTESTO - DF
SGAS 913 N, Área Especial, GUARA I - BRASÍLIA / DF - CEP: 71.010-003
TELEFONE: (61) 3344-1005 - Titular: Emival Moreira de Araújo

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO, para os devidos efeitos, a presente fotocopia,que é reprodução fiel do documento que me foi apresentado, nos termos da Lei n 8.935 de 18.11.1994.

17 de Junho de 2019
EUNICE MOREIRA DE ARAUJO-ESCREVENTE
Selo: TJDFT20190400313737BPWT
Para consultar o selo www.tjdft.jus.br


VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 606 229
DATA DE EXPEDIÇÃO 16-08-1989

NOME
OLINDINA JANSEN PEREIRA

FILIAÇÃO
Hilton Jansen Pereira
Delzita Costa Jansen Pereira

NATURALIDADE
Coroatá-MA
DATA DE NASCIMENTO
31-01-1960

DOC ORIGEM Cert.Nasc.nº17143,fls.39,liv.77, Coroatá-MA

CPF 244 760 721-00

Brasília-DF
ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**08.247.960/0001-62**	DUNS®:	**89*****32**
Razão Social:	**REAL JG FACILITIES LTDA**		
Nome Fantasia:	**REAL JG FACILITIES**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**18/07/2022**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Demais**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**25/09/2022**
FGTS		Validade:	**25/04/2022**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**28/09/2022**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital		Validade:	**26/04/2022**
Receita Municipal	(Isento)		

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/05/2022**

Esta declaração é uma simples consulta e não tem efeito legal

CPF: 029.999.161-08 Nome: FLAVIA MACENA DE SOUSA
Ass: _____

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 875

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Nome: REAL JG FACILITIES LTDA

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

DFP2101412033

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		051	1	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
		020	1	ALTERACAO DE NOME EMPRESARIAL
		046	1	TRANSFORMACAO
		2221	1	ALTERACAO DO TITULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

BRASILIA
Local

11 Janeiro 2022
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM ☐ SIM

_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____

☐ NÃO ___/___/_____ _____ ☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 53202580257 em 11/01/2022 da Empresa REAL JG FACILITIES LTDA, CNPJ 08247960000162 e protocolo DFP2101412033 - 10/01/2022. Autenticação: D6806DD419482CF09A6E15C37C807CE15D409C3. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/003.544-0 e o código de segurança CC3z Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/003.544-0	DFP2101412033	07/01/2022

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
029.999.161-08	FLAVIA MACENA DE SOUSA	11/01/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
VENTVRIS VENTIS

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 53202580257 em 11/01/2022 da Empresa REAL JG FACILITIES LTDA, CNPJ 08247960000162 e protocolo DFP2101412033 - 10/01/2022. Autenticação: D6806DD419482CF09A6E15C37C807CE15D409C3. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/003.544-0 e o código de segurança CC3z Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITDA - EIRELI EM SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
REAL JG FACILITIES EIRELI
41ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

OLINDINA JANSEN PEREIRA, brasileira, solteira, empresária, nascida aos 31 dias de janeiro do ano de 1960 em Coroatá/MA, filha de Hilton Jansen Pereira e Delzita Costa Jansen Pereira, portadora da carteira de identidade RG: 606.229 expedida pela SSP/DF em 16/08/1989 e CPF: 244.760.721-00, residente e domiciliada na Quadra QRSW 04 Bloco A 02 Apartamento 103, Cruzeiro, Brasília/DF, CEP: 70.675-402.

TITULAR da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada **REAL JG FACILITIES EIRELI,** com sede no **SETOR DE INDÚSTRIA BERNARDO SAYÃO – SIBS, QUADRA 01, CONJUNTO B, LOTE 16, NÚCLEO BANDEIRANTE, BRASÍLIA/DF, CEP: 71.736-102**, com seu ato constitutivo devidamente arquivado na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal – JUCIS/DF sob o **NIRE: 53600170237** e **CNPJ/MF: 08.247.960/0001-62**, resolve alterar e transformar a natureza jurídica da empresa, consolidando o presente contrato social mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira: Da transformação.

Fica transformada essa Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI em **Sociedade Empresária Limitada**.

Cláusula Segunda: Da denominação social.

Altera-se a denominação social da empresa para: **REAL JG FACILITIES LTDA**, permanecendo com o nome fantasia de: **REAL JG FACILITIES.**

Cláusula Terceira: Da capital social.

A sócia **OLINDINA JANSEN PEREIRA** renuncia, com fulcro no artigo 1.275 do Código Civil, à propriedade dos lucros acumulados e devidamente contabilizados no montante de R$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais) e com isso aumenta o capital social da empresa em 16.000.000 (dezesseis milhões) de quotas, no valor

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 53202580257 em 11/01/2022 da Empresa REAL JG FACILITIES LTDA, CNPJ 08247960000162 e protocolo DFP2101412033 - 10/01/2022. Autenticação: D6806DD419482CF09A6E15C37C807CE15D409C3. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/003.544-0 e o código de segurança CC3z Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

nominal de R$ 1,00 (um real) cada, sem, entretanto, demonstrar interesse na subscrição de tais quotas.

Com isso, o capital social passa de R$ 32.000.000,00 (trinta e dois milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente, para **R$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais)**, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente, perfazendo um aumento no montante de R$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais).

A renúncia da sócia OLINDINA JANSEN PEREIRA torna o recurso financeiro propriedade exclusiva da sociedade, assim sendo, a sociedade torna-se, neste ato, a subscritora e titular das quotas criadas e integralizadas que serão mantidas "em tesouraria". Ficando assim as quotas distribuídas conforme quadro a seguir:

Sócios	Percentual	Participação	Valor em R$
OLINDINA JANSEN PEREIRA	66,67%	32.000.000 cotas	R$ 32.000.000,00
REAL JG FACILITIES LTDA (QUOTAS EM TESOURARIA)	33,33%	16.000.000 cotas	R$ 16.000.000,00
Totalização	**100%**	**48.000.000 cotas**	**R$ 48.000.000,00**

Parágrafo Primeiro: A responsabilidade de cada Sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas respondem solidariamente pela integralização do Capital Social, conforme art. 1052, da Lei 10.406/2002.

Parágrafo Segundo: A Sociedade reger-se-á pelas normas inerentes à Sociedade limitada, aplicando-lhe, nos casos omissos, as normas da Sociedade Anônima, nos termos do artigo 1.053, parágrafo único, da Lei 10.406/2002.

Parágrafo Terceiro: Os Sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais, conforme item VIII, artigo 997, da Lei 10.406/2002.

Parágrafo Quarto: As cotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente nos termos dos artigos 1.056 e 1.057, da Lei 10.406/2002.

Cláusula Quarta: Da administração da sociedade.

A administração da sociedade será exercida pela administradora não sócia **FLÁVIA MACENA DE SOUSA,** brasileira, solteira, contadora, nascida aos 03 dias de

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 53202580257 em 11/01/2022 da Empresa REAL JG FACILITIES LTDA, CNPJ 08247960000162 e protocolo DFP2101412033 - 10/01/2022. Autenticação: D6806DD419482CF09A6E15C37C807CE15D409C3. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/003.544-0 e o código de segurança CC3z Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.
Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-27 / pg. 879
MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO
SECRETÁRIO GERAL

fevereiro do ano de 1991 em Brasília/DF, filha de Raimundo Martins de Sousa e Francisca Macena de Sousa, portadora da carteira de identidade RG: 2.776.181 expedida pela SSP/DF em 16/12/2008 e CPF: 029.999.161-08, residente e domiciliada na Quadra QNP 05, Conjunto U, Casa 47, P Norte, Ceilândia, Brasília/DF, CEP: 72.240-421, que assina **isoladamente**, com os poderes e atribuições de administrar e gerenciar.

Parágrafo Primeiro: A utilização da Denominação Social é privativa do administrador da Sociedade, nos termos do artigo 1.064, do Código Civil.

Parágrafo Segundo: A administradora poderá designar procuradores em nome da Sociedade, nos limites de seus poderes, devendo constar dos respectivos instrumentos, de forma expressa, os atos e operações que poderão praticar, bem como a duração do respectivo mandado.

Parágrafo Terceiro: Tornar-se-ão sem eficácia e nulos de pleno direito, todos e quaisquer atos praticados por Sócio, administrador, funcionário ou procurador da Sociedade que sejam estranhos ao seu Objeto Social, tal como a prestação de fiança, de aval e de outra garantia em favor de terceiros.

Parágrafo Quarto: A administradora declara sob as penas da Lei, que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por Lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Em virtude das alterações havidas, fica o presente contrato social vigorando com as cláusulas e condições seguintes, totalmente consolidadas neste presente instrumento de alteração contratual.

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO
REAL JG FACILITIES LTDA

Cláusula Primeira: Da denominação social, sede e filiais.

Por este instrumento fica consolidada a Sociedade Empresária Limitada, que gira sob a denominação social de **REAL JG FACILITIES LTDA** e nome fantasia de **REAL JG FACILITIES,** estabelecendo-se no **SETOR DE INDÚSTRIA BERNARDO SAYÃO – SIBS, QUADRA 01, CONJUNTO B, LOTE 16, NÚCLEO**

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 53202580257 em 11/01/2022 da Empresa REAL JG FACILITIES LTDA, CNPJ 08247960000162 e protocolo DFP2101412033 - 10/01/2022. Autenticação: D6806DD419482CF09A6E15C37C807CE15D409C3. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/003.544-0 e o código de segurança CC3z Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.
Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-27 / pg. 880
MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO
SECRETÁRIO GERAL

BANDEIRANTE, BRASÍLIA/DF, CEP: 71.736-102, podendo instalar filiais em qualquer parte do território Nacional, mediante alteração contratual própria.

Parágrafo Primeiro: A sociedade tem sua Filial 01 com sede na **RUA IRENE RAMOS GOMES DE MATTOS, N. 48, PINA, RECIFE/PE, CEP: 51.011-530**, conforme seus atos registrados na Junta Comercial do Estado de Pernambuco sob o **NIRE: 26900713111**, inscrita no **CNPJ: 08.247.960/0002-43**, com o mesmo objeto social da Matriz.

Parágrafo Segundo: A sociedade tem sua Filial 02 com sede na **RUA URANOS, N. 1.206, SALA 303 PARTE, OLARIA, RIO DE JANEIRO/RJ, CEP: 21.060-070**, conforme seus atos registrados na Junta Comercial do Rio de Janeiro sob o **NIRE: 00-2017/213346-7**, inscrita no **CNPJ: 08.247.960/0003-24**, com o mesmo objeto social da Matriz.

Parágrafo Terceiro: A sociedade tem sua Filial 03 com sede na **RUA CÂNDIDO MARIANO, N. 32, SALA C, CENTRO, MANAUS/AM, CEP: 74.505-101**, conforme seus atos registrados na Junta Comercial do Estado do Amazonas sob o **NIRE: 139.002.535.93**, inscrita no **CNPJ: 08.247.960/0004-05**, com o mesmo objeto social da Matriz.

Parágrafo Quarto: A sociedade tem sua Filial 04 com sede na **RUA 2015, N. 685, QUADRA 51, LOTE 05, BAIRRO VILA NOVA, GOIÂNIA/GO, CEP: 74.645-140**, conforme seus atos registrados na Junta Comercial do Estado de Goiás sob o **NIRE: 5290158226-6**, inscrita no **CNPJ: 08.247.960/0005-96**, com o mesmo objeto social da Matriz.

Parágrafo Quinto: A sociedade tem sua Filial 05 com sede no endereço **RUA ARTHUR PAULA, N. 12, CXPST 0016, NOVA BETÂNIA, MOSSORÓ/RN, CEP: 59.612-120**, conforme seus atos registrados na Junta Comercial do Rio Grande do Norte sob o **NIRE: 2490044082-1**, inscrita no **CNPJ: 08.247.960/0006-77**, com o mesmo objeto social da Matriz.

Parágrafo Sexto: A sociedade tem sua Filial 06 com sede no **RUA FRANCISCO DE PAULA SEARA, N. 41, SALA 03, SÃO DOMINGOS, NAVEGANTES/SC, CEP: 88.370-570**, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado Santa Catarina sob o **NIRE: 42902012228**, inscrita no **CNPJ: 08.247.960/0007-58**, com o mesmo objeto social da Matriz.

Parágrafo Sétimo: A sociedade tem sua Filial 07 com sede na **AVENIDA REPÚBLICA ARGENTINA, N. 2056, CONJUNTO 71, ANDAR 05, BLOCO TOP EXECUTIVE CENTER, UNIDADE 55, PORTÃO, CURITIBA/PR, CEP: 80.620-010**, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o **NIRE: 41901916114**, inscrita no **CNPJ: 08.247.960/0008-39**, com o mesmo objeto social da Matriz.

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 53202580257 em 11/01/2022 da Empresa REAL JG FACILITIES LTDA, CNPJ 08247960000162 e protocolo DFP2101412033 - 10/01/2022. Autenticação: D6806DD419482CF09A6E15C37C807CE15D409C3. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/003.544-0 e o código de segurança CC3z Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.
Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-27 / pg. 881

Cláusula Segunda: Do Prazo De Duração.

A empresa iniciou suas atividades em 15/08/2006 e seu prazo de duração é indeterminado. (**art.997.II CC/2002).**

Cláusula Terceira: Do Objeto Social.

O objeto social da empresa é o de Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros, prestação de serviços de limpeza, asseio, conservação, desinsetização, desratização, desinfecção e higienização, em áreas e imóveis de edifícios públicos, comerciais, residenciais e outros; aplicação de produtos saneantes domissanitários; manutenção e reparação de máquinas de escritório e de informática, serviços de reparos hidráulicos, elétricos, pinturas e carpintarias, construção de bens móveis e imóveis; lavagem e conservação de tapetes; serviços de acessórios e complementares para suporte e apoio operacional administrativo; impermeabilização de pisos; tratamento e impermeabilização de reservatórios de água potável; transporte de pessoal por via terrestre; jardinagem, plantio e replantio de grama, árvore e arbustos, manutenção e conservação de áreas ajardinadas; locação e prestação de serviços de mão de obra de pessoal qualificado ou não, de profissionais diversos, como também serviços de técnico em secretariado, operador de tele atendimento, contínuo, motorista executivo, digitadores, copeiros, garçons, recepcionistas, secretárias com ou sem fornecimento de materiais, serviços educacionais, auxiliares educacionais e áreas afins da educação, bem como de trabalho temporário previsto pela lei 6.019/74; fornecimento, implantação e manutenção de sinalização de trânsito semafórica, controladores eletrônicos e eletromecânicos e equipamentos semafóricos; sinalização em solo e acessórios; sinalização horizontal e vertical; prestação de serviços de instalações, retirada e leitura de medidores, entrega de faturas, reavisos e folhetos e informativos, suspensão e restabelecimento de energia elétrica; prestação de serviços de brigada particular de incêndio; fornecimento de mão de obra especializada na área de tecnologia e segurança da informação, call center, preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo como separação e envio de documentos, consultoria em tecnologia da informação; fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas; imunização e controle de pragas urbanas; atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes; locação de mão-de-obra temporária, manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos; manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial; manutenção e reparação de máquinas diversas e equipamentos para usos industriais; coleta de resíduos não perigosos; manutenção de redes de distribuição de energia elétrica, instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração outras obras de instalações em construções; serviços de engenharia; seleção e agenciamento de mão de obra; atividades de limpeza; atividades paisagísticas; comércio varejista de material elétrico; comércio varejista de materiais de construção; coleta de resíduos perigosos; tratamento e disposição de resíduos não perigosos; serviços combinados para apoio

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 53202580257 em 11/01/2022 da Empresa REAL JG FACILITIES LTDA, CNPJ 08247960000162 e protocolo DFP2101412033 - 10/01/2022. Autenticação: D6806DD419482CF09A6E15C37C807CE15D409C3. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/003.544-0 e o código de segurança CC3z Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

a edifícios, exceto condomínios prediais, holding de participação acionaria financeira, holding de participação acionaria não financeira.

CNAE Fiscal:

Principal:

78.30-2/00 - FORNECIMENTO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA TERCEIROS

Secundários:

81.21-4/00 – LIMPEZA EM PREDIOS E EM DOMICILIO;

95.11-8/00 – REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES E DE EQUIPAMENTOS PERIFÉRICOS;

43.21-5/00 – INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELETRICA;

82.11-3/00 – SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITORIO E APOIO ADMINISTRATIVO;

43.30-4/04 – SERVIÇOS DE PINTURA DE EDIFICIOS EM GERAL;

82.99-7/99 – OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PRESTADOS PRINCIPLAMENTE AS EMPRESAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIOMENTE;

56.20-1/01 – FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PREPARADOS PREPONDERANTEMENETE PARA EMPRESAS;

81.22-2/00 – IMUNIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS;

37.02-9/00 – ATIVIDADES RELACIONADAS A ESGOSTO, EXCETO A GESTÃO DE REDES;

78.20-5/00 – LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA TEMPORÁRIA;

33.13-9/01 – MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE GERADORES, TRANSFORMADORES E MOTORES ELETRICOS;

33.14-7/07 – MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS E APARELHOS DE REFRIGERÇÃO E VENTILAÇÃO PARA USO INDUSTRIAL E COMERCIAL;

33.14-7/99 – MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA USOS INDUSTRIAIS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE;

38.11-4/00 – COLETA DE RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS;

42.21-9/03 – MANUTENÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA;

43.22-3/02 – INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILAÇÃO E REFRIGERAÇÃO;

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 53202580257 em 11/01/2022 da Empresa REAL JG FACILITIES LTDA, CNPJ 08247960000162 e protocolo DFP2101412033 - 10/01/2022. Autenticação: D6806DD419482CF09A6E15C37C807CE15D409C3. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/003.544-0 e o código de segurança CC3z Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.
Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-27 / pg. 883
MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO
SECRETÁRIO GERAL

43.29-1/99 – OUTRAS OBRAS DE INSTALAÇÕES EM CONSTRUÇÕES NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE;

71.12-0/00 – SERVIÇOS DE ENGENHARIA;

78.10-8/00 – SELEÇÃO E AGENCIAMENTO DE MÃO DE OBRA;

81.29-0/00 – ATIVIDADES DE LIMPEZA NÃO ESPECIFICAS ANTERIORMENTE;

81.30-3/00 – ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS;

47.42-3/00 – COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELÉTRICO;

47.44-0/99 – COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL;

38.12-2/00 – COLETA DE RESÍDUOAS PERIGOSOS;

38.21-1/00 – TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS;

81.11-7/00 – SERVIÇOS COMBINADOS PARA APOIO A EDIFICIOS, EXCETO CONDOMÍNIOS PREDIAIS;

33.13-9/99 – MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MAQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELÉTRICOS NÃO ESPECICADOS ANTERIORMENTE;

33.21-0/00 – INSTALAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS;

33.29-5/01 – SERVIÇOS DE MONTAGEM DE MÓVEIS DE QUALQUER MATERIAL;

33.29-5/99 – INSTAÇÃO DE OUTROS EQUIPAMENTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE;

60.21-7/00 – ATIVIDADES DE TELEVISÃO ABERTA;

62.01-5/01 – DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR SOB ENCOMENDA;

63.11-9/00 – TRATAMENTO DE DADOS, PROVENDORES DE SERVIÇOS DE APLICAÇÃO E SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NA INTERNET;

60.10-1/00 – ATIVIDADES DE RÁDIO;

82.20-2-00 – ATIVIDADES DE TELEATENDIMENTOS;

16.22-6/99 – FABRICICAÇÃO DE OUTROS ARTIGOS DE CARPINTARIA PARA CONSTRUÇÃO;

64.61-1/00 – HOLDINGS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS;

64.62-0/00 – HOLDINGS DE INSTITUIÇÕES NÃO FINANCEIRAS.

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 53202580257 em 11/01/2022 da Empresa REAL JG FACILITIES LTDA, CNPJ 08247960000162 e protocolo DFP2101412033 - 10/01/2022. Autenticação: D6806DD419482CF09A6E15C37C807CE15D409C3. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/003.544-0 e o código de segurança CC3z Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

Cláusula Quarta: Do Capital Social, sua distribuição e responsabilidades dos sócios.

O capital social é de R$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais) e dividido em 48.000.000 (quarenta e oito milhões) de quotas no valor nominal de R$ 1,00 (um real), já totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente do país, ficando distribuído da seguinte forma:

Sócios	Percentual	Participação	Valor em R$
OLINDINA JANSEN PEREIRA	66,67%	32.000.000 cotas	R$ 32.000.000,00
REAL JG FACILITIES LTDA (QUOTAS EM TESOURARIA)	33,33%	16.000.000 cotas	R$ 16.000.000,00
Totalização	**100%**	**48.000.000 cotas**	**R$ 48.000.000,00**

Parágrafo Primeiro: A responsabilidade de cada Sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas respondem solidariamente pela integralização do Capital Social, conforme art. 1052, da Lei 10.406/2002.

Parágrafo Segundo: A Sociedade rege-se pelas normas inerentes à Sociedade limitada, aplicando-lhe, nos casos omissos, as normas da Sociedade Anônima, nos termos do artigo 1.053, parágrafo único, da Lei 10.406/2002.

Parágrafo Terceiro: Os Sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais, conforme item VIII, artigo 997, da Lei 10.406/2002.

Parágrafo Quarto: As cotas são indivisíveis e não podem ser cedias ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente nos termos dos artigos 1.056 e 1.057, da Lei 10.406/2002.

Cláusula Quinta: Da administração da sociedade.

A administração da sociedade será exercida pela administradora não sócia **FLÁVIA MACENA DE SOUSA,** brasileira, solteira, contadora, nascida aos 03 dias de fevereiro do ano de 1991 em Brasília/DF, filha de Raimundo Martins de Sousa e Francisca Macena de Sousa, portadora da carteira de identidade RG: 2.776.181 expedida pela SSP/DF em 16/12/2008 e CPF: 029.999.161-08, residente e domiciliada na Quadra QNP 05, Conjunto U, Casa 47, P Norte, Ceilândia, Brasília/DF, CEP: 72.240-421, que assina **isoladamente**, com os poderes e atribuições de administrar e gerenciar.

Parágrafo Primeiro: A utilização da Denominação Social é privativa do administrador da Sociedade, nos termos do artigo 1.064, do Código Civil.

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 53202580257 em 11/01/2022 da Empresa REAL JG FACILITIES LTDA, CNPJ 08247960000162 e protocolo DFP2101412033 - 10/01/2022. Autenticação: D6806DD419482CF09A6E15C37C807CE15D409C3. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/003.544-0 e o código de segurança CC3z Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.
Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-27 / pg. 885
MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO SECRETÁRIO GERAL

Parágrafo Segundo: A administradora poderá designar procuradores em nome da Sociedade, nos limites de seus poderes, devendo constar dos respectivos instrumentos, de forma expressa, os atos e operações que poderão praticar, bem como a duração do respectivo mandado.

Parágrafo Terceiro: Tornar-se-ão sem eficácia e nulos de pleno direito, todos e quaisquer atos praticados por Sócio, administrador, funcionário ou procurador da Sociedade que sejam estranhos ao seu Objeto Social, tal como a prestação de fiança, de aval e de outra garantia em favor de terceiros.

Parágrafo Quarto: A administradora declara sob as penas da Lei, que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por Lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula Sexta: Dos Administradores.

Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, o empresário deliberará sobre as contas e designará administrador(es) quando for o caso.

Cláusula Sétima: dos Lucros e/ou Prejuízos.

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao empresário, os lucros ou perdas apuradas.

Cláusula Oitava: Das retiradas de pró-labore.

A sócia e a administradora podem ser creditadas de honorários mensais, a título de pró-labore, fixados em comum acordo conforme as disponibilidades financeiras da sociedade e os serviços prestados.

Cláusula Nona: Da cessão de quotas.

Se a sócia desejar ceder ou transferir parte ou o total de suas cotas, deverá comunicar por escrito sua vontade ao(s) outro(s) quotistas ou não, tendo este(s) o direito de preferência, na proporção da participação do Capital Social em vigor à época, na aquisição de qualquer quota que vier a ser transacionada e o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da comunicação, para fazer valer o seu direito, sob pena de nulidade deste ato. Findo este prazo, e se o(s) mesmo(s) não se interessar(em) pelas

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 53202580257 em 11/01/2022 da Empresa REAL JG FACILITIES LTDA, CNPJ 08247960000162 e protocolo DFP2101412033 - 10/01/2022. Autenticação: D6806DD419482CF09A6E15C37C807CE15D409C3. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/003.544-0 e o código de segurança CC3z Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.
Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-27 / pg. 886
MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO SECRETÁRIO GERAL

quotas que lhe(s) fo(i)(ram) oferecida(s), estas poderão ser transacionadas com terceiros, nunca em condições inferiores ao ofertado ao(s) sócio(s) remanescente(s).

Cláusula Décima: Da sucessão.

A sociedade não se dissolverá por morte ou interdição de qualquer dos quotistas, podendo continuar com os herdeiros ou sucessores do falecido ou interdito. Se os herdeiros ou sucessores optarem pela cessão de suas quotas a terceiros, estas só poderão ser transferidas com a concordância expressa dos quotistas remanescentes. Negada a transferência, o patrimônio da sociedade será apurado em balanço especialmente levantado para tal fim, no prazo de 60 (sessenta) dias, sendo a quota parte devida ao herdeiro ou sucessor, liquidada em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas, corrigidas monetariamente pelo índice da FGV, IGP-M, ou outro que o venha substituir, além de juros de 1% a.m.

Parágrafo Único: As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros, sem o consentimento dos outros sócios, a quem ficam assegurados, em igualdade de condições e preço, direito de preferência à sua aquisição se postas à venda, formalizando se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Cláusula Décima Primeira: Do exercício social, reuniões e distribuição dos resultados.

O exercício social coincide com o ano civil e seu resultado será apurado no dia 31 de dezembro de cada ano, através de balanço patrimonial e demonstrações pertinentes a sua apuração.

Parágrafo Primeiro: As deliberações de matérias tratadas no artigo 1.071 do Código Civil ou as constantes do presente Contrato serão **"realizadas em reuniões".**

Parágrafo Segundo: O resultado positivo apurado ao final do exercício social será levado à conta de lucros acumulados, e terá a destinação que os sócios, em reunião, deliberarem. Caso o resultado apurado seja negativo, este será levado a débito em conta contábil de prejuízos acumulados para posterior amortização ou compensação com resultados futuros.

Parágrafo Terceiro: Os sócios poderão fazer retiradas mensais por conta de lucros, ou determinar o pagamento de juros sobre capital próprio, desde que a situação financeira da sociedade e a legislação respectiva permitam.

Parágrafo Quarto: Os Sócios reunir-se-ão, anualmente, nos quatro meses subsequentes ao encerramento do exercício social, para tomar as contas do administrador e deliberar sobre o balanço patrimonial e o resultado econômico; designar administradores, se for o caso; e, tratar de outros assuntos constantes da ordem do dia nos termos do artigo 1.078, da Lei 10.406/2002; A reunião será

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 53202580257 em 11/01/2022 da Empresa REAL JG FACILITIES LTDA, CNPJ 08247960000162 e protocolo DFP2101412033 - 10/01/2022. Autenticação: D6806DD419482CF09A6E15C37C807CE15D409C3. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/003.544-0 e o código de segurança CC3z Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.
Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-27 / pg. 887
MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO SECRETÁRIO GERAL

convocada através de comunicado individual ao(s) Sócio(s), onde constará dia, horário, quórum de instalação, assuntos a serem, tratados.

Parágrafo Quinto: O sócio ao receber o comunicado manifestar-se-á mediante assinatura, a qual comprovará o recebimento, ficando desde já ciente da realização da reunião conforme previsto no comunicado.

Parágrafo Sexto: A convocação da reunião será pelo administrador, ou por quaisquer dos sócios quando o Administrador atrasar por mais de 30 (trinta) dias, nos casos previstos em Lei ou Contrato.

Parágrafo Sétimo: Dispensam-se as formalidades de convocação quando todos os sócios comparecerem ao se declararem por escrito cientes do local, data, hora e ordem do dia.

Parágrafo Oitavo: A reunião ou assembleia, tornar-se-ão dispensáveis quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que será objeto delas. (Art. 1.072 § 3º)".

Cláusula Décima Segunda: Da liquidação.

A sociedade entrará em liquidação ou dissolução por convenção de ambos os sócios ou nos casos previstos em Lei, cabendo a cada sócio, nomear um liquidante.

Parágrafo Primeiro: Na dissolução amigável da sociedade, os quotistas, em comum acordo, escolherão qual delas será a liquidante dos negócios sociais e a ele competirá responder perante terceiros pelo ativo e passivo, bem como pela guarda e conservação dos livros e documentos da sociedade pelos prazos de decadência e de prescrição previstos em Lei.

Parágrafo Segundo: A dissensão entre os quotistas não será motivo para que se requeira a liquidação litigiosa da empresa, a menos que nenhum quotista tenha condições de dar continuidade ao negócio, pagando a dissidente por sua participação, da forma entre eles combinada.

Cláusula Décima Terceira: Da declaração de desimpedimento.

A sócia declara que está em pleno gozo da capacidade civil e não foi legalmente impedida de exercer a atividade de empresária, nos termos do artigo 972, da Lei 10.406/2002.

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 53202580257 em 11/01/2022 da Empresa REAL JG FACILITIES LTDA, CNPJ 08247960000162 e protocolo DFP2101412033 - 10/01/2022. Autenticação: D6806DD419482CF09A6E15C37C807CE15D409C3. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/003.544-0 e o código de segurança CC3z Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.
Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-27 / pg. 888
MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO SECRETÁRIO GERAL

Cláusula Décima Quarta: do Foro.

Fica eleito o foro de **Brasília/DF** para o exercício e cumprimento dos diretos e obrigações resultantes deste instrumento constitutivo.

E, por estarem assim, justos e contratados, depois de lido e achado certo, assinam o presente instrumento, em via única, que será submetida a registro perante a **Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal - JUCIS/DF.**

Brasília/DF, 27 de dezembro de 2021.

OLINDINA JANSEN PEREIRA
CPF: 244.760.721-00
Sócia

FLÁVIA MACENA DE SOUSA
CPF: 029.999.161-08
Administradora não sócia

EXPEDITO BARBOSA JUNIOR
OAB/DF: 15.799
CPF: 030.428.676-17
Visto do Advogado

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 53202580257 em 11/01/2022 da Empresa REAL JG FACILITIES LTDA, CNPJ 08247960000162 e protocolo DFP2101412033 - 10/01/2022. Autenticação: D6806DD419482CF09A6E15C37C807CE15D409C3. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/003.544-0 e o código de segurança CC3z Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.
Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-27 / pg. 889
MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO SECRETÁRIO GERAL

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/003.544-0	DFP2101412033	07/01/2022

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
030.428.676-17	EXPEDITO BARBOSA JUNIOR	11/01/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		
029.999.161-08	FLAVIA MACENA DE SOUSA	11/01/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		
244.760.721-00	OLINDINA JANSEN PEREIRA	11/01/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 53202580257 em 11/01/2022 da Empresa REAL JG FACILITIES LTDA, CNPJ 08247960000162 e protocolo DFP2101412033 - 10/01/2022. Autenticação: D6806DD419482CF09A6E15C37C807CE15D409C3. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/003.544-0 e o código de segurança CC3z Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa REAL JG FACILITIES LTDA, de CNPJ 08.247.960/0001-62 e protocolado sob o número 22/003.544-0 em 10/01/2022, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 53202580257, em 11/01/2022. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador EDUARDO ANDRE POLL.

Certifica o registro, o Secretário-Geral, Maxmiliam Patriota Carneiro. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucis.df.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
029.999.161-08	FLAVIA MACENA DE SOUSA	11/01/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
029.999.161-08	FLAVIA MACENA DE SOUSA	11/01/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		
244.760.721-00	OLINDINA JANSEN PEREIRA	11/01/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		
030.428.676-17	EXPEDITO BARBOSA JUNIOR	11/01/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 27/12/2021

Documento assinado eletronicamente por EDUARDO ANDRE POLL, Servidor(a) Público(a), em 11/01/2022, às 16:38.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucisdf informando o número do protocolo 22/003.544-0.

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 53202580257 em 11/01/2022 da Empresa REAL JG FACILITIES LTDA, CNPJ 08247960000162 e protocolo DFP2101412033 - 10/01/2022. Autenticação: D6806DD419482CF09A6E15C37C807CE15D409C3. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/003.544-0 e o código de segurança CC3z Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
702.261.211-00	MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO

Brasília. terça-feira, 11 de janeiro de 2022

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 53202580257 em 11/01/2022 da Empresa REAL JG FACILITIES LTDA, CNPJ 08247960000162 e protocolo DFP2101412033 - 10/01/2022. Autenticação: D6806DD419482CF09A6E15C37C807CE15D409C3. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/003.544-0 e o código de segurança CC3z Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (06/04/2022 às 11:24) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 08.247.960/0001-62.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 624D.A2AF.41D7.3087 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 893

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal
Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial: REAL JG FACILITIES LTDA

Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
5320258025-7	08.247.960/0001-62	18/08/2006	15/08/2006

Endereço Completo:

SETOR SIBS QUADRA 01 CONJUNTO B LOTE 16 SN - BAIRRO NUCLEO BANDEIRANTE CEP 71736-102 - BRASILIA/DF

Objeto Social:

O OBJETO DA EMPRESA E O DE FORNECIMENTO E GESTAO DE RECURSOS HUMANOS PARA TERCEIROS, PRESTACAO DE SERVICOS DE LIMPEZA, ASSEIO, CONSERVACAO, DESINSETIZACAO, DESRATIZACAO, DESINFECCAO E HIGIENIZACAO, EM AREAS E IMOVEIS DE EDIFICIOS PUBLICOS, COMERCIAIS, RESIDENCIAIS E OUTROS, APLICACAO DE PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITARIOS, MANUTENCAO E REPARACAO DE MAQUINAS DE ESCRITORIO E DE INFORMATICA, SERVICOS DE REPAROS HIDRAULICOS, ELETRICOS, PINTURAS E CARPINTARIAS, CONSTRUCAO DE BENS MOVEIS E IMOVEIS, LAVAGEM E CONSERVACAO DE TAPETES, SERVICOS DE ACESSORIOS E COMPLEMENTARES PARA SUPORTE E APOIO OPERACIONAL ADMINISTRATIVO, IMPERMEABILIZACAO DE PISOS, TRATAMENTO E IMPERMEABILIZACAO DE RESERVATORIOS DE AGUA POTAVEL, TRANSPORTE DE PESSOAL POR VIA TERRESTRE, JARDINAGEM, PLANTIO E REPLANTIO DE GRAMA, ARVORE E ARBUSTOS, MANUTENCAO E CONSERVACAO DE AREAS AJARDINADAS, LOCACAO E PRESTACAO DE SERVICOS DE MAO DE OBRA DE PESSOAL QUALIFICADO OU NAO, DE PROFISSIONAIS DIVERSOS, COMO TAMBEM SERVICOS DE TECNICO EM SECRETARIADO, OPERADOR DE TELE ATENDIMENTO, CONTINUO, MOTORISTA EXECUTIVO, DIGITADORES, COPEIROS, GARCONS, RECEPCIONISTAS, SECRETARIAS COM OU SEM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, SERVICOS EDUCACIONAIS, AUXILIARES EDUCACIONAIS E AREAS AFINS DA EDUCACAO, BEM COMO DE TRABALHO TEMPORARIO PREVISTO PELA LEI 6.019/74, FORNECIMENTO, IMPLANTACAO E MANUTENCAO DE SINALIZACAO DE TRANSITO SEMAFORICA, CONTROLADORES ELETRONICOS E ELETROMECANICOS E EQUIPAMENTOS SEMAFORICOS, SINALIZACAO EM SOLO E ACESSORIOS, SINALIZACAO HORIZONTAL E VERTICAL, PRESTACAO DE SERVICOS DE INSTALACOES, RETIRADA E LEITURA DE MEDIDORES, ENTREGA DE FATURAS, REAVISOS E FOLHETOS E INFORMATIVOS, SUSPENSAO E RESTABELECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA, PRESTACAO DE SERVICOS DE BRIGADA PARTICULAR DE INCENDIO, FORNECIMENTO DE MAO DE OBRA ESPECIALIZADA NA AREA DE TECNOLOGIA E SEGURANCA DA INFORMACAO, CALL CENTER, PREPARACAO DE DOCUMENTOS E SERVICOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO COMO SEPARACAO E ENVIO DE DOCUMENTOS, CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO, FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PREPARADOS PREPONDERANTEMENTE PARA EMPRESAS, IMUNIZACAO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS, ATIVIDADES RELACIONADAS A ESGOTO, EXCETO A GESTAO DE REDES, LOCACAO DE MAO-DE-OBRA TEMPORARIA, MANUTENCAO E REPARACAO DE GERADORES, TRANSFORMADORES E MOTORES ELETRICOS, MANUTENCAO E REPARACAO DE MAQUINAS E APARELHOS DE REFRIGERACAO E VENTILACAO PARA USO INDUSTRIAL E COMERCIAL, MANUTENCAO E REPARACAO DE MAQUINAS DIVERSAS E EQUIPAMENTOS PARA USOS INDUSTRIAIS, COLETA DE RESIDUOS NAO PERIGOSOS, MANUTENCAO DE REDES DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA, INSTALACAO E MANUTENCAO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILACAO E REFRIGERACAO OUTRAS OBRAS DE INSTALACOES EM CONSTRUCOES, SERVICOS DE ENGENHARIA, SELECAO E AGENCIAMENTO DE MAO DE OBRA, ATIVIDADES DE LIMPEZA, ATIVIDADES PAISAGISTICAS, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELETRICO, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO, COLETA DE RESIDUOS PERIGOSOS, TRATAMENTO E DISPOSICAO DE RESIDUOS NAO PERIGOSOS, SERVICOS COMBINADOS PARA APOIO A EDIFICIOS, EXCETO CONDOMINIOS PREDIAIS, HOLDING DE PARTICIPACAO ACIONARIA FINANCEIRA, HOLDING DE PARTICIPACAO ACIONARIA NAO FINANCEIRA.

Capital Social:	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte	Prazo de Duração
R$ 48.000.000,00 QUARENTA E OITO MILHÕES DE REAIS Capital Integralizado: R$ 48.000.000,00 QUARENTA E OITO MILHÕES DE REAIS	NÃO (Lei Complementar nº123/06)	INDETERMINADO

Sócio(s)/Administrador(es)

CPF/NIRE	Nome	Térm. Mandato	Participação	Função
xxxxxxx	COTAS EM TESOURARIA	xxxxxxx	R$ 16.000.000,00	SOCIO

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCISDF (http://jucis.df.gov.br) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:
1) Validação por envio de arquivo (upload)
2) Validação visual (digite o nº C220001153045 e visualize a certidão)

22/033.032-8

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 894

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial: REAL JG FACILITIES LTDA
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

Sócio(s)/Administrador(es)

CPF/NIRE	Nome	Térm. Mandato	Participação	Função
029.999.161-08	FLAVIA MACENA DE SOUSA	xxxxxxx	R$ xxxxxxx	ADMINISTRADOR
244.760.721-00	OLINDINA JANSEN PEREIRA	xxxxxxx	R$ 32.000.000,00	SOCIO

Status: TRANSFORMADA — Situação: ATIVA

Último Arquivamento: 11/01/2022 — Número: 53202580257

Ato 002 - ALTERACAO

Evento(s)
2247 - ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL
020 - ALTERACAO DE NOME EMPRESARIAL
2003 - ALTERACAO DE SOCIO/TITULAR / ADMINISTRADOR
2221 - ALTERACAO DO TITULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
2001 - ENTRADA DE SOCIO/ADMINISTRADOR
046 - TRANSFORMACAO

Empresa(s) Antecessora(s)

Nome Anterior	Nire	Número Aprovação	UF	Tipo Movimentação
REAL JG - SERVICOS GERAIS LTDA	5320135285-4	53600170237	xx	TRANSFORMACAO
REAL JG FACILITIES EIRELI	5360017023-7	53202580257	xx	TRANSFORMACAO
REAL DP SERVICOS GERAIS LTDA	5320135285-4	20140157271	xx	ALTERAÇÃO DE NOME EMPRESARIAL
REAL D P PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA ME	5320135285-4	20091041902	xx	ALTERAÇÃO DE NOME EMPRESARIAL
REAL JG - SERVICOS GERAIS EIRELI	xxxxxxx	1596721	xx	ALTERAÇÃO DE NOME EMPRESARIAL

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCISDF (http://jucis.df.gov.br) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:
1) Validação por envio de arquivo (upload)
2) Validação visual (digite o nº C220001153045 e visualize a certidão)

22/033.032-8

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
VENTVRIS VENTIS

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal
Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial:	REAL JG FACILITIES LTDA
Natureza Jurídica:	SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela

Nire	CNPJ	Endereço
4190191611-4	08.247.960/0008-39	AVENIDA REPUBLICA ARGENTINA, 2056, CONJ 71 ANDAR 05 BLOCO TOP EXECUTIVE CENTER, BAIRRO PORTAO, 80620-010, CURITIBA/PR
5290158226-6	08.247.960/0005-96	RUA 215, 685, QUADRA51 LOTE 05 SALA 03, BAIRRO SET LESTE VILA NOVA, 74645-140, GOIANIA/GO
1390025359-3	08.247.960/0004-05	RUA CANDIDO MARIANO, 32, BAIRRO CENTRO, 69020-300, MANAUS/AM
2490044082-1	08.247.960/0006-77	RUA ARTUR PAULA, 12, CXPST 0016, BAIRRO NOVA BETANIA, 59612-120, MOSSORO/RN
4290201222-8	08.247.960/0007-58	RUA FRANCISCO DE PAULA SEARA, 41, SALA 3, BAIRRO SAO DOMINGOS, 88370-570, NAVEGANTES/SC
2690071311-1	08.247.960/0002-43	RUA IRENE RAMOS GOMES DE MATTOS, 48, CXPST 07, BAIRRO PINA, 51011-530, RECIFE/PE
3390143617-5	08.247.960/0003-24	RUA URANOS NO 1206 SALA 303 PARTE, BAIRRO OLARIA, 21060-070, RIO DE JANEIRO/ RJ

NADA MAIS#

Brasília, 22 de Março de 2022 08:17

MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO
SECRETÁRIO GERAL

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCISDF (http://jucis.df.gov.br) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:
1) Validação por envio de arquivo (upload)
2) Validação visual (digite o nº C220001153045 e visualize a certidão)

22/033.032-8

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL
DPT - INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

SHS





Flávia Macena de Sousa

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

INTERPRINT LTDA.

5 OFICIO DE NOTAS R CIVIL E PROT - DF
AUTENTICO, para os devidos efeitos, a
presente fotocopia, que e reprodução fiel
do documento que me foi apresentado, nos
termos da Lei n 8.935 de 18.11.1994.
05 de Novembro de 2018

VALDENIA SOARES LIMA-ESCREVENTE
Selo: TJDFT20180406520369ZVZB
Para consultar o selo www.tjdft.jus.br

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL **2.776.181** DATA DE EXPEDIÇÃO 16-12-2008

NOME **FLAVIA MACENA DE SOUSA**

FILIAÇÃO
Raimundo Martins de Sousa
Francisca Macena de Sousa

NATURALIDADE
Brasília-DF

DATA DE NASCIMENTO
03-02-1991

DOC. ORIGEM
C.Nasc.Nº 50412,Fls.012,Liv.A-85,3º OF.
Taguatinga-DF

CPF
***

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

INTERPRINT LTDA.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA NEGATIVA

CERTIDÃO Nº: 053003393032022
NOME: REAL JG FACILITIES LTDA
ENDEREÇO: QUADRA 1 CONJUNTO B LT 16
CIDADE: SETOR DE INDUSTRIAS B
CNPJ: 08.247.960/0001-62
CF/DF 0747859300120 - ATIVA
FINALIDADE: LICITACAO

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal para o contribuinte acima.
Esta Certidão abrange consulta aos débitos exclusivamente no âmbito da Dívida Ativa, não constituindo prova de inexistência de débitos na esfera administrativa.
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Obs: Esta certidão não tem validade para licitação, concordata, transferência de propriedade de direitos relativos a bens imóveis e móveis; e junto a órgãos e entidades da administração pública. Para estas finalidades, solicitar a certidão negativa de débitos.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.
Válida até 26 de abril de 2022. *

* Obs: As certidões expedidas durante o período declarado de situação de emergência no âmbito da saúde pública, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus, de que trata o Decreto nº 40.475, de 28/02/2020, terão sua validade limitada ao prazo em que perdurar tal situação.

Certidão emitida via internet em 26/01/2022 às 08:34:13 e deve ser validada no endereço https://www.receita.fazenda.df.gov.br.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA NEGATIVA

CERTIDÃO Nº: 053003392982022
NOME: REAL JG FACILITIES LTDA
ENDEREÇO: QUADRA 1 CONJUNTO B LT 16
CIDADE: SETOR DE INDUSTRIAS B
CNPJ: 08.247.960/0001-62
CF/DF 0747859300120 - ATIVA
FINALIDADE: JUNTO AO GDF

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal para o contribuinte acima.
Esta Certidão abrange consulta aos débitos exclusivamente no âmbito da Dívida Ativa, não constituindo prova de inexistência de débitos na esfera administrativa.
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Obs: Esta certidão não tem validade para licitação, concordata, transferência de propriedade de direitos relativos a bens imóveis e móveis; e junto a órgãos e entidades da administração pública. Para estas finalidades, solicitar a certidão negativa de débitos.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.
Válida até 26 de abril de 2022. *

* Obs: As certidões expedidas durante o período declarado de situação de emergência no âmbito da saúde pública, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus, de que trata o Decreto nº 40.475, de 28/02/2020, terão sua validade limitada ao prazo em que perdurar tal situação.

Certidão emitida via internet em 26/01/2022 às 08:33:31 e deve ser validada no endereço https://www.receita.fazenda.df.gov.br.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA NEGATIVA

CERTIDÃO Nº: 053003393032022
NOME: REAL JG FACILITIES LTDA
ENDEREÇO: QUADRA 1 CONJUNTO B LT 16
CIDADE: SETOR DE INDUSTRIAS B
CNPJ: 08.247.960/0001-62
CF/DF 0747859300120 - ATIVA
FINALIDADE: LICITACAO

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal para o contribuinte acima.
Esta Certidão abrange consulta aos débitos exclusivamente no âmbito da Dívida Ativa, não constituindo prova de inexistência de débitos na esfera administrativa.
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Obs: Esta certidão não tem validade para licitação, concordata, transferência de propriedade de direitos relativos a bens imóveis e móveis; e junto a órgãos e entidades da administração pública. Para estas finalidades, solicitar a certidão negativa de débitos.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.
Válida até 26 de abril de 2022. *

* Obs: As certidões expedidas durante o período declarado de situação de emergência no âmbito da saúde pública, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus, de que trata o Decreto nº 40.475, de 28/02/2020, terão sua validade limitada ao prazo em que perdurar tal situação.

Certidão emitida via internet em 26/01/2022 às 08:34:13 e deve ser validada no endereço https://www.receita.fazenda.df.gov.br.

O captcha informado não confere.

CADASTRO FISCAL DO DISTRITO FEDERAL

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO NO CADASTRO FISCAL DO DISTRITO FEDERAL - DIF

Imprimir

CF/DF 07.478.593/001-20 **CPF/CNPJ** 08.247.960/0001-62 **DataConcessão** 29/08/2006

Denominação social REAL JG FACILITIES LTDA

Título do Estabelecimento - Nome Fantasia REAL JG FACILITIES

Natureza Jurídica/Tipo de Contribuinte SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

Qualificação do Contribuinte ISS E ICMS

FAC - Número do Protocolo
969-43645/53

Regime de Tributação do ISS REGIME NORMAL DE APURACAO **Faixa do ISS** XX **Data de enquadramento no ISS**
01/01/2011

Regime de Tributação do ICMS REGIME NORMAL DE APURACAO **Faixa do ICMS** XX **Data de enquadramento no ICMS**
27/08/2020

Descrição Atividade Econômica do ISS FORNECIMENTO E GESTAO DE RECURSOS HUMANOS PARA TERCEIROS

Código da Atividade - ISS N7830-2/00-00 **Data de Início de Atividade - ISS** 03/12/2009

Descrição da Atividade Econômica do ICMS FABRICACAO DE OUTROS ARTIGOS DE CARPINTARIA PARA CONSTRUCAO

Código da Atividade - ICMS C1622-6/99-00 **Data de Início de Atividade - ICMS** 27/08/2020

Endereço SIBS QUADRA 01 CONJUNTO B LOTE 16 S/N **CEP** 71.736-102

Bairro NUCLEO BANDEIRANTE **Cidade** BRASILIA **UF** DF

Situação Cadastral ATIVA **Data** 18/01/2022

Atividade secundária - ISS

CNAE-Fiscal:
C331390100
Descrição da atividade:
MANUTENCAO E REPARACAO DE GERADORES, TRANSFORMADORES E MOTORES ELETRICOS
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
C331399900
Descrição da atividade:
MANUTENCAO E REPARACAO DE MAQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELETRICOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
C331470700
Descrição da atividade:
MANUTENCAO E REPARACAO DE MAQUINAS E APARELHOS DE REFRIGERACAO E VENTILACAO PARA USO INDUSTRIAL E COMERCIAL
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
C331479900
Descrição da atividade:
MANUTENCAO E REPARACAO DE OUTRAS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA USOS INDUSTRIAIS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
C332100000
Descrição da atividade:
INSTALACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
C332950100
Descrição da atividade:
SERVICOS DE MONTAGEM DE MOVEIS DE QUALQUER MATERIAL
Data de início:
03/12/2009

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 901

CNAE-Fiscal:
C332959900
Descrição da atividade:
INSTALACAO DE OUTROS EQUIPAMENTOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
E370290000
Descrição da atividade:
ATIVIDADES RELACIONADAS A ESGOTO, EXCETO A GESTAO DE REDES
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
E381140000
Descrição da atividade:
COLETA DE RESIDUOS NAO-PERIGOSOS
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
E381220000
Descrição da atividade:
COLETA DE RESIDUOS PERIGOSOS
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
E382110000
Descrição da atividade:
TRATAMENTO E DISPOSICAO DE RESIDUOS NAO-PERIGOSOS
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
F422190300
Descrição da atividade:
MANUTENCAO DE REDES DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
F432150000
Descrição da atividade:
INSTALACAO E MANUTENCAO ELETRICA
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
F432230200
Descrição da atividade:
INSTALACAO E MANUTENCAO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILACAO E REFRIGERACAO
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
F432919900
Descrição da atividade:
OUTRAS OBRAS DE INSTALACOES EM CONSTRUCOES NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
F433040400
Descrição da atividade:
SERVICOS DE PINTURA DE EDIFICIOS EM GERAL
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
G474230000
Descrição da atividade:
COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELETRICO
Data de início:
27/08/2020

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 902

CNAE-Fiscal:
G474409900
Descrição da atividade:
COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EM GERAL
Data de início:
27/08/2020

CNAE-Fiscal:
I562010100
Descrição da atividade:
FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PREPARADOS PREPONDERANTEMENTE PARA EMPRESAS
Data de início:
27/08/2020

CNAE-Fiscal:
J601010000
Descrição da atividade:
ATIVIDADES DE RADIO
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
J602170000
Descrição da atividade:
ATIVIDADES DE TELEVISAO ABERTA
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
J620150100
Descrição da atividade:
DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR SOB ENCOMENDA
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
J631190000
Descrição da atividade:
TRATAMENTO DE DADOS, PROVEDORES DE SERVICOS DE APLICACAO E SERVICOS DE HOSPEDAGEM NA INTERNET
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
K646110000
Descrição da atividade:
HOLDINGS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
K646200000
Descrição da atividade:
HOLDINGS DE INSTITUICOES NAO-FINANCEIRAS
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
M711200000
Descrição da atividade:
SERVICOS DE ENGENHARIA
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
N781080000
Descrição da atividade:
SELECAO E AGENCIAMENTO DE MAO-DE-OBRA
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
N782050000
Descrição da atividade:
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA TEMPORARIA
Data de início:
03/12/2009

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 903

CNAE-Fiscal:
N811170000
Descrição da atividade:
SERVICOS COMBINADOS PARA APOIO A EDIFICIOS, EXCETO CONDOMINIOS PREDIAIS
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
N812140000
Descrição da atividade:
LIMPEZA EM PREDIOS E EM DOMICILIOS
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
N812220000
Descrição da atividade:
IMUNIZACAO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
N812900000
Descrição da atividade:
ATIVIDADES DE LIMPEZA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
N813030000
Descrição da atividade:
ATIVIDADES PAISAGISTICAS
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
N821130000
Descrição da atividade:
SERVICOS COMBINADOS DE ESCRITORIO E APOIO ADMINISTRATIVO
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
N822020000
Descrição da atividade:
ATIVIDADES DE TELEATENDIMENTO
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
N829979900
Descrição da atividade:
OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS PRESTADOS PRINCIPALMENTE AS EMPRESAS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
S951180000
Descrição da atividade:
REPARACAO E MANUTENCAO DE COMPUTADORES E DE EQUIPAMENTOS PERIFERICOS
Data de início:
03/12/2009

Este documento foi emitido no dia 18/01/2022 na Internet pelo portal Agênci@Net
e poderá ser reimpresso no endereço http://publica.agencianet.fazenda.df.gov.br.

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 904

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS COM EFEITO DE NEGATIVA

CERTIDÃO Nº: 053003392932022
NOME: REAL JG FACILITIES LTDA
ENDEREÇO: QUADRA 1 CONJUNTO B LT 16
CIDADE: SETOR DE INDUSTRIAS B
CNPJ: 08.247.960/0001-62
CF/DF 0747859300120 - ATIVA
FINALIDADE: JUNTO AO GDF

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

HA DEBITOS VINCENDOS DE IPVA .
HA DEBITOS VINCENDOS DE IPTU .

Pelos débitos acima responde solidariamente o adquirente, com base no art. 130 da Lei 5.172/66 – CTN.
Certidão Positiva com Efeito de Negativa, com base no art. 151 combinado com o art. 206 da Lei 5.172/66 – CTN.
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.
Esta certidão abrange consulta a todos os débitos, inclusive os relativos à Dívida Ativa.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.
Válida até 26 de abril de 2022. *

* Obs: As certidões expedidas durante o período declarado de situação de emergência no âmbito da saúde pública, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus, de que trata o Decreto nº 40.475, de 28/02/2020, terão sua validade limitada ao prazo em que perdurar tal situação.

Certidão emitida via internet em 26/01/2022 às 08:32:51 e deve ser validada no endereço https://www.receita.fazenda.df.gov.br.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA NEGATIVA

CERTIDÃO Nº: 053003393032022
NOME: REAL JG FACILITIES LTDA
ENDEREÇO: QUADRA 1 CONJUNTO B LT 16
CIDADE: SETOR DE INDUSTRIAS B
CNPJ: 08.247.960/0001-62
CF/DF 0747859300120 - ATIVA
FINALIDADE: LICITACAO

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal para o contribuinte acima.
Esta Certidão abrange consulta aos débitos exclusivamente no âmbito da Dívida Ativa, não constituindo prova de inexistência de débitos na esfera administrativa.
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Obs: Esta certidão não tem validade para licitação, concordata, transferência de propriedade de direitos relativos a bens imóveis e móveis; e junto a órgãos e entidades da administração pública. Para estas finalidades, solicitar a certidão negativa de débitos.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.
Válida até 26 de abril de 2022. *

* Obs: As certidões expedidas durante o período declarado de situação de emergência no âmbito da saúde pública, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus, de que trata o Decreto nº 40.475, de 28/02/2020, terão sua validade limitada ao prazo em que perdurar tal situação.

Certidão emitida via internet em 26/01/2022 às 08:34:13 e deve ser validada no endereço https://www.receita.fazenda.df.gov.br.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA NEGATIVA

CERTIDÃO Nº: 053003392982022
NOME: REAL JG FACILITIES LTDA
ENDEREÇO: QUADRA 1 CONJUNTO B LT 16
CIDADE: SETOR DE INDUSTRIAS B
CNPJ: 08.247.960/0001-62
CF/DF 0747859300120 - ATIVA
FINALIDADE: JUNTO AO GDF

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal para o contribuinte acima.
Esta Certidão abrange consulta aos débitos exclusivamente no âmbito da Dívida Ativa, não constituindo prova de inexistência de débitos na esfera administrativa.
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Obs: Esta certidão não tem validade para licitação, concordata, transferência de propriedade de direitos relativos a bens imóveis e móveis; e junto a órgãos e entidades da administração pública. Para estas finalidades, solicitar a certidão negativa de débitos.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.
Válida até 26 de abril de 2022. *

* Obs: As certidões expedidas durante o período declarado de situação de emergência no âmbito da saúde pública, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus, de que trata o Decreto nº 40.475, de 28/02/2020, terão sua validade limitada ao prazo em que perdurar tal situação.

Certidão emitida via internet em 26/01/2022 às 08:33:31 e deve ser validada no endereço https://www.receita.fazenda.df.gov.br.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA NEGATIVA

CERTIDÃO Nº: 053003393032022
NOME: REAL JG FACILITIES LTDA
ENDEREÇO: QUADRA 1 CONJUNTO B LT 16
CIDADE: SETOR DE INDUSTRIAS B
CNPJ: 08.247.960/0001-62
CF/DF 0747859300120 - ATIVA
FINALIDADE: LICITACAO

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal para o contribuinte acima.
Esta Certidão abrange consulta aos débitos exclusivamente no âmbito da Dívida Ativa, não constituindo prova de inexistência de débitos na esfera administrativa.
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Obs: Esta certidão não tem validade para licitação, concordata, transferência de propriedade de direitos relativos a bens imóveis e móveis; e junto a órgãos e entidades da administração pública. Para estas finalidades, solicitar a certidão negativa de débitos.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.
Válida até 26 de abril de 2022. *

* Obs: As certidões expedidas durante o período declarado de situação de emergência no âmbito da saúde pública, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus, de que trata o Decreto nº 40.475, de 28/02/2020, terão sua validade limitada ao prazo em que perdurar tal situação.

Certidão emitida via internet em 26/01/2022 às 08:34:13 e deve ser validada no endereço https://www.receita.fazenda.df.gov.br.

O captcha informado não confere.

CADASTRO FISCAL DO DISTRITO FEDERAL

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO NO CADASTRO FISCAL DO DISTRITO FEDERAL - DIF

Imprimir

CF/DF 07.478.593/001-20 **CPF/CNPJ** 08.247.960/0001-62 **DataConcessão** 29/08/2006

Denominação social REAL JG FACILITIES LTDA

Título do Estabelecimento - Nome Fantasia REAL JG FACILITIES

Natureza Jurídica/Tipo de Contribuinte SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

Qualificação do Contribuinte ISS E ICMS

FAC - Número do Protocolo
969-43645/53

Regime de Tributação do ISS REGIME NORMAL DE APURACAO **Faixa do ISS** XX **Data de enquadramento no ISS**
01/01/2011

Regime de Tributação do ICMS REGIME NORMAL DE APURACAO **Faixa do ICMS** XX **Data de enquadramento no ICMS**
27/08/2020

Descrição Atividade Econômica do ISS FORNECIMENTO E GESTAO DE RECURSOS HUMANOS PARA TERCEIROS

Código da Atividade - ISS N7830-2/00-00 **Data de Início de Atividade - ISS** 03/12/2009

Descrição da Atividade Econômica do ICMS FABRICACAO DE OUTROS ARTIGOS DE CARPINTARIA PARA CONSTRUCAO

Código da Atividade - ICMS C1622-6/99-00 **Data de Início de Atividade - ICMS** 27/08/2020

Endereço SIBS QUADRA 01 CONJUNTO B LOTE 16 S/N **CEP** 71.736-102

Bairro NUCLEO BANDEIRANTE **Cidade** BRASILIA **UF** DF

Situação Cadastral ATIVA **Data** 18/01/2022

Atividade secundária - ISS

CNAE-Fiscal:
C331390100
Descrição da atividade:
MANUTENCAO E REPARACAO DE GERADORES, TRANSFORMADORES E MOTORES ELETRICOS
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
C331399900
Descrição da atividade:
MANUTENCAO E REPARACAO DE MAQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELETRICOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
C331470700
Descrição da atividade:
MANUTENCAO E REPARACAO DE MAQUINAS E APARELHOS DE REFRIGERACAO E VENTILACAO PARA USO INDUSTRIAL E COMERCIAL
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
C331479900
Descrição da atividade:
MANUTENCAO E REPARACAO DE OUTRAS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA USOS INDUSTRIAIS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
C332100000
Descrição da atividade:
INSTALACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
C332950100
Descrição da atividade:
SERVICOS DE MONTAGEM DE MOVEIS DE QUALQUER MATERIAL
Data de início:
03/12/2009

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 909

CNAE-Fiscal:
C332959900
Descrição da atividade:
INSTALACAO DE OUTROS EQUIPAMENTOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
E370290000
Descrição da atividade:
ATIVIDADES RELACIONADAS A ESGOTO, EXCETO A GESTAO DE REDES
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
E381140000
Descrição da atividade:
COLETA DE RESIDUOS NAO-PERIGOSOS
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
E381220000
Descrição da atividade:
COLETA DE RESIDUOS PERIGOSOS
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
E382110000
Descrição da atividade:
TRATAMENTO E DISPOSICAO DE RESIDUOS NAO-PERIGOSOS
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
F422190300
Descrição da atividade:
MANUTENCAO DE REDES DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
F432150000
Descrição da atividade:
INSTALACAO E MANUTENCAO ELETRICA
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
F432230200
Descrição da atividade:
INSTALACAO E MANUTENCAO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILACAO E REFRIGERACAO
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
F432919900
Descrição da atividade:
OUTRAS OBRAS DE INSTALACOES EM CONSTRUCOES NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
F433040400
Descrição da atividade:
SERVICOS DE PINTURA DE EDIFICIOS EM GERAL
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
G474230000
Descrição da atividade:
COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELETRICO
Data de início:
27/08/2020

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 910

CNAE-Fiscal:
G474409900
Descrição da atividade:
COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EM GERAL
Data de início:
27/08/2020

CNAE-Fiscal:
I562010100
Descrição da atividade:
FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PREPARADOS PREPONDERANTEMENTE PARA EMPRESAS
Data de início:
27/08/2020

CNAE-Fiscal:
J601010000
Descrição da atividade:
ATIVIDADES DE RADIO
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
J602170000
Descrição da atividade:
ATIVIDADES DE TELEVISAO ABERTA
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
J620150100
Descrição da atividade:
DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR SOB ENCOMENDA
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
J631190000
Descrição da atividade:
TRATAMENTO DE DADOS, PROVEDORES DE SERVICOS DE APLICACAO E SERVICOS DE HOSPEDAGEM NA INTERNET
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
K646110000
Descrição da atividade:
HOLDINGS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
K646200000
Descrição da atividade:
HOLDINGS DE INSTITUICOES NAO-FINANCEIRAS
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
M711200000
Descrição da atividade:
SERVICOS DE ENGENHARIA
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
N781080000
Descrição da atividade:
SELECAO E AGENCIAMENTO DE MAO-DE-OBRA
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
N782050000
Descrição da atividade:
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA TEMPORARIA
Data de início:
03/12/2009

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 911

CNAE-Fiscal:
N811170000
Descrição da atividade:
SERVICOS COMBINADOS PARA APOIO A EDIFICIOS, EXCETO CONDOMINIOS PREDIAIS
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
N812140000
Descrição da atividade:
LIMPEZA EM PREDIOS E EM DOMICILIOS
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
N812220000
Descrição da atividade:
IMUNIZACAO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
N812900000
Descrição da atividade:
ATIVIDADES DE LIMPEZA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
N813030000
Descrição da atividade:
ATIVIDADES PAISAGISTICAS
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
N821130000
Descrição da atividade:
SERVICOS COMBINADOS DE ESCRITORIO E APOIO ADMINISTRATIVO
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
N822020000
Descrição da atividade:
ATIVIDADES DE TELEATENDIMENTO
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
N829979900
Descrição da atividade:
OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS PRESTADOS PRINCIPALMENTE AS EMPRESAS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
Data de início:
03/12/2009

CNAE-Fiscal:
S951180000
Descrição da atividade:
REPARACAO E MANUTENCAO DE COMPUTADORES E DE EQUIPAMENTOS PERIFERICOS
Data de início:
03/12/2009

Este documento foi emitido no dia 18/01/2022 na Internet pelo portal Agênci@Net
e poderá ser reimpresso no endereço http://publica.agencianet.fazenda.df.gov.br.

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 912

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS COM EFEITO DE NEGATIVA

CERTIDÃO Nº: 053003392932022
NOME: REAL JG FACILITIES LTDA
ENDEREÇO: QUADRA 1 CONJUNTO B LT 16
CIDADE: SETOR DE INDUSTRIAS B
CNPJ: 08.247.960/0001-62
CF/DF 0747859300120 - ATIVA
FINALIDADE: JUNTO AO GDF

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

HA DEBITOS VINCENDOS DE IPVA .
HA DEBITOS VINCENDOS DE IPTU .

Pelos débitos acima responde solidariamente o adquirente, com base no art. 130 da Lei 5.172/66 – CTN.
Certidão Positiva com Efeito de Negativa, com base no art. 151 combinado com o art. 206 da Lei 5.172/66 – CTN.
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.
Esta certidão abrange consulta a todos os débitos, inclusive os relativos à Dívida Ativa.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.
Válida até 26 de abril de 2022. *

* Obs: As certidões expedidas durante o período declarado de situação de emergência no âmbito da saúde pública, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus, de que trata o Decreto nº 40.475, de 28/02/2020, terão sua validade limitada ao prazo em que perdurar tal situação.

Certidão emitida via internet em 26/01/2022 às 08:32:51 e deve ser validada no endereço https://www.receita.fazenda.df.gov.br.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA

ATENDIMENTO VIRTUAL

NOME:REAL JG FACILITIES EIRELI:08247960000162

CPF/CNPJ/PASSAPORTE:08247960000162

ASSUNTO:Certidão

TIPO DE ATENDIMENTO:Certidão Negativa / Positiva / Positiva com Efeitos de Negativa PJ - Obter Informações

PROTOCOLO: 20220119-13485

Este número será utilizado para acompanhar a solicitação e visualizar a resposta na opção 'Consultar Solicitação', disponível no atendimento Virtual.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
08.247.960/0001-62 **MATRIZ**		**18/08/2006**

NOME EMPRESARIAL
REAL JG FACILITIES LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
REAL JG FACILITIES	**DEMAIS**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
78.30-2-00 - Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
16.22-6-99 - Fabricação de outros artigos de carpintaria para construção
33.13-9-01 - Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos
33.13-9-99 - Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente
33.14-7-07 - Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial
33.14-7-99 - Manutenção e reparação de outras máquinas e equipamentos para usos industriais não especificados anteriormente
33.21-0-00 - Instalação de máquinas e equipamentos industriais
33.29-5-01 - Serviços de montagem de móveis de qualquer material
33.29-5-99 - Instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente
37.02-9-00 - Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes
38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos
38.12-2-00 - Coleta de resíduos perigosos
38.21-1-00 - Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos
42.21-9-03 - Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica
43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica
43.22-3-02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração
43.29-1-99 - Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente
43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral
47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico
47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral
56.20-1-01 - Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
Q QUADRA 1 CONJUNTO B	**LT 16**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
71.736-102	**SETOR DE INDUSTRIAS BERNARDO SAYAO NUCLEO BANDEIR**	**BRASILIA**	**DF**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
COMERCIAL@REALJG.COM.BR	**(61) 3363-7575/ (61) 3052-2579**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**18/08/2006**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **24/03/2022** às **12:58:43** (data e hora de Brasília). Página: **1/2**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
08.247.960/0001-62 **MATRIZ**		**18/08/2006**

NOME EMPRESARIAL
REAL JG FACILITIES LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
60.10-1-00 - Atividades de rádio
60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta
62.01-5-01 - Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda
63.11-9-00 - Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet
64.61-1-00 - Holdings de instituições financeiras
64.62-0-00 - Holdings de instituições não-financeiras
71.12-0-00 - Serviços de engenharia
78.10-8-00 - Seleção e agenciamento de mão-de-obra
78.20-5-00 - Locação de mão-de-obra temporária
81.11-7-00 - Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais
81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios
81.22-2-00 - Imunização e controle de pragas urbanas
81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente
81.30-3-00 - Atividades paisagísticas
82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo
82.20-2-00 - Atividades de teleatendimento
82.99-7-99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente
95.11-8-00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
Q QUADRA 1 CONJUNTO B	**LT 16**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
71.736-102	**SETOR DE INDUSTRIAS BERNARDO SAYAO NUCLEO BANDEIR**	**BRASILIA**	**DF**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
COMERCIAL@REALJG.COM.BR	**(61) 3363-7575/ (61) 3052-2579**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**18/08/2006**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **24/03/2022** às **12:58:43** (data e hora de Brasília). Página: **2/2**

Comprovante de habilitação da empresa Real JG Facilities. (2855192) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 916

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

PROCESSO Nº 23070.060433/2021-29
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2022

PARECER TÉCNICO

Grupo 01 . O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa terceirizada, para prestação de serviços de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí (UFJ).

	ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS
GRUPO 1	1	Motoristas executivos 44 hs
	2	Diária sem pernoite
	3	Diária com pernoite
	4	Hora Suplementar 50%
	5	Hora Suplementar 100%
	6	Hora Suplementar noturna 50%
	7	Hora Suplementar noturna 100%

Empresa: REAL JG FACILITIES LTDA

CNPJ: 08.247.960/0001-62

Resultado da análise: Aprovado

Jataí, 20 de abril de 2022.

Wendell Pereira da Silva
Assistente em Administração
Diretoria - Departamento de Logística - UFJ
SIAPE: 2081788

WENDELL PEREIRA DA SILVA
Assistente em Administração
Coord. Transporte / Logística - UFJ
SIAPE-2081788

Pregão Eletrônico

156678.22022 .12458 .4592 .410765899530

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ

Ata de Realização do Pregão Eletrônico
Nº 00002/2022

Às 09:30 horas do dia 14 de abril de 2022, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal PORTARIA N.º 180/2020, DE 11 DE MARÇO DE 2020. de 15/03/2022, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo nº 23070060433202129, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 00002/2022. Modo de disputa: Aberto/Fechado. Objeto: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa terceirizada, para prestação de serviços de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí (UFJ), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Item: 1 - Grupo 1
Descrição: Prestação de Serviços de Motorista
Descrição Complementar: Motoristas executivos 44 hs (Período de 30 meses)
Tratamento Diferenciado: -
Quantidade: 13
Unidade de fornecimento: UNIDADE
Valor Estimado: R$ 2.055.885,0000
Situação: Aceito e Habilitado
Intervalo mínimo entre lances: -

Aceito para: REAL JG FACILITIES LTDA**, pelo melhor lance de** R$ 1.907.585,9000 **e com valor negociado a** R$ 1.907.579,7000 .

Item: 2 - Grupo 1
Descrição: Pagamento diária - nacional / internacional
Descrição Complementar: Diária sem pernoite (Período de 30 meses)
Tratamento Diferenciado: -
Quantidade: 1.000
Unidade de fornecimento: UNIDADE
Valor Estimado: R$ 2.160.000,0000
Situação: Aceito e Habilitado
Intervalo mínimo entre lances: R$ 200,00

Aceito para: REAL JG FACILITIES LTDA**, pelo melhor lance de** R$ 2.160.000,0000 .

Item: 3 - Grupo 1
Descrição: Pagamento diária - nacional / internacional
Descrição Complementar: Diária com pernoite
Tratamento Diferenciado: -
Quantidade: 1.000
Unidade de fornecimento: UNIDADE
Valor Estimado: R$ 6.600.000,0000
Situação: Aceito e Habilitado
Intervalo mínimo entre lances: R$ 200,00

Aceito para: REAL JG FACILITIES LTDA**, pelo melhor lance de** R$ 6.600.000,0000 .

Item: 4 - Grupo 1
Descrição: Pagamento diária - nacional / internacional
Descrição Complementar: Hora Suplementar 50%
Tratamento Diferenciado: -
Quantidade: 2.000
Unidade de fornecimento: UNIDADE
Valor Estimado: R$ 1.750.200,0000
Situação: Aceito e Habilitado
Intervalo mínimo entre lances: R$ 200,00

Aceito para: REAL JG FACILITIES LTDA**, pelo melhor lance de** R$ 1.612.200,0000 .

Item: 5 - Grupo 1
Descrição: Pagamento Diária - Nacional / Internacional
Descrição Complementar: Hora Suplementar 100%
Tratamento Diferenciado: -
Quantidade: 1.000
Unidade de fornecimento: UNIDADE
Valor Estimado: R$ 1.167.000,0000
Situação: Aceito e Habilitado
Intervalo mínimo entre lances: R$ 200,00

Aceito para: REAL JG FACILITIES LTDA**, pelo melhor lance de** R$ 1.074.900,0000 .

Item: 6 - Grupo 1
Descrição: Pagamento diária - nacional / internacional
Descrição Complementar: Hora Suplementar noturna 50%
Tratamento Diferenciado: -
Quantidade: 800
Unidade de fornecimento: UNIDADE

Valor Estimado: R$ 960.240,0000 **Situação:** Aceito e Habilitado
Intervalo mínimo entre lances: R$ 200,00

Aceito para: REAL JG FACILITIES LTDA**, pelo melhor lance de** R$ 884.400,0000 .

Item: 7 - Grupo 1
Descrição: Pagamento Diária - Nacional / Internacional
Descrição Complementar: Hora Suplementar noturna 100%
Tratamento Diferenciado: -
Quantidade: 800 **Unidade de fornecimento:** UNIDADE
Valor Estimado: R$ 1.280.400,0000 **Situação:** Aceito e Habilitado
Intervalo mínimo entre lances: R$ 200,00

Aceito para: REAL JG FACILITIES LTDA**, pelo melhor lance de** R$ 1.179.360,0000 .

Relação de Grupos

Grupo 1

Tratamento Diferenciado: -

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Critério de Valor: R$ 15.973.725,0000 **Situação:** Aceito e Habilitado

Aceito para: REAL JG FACILITIES LTDA**, pelo melhor lance de** R$ 15.418.445,9000 **e com valor negociado a** R$ 15.418.439,7000 .

Itens do grupo:

- 1 - Prestação de Serviços de Motorista
- 2 - Pagamento diária - nacional / internacional
- 3 - Pagamento diária - nacional / internacional
- 4 - Pagamento diária - nacional / internacional
- 5 - Pagamento Diária - Nacional / Internacional
- 6 - Pagamento diária - nacional / internacional
- 7 - Pagamento Diária - Nacional / Internacional

Histórico

Item: 1 - Grupo 1 - Prestação de Serviços de Motorista

Propostas Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.
(As propostas com * na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
05.613.242/0001-74	R2 RADIODIFUSAO E TELECOMUNICACOES LTDA	Não	Não	13	R$ 157.268,4000	R$ 2.044.489,2000	12/04/2022 15:42:44
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Motoristas executivos 44 hs (Período de 30 meses) **Porte da empresa:** Demais (Diferente de ME/EPP)						
08.247.960/0001-62	REAL JG FACILITIES LTDA	Não	Não	13	R$ 157.268,4000	R$ 2.044.489,2000	13/04/2022 11:26:40
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa terceirizada, para prestação de serviços de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí (UFJ), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Motoristas executivos 44 hs (Período de 30 meses) **Porte da empresa:** Demais (Diferente de ME/EPP)						
07.262.535/0001-80	GARRA FORTE ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA	Não	Não	13	R$ 157.268,4000	R$ 2.044.489,2000	14/04/2022 08:31:25
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Item: 1 - Prestação de Serviços de Motorista (Grupo 1) Tratamento Diferenciado: - Aplicabilidade Margem de Preferência: Não Intervalo mínimo entre lances: - Descrição: Motoristas executivos 44 hs (Período de 30 meses) **Porte da empresa:** Demais (Diferente de ME/EPP)						
04.558.234/0001-00	AMAZON CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI	Sim	Não	13	R$ 158.144,4000	R$ 2.055.877,2000	13/04/2022 23:41:16
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Motoristas executivos 44 hs (Período de 30 meses) **Porte da empresa:** ME/EPP						
17.564.726/0001-50	WG TERCEIRIZACAO E SERVICOS EIRELI	Sim	Sim	13	R$ 158.145,0000	R$ 2.055.885,0000	08/04/2022 10:01:36
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: MOTORISTAS EXECUTIVOS 44 HS (PERÍODO DE 30 MESES) **Porte da empresa:** ME/EPP						
42.407.445/0001-30	CONSTRUIR FACILITIES ARQUITETURA E SERVICOS EIRELI	Não	Não	13	R$ 158.145,0000	R$ 2.055.885,0000	13/04/2022 15:13:35
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa terceirizada, para prestação de serviços de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí (UFJ), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. **Porte da empresa:** Demais (Diferente de ME/EPP)						
10.446.523/0001-10	PRESTA SERVICOS TECNICOS EIRELI	Não	Não	13	R$ 158.145,0000	R$ 2.055.885,0000	14/04/2022 08:37:47

Ata PE 02/2022 -Motorista - Real JG Facilities (2855205) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 919

	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa terceirizada, para prestação de serviços de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí (UFJ), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. **Porte da empresa:** Demais (Diferente de ME/EPP)						
00.482.840/0001-38	LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	Não	Não	13	R$ 252.018,4600	R$ 3.276.239,9800	13/04/2022 17:13:36
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa terceirizada, para prestação de serviços de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí (UFJ), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Convenção coletiva utilizada: CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2021/2022 NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: GO000452/2021. SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSP RODOV NO EST GO, CNPJ nº 01.089.689/0001-35 e SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE CARGAS E LOGÍSTICA DO ESTADO DE GOIAS, CNPJ n. 02.220.036/0001-06. **Porte da empresa:** Demais (Diferente de ME/EPP)						
02.531.343/0001-08	ADSERVI - ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA	Não	Não	13	R$ 326.663,4000	R$ 4.246.624,2000	13/04/2022 12:45:58
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Descrição: Motoristas executivos 44 hs (Período de 30 meses) **Porte da empresa:** Demais (Diferente de ME/EPP)						

Lances (Obs: lances com * na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R$ 4.246.624,2000	02.531.343/0001-08	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 3.276.239,9800	00.482.840/0001-38	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 2.055.885,0000	17.564.726/0001-50	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 2.055.885,0000	10.446.523/0001-10	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 2.055.885,0000	42.407.445/0001-30	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 2.055.877,2000	04.558.234/0001-00	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 2.044.489,2000	07.262.535/0001-80	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 2.044.489,2000	05.613.242/0001-74	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 2.044.489,2000	08.247.960/0001-62	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 2.055.884,9900	02.531.343/0001-08	14/04/2022 09:30:08:657
R$ 2.055.877,1900	02.531.343/0001-08	14/04/2022 09:35:45:783
R$ 2.055.877,0000	04.558.234/0001-00	14/04/2022 09:41:18:463
R$ 2.055.876,9900	02.531.343/0001-08	14/04/2022 09:41:23:583
R$ 2.044.489,0000	04.558.234/0001-00	14/04/2022 09:42:22:380
R$ 2.044.489,2100	02.531.343/0001-08	14/04/2022 09:42:25:923
R$ 2.012.548,7600	08.247.960/0001-62	14/04/2022 09:42:50:543
R$ 1.886.192,1000	07.262.535/0001-80	14/04/2022 09:43:32:773
R$ 2.044.488,9900	02.531.343/0001-08	14/04/2022 09:44:04:647
R$ 2.010.000,0000	08.247.960/0001-62	14/04/2022 09:45:00:427
R$ 2.012.548,7000	04.558.234/0001-00	14/04/2022 09:45:03:423
R$ 2.012.548,6900	02.531.343/0001-08	14/04/2022 09:45:06:913
R$ 2.009.990,0000	04.558.234/0001-00	14/04/2022 09:45:29:453
R$ 2.009.989,9900	02.531.343/0001-08	14/04/2022 09:45:32:790
R$ 2.009.980,0000	04.558.234/0001-00	14/04/2022 09:46:06:943
R$ 2.009.979,9900	02.531.343/0001-08	14/04/2022 09:46:09:113
R$ 2.009.000,0000	10.446.523/0001-10	14/04/2022 09:46:10:403
R$ 2.008.999,9500	02.531.343/0001-08	14/04/2022 09:46:29:897
R$ 2.008.990,0000	04.558.234/0001-00	14/04/2022 09:46:38:683
R$ 2.008.989,9700	02.531.343/0001-08	14/04/2022 09:46:50:677
R$ 2.008.980,0000	04.558.234/0001-00	14/04/2022 09:47:33:150
R$ 2.008.979,9900	02.531.343/0001-08	14/04/2022 09:47:37:413
R$ 1.995.850,2500	10.446.523/0001-10	14/04/2022 09:48:41:893
R$ 1.759.860,0000	02.531.343/0001-08	14/04/2022 09:49:14:080
R$ 1.907.585,9000	08.247.960/0001-62	14/04/2022 09:49:38:920
R$ 1.870.000,0000	05.613.242/0001-74	14/04/2022 09:50:27:143
R$ 1.884.004,2000	07.262.535/0001-80	14/04/2022 09:51:36:910
R$ 1.948.139,7000	04.558.234/0001-00	14/04/2022 09:52:50:480

Desempate de Lances ME/EPP

CPF/CNPJ	Data/Hora Inicial Desempate	Data/Hora Final Desempate	Situação do Lance	Valor do Lance
17.564.726/0001-50	14/04/2022 09:53:14:057	14/04/2022 09:58:14:057	Tempo para envio de lance expirou	-

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Aceite de proposta	26/04/2022 09:36:55	Aceite individual da proposta. Fornecedor: REAL JG FACILITIES LTDA, CNPJ/CPF: 08.247.960/0001-62, pelo melhor lance de R$ 1.907.585,9000 e com valor negociado a R$ 1.907.579,7000. Motivo: Valor negociado via chat.

Ata PE 02/2022 -Motorista - Real JG Facilities (2855205) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 920

Habilitação de fornecedor	26/04/2022 09:38:10	Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: REAL JG FACILITIES LTDA - CNPJ/CPF: 08.247.960/0001-62

Para consultar intenção de recurso e demais eventos do item, verificar histórico do Grupo 1.

Item: 2 - Grupo 1 - Pagamento diária - nacional / internacional

Propostas Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.
(As propostas com * na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
17.564.726/0001-50	WG TERCEIRIZACAO E SERVICOS EIRELI	Sim	Sim	1.000	R$ 2.160,0000	R$ 2.160.000,0000	08/04/2022 10:01:36
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: DIÁRIA SEM PERNOITE (PERÍODO DE 30 MESES) **Porte da empresa:** ME/EPP						
05.613.242/0001-74	R2 RADIODIFUSAO E TELECOMUNICACOES LTDA	Não	Não	1.000	R$ 2.160,0000	R$ 2.160.000,0000	12/04/2022 15:42:44
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Diária sem pernoite (Período de 30 meses) **Porte da empresa:** Demais (Diferente de ME/EPP)						
08.247.960/0001-62	REAL JG FACILITIES LTDA	Não	Não	1.000	R$ 2.160,0000	R$ 2.160.000,0000	13/04/2022 11:26:40
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa terceirizada, para prestação de serviços de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí (UFJ), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Diária sem pernoite (Período de 30 meses) **Porte da empresa:** Demais (Diferente de ME/EPP)						
02.531.343/0001-08	ADSERVI - ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA	Não	Não	1.000	R$ 2.160,0000	R$ 2.160.000,0000	13/04/2022 12:45:58
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Descrição: Diária sem pernoite (Período de 30 meses) **Porte da empresa:** Demais (Diferente de ME/EPP)						
42.407.445/0001-30	CONSTRUIR FACILITIES ARQUITETURA E SERVICOS EIRELI	Não	Não	1.000	R$ 2.160,0000	R$ 2.160.000,0000	13/04/2022 15:13:35
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa terceirizada, para prestação de serviços de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí (UFJ), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. **Porte da empresa:** Demais (Diferente de ME/EPP)						
04.558.234/0001-00	AMAZON CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI	Sim	Não	1.000	R$ 2.160,0000	R$ 2.160.000,0000	13/04/2022 23:41:16
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Diária sem pernoite (Período de 30 meses) **Porte da empresa:** ME/EPP						
07.262.535/0001-80	GARRA FORTE ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA	Não	Não	1.000	R$ 2.160,0000	R$ 2.160.000,0000	14/04/2022 08:31:25
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Pregão nº 22022 Item: 2 - Pagamento diária - nacional / internacional (Grupo 1) Tratamento Diferenciado: - Aplicabilidade Margem de Preferência: Não Intervalo mínimo entre lances: R$ 200,00 Descrição: Diária sem pernoite (Período de 30 meses) **Porte da empresa:** Demais (Diferente de ME/EPP)						
10.446.523/0001-10	PRESTA SERVICOS TECNICOS EIRELI	Não	Não	1.000	R$ 2.160,0000	R$ 2.160.000,0000	14/04/2022 08:37:47
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa terceirizada, para prestação de serviços de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí (UFJ), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. **Porte da empresa:** Demais (Diferente de ME/EPP)						
00.482.840/0001-38	LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	Não	Não	1.000	R$ 4.320,0000	R$ 4.320.000,0000	13/04/2022 17:13:36
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa terceirizada, para prestação de serviços de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí (UFJ), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Convenção coletiva utilizada: CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2021/2022 NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: GO000452/2021. SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSP RODOV NO EST GO, CNPJ nº 01.089.689/0001-35 e SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE CARGAS E LOGÍSTICA DO ESTADO DE GOIAS, CNPJ n. 02.220.036/0001-06. **Porte da empresa:** Demais (Diferente de ME/EPP)						

Lances (Obs: lances com * na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R$ 4.320.000,0000	00.482.840/0001-38	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 2.160.000,0000	17.564.726/0001-50	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 2.160.000,0000	05.613.242/0001-74	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 2.160.000,0000	08.247.960/0001-62	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 2.160.000,0000	02.531.343/0001-08	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 2.160.000,0000	42.407.445/0001-30	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 2.160.000,0000	04.558.234/0001-00	14/04/2022 09:30:00:493

Ata PE 02/2022 -Motorista - Real JG Facilities (2855205) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 921

R$ 2.160.000,0000	07.262.535/0001-80	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 2.160.000,0000	10.446.523/0001-10	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 2.160.000,0100	00.482.840/0001-38	14/04/2022 09:41:20:167

Desempate de Lances ME/EPP

CPF/CNPJ	Data/Hora Inicial Desempate	Data/Hora Final Desempate	Situação do Lance	Valor do Lance
17.564.726/0001-50	14/04/2022 09:53:14:057	14/04/2022 09:58:14:057	Tempo para envio de lance expirou	-

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Aceite de proposta	26/04/2022 09:36:55	Aceite individual da proposta. Fornecedor: REAL JG FACILITIES LTDA, CNPJ/CPF: 08.247.960/0001-62, pelo melhor lance de R$ 2.160.000,0000.
Habilitação de fornecedor	26/04/2022 09:38:10	Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: REAL JG FACILITIES LTDA - CNPJ/CPF: 08.247.960/0001-62

Para consultar intenção de recurso e demais eventos do item, verificar histórico do Grupo 1.

Item: 3 - Grupo 1 - Pagamento diária - nacional / internacional

Propostas Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.
(As propostas com * na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
17.564.726/0001-50	WG TERCEIRIZACAO E SERVICOS EIRELI	Sim	Sim	1.000	R$ 6.600,0000	R$ 6.600.000,0000	08/04/2022 10:01:36
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: DIÁRIA COM PERNOITE **Porte da empresa:** ME/EPP						
05.613.242/0001-74	R2 RADIODIFUSAO E TELECOMUNICACOES LTDA	Não	Não	1.000	R$ 6.600,0000	R$ 6.600.000,0000	12/04/2022 15:42:44
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Diária com pernoite **Porte da empresa:** Demais (Diferente de ME/EPP)						
08.247.960/0001-62	REAL JG FACILITIES LTDA	Não	Não	1.000	R$ 6.600,0000	R$ 6.600.000,0000	13/04/2022 11:26:40
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa terceirizada, para prestação de serviços de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí (UFJ), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Diária com pernoite **Porte da empresa:** Demais (Diferente de ME/EPP)						
02.531.343/0001-08	ADSERVI - ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA	Não	Não	1.000	R$ 6.600,0000	R$ 6.600.000,0000	13/04/2022 12:45:58
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Descrição: Diária com pernoite **Porte da empresa:** Demais (Diferente de ME/EPP)						
42.407.445/0001-30	CONSTRUIR FACILITIES ARQUITETURA E SERVICOS EIRELI	Não	Não	1.000	R$ 6.600,0000	R$ 6.600.000,0000	13/04/2022 15:13:35
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa terceirizada, para prestação de serviços de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí (UFJ), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. **Porte da empresa:** Demais (Diferente de ME/EPP)						
04.558.234/0001-00	AMAZON CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI	Sim	Não	1.000	R$ 6.600,0000	R$ 6.600.000,0000	13/04/2022 23:41:16
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Diária com pernoite **Porte da empresa:** ME/EPP						
07.262.535/0001-80	GARRA FORTE ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA	Não	Não	1.000	R$ 6.600,0000	R$ 6.600.000,0000	14/04/2022 08:31:25
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Pregão nº 22022 Item: 3 - Pagamento diária - nacional / internacional (Grupo 1) Tratamento Diferenciado: - Aplicabilidade Margem de Preferência: Não Intervalo mínimo entre lances: R$ 200,00 Descrição: Diária com pernoite **Porte da empresa:** Demais (Diferente de ME/EPP)						
10.446.523/0001-10	PRESTA SERVICOS TECNICOS EIRELI	Não	Não	1.000	R$ 6.600,0000	R$ 6.600.000,0000	14/04/2022 08:37:47
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa terceirizada, para prestação de serviços de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí (UFJ), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. **Porte da empresa:** Demais (Diferente de ME/EPP)						
00.482.840/0001-38	LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	Não	Não	1.000	R$ 13.200,0000	R$ 13.200.000,0000	13/04/2022 17:13:36
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa terceirizada, para prestação de serviços de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí (UFJ), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Convenção coletiva utilizada: CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2021/2022 NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: GO000452/2021. SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSP RODOV NO EST GO, CNPJ nº 01.089.689/0001-35 e SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE CARGAS E LOGÍSTICA DO ESTADO DE GOIAS,						

Ata PE 02/2022 -Motorista - Real JG Facilities (2855205) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 922

CNPJ n. 02.220.036/0001-06.
Porte da empresa: Demais (Diferente de ME/EPP)

Lances (Obs: lances com * na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R$ 13.200.000,0000	00.482.840/0001-38	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 6.600.000,0000	17.564.726/0001-50	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 6.600.000,0000	05.613.242/0001-74	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 6.600.000,0000	08.247.960/0001-62	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 6.600.000,0000	02.531.343/0001-08	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 6.600.000,0000	42.407.445/0001-30	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 6.600.000,0000	04.558.234/0001-00	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 6.600.000,0000	07.262.535/0001-80	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 6.600.000,0000	10.446.523/0001-10	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 6.600.000,0100	00.482.840/0001-38	14/04/2022 09:41:35:367

Desempate de Lances ME/EPP

CPF/CNPJ	Data/Hora Inicial Desempate	Data/Hora Final Desempate	Situação do Lance	Valor do Lance
17.564.726/0001-50	14/04/2022 09:53:14:057	14/04/2022 09:58:14:057	Tempo para envio de lance expirou	-

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Aceite de proposta	26/04/2022 09:36:55	Aceite individual da proposta. Fornecedor: REAL JG FACILITIES LTDA, CNPJ/CPF: 08.247.960/0001-62, pelo melhor lance de R$ 6.600.000,0000.
Habilitação de fornecedor	26/04/2022 09:38:10	Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: REAL JG FACILITIES LTDA - CNPJ/CPF: 08.247.960/0001-62

Para consultar intenção de recurso e demais eventos do item, verificar histórico do Grupo 1.

Item: 4 - Grupo 1 - Pagamento diária - nacional / internacional

Propostas Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.
(As propostas com * na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
17.564.726/0001-50	WG TERCEIRIZACAO E SERVICOS EIRELI	Sim	Sim	2.000	R$ 875,1000	R$ 1.750.200,0000	08/04/2022 10:01:36
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: HORA SUPLEMENTAR 50% **Porte da empresa:** ME/EPP						
05.613.242/0001-74	R2 RADIODIFUSAO E TELECOMUNICACOES LTDA	Não	Não	2.000	R$ 875,1000	R$ 1.750.200,0000	12/04/2022 15:42:44
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Hora Suplementar 50% **Porte da empresa:** Demais (Diferente de ME/EPP)						
02.531.343/0001-08	ADSERVI - ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA	Não	Não	2.000	R$ 875,1000	R$ 1.750.200,0000	13/04/2022 12:45:58
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Descrição: Hora Suplementar 50% **Porte da empresa:** Demais (Diferente de ME/EPP)						
42.407.445/0001-30	CONSTRUIR FACILITIES ARQUITETURA E SERVICOS EIRELI	Não	Não	2.000	R$ 875,1000	R$ 1.750.200,0000	13/04/2022 15:13:35
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa terceirizada, para prestação de serviços de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí (UFJ), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. **Porte da empresa:** Demais (Diferente de ME/EPP)						
04.558.234/0001-00	AMAZON CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI	Sim	Não	2.000	R$ 875,1000	R$ 1.750.200,0000	13/04/2022 23:41:16
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Hora Suplementar 50% **Porte da empresa:** ME/EPP						
07.262.535/0001-80	GARRA FORTE ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA	Não	Não	2.000	R$ 875,1000	R$ 1.750.200,0000	14/04/2022 08:31:25
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Pregão nº 22022 Item: 4 - Pagamento diária - nacional / internacional (Grupo 1) Tratamento Diferenciado: - Aplicabilidade Margem de Preferência: Não Intervalo mínimo entre lances: R$ 200,00 Descrição: Hora Suplementar 50% **Porte da empresa:** Demais (Diferente de ME/EPP)						
10.446.523/0001-10	PRESTA SERVICOS TECNICOS EIRELI	Não	Não	2.000	R$ 875,1000	R$ 1.750.200,0000	14/04/2022 08:37:47
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa terceirizada, para prestação de serviços de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí (UFJ), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. **Porte da empresa:** Demais (Diferente de ME/EPP)						

Ata PE 02/2022 -Motorista - Real JG Facilities (2855205) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 923

08.247.960/0001-62	REAL JG FACILITIES LTDA	Não	Não	2.000	R$ 1.556,4000	R$ 3.112.800,0000	13/04/2022 11:26:40

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa terceirizada, para prestação de serviços de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí (UFJ), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Hora Suplementar 50%
Porte da empresa: Demais (Diferente de ME/EPP)

00.482.840/0001-38	LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	Não	Não	2.000	R$ 2.254,2000	R$ 4.508.400,0000	13/04/2022 17:13:36

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa terceirizada, para prestação de serviços de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí (UFJ), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Convenção coletiva utilizada: CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2021/2022 NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: GO000452/2021. SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSP RODOV NO EST GO, CNPJ nº 01.089.689/0001-35 e SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE CARGAS E LOGÍSTICA DO ESTADO DE GOIAS, CNPJ n. 02.220.036/0001-06.
Porte da empresa: Demais (Diferente de ME/EPP)

Lances (Obs: lances com * na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R$ 4.508.400,0000	00.482.840/0001-38	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 3.112.800,0000	08.247.960/0001-62	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 1.750.200,0000	02.531.343/0001-08	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 1.750.200,0000	42.407.445/0001-30	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 1.750.200,0000	17.564.726/0001-50	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 1.750.200,0000	05.613.242/0001-74	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 1.750.200,0000	04.558.234/0001-00	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 1.750.200,0000	07.262.535/0001-80	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 1.750.200,0000	10.446.523/0001-10	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 1.720.200,0000	08.247.960/0001-62	14/04/2022 09:43:07:967
R$ 1.612.200,0000	08.247.960/0001-62	14/04/2022 09:49:57:883

Desempate de Lances ME/EPP

CPF/CNPJ	Data/Hora Inicial Desempate	Data/Hora Final Desempate	Situação do Lance	Valor do Lance
17.564.726/0001-50	14/04/2022 09:53:14:057	14/04/2022 09:58:14:057	Tempo para envio de lance expirou	-

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Aceite de proposta	26/04/2022 09:36:55	Aceite individual da proposta. Fornecedor: REAL JG FACILITIES LTDA, CNPJ/CPF: 08.247.960/0001-62, pelo melhor lance de R$ 1.612.200,0000.
Habilitação de fornecedor	26/04/2022 09:38:10	Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: REAL JG FACILITIES LTDA - CNPJ/CPF: 08.247.960/0001-62

Para consultar intenção de recurso e demais eventos do item, verificar histórico do Grupo 1.

Item: 5 - Grupo 1 - Pagamento Diária - Nacional / Internacional

Propostas Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.
(As propostas com * na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
17.564.726/0001-50	WG TERCEIRIZACAO E SERVICOS EIRELI	Sim	Sim	1.000	R$ 1.167,0000	R$ 1.167.000,0000	08/04/2022 10:01:36

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: HORA SUPLEMENTAR 100%
Porte da empresa: ME/EPP

05.613.242/0001-74	R2 RADIODIFUSAO E TELECOMUNICACOES LTDA	Não	Não	1.000	R$ 1.167,0000	R$ 1.167.000,0000	12/04/2022 15:42:44

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Hora Suplementar 100%
Porte da empresa: Demais (Diferente de ME/EPP)

02.531.343/0001-08	ADSERVI - ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA	Não	Não	1.000	R$ 1.167,0000	R$ 1.167.000,0000	13/04/2022 12:45:58

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Descrição: Hora Suplementar 100%
Porte da empresa: Demais (Diferente de ME/EPP)

42.407.445/0001-30	CONSTRUIR FACILITIES ARQUITETURA E SERVICOS EIRELI	Não	Não	1.000	R$ 1.167,0000	R$ 1.167.000,0000	13/04/2022 15:13:35

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa terceirizada, para prestação de serviços de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí (UFJ), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
Porte da empresa: Demais (Diferente de ME/EPP)

04.558.234/0001-00	AMAZON CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI	Sim	Não	1.000	R$ 1.167,0000	R$ 1.167.000,0000	13/04/2022 23:41:16

Ata PE 02/2022 -Motorista - Real JG Facilities (2855205) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 924

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Hora Suplementar 100%
Porte da empresa: ME/EPP

07.262.535/0001-80	GARRA FORTE ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA	Não	Não	1.000	R$ 1.167,0000	R$ 1.167.000,0000	14/04/2022 08:31:25

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Pregão nº 22022 Item: 5 - Pagamento Diária - Nacional / Internacional (Grupo 1) Tratamento Diferenciado: - Aplicabilidade Margem de Preferência: Não Intervalo mínimo entre lances: R$ 200,00 Descrição: Hora Suplementar 100%
Porte da empresa: Demais (Diferente de ME/EPP)

10.446.523/0001-10	PRESTA SERVICOS TECNICOS EIRELI	Não	Não	1.000	R$ 1.167,0000	R$ 1.167.000,0000	14/04/2022 08:37:47

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa terceirizada, para prestação de serviços de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí (UFJ), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
Porte da empresa: Demais (Diferente de ME/EPP)

08.247.960/0001-62	REAL JG FACILITIES LTDA	Não	Não	1.000	R$ 2.075,1000	R$ 2.075.100,0000	13/04/2022 11:26:40

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa terceirizada, para prestação de serviços de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí (UFJ), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Hora Suplementar 100%
Porte da empresa: Demais (Diferente de ME/EPP)

00.482.840/0001-38	LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	Não	Não	1.000	R$ 3.005,7000	R$ 3.005.700,0000	13/04/2022 17:13:36

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa terceirizada, para prestação de serviços de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí (UFJ), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Convenção coletiva utilizada: CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2021/2022 NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: GO000452/2021. SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSP RODOV NO EST GO, CNPJ n° 01.089.689/0001-35 e SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE CARGAS E LOGÍSTICA DO ESTADO DE GOIAS, CNPJ n. 02.220.036/0001-06.
Porte da empresa: Demais (Diferente de ME/EPP)

Lances (Obs: lances com * na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R$ 3.005.700,0000	00.482.840/0001-38	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 2.075.100,0000	08.247.960/0001-62	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 1.167.000,0000	02.531.343/0001-08	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 1.167.000,0000	42.407.445/0001-30	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 1.167.000,0000	17.564.726/0001-50	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 1.167.000,0000	05.613.242/0001-74	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 1.167.000,0000	04.558.234/0001-00	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 1.167.000,0000	07.262.535/0001-80	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 1.167.000,0000	10.446.523/0001-10	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 1.146.900,0000	08.247.960/0001-62	14/04/2022 09:43:43:017
R$ 1.074.900,0000	08.247.960/0001-62	14/04/2022 09:50:06:897

Desempate de Lances ME/EPP

CPF/CNPJ	Data/Hora Inicial Desempate	Data/Hora Final Desempate	Situação do Lance	Valor do Lance
17.564.726/0001-50	14/04/2022 09:53:14:057	14/04/2022 09:58:14:057	Tempo para envio de lance expirou	-

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Aceite de proposta	26/04/2022 09:36:55	Aceite individual da proposta. Fornecedor: REAL JG FACILITIES LTDA, CNPJ/CPF: 08.247.960/0001-62, pelo melhor lance de R$ 1.074.900,0000.
Habilitação de fornecedor	26/04/2022 09:38:10	Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: REAL JG FACILITIES LTDA - CNPJ/CPF: 08.247.960/0001-62

Para consultar intenção de recurso e demais eventos do item, verificar histórico do Grupo 1.

Item: 6 - Grupo 1 - Pagamento diária - nacional / internacional

Propostas Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.
(As propostas com * na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
17.564.726/0001-50	WG TERCEIRIZACAO E SERVICOS EIRELI	Sim	Sim	800	R$ 1.200,3000	R$ 960.240,0000	08/04/2022 10:01:36

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: HORA SUPLEMENTAR NOTURNA 50%
Porte da empresa: ME/EPP

02.531.343/0001-08	ADSERVI - ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA	Não	Não	800	R$ 1.200,3000	R$ 960.240,0000	13/04/2022 12:45:58

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Descrição: Hora Suplementar noturna 50%
Porte da empresa: Demais (Diferente de ME/EPP)

42.407.445/0001-30	CONSTRUIR	Não	Não	800	R$ 1.200,3000	R$ 960.240,0000	13/04/2022

Ata PE 02/2022 -Motorista - Real JG Facilities (2855205) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 925

	FACILITIES ARQUITETURA E SERVICOS EIRELI						15:13:35
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa terceirizada, para prestação de serviços de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí (UFJ), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. **Porte da empresa:** Demais (Diferente de ME/EPP)						
04.558.234/0001-00	AMAZON CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI	Sim	Não	800	R$ 1.200,3000	R$ 960.240,0000	13/04/2022 23:41:16
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Hora Suplementar noturna 50% **Porte da empresa:** ME/EPP						
07.262.535/0001-80	GARRA FORTE ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA	Não	Não	800	R$ 1.200,3000	R$ 960.240,0000	14/04/2022 08:31:25
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Pregão nº 22022 Item: 6 - Pagamento diária - nacional / internacional (Grupo 1) Tratamento Diferenciado: - Aplicabilidade Margem de Preferência: Não Intervalo mínimo entre lances: R$ 200,00 Descrição: Hora Suplementar noturna 50% **Porte da empresa:** Demais (Diferente de ME/EPP)						
10.446.523/0001-10	PRESTA SERVICOS TECNICOS EIRELI	Não	Não	800	R$ 1.200,3000	R$ 960.240,0000	14/04/2022 08:37:47
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa terceirizada, para prestação de serviços de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí (UFJ), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. **Porte da empresa:** Demais (Diferente de ME/EPP)						
08.247.960/0001-62	REAL JG FACILITIES LTDA	Não	Não	800	R$ 2.134,5000	R$ 1.707.600,0000	13/04/2022 11:26:40
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa terceirizada, para prestação de serviços de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí (UFJ), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Hora Suplementar noturna 50% **Porte da empresa:** Demais (Diferente de ME/EPP)						
05.613.242/0001-74	R2 RADIODIFUSAO E TELECOMUNICACOES LTDA	Não	Não	800	R$ 3.000,7500	R$ 2.400.600,0000	12/04/2022 15:42:44
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Hora Suplementar noturna 50% **Porte da empresa:** Demais (Diferente de ME/EPP)						
00.482.840/0001-38	LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	Não	Não	800	R$ 3.091,5000	R$ 2.473.200,0000	13/04/2022 17:13:36
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa terceirizada, para prestação de serviços de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí (UFJ), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Convenção coletiva utilizada: CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2021/2022 NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: GO000452/2021. SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSP RODOV NO EST GO, CNPJ nº 01.089.689/0001-35 e SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE CARGAS E LOGÍSTICA DO ESTADO DE GOIAS, CNPJ n. 02.220.036/0001-06. **Porte da empresa:** Demais (Diferente de ME/EPP)						

Lances (Obs: lances com * na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R$ 2.473.200,0000	00.482.840/0001-38	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 2.400.600,0000	05.613.242/0001-74	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 1.707.600,0000	08.247.960/0001-62	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 960.240,0000	02.531.343/0001-08	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 960.240,0000	42.407.445/0001-30	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 960.240,0000	04.558.234/0001-00	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 960.240,0000	07.262.535/0001-80	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 960.240,0000	10.446.523/0001-10	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 960.240,0000	17.564.726/0001-50	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 960.240,0100	05.613.242/0001-74	14/04/2022 09:35:35:893
R$ 943.680,0000	08.247.960/0001-62	14/04/2022 09:43:53:357
R$ 884.400,0000	08.247.960/0001-62	14/04/2022 09:50:16:273

Desempate de Lances ME/EPP

CPF/CNPJ	Data/Hora Inicial Desempate	Data/Hora Final Desempate	Situação do Lance	Valor do Lance
17.564.726/0001-50	14/04/2022 09:53:14:057	14/04/2022 09:58:14:057	Tempo para envio de lance expirou	-

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Aceite de proposta	26/04/2022 09:36:55	Aceite individual da proposta. Fornecedor: REAL JG FACILITIES LTDA, CNPJ/CPF: 08.247.960/0001-62, pelo melhor lance de R$ 884.400,0000.
Habilitação de fornecedor	26/04/2022 09:38:10	Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: REAL JG FACILITIES LTDA - CNPJ/CPF: 08.247.960/0001-62

Para consultar intenção de recurso e demais eventos do item, verificar histórico do Grupo 1.

Ata PE 02/2022 -Motorista - Real JG Facilities (2855205) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 926

Item: 7 - Grupo 1 - Pagamento Diária - Nacional / Internacional

Propostas Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.
(As propostas com * na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
17.564.726/0001-50	WG TERCEIRIZACAO E SERVICOS EIRELI	Sim	Sim	800	R$ 1.600,5000	R$ 1.280.400,0000	08/04/2022 10:01:36
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: HORA SUPLEMENTAR NOTURNA 100% **Porte da empresa:** ME/EPP						
02.531.343/0001-08	ADSERVI - ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA	Não	Não	800	R$ 1.600,5000	R$ 1.280.400,0000	13/04/2022 12:45:58
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Descrição: Hora Suplementar noturna 100% **Porte da empresa:** Demais (Diferente de ME/EPP)						
42.407.445/0001-30	CONSTRUIR FACILITIES ARQUITETURA E SERVICOS EIRELI	Não	Não	800	R$ 1.600,5000	R$ 1.280.400,0000	13/04/2022 15:13:35
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa terceirizada, para prestação de serviços de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí (UFJ), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. **Porte da empresa:** Demais (Diferente de ME/EPP)						
04.558.234/0001-00	AMAZON CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI	Sim	Não	800	R$ 1.600,5000	R$ 1.280.400,0000	13/04/2022 23:41:16
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Hora Suplementar noturna 100% **Porte da empresa:** ME/EPP						
07.262.535/0001-80	GARRA FORTE ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA	Não	Não	800	R$ 1.600,5000	R$ 1.280.400,0000	14/04/2022 08:31:25
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Pregão nº 22022 Item: 7 - Pagamento Diária - Nacional / Internacional (Grupo 1) Tratamento Diferenciado: - Aplicabilidade Margem de Preferência: Não Intervalo mínimo entre lances: R$ 200,00 Descrição: Hora Suplementar noturna 100% **Porte da empresa:** Demais (Diferente de ME/EPP)						
10.446.523/0001-10	PRESTA SERVICOS TECNICOS EIRELI	Não	Não	800	R$ 1.600,5000	R$ 1.280.400,0000	14/04/2022 08:37:47
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa terceirizada, para prestação de serviços de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí (UFJ), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. **Porte da empresa:** Demais (Diferente de ME/EPP)						
05.613.242/0001-74	R2 RADIODIFUSAO E TELECOMUNICACOES LTDA	Não	Não	800	R$ 2.000,6250	R$ 1.600.500,0000	12/04/2022 15:42:44
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Hora Suplementar noturna 100% **Porte da empresa:** Demais (Diferente de ME/EPP)						
08.247.960/0001-62	REAL JG FACILITIES LTDA	Não	Não	800	R$ 2.846,1000	R$ 2.276.880,0000	13/04/2022 11:26:40
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa terceirizada, para prestação de serviços de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí (UFJ), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Hora Suplementar noturna 100% **Porte da empresa:** Demais (Diferente de ME/EPP)						
00.482.840/0001-38	LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	Não	Não	800	R$ 4.122,3000	R$ 3.297.840,0000	13/04/2022 17:13:36
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa terceirizada, para prestação de serviços de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí (UFJ), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Convenção coletiva utilizada: CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2021/2022 NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: GO000452/2021. SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSP RODOV NO EST GO, CNPJ n° 01.089.689/0001-35 e SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE CARGAS E LOGÍSTICA DO ESTADO DE GOIAS, CNPJ n. 02.220.036/0001-06. **Porte da empresa:** Demais (Diferente de ME/EPP)						

Lances (Obs: lances com * na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R$ 3.297.840,0000	00.482.840/0001-38	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 2.276.880,0000	08.247.960/0001-62	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 1.600.500,0000	05.613.242/0001-74	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 1.280.400,0000	04.558.234/0001-00	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 1.280.400,0000	07.262.535/0001-80	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 1.280.400,0000	10.446.523/0001-10	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 1.280.400,0000	02.531.343/0001-08	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 1.280.400,0000	42.407.445/0001-30	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 1.280.400,0000	17.564.726/0001-50	14/04/2022 09:30:00:493
R$ 1.280.400,0100	05.613.242/0001-74	14/04/2022 09:35:44:983
R$ 1.258.320,0000	08.247.960/0001-62	14/04/2022 09:44:03:130
R$ 1.179.360,0000	08.247.960/0001-62	14/04/2022 09:50:25:193

Ata PE 02/2022 -Motorista - Real JG Facilities (2855205) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 927

Desempate de Lances ME/EPP

CPF/CNPJ	Data/Hora Inicial Desempate	Data/Hora Final Desempate	Situação do Lance	Valor do Lance
17.564.726/0001-50	14/04/2022 09:53:14:057	14/04/2022 09:58:14:057	Tempo para envio de lance expirou	-

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Aceite de proposta	26/04/2022 09:36:55	Aceite individual da proposta. Fornecedor: REAL JG FACILITIES LTDA, CNPJ/CPF: 08.247.960/0001-62, pelo melhor lance de R$ 1.179.360,0000.
Habilitação de fornecedor	26/04/2022 09:38:10	Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: REAL JG FACILITIES LTDA - CNPJ/CPF: 08.247.960/0001-62

Para consultar intenção de recurso e demais eventos do item, verificar histórico do Grupo 1.

HISTÓRICO DO Grupo 1

Propostas Participaram deste grupo as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.
(As propostas com * na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Global	Data/Hora Registro
07.262.535/0001-80	GARRA FORTE ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA	Não	Não	-	R$ 15.962.329,2000	14/04/2022 08:31:25
04.558.234/0001-00	AMAZON CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI	Sim	Não	-	R$ 15.973.717,2000	13/04/2022 23:41:16
17.564.726/0001-50	WG TERCEIRIZACAO E SERVICOS EIRELI	Sim	Sim	-	R$ 15.973.725,0000	08/04/2022 10:01:36
42.407.445/0001-30	CONSTRUIR FACILITIES ARQUITETURA E SERVICOS EIRELI	Não	Não	-	R$ 15.973.725,0000	13/04/2022 15:13:35
10.446.523/0001-10	PRESTA SERVICOS TECNICOS EIRELI	Não	Não	-	R$ 15.973.725,0000	14/04/2022 08:37:47
05.613.242/0001-74	R2 RADIODIFUSAO E TELECOMUNICACOES LTDA	Não	Não	-	R$ 17.722.789,2000	12/04/2022 15:42:44
02.531.343/0001-08	ADSERVI - ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA	Não	Não	-	R$ 18.164.464,2000	13/04/2022 12:45:58
08.247.960/0001-62	REAL JG FACILITIES LTDA	Não	Não	-	R$ 19.976.869,2000	13/04/2022 11:26:40
00.482.840/0001-38	LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	Não	Não	-	R$ 34.081.379,9800	13/04/2022 17:13:36

Eventos do Grupo

Evento	Data	Observações
Abertura	14/04/2022 09:30:02	Item aberto para lances.
Encerramento etapa aberta	14/04/2022 09:48:13	Item com etapa aberta encerrada.
Início 1a etapa fechada	14/04/2022 09:48:13	Fornecedores convocados para a 1º etapa fechada apresentaram lance entre R$ 15.804.032,1000 e R$ 15.973.725,0000.
Encerramento etapa fechada	14/04/2022 09:53:14	Item com etapa fechada encerrada.
Desempate - Início do desempate	14/04/2022 09:53:14	Item está em 1º desempate Me/Epp, aguardando lance.
Desempate - Tempo do lance expirado	14/04/2022 09:58:22	O Item teve o 1º desempate Me/Epp encerrado às 09:58:14 de 14/04/2022. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor WG TERCEIRIZACAO E SERVICOS EIRELI, CPF/CNPJ: 17.564.726/0001-50.
Encerramento	14/04/2022 09:58:22	Item encerrado para lances.
Abertura do prazo - Convocação anexo	14/04/2022 11:10:25	Convocado para envio de anexo o fornecedor REAL JG FACILITIES LTDA, CNPJ/CPF: 08.247.960/0001-62.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	14/04/2022 11:37:47	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor REAL JG FACILITIES LTDA, CNPJ/CPF: 08.247.960/0001-62.
Abertura do prazo - Convocação anexo	18/04/2022 09:45:44	Convocado para envio de anexo o fornecedor REAL JG FACILITIES LTDA, CNPJ/CPF: 08.247.960/0001-62.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	18/04/2022 11:09:18	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor REAL JG FACILITIES LTDA, CNPJ/CPF: 08.247.960/0001-62.
Habilitação de fornecedor	26/04/2022 09:38:10	Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: REAL JG FACILITIES LTDA - CNPJ/CPF: 08.247.960/0001-62

Não existem intenções de recurso para o item

Troca de Mensagens

Ata PE 02/2022 -Motorista - Real JG Facilities (2855205) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 928

	Data	Mensagem
Sistema	14/04/2022 09:30:00	A sessão pública está aberta. Nesta compra foi realizada a análise de propostas automática e todas foram classificadas para a fase de lances. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 18:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	14/04/2022 09:30:02	O item G1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Pregoeiro	14/04/2022 09:31:43	Senhores licitantes, bom dia! A Universidade Federal de Jataí – agradece a disponibilidade em participar conosco. Espero que possamos realizar bons negócios. Sou a pregoeira Silviany Coutinho.
Pregoeiro	14/04/2022 09:32:22	O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa terceirizada, para prestação de serviços de condução de veículos oficiais da Universidade Federal de Jataí (UFJ)
Pregoeiro	14/04/2022 09:37:47	O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$ 200,00 (duzentos reais).
Pregoeiro	14/04/2022 09:41:02	O critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL do grupo, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto. Em que pese o critério de julgamento ser pelo Menor Valor global do Grupo, a licitante vencedora deverá apresentar proposta atualizada, inclusive para todos os itens pertencentes ao grupo, considerando os valores máximos de referência constantes deste instrumento convocatório.
Pregoeiro	14/04/2022 09:42:00	A licitação será realizada em grupo único, formados por 7 itens, conforme tabela constante neste Edital e Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.
Sistema	14/04/2022 09:48:13	A etapa fechada foi iniciada para o item G1. Fornecedor que apresentou lance entre R$ 15.804.032,1000 e R$ 15.973.725,0000 poderá enviar um lance único e fechado até às 09:53:13 do dia 14/04/2022.
Sistema	14/04/2022 09:53:14	O fornecedor da proposta no valor de R$ 15.973.725,0000 não enviou lance único e fechado para o item G1.
Sistema	14/04/2022 09:53:14	O fornecedor da proposta no valor de R$ 15.973.725,0000 não enviou lance único e fechado para o item G1.
Sistema	14/04/2022 09:53:14	O item G1 terá desempate Me/Epp do lance. Mantenham-se conectados.
Sistema	14/04/2022 09:53:14	Sr. Fornecedor WG TERCEIRIZACAO E SERVICOS EIRELI, CPF/CNPJ 17.564.726/0001-50, em cumprimento à Lei Complementar 123 de 14/12/2006, você poderá enviar ou desistir de apresentar lance final e único para o item G1 até às 09:58:14 do dia 14/04/2022. Acesse a Sala de Disputa.
Sistema	14/04/2022 09:58:22	O item G1 teve o 1º desempate encerrado às 09:58:14 de 14/04/2022. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor WG TERCEIRIZACAO E SERVICOS EIRELI, CPF/CNPJ 17.564.726/0001-50.
Sistema	14/04/2022 09:58:22	O item G1 está encerrado.
Sistema	14/04/2022 09:58:32	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Acompanhe essa etapa na funcionalidade "Acompanhar Julgamento / Habilitação / Admissibilidade".
Pregoeiro	14/04/2022 10:11:10	Senhores licitantes, bom dia. Realizaremos a consulta dos SICAF do menor ofertante. Solicitamos que todos continuem nos acompanhando, mesmo que não estejam sendo os lances vencedores, pois a aceitação só ocorrerá após a negociação e análise das propostas. A Universidade Federal de Jataí agradece a gentileza em negociar conosco.
Pregoeiro	14/04/2022 10:11:38	Espero que possamos realizar bons negócios. Sou a pregoeira Silviany Coutinho.
Pregoeiro	14/04/2022 10:12:59	A partir de agora daremos início às consultas no SICAF, bem como as convocações para possíveis negociações.
Pregoeiro	14/04/2022 10:14:11	Para REAL JG FACILITIES LTDA - Senhor fornecedor, bom dia! Sua empresa foi a menor ofertante para o grupo 1. Podemos negociar?
	14/04/2022 10:15:44	Só um instante, por gentileza!
Pregoeiro	14/04/2022 10:19:59	Para REAL JG FACILITIES LTDA - Aguardo!
	14/04/2022 10:29:14	Conseguimos fechar o valor final em R$ 15.418.442,70.
Pregoeiro	14/04/2022 10:31:13	Para REAL JG FACILITIES LTDA - Poderia me informar em qual item fez o ajuste?
	14/04/2022 10:32:22	Não compreendi a pergunta?
Pregoeiro	14/04/2022 10:34:51	Para REAL JG FACILITIES LTDA - Estou analisando os lances realizados nos itens do grupo e gostaria de saber quais itens sofreram alteração para ajuste do valor do grupo.
Pregoeiro	14/04/2022 10:36:39	Para REAL JG FACILITIES LTDA - Se poderíamos ajustar abaixo do estimado os valores das diárias.
	14/04/2022 10:38:37	Um instante por gentileza!
Pregoeiro	14/04/2022 10:39:18	Para REAL JG FACILITIES LTDA - Ok. Aguardo.
	14/04/2022 10:57:45	Após revisão dos itens o valor final ficou de R$ 15.418.439,70. Onde o item que sofreu alteração foi o item 1.
Pregoeiro	14/04/2022 10:58:54	Para REAL JG FACILITIES LTDA - Obrigada por informar.

Ata PE 02/2022 -Motorista - Real JG Facilities (2855205) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 929

Pregoeiro	14/04/2022 10:59:23	Para REAL JG FACILITIES LTDA - Podemos ajustar os valores dos itens 2 e 3 abaixo do estimado?
	14/04/2022 11:04:12	Infelizmente não, tendo em vista a complexidade do serviço e o que preconiza a Convenção Coletiva de Trabalho.
Pregoeiro	14/04/2022 11:04:32	Para REAL JG FACILITIES LTDA - Sr. fornecedor, podemos continuar a negociação? Peço atenção as mensagens no chat.
Pregoeiro	14/04/2022 11:06:27	Para REAL JG FACILITIES LTDA - Ok. confirma ser esta a sua última proposta para o grupo 1, não havendo mais possibilidade de melhorar esta proposta?
	14/04/2022 11:08:08	Sim, confirmo que o valor final do nosso lance é de R$ 15.418.439,70
Pregoeiro	14/04/2022 11:09:30	Para REAL JG FACILITIES LTDA - Ok, aceitamos a sua proposta e agradecemos a gentileza em negociar conosco. Pedimos a gentileza de encaminhar proposta atualizada, vou convocar anexo.
Sistema	14/04/2022 11:10:25	Senhor fornecedor REAL JG FACILITIES LTDA, CNPJ/CPF: 08.247.960/0001-62, solicito o envio do anexo referente ao grupo G1.
Pregoeiro	14/04/2022 11:11:49	Somente para o licitante que se encontra com convocação em aberto no sistema, para fazê-lo até o prazo máximo de segunda-feira, 18/04/2022, 9h, horário de Brasília. O não envio da referida documentação implicará na automática inabilitação com possíveis sanções.
Pregoeiro	14/04/2022 11:13:11	Aos demais licitantes, solicitamos a gentileza de aguardar convocação, pois a aceitação só ocorrerá após a análise da proposta.
Pregoeiro	14/04/2022 11:15:18	Para REAL JG FACILITIES LTDA - Aguardo a proposta atualizada. Peço atenção na atualização dos valores dos itens, fechando no valor global negociado.
Pregoeiro	14/04/2022 11:15:59	Bom descando a todos e ótimo feriado!
Pregoeiro	14/04/2022 11:17:32	A Universidade Federal de Jataí – agradece a disponibilidade em participar conosco.
Sistema	14/04/2022 11:37:47	Senhor Pregoeiro, o fornecedor REAL JG FACILITIES LTDA, CNPJ/CPF: 08.247.960/0001-62, enviou o anexo para o grupo G1.
Pregoeiro	18/04/2022 09:15:09	Bom dia a todos!!
Pregoeiro	18/04/2022 09:17:59	A UFJ agradece a oportunidade de participar conosco.
Pregoeiro	18/04/2022 09:20:20	Para REAL JG FACILITIES LTDA - Bom dia!! Informo que recebi a proposta. A mesma será enviada para setor demandante para avaliação e aprovação. Peço que continue acompanhando para os próximas convocações.
Pregoeiro	18/04/2022 09:24:51	Recebida a proposta, a mesma será encaminhada para o setor demandante para avaliação. Aos demais licitantes, solicitamos a gentileza de aguardar convocação, pois a aceitação só ocorrerá após a análise da proposta.
Pregoeiro	18/04/2022 09:26:17	Senhores licitantes informamos que, após realizada a conferência das Documentações Habilitatórias, as propostas serão submetidas à avaliação e parecer técnico do solicitante com intuito de comprovação das exigências e especificações técnicas apresentadas no Edital.
Pregoeiro	18/04/2022 09:27:10	Assim que recebermos a resposta do Setor Técnico procederemos com o Aceite do grupo. Caso o objeto ofertado seja reprovado pelo parecer técnico, culminará na desclassificação automática da correspondente proposta.
Pregoeiro	18/04/2022 09:27:44	Comunicaremos a data de retorno, para divulgação do parecer técnico, via chat com antecedência. A Universidade Federal de Jataí agradece a gentileza em participar conosco. Bom dia!
Pregoeiro	18/04/2022 09:45:04	Para REAL JG FACILITIES LTDA - Vou convocar anexo para inclusão dos anexos III, IV e VI conforme modelo do edital.
Sistema	18/04/2022 09:45:44	Senhor fornecedor REAL JG FACILITIES LTDA, CNPJ/CPF: 08.247.960/0001-62, solicito o envio do anexo referente ao grupo G1.
Pregoeiro	18/04/2022 10:05:50	Para REAL JG FACILITIES LTDA - Favor desconsiderar a solicitação do anexo IV declarações de contratos firmados.
	18/04/2022 10:48:33	Bom dia!
Sistema	18/04/2022 11:09:18	Senhor Pregoeiro, o fornecedor REAL JG FACILITIES LTDA, CNPJ/CPF: 08.247.960/0001-62, enviou o anexo para o grupo G1.
Pregoeiro	18/04/2022 11:32:07	Para REAL JG FACILITIES LTDA - Retomamos amanhã, 19/04/2022, às 9h, horário de Brasília.
Pregoeiro	18/04/2022 11:32:32	Para REAL JG FACILITIES LTDA - Bom dia a todos!
	19/04/2022 09:05:11	Bom dia! Sr. (a) pregoeiro (a);
Pregoeiro	19/04/2022 15:02:36	Comunicaremos a data de retorno, para divulgação do parecer técnico, via chat com antecedência. A Universidade Federal de Jataí agradece a gentileza em participar conosco!
Pregoeiro	25/04/2022 14:31:28	Boa tarde!
Pregoeiro	25/04/2022 14:33:27	Informo que divulgaremos o parecer da equipe demandante amanhã, 26/04/22, às 9:30h, horário de Brasília.
Pregoeiro	26/04/2022 09:28:21	Para REAL JG FACILITIES LTDA - Bom dia!
Pregoeiro	26/04/2022 09:31:08	Para REAL JG FACILITIES LTDA - Recebemos o parecer técnico do demandante e tivemos APROVAÇÃO para a proposta enviada.
Pregoeiro	26/04/2022 09:31:43	Bom dia! Recebemos o parecer técnico do demandante e tivemos APROVAÇÃO para a proposta enviada.

Ata PE 02/2022 -Motorista - Real JG Facilities (2855205) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 930

Pregoeiro	26/04/2022 09:32:43	Em seguida realizaremos a aceitação da proposta e posteriormente iniciaremos os prazos para encerramento desta licitação.
Sistema	26/04/2022 09:38:10	Srs. Fornecedores, está aberto o prazo para registro de intenção de recursos para os itens/grupos na situação de ´aceito e habilitado´ ou ´cancelado no julgamento´.
Pregoeiro	26/04/2022 09:38:59	Senhores licitantes, a Universidade Federal de Jataí – agradece a disponibilidade em participar conosco. A partir de 09:40h , horário de Brasília, realizaremos as habilitações e posteriormente iniciaremos os prazos para encerramento desta licitação. At., Silviany Coutinho.
Pregoeiro	26/04/2022 09:40:56	Foi informado o prazo final para registro de intenção de recursos: 26/04/2022 às 10:10:00.

Eventos do Pregão

Evento	Data/Hora	Observações
Alteração equipe	15/03/2022 14:38:55	
Abertura da sessão pública	14/04/2022 09:30:00	Abertura da sessão pública
Julgamento de propostas	14/04/2022 09:58:32	Início da etapa de julgamento de propostas
Abertura do prazo	26/04/2022 09:38:10	Abertura de prazo para intenção de recurso
Fechamento do prazo	26/04/2022 09:40:55	Fechamento de prazo para registro de intenção de recurso: 26/04/2022 às 10:10:00.

Após encerramento da Sessão Pública, os licitantes melhores classificados foram declarados vencedores dos respectivos itens. Foi divulgado o resultado da Sessão Pública e foi concedido o prazo recursal conforme preconiza o artigo 45, do Decreto 10.024 de 20 de setembro de 2019. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às 10:10 horas do dia 26 de abril de 2022, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

SILVIANY DA SILVA COUTINHO GUIMARAES
Pregoeiro Oficial

LERUAMA PENA LEAL
Equipe de Apoio

RAFAEL NOGUEIRA DE FREITAS KOCH
Equipe de Apoio

Imprimir o Relatório

Voltar

Ata PE 02/2022 -Motorista - Real JG Facilities (2855205) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 931

Pregão Eletrônico

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ

Termo de Adjudicação do Pregão Eletrônico

Nº 00002/2022

Às 10:16 horas do dia 26 de abril de 2022, após analisado o resultado do Pregão nº 00002/2022, referente ao Processo nº 23070060433202129, o pregoeiro, Sr(a) SILVIANY DA SILVA COUTINHO GUIMARAES, ADJUDICA aos licitantes vencedores os respectivos itens, conforme indicado no quadro Resultado da Adjudicação.

**OBS: Itens com recursos serão adjudicados pela Autoridade competente e constarão no termo de julgamento.

Resultado da Adjudicação

Grupo 1
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Critério de Valor: R$ 15.973.725,0000
Situação: Adjudicado

Adjudicado para: REAL JG FACILITIES LTDA **, pelo melhor lance de** R$ 15.418.445,9000 **, com valor negociado a** R$ 15.418.439,7000 .

Itens do grupo:

- 1 - Prestação de Serviços de Motorista
- 2 - Pagamento diária - nacional / internacional
- 3 - Pagamento diária - nacional / internacional
- 4 - Pagamento diária - nacional / internacional
- 5 - Pagamento Diária - Nacional / Internacional
- 6 - Pagamento diária - nacional / internacional
- 7 - Pagamento Diária - Nacional / Internacional

Item: 1 - Grupo 1
Descrição: Prestação de Serviços de Motorista
Descrição Complementar: Motoristas executivos 44 hs (Período de 30 meses)
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 13 **Unidade de fornecimento:** UNIDADE
Valor Estimado: R$ 2.055.885,0000 **Intervalo Mínimo entre Lances:** -
Situação: Adjudicado

Adjudicado para: REAL JG FACILITIES LTDA **, pelo melhor lance de** R$ 1.907.585,9000 **, com valor negociado a** R$ 1.907.579,7000 .

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Adjudicado	26/04/2022 10:16:39	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:REAL JG FACILITIES LTDA, CNPJ/CPF:08.247.960/0001-62, Melhor lance : R$ 1.907.585,9000, Valor Negociado : R$ 1.907.579,7000

Item: 2 - Grupo 1
Descrição: Pagamento diária - nacional / internacional
Descrição Complementar: Diária sem pernoite (Período de 30 meses)
Tratamento Diferenciado: -

Termo de adjudicação PE 02/2022 (2855272) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 932

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 1.000 **Unidade de fornecimento:** UNIDADE
Valor Estimado: R$ 2.160.000,0000 **Intervalo Mínimo entre Lances:** R$ 200,00
Situação: Adjudicado

Adjudicado para: REAL JG FACILITIES LTDA **, pelo melhor lance de** R$ 2.160.000,0000 .

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Adjudicado	26/04/2022 10:16:39	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:REAL JG FACILITIES LTDA, CNPJ/CPF:08.247.960/0001-62, Melhor lance : R$ 2.160.000,0000

Item: 3 - Grupo 1
Descrição: Pagamento diária - nacional / internacional
Descrição Complementar: Diária com pernoite
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 1.000 **Unidade de fornecimento:** UNIDADE
Valor Estimado: R$ 6.600.000,0000 **Intervalo Mínimo entre Lances:** R$ 200,00
Situação: Adjudicado

Adjudicado para: REAL JG FACILITIES LTDA **, pelo melhor lance de** R$ 6.600.000,0000 .

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Adjudicado	26/04/2022 10:16:40	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:REAL JG FACILITIES LTDA, CNPJ/CPF:08.247.960/0001-62, Melhor lance : R$ 6.600.000,0000

Item: 4 - Grupo 1
Descrição: Pagamento diária - nacional / internacional
Descrição Complementar: Hora Suplementar 50%
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 2.000 **Unidade de fornecimento:** UNIDADE
Valor Estimado: R$ 1.750.200,0000 **Intervalo Mínimo entre Lances:** R$ 200,00
Situação: Adjudicado

Adjudicado para: REAL JG FACILITIES LTDA **, pelo melhor lance de** R$ 1.612.200,0000 .

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Adjudicado	26/04/2022 10:16:40	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:REAL JG FACILITIES LTDA, CNPJ/CPF:08.247.960/0001-62, Melhor lance : R$ 1.612.200,0000

Item: 5 - Grupo 1
Descrição: Pagamento Diária - Nacional / Internacional
Descrição Complementar: Hora Suplementar 100%
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 1.000 **Unidade de fornecimento:** UNIDADE
Valor Estimado: R$ 1.167.000,0000 **Intervalo Mínimo entre Lances:** R$ 200,00
Situação: Adjudicado

Adjudicado para: REAL JG FACILITIES LTDA **, pelo melhor lance de** R$ 1.074.900,0000 .

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Adjudicado	26/04/2022 10:16:41	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:REAL JG FACILITIES LTDA, CNPJ/CPF:08.247.960/0001-62, Melhor lance : R$ 1.074.900,0000

Item: 6 - Grupo 1
Descrição: Pagamento diária - nacional / internacional
Descrição Complementar: Hora Suplementar noturna 50%
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Termo de adjudicação PE 02/2022 (2855272) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 933

Quantidade: 800
Unidade de fornecimento: UNIDADE
Valor Estimado: R$ 960.240,0000
Intervalo Mínimo entre Lances: R$ 200,00
Situação: Adjudicado

Adjudicado para: REAL JG FACILITIES LTDA **, pelo melhor lance de** R$ 884.400,0000 .

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Adjudicado	26/04/2022 10:16:41	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:REAL JG FACILITIES LTDA, CNPJ/CPF:08.247.960/0001-62, Melhor lance : R$ 884.400,0000

Item: 7 - Grupo 1
Descrição: Pagamento Diária - Nacional / Internacional
Descrição Complementar: Hora Suplementar noturna 100%
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 800
Unidade de fornecimento: UNIDADE
Valor Estimado: R$ 1.280.400,0000
Intervalo Mínimo entre Lances: R$ 200,00
Situação: Adjudicado

Adjudicado para: REAL JG FACILITIES LTDA **, pelo melhor lance de** R$ 1.179.360,0000 .

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Adjudicado	26/04/2022 10:16:42	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:REAL JG FACILITIES LTDA, CNPJ/CPF:08.247.960/0001-62, Melhor lance : R$ 1.179.360,0000

Fim do documento

Termo de adjudicação PE 02/2022 (2855272) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 934

PREGÃO ELETRÔNICO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ

Pregão Eletrônico Nº 00002/2022

RESULTADO POR FORNECEDOR

08.247.960/0001-62 - REAL JG FACILITIES LTDA

Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Critério de Valor (*)	Valor Unitário	Valor Global
	Grupo 1	-	-	R$ 15.973.725,0000	-	R$ 15.418.439,7000

Marca:
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:

Total do Fornecedor: R$ 15.418.439,7000

Valor Global da Ata: R$ 15.418.439,7000

(*) É necessário detalhar o item para saber qual o critério de valor que é utilizado: Estimado ou Referência ou Máximo Aceitável.

Imprimir o Relatório

Voltar

Resultado por fornecedor PE 02/2022 (2855279) SEI 23070.060433/2021-29 / pg. 935

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - REGIONAL JATAÍ

DESPACHO

PROCESSO SEI Nº 23070.060433/2021-29

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2022

Ao Pró Reitor de Administração e Finanças PROAD/UFJ.

Prof. Dr. Dyomar Toledo Lopes

Realizada a licitação na modalidade Pregão Eletrônico Nº02/2022, encaminhamos o p.p. para **HOMOLOGAÇÃO**, com a seguinte informação:

1. O grupo 1 foi adjudicado.

2. O valor global da aquisição foi estimado em R$ 15.973.725,00 (quinze milhões, novecentos e setenta e três mil, setecentos e vinte e cinco reais) e aceito por R$15.418.439,70 (quinze milhões, quatrocentos e dezoito mil, quatrocentos e trinta e nove reais e setenta centavos).

Finalmente, informamos que se encontram anexados ao p.p., entre outros documentos, a Ata da Sessão de Lances 2855205, o Resultado por Fornecedor 2855279 e o Termo de Adjudicação 2855272.

Documento assinado eletronicamente por **Silviany Da Silva Coutinho Guimaraes**, **Pregoeira**, em 26/04/2022, às 11:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2855281** e o código CRC **49E93CF8**.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - REGIONAL JATAÍ

TERMO DE ENCERRAMENTO DE PROCESSO NO SEI-UFG

TERMO DE ENCERRAMENTO DE TRAMITAÇÃO DE PROCESSO NO SEI/UFG

Considerando a criação da Universidade Federal de Jataí, conforme consta na Lei no 13.635, de 20 de março de 2018, bem como na Portaria nº 2.121, de 10 de dezembro de 2019, do Ministério da Educação - MEC, que nomeou o Reitor Pró-Tempore da UFJ;

Considerando a necessidade da nova instituição de possuir um sistema de gerenciamento de processos administrativos e a implantação do SEI (Sistema Eletrônico de Informações) da Universidade Federal de Jataí;

O presente processo 23070.060433/2021-29 será encerrado no SEI/UFG e um novo processo será autuado no SEI/UFJ, registrado sob o número 23854.002995/2022-11, sendo que neste ato foi realizado o download de todo o conteúdo em formato .zip/.pdf do processo que será inserido no referido processo SEI/UFJ.

Este termo foi lavrado e assinado por mim, Massoiacy Pereira Marques.

Massoiacy Pereira Marques
Administrador
Coordenador de Serviços de dedicação Exclusivo de mão de obra / DGCS

.

Documento assinado eletronicamente por **Massoiacy Pereira Marques**, **Administrador**, em 02/05/2022, às 14:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2869696** e o código CRC **3426215C**.

Referência: Processo nº 23070.060433/2021-29 SEI nº 2869696